

1 2 9 0



UNIVERSIDADE D  
COIMBRA

Roger Lee Pessoa de Jesus

A GOVERNAÇÃO DO “ESTADO DA ÍNDIA”  
POR D. JOÃO DE CASTRO (1545-1548) NA  
ESTRATÉGIA IMPERIAL DE D. JOÃO III

Tese no âmbito do Doutoramento em História, ramo de História Moderna,  
orientada pelo Professor Doutor João Marinho dos Santos e co-orientada  
pelo Professor Doutor João Paulo Oliveira e Costa e apresentada ao  
Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da  
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Fevereiro de 2021

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

A GOVERNAÇÃO DO “ESTADO DA ÍNDIA”  
POR D. JOÃO DE CASTRO (1545-1548) NA  
ESTRATÉGIA IMPERIAL DE D. JOÃO III

Roger Lee Pessoa de Jesus

Tese no âmbito do Doutoramento em História, ramo de História Moderna, orientada pelo Professor Doutor João Marinho dos Santos e co-orientada pelo Professor Doutor João Paulo Oliveira e Costa e apresentada ao Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Fevereiro de 2021



UNIVERSIDADE D  
COIMBRA

Este projecto contou com o apoio financeiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, entidade outorgante de uma Bolsa Individual de Doutoramento, referência SFRH/BD/84046/2012, concedida no âmbito do QREN – POHP – Tipologia 4.1 – Formação Avançada, comparticipada pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do Ministério da Educação e Ciência.



## AGRADECIMENTOS

Um trabalho desta natureza apenas foi possível graças à presença e ao apoio de um grupo alargado de pessoas. Aqui presto reconhecimento e homenagem àquelas que contribuíram para tal. Temo que a memória me falhe e que me esqueça, por lapso, de todas as pessoas a quem sou devedor. Contudo, este trabalho devo muito a muitos.

Em primeiro lugar um profundo agradecimento aos meus orientadores. Ao Prof. Doutor João Marinho dos Santos pelo constante apoio e incentivo dados ao longo desta última década. Sem os seus conselhos e orientação, esta tese não teria esta forma. Ao Prof. Doutor João Paulo Oliveira e Costa, que me acolheu no CHAM e que me guiou e orientou pelas construção do “Estado da Índia” que tão bem conhece. A ambos um bem-haja pela (infinita) paciência demonstrada e por permitir que esta tese chegasse a bom porto.

Uma palavra também é devida à Fundação para a Ciência e Tecnologia que, através de uma Bolsa de Doutoramento, viabilizou este projecto e ao Centro de História da Sociedade e da Cultura, da Universidade de Coimbra, na pessoa da sua actual coordenadora científica, Prof. Doutora Irene Vaquinhas, que acolheu institucionalmente esta investigação. Ao CHAM – Centro de Humanidades (ainda Centro de História de Além-Mar quando entrei), da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa, devo um obrigado pelo apoio prestado quando de diversas deslocações para congressos internacionais. À Fundação Oriente e à sua Delegação em Goa, na pessoa da Dra. Inês Figueira, um especial agradecimento pelo apoio prestado quando da visita à antiga capital do “Estado da Índia”. À Fundação Luso-Americana, por ter também viabilizado a participação num congresso nos EUA, permitindo o frutífero diálogo aí estabelecido com investigadores de renome.

Aos professores do ano curricular do curso de Doutoramento em Altos Estudos em História, Professores Doutores Fernando Taveira da Fonseca, Ana Cristina Araújo e Isabel Mota, bem como ao restantes docentes que mostraram interesse pelo projecto, com constantes palavras de apoio, Professores Doutores João Gouveia Monteiro, José Pedro Paiva, José Manuel Azevedo e Silva, Leontina Ventura, Margarida Sobral Neto, Maria Alegria Fernandes Marques, Maria António Lopes e Rosário Morujão, a todos um sentido obrigado.

Ao Prof. Doutor Walter Rossa devo um especial agradecimento por me ter guiado pela Província do Norte, em 2013, permitindo-me ver e compreender este espaço central do governo de D. João de Castro. Da mesma maneira, Alice Santiago Faria mostrou-me

Goa, em 2016, conduzindo-me pelos meandros da capitalidade entre Velha Goa e Pangim. Sem os conhecimentos de ambos dificilmente teria captado as subtilezas da geografia da presença portuguesa na Índia.

Agradeço também ao Sr. Coronel João Augusto de Miranda Soares, então Director do Instituto dos Pupilos do Exército, a autorização concedida para visitar a Capela de Corpus Christi, onde se encontra sepultado D. João de Castro, e que se encontra à guarda deste instituto militar. Semelhante reconhecimento é devido à Dra. Teresa Amarante, representante dos proprietários da Quinta da Penha Verde, em Sintra, que permitiu a visita ao local, bem como ao Joaquim Rodrigo dos Santos que serviu de ligação entre as partes.

Um sincero obrigado ao Luís Filipe Thomaz, que partilhou generosamente abundantes referências às fontes do “Estado da Índia” e à sua ligação com as crónicas locais. Devo também uma gratificante partilha de bibliografia que muito enriqueceu esta tese.

Ao Pedro Pinto, pela inesgotável generosidade em partilhar referências bibliográficas e fontes sepultadas nos mais diversos arquivos e bibliotecas e a quem devo várias pistas de leitura e de investigação. Um profundo agradecimento por esses momentos de partilha.

Aos meus colegas de doutoramento na FLUC, Cristóvão Mata, Diogo Marques e Pedro Silva, com quem troquei impressões, dúvidas ou simples partilhas sobre a feitura de uma tese, um bem-haja pela disponibilidade.

Cimentei uma amizade com Hélder Carvalho maior do que aquela que muitos pressupõe ter existido entre D. João de Castro e o infante D. Luís. A ele devo inúmeras conversas, troca de opiniões e sugestões sobre o reinado de D. João III e o “nosso” longo século XVI. Ao André Murteira devo também muito debate sobre o “Estado da Índia” nos séculos XVI e XVII, variadíssimas referências bibliográficas e guardada em diversas expedições a Lisboa. A ambos devo a partilha da discussão sobre a “Revolução Militar” em Portugal e os projectos que aí advieram. A amizade de ambos honra-me para lá do que era esperado.

Ao Bruno Lopes, com quem partilhei as dificuldades e os desesperos quotidianos da escrita de uma tese, bem como o trabalho editorial das nossas finanças do Portugal Moderno, um muito obrigado pela amizade e paciência.

A única vantagem duma tese demorar mais do que o esperado é permitir um debate mais ponderado e uma troca de opiniões e informações ao longo de inúmeros colóquios, congressos e outros eventos similares. Tive a sorte de poder conversar com muitos

investigadores que, de uma forma ou outra, com discussões, sugestões ou através de simples palavras de incentivo, nos mais variados momentos, deram força a este projecto e a quem muito agradeço. Foi o caso de Alexandra Pelúcia, Amélia Álvaro de Campos, André Teixeira, Andreia Fidalgo, Andreia Martins de Carvalho, António Martins Costa, António Vasconcelos de Saldanha, Artur Teodoro de Matos, Aude Plagnard, Bruno Costa, Catarina Santana Simões, Dejanirah Couto, Fernanda Olival, Francisco Contente Domingues, Francisco Roque de Oliveira, Graça Almeida Borges, H.H. Kang, Hugo Cardoso, Hugo Crespo, Inês Meira Araújo, Isabel dos Guimarães Sá, José Manuel Garcia, José Virgílio Pissarra, Kevin Soares, Leonor Freire Costa, Liliana Oliveira, Lisbeth Rodrigues, Luciano Moreira, Luís Costa e Sousa, Mafalda Soares da Cunha, Manuel Lobato, Marco Cosme, Marco Oliveira Borges, Maria Barreto Dávila, Miguel Gomes Martins, Miguel Lourenço, Miguel Monteiro, Mónica Esteves Reis, Nuno Grancho, Nuno Lopes, Nuno Vila-Santa, Paulo Dias, Paulo Pinto, Pedro Pombo, Rogério Puga, Rui Loureiro, Sidh Mendiratta, Sofia Beato, Susana Münch Miranda, Teresa Teves Reis, Tiago Machado de Castro, Tiago Pombo, Tiago Viúla de Faria, Vasco Resende, Vera Domingues, Vitor Rodrigues e Zoltán Biedermann.

À Ana Rita Rocha, pela amizade que nos une há mais de uma década num longo percurso de investigação, um obrigado pelas constantes palavras de incentivo de quem já viu a “luz ao fundo do túnel”. Ao Miguel Pacheco pelas mais variadas conversas sobre arquivos, bibliotecas, digitalizações e tudo mais que incentivam qualquer trabalho. Ao Ricardo Vicente pela cumplicidade e pela amizade que se mantém, renovada esporadicamente por encontros que dão ânimo e força à investigação.

À D. Conceição França, funcionária aposentada do antigo Instituto de História da Expansão Ultramarina da FLUC, devo profunda gratidão pela constante preocupação, incentivo e apoio dado ao longo destes anos que transformava uma ida à Faculdade numa ida a casa.

As últimas palavras vão para a família, a quem tudo devo. Aos meus pais e à minha irmã devo o apoio e a força para alcançar tudo a quanto me propus. As longas e penosas horas de trabalho e investigação foram suportadas por este carinho familiar que tudo ajuda a ultrapassar. À Marta as palavras são insuficientes. Pelo estar sempre presente e por ser a minha âncora nos momentos em que a nau teimava em fugir da costa, mesmo sem o saber. E ao Doc, com quem partilhei muitas das ideias desta tese em passeios ao final do dia.

A todos um obrigado.

A presente versão definitiva desta tese beneficiou das suas provas públicas, a 23 de Fevereiro de 2021. Assim, agradeço aos membros do júri pelo debate e pelas sugestões feitas, que permitiram apurar o texto e corrigir as inevitáveis gralhas da sua versão provisória (entregue em Abril de 2020): pela ordem das suas intervenções, aos Professores Doutores Jorge Flores, José Pedro Paiva, Rui Manuel Loureiro e Margarida Sobral Neto, bem como à Professora Doutora Ana Isabel Ribeiro enquanto presidente do júri. E, claro, renovo os agradecimentos aos meus orientadores, Professores Doutores João Marinho dos Santos e João Paulo Oliveira e Costa pelo apoio dado até ao final, desta viagem.

«[...] vão escritas muitas cousas que parecem estranhas e imposíveis, as quaes escrevi medrosamente, não porque dellas não fosse muy certificado, mas por reção que tive de sahir fora da openião comum, vendo de huma parte que escrevendo-as poria espanto nos que as leessem, e doutra que dissimulando-as caheria em culpa e negligencia»

D. João de Castro – *Roteiro de Lisboa a Goa*, 1538





## RESUMO

A presente tese de doutoramento tem como objecto de estudo a governação do “Estado da Índia” em tempo de D. João de Castro (governador e vice-rei, entre 1545 e 1548). A sua acção decorreu num conturbado período de tensão político-militar, no âmbito da guerra movida aos sultanatos do Guzerate (cujo principal momento se materializou no cerco à fortaleza portuguesa de Diu em 1546) e de Bijapur, e de reforço da política e da estratégia Joaninas para a Ásia. Este governo ficou indelevelmente marcado pelas campanhas militares empreendidas e pela imagem de poder que o próprio Castro consolidou. Assim, esta investigação procura compreender qual o papel do governo de D. João de Castro na construção do “Estado da Índia” e da presença portuguesa na Ásia. Paralelamente, pretende-se também revisitar a historiografia sobre esta figura da Expansão portuguesa e captar os processos pelos quais foi mitificada, permitindo uma visão crítica e objectiva quanto à sua acção governativa.

Para tal, organizou-se o estudo em quatro partes, passando de uma visão ampla da história do “Estado da Índia” para um estudo analítico da governação de D. João de Castro. A primeira parte reavalia aquilo que sabemos sobre a presença portuguesa na Ásia na primeira metade do século XVI, destacando as principais linhas de força na formação do “Estado da Índia”, delineando assim o pano de fundo sobre o qual a governação em estudo se foca. A segunda parte, de carácter narrativo, segue o percurso pessoal e a carreira de D. João de Castro, explicitando o seu *cursus honorum* antes de ser nomeado capitão-mor e governador do “Estado da Índia” em 1545, e avaliando exaustivamente o seu governo, seguindo a sua evolução cronológica. A terceira e quarta partes constituem o cerne da avaliação crítica e historiográfica deste governo. Num primeiro momento debruçamo-nos sobre a organização e administração da guerra. Procuramos reconstituir e apreender o processo pelo qual D. João de Castro conseguiu sustentar logisticamente as suas campanhas, avaliando os meios humanos, materiais e financeiros para tal. De seguida, examinamos o impacto político e simbólico deste governo. Observando a estruturação de uma corte em Goa, visámos compreender as suas práticas governativas, o reforço das redes clientelares de o Governador e a construção de uma imagem imperial do “Estado da Índia”, elementos que concorreram para centrar e fortalecer o poder, real e simbólico, do mais alto oficial régio na Ásia. Por fim, analisámos a forma como a memória deste governador e do seu governo se firmou na memória colectiva portuguesa, fruto da crónica da época e de alguns projectos memorialistas dos seus netos, que

procuraram aproveitar a figura de D. João de Castro para engrandecerem a sua própria acção.

Mais do que um simples revisionismo historiográfico, esta tese pretende contribuir para a compreensão da formação do “Estado da Índia” e do próprio Império Marítimo Português no século XVI. A governação de D. João de Castro é assim entendida como parte de uma estratégia de D. João III na estruturação de um extenso Império em que o “Estado da Índia” era compreendido como uma dos componentes enquanto peça projectada e concretizada num todo plural.

## ABSTRACT

The aim of this thesis is to study the government of the “Estado da Índia” by D. João de Castro (governor and viceroy between 1545 and 1548). His rule witnessed a period of political and military tensions, during the war with the sultanate of Gujarat (its peak being reached with the siege of the Portuguese fortress of Diu, in 1546) and Bijapur, and the reinforcement of the policy and strategy of king D. João III for the Indies. Castro’s government was marked by the military campaigns he enforced and the image of power that he himself projected. Thus, this thesis is aimed at understanding the role of the government of D. João de Castro in the construction of the “Estado da Índia” and the Portuguese presence in Asia. At the same time, it surveys the historiography about this figure of the Portuguese expansion in search of an understanding of the processes by which Castro was made into a myth, along with offering a critical and objective vision of his government.

To this purpose, the thesis divides into four, departing from an overall account of the history of “Estado da Índia” to come to an analysis of the government of D. João de Castro. The first part reassesses the previous knowledge about the Portuguese presence in Asia during the first half of the 16<sup>th</sup> century, highlighting the main elements in the formation of the “Estado da Índia” as the setting the second part, D. João de Castro’s government. The second part thus utilises a more narrative approach to the personal background and career of D. João de Castro, beginning with his *cursus honorum* before nomination as governor of the “Estado da Índia” in 1545. From this point onwards, his government is chronologically analysed. The third and fourth parts are the core of the critical and historiographical evaluation of this government. Here, warfare organization and administration are discussed, evaluating the human, material and financial means, with the aim to reconstruct and understand the process by which D. João de Castro sustained his campaigns logistically. Following this, the political and symbolic impact of his rule is examined, focusing on the building of a princely court in Goa, assessing the practices of government, the reinforcement of the networks maintained by the governor and the construction of an imperial image for the “Estado da Índia”. All these elements were aimed at centralising and strengthening the real and symbolic power of the Portuguese king through his highest official in Asia. Lastly, the thesis analyses the ways in which the memory of this governor and of his governance were created, lasting in the Portuguese collective memory, from its origins in chronicles from this period and from

projects commemorating D. João de Castro led by his grandchildren, who used his memory for their self-aggrandising.

More than a historiographical exercise of revision, this thesis seeks to contribute to the understanding of the formation of the “Estado da Índia” and the Portuguese maritime empire in the 16<sup>th</sup> century. The government of D. João de Castro is then understood as part of the strategy of king D. João III to organise a vast Empire of which the “Estado da Índia” was but one component, a piece projected into a diversified whole.

## SUMÁRIO

LISTA DE ELEMENTOS GRÁFICOS.....	15
LISTA DE ABREVIATURAS .....	17
INTRODUÇÃO .....	19
PARTE I. O IMPÉRIO E A CONSTRUÇÃO DO “ESTADO DA ÍNDIA” NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVI.....	35
CAPÍTULO 1 - A EVOLUÇÃO GOVERNATIVA DO “ESTADO DA ÍNDIA” (1505-1545) .....	39
CAPÍTULO 2 - O LEGADO DE MARTIM AFONSO DE SOUSA .....	49
PARTE II. DE GOVERNADOR A VICE-REI: D. JOÃO DE CASTRO E O “ESTADO DA ÍNDIA” (1545-1548).....	61
CAPÍTULO 3 - A CARREIRA E A NOMEAÇÃO.....	63
CAPÍTULO 4 - O GOVERNO DO “ESTADO DA ÍNDIA” .....	77
4.1. De Lisboa a Goa .....	77
4.2. A situação do “Estado da Índia”.....	81
4.3. 1546: o ano do cerco de Diu.....	99
4.4. A estadia em Diu .....	115
4.5. O regresso a Goa e a guerra de Bijapur.....	127
4.6. A presença portuguesa no Golfo Pérsico e a questão de Baçorá.....	135
4.7. A Guerra de Cambaia .....	143
4.8. A reconquista de Salcete .....	148
4.9. A última viagem ao Norte .....	152
4.10. A entrega de Adem e a viagem de D. Álvaro de Castro.....	154
4.11. Os últimos dias .....	162
PARTE III. A GUERRA E AS GUERRAS NO GOVERNO DE D. JOÃO DE CASTRO.....	171
CAPÍTULO 5 - ALIMENTAR MARTE NO OCEANO ÍNDICO: A LOGÍSTICA MILITAR PORTUGUESA.....	173
5.1. A logística humana .....	174
5.2. A logística material.....	192
5.3. Os custos da guerra.....	199
CAPÍTULO 6 - D. JOÃO DE CASTRO E A ARTE DA GUERRA.....	213
CAPÍTULO 7 - A “REVOLUÇÃO MILITAR” E O “ESTADO DA ÍNDIA” .....	231
7.1. O conceito e a sua aplicabilidade ao caso português.....	231
7.2. Uma questão de superioridade militar? .....	235
7.3. O caso do governo de D. João de Castro.....	242

PARTE IV. O LEGADO DE D. JOÃO DE CASTRO .....	251
CAPÍTULO 8 - UMA CORTE IMPERIAL/VICE-REINAL? .....	253
8.1. Uma prática governativa.....	254
8.2. Uma rede clientelar?.....	259
8.3. Uma imagem imperial? .....	276
CAPÍTULO 9 - A CONSTRUÇÃO DE UMA MEMÓRIA .....	293
9.1. Em sua memória .....	293
9.2. O herói glorificado.....	300
9.3. Os projectos memorialistas de Frei Fernando e D. Francisco de Castro .....	306
CONCLUSÃO .....	323
FONTES E BIBLIOGRAFIA .....	329
ANEXOS.....	359

## LISTA DE ELEMENTOS GRÁFICOS

Quadro 1. Armadas de socorro enviadas a Diu (1546) .....	177
Quadro 2. Rendimento da alfândega de Ormuz .....	203
Quadro 3. Receitas e Despesas do “Estado da Índia” em 1547 .....	206
Quadro 4. Embarcações mobilizadas para a guerra (1546-1548) .....	227
Quadro 5. Participantes nos principais Conselhos do governo de D. João de Castro .....	255
Quadro 6. Número e tipo de mercês concedidas .....	262
Quadro 7. Destino das “viagens” concedidas .....	264
Quadro 8. Área dos oficiais nomeados .....	267
Figura 1. Esquema de reconstituição da organização de um palmar .....	191
Figura 2. Primeiros retratos de D. João de Castro .....	279
Figura 3. Desenho do relicário das barbas de D. João de Castro e respectiva caixa .....	315
Figura 4. Retrato de D. João de Castro em meio corpo .....	317
Figura 5. Retrato de D. João de Castro em corpo inteiro .....	318
Fotografia 1. Fosso interno da fortaleza de Diu (fotografia do autor) .....	109
Fotografia 2. Túmulo de D. Leonor Coutinho e D. João de Castro (Capela de Corpus Christi, Convento de S. Domingos de Benfica (Lisboa), fotografia do autor) .....	312

## ANEXOS

Mapa 1. O “Estado da Índia” durante o governo de D. João de Castro (1545-1548) .....	361
Mapa 2. Península do Hindustão .....	363
Mapa 3. Goa e as Terras Firmes .....	365
Mapa 4. Golfo Pérsico e Mar Vermelho .....	367





## LISTA DE ABREVIATURAS

- ANTT Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa)
- ANTT/Cartas-Ormuz/Goa/Diu/DJIII Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa), *Cartas a D. João de Castro*, 4 volumes: 1 – Cartas de Ormuz, 2 – Cartas de Goa, 3 – Cartas de Diu, 4 – Cartas de D. João III a D. João de Castro.
- ANTT/CC Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa), *Corpo Cronológico*, 3 Partes divididas em Maços e Documentos, identificados por esta ordem.
- ANTT/CSL Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa), *Colecção de São Lourenço*, 6 volumes.
- APO-CR J.H. da Cunha Rivara – *Arquivo Portuguez-Oriental*, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1857-1877, 5 fascículos.
- Arabic History of Gujarat* Abdullah Muhammad al-Makki al-Asafi al-Ulughkhani Haji ad-Dabir - Zafar ul Walih bi Muzaffar wa Alhi - *An Arabic History of Gujarat*. Baroda: Oriental Institute, 1970, 2 vols.
- ARSI Archivum Romanum Societatis Iesu (Roma – Itália)
- Ásia (Couto) Diogo do Couto – *Ásia*. Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1780, vols. 13 a 15, Décadas V e VI, identificando a década, livro, capítulo e página.
- BA Biblioteca da Ajuda (Lisboa)
- BNP Biblioteca Nacional de Portugal (Lisboa)
- CartasDJC* Elaine Sanceau – *Cartas de D. João de Castro*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1955.
- CartasRGC* Luís de Albuquerque (ed.) – *Cartas de Rui Gonçalves de Caminha*. Lisboa: Alfa, 1989.
- CDJC* Leonardo Nunes – *Crónica de Dom João de Castro*. Ed. J.D.M. Ford. Cambridge: Harvard University Press, 1936.
- DHMPPPO* António da Silva Rego – *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente. Índia*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1950, vol. 3 e 4.
- CSL* *Colecção de São Lourenço*. Lisboa: CEHU/IICT, 1973/1975/1983, 3 vols.
- CVRDJC* D. Fernando de Castro – *Crónica do Vice-Rei D. João de Castro*. Ed. Luís de Albuquerque e Teresa Cunha Matos. Tomar: Escola Superior de Tecnologia de Tomar/CNCDP, 1995.
- Diário* Luís de Albuquerque – «Diário da viagem de D. Álvaro de Castro ao Hadramaute, em 1548» in *Estudos de História*. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1974, vol. 2, pp. 1-105.
- Hist. Quinhentista* António Baião – *História quinhentista (inédita) do Segundo Cêrculo de Dio ilustrada com a correspondência original, também inédita, de D. João de Castro, D. João de Mascarenhas e outros*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925.
- Lendas* Gaspar Correia – *Lendas da Índia*, ed. M. Lopes de Almeida. Porto: Lello e Irmão, 1975, 4 vols.

- Livro que trata das cousas da India e do Japão* Adelino de Almeida Calado – «Livro que trata das cousas da India e do Japão» in *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, XXIV, 1960, pp. 1-138.
- LMercês* Biblioteca Nacional da Ajuda (Lisboa), Cod. 51-VII-8, *Livro das mercês que fez o senhor D. João de Castro*.
- OCCS* Cardeal Saraiva (D. Francisco de S. Luis) – «Breves notas à Vida de D. João de Castro, escripta por Jacinto Freire de Andrade, - auctorizadas com documentos originaes e ineditos» in *Obras Completas do Cardeal Saraiva*. Ed. Caldeira, Antonio Correia. Lisboa: Imprensa Nacional, 1876, tomo VI, pp. 147-314.
- OCDJC* Armando Cortesão e Luís de Albuquerque – *Obras Completas de D. João de Castro*. Coimbra: Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1968-1976, 4 vols.
- Tombo do “Estado da Índia”* «Tombo do “Estado da Índia» in Rodrigo José de Lima Felner – *Subsídios para a História da Índia Portuguesa*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1868.
- VDJC* Jacinto Freire de Andrade – *Vida de Dom João de Castro, Quarto Viso-Rey da India*. Em Lisboa: Na officina Craesbeeckiana, 1651, citado por página, livro e número de parágrafo.

## INTRODUÇÃO

A 28 de Março de 1545, partia de Lisboa, com destino à Índia, a armada capitaneada por D. João de Castro, fidalgo da Casa Real, nomeado capitão-mor e governador do “Estado da Índia”. Três anos depois, a 6 de Junho de 1548, Castro falecia em Goa, detendo então o título de vice-rei, que recebera duas semanas antes, mas que nem usufruíra por doença grave, que o ia atormentando e dificultando a governação. Após a vitória portuguesa no segundo cerco de Diu, entre Março e Novembro de 1546, que marcou profundamente o seu governo e a memória da sua acção na Ásia, Castro alimentará duas frentes de guerra, uma em Goa, contra o sultanato de Bijapur, e outra no Norte da península do Hindustão, contra o sultanato do Guzerate, debatendo-se ainda com consideráveis problemas financeiros para conseguir sustentar estes empreendimentos militares. A presente tese de doutoramento pretende ser um estudo de caso da governação do “Estado da Índia”.

A questão central que pretendemos analisar é qual o papel de D. João de Castro, enquanto capitão-mor e governador, na construção do “Estado da Índia”. Esta pergunta contém outras implicações directas que, apesar de uma fraseologia semelhante, procuram responder a outra questão, como seja, qual a importância e o impacto desta governação na consolidação da presença portuguesa na Ásia. Assim, este estudo tem, obrigatoriamente, uma componente biográfica, visto que gira à volta de uma figura politicamente central; contudo, não procura ser uma simples biografia, já que é o próprio desenvolvimento do “Estado da Índia” durante a sua governação que será sopesado.

Tentaremos também responder a outras perguntas: como é que D. João de Castro reestruturou a prática da guerra durante o seu governo e sustentou financeiramente as suas

diversas campanhas militares? Esta questão foi abordada à luz do debate da existência de uma “revolução militar” europeia, durante o período moderno, e do seu possível impacto em Portugal e no seu Império. Noutra linha, propusemo-nos compreender se este governador se distinguiu dos seus antecessores em termos políticos, e se aproveitou o seu cargo para firmar as suas próprias redes clientelares. Famoso pela entrada triunfal em Goa, onde foi coroado herói pela vitória do segundo cerco de Diu, tentámos avaliar se este e outros eventos simbólicos faziam parte de uma agenda pessoal de engrandecimento ou, ao invés, de consolidação da imagem da Coroa naquelas partes. Este estudo pretende também compreender o processo de mitificação (e mistificação) da figura de D. João de Castro e do seu governo ao longo dos séculos, analisando como é que a historiografia o retratou e de que forma se produziu aquilo que hoje sabemos sobre esta personagem da história portuguesa do século XVI. Outras questões serão formuladas a seu tempo.

Esta investigação enquadra-se na área da História da Expansão Portuguesa, com particular enfoque geográfico na Ásia, visto que aborda a construção e consolidação do “Estado da Índia”, mas será sobretudo focado no Índico ocidental, e na península do Hindustão, em virtude das campanhas militares aí empreendidas. Tal não significa que outras áreas do “Estado da Índia”, como um todo, não fossem contempladas no conjunto dos potentados asiáticos, ou seja, sujeito a pressões e dinâmicas políticas externas. Como demonstraremos, a Coroa portuguesa tentou impor-se num espaço económico onde os portugueses eram apenas mais um dos participantes da economia-mundo asiática. Como afirmou Sanjay Subrahmanyam, «a compreensão da política de comércio e das elites na Ásia portuguesa só é possível se não se esquecer a relatividade do nível local, inserido num conjunto de círculos concêntricos que formam o todo maior que é o oceano Índico ocidental»<sup>1</sup>. Porém, este estudo não se enquadra directamente na corrente historiográfica (e respectiva metodologia) denominada de *história global*<sup>2</sup>, visto que trata, na sua essência, uma problemática concreta de teor nacional que contribui para a compreensão do império marítimo português no período moderno, mas, conseqüentemente, da história dos impérios globais. Neste sentido, tentaremos também contribuir com uma leitura mais ampla da estratégia imperial de D. João III, realçando as suas tendências e a importância

---

<sup>1</sup> Sanjay Subrahmanyam – «O mundo comercial do oceano Índico ocidental, 1546-1565: uma interpretação política» in *Impérios em Concorrência. Histórias conectadas nos séculos XVI e XVII*. Lisboa: ICS; 2012, p. 155.

<sup>2</sup> Sobre o conceito e a aplicação da *história global*, vejam-se as obras de Sebastian Conrad – *What Is Global History?* Princeton: Princeton University Press, 2016 e James Belich, John Darwin, Margret Frenz e Chris Wickham (eds.) – *The Prospect of Global History*. Oxford: Oxford University Press, 2016, especialmente as respectivas introduções que contextualizam esta historiografia.

deste governador na consolidação deste mesmo espaço imperial, justificando assim o título que propusemos para esta tese.

A historiografia da expansão portuguesa sempre deu grande destaque à figura de D. João de Castro. Para além da cronística dos séculos XVI e XVII enaltecer a acção deste governador, os estudos históricos do século passado também lhe conferiram um papel de relevo. Em 1931, Carlos Selvagem declarava no seu compêndio de história militar que, ao falecer na Índia, Castro deixava «[...] um esplendor de virtude e austeridade, que não tinham todavia bastado para salvar a Índia do descabro, porque os seus vícios eram ingénitos e era já tarde demais para modificar a estrutura constitucional desse império»<sup>3</sup>. Na mesma década, Jaime Cortesão afirmava que «com D. João de Castro terminava o período épico da nossa história no Oriente»<sup>4</sup>, adoptando a ideia da decadência do “Estado da Índia” na segunda metade do século XVI dos próprios textos dos finais desse século, como por exemplo os de Diogo do Couto. Cortesão rematava ainda, a nosso ver de forma exagerada, que «[...] nos últimos anos do reinado de D. João III já a corrupção lavrara em todo o Oriente» e «tudo pouco a pouco se foi perdendo na onda de lama que subverteu de alto a baixo toda a máquina administrativa»<sup>5</sup>.

Recentes estudos têm demonstrado a vitalidade e as dinâmicas políticas do “Estado da Índia” na segunda metade dessa centúria, um período, aliás, de profundas mudanças e de crises estruturais<sup>6</sup>, até porque a primeira metade desse século parece-nos carecer de novos estudos para redimensionar a construção do império português. Como afirmou recentemente Francisco Contente Domingues, «sabe-se bastante menos do que se crê» sobre o século XVI português<sup>7</sup>. A produção académica nas duas últimas décadas sobre esse período centrou-se em espaços determinados, como a Província do Norte<sup>8</sup>, a

---

<sup>3</sup> Carlos Selvagem – *Portugal Militar. Compêndio de História Militar e Naval de Portugal*. Lisboa: INCM, 2006, 1ª ed. 1931, p. 310.

<sup>4</sup> Jaime Cortesão – *História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: INCM, 1993, p. 181, texto originalmente publicado no volume IV da História de Portugal dirigida por Damião Peres, em 1932.

<sup>5</sup> *Ibidem*, p. 185.

<sup>6</sup> Cf. a visão sintética de João Paulo Oliveira e Costa (coord.) – *História da Expansão e do Império Português*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2014, pp. 141-143.

<sup>7</sup> Francisco Contente Domingues – «O Império no Mar e na Terra (1495-1580)» in Nuno Severiano Teixeira (coord.) – *História Militar de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2017, p. 214.

<sup>8</sup> André Teixeira – *Baçaim e o seu território: política e economia (1534-1665)*. Lisboa: tese de doutoramento apresentada à FCSH-UNL, 2010, 2 vols. Tendo em conta que as próximas notas de rodapé mencionam teses e dissertações, remetemos sucintamente para o local da sua apresentação e defesa, ficando a referência completa na bibliografia final.

ilha de Ceilão<sup>9</sup> o Sudeste Asiático<sup>10</sup> ou o Extremo-Oriente<sup>11</sup>, passando inevitavelmente por Goa e a sua construção política e religiosa<sup>12</sup>, incluindo os seus aparelhos administrativos<sup>13</sup> e institucionais, como seja a Fazenda Régia<sup>14</sup> e as suas relações com potentados vizinhos<sup>15</sup>. Do ponto de vista social, vários trabalhos analisaram percursos de capitães<sup>16</sup>, governadores<sup>17</sup> e vice-reis<sup>18</sup> além de outros cargos<sup>19</sup> ou ainda a própria historiografia deste período<sup>20</sup>. Estas teses e dissertações contribuíram para um conhecimento mais aprofundado do “Estado da Índia”, permitindo compreender algumas das suas linhas de força numa diacronia de média-longa duração.

No campo da história militar, a arte da guerra em Portugal neste período tem sido alvo de relativo pouco interesse. Para além da nossa dissertação de metrado (sobre o segundo cerco de Diu), Tiago Machado de Castro tem vindo a desenvolver investigação sobre os bombardeiros portugueses quinhentistas<sup>21</sup>. A tese de doutoramento de Luís Costa e Sousa<sup>22</sup>, sobre a arte da guerra em Portugal na segunda metade do século XVI, com posterior publicação em versão ampliada<sup>23</sup>, trouxe novos e relevantes dados sobre o

---

<sup>9</sup> Zoltán Biedermann – *A aprendizagem de Ceilão. A presença portuguesa em Srī Lankā entre estratégia talassocrática e planos de conquista territorial (1506-1598)*. Lisboa/Paris: FCSH-UNL e EPHE, 2005.

<sup>10</sup> Jorge Santos Alves – *Três sultanatos malaios do Estreito de Malaca nos séculos XV e XVI (Samudera-Pasai, Aceh e Malaca/Johor). Estudo Comparativo de História Social e Política*. Lisboa: FCSH-UNL, 2003 e Manuel Lobato – *Comércio, Conflito e Religião. Portugueses e Espanhóis nas Ilhas Molucas de 1512 a 1618. Contribuição para o estudo da presença europeia na Insulíndia na época dos Descobrimentos*. Lisboa: IICT, 2003.

<sup>11</sup> Francisco Roque de Oliveira – *A construção do conhecimento europeu sobre a China, c. 1500 – c. 1630*. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, 2003.

<sup>12</sup> Ângela Barreto Xavier – *A invenção de Goa. Poder imperial e conversões culturais nos séculos XVI e XVII*. Florença: IUE, 2003, publicada com o mesmo título – Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008.

<sup>13</sup> Ana Cláudia Joaquim – *As vias de sucessão no estado português da Índia (1524-1581)*. Lisboa: FCSH-UNL, 2014.

<sup>14</sup> Susana Münch Miranda – *A Administração da Fazenda Real no Estado da Índia (1517-1640)*. Lisboa: FCSH-UNL, 2007.

<sup>15</sup> Jorge Flores – *Firangistân e Hindustân: o Estado da Índia e os confins meridionais do Império Mongol (1572-1636)*. Lisboa: FCSH-UNL, 2004.

<sup>16</sup> Teresa Lacerda – *Os Capitães das Armadas da Índia no reinado de D. Manuel I – uma análise social*. Lisboa: FCSH-UNL, 2006 e Andreia Martins de Carvalho – *Nuno da Cunha e os capitães da Índia, 1529-1538*. Lisboa: FCSH-UNL, 2006.

<sup>17</sup> Alexandra Pelúcia – *Martim Afonso de Sousa e a sua linhagem: a elite dirigente do Império Português nos reinados de D. João III e D. Sebastião*. Lisboa: FCSH-UNL, 2007, publicado posteriormente: *Martim Afonso de Sousa e a sua Linhagem. Trajectórias de uma elite no Império de D. João III e de D. Sebastião*. Lisboa: CHAM, 2009.

<sup>18</sup> Nuno Vila-Santa – *A Casa de Atouguia, os Últimos Avis e o Império. Dinâmicas entrecruzadas na carreira de D. Luís de Ataíde (1516-1581)*. Lisboa: FCSH-UNL, 2013, editado com o título: *Entre o Reino e o Império. A Carreira político-militar de D. Luís de Ataíde 1516-1581*. Lisboa: ICS, 2015.

<sup>19</sup> Carla Lima Pereira – *A Capitania-mor do Mar da Índia (1502-1564)*. Lisboa: FCSH-UNL, 2016.

<sup>20</sup> José Manuel Garcia – *A Historiografia Portuguesa dos Descobrimentos e da Expansão (séculos XV a XVII). Autores, obras e especializações memoriais*. Porto: FLUP, 2006, 2 vols.

<sup>21</sup> Veja-se a sua tese mestrado: Tiago Machado de Castro – *Bombardeiros na Índia. Os homens e as artes da artilharia portuguesa (1498-1557)*. Lisboa: FLUL, 2011.

<sup>22</sup> Luís Costa e Sousa – *Escrita e Prática de Guerra em Portugal 1573-1612*. Lisboa: FLUL, 2013.

<sup>23</sup> Luís Costa e Sousa – *Construir e Desconstruir a Guerra em Portugal (1568-1598)*. Lisboa: IESM, 2016.

assunto. José Virgílio Pissara contribuiu para um renovado conhecimento da história marítima, com um estudo seminal sobre o galeão português<sup>24</sup>, e Luís Falcão da Fonseca com um tese acerca da centralidade das galés na guerra naval, na segunda metade do século XVI<sup>25</sup>. Numa perspectiva comparada, Dario Testi analisou de forma descritiva as campanhas portuguesas e castelhanas entre o século XV e as duas primeiras décadas do seguinte, vislumbrando similitudes e diferenças cruciais entre estes projectos expansionistas<sup>26</sup>. Algumas sínteses recentes da história militar deste período, escritas para o grande público, como a *Nova História Militar*<sup>27</sup>, ou as coordenadas por Nuno Severiano Teixeira<sup>28</sup> e a de Francisco Garcia Fitz e João Gouveia Monteiro<sup>29</sup> permitiram sistematizar ideias gerais, deixando implícito o muito que ainda há para compreender sobre a guerra em Portugal e no seu império durante a época moderna.

Filiamos este trabalho nos estudos empreendidos por, entre outros, João Paulo Oliveira e Costa, Alexandra Pelúcia e Nuno Vila-Santa sobre as governações do “Estado da Índia” e a consolidação das suas estruturas administrativas no século XVI. Na confluência entre a historiografia sobre a expansão portuguesa na Ásia e, em parte, a história militar, esta tese pretende colmatar a lacuna historiográfica do governo de D. João de Castro. Efectivamente, apesar de vários artigos generalistas sobre o percurso de Castro enquanto figura humanista da expansão portuguesa, em nossa opinião nenhum estudo procurou documentar a fundo a sua evolução e as condicionantes da sua governação. Mas revisitemos, de forma sumária, o que foi escrito sobre este fidalgo.

A figura de D. João de Castro foi reavivada no século XIX graças à publicação dos seus famosos *Roteiros* de navegação. Em 1833, António Nunes de Carvalho editava em Paris, o *Roteiro do Mar Roxo*, conforme manuscrito preservado na British Library<sup>30</sup>; em 1843 era a vez de Diogo Köpke publicar, no Porto, o *Roteiro de Goa a Diu*, segundo

---

<sup>24</sup> José Virgílio Pissarra – *Portugal e o Desenvolvimento das Marinhas Oceânicas. O Galeão Português. 1518–1550*. Lisboa: FLUL, 2016.

<sup>25</sup> Luís José Torres Falcão da Fonseca – *Guerra e Navegação a remos no Mar Oceano. As Galés na política naval hispânica*. Lisboa: FLUL, 2012.

<sup>26</sup> Dario Testi – *Historia Militar del Primer Siglo de Expansión Colonial Luso–Castellana 1402–1521*. León: Universidad de León, 2017.

<sup>27</sup> Para o período moderno: Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (dir.) – *Nova História Militar de Portugal*. Vol. 2 – coord. António Manuel Hespanha, Lisboa: Círculo de Leitores, 2004.

<sup>28</sup> Nuno Severiano Teixeira (coord.) – *História Militar de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2017; o período moderno, de 1495 a 1820, ficou a cargo de Francisco Contento Domingues.

<sup>29</sup> Francisco García Fitz and João Gouveia Monteiro – *War in the Iberian Peninsula, 700-1600*. London/New York: Routledge, 2018; o capítulo sobre a guerra no século XVI foi dividido entre guerra terrestre, a cargo de Luís Costa e Sousa, e naval, da responsabilidade de Vitor Luís Gaspar Rodrigues.

<sup>30</sup> Antonio Nunes de Carvalho (ed.) – *Roteiro em que se contem a viagem que fizeram os portugueses no anno de 1541, partindo da nobre cidade de Goa atee Soez [...] por Dom Ioam de Castro*. Paris: vende-se em casa de Baudry e Theoph. Barrois, 1833.



um manuscrito que se crê ser o original, infelizmente hoje desaparecido<sup>31</sup>; já João de Andrade Corvo terminava a trilogia em 1882, publicando em Lisboa o *Roteiro de Lisboa a Goa*, seguindo dois códices da Biblioteca Pública de Évora<sup>32</sup>. A partir destas edições, D. João de Castro passou a ser visto e analisado sobretudo na sua vertente científica, ou seja, na sua «dimensão mais inovadora e vanguardista em várias áreas da ciência»<sup>33</sup>. Mudou-se o paradigma do capitão de guerra, do herói de Diu, assente, como veremos, nas obras publicadas nos séculos XVI e XVII, para, como afirmou António Borges Coelho, «as descobertas do geógrafo, do hidrógrafo, do cientista dos Roteiros e também na novidade das suas concepções epistemológicas», rematando que «de algum modo, cada época retira o que mais lhe serve»<sup>34</sup>. A publicação, em 1835, de uma edição anotada por Frei Francisco de S. Luís (posteriormente conhecido como Cardeal Saraiva) da biografia clássica de Castro, escrita por Jacinto Freire de Andrade no século XVII, incluindo 65 documentos originais<sup>35</sup>, ajudou também a reanimar o interesse por este fidalgo, tendo em conta que já impunha uma visão crítica dos relatos da época a partir das fontes manuscritas.

Manoel de Sousa Pinto publicou, em 1912, uma pequena biografia de D. João de Castro<sup>36</sup>, pela Livraria Ferin, de Lisboa, primeiro número de uma colecção denominada “Grandes Vultos Portugueses”, que incluía biografias de Gil Vicente (da autoria de Brito Rebelo) e Afonso de Albuquerque (de António Baião). Na década de 1920, António Baião seria também responsável por revitalizar as façanhas militares deste governador, com a edição do *Tratado do Segundo Cerco de Diu*<sup>37</sup>, de Leonardo Nunes, segundo um manuscrito (hoje desaparecido) em posse de D. Carlos de Sousa Coutinho, 6.º Conde de Linhares, anexando mais de 60 cartas (por vezes apenas excertos) da Colecção de São Lourenço, depositada na Torre do Tombo, e de outros documentos da Biblioteca da Ajuda. Na década seguinte, J.D.M. Ford publicava em Harvard o códice da *Crónica de*

---

<sup>31</sup> Diogo Köpke (ed.) – *Primeiro roteiro da costa da Índia desde Goa até Dio [...] por Dom João de Castro*. Porto: Typ. Commercial Portuense, 1843.

<sup>32</sup> João de Andrade Corvo (ed.) – *Roteiro de Lisboa a Goa por D. João de Castro*. Lisboa: por ordem e na Typographia da Academia Real das Sciencias, 1882.

<sup>33</sup> José Manuel Garcia – «D. João de Castro: um homem de guerra e ciência» in Francisco Faria Paulino (coord.) – *Tapeçarias de D. João de Castro*. Lisboa: MNAA/CNCDP, 1995, p. 30.

<sup>34</sup> António Borges Coelho – *O vice-rei Dom João de Castro*. Lisboa: Caminho, 2003, p. 24.

<sup>35</sup> Jacinto Freire de Andrade – *Vida de D. João de Castro*. Notas e documentos originais e inéditos de D. Fr. Francisco de S. Luiz. Lisboa: Na Typographia da Academia Real das Sciencias, 1835.

<sup>36</sup> Manuel de Sousa Pinto – *Dom João de Castro*. Lisboa: Livraria Ferin, 1912

<sup>37</sup> António Baião – *História quinhentista (inédita) do Segundo Cêrco de Dio ilustrada com a correspondência original, também inédita, de D. João de Castro, D. João de Mascarenhas e outros*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925.

*Dom João de Castro*<sup>38</sup>, também da autoria de Leonardo Nunes, aprofundando a importância deste autor na divulgação dos feitos deste governador no século XVI.

A vida de D. João de Castro continuou a ser tomada como modelo a seguir. Rocha Martins dedicou-lhe um pequeno volume na colecção infanto-juvenil “Heróis, Santos e Mártires da Pátria”, publicado em 1928<sup>39</sup>, e o Estado Novo viria a mantê-lo no panteão do momento áureo da história nacional que eram os Descobrimentos. Em 1940, ano festivo do duplo centenário da fundação (1140) e refundação (1640) do Reino, A. Fontoura da Costa prefaciava e anotava novas edições dos famosos três *Roteiros*, e dos restantes trabalhos científicos de Castro, publicando-os pela Agência Geral das Colónias<sup>40</sup>, juntamente com uma nova edição da biografia de Jacinto Freire de Andrade<sup>41</sup>. Uma súpula dos feitos científicos dos Roteiros era ainda dada à estampa em 1942, numa pequena obra da autoria de Augusto Reis Machado, também publicada pela mesma agência, na colecção de divulgação “Pelo Império”<sup>42</sup>. O mesmo esforço seria feito em 1951, num curto opúsculo de 40 páginas, de Estêvão Pinto, publicado na série “Grandes Portugueses” do Secretariado Nacional de Informação. O objectivo destas obras era o de exaltar um «nacionalismo exemplar», como lembrou Luís Reis Torgal<sup>43</sup>.

No entanto, em 1946 Elaine Sanceau, autora de origem inglesa radicada em Portugal, publicava uma biografia de D. João de Castro<sup>44</sup>, depois de editar outras sobre Afonso de Albuquerque (1936) e o Infante D. Henrique (1942). A obra sobre Castro destacava-se por se fundamentar sobretudo na documentação dos arquivos e apresentava uma visão crítica dos acontecimentos narrados na cronística da época, mas continuava a enveredar por um discurso laudatório que o via como um dos «heróis da sua raça»<sup>45</sup> a

---

<sup>38</sup> Leonardo Nunes – *Crónica de Dom João de Castro*. Ed. J.D.M. Ford. Cambridge: Harvard University Press, 1936.

<sup>39</sup> Rocha Martins – *D. João de Castro*. Lisboa: edição do autor, 1928; sobre esta obra e a sua datação veja-se a base de dados literária de Pedro Almeida, consultada online através de arquivo digital: <https://web.archive.org/web/20140227050707/http://pedroalmeidavieira.com/indexbh.asp?p/785/1089/3841/R/3841/1723/>, consultado a 20-I-2020.

<sup>40</sup> *Roteiros de D. João de Castro*. Prefácio e anotações de A. Fontoura da Costa. Lisboa Agência Geral das Colónias, 1940, vol. I – *Roteiro de Lisboa a Goa (1538)*, II – *Roteiro de Goa a Diu (1538-1539)*, III – *Roteiro de Goa a Suez ou do Mar Roxo (1541)*; *Tratado da sphaera, Da geografia, Notação famosa, Informação sobre Maluco de D. João de Castro (inéditos)*. Prefácio e notas por A. Fontoura da Costa. Lisboa Agência Geral das Colónias, 1940.

<sup>41</sup> Jacinto Freire de Andrade – *Vida de D. João de Castro, quarto vice-rei da Índia*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1940.

<sup>42</sup> Augusto Reis Machado – *Viagens de D. João de Castro*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1942.

<sup>43</sup> Luís Reis Torgal – «História, Divulgação e Ficção» in Luís Reis Torgal, José Amado Mendes e Fernando Catroga – *História da História em Portugal, sécs. XIX-XX*. Lisboa: Temas e Debates, 1998, vol. 2 – *Da historiografia à memória histórica*, p. 172.

<sup>44</sup> Elaine Sanceau – *D. João de Castro*. Porto: Livraria Civilização, 1942.

<sup>45</sup> *Ibidem*, p. 394.

quem o mar seduziu. A investigação levada a cabo acabou por lhe permitir a publicação das *Cartas de D. João de Castro*, em 1955, pela Agência Geral do Ultramar, demonstrando o interesse estatal em promover a memória deste fidalgo<sup>46</sup>. Na década seguinte a mesma Agência publicava uma nova edição da obra de Freire de Andrade, revista por Justino Mendes de Almeida e conforme a edição *princeps* de 1651<sup>47</sup>.

Também, a nível “oficial”, os *Anais do Club Militar Naval* dedicaram um número comemorativo à figura de Castro em 1948, aproveitando os 400 anos da sua morte, com artigos sobre o «grande navegador e valoroso guerreiro cujas obras e feitos importa não esquecer e muito menos ignorar»<sup>48</sup>, donde destacamos o texto de Avelino Teixeira da Mota, acerca dos conhecimentos náuticos de Castro<sup>49</sup>.

Estas consecutivas publicações, quer de estudos quer de fontes, permitiram que um historiador francês, Jean-Baptiste Aquarone, apresentasse em França, em 1969, uma tese de doutoramento inteiramente dedicada a D. João de Castro<sup>50</sup>. A publicação de Aquarone contém uma visão séria e erudita, congregando toda a documentação conhecida e apresentando uma perspectiva global de Castro. Todavia, o estudo baseou-se apenas em fontes publicadas à época, ou seja, deixando de lado a maioria dos documentos de arquivo. À semelhança de outras obras sobre este governador, o autor deu uma atenção desmesurada ao segundo cerco de Diu face a outras vertentes do seu governo.

Grande entusiasta da obra científica de D. João de Castro, Luís de Albuquerque foi, nas décadas de 1970 e 1980, o principal responsável para que os feitos deste fidalgo fossem reapreciados. Para além de vários estudos acerca da importância dos seus *Roteiros* e de outros aspectos da sua governação<sup>51</sup>, coordenou com Armando Cortesão, a partir de

---

<sup>46</sup> Elaine Sanceau – *Cartas de D. João de Castro*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1955.

<sup>47</sup> Jacinto Freire de Andrade – *Vida de Dom João de Castro, quarto vizo-rei da Índia*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1968.

<sup>48</sup> *Anais do Club Militar Naval*, Maio-Junho 1948, t. LXXVIII, n.º 5-6, p. 212.

<sup>49</sup> Avelino Teixeira da Mota – «D. João de castro, navegador e hidrógrafo»..., cit, pp. 301-361.

<sup>50</sup> Jean Baptiste Aquarone – *D. João de Castro, gouverneur et vice-roi des Indes orientales, 1500-1548: contribution à l'histoire de la domination portugaise en Asie et à l'étude de l'astronautique, de la géographie et de l'humanisme au XVIe siècle*. Paris: Presses Universitaires de France, 1968, 2 vols. Um capítulo da sua tese de doutoramento complementar, dedicada à obra científica de Castro foi publicada posteriormente em «L'Humanisme de D. João de Castro», *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XI, 1977, pp. 291-327. Sobre a biografia deste investigador, veja-se o texto introdutório de Adrien Roing na colectânea de estudos: *Hommage au Professeur Jean-Baptiste Aquarone*. Paris: FCG/CCP, 1981, p. IX-XV.

<sup>51</sup> Sobre a vertente científica e humanista veja-se «D. João de Castro – Os Descobrimientos e o progresso científico em Portugal no século XVI», *Boletim da Academia Internacional da Cultura Portuguesa*, N.º 1, 1966, pp. 92-108; acerca da sua governação, Albuquerque editou dois pequenos volumes na colecção que dirigiu na Alfa (“Biblioteca da Expansão Portuguesa”), compilando oito estudos que dedicou a esta figura: *Alguns casos da Índia Portuguesa no Tempo de D. João de Castro*. Lisboa: Alfa, 1989, 2 vols. (n.º 6 e 7 da referida colecção); já em 1987 e 1988 Albuquerque publicara uma versão resumida destes estudos, em dois artigos sucessivos na revista da Universidade de Praga: «Notas sobre a Índia Portuguesa ao tempo de

1968, a edição das *Obras Completas de D. João de Castro*, que se estenderia até 1981, em quatro volumes<sup>52</sup>. Nos dois primeiros (1968 e 1971) foram reeditados e anotados profusamente as obras científicas. Já os volumes III (1976) e IV (1981) compulsaram a correspondência manuscrita, de e para Castro, publicando-a na íntegra ou em resumos. O último volume continha ainda alguns estudos anexos e o magistral artigo de R. Hooykaas, *Science in Manueline style*, com uma análise aprofundada da importância de D. João de Castro na história da ciência<sup>53</sup>. Desde então, as *Obras Completas* têm sido utilizadas por várias gerações de investigadores, permitindo traçar, com alguma certeza, a biografia do Governador e as diversas vertentes da sua governança. Contudo, as transcrições apresentadas nos últimos dois volumes revelam problemas do ponto de vista metodológico que referiremos adiante, quando da descrição das fontes utilizadas.

Outros investigadores abordaram a obra e o período de Castro, como Luís Filipe Barreto<sup>54</sup>, Suzanne Daveau<sup>55</sup>, Luís Filipe F.R. Thomaz<sup>56</sup> e Vítor Luís Gaspar Rodrigues<sup>57</sup>. A organização da exposição sobre as *Tapeçarias de D. João de Castro*, em 1995, pela Comissão Nacional dos Descobrimentos Portugueses, permitiu congregar as opiniões e

---

D. João de Castro», *Ibero-Americana Pragmática*, Ano XXI/XXII, 1987-1988, pp. 11-34 e 57-77; a melhor síntese deste autor sobre D. João de Castro está publicada na sua obra *Navegadores, viajantes e aventureiros portugueses, sécs. XV–XVI*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1987, vol. 2, pp. 106-120.

<sup>52</sup> Armando Cortesão e Luís de Albuquerque – *Obras Completas de D. João de Castro*. Coimbra: Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1968-1976, 4 vols.

<sup>53</sup> R. Hooykaas – «Science in Manueline style» in Armando Cortesão e Luís de Albuquerque – *Obras Completas de D. João de Castro*, cit., vol. 4, pp. 231-426; do mesmo autor veja-se também «The Erasmian influence on D. João de Castro», *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXVII, 1979, pp. 1-29, reeditado no mesmo ano na série de *Separatas Verdes*, n.º CXIV, do Centro de Estudos de Cartografia Antiga.

<sup>54</sup> Luís Filipe Barreto – «O Tratado da Esfera de D. João de Castro» in *Caminhos do Saber no Renascimento Português*. Estudos de história e teoria da cultura. Lisboa: INCM, 1986, pp. 29-107.

<sup>55</sup> Suzanne Daveau – «Qui est l'auteur du Tratado da Esfera attribué à Dom João de Castro?», *Mare Liberum*, n.º 10, 1995, pp. 33-54.

<sup>56</sup> Luís Filipe F.R. Thomaz – *A questão da pimenta em meados do século XVI: um debate político do governo de D. João de Castro*. Lisboa: CEPCEP, 1998.

<sup>57</sup> Vítor Luís Gaspar Rodrigues – «A “reformação” das estruturas militares do “Estado da Índia” com D. João de Castro (1545–1548)» in *Os Mares do Oriente. A presença Portuguesa circa 1507. Actas do X Simpósio de História Marítima*. Lisboa: Academia de Marinha, 2011, pp. 137-149; «D. João de Castro (1500-1548). Cientista, militar e governante» in João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues – *Construtores do Império. Da conquista de Ceuta à criação do Governo-Geral do Brasil*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2017, pp. 259-286. Para estudos de outros investigadores, vejam-se, a título de exemplo, Timothy J. Coates – «D. João de Castro's 1541 Red Sea Voyage in the Greater Context of Sixteenth-Century Portuguese-Ottoman Red Sea Rivalry» in Caesar E. Farah (ed.) – *Decision making and change in the Ottoman Empire*. Missouri: Thomas Jefferson University Press, 1993, pp. 263-285; Paul Lunde – «João de Castro's survey of the West Coast of India (1538)» in Lotika Varadarajan (ed.) – *Gujarat and the Sea*. Vadodara: Darshak Itihas Nidhi, 2011, pp. 199-220; Onésimo Teotónio de Almeida – «O moderno D. João de Castro» in *O Século dos Prodígios. A Ciência no Portugal da Expansão*. Lisboa: Quetzal, 2018, pp. 183-207 (refundindo vários outros artigos do autor sobre este assunto); Dejanirah Couto – «Dom João de Castro et les routiers nautiques portugais» in Emmanuelle Vagnon e Éric Vallet (eds.) – *La Fabrique de l'Océan Indien. Cartes d'Orient et d'Occident (Antiquité-XVI<sup>e</sup> siècle)*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2017, pp. 231-237.

interpretações de vários historiadores, dando à estampa um catálogo coordenado por Francisco Faria Paulino, com vários estudos de referência, como os de Rafael Moreira e Annemarie Jordan-Gschwend sobre aspectos biográficos de Castro e da sua governação<sup>58</sup>. O capítulo de José Manuel Garcia aí publicado é ainda hoje, em nossa opinião, o melhor estudo crítico sobre a sua governação<sup>59</sup>. Paralelamente a esta exposição foi dado à estampa um conjunto alargado de fontes cronísticas sobre este período: a *Crónica do Vice-Rei D. João de Castro*, da autoria de Frei Fernando de Castro<sup>60</sup>, neto do visado; a *Relação das proezas* de Diogo de Teive (1548)<sup>61</sup>, narrando o segundo cerco de Diu; e o *Sumário das Coisas Sucedidas a D. João de Castro*<sup>62</sup>, de autoria anónima (1549). Em 2003, António Borges Coelho publicava a mais recente biografia sobre Castro, com capítulos sucintos e numa abordagem mais temática e de divulgação geral da sua vida<sup>63</sup>. Durante o período de investigação desta tese, também pudemos já contribuir com alguns artigos sobre o percurso e o governo de D. João de Castro, cujos dados foram reaproveitados e refundidos no presente estudo<sup>64</sup>.

Mais recentemente, em 2013, Nuno Martins defendeu uma tese de doutoramento em Sociologia Histórica, no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, intitulada *Império e Imagem: D. João de Castro e a retórica do Vice-Rei (1505-1548)*<sup>65</sup>. Aí procurou analisar este governador na sua ligação com a cultura visual e com a criação de um discurso retórico inerente ao cargo de vice-rei. No entanto, falta-lhe, a nossa ver, analisar a fundo as fontes deste período, levando-nos a discordar de algumas posições

---

<sup>58</sup> Francisco Faria Paulino (coord.) – *Tapeçarias de D. João de Castro*. Lisboa: MNAA/CNCDP, 1995.

<sup>59</sup> José Manuel Garcia – «D. João de Castro: um homem de guerra e ciência»..., cit., pp. 13-48.

<sup>60</sup> D. Fernando de Castro – *Crónica do Vice-Rei D. João de Castro*. Ed. Luís de Albuquerque e Teresa Cunha Matos. Tomar: Escola Superior de Tecnologia de Tomar/CNCDP, 1995. Anote-se que, nesta tese, nos referimos a este neto do Governador como Frei Fernando, fórmula que usou na documentação consultada, e não como Dom Fernando, apesar de assim vir referido o seu nome no fólio de abertura da sua crónica manuscrita. Esta formulação facilita também a sua distinção face ao seu meio-irmão, o bispo Inquisidor-Geral D. Francisco, clérigo secular.

<sup>61</sup> Diogo de Teive – *Relação das proezas levadas a efeito pelos a efeito pelos portugueses na Índia, junto de Diu, no ano da nossa salvação de 1546*. Lisboa: Cotovia, 1995.

<sup>62</sup> *Sumário das coisas sucedidas a Dom João de Castro, governador do Estado da India...* Lisboa: Cotovia/CNCDP, 1995.

<sup>63</sup> António Borges Coelho – *O vice-rei Dom João de Castro*, cit., 2003.

<sup>64</sup> Roger Lee de Jesus – «Entre Ceuta, Tânger e o Estreito: o percurso Norte-Africano de D. João de Castro (1518-1544)» in *Ceuta e a Expansão Portuguesa*, Lisboa: Academia de Marinha, 2016, pp. 493-511; «Abastecer a Guerra noutra Oceano: o Armazém das Armas de Goa em 1545-1546» in *Actas do XXIV Colóquio de História Militar – Nos 600 Anos da Conquista de Ceuta – Portugal e a Criação do Primeiro Sistema Mundial*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2016, pp. 169-220; «A desvalorização do bazaruco de Goa em 1542-1545» in Bruno Lopes e Roger Lee de Jesus (orgs.) – *Finanças, Economia e Instituições no Portugal Moderno (séculos XVI-XVIII)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019, pp. 91-131.

<sup>65</sup> Nuno Martins – *Império e Imagem: D. João de Castro e a retórica do Vice-Rei (1505-1548)*. Lisboa: tese de doutoramento apresentada ao ICS-UL, 2013.

assumidas. A presente tese de doutoramento insere-se num âmbito diferente da de Nuno Martins, procurando uma visão mais global do governo de D. João de Castro e ancorada noutra base documental.

A possibilidade de visitarmos, em 2013 e 2016, a Província do Norte (incluindo Diu) e Goa despertou a nossa atenção para a importância imprescindível de observar o território para se entender muito daquilo que as fontes relatam. Só assim se compreende, em concreto, o drama de Goa enquanto capital isolada numa ilha (que antevia um grave problema de assoreamento do rio) e a constituição das suas Terras Firmes; o tecido socio-económico do território de Baçaim e Damão, polvilhado de dispositivos defensivos e igrejas; ou a imponência da fortaleza de Diu e a exiguidade do seu espaço interior. Como arguia Fernão Lopes de Castanheda, no prólogo do primeiro *Livro* da sua *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, publicado em 1551, «vii os lugares em que se fizeram as cousas que avia de escrever pera que fossem mais certas: porque muitos scritores fizeram grandes erros no que screverão por não saberem os lugares de que screvião»<sup>66</sup>. Este conhecimento pessoal do terreno possibilitou-nos uma visão mais alargada da realidade do “Estado da Índia”, o que julgamos estar plasmada na análise empreendida nesta tese.

As fontes manuscritas que utilizámos nesta investigação espalham-se por vários arquivos e bibliotecas, nacionais e estrangeiros. É necessário referir que o estudo do governo de D. João de Castro aufere de uma particularidade documental: preserva-se hoje, quase na sua íntegra, o seu arquivo pessoal. O Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa) possui duas colecções que, juntas, correspondem aos documentos que Castro manejou e decidiu guardar, tendo sido herdados pelo seu filho mais velho, D. Álvaro de Castro, que o acompanhou nas suas idas à Índia e que preservou a documentação. Trata-se das colecções denominadas “Cartas a D. João de Castro” e parte da “Colecção São Lourenço”. A história custodial destes fundos é bem conhecida<sup>67</sup>. O primeiro, constituído por quatro volumes, foi adquirido pelo Cardeal Saraiva (Fr. Francisco de S. Luís) em 1827, tendo estado posteriormente na posse do conselheiro António José Marques Correia Caldeira (1815-1876). Foi comprado pelo Estado em 1879 e incorporado no ANTT em 1881, contabilizando mais de trezentas cartas de ou para D. João de Castrou e seu filho,

---

<sup>66</sup> Fernão Lopes de Castanheda – *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*. Ed. Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão – Editores, 1979, vol. I, p. 5.

<sup>67</sup> Veja-se a informação disponibilizada pelo próprio Arquivo Nacional da Torre do Tombo no portal online: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=3909554> e <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4164752>, consultado a 20-I-2020.

D. Álvaro. A segunda colecção, de seis volumes, adveio da Casa dos Condes de São Lourenço, descendentes dos Condes de Castanheira. O primeiro volume integra documentação avulsa, com especial incidência no século XVI, e faria parte dos Códices do 1.º Conde de Castanheira, D. António de Ataíde. Os volumes dois a cinco contêm vasta correspondência reunida por D. Álvaro de Castro, que casou com uma neta deste Ataíde. Por sua vez, o sexto e último volume regista uma versão truncada do *Tratado dos Gama* de Diogo do Couto. Apesar de os três primeiros volumes desta Colecção terem sido editados sob a direcção de Elaine Sanceau, entre 1973 e 1983<sup>68</sup>, os dois restantes códices contêm centenas de cartas inéditas também referentes ao governo de D. João de Castro. E esta é a pedra de toque: contabilizámos (e foram analisados) cerca de 950 documentos, na sua maioria correspondência directa (de e para D. João de Castro ou seu filho D. Álvaro), missivas e alvarás, relacionados com esta governação. De nenhum outro governo anterior, à excepção talvez do de Afonso de Albuquerque, se preservou tanta documentação<sup>69</sup>.

Para além das duas mencionadas colecções da Torre do Tombo, outros fundos foram consultados, como o infindável *Corpo Cronológico*, as *Cartas dos Vice-Reis da Índia* e os *Fragmentos*. Na Biblioteca Nacional de Portugal (Lisboa), vários códices avulsos permitiram completar a documentação que tínhamos arrolado na Torre. Na Biblioteca da Ajuda (Lisboa), que continua a ser um depósito quase desconhecido e virgem de documentação ultramarina, consultámos cinco códices essenciais para o nosso estudo (Cod. 51-VII-8 e 19 a 22), que contêm o *Livro das Mercês de D. João de Castro*, as várias devassas e autos levantados durante este período, os pedidos de pareceres aos fidalgos e oficiais da Índia, bem como registos administrativos e financeiros vários, nomeadamente os da reconstrução da fortaleza de Diu, para além de outros códices com cópias avulsas de correspondência dessa época. A colecção de manuscritos e de miscelâneas da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra ainda preserva alguns documentos dos séculos XVI e XVII que utilizámos pontualmente. Na Biblioteca Pública de Évora pudemos consultar o manuscrito da *Crónica do Vice-Rei Dom João de Castro*,

---

<sup>68</sup> *Colecção de São Lourenço*. Lisboa: CEHU/IICT, 1973/1975/1983, 3 vols; os dois primeiros volumes foram preparados e anotados por Elaine Sanceau, que apenas conseguiu anotar parcialmente o terceiro volume, tendo este sido organizado por Maria de Lourdes Lalande.

<sup>69</sup> A principal diferença entre a correspondência de Albuquerque e Castro é que do primeiro subsistem 116 cartas endereçadas ao monarca e do segundo só 10 durante o seu governo; em termos analíticos, as cartas de Albuquerque cumprem também um propósito diferente: justificar a sua acção e procurar o suporte das actividades levadas a cabo, conforme mostrou Francisco Bethencourt – «The Political Correspondence of Albuquerque and Cortes» in Francisco Bethencourt e Florike Egmond (eds.) – *Correspondence and Cultural Exchange in Europe, 1400-1700*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 221.

de Frei Fernando de Castro, seu neto, comparando-o com a edição publicada e compreendendo algumas particularidades do original. Na Biblioteca-Arquivo da Fundação Casa de Bragança (Vila Viçosa) examinámos o testamento de D. João de Castro e uma das únicas cartas do seu filho, D. Fernando de Castro, escrita durante o segundo cerco de Diu<sup>70</sup>.

Fora de Portugal, consultámos documentos da Bibliothèque Nationale de France (Paris – França), disponibilizados online, bem como do Archivum Romanum Societatis Iesu (Roma - Itália)<sup>71</sup>, cuja cópia digital nos foi facultada nas instalações da Brotéria, em Lisboa. Na Houghton Library da Universidade de Harvard (Boston – EUA) analisámos o manuscrito da *Crónica de Dom João de Castro*, de Leonardo Nunes, anotado por Frei Fernando de Castro<sup>72</sup>. Visitámos outros arquivos que não apresentaram fontes relevantes para este estudo. É o caso do Directorate of Archives & Archaeology de Goa, onde não lográmos encontrar documentação inédita *ad hoc*, apesar de identificarmos vários traslados posteriores com potencial interesse para temáticas afins a esta investigação.

Neste levantamento de fontes, socorremo-nos frequentemente da obra de Georg Schurhammer, as famosas *Quellen*<sup>73</sup>, um arrolamento de fontes respeitante ao período da presença de Francisco Xavier na Ásia (1538-1552) que ainda hoje impressiona pelo alcance arquivístico e pela erudição demonstrada numa era pré-digital.

Para contrabalançar as fontes portuguesas, procurámos, tanto quanto possível, recorrer a fontes asiáticas que permitissem complementar os dados recolhidos e compreender a verdadeira dimensão e o impacto deste governo. Porém, estas são em muito menor número e de âmbito muito mais restrito que as portuguesas<sup>74</sup>. Das diversas categorias apontadas por Subrahmanyam sobre as fontes locais de possível interesse para a presença portuguesa na Ásia<sup>75</sup>, apenas lográmos trabalhar com crónicas indianas, otomanas e iemenitas<sup>76</sup>, visto que este é o único tipo de fontes relevante neste período,

---

<sup>70</sup> Ambos os documentos foram recentemente adquiridos pela Fundação: BDM-II Res. 52 e 60 Adq (ms).

<sup>71</sup> Em particular o Códice *Goa 38*, com muita documentação referente a este período.

<sup>72</sup> Harvard University – Houghton Library, Ms Port 4661 – *Cronica de Dom Joao de Castro*.

<sup>73</sup> Georg Schurhammer – *Die zeitgenössischen Quellen zur Geschichte Portugiesisch-Asiens und seiner Nachbarländer zur Zeit des HL. Franz Xaver (1538-1552)*. Roma: Institutum Historicum S.I, 1962, 2ª ed.

<sup>74</sup> Para uma lista bastante completa das fontes asiáticas, veja-se Georg Schurhammer – *Francis Xavier: his life, his times*. Rome: The Jesuit Historical Institute, 1977, vol. II, pp. 659-677.

<sup>75</sup> Sanjay Subrahmanyam – «Perspectivas indianas sobre a presença portuguesa na Ásia, 1500-1700» in *Impérios em Concorrência...*, cit., pp. 33-64, em particular as pp. 40-46; já Jean Aubin discursara, em 1971, sobre a escassez de fontes manuscritas produzidas no mundo Índico – *Quelques remarques sur l'étude de l'Océan Indien au XVII<sup>e</sup> siècle*. Coimbra: Centro de Estudos de Cartografia Antiga, 1972, Separata Verde n.º LXXXV, pp. 9-11.

<sup>76</sup> Sobre estas últimas utilizamos a muito útil colectânea de R.B. Serjeant – *The Portuguese off the South Arabian Coast. Hadrami Chronicles*. Beirut; Librairie du Liban, 1974, 2ª ed., corrigida.



com interesse para nós. Salientamos, dentro destas fontes, a *Crónica Árabe do Guzerate*, da autoria do árabe Hajji ad-Dabi, escrita nos inícios do século XVII, e que documenta a história desse sultanato, facultando informações valiosas que nos permitiram compreender melhor o contexto político local<sup>77</sup>.

A elevada quantidade de fontes reunidas levou-nos a criar uma base de dados relacional, recorrendo ao Microsoft Access, facilitando a organização da informação recolhida. Aí reunimos todas as referências documentais que levantámos, quer de fontes manuscritas quer publicadas. Contudo, demorámos mais tempo do que esperávamos no momento de levantamento dos manuscritos.

Efectivamente, como referimos, uma parte considerável da correspondência encontra-se transcrita e resumida nos volumes III e IV das *Obras Completas de D. João de Castro* e iniciámos o nosso trabalho de levantamento de fontes a partir desta obra. Apercebemo-nos que essa meritória publicação não manteve coerência ao longo das páginas, pois foram transcritos os documentos considerados relevantes – «consoante a sua importância»<sup>78</sup> –, com resumos da maior parte dos restantes, mas sem especificar os critérios desta importância. Mais grave são as muitas cartas que foram truncadas, com parágrafos e fólhos omitidos na totalidade, por vezes por nítido erro de salto de linhas, outras assinalando esse corte com simples reticências no meio da transcrição. Vejam-se, a título de exemplo, dois casos patentes no volume III: na carta de D. João de Mascarenhas a D. João de Castro, de 7 de Outubro de 1545<sup>79</sup>, as reticências da terceira linha correspondem a seis linhas de texto omitidas, e no final desse mesmo parágrafo foram cortadas mais dez linhas do manuscrito original; o início do último parágrafo dessa carta não possui dezasseis linhas e o final mais sete, não se compreendendo o porquê destas omissões, quase de carácter aleatório. Outro exemplo mais flagrante é a carta de Aleixo de Sousa ao Governador, de 6 de Outubro de 1545 (erradamente datada de dia 8)<sup>80</sup>: para além da mesma ter sido desmembrada de um auto levantado ao dito Sousa, sem qualquer menção a esta questão de diplomática, as reticências no final do segundo parágrafo correspondem a um fólho inteiro omitido e, entre outros atropelos, no final do quarto parágrafo foram suprimidos quase dois fólhos e quase cinco fólhos no termo do parágrafo seguinte; todos indicados por meras reticências. Para além de muita documentação não

---

<sup>77</sup> *Zafar ul Walih bi Muzaffar wa Alhi – An Arabic History of Gujarat by Hajji ad-Dabir*, trans. M.F. Lokhandwala. Baroda: Oriental Institute, 1970, 2. vols.

<sup>78</sup> *OCDJC*, III, p. 1.

<sup>79</sup> *OCDJC*, III, pp. 84-85.

<sup>80</sup> *OCDJC*, III, pp. 85-87.

ter entrado sequer na compilação, este problema de transcrição levou-nos a rever todos os documentos originais e, na maior parte das vezes, a comparar as transcrições aí publicadas. Por esse motivo, optámos diversas vezes por recorrer às transcrições publicadas anteriormente, quer na obra de António Baião sobre o segundo cerco de Diu, quer nas de Elaine Sanceau, como as *Cartas de D. João de Castro* ou nos volumes editados da *Colecção de São Lourenço*.

Tendo em conta este manancial de fontes, esta correspondência representa o grosso da documentação utilizada. Aliás, como Francisco Bethencourt afirmou, a utilização de fontes epistolárias revela as subtilezas e as tensões políticas que não ficaram gravadas nas crónicas contemporâneas<sup>81</sup>. Tenhamos em atenção que a maior parte das cartas preservadas são dirigidas a D. João de Castro ou a D. Álvaro, subsistindo poucas (em termos proporcionais) escritas por estas duas figuras. Tal revela-nos apenas uma das partes do diálogo estabelecido entre as partes, e só a análise do conteúdo nos permite reconstituir o contexto e compreender os assuntos referidos.

Estruturámos esta tese em nove capítulos de numeração sucessiva, organizados em quatro partes, procurando passar de uma visão de largo espectro para o estudo concreto em apreço. Assim, a primeira parte pretende tecer o pano de fundo dos acontecimentos e compreender o contexto da criação e estruturação do “Estado da Índia” na primeira metade do século XVI. Para lá de uma perspectiva mais generalista sobre a evolução da presença portuguesa na Ásia durante as primeiras cinco décadas desse século, centramos a nossa atenção no governo de Martim Afonso de Sousa, antecessor de D. João de Castro, observando a situação do “Estado da Índia” quando da chegada do novo governador, em Setembro de 1545.

Orientámos a segunda parte em dois eixos principais: primeiramente, a carreira pessoal de Castro antes da sua nomeação para governador, avaliando o seu *cursus honorum* e compreendendo os motivos da sua escolha; em segundo lugar, partimos para uma análise, tanto quanto possível exaustiva, do governo de D. João de Castro, desde a sua partida de Lisboa até à sua morte em Goa, assumindo, por vezes, alguns contornos biográficos. Esta análise, contida no capítulo 4, fornece uma visão descritiva dos acontecimentos e próxima das fontes, documentando o governo de D. João de Castro de

---

<sup>81</sup> Francisco Bethencourt – «The Political Correspondence of Albuquerque and Cortes»..., cit., p. 219. Sobre a importância deste tipo de fontes, veja-se também a colectânea de estudos publicada por Regina Schulte e Xenia von Tippelskirch (eds.) – *Reading, Interpreting and Historicizing. Letters as Historical Sources*. EUI Working Paper HEC No. 2004/2. Firenze: European University Institute, 2004.

uma forma, tanto quanto possível, exaustiva. Apesar desta segunda parte poder ser considerada excessivamente narrativa, não a entendemos como tal pois só a partir da consolidação dos factos e dos acontecimentos é que podemos iniciar uma perspectiva crítica das fontes e uma análise objectiva, aprofundada e interpretativa deste período.

Neste sentido, as partes III e IV são textos de carácter mais analítico, onde nos debruçamos respectivamente sobre a questão da guerra e do legado político, simbólico e historiográfico deste governo. Do ponto de vista militar (parte III), dividimos a abordagem em três capítulos. Num primeiro momento demos ênfase à organização logística do “Estado da Índia” e da sua respectiva ligação e importância nas estruturas financeiras; tratámos então do papel e da iniciativa pessoal de D. João de Castro na ordenação da guerra; por fim, enquadrámos a prática militar portuguesa na Ásia no debate da “revolução militar”, propondo uma chave de leitura focada na reavaliação da superioridade militar portuguesa neste período. Na última parte (IV), propusemo-nos reexaminar a importância deste governador na consolidação de uma corte imperial ou vice-reinal, com base nas suas práticas governativas, na constituição e instrumentalização de uma rede clientelar (própria de uma *economia de mercês*) e no desenvolvimento de uma imagem do poder. Encerramos o trabalho com um capítulo que procurou compreender os processos de fixação da memória de Castro e os diversos momentos em que esta foi reavivada e instrumentalizada, permitindo captar, na longa duração, os motivos que permitiram sedimentar a imagem de D. João de Castro ao longo dos séculos.

Considerando que é fundamental compreender a geografia do espaço asiático para se compreender a constituição e os entraves físicos de expansão do “Estado da Índia”, os anexos, colocados no final da tese, são compostos por quatro mapas que permitem acompanhar os assuntos aqui tratados. O primeiro é de âmbito geral, apresentando o “Estado da Índia” durante o governo deste governo; o segundo restringe-se ao espaço de actuação deste governo, isto é, à península do Hindustão; o terceiro permite observar Goa e as Terras Firmes durante este governo; e o último abrange o Golfo Pérsico e o Mar Vermelho, regiões também relevantes neste período e vastas vezes referidas neste estudo.

Como nota final, esclarecemos que ao longo desta tese nos referimos sempre a D. João de Castro como governador (e capitão-mor) e nunca como vice-rei, visto que não chegou a exercer propriamente com este título e que, conforme mostraremos, não terá acalentado o desejo de o obter, não obstante as crónicas e a historiografia o terem referido e consagrado com aquela titulação.

## **PARTE I**

### **O IMPÉRIO E A CONSTRUÇÃO DO “ESTADO DA ÍNDIA” NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVI**

O envio de D. Francisco de Almeida para a Ásia, em 1505, com o título de vice-Rei, constituiu o primeiro passo formal da construção daquilo que viria a ser conhecido como “Estado da Índia”. Referimo-nos, claro, ao «[...] conjunto dos territórios, estabelecimentos, bens, pessoas e interesses administrados, geridos ou tutelados pela Coroa Portuguesa no Oceano Índico e mares adjacentes ou os territórios ribeirinhos, do cabo da Boa Esperança ao Japão» – para usar a definição dada por Luís Filipe Thomaz<sup>82</sup>. O “Estado da Índia” surge assim como parte integrante do chamado Império Marítimo Português, juntamente com os arquipélagos Atlânticos, as diversas praças do Norte de África e da costa Ocidental de África e o emergente território brasileiro. A presença portuguesa na Ásia acentuou o forte carácter descontínuo, em termos territoriais, da gesta expansionista deste pequeno reino. As feitorias-fortalezas que surgiram, nas primeiras décadas do século XVI, nos diversos pontos do Índico tornaram-se uma rede – para retomar a ideia cunhada pelo mesmo autor – que procurou, conforme os meios operativos ao seu dispor, a circulação de bens e o controlo dos mares.

A fixação dos portugueses nesta parte do Mundo deveu-se a um processo que associou rapidamente o comércio e a guerra – dois binómios fundamentais para compreender a constituição e o funcionamento do “Estado da Índia” e que estão bem presentes na célebre afirmação de Gaspar Barreiros de que «[...] a guerra e o comércio

---

<sup>82</sup> Luís Filipe F.R. Thomaz – «Estrutura política e administrativa do Estado da Índia no século XVI» in *De Ceuta a Timor*. Linda-a-Velha: Difel, 1994, p. 207.

nos descobriram o que sabemos do Mundo»<sup>83</sup>. Todavia, esta presença necessitou também de consociar, desde o primeiro contacto tido em Calecute (quando da primeira viagem de Vasco de Gama), um domínio indispensável para o seu êxito: a diplomacia. Efectivamente, os portugueses perceberam que o tabuleiro político era mais complexo do que o esperado. A sua actuação não deve ser então entendida apenas através da guerra e do uso da força, mas também como o «[...] exercício de uma percepção aguda e uma capacidade de manobra política com virtualidades bem cedo reveladas»<sup>84</sup>. Como expôs António Vasconcelos de Saldanha, a Coroa e os seus oficiais souberam adaptar-se aos condicionalismos inerentes a um espaço político tão disperso e diferente, conjugando posições de domínio sobre reinos independentes (como Mombaça ou Melinde) ou substituindo a soberania local (como Goa, Malaca e Ormuz) ou ainda complementando estas suseranias enquanto um segundo poder (como em Cochim)<sup>85</sup>.

A chegada do primeiro vice-rei formalizou a presença iniciada com a armada de Vasco da Gama. Nos primeiros anos do século XVI, a pequena cidade de Cochim, que se abriu aos portugueses quando da armada comandada por Pedro Álvaro Cabral, em 1500, serviu como “escola de aprendizagem” da Índia, conforme mostrou Jean Aubin<sup>86</sup>. A experiência desses anos foi decisiva para D. Manuel entender a necessidade de nomeação de um agente que o representasse a um nível superior, com poderes extraordinários para actuar nas áreas mais relevantes: os casos do comércio, da guerra e da diplomacia. Lembremos que a ligação Lisboa-Cochim (ou, posteriormente, Goa) estava condicionada aos meios físicos e técnicos, demorando cerca de seis meses pelo que uma simples ida e volta, em tempo normal, duraria cerca de um ano e meio a realizar-se<sup>87</sup>. Porém, este

---

<sup>83</sup> Gaspar Barreiros – *Chorographia de alguns lugares*. Em Coimbra: por Joam Alvarez, 1561, fl. 159.

<sup>84</sup> António Vasconcelos de Saldanha – *Iustum Imperium: dos tratados como fundamento do império dos portugueses no Oriente. Estudo de história do direito internacional e do direito português*. Lisboa: Fundação Oriente/Instituto Português do Oriente, 1997, p. 305.

<sup>85</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>86</sup> Jean Aubin – «L'apprentissage de l'Inde. Cochin 1503-1504» in *Le Latin et l'Astrobe. Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales – I*. Lisboa/Paris: CCCB/CNCDP, 1996, pp. 49-110. Sobre a primeira década da presença portuguesa no Índico veja-se também o estudo de Sanjay Subrahmanyam – «The birth-pangs of Portuguese Asia: revisiting the fateful 'long decade' 1498–1509», *Journal of Global History*, 2007, 2, pp. 261–280, republicado na sua colectânea *Empires Between Islam and Christianity, 1500–1800*. Albany: State University of New York Press, 2019, pp. 26-55 (com o título «Rethinking the Establishment of the *Estado da Índia*, 1498–1509»).

<sup>87</sup> Não esquecemos, claro, as viagens por terra, de duração inferior à viagem marítima, e ao envio de navios em época extraordinária. Para estes casos veja-se João Marinho dos Santos – «As comunicações por Terra entre a Índia e Portugal (século XVI)» in *Estudos sobre os Descobrimentos e a Expansão Portuguesa, vol. II*. Coimbra: Palimage, 2010, pp. 165-178 e Maria Augusta Lima Cruz – «As Viagens extraordinárias pela Rota do Cabo (1505-1570)» in Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe F.R. Thomaz (eds.) – *A Carreira da Índia e as Rotas dos Estreitos. Actas do VIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*. Angra do Heroísmo: s.e., 1998, pp. 581-596.

modelo de governação não era inteiramente inovador. Notemos que era já amplamente conhecido na Península Ibérica, podendo, aliás, afirmar-se que a escolha do título de vice-rei terá advindo por influência dos reinos vizinhos de Portugal. A existência deste cargo em Aragão recua aos séculos anteriores e veja-se que já Cristóvão Colombo fora nomeado vice-rei e governador dos territórios a descobrir, em 1492 (quando das famosas Capitulações de Santa Fé, acordadas entre ele e os Reis Católicos), e que, pouco antes, em 1504, era nomeado o primeiro vice-rei de Nápoles<sup>88</sup>.

Certo é que a nomeação de D. Francisco de Almeida não criou raízes imediatas: Afonso de Albuquerque ver-se-ia indigitado como governador, bem como a maior parte dos seus sucessores. Contam-se só quatro vice-reis e nove governadores antes da nomeação de D. João de Castro, em 1545. A diferença é sobretudo simbólica, relacionada com a condição social e confiança política do visado<sup>89</sup> e da necessidade momentânea de reforço do poder central. Assim se entende a nomeação de D. Vasco da Gama, em 1524, o primeiro oficial deste estatuto do reinado de D. João III, e de D. Garcia de Noronha, em 1538, pela iminente ameaça turca sobre o “Estado da Índia”, que se viria a concretizar no primeiro cerco de Diu, nesse mesmo ano. Já a recondução de D. João de Castro com o título de vice-rei, em 1547, verificou-se, como veremos melhor, como recompensa pela vitória do segundo cerco de Diu (1546), reforçando o seu poder simbólico enquanto líder militar num período de grande tensão com os sultanados do Guzerate e de Bijapur, e como forma de contrabalançar a importância do Brasil que, em 1548, ganharia por si um governador<sup>90</sup>.

Rodeado pelo seu conselho de capitães, a figura do governador/vice-rei viu-se envolvida por outros oficiais que permitiram uma organização mais rigorosa das estruturas administrativas do “Estado da Índia”, como o ouvidor e o vedor da fazenda, responsáveis por áreas sensíveis como a justiça e as finanças. Para além das instituições religiosas, destacamos o papel da Câmara e da Misericórdia de Goa. Ambas eram representantes máximas do poder local na Ásia, com uma importância social ímpar. Para além da sua actividade regular, em termos administrativos e caritativos, configuravam-se

---

<sup>88</sup> Cf. António Vasconcelos de Saldanha – *Iustum Imperium...*, cit., p. 335-336 e Catarina Madeira Santos – «Los virreys del Estado de la India en la formación del imaginario imperial Portugués» in Pedro Cardim e Joan-Lluís Pablo (eds.) – *El mundo de los virreys en las monarquías de España e Portugal*. Madrid: Iberoamericana, 2012, pp. 79-80. Não esqueçamos a possível influência ainda tida pela existência de um modelo parecido a este na estrutura do próprio Império Romano.

<sup>89</sup> Veja-se o levantamento e estudo de Mafalda Soares da Cunha e Nuno Gonçalo Monteiro – «Vice-reis, governadores e conselheiros de governo do Estado da Índia (1505-1834). Recrutamento e caracterização social», *Penélope*, 15, 1995, pp. 91-120, especialmente as pp. 94-102.

<sup>90</sup> João Paulo Oliveira e Costa (dir.) – *História da Expansão...*, cit., p. 137.

como os principais pólos de sociabilidade, de reprodução e manutenção das elites e de uma oligarquia local, à imagem do que acontecia no Reino. Podemos entender este conjunto de órgãos e instituições como uma “nébula de poderes”, conforme o termo usado por Francisco Bethencourt<sup>91</sup>. Tal implicou a existência de diversos níveis de actuação e decisão que se sobrepunham e interpenetravam, reforçando a coesão destes mesmos poderes e, em última análise, da Coroa nestes espaços.

Toda esta estrutura desenvolveu-se ao longo da primeira metade do século XVI (mediante a necessidade da Coroa/Estado em afirmar-se) com o forte apoio dos portugueses estabelecidos na Ásia e da sua descendência local – os chamados *casados*. O termo passou a ser utilizado desde a política de casamentos mistos entre portugueses e mulheres locais iniciada pelo governador Afonso de Albuquerque, enquanto parte da estratégia demográfico-militar para colmatar a estruturante e constante falta de gentes. Estes moradores locais acabaram por alimentar e consolidar o poder local e até a guerra, tendo em conta que contribuíram para os efectivos militares das múltiplas campanhas empreendidas<sup>92</sup>.

---

<sup>91</sup> Francisco Bethencourt – «Configurações políticas e poderes locais» in Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto (dir.) – *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições70, 2010, pp. 210-232.

<sup>92</sup> Sobre os *casados* vejam-se os artigos de Vitor Luís Gaspar Rodrigues – «O papel das tropas ‘gentias’ e dos ‘casados’ no seio da organização militar portuguesa no Oriente (século XVI)» in Miguel Jasmins Rodrigues (org.) – *Futuro e História da Lusofonia Global*. Lisboa: IICT, 2008, pp. 64-73 e Manuel Lobato – «‘Mulheres alvas de bom parecer’: políticas de mestiçagem nas comunidades luso-afro-asiáticas do Oceano Índico e Arquipélago Malaio (1510-1750)», *Perspectivas – Portuguese Journal of Political Science and International Relations*, 10, 2010, pp. 91-154.

## CAPÍTULO 1

### A EVOLUÇÃO GOVERNATIVA DO “ESTADO DA ÍNDIA” (1505-1545)

Como já foi dito, o vice-reinado de D. Francisco de Almeida (1505-1509) foi essencial para a instalação dos interesses portugueses no Índico. Este reforçou a ligação com a costa oriental de África e com os portos de Cochim e Cananor (na Índia), construindo várias fortalezas, e inteirou-se do trato da pimenta e restantes especiarias<sup>93</sup>. A.R. Disney descreve este governo como «modesto», visto que seguiu o regimento régio e que a sua actividade não tem comparação com o intenso labor do seu sucessor<sup>94</sup>. Almeida entrou em choque pessoal com Afonso de Albuquerque quando da chegada deste com a nomeação de governador, no final de 1508. Entendam-se os acontecimentos à época: o filho do Vice-rei, D. Lourenço, fora morto na batalha naval de Chaul, nesse ano, por uma armada mameluca com apoio guzerate. Apesar dos documentos assinados pela mão de D. Manuel, D. Francisco ignorou os apelos de Albuquerque e manteve-se no poder, enquanto iniciava uma expedição punitiva até Diu, onde acabou por destruir o que restava da frota egípcia. Como vários investigadores já afirmaram, a vitória desta batalha concedeu aos portugueses o domínio naval do Índico ocidental<sup>95</sup>. O exemplo de força extrema aplicada em situação de necessidade serviu para demonstrar, se alguma dúvida ainda existisse, o poder destrutivo das armadas portuguesas, que combinava a mobilidade

---

<sup>93</sup> Veja-se a biografia de Joaquim Candeias Silva – *O Fundador do “Estado Português da Índia” D. Francisco de Almeida, 1457(?)–1510*. Lisboa, CNCDP/INCM, 1996, pp. 139-158.

<sup>94</sup> A.R. Disney – *História de Portugal e do Império Português*. Lisboa: Guerra e Paz, 2011, vol. II, p. 218.

<sup>95</sup> José Virgílio Pissarra – *Chaul e Diu – 1508 e 1509 – O domínio do Índico*. Lisboa: Tribuna da História, 2002, p. 93 e Vitor Luís Gaspar Rodrigues – *A evolução da arte da guerra dos portugueses no Oriente (1498–1622)*. Lisboa: provas de acesso à categoria de Investigador Auxiliar do IICT, 1998, vol. 1, pp. 147-148.



dos navios de alto bordo<sup>96</sup> com o efeito devastador da artilharia. Só após tal feito de armas, e a chegada de D. Fernando Coutinho, Marechal do Reino, é que Afonso de Albuquerque pôde tomar posse<sup>97</sup>.

O governo de Albuquerque é sobejamente conhecido. Ao contrário do que alguma historiografia quis fazer crer, a sua acção foi complementar à do seu antecessor e não antagónica, tentando integrar na esfera portuguesa algumas das principais cidades-mundo (para retomar a velha designação de Braudel) do Índico: Goa, Malaca, Adem, Ormuz e Diu. Três delas foram tomadas: Goa, em 1510-1512, Malaca, em 1511 e Ormuz, em 1515; Adem foi alvo de um ataque fracassado, em 1513, e a tomada de Diu (e até do próprio Sultanato do Guzerate) foi apenas esboçada em carta para o rei<sup>98</sup>. Tentou estruturar as forças portuguesas com base nas *ordenanças*, isto é, os corpos mistos de piqueiros e espingardeiros que emergiam, com toda a força, das inovações militares das Guerras de Itália e do desenvolvimento da infantaria castelhana, embora sem sucesso, pois viriam a ser dissolvidas após o seu governo, sendo reactivadas esporadicamente ao longo das décadas seguintes. A estratégia adoptada por este governador (definida a partir do poder central, em Lisboa) aumentou exponencialmente a rede do próprio “Estado da Índia”, conferindo-lhe uma nova dimensão económica e financeira, chegando até a estabelecer as primeiras relações com a China durante este período. Para além de partilhar com D. Manuel o ideal cruzadístico, que se reviria no que alguma historiografia tem identificado como um ideal imperial que visava a queda dos mamelucos do Cairo e a

---

<sup>96</sup> Entendemos navio de alto bordo como uma embarcação à vela de grande porte, alta em relação à linha de água, indicada para o transporte de mercadorias e passageiros em navegação oceânica, como as naus, caravelas e galeões, em oposição aos navios de baixo bordo (rasos) de vela e remo, como as galés, fustas e catures, mais aptos à navegação e combate em regiões costeiras e mares mais calmos – sobre esta distinção cf. Francisco Contento Domingues – *Navios Portugueses dos séculos XV e XVI*. Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde e Museu de Vila do Conde, 2007, pp. 62-66.

<sup>97</sup> Cf. Alexandra Pelúcia – *Afonso de Albuquerque. Corte, cruzada e império*. Lisboa: Temas e Debates, 2016, pp. 187-195 e José Manuel Garcia – *O Terrível. A Grande Biografia de Afonso de Albuquerque*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2017, pp. 175-184. Sobre a figura de D. Francisco de Almeida veja-se o estudo de Candeias Silva, referido anteriormente.

<sup>98</sup> Sobre Albuquerque veja-se as citadas biografias de Alexandra Pelúcia e José Manuel Garcia, bem como os estudos de João Marinho dos Santos – «D. Francisco de Almeida e a formação do “Estado da Índia» in *Estudos sobre os Descobrimentos...*, cit., pp. 141-149 e «Políticas e estratégias nos primórdios do “Estado da Índia» in *Ibidem*, pp. 151-163. Sobre as suas campanhas militares veja-se ainda: João Paulo Oliveira Costa e Vitor Luís Gaspar Rodrigues – *Conquista de Goa - 1510-1512. Campanhas de Afonso de Albuquerque, Volume 1*. Lisboa: Tribuna da História, 2008; Vitor Luis Gaspar Rodrigues e João Paulo Oliveira e Costa – *Conquista de Malaca – 1511. As campanhas de Afonso de Albuquerque, Volume II*. Lisboa: Tribuna da História, 2012; Dejanirah Couto e Rui Loureiro – *Ormuz - 1507 e 1622. Conquista e perda*. Lisboa: Tribuna da História, 2007; Roger Lee de Jesus – «Afonso de Albuquerque e a primeira expedição portuguesa ao Mar Vermelho (1513)», *Fragmenta Historica - Historia, Paleografia e Diplomática*, 1, 2013, pp. 121-141; sobre os planos de conquista de Diu veja-se a nossa dissertação de mestrado: *O Segundo Cerco de Diu (1546). Estudo de História Política e Militar*. Coimbra: dissertação de mestrado apresentada à FLUC, 2012, pp. 22-27.

derradeira cruzada a Jerusalém<sup>99</sup>, Albuquerque compreendeu perfeitamente o funcionamento da(s) economia(s) do Índico, em particular o monopólio dos mercadores muçulmanos de Judá, Meca e do Guzerate. Viabilizou, através destas conquistas, a participação portuguesa nas redes mercantis, assegurando o abastecimento de especiarias e outros produtos asiáticos às armadas do Reino.

O governo que se seguiu reverteu parte deste processo. Lopo Soares de Albergaria foi nomeado em 1515 e representou a vitória de um partido mais liberal na corte, encabeçado pelo Barão do Alvito, que via com maus olhos a crescente intromissão da Coroa nos interesses dos privados que então se espalhavam pela Ásia e que começavam a receber os proveitos do comércio inter-asiático<sup>100</sup>. É importante não esquecer que, na realidade, o comércio particular de compra e venda de produtos asiáticos em outros pontos desta área era efectuada pelos próprios servidores da Coroa, oficialmente ou oficiosamente. O comércio privado era paralelo e, por vezes, complementar àquele praticado pelos navios da Coroa, segundo regimento régio. Foi sobretudo neste governo que se iniciou a grande dispersão dos portugueses pelo Sul da Índia, pela costa do Coromandel e por todo o Golfo de Bengala, no que alguns investigadores têm a vindo a chamar de Império “Sombra”, “Informal” ou “Improvisado”<sup>101</sup>. Paralelamente, a

---

<sup>99</sup> Cf. o estudo basilar de Luís Filipe F.R. Thomaz – «L'idée impériale manueline» in Jean Aubin (dir.) – *La découverte, le Portugal et l'Europe*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian-Centre Culturel Portugais, 1990, p. 35-103, e a biografia deste monarca: João Paulo Oliveira e Costa – *D. Manuel I. Um príncipe do renascimento*. Lisboa: Temas e Debates, 2007, pp. 255-261; para uma discussão mais aprofundado acerca do milenarismo neste período, veja-se o debate entre Sanjay Subrahmanyam e Francisco Bethencourt nas páginas dos *Annales. Histoire, Sciences Sociales* (57-1, 2002); mais recentemente, Vasco Resende reavaliou, de forma crítica, a ideia de um ideal imperial, levantando argumentos que demonstram que este é um assunto que merece ser novamente debatido: *L'Orient islamique dans la culture portugaise de l'époque moderne, du voyage de Vasco de Gama à la chute d'Ormuz (1498–1622)*. Paris: tese de doutoramento apresentada à École Pratique des Hautes Études, 2011, pp. 279-292; uma interpretação diferente da perspectiva imperial portuguesa pode ser lida no estudo de António Vasconcelos de Saldanha – «Conceitos de espaço e poder e seus reflexos na titulação régia portuguesa da época da Expansão» in Jean Aubin – *La découverte, le Portugal et l'Europe...*, cit., pp. 105-129.

<sup>100</sup> Acerca da oposição a esta política mais centralizada, vejam-se os seguintes estudos: Inácio Guerreira e Vítor Luís Gaspar Rodrigues – «O “grupo de Cochim” e a oposição a Afonso de Albuquerque», *Studia*, 51, 1992, pp. 119-144; Alexandra Pelúcia – «A baronia do Alvito e a expansão manuelina no Oriente ou a reacção organizada à política imperialista», in João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues (eds.) – *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia. Actas do Colóquio Internacional*. Lisboa: CHAM/IICT, 2004, pp. 279-302. Sobre o comércio inter-asiático, remetemos para o artigo de Luís Filipe F.R. Thomaz – «O sistema das viagens e a rede comercial portuguesa na Ásia Oriental», *Anais de História de Além-Mar*, XIX, 2018, pp. 53-85.

<sup>101</sup> Veja-se, para além do estudo seminal de George Winius («The “Shadow Empire” of Goa in the Bay of Bengal», *Itinerario*, 7-2, 1983, pp 83-101), os múltiplos artigos de Sanjay Subrahmanyam reunidos em *Comércio e Conflito. A Presença Portuguesa no Golfo de Bengala, 1500-1700*. Lisboa: Edições70, 1994; Anthony Disney – «Contrasting modelos of “Empire”: The Estado da Índia in South Asia and East Asia in the Sixteenth and Early Seventeenth Centuries» in Francis A. Dutra e João Camilo dos Santos (eds.) – *The Portuguese and the Pacific*. Santa Barbara: Center for Portuguese Studies, 1995, pp. 26-37 e o último livro de António Manuel Hespanha – *Filhos da Terra. Identidades mestiças nos confins da expansão portuguesa*. Lisboa: Tinta da China, 2019.

construção de uma fortaleza em Colombo, no Ceilão, em 1518, veio reforçar o comércio de compra de canela, elefantes, areca e pedras preciosas, alargando a área de influência portuguesa na região. Esta presença manter-se-á ao longo do século XVI, apoiada nos diversos conflitos internos dos vários reinos que o “Estado da Índia” usaria em seu proveito<sup>102</sup>.

Foi neste mesmo período, em 1517, que foi instituída a vedoria da fazenda, em Cochim, com o objectivo de superintender em todas as questões económico-financeiras, como a carga das naus do Reino e o provimento das feitorias. O monarca visava restringir os poderes do governador, mas tal não foi bem aceite por Albergaria que entrou em conflito directo com o vedor, Fernão de Alcáçova, o que levou este a abandonar o cargo e a regressar ao Reino no ano seguinte<sup>103</sup>. Em todo o caso, a Vedoria e a Casa dos Contos prevaleceram como principais órgãos de fiscalidade do “Estado da Índia”. Esta tentativa de reforço do poder central pode também ser vista na escolha do governador seguinte, Diogo Lopes de Sequeira, que iniciou uma nova fase de expansão na Ásia, com ordens para que «[...] se fizesse hũa fortaleza em Maluco, outra em Samatra, outra nas ilhas de Maldiva, outra em Chaul e que entrasse no estreito e trabalhasse por tomar Dio onde também fizesse outra fortaleza, e que mandasse à China e que descobrisse as ilhas do ouro»<sup>104</sup>, fase esta que D. Manuel não chegou a concluir pois acabou por falecer, de forma inesperada, em Dezembro de 1521<sup>105</sup>.

O início do reinado de D. João III veio a ser conturbado no que toca à política ultramarina. Influenciado pela facção liberal que combatia o projecto imperial do pai e que procurava promover os negócios particulares em detrimento do controlo da Coroa, o monarca acabou por intervir de maneira radical. Concretizemos: Diogo Lopes foi alvo de aturada investigação, depois de regressar ao Reino, em 1522, e o visado ficou tão ofendido pela atitude do rei que acabou até por oferecer os seus serviços a Carlos V<sup>106</sup>; D. Duarte de Meneses, governador do “Estado da Índia” à época, regressou ao Reino e ficou encarcerado durante vários anos, acusado de actos ilícitos. O mesmo aconteceu a Duarte

---

<sup>102</sup> Sobre a presença portuguesa no actual Sri Lanka, vejam-se os estudos de Jorge Flores – *Os Portugueses e o Mar de Ceilão. Trato, diplomacia e guerra (1498-1543)*. Lisboa: Edições Cosmos, 1998 e Zoltán Biedermann – *A aprendizagem de Ceilão...*, cit.

<sup>103</sup> Sobre todas estas questões veja-se a tese fundamental de Susana Münch Miranda – *A Administração da Fazenda Real...*, cit. pp. 225-231.

<sup>104</sup> João de Barros – *Ásia – Terceira Década*. Lisboa: INCM, 1992, fl. 109r.

<sup>105</sup> Para uma síntese deste derradeiro impulso manuelino veja-se a já referida biografia de João Paulo Oliveira e Costa – *D. Manuel I...*, cit., pp. 367-372.

<sup>106</sup> Veja-se o caso em Sanjay Subrahmanyam – *The career and legend of Vasco da Gama*. New York: Cambridge University Press, 1997, pp. 300-301.

Pacheco Pereira, capitão de confiança de D. Manuel, após o fim da sua capitania em São Jorge da Mina. D. João III removeu definitivamente o eixo ideológico do Império do Mediterrâneo e de qualquer pretensão cruzadística que poderia ter. O investimento passava a ser sobretudo económico, para rentabilizar o esforço empreendido anualmente pela Carreira da Índia<sup>107</sup>. A primeira nomeação deste monarca para o mais alto oficial da Ásia recaiu em D. Vasco da Gama, com o título de vice-rei, em 1524. Gama estava afastado do centro da corte há vários anos, devido a desavenças tidas com D. Manuel – tendo por ponto de partida a longa espera pelo título de Conde, concedido em 1519 e após o próprio Gama ter comprado o senhorio da Vidigueira à Casa da Bragança<sup>108</sup>. À sua chegada à Índia substituiu os capitães de Goa, Cochim, Malaca, Cananaor e Chaul, por homens que vinham na sua armada e da sua clientela e implantou um conjunto de medidas que reforçavam a estrutura militar do “Estado da Índia”, como por exemplo a proibição dos jogos de azar bem como a obrigatoriedade de apresentação de licença para a saída de navios de particulares, procurando estancar a fuga de homens<sup>109</sup>. Na mesma armada estava presente Afonso Mexia, nomeado para vedor da fazenda (mantendo o cargo até 1531) e responsável por várias reformas na Fazenda Régia, donde destacamos a compilação do direito consuetudinário das aldeias de Goa, dando origem ao Foral dos «gamcares, lavradores e foreiros moradores e povoadores das aldeias e yllhas da nossa cydade de Goa», de 1526<sup>110</sup>. Este vice-reinado estava imbuído dum espírito centralizador que não se concretizou na totalidade devido à morte do vice-rei, no final do próprio ano de 1524.

D. Henrique de Meneses ascendeu ao cargo, enquanto governador, por via de sucessão (inaugurando este sistema de nomeação). Continuou a política centralista e envolveu-se em vários conflitos, na costa indiana, vindo a ganhar muitas inimizades dentro da fidalguia que continuava a não ver com bons olhos a intromissão da Coroa no comércio local. A sua morte, em Fevereiro de 1526, veio abrir uma grave crise sucessória cujos contornos nos ajudam a compreender a consolidação da estrutura governativa do “Estado da Índia”. Não tendo sido directamente nomeado pelo rei para o cargo, mas sim

---

<sup>107</sup> Sobre D. Duarte de Meneses e a mudança de política no início do reinado de D. João III veja-se, entre outros, João Paulo Oliveira e Costa – «D. Duarte de Meneses e o Governo da Índia (1521-1524)» in *Mare Nostrum. Em busca de Honra e Riqueza nos séculos XV e XVI*. Lisboa: Temas e Debates, 2013, pp. 381-402.

<sup>108</sup> Cf. João Paulo Oliveira e Costa – *D. Manuel I...*, cit., p. 358 e Sanjay Subrahmanyam – *The career...*, cit., pp. 275-282.

<sup>109</sup> Vitor Luís Gaspar Rodrigues – *A evolução da arte da guerra...*, cit., vol. 1, pp. 208-211 e Sanjay Subrahmanyam – *The career...*, pp. 308-351.

<sup>110</sup> Cf. Susana Münch Miranda – *A administração da Fazenda Real...*, cit., p. 73.

por via de sucessão, os oficiais presentes decidiram abrir a 2ª via de sucessão para apontar o novo governador, tendo sido lido o nome de Pêro de Mascarenhas. Estando este presente em Malaca naquele momento e sem oportunidade de regressar nos próximos meses, decidiu-se abrir a 3ª via, para servir de governador interino até o regresso de Mascarenhas, tendo sido nomeado Lopo Vaz de Sampaio. O problema colocou-se quando, nas naus do Reino desse ano, chegaram novas vias de sucessão. Afonso Mexia, vedor da fazenda, influenciou a opinião de muitos para que a nova via fosse aberta, evitando-se esperar pelo regresso de Pero Mascarenhas – com quem tinha já um conflito anterior latente. Tal opção foi feita, apesar de muitos discordarem por terem ordens rigorosas para apenas abrir as vias em caso de morte do actual detentor do cargo. Lopo Vaz de Sampaio era o nomeado. Ficava a dúvida: reger-se pelas vias originais, esperando pelo regresso de Mascarenhas do Sudeste Asiático, ou adoptar as novas? Os capitães dividiram-se quanto a quem dar apoio, estando em jogo as solidariedades linhagísticas, as afinidades clientelares e eventuais interesses comerciais, ficando assim o “Estado da Índia” (no que toca às fortalezas do litoral indiano) em estado de quase guerra civil. A situação só viria a ser resolvida em 1529, com a chegada de um novo governador do Reino, Nuno da Cunha<sup>111</sup>.

Apesar da confusão instalada a partir deste problema governativo, sabemos que, enquanto governador interino, Lopo Vaz de Sampaio continuou a investir na construção naval e no provimento das armadas e das fortalezas, reforçando o aparelho militar então em declínio pela sua extensão e pela crise política sentida<sup>112</sup>. Tal justificava-se pelo surgimento de uma série de focos de resistência e de insurreição contra os portugueses, sentido um pouco por toda a Ásia. A nível comercial, o crescente comércio muçulmano (maioritariamente guzerate) de especiarias, reforçava a ligação ao Sudeste Asiático através das Maldivas, abastecendo as rotas do Mar Vermelho (e até pelo Golfo Pérsico) sem aportar na costa indiana<sup>113</sup>. A presença portuguesa em Malaca e o controlo do respectivo estreito desencadeou a reacção do sultanato de Achém que se tornaria o seu principal opositor, responsável por diversos bloqueios e cercos à cidade, ao longo dos

---

<sup>111</sup> Veja-se a descrição de toda esta contenda em Ana Cláudia Joaquim – *As vias de sucessão...*, cit., pp. 89-97.

<sup>112</sup> Cf. José Virgílio Pissarra – *Portugal e o Desenvolvimento das Marinhas Oceânicas...*, cit., pp. 308, 392-404.

<sup>113</sup> João Paulo Oliveira e Costa e Vitor Luís Gaspar Rodrigues – *El proyecto indiano del rey Juan*. Madrid: Editorial Mapfre, 1992, p. 144 e seguintes; João Paulo Oliveira e Costa (coord.) – *História da Expansão...*, cit., p. 131; veja-se o estudo ainda útil de Charles R Boxer – «A Note on Portuguese Reactions to the Revival of the Red Sea Spice Trade and the Rise of Atjeh, 1540-1600», *Journal of Southeast Asian History*, 1969, Vol. 10, No. 3, pp. 415-428.

séculos XVI e XVII<sup>114</sup>. Enquanto isso, alguns conflitos em Ormuz e no Golfo Pérsico requereram a atenção especial de governadores e capitães e os Mappilas (muçulmanos conversos) de Cananor iniciavam uma guerra de forte intensidade desde o Malabar até aos portos do Ceilão<sup>115</sup>. Neste mesmo período, os primeiros contactos oficiais com a China não correram como esperado, e a expansão no Extremo-Oriente fora travada, em 1522, pela derrota de uma armada portuguesa às mãos dos juncos chineses<sup>116</sup>. Tudo isto acontecia enquanto o Império Otomano avançava pela Europa e pelo Mediterrâneo, começando a mostrar o seu interesse pelo Golfo Pérsico e, em certa medida, por alguns pontos do Índico, estabelecendo contactos com o Achém e com o sultanato do Guzerate<sup>117</sup>.

Neste sentido, a nomeação de Nuno da Cunha para governador do “Estado da Índia” procurou reforçar, mais uma vez, a autoridade da Coroa nestes mares, tentando-o, concretamente, através de sucessivas nomeações que pretenderam dar estabilidade ao cargo. Cunha regressou ao Reino em 1539, após cerca de 10 anos de governo. Podemos considerar este governo como ponto de viragem, em especial por dois motivos que se encontram interligados: a transferência do centro político de Cochim para Goa, por volta de 1530, e o início de um forte investimento na tentativa de tomar Diu, no Guzerate. A mudança de centro decisor, seguindo sem dúvida instruções régias, deve-se, de acordo com o cronista Gaspar Correia, à relativa proximidade do Guzerate, facilitando as operações sobre Diu<sup>118</sup>. Podemos também compreendê-la pela necessidade de ter as principais instâncias administrativas numa cidade que se encontrava apenas sob alçada portuguesa, ao contrário de Cochim que dependeria sempre, em maior ou menor grau, da relação tida com o rei local. Não podemos esquecer o conflito governativo anterior, entre

---

<sup>114</sup> Vejam-se os artigos de síntese de Manuel Lobato («Malaca») e Jorge Manuel dos Santos Alves («Samatra») in A.H. de Oliveira Marques (dir.) – *História dos Portugueses no Extremo Oriente*. Lisboa: Fundação Oriente, 2000, vol.1, tomo II, pp. 11-124.

<sup>115</sup> Para estes casos, remetemos para os seguintes estudos: Dejanirah Couto – «Réactions anti-portugaises dans le Golfe Persique (1521-1529)» in Luís Filipe F.R. Thomaz (org.) – *Aquém e além da Taprobana. Estudos Luso-Orientais à memória de Jean Aubin e Denys Lombard*. Lisboa: CHAM, 2002, pp. 191-221; Geneviève Bouchon – *Mamale de Cananor. Un adversaire de l'Inde portugaise (1507-1528)*. Genève-Paris: Librairie Droz, 1975, pp. 169-182 e Jorge Flores – *Os Portugueses e o Mar de Ceilão...*, cit., pp. 159-183.

<sup>116</sup> Entre outros, Tonio Andrade – *The Gunpowder Age. China, Military Innovation, and the Rise of the West in World History*. Princeton: Princeton University Press, 2016, pp.124-131.

<sup>117</sup> Entre outros, Anthony Reid – «Sixteenth Century Turkish Influence in Western Indonesia», *Journal of Southeast Asian History*, 10-3, 1969, pp. 395-414, Muzaffar Alam e Sanjay Subrahmanyam – «Letters from a sinking sultan» in Luís Filipe F.R. Thomaz (org.) – *Aquém e além da Taprobana...*, cit., pp. 239-269 e Muzaffar Alam e Sanjay Subrahmanyam – «A View from Mecca: Notes on Gujarat, the Red Sea, and the Ottomans, 1517-39/923-946 H», *Modern Asian Studies*, 51-2, 2017, pp. 268-318.

<sup>118</sup> *Lendas*, III, p. 342. Sobre a capitalidade de Goa veja-se o estudo de Catarina Madeira Santos – «Goa é a chave de toda a Índia». *Perfil político da capital do Estado da Índia (1505-1570)*. Lisboa: CNCDP, 1999.

Sampaio e Mascarenhas: a opção por uma cidade como cabeça do “Estado da Índia” torná-la-ia um modelo para qualquer questão que poderia surgir<sup>119</sup>.

Nuno da Cunha seguiu as ordens régias e foi responsável por diversas expedições ao Norte da Índia e pela pressão exercida sobre o Sultanato do Guzerate. Para tal organizou os soldados e fidalgos num modelo parecido com o das *ordenanças*, com treino semanal e exercícios de guerra, em Goa<sup>120</sup>. No entanto, a guerra de desgaste empreendida foi insuficiente para forçar a cedência de Diu. Tal só veio a acontecer graças ao próprio contexto indiano local. Especificando: a expansão do Império Mogol para Sul, avançando contra o sultanato do Guzerate, levou a que o sultão Bahadur Shah entregasse a cidade de Baçaim, em 1534, permitindo ganhar algum tempo e libertar os seus próprios efectivos militares para poder preparar a resistência aos mogóis<sup>121</sup>. Todavia, a pressão mogol não tardou a aumentar e Bahadur viu-se forçado a recorrer novamente à ajuda militar portuguesa (sob a forma de um contingente português liderado por Martim Afonso de Sousa), em troca da concessão da fortaleza de Diu, em 1535<sup>122</sup>. Entrava, por fim, sob alçada do “Estado da Índia”, o rico trato que passava por Diu, um dos principais locais de paragem das rotas marítimas comerciais de toda a Ásia.

O governo de Nuno da Cunha não terminou com a conquista de Diu, mas perdeu nitidamente fôlego. Faltando investimento da Coroa, a organização das armadas começou a declinar a partir deste período bem como a preocupação em manter uma estrutura militar mais rígida – um período de crise que pode até ser detectado no fim da *Quarta Década da Ásia*, de João de Barros, que via tal como castigo divino<sup>123</sup>. A morte do sultão Bahadur, frente a Diu, em 1537, num encontro pouco esclarecido entre este e os portugueses, veio desembocar, no ano seguinte, no primeiro cerco a esta fortaleza por uma coligação guzerate-otomana – coligação esta que se vinha a consolidar há alguns anos, como já mencionámos. As forças portuguesas, capitaneadas por António da Silveira, resistiram de Setembro a Novembro de 1538. As operações militares de assédio tiveram um efeito devastador na fortaleza de Diu, arruinando a muralha, esgotando os portugueses aí

---

<sup>119</sup> Cf. Catarina Madeira Santos – *Entre Velha Goa e Pangim: A Capital do Estado da Índia e as Reformulações da Política Ultramarina*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 2001, separata n.º 243, pp. 10-13.

<sup>120</sup> Vitor Luis Gaspar Rodrigues – *A evolução da arte da guerra*, cit., vol. I, pp. 223-225.

<sup>121</sup> Cf. Dejanirah Couto – «Em torno da concessão e da Fortaleza de Baçaim (1529-1546)», *Mare Liberum*, Nº 9, Julho 1995, p. 119. Para estas questões, veja-se ainda António Vasconcelos de Saldanha – *Iustum Imperiu...*, cit., pp. 435-446.

<sup>122</sup> Sobre a questão da política portuguesa perante Diu veja-se Roger Lee de Jesus – *O Segundo Cerco de Diu...*, cit., pp. 20-36.

<sup>123</sup> Veja-se as considerações de Sanjay Subrahmanyam – *O Império Asiático Português, 1500-1700. Uma história política e económica*. Lisboa: Difel, 1995, pp. 113-114.

presentes, terminando com cerca de quarenta homens de guerra do lado defensivo, como nos conta Lopo de Sousa Coutinho<sup>124</sup>. Por se tratar do primeiro ataque a uma posição portuguesa com este grau de mobilização de forças, este cerco marcou profundamente o imaginário da época, dando origem a várias obras descritivas publicadas em Portugal e na Europa, como a de Damião de Góis, editada em Lovaina, em 1539, e traduzida para italiano e alemão<sup>125</sup>.

A armada otomana levantou o cerco devido a múltiplos problemas internos, nomeadamente pela falta de preparação logística da expedição e do apoio do sultanato do Guzerate, após vários desentendimentos entre o capitão turco Suleimão Paxa e o capitão das forças locais, Khwaga Safar<sup>126</sup>. Tais questões vieram contrabalançar a incúria portuguesa revelada não apenas no estado em que a fortaleza estava aquando do cerco como também na própria desorganização das forças, em Goa. Informado do avanço otomano em direcção do Índico, D. João III enviou, em 1538, D. Garcia de Noronha com o título de vice-rei e com uma armada de 11 navios, número já considerável à época. Apesar de ter chegado à capital do “Estado da Índia” no início de Setembro, Noronha atrasou bastante o processo de preparação da armada de socorro a Diu, partindo no início de Novembro. O próprio Nuno da Cunha iniciara a preparação da frota antes da chegada da armada do Reino. Apesar de alguns cronistas justificarem a sua atitude pela sua avançada idade e pouca vontade em arriscar um combate com a frota otomana, é necessário compreender que os próprios meios militares eram poucos, e qualquer expedição desta envergadura estava dependente do envio de navios e de homens das restantes fortalezas próximas<sup>127</sup>.

D. Garcia de Noronha veio a falecer em Abril de 1540, descuidando os equipamentos militares a seu cargo, como a perda de 11 navios de alto bordo<sup>128</sup>. A falta de um poder forte em Goa levou, como tantas vezes, à dispersão dos homens de armas

---

<sup>124</sup> Lopo de Sousa Coutinho – *Livro primeyro do cerco que os Turcos poseram à fortaleza de Diu*. Coimbra: Por João Alvarez, 1556, fl. 81v.

<sup>125</sup> Luís de Matos – *L'expansion portugaise dans la litterature latine de la Renaissance*. Lisboa: FCG, 1991, pp. 465-474 e Carlos Ascenso André – «Os cercos de Diu no relato de três humanistas: Góis, Teive, Diogo Pires» in *Congresso Internacional Damião de Góis na Europa do Renascimento. Actas*. Braga: Publicações da Faculdade de Filosofia, 2003, pp. 373-377.

<sup>126</sup> Sobre a expedição otomana vejam-se os seguintes estudos: Dejanirah Couto – «No rasto de Hadim Suleimão Pacha: alguns aspectos do comércio do Mar Vermelho nos anos de 1538-1540» in Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe F.R. Thomaz (eds.) – *A Carreira da Índia e as Rotas dos Estreitos. Actas do VIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*. Angra do Heroísmo: s.e., 1998, pp. 483-508; Roger Lee de Jesus – *O Segundo Cerco de Diu...*, cit., pp. 32-33.

<sup>127</sup> Cf. José Virgílio Pissarra – *Portugal e o desenvolvimento das marinhas oceânicas...*, cit., pp. 425-426

<sup>128</sup> *Ibidem*, p. 425.



que muito apreciavam mercenciar no Verão, e somente estanciar nas fortalezas no Inverno, às custas do seu soldo ou das *mesas* dadas pelos fidalgos<sup>129</sup>. O seu sucessor imediato, D. Estêvão da Gama, herdou um pesado legado que não conseguiu inverter. Investiu no poder naval, tendo impulsionado uma expedição ao Suez, no ano seguinte, com intuito preventivo, isto é, com o objectivo de destruir a frota otomana que então se preparava para uma nova expedição ao Índico. O ataque justificava-se pelo facto de que a demora em socorrer Diu mostrara aos otomanos a situação delicada da armada portuguesa e das restantes estruturas militares<sup>130</sup>. As condições desta viagem são conhecidas por alguns relatos pessoais e pelo extenso *Roteiro do Mar Roxo*, da autoria de D. João de Castro. O resultado foi, em parte, desastroso: a armada portuguesa chegou já debilitada ao Suez e sem grande capacidade militar para destruir as galés otomanas<sup>131</sup>. Após alguns combates, os navios regressaram a Goa, não sem antes desembarcar no continente africano algumas centenas de soldados, comandados por D. Cristóvão da Gama, para apoiar o Preste João a travar o avanço turco na Etiópia<sup>132</sup>. Paralelamente, o “Estado da Índia” continuou a esvaziar-se de homens, dispersos ou agrupados em comunidades locais espontâneas, ao longo da costa do Coromandel, do Golfo de Bengala, e do Sudeste Asiático. Este período mais liberal (em termos comerciais e do respectivo controlo da Coroa) viria a manter-se durante o governo seguinte, de Martim Afonso de Sousa, entre 1542 e 1545, que precedeu o de D. João de Castro.

---

<sup>129</sup> João Marinho dos Santos – *A Guerra e as guerras na expansão portuguesa (séculos XV e XVI)*. Lisboa: GTMECDP, 1998, pp. 96-102.

<sup>130</sup> Cf. José Virgílio Pissarra – *Portugal e o desenvolvimento das marinhas oceânicas...*, cit. 426.

<sup>131</sup> Continua, no entanto, a faltar um estudo completo sobre esta expedição ao Suez. Veja-se o artigo de Elaine Sanceau – «Uma narrativa da expedição portuguesa de 1541 ao Mar Roxo», *Studia*, 9, 1962, pp.199-234.

<sup>132</sup> Veja-se o livro de Luís Costa e Sousa – *Campanha de Etiópia, 1541-1543. 400 Portugueses em socorro do Preste João*. Lisboa: Tribuna da História, 2008.

## CAPÍTULO 2

### O LEGADO DE MARTIM AFONSO DE SOUSA

Martim Afonso de Sousa possuía uma vasta carreira ao serviço da Coroa quando foi nomeado governador. Lutara contra os franceses no Brasil e já passara alguns anos na Ásia, como Capitão do Mar da Índia, durante o governo de Nuno da Cunha, estando directamente envolvido nos processos de cedência de Baçaim e Diu, anteriormente referidos. Para além do seu próprio mérito pessoal, exímio capitão e negociador, a confiança pessoal que tinha com o monarca – amigos desde tenra idade – permite compreender os cargos que acumulou ao longo da sua vida<sup>133</sup>.

O governo de Martim Afonso pretendeu conter os elevados custos da presença portuguesa na Ásia. Como sabemos, as décadas de 1540-1550 foram marcadas por um período de forte crise económica – que pode ser considerada, de acordo com Vitorino Magalhães Godinho, como um momento de viragem estrutural<sup>134</sup>. A evolução económica e financeira deste tempo não foi, aliás, regular e, nas palavras do mesmo autor, «não houve, no conjunto, evolução nem involução linear – crescimento ou decadência contínuos, uniformes globais. Mas sim recuos aqui, compensados por expansões – um jôgo complexo de harmónio»<sup>135</sup>. O Império Português viu-se, por exemplo, em boa parte por decisão régia, amputado, nessa década, de grande parte das praças do Norte de África, consequência da expansão dos xarifes de Marrocos, de um alargado debate na corte, bem como dos crescentes custos da manutenção das fortalezas e dos avultados gastos na

---

<sup>133</sup> Sobre o percurso deste fidalgo seguimos de perto o estudo de Alexandra Pelúcia – *Martim Afonso de Sousa...*, cit. Para o governo dele vejam-se as páginas 197-245.

<sup>134</sup> Vitorino Magalhães Godinho – «Flutuações económicas e devir estrutural do século XV ao século XVII» in *Ensaio e Estudos. Uma maneira de pensar*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 2009, p. 328.

<sup>135</sup> *Ibidem*, pp. 315-316.

adaptação destas ao estilo abaluartado<sup>136</sup>; no mesmo período as remessas do ouro da Mina diminuíram e, a feitoria portuguesa em Antuérpia foi encerrada em 1548, sinal da delicada situação financeira da Coroa Portuguesa. D. João III começou a ver o Atlântico, em particular o Brasil, como território complementar aos lucros da Carreira da Índia. Assim se compreende a criação das capitânicas-donatarias, a partir de 1534, e a posterior formação do Governo-Geral, com sede na Baía, em 1548/1549, abrindo-se um sistema dual (assente no Índico e no Atlântico) e uma nova dinâmica nesta parte ocidental do processo expansionista português.

Foi neste contexto que Martim Afonso entrou ao serviço enquanto governador, tentando evitar a guerra aberta (para prevenir as pesadas despesas extraordinárias inerentes a esta actividade), privilegiando o diálogo e uma crescente liberalização do comércio. Destacaram-se apenas três expedições militares no seu governo, todas com o objectivo de arranjar alguma liquidez financeira com rapidez e facilidade: a viagem a Batalá (porto do Canará, a Sul de Goa), em 1542, como exibição de força do “Estado da Índia” e nova imposição de tributos à região; a chamada “Viagem ao Pagode”, em 1543, que pretendia pilhar o complexo religioso hindu de Tirumala-Tirupati, a vinte léguas do porto de Paleacate, no Coromandel – expedição que acabou por ser abandonada pelos sucessivos atrasos e pela resistência local que se esperava e que foi redireccionada para a pilhagem do templo hindu de Tevalekara, perto de Couão; e, por fim, o envio de uma armada para encontrar a mítica ilha do ouro, no Sudeste Asiático, em 1544, seguindo ordens régias, que acabou também gorada, entre outros motivos, pelos desentendimentos entre o capitão e os homens da armada<sup>137</sup>. Simultaneamente, reformou as alfândegas de Ormuz e de Malaca, com vista a aumentar os lucros provenientes daí – dois locais estratégicos e por onde se esvaíam produtos de forma informal, através de portugueses estabelecidos localmente ou de mercadores da região acordados com os oficiais portugueses<sup>138</sup>. É relevante notar que, apesar destas tentativas de centralizar a Fazenda, o

---

<sup>136</sup> Acerca dos problemas do reinado de D. João III, cf. João Paulo Oliveira e Costa – «O Império Português em Meados do século XVI» in *Mare Nostrum. Em busca de Honra e Riqueza nos séculos XV e XVI*. Lisboa: Temas e Debates, 2013, pp. 168-178; sobre a questão da presença portuguesa no Norte de África, veja-se João Marinho dos Santos – «Portugal e Marrocos – da confrontação à cooperação» in João Marinho dos Santos, José Manuel Azevedo e Silva e Mohammed Nadir – *Santa Cruz do Cabo de Gue d'Agoa de Narba – Estudo e Crónica*. Coimbra: Palimage, 2007, pp. 9-92, Otilia Rodrigues Fontoura – *Portugal em Marrocos na época de D. João III – abandono ou permanência?* Madeira: CEHA, 1998, pp. 117-135 e Maria Leonor Garcia da Cruz – *As controvérsias ao tempo de D. João II sobre a política portuguesa no Norte de África*. Lisboa: CNCDP, 1998.

<sup>137</sup> Cf. Alexandra Pelúcia – *Martim Afonso de Sousa...*, cit., pp. 207-208, 230-231 e Sanjay Subrahmanyam – *O Império Asiático Português...*, cit., pp. 130-131.

<sup>138</sup> Alexandra Pelúcia – *Ob. cit.*, pp. 232-234 e Sanjay Subrahmanya – *Ob. cit.*, pp. 131-134.

governo de Martim Afonso de Sousa é conhecido por uma maior dispersão dos homens e pela falta de controlo do aparelho financeiro, coincidindo com a chegada dos portugueses ao Japão (em 1543) e o crescente interesse pela China – não obstante a presença regular de mercadores privados portugueses em alguns portos da costa chinesa. Tal só se compreende pelo facto de que este governador acabou por se resignar à realidade dos interesses do comércio inter-asiático, acreditando, segundo Alexandra Pelúcia, que «[...] a tolerância dos tráficos privados acabava por ser capitalizável, desde que promovida em épocas de calma e sob cobertura oficial»<sup>139</sup>. Martim Afonso acomodou-se, contrariando a posição anteriormente defendida da necessidade da guerra para evitar esta mesma dispersão das gentes<sup>140</sup>.

Recorreu, durante o seu governo, a um leque alargado de familiares e de pessoas próximas para preencher a estrutura administrativa do “Estado da Índia”, como é o caso de Aleixo de Sousa, nomeado vedor da fazenda e, à primeira vista, sem qualquer tipo de experiência ou formação específica nessa área, situação contrária à nomeação de vedores anteriores e posteriores<sup>141</sup>. Defendia a sua posição através de colocação de homens da sua confiança em lugares-chave, opção que já fora tomada por governadores anteriores. Para além deste tipo de nomeações, Martim Afonso de Sousa tinha poucos meios à sua disposição para recompensar a sua clientela. Concretamente, a nomeação de capitães de fortalezas era uma prática pouco viável, tendo em conta o sistema de vagantes aplicado de forma sistemática a partir do governo de Nuno da Cunha, isto é, a nomeação de cargos pela Coroa e a criação de uma “lista de espera”, estando sempre fidalgos a aguardar vez para entrar ao serviço na vaga do actual oficial<sup>142</sup>. Assim sendo, o governador podia favorecer os seus homens através da atribuição de uma certa soma em dinheiro, de bens que poderiam ser vendidos (como especiarias) ou da concessão de “viagens” a determinados portos do Índico, permitindo (e até incentivando, implicitamente) o comércio inter-asiático português. Atentemos que esta forma de recompensar a fidalguia não foi única deste governo: D. João de Castro repetiu vastas vezes este modelo, acabando por confirmar 23 licenças de trato dadas pelo seu antecessor, como analisaremos na última parte desta tese.

---

<sup>139</sup> Alexandra Pelúcia – *Ob. cit.*, p. 233.

<sup>140</sup> Martim Afonso defendera, de uma forma brilhante, tal ideia em carta de 24-XII-1538 a D. João III, que citaremos adiante – *CSL*, 1, p. 138.

<sup>141</sup> Cf. Alexandra Pelúcia – *Ob. cit.*, cit., pp. 216-217.

<sup>142</sup> Sobre este sistema veja-se Andreia Martins de Carvalho – *Nuno da Cunha e os capitães da Índia...*, cit., pp. 126-127.

O reforço monetário dos bazarucos de Goa (a moeda de cobre utilizada nas transacções comerciais diárias), levada a cabo por Aleixo de Sousa e pelo Governador, visou, de início, aumentar a liquidez da Fazenda, mas acabou por proporcionar um clima de crise e o embargo à entrada de mantimentos em Goa. Apesar das múltiplas queixas da população, a medida não foi revertida durante este governo, sendo somente resolvida após a chegada do novo governador, como veremos. Veja-se ainda o episódio do galeão que o próprio Governador queria mandar construir, em Cochim, à sua custa, para embarcar cerca de 1000 quintais de anil, para vender no Reino, entregando depois o navio para serviço da Coroa. D. João III recusou categoricamente a proposta, evitando que a imagem do rei ficasse manchada pelo subterfúgio de um oficial que pretendia enriquecer à custa das liberdades de comércio que desfrutava<sup>143</sup>.

Apesar de tudo, o período de 1542-1545 foi fulcral na consolidação da presença portuguesa na Ásia, por vários motivos donde destacamos dois: o início da acção missionária jesuítica e a ocupação efectiva das terras envolventes de Goa. O primeiro factor diz respeito à chegada dos religiosos da Companhia de Jesus à Ásia, em 1542, já que a recém-criada ordem religiosa (1540) despertou o interesse de D. João III que apoiou a sua entrada no Reino e a sua expansão pelos territórios de Além-Mar. Através da religião, a Coroa procurava conferir maior coesão a algumas partes do Império, continuando a interligar o poder espiritual ao temporal. Francisco Xavier encabeçou o primeiro grupo que partiu para a Índia com Martim Afonso, inaugurando um novo período de disseminação da fé cristã no eixo do Índico-Pacífico. Efectivamente, a dinâmica da Companhia permitiu aumentar exponencialmente as populações cristãs nestes territórios<sup>144</sup>. Até então, a actuação do clero secular (lembramos que a criação da Diocese de Goa data de 1534) e regular (sobretudo dominicanos e franciscanos) era mais passiva do que activa, sem uma política delineada de evangelização e conversão das populações locais. O clero vivia num evidente estado de relaxamento, como se infere dos testemunhos dados nas primeiras décadas, estando a conversão ligada sobretudo à atenção

---

<sup>143</sup> Veja-se o episódio em José Virgílio Pissarra – *Portugal e o Desenvolvimento das Marinhas Oceânicas...*, cit., pp. 125-126.

<sup>144</sup> Sobre este assunto veja-se, entre outros, a síntese de João Paulo Oliveira e Costa – «A Diáspora Missionária» in Carlos Moreira Azevedo (dir.) – *História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, vol. 2, pp. 269-279. Veja-se também o artigo de João Marinho dos Santos – «La catéchisation jésuitique dans la stratégie impériale de Jean III» in *Estudos sobre os Descobrimentos...*, cit., pp. 201-207.

peçoal conferida por cada capitão ou governador<sup>145</sup>. A forte actividade dos Jesuítas reconfigurou o mapa religioso sob influência portuguesa e persuadiu as restantes ordens religiosas a um reforço da sua presença nestas áreas e da sua actividade missionária. Em poucos anos, Francisco Xavier foi responsável por uma dinâmica sem igual, espalhando a fé católica por territórios que não se encontravam directamente sob alçada do “Estado da Índia”, em especial no Sudeste Asiático, chegando ao Japão e até planeando a missão da China<sup>146</sup>.

Todavia, é necessário realçar que a acção destes religiosos e do clero regular, representado, à época, pelo bispo D. Frei Juan de Albuquerque, em Goa, iniciou um tempo de intolerância para com as populações não cristãs. A destruição dos templos hindus das Terras Firmes de Goa, nas décadas de 1540 e 1550, não tem paralelo no “Estado da Índia”, sendo fruto do crescente rigor das conversões e do próprio estatuto da cidade enquanto capital da presença portuguesa na Ásia<sup>147</sup>. Conforme mostrou Ângela Barreto Xavier, a crescente política de conversão visava favorecer os que adoptavam a religião católica em detrimento dos *gentios* que já tinham uma posição estável na sociedade portuguesa de Goa ou nas aldeias das Terras Firmes<sup>148</sup>. A influência dos “teólogos da Corte”, como argumentou Giuseppe Marcocci, fez-se sentir na vertente asiática do Império, onde as estratégias de proselitismo foram reformuladas para se adequar à frutífera acção missionária jesuítica que permitiram uma expansão considerável do Padroado Régio<sup>149</sup>. Este ambiente de intransigência viria a aumentar nesse período, com a imposição das disposições de Trento no “Estado da Índia”, e com a expansão do Tribunal do Santo Ofício para essa área, em 1560<sup>150</sup>.

Quanto ao segundo factor enunciado, referimo-nos ao início da territorialização em Goa, com a cedência das Terras Firmes de Bardez e Salcete, por Ibrahim Adil Shah I,

---

<sup>145</sup> Cf. o artigo de Ângela Barreto Xavier – «A Organização Religiosa do Primeiro Estado da Índia. Notas para uma Investigação», *Anais de História de Além-Mar*, V, 2004, p. 30 e João Paulo Oliveira e Costa – «A Diáspora Missionário»..., cit., p. 269.

<sup>146</sup> Sobre esta personagem é ainda hoje imprescindível o estudo do grande historiador jesuíta Georg Schurhammer – *Francis Xavier: his life, his times*. Rome: The Jesuit Historical Institute, 1973-1982, 4 vols. Sobre a acção da Companhia de Jesus veja-se o estudo, também ele fundamental, de Dauril Alden – *The making of an enterprise: the Society of Jesus in Portugal, its empire, and beyond, 1540-1750*. Stanford: Stanford University Press, 1996 – para este primeiro período cronológico seguimos as pp. 41-51.

<sup>147</sup> Francisco Bethencourt – «Configurações políticas e poderes locais»..., cit., pp. 214-215.

<sup>148</sup> Ângela Barreto Xavier – *A Invenção de Goa*..., cit., pp. 122-124.

<sup>149</sup> Giuseppe Marcocci – *A Consciência de um Império. Portugal e o seu Mundo (sécs. XV-XVII)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012, p. 380 e seguintes.

<sup>150</sup> Cf. Ângela Barreto Xavier – «Gaspar de Leão e a recepção do Concílio de Trento no Estado da Índia» in António Camões Gouveia, David Sampaio Barbosa e José Pedro Paiva (eds.) – *O Concílio de Trento em Portugal e nas Conquistas: Olhares Novos*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, 2014, pp. 133–156.

sultão de Bijapur<sup>151</sup>. Este processo de cedência é demorado e complexo, pois remete-nos obrigatoriamente para a história interna dos reinos locais do Decão. A personagem central é ‘Ali bin Yusuf’ Adil Khan, conhecido nas fontes portuguesas como Mealeção ou, de forma abreviada, Meale. Este príncipe do Bijapur era tio do referido sultão Ibrahim Adil Shah I e encontrava-se afastado da corte, refugiado, com a sua família, no Guzerate. Martim Afonso de Sousa foi desafiado por um nobre de origem persa, Yusuf Lari Asad Khan (Acedecão, nas fontes portuguesas), a trazer Yusuf’ Adil Khan para Goa, apoiando a revolta contra o sultão. Garcia de Sá, capitão de Goa, juntamente com outros fidalgos portugueses, trataram da situação e o príncipe acabou por se encontrar, a partir de 1543, na capital do “Estado da Índia”. Entretanto, a morte de Asad Khan, impulsionador deste projecto, levou à reconfiguração do plano de Martim Afonso; tendo um pretendente ao trono de Bijapur em Goa, o governador português acabou por negociar com o Sultão a entrega de Bardez e Salcete e de um avultado pagamento em troca do próprio Adil Khan<sup>152</sup>. Como veremos mais adiante, a chegada de D. João de Castro embargou todo o processo, defendendo que a entrega do Meale levaria à perda de crédito dos próprios portugueses junto dos potentados locais. Em todo o caso, o “Estado da Índia” adquiriu, com este negócio, uma vasta porção de terra onde podia cobrar réditos fixos anuais, reforçando a sua liquidez e permitindo aliviar os custos da administração.

A entrada das Terras Firmes na alçada de Goa é paralela ao início de uma política de fixação na chamada Província do Norte (à época, o território português entre Chaul e Baçaim). Cerca de 4% das aldeias arrendadas datam deste período de 1542-1545<sup>153</sup>, número bem inferior ao do governo de D. João de Castro, que analisaremos adiante.

Entretanto, Asad Khan deixara uma quantia avultada para Martim Afonso, sendo entregue ao mercador de origem iraniana Khwaja Shams-ud-din Gilani (referido como Coge Samecedim (ou outras variantes semelhantes) nas fontes portuguesas), oferecendo

---

<sup>151</sup> Para a localização das Terras Firmes, veja-se o Mapa 3, em Anexo.

<sup>152</sup> Sobre figura de ‘Ali bin Yusuf’ Adil Khan veja-se o estudo central de Sanjay Subrahmanyam – «A Muslim Prince in Counter-Reformation Goa» in *Three Ways to Be Alien: Travails and Encounters in the Early Modern World*. Waltham: Brandeis University Press/Historical Society of Israel, 2011, pp. 23-72 – este capítulo é uma versão revista do artigo anterior do mesmo autor: «Notas sobre um rei congelado: o caso de Ali bin Yusuuf Adil Khan, chamado Maleação» in Rui Loureiro e Serge Gruzinski (eds.) – *Passar Fronteiras. II Colóquio Internacional sobre mediadores culturais, séculos XV-XVIII*. Lagos: Centro de Estudos Gil Eanes, 1999, pp. 265-290; veja-se que numa carta (recentemente publicada) de Martim Afonso para o Conde da Castanheira, de 23-XII-1544, o então governador explicava a situação da aquisição das Terras Firmes, misturando as questões e afirmando que estas tinham sido cedidas pelo sultão de Bijapur pelo governador português ter apoiado as suas pretensões contra Asad Khan e não em troca de Yusuf’ Adil Khan – José Miguel Martínez Torrejón (ed.) – *Miscelânea Pereira de Foles*. Lisboa: INCM, 2017, p. 519.

<sup>153</sup> Cf. André Teixeira – *Baçaim e o seu território...*, cit., vol. 1, p. 256.

mais um rendimento extra à Fazenda. Desejoso de conseguir mais meios, o Governador forçou este mercador a entregar o restante dinheiro à sua guarda, tendo até planeado raptá-lo, conforme se queixa disso o próprio rei de Cananor a D. João III numa carta onde narra o episódio da morte do *qadi* (juíz da comunidade local) de Cananor, Abu Bakr Ali (Pocaralle ou Pocaralho nas fontes do “Estado da Índia), às mãos de Belchior de Sousa, familiar de Martim Afonso e responsável por pressionar o referido *qadi* a arranjar forma de Khwaja Shams-ud-din entregar o dinheiro que tinha<sup>154</sup>.

Todas estas situações viriam a marcar profundamente o governo de Martim Afonso de Sousa e acabaram por ser denunciadas após o seu regresso ao Reino, denegrindo a sua actuação à frente do “Estado do Índia”. A maior parte destas questões ficaram por resolver, transitando para o tempo de D. João de Castro e constituindo um pesado legado que condicionou os primeiros tempos da sua governação.

O percurso que aqui esboçámos pretendeu apresentar brevemente a evolução do “Estado da Índia” até 1545, realçando a sua capacidade de adaptação aos meios envolventes e disponíveis, implementando assim uma estrutura de poder assente no vice-rei/governador sediado, numa primeira fase em Cochim, e posteriormente em Goa. A construção deste “Estado” foi feita com avanços e recuos e com o imprevisto inerente à edificação de qualquer império<sup>155</sup>. Como mostrou A.J.R. Russell-Wood, não houve uma política de colonização concreta e continuada por parte da Coroa, permitindo «[...] respostas flexíveis e adaptáveis às oportunidades, às alterações nos poderes locais e às modificações nas situações militares»<sup>156</sup>. Efectivamente, a presença portuguesa relacionou-se, desde os primeiros anos, com múltiplos sultanatos, potentados hindus ou pequenos reinos costeiros, o que realça também a grande diversidade da sua capacidade diplomática, característica central da expansão na Ásia, tendo em conta que todos os casos eram quase únicos na abordagem e nos contextos. Aliás, esta relação foi muitas vezes entendida mediante o conceito de “amizade” ou de “vassalagem”, sujeitando, neste caso, vários pequenos reinos a um sistema de pagamento de páreas<sup>157</sup>.

---

<sup>154</sup> Sobre este episódio veja-se Alexandra Pelúcia – *Martim Afonso de Sousa...*, cit., pp. 235-237.

<sup>155</sup> Francisco Bethencourt – «Configurações políticas e poderes locais»..., cit., p. 208.

<sup>156</sup> A.J.R. Russell-Wood – «Padrões de Colonização no Império Português, 1400-1800» in Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto (dir.) – *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800. Lisboa: Edições70, 2010*, p. 198.

<sup>157</sup> Sobre uma visão sintética da acção diplomática portuguesa, veja-se o artigo de Zoltán Biedermann – «Portuguese Diplomacy in Asia in the Sixteenth Century» in *The Portuguese in Sri Lanka and South India. Studies in the History of Diplomacy, Empire and Trade, 1500-1650*. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2014, pp. 7-32 e do mesmo autor «Three Ways of Locating the Global: Microhistorical Challenges in the



A crescente disseminação dos portugueses por todo o Oceano Índico/Pacífico, de uma maneira formal ou informal não impediu que se replicassem, quando possível, as estruturas administrativas do Reino, acabando por se “aportuguesar” Goa e as aldeias das Terras Firmes, como demonstraram Catarina Madeira Santos e Ângela Barreto Xavier<sup>158</sup>. Esta adaptabilidade ao território permitiu integrar elementos locais em diversos sectores desta primeira presença europeia na Ásia, acabando por criar um hibridismo cultural que pôde ser visto no funcionamento das instituições, nas práticas políticas encetadas e até no conhecimento produzido, como se infere da obra de Garcia de Orta, publicado em 1563, onde converge o saber europeu com o recolhido no local<sup>159</sup>. No entanto, o conhecimento sobre Portugal e a Europa, na própria Ásia, continuava a ser muito difuso nesta primeira metade do século XVI – um tempo em que havia europeus sem Europa, isto é, um período em que, para as populações da Ásia a noção geográfica do continente Europeu e do que era o reino de Portugal não era clara, como bem notou Sanjay Subrahmanyam num dos seus mais recentes estudos<sup>160</sup>.

Salientemos que é impossível compreender o “Estado da Índia” por si só, sem olhar para o espaço geográfico onde se implantou. A chegada da primeira armada comandada por Vasco da Gama a Calecute, em 1498, veio colocar mais um jogador no complexo tabuleiro político da Ásia. Os portugueses souberam-se afirmar enquanto mercadores com um poder de fogo até então raramente usado nas transacções comerciais. As comunidades espontâneas que surgiram sobretudo nas franjas do Império, como no Golfo de Bengala, equipararam-se às comunidades de qualquer outra etnia local, destacando-se pelo uso da força e da violência<sup>161</sup>. Por sua vez, a imposição dum sistema de salvo-condutos, os chamados *cartazes*, impostos a partir de 1502 e cujo modelo similar se encontrava desde a Europa até à China, condicionou a navegação dos navios locais a troco do pagamento aduaneiro antecipado, procurando afirmar o controlo português sobre

---

Study of Early Transcontinental Diplomacy», *Past & Present*, 242, Supplement 14, 2019, pp. 110–141; sem esquecer o já referido estudo de António Vasconcelos de Saldanha – *Iustum Imperium...*, cit., pp. 356-383.

<sup>158</sup> Catarina Madeira Santos – *Goa é a Chave...*, cit., e Ângela Barreto Xavier – *A Invenção de Goa...*, cit., p. 48.

<sup>159</sup> Cf. Catarina Madeira Santos – «Los virreys del Estado de la India...», cit., pp. 108 e Teresa Nobre de Carvalho – *Os Desafios de Garcia de Orta – Colóquios dos Simples e Drogas da Índia*. Lisboa: Esfera do Caos, 2015, p. 191. Sobre o conhecimento acumulado na Índia, vejam-se os primeiros capítulos da obra de Ângela Barreto Xavier e Ines G. Županov – *Catholic Orientalism. Portuguese Empire, Indian Knowledge (16th-18th Centuries)*. New Delhi: Oxford University Press, 2015

<sup>160</sup> Sanjay Subrahmanyam – *Europe's India: words, people, empires, 1500*. Cambridge: Harvard University Press, 2017, pp. 292-294.

<sup>161</sup> Francisco Bethencourt – «Configurações políticas e poderes locais», cit., p. 223.

o trato local, alargando a jurisdição da Coroa na região e assegurar o monopólio régio das especiarias<sup>162</sup>.

Longe estamos de afirmar que a chegada dos portugueses terá marcado profundamente este espaço, mas não caímos no extremo oposto de afirmar, como Jack Goldstone, que a actividade dos portugueses apenas colidiu com interesses dos «[...] governantes locais de pequenos reinos costeiros ou Estados-ilhas», parecendo «moscas em torno de um camelo, insignificantes»<sup>163</sup>. É verdade que a expansão portuguesa dificilmente poderia conseguir dominar um vasto território, tendo em conta a constante e estrutural falta de gente nas fortalezas face ao quase infinito saldo demográfico dos diversos potentados e à conseqüente capacidade militar logística destes, mas as relações estabelecidas com as grandes potências locais contrariam este papel minimalista.

Neste sentido, encontramos diversos episódios ao longo da primeira metade do século XVI que permitem enquadrar, em parte, o “Estado da Índia” como um próprio potentado local, com «[...] capacidade suficiente para fazer face aos desafios económicos e militares que lhe eram colocados pelas outras potências asiáticas», como já foi defendido por João Paulo Oliveira e Costa<sup>164</sup>. É o caso da já referida pressão exercida sobre a costa do Guzerate que forçou o Sultanato a ceder Baçaim em troca de apoio militar contra a expansão Mogol, em 1535; ou ainda o do bloqueio marítimo aos portos de Bijapur, em 1545-1546 (como veremos), que acelerou o processo de assinatura de o tratado de paz visto que privava o sultanato de muito material de guerra, como os sempre necessários cavalos; ou, ainda referente ao mesmo sultanato, o mencionado caso de Ali bin Yusuf Adil Khan em Goa, pretendente ao trono, que intensificou a guerra do sultanato de Ahmadnagar e do Império hindu de Vijayanagar contra Bijapur; ou, como último exemplo, a própria difusão de alguns modelos europeus de armamento pirobalístico (como espingardas/arcabuzes e certos tipos de bocas de fogo) na Ásia<sup>165</sup>. Relembremos o impacto das espingardas portuguesas no Japão, que desenvolveu a arte da guerra,

---

<sup>162</sup> O sistema de cartazes adoptado pelos portugueses é analisado em profundidade por Luís Filipe F.R. Thomaz – «The Portuguese control over the Indian Ocean and the Cartaz system» in *Os Mares do Oriente: a presença portuguesa circa 1507. Actas do X Simpósio de História Marítima*. Lisboa: Academia de Marinha, 2011, pp. 267-334.

<sup>163</sup> Jack Goldstone – *História Global da Ascensão do Ocidente. 1500-1850*. Lisboa: Edições70, 2010, p. 92.

<sup>164</sup> João Paulo Oliveira e Costa – «O Império Português em meados do século XVI», cit., p. 184; veja-se também a interessante visão de George D. Winius – «Portuguese as players on a South Asian Stage» in George D. Winius (ed.) – *Portugal, the Pathfinder. Journeys from the Medieval toward the Modern World 1300-ca.1600*. Madison: Hispanic Seminary of Medieval Studies, 1995, pp. 191-212.

<sup>165</sup> Cf. por exemplo Kenneth Chase – *Firearms. A Global History to 1700*. New York: Cambridge University Press, 2003, pp. 134-136.

influenciando fortemente os senhores locais e permitindo o fim de uma guerra civil que durava há décadas<sup>166</sup>; e para finalizar, o caso do próprio Império Otomano, a maior potência islâmica nesta época, com uma vasta frente de guerra na Europa, que organizou uma armada, em 1538, que visava, entre outros objectivos, a derrota dos portugueses na Ásia, começando por um assédio à fortaleza de Diu.

A acção dos portugueses, embora muito localizada, não deixou de se fazer sentir pelas grandes potências asiáticas, ficando registada em fontes locais tão diversas quanto, por exemplo, crónicas, correspondência, pinturas e esculturas. O retrato que aí encontramos dos portugueses encontra-se ligado ao domínio do mar e à sua incomparável mobilidade, associado também ao uso inovador das armas de fogo<sup>167</sup>. Evoquemos, neste caso, o conhecido caso da descrição chinesa, da década de 1520, dada por Cristóvão Vieira, preso em Cantão, de que os portugueses seriam pouco versados na guerra terrestre e que eram «[...] como peixes que como tirão d’agoa ou do mar logo morrem»<sup>168</sup>.

Do ponto de vista Europeu, a expansão portuguesa na Ásia foi responsável, no século XVI, pelo abastecimento de uma parte considerável de especiarias, com especial destaque na pimenta<sup>169</sup>. Apesar da tentativa de asfixiar as rotas do Mar Vermelho e do Golfo Pérsico, os produtos asiáticos continuaram a chegar à Europa por estas vias, através das mãos de mercadores muçulmanos e italianos<sup>170</sup>. Os meios navais e demográficos do “Estado da Índia” eram invariavelmente poucos para patrulhar e impor um bloqueio eficaz a estas rotas. Após o avanço otomano para Suez e Baçorá em meados desse século, como veremos adiante, restava aos portugueses “reduzir os estragos”, como afirmou Magalhães Godinho, procurando ganhar a guerra comercial entre a Rota do Cabo e a do Levante<sup>171</sup>.

---

<sup>166</sup> Sobre este assunto veja-se João Paulo Oliveira e Costa – «A introdução das armas de fogo no Japão pelos Portugueses à luz da *História de Japam* de Luís Fróis» in *O Japão e o Cristianismo no século XVI. Ensaio de História Luso-Nipónica*. Lisboa: SHIP, 1999, pp. 71-86 e Peter A. Lorge – *The Asian Military Revolution. From gunpowder to the bomb*. New York: Cambridge University Press, 2008, pp. 54-56.

<sup>167</sup> Veja-se o artigo de Jorge Flores – «Floating Franks: The Portuguese and their empire as seen from early modern Asia» in Robert Aldrich e Kirsten McKenzie – *The Routledge History of Western Empires*. New York: Routledge, 2014, pp. 33-45 e Sanjay Subrahmanyam – «Perspectivas indianas sobre a presença portuguesa na Ásia, 1500-1700» in *Impérios em Concorrência. Histórias Conectadas nos séculos XVI e XVII*. Lisboa: ICS, 2012, pp. 33-64.

<sup>168</sup> Carta de Cristóvão Vieira, cativo em Cantão em 1524, publicada na colectânea de Raffaella d’Intino – *Enformação das Causas da China. Textos do século XVI*. Lisboa: INCM, 1989, p. 19.

<sup>169</sup> A.R. Disney – *História de Portugal e do Império...*, cit., pp. 249-250.

<sup>170</sup> Sanjay Subrahmanyam – «O mundo comercial do oceano Índico ocidental, 1546-1565» in *Impérios em Concorrência...*, cit., pp.168-176.

<sup>171</sup> Vitorino Magalhães Godinho – «O Levante e a Rota do Cabo» in *Mito e Mercadoria, utopia e prática de navegar: séculos XIII–XVIII*. Lisboa: Difel, 1990, pp. 422-423.

Todavia, o processo de descoberta da própria Ásia, isto é, do mapeamento e da aquisição de informações sobre as diversas culturas e circunscrições políticas existentes, trouxe ao Velho Continente um notável conjunto de novos dados recolhidos por religiosos, oficiais ou aventureiros-mercadores<sup>172</sup>. A cultura material deste período reflectiu também os novos gostos desenvolvidos e adquiridos através destes contactos, como vemos num conjunto infindo de bens de ourivesaria, mobiliário, porcelanas, jóias e até de animais exóticos que circulavam nas cortes e que povoavam o imaginário popular da época<sup>173</sup>.

A política ultramarina de D. João III, na qual o governo de D. João de Castro se encaixa, necessita de ser entendida no seu longo reinado, de 36 anos, e cujos contornos internos não diferem muito dos restantes reinados europeus, quer seja o de Carlos V, quer sejam os de Henrique VIII ou Francisco I, contrariando a ideia banal de que a Contra-Reforma foi responsável por uma vigorosa perseguição religiosa, específica do Sul da Europa e, na longa duração, pelo atraso económico sempre mencionado – período coincidente com uma progressiva ideia de decadência da presença portuguesa na Ásia, após uma suposta *Era Dourada*<sup>174</sup>. O Império Marítimo que D. João III toma em mãos em 1521 não é o mesmo à sua morte, em 1557, nem o contexto económico, repleto de crises (a tal ideia do harmónio, de Magalhães Godinho), nem o político, cujas ameaças externas aumentaram exponencialmente, desde a resposta militar dos potentados asiáticos, até à interferência de França no Brasil e à chegada e estabelecimento dos castelhanos nas Molucas, assunto que não ficaria resolvido com o Tratado de Saragoça, apesar da longa negociação diplomática<sup>175</sup>. O monarca conseguiu adaptar-se aos tempos, e assim devemos entender a presença portuguesa no Atlântico e no Índico/Pacífico, isto é, não um bloco monolítico, mas um espaço que avança e recua as fronteiras, renovando-as conforme as necessidades e a sua própria capacidade. É esta mesma adaptabilidade que permitiu a sobrevivência e afirmação do “Estado da Índia” e que D. João de Castro utilizou, ao longo do seu governo, para equilibrar o que herdou e manter a coesão no vasto território sob a sua alçada.

---

<sup>172</sup> Sobre este processo de descoberta do outro, veja-se a síntese de Jean-Louis Margolin e Claude Markovitz – *Les Indes et l'Europe. Histoire connectées XV<sup>e</sup>-XXI<sup>e</sup> siècle*. Paris: Gallimard, 2015, pp. 190-206.

<sup>173</sup> Entre outros, remetemos para a incontornável obra de Donald F. Lach – *Asia in the making of Europe*. Chicago/London: University of Chicago Press, 1965-1970, vols. I (livros 1 e 2) e II (livros 1 a 3).

<sup>174</sup> Cf. a tese de Ângela Barreto Xavier, que demonstra como o reinado de D. João III não tem características únicas – *A Invenção de Goa...*, cit., p. 50.

<sup>175</sup> Sobre este assunto veja-se, por exemplo, Isabel Drummond Braga – *Um espaço, duas monarquias (interrelações na Península Ibérica no tempo de Carlos V)*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 2001, pp. 117-142.



**PARTE II**  
**DE GOVERNADOR A VICE-REI:**  
**D. JOÃO DE CASTRO E O “ESTADO DA ÍNDIA” (1545-1548)**

Como já tivemos oportunidade de explicar anteriormente, o presente capítulo procura seguir de perto o governo de D. João de Castro, de uma forma narrativa, para permitir enquadrar as duas últimas partes, de análise e interpretação das principais áreas de actuação enquanto mais alto representante da Coroa no “Estado da Índia”. Apesar de poder, eventualmente, congregar uma carga excessiva de narrativa, só uma primeira abordagem deste género é que nos permitirá uma leitura exaustiva e crítica das fontes, sobre a qual é assente a análise deste período de uma forma objectiva nas partes III e IV.



### CAPÍTULO 3

#### A CARREIRA E A NOMEAÇÃO

A escolha de um novo governador ou vice-rei para o “Estado da Índia” era efectuada pelo próprio monarca, ouvindo, conforme necessário, a opinião de um círculo restrito de cortesãos que constituía o Conselho Régio. Tal como acontecia com a eleição de um bispo<sup>176</sup>, o processo de selecção deste oficial era o resultado de uma complexa equação na qual eram avaliados diversos factores: a trajectória pessoal do visado e os serviços prestados anteriormente à Coroa pelo próprio e pelos seus antepassados e familiares; a integração nas redes clientelares da Corte; e, claro, a situação do candidato no momento da nomeação<sup>177</sup>. Analisemos assim, conforme estes critérios, o perfil de D. João de Castro para compreendermos a sua nomeação em 1545.

Como não poderia deixar de ser, a trajectória pessoal de Castro está directamente relacionada com os serviços prestados à Coroa e à sua ligação familiar. D. João de Castro terá nascido a 27 de Fevereiro de 1500<sup>178</sup> e era filho de D. Álvaro de Castro e de D. Leonor de Noronha. O pai fora homem de confiança dos reis D. João II, D. Manuel I e D. João III<sup>179</sup>. Enquanto vedor da fazenda, nomeado em 1496, chegou a ser um dos executores

---

<sup>176</sup> Cf. José Pedro Paiva – *Os bispos de Portugal e do Império, 1495-1777*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, p. 230-250

<sup>177</sup> Veja-se o estudo já mencionado de Mafalda Soares da Cunha e Nuno Gonçalo Monteiro – «Vice-reis, governadores e conselheiros...», cit., pp. 93-98.

<sup>178</sup> A referência mais antiga do seu ano de nascimento será de Diogo do Couto, na sua Sexta Década, publicada em 1614 (tendo o texto sido datado de c. 1597-1598) – *Década Sexta da Ásia*. Lisboa: por Pedro Craesbeeck, 1614, fl. 120 e *Ásia (Couto)*, d. VI, l. VI, c. IX, p. 69. Todavia, a data completa é-nos primeiramente fornecida por Jacinto Freire de Andrade, na biografia encomendada pelo neto do visado, talvez por memória familiar do dia – *VDJC*, livro 4, parágrafo 110, p. 438.

<sup>179</sup> Esta proximidade poder ser vista, por exemplo, nas histórias que circulavam na corte e que podem ser encontradas em José Hermano Saraiva (ed.) – *Ditos Portugueses dignos de memória*. Lisboa: Publicações Europa-América, s.d., pp. 70-72.



testamentários de D. João II, junto com outras grandes personalidades do Reino<sup>180</sup>. Manteve o cargo de vedor com D. Manuel até ser nomeado Governador da Casa do Cível, pouco tempo depois do início do seu reinado, cargo este que viria a passar ao filho mais velho, D. Fernando. D. João de Castro descendia, pelo lado paterno, de D. Álvaro Pires de Castro, irmão da famosa Inês de Castro, radicados em Portugal a partir de meados do século XIV, responsável por vários ramos que se destacaram ao longo das décadas do processo expansionista. A sua mãe, D. Leonor de Noronha, também sobressaía por ser filha do segundo Conde de Abrantes, D. João de Almeida, e de sua esposa D. Inês de Noronha, sendo sobrinha (pelo lado paterno) de D. Francisco de Almeida, primeiro vice-rei enviado à Ásia, em 1505. Por outro lado, a irmã de D. João de Castro, D. Inês, era casada com D. Garcia de Noronha, 3.º vice-rei do “Estado da Índia” (1538-1540)<sup>181</sup>.

Rodeado de um ambiente dedicado ao serviço à Coroa, o futuro governador do “Estado da Índia” terá iniciado a sua carreira na guerra no Norte de África, em 1518, na fortaleza de Tânger. O próprio confirma, em carta de 1539 ao rei: «de dezoito annos tomei as armas em seu serviço; seis vezes pasei em Afriqua e la me naceram as barbas»<sup>182</sup>. Pouco sabemos do seu percurso antes desse ano, apesar de muito se especular, sem qualquer sustento documental, de uma possível passagem pelos Estudos Gerais, então em Lisboa<sup>183</sup>. Terá permanecido em Tânger durante alguns anos, como nos confirma a carta de entrega da comenda da Ordem de Cristo de São Paulo de Salvaterra, em 1538, em que são referidos os seus serviços «[...] na guerra contra os imffies» e ter servido «[...] dous annos em Tangere à sua custa»<sup>184</sup>. Regressando ao Reino por volta de 1524, casou com D. Leonor Coutinho, filha de Leonel Coutinho, um dos primeiros veteranos do “Estado da Índia” e que perdeu a vida no ataque falhado a Calecute, em 1509<sup>185</sup>. D. João casou

---

<sup>180</sup> Sobre o percurso de D. Álvaro de Castro, veja-se Anselmo Braamcamp Freire – *Os Brasões da Sala de Sintra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1927, vol. II, p. 174 e J.B. Aquarone – *D. João de Castro...*, cit., vol. 1, pp. 12-15.

<sup>181</sup> Para todas estas ligações, vejam-se as páginas da já referida obra de J.-B. Aquarone, João Paulo Oliveira e Costa e Vitor Luís Gaspar Rodrigues – *Construtores do Império...*, cit., pp. 261-262; e a fonte genealógica de Damião de Góis – *Livro de Linhagens de Portugal*. Lisboa: Instituto Português de Heráldica, 2014, pp. 271-273.

<sup>182</sup> *OCDJC*, III, p. 26. Acerca do percurso de D. João de Castro no Norte de África, seguimos algumas das conclusões que já publicámos em «Entre Ceuta, Tânger e o Estreito...», cit.

<sup>183</sup> Cf. os argumentos de J.-B. Aquarone – *D. João de Castro...*, cit., vol. 1, pp. 23-29.

<sup>184</sup> Carta de 31-I-1538, transcrita por José Manuel Garcia – «D. João de Castro: um homem de guerra e ciência»..., cit., p. 26; veja-se que o rol dos cavaleiros da Ordem, publicado por Machado de Faria, menciona o 6 de Março como data em que terá efectivado a posse e tomado o hábito, um mês antes da partida da frota para a Índia (a 6 de Março) – cf. António Machado de Faria – «Cavaleiros da Ordem de Cristo no Século XVI», *Arqueologia e História*, 8ª série, vol. VI, 1955, p. 51.

<sup>185</sup> Sobre o percurso deste homem veja-se o artigo de João Paulo Oliveira e Costa – «Leonel Coutinho, um dos primeiros veteranos da Carreira da Índia» in *Mare Nostrum. Em busca de Honra e Riqueza nos séculos XV e XVI*. Lisboa: *Temas e Debates*, 2013, pp. 295-339. Acerca do envolvimento da linhagem dos

sem receber qualquer dote, como o próprio indica no seu testamento, em 1545<sup>186</sup>, e contra a vontade do pai, como inferimos de uma variante da *Relação dos Governadores da Índia*, de Duarte d'Eça<sup>187</sup> e visto que teria sido *lançado* de sua casa, como diz Pedro de Mariz, no final do século XVI<sup>188</sup>. D. Álvaro de Castro, filho varão, terá nascido pouco depois do casamento<sup>189</sup>.

A biografia de Jacinto Freire de Andrade menciona uma presença em Tãnger de aproximadamente 9 anos (até 1527)<sup>190</sup>, erro que nos parece advir do simples processo de escrita deste autor. Concretamente, tendo Freire de Andrade usado, sem dúvida, a documentação particular de D. João de Castro, disponibilizada pelo seu neto (que encomendou a obra), o autor terá encontrado a carta com referência de que iniciou o seu serviço à Coroa com 18 anos. Da mesma forma encontrou a primeira missiva de D. João III a Castro datada de 1527 (que ainda hoje existe). De forma a preencher a lacuna entre 1518 e 1527, período para o qual não subsiste nenhum documento relativo a D. João de Castro, bastou-lhe afirmar que se manteve em Tãnger durante esse período. Na realidade pouco sabemos o que terá motivado o rei a pedir a sua presença em 1527, já que a carta apenas menciona que «[...] eu me queria servir de vós em cousa que muyto compre a meu serviço»<sup>191</sup>. Só sabemos que, em 1532, lhe é atribuído um padrão de tença de 30 mil reais pelos serviços prestados à Coroa.

---

Coutinhos no Reino e no além-mar, cf. Vitor Luís Gaspar Rodrigues – «As linhagens secundárias dos Coutinhos e a construção do Império Manuelino» in João Paulo Oliveira e Costa e Vitor Luis Gaspar Rodrigues (ccords.) – *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia*. Lisboa: CHAM, 2004, pp. 175-189.

<sup>186</sup> Cf. o original na Biblioteca e Arquivos do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança (Vila Viçosa), BDM-II, Res. Ms. 52 Ada, fl. 4r e a transcrição de Cristóvão Aires de Magalhães Sepúlveda – «Testamento de D. João de Castro» in *Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1901, 2ª classe, t. IX, p. 1 e 15.

<sup>187</sup> ARSI, Goa-38, fl. 222. Cf a versão publicada por R.O.W. Goertz – *Relação dos governadores da India (1571): Codex Goa 38*. Calgary: University Printing Services, 1979; o editor não identificou a autoria dos fls. 221-222, podendo tratar-se de um acrescento posterior em Coimbra, em 1583, conforme a nota acrescentada no fl. 221. Curiosamente, a biografia de Jacinto Freire de Andrade indica-nos que a sua ida para Tãnger fora contra a vontade do pai, o que demonstra o carácter do visado ou uma simples confusão do autor, baseado nas memórias do neto de Castro e na tradição familiar?

<sup>188</sup> A expressão exacta de Pedro de Mariz é que «por alguns desgostos, o lansou seu pay de casa» – *Dialogos de Varia Historia*. Em Coimbra: na Officina de Antonio de Mariz, 1597, fl. 331v; tenha-se em atenção que esta segunda edição da obra (o frontispício indica o ano de 1597, mas o fólho final explicita que a tiragem terminou a 8 de Abril de 1599) foi ampliada, visto que a primeira (de 1594) tem uma versão muito resumida do governo de D. João de Castro.

<sup>189</sup> Cf. J-B. Aquarone – *D. João de Castro...*, cit., vol. 1, p. 40. Tenha-se em conta que D. Álvaro faleceu em 1575 e que o epitáfio do túmulo, na Capela de Corpus Christi, em S. Domingos de Benfica (Lisboa, actuais instalações do Instituto Militar dos Pupilos do Exército), indica que este tinha 50 anos o que remete para o seu nascimento em 1525.

<sup>190</sup> *VDJC*, l. IV, parágrafo 4, p. 3.

<sup>191</sup> *OCCS*, p. 192.

A referida *Relação* de Duarte de Eça vem também lançar luz sobre um facto frequentemente referido na biografia deste fidalgo: a sua relação com o matemático Pedro Nunes e com o infante D. Luís, irmão de D. João III. Esta fonte explica-nos, de uma forma plausível, que a sua integração na familiaridade do Infante terá sido feita através de Pedro Nunes, vizinho de Castro em Lisboa, com quem teria aprendido matemática, ou seja, de uma forma mais informal do que académica<sup>192</sup>. Não temos motivos para duvidar desta versão, tendo em conta que nos dá uma relação mais humana do que a versão épica das biografias seiscentistas e posteriores, de um Castro acima de todos os outros homens da sua época, exemplar único dentro da fidalguia portuguesa. Em bom rigor, desconhecemos que tipo de afinidade possuía com o Matemático. O futuro governador apenas o refere nos *Roteiros*, não existindo qualquer referência escrita a D. João nos textos de Pedro Nunes<sup>193</sup>. A menção de que terá participado nas aulas que o cosmógrafo dava a D. Luís é muitíssimo posterior ao seu período. A sua ligação com o Infante, muitas vezes descrita como de uma cumplicidade extrema, tem poucos alicerces: para além da correspondência entre eles, que nada tem de excepcional, tendo em conta a vasta rede clientelar estabelecida pelo membro da família régia, só os preâmbulos dos *Roteiros* mencionam alguma proximidade entre ambos – tendo estes de ser lidos enquanto obras que precisavam de um alto patrono para receberem atenção dos leitores da época. Assim sendo, as fontes levam-nos a ser cautelosos quanto a confirmar uma profunda relação de amizade entre estes dois homens ou até entre o visado e o próprio rei.

Pouquíssimas referências são encontradas quanto à presença de Castro na Corte. Podemos deduzir que conhecia os seus meandros e que resolveu afastar-se, refugiando-se em Almada, conforme escreve Jacinto Freire de Andrade<sup>194</sup>, pelo menos até 1528, quando terá herdado a Quinta da Fonte d’el Rei, ou da Penha Verde, em Sintra, pelo falecimento do pai, onde terá fixado residência<sup>195</sup>. Continuou a servir a Coroa em diversos encargos nas fortalezas do Norte de África, nomeadamente capitaneando um navio carregado de biscoito para Safim, em 1534, juntamente com outras embarcações que

---

<sup>192</sup> ARSI, Goa-38, fl. 222

<sup>193</sup> Cf. o artigo de Henrique Leitão – “Para uma biografia de Pedro Nunes: o surgimento de um matemático, 1502-1542”, *Caderno de Estudos Sefarditas*, 3, 2003, p. 78.

<sup>194</sup> *VDJC*, I. IV, parágrafo 110, p. 439. A sua residência em Almada é confirmada pela primeira carta conhecida de D. João III, de 1527, convocando Castro à sua presença, endereçando-a para “Lisboa ou Almada” – *ANTT-Cartas-DJIII*, fl. 1v e *OCCS*, p. 192.

<sup>195</sup> Sobre a ligação de Castro à sua Quinta da Penha Verde, cf. Georg Schurhammer – *Francis Xavier...*, cit., vol. III, pp. 432-440.

iriam abastecer a cidade cercada pelas forças dos xarifes<sup>196</sup>. O nome dele surge ainda, nesse mesmo ano, num rol de diversas personalidades a quem D. João III pedia parecer acerca do abandono de Safim e Azamor<sup>197</sup>. Infelizmente, se tal chegou a acontecer, desconhece-se o texto opinativo de Castro.

Em 1535 ofereceu-se para integrar a armada que então se preparava para apoiar a expedição do Imperador Carlos V a recuperar Tunes. Castro comandou aí uma das caravelas, destacando-se no ataque ao forte de La Goulette, elogiado pelo capitão da armada, António de Saldanha e pelo embaixador português junto do Imperador, António Mendes de Vasconcelos<sup>198</sup>. Alguns cronistas, como Freire de Andrade, mencionam uma suposta recompensa de Carlos V, que D. João teria escusado por já estar ao serviço do rei de Portugal<sup>199</sup>, mas, mais uma vez, ficamos no campo das hipóteses e dos textos de carácter laudatório com fim a celebrar a sua imagem de homem recto e justo. Os mesmos cronistas referem também a sua estreita ligação com o infante D. Luís nesta campanha, chegando alguns a mencionar que o príncipe fora responsável por o levar em sua companhia. Tal não corresponde, de forma alguma, à realidade, tendo em conta que a armada constituiu um contingente completamente autónomo do corpo comandado pelo Infante, organizado depois do primeiro e que se reuniu em Barcelona, dias antes da partida da frota para o Norte de África<sup>200</sup>. A participação na campanha de Tunes terá sido fulcral para o percurso do fidalgo, tendo em conta que lhe permitiu entrar em contacto directo com um potencial militar ao qual os portugueses dificilmente aspiravam. Em concreto, o Imperador reuniu c. 50 mil soldados para a expedição, armando várias centenas de navios. Esta foi a única vez que Castro saiu do Reino (para além da sua experiência no além-mar português), correspondendo também à única operação desta dimensão em que participou,

---

<sup>196</sup> ANTT, *Miscelâneas Manuscritas*, vol. 4, f. 91 e Frei Luís de Sousa – *Anais de D. João III*. Prefácio e notas de M. Rodrigues Lapa. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1954, vol. II, pp. 238-239.

<sup>197</sup> Veja-se o seu nome elencado entre o de muitos outros, num documento sem data, preservado no ANTT e publicado em *As Gavetas da Torre do Tombo*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960, vol. I, pp. 827-829.

<sup>198</sup> Sobre a campanha vejam-se José Virgílio Pissarra – «O galeão S. João (c.1530–1551). Dados para uma monografia» in Francisco Contento Domingues and Inácio Guerreiro (eds.), *Fernando Oliveira and his Era. Humanism and the Art of Navigation in Renaissance Europe (1450–1650). Proceedings of the IX International Reunion for the History of Nautical Science and Hydrography*. Cascais: Patrimonia, 2000, pp. 285-224 e Hélder Carvalhal e Roger Lee de Jesus – «The Portuguese participation in the Conquest of Tunis (1535): a Social and Military Reassessment» in *Estudios sobre Guerra Y Sociedad en la Monarquía Hispánica. Guerra Marítima, estrategia, organización y cultura militar (1500-1700)*, eds. Enrique García Hernán y Davide Maffi, Valencia, Albatros Ediciones, 2017, pp. 169-187.

<sup>199</sup> *VDJC*, I. I, parágrafo 13, p. 7.

<sup>200</sup> Veja-se o que escrevemos a propósito em Hélder Carvalhal e Roger Lee de Jesus – *Ob. cit.*

destacando-se pelo poder de fogo e pela organização militar dos múltiplos contingente reunidos.

Nada mais sabemos do seu percurso até a sua primeira viagem à Ásia, em 1538, na grande armada capitaneada pelo cunhado, o recém-nomeado (e já mencionado) D. Garcia de Noronha e onde levava o seu filho mais velho, D. Álvaro, então com cerca de 13 anos de idade. A frota era composta por cerca de onze navios e 2500 homens, e pretendia responder à crescente ameaça otomana que pairava sobre o “Estado da Índia”. Foi ao comando da nau *Grifo* que escreveu o seu primeiro roteiro – o *Roteiro de Lisboa a Goa*. Apelidada de roteiro esta obra (e as seguintes) constitui, na realidade, um diário de navegação, onde, para além do traçado da rota, foram registados todos os fenómenos atmosféricos e náuticos. É nesta viagem que D. João de Castro regista, pela primeira vez na história da náutica, o desvio da agulha de marear pela proximidade de ferro. Ia também encarregue, pelo infante D. Luís e muito provavelmente pelo próprio Pedro Nunes, de experimentar um “instrumento de sombras” que procurava obter a posição do navio com maior fiabilidade – processo que nunca chegou a ser adoptado pela sua inerente complexidade matemática<sup>201</sup>.

À chegada a Goa, em Setembro desse ano, integrou a armada de socorro à fortaleza de Diu, cercada por uma coligação guzerate-otomana, que apenas partiu em Novembro<sup>202</sup>. Ocupou essa viagem a redigir o seu segundo roteiro – *De Goa a Diu* – seguindo o modelo já utilizado. É neste texto que relembra a campanha de Tunes e o seu relacionamento com o infante D. Luís<sup>203</sup>. Viria a completar esse ciclo roteirístico em 1541, com a expedição ao Suez comandada por D. Estêvão da Gama, governador por via de sucessão. Escreveu o *Roteiro do Mar Roxo*, o primeiro reconhecimento europeu desta região, com um profundo levantamento sobre rotas, portos e até debatendo a origem do nome desse mar. Todos estes roteiros eram acompanhados por hábeis desenhos, da sua

---

<sup>201</sup> Como já mencionámos na introdução, os três *Roteiros* foram alvos de uma edição crítica (ainda hoje inultrapassada) por Armando Cortesão e Luís de Albuquerque – *OCDJC*, vols. I e II. Sobre o valor científico da sua obra, voltamos a remeter para os estudos de R. Hooykaas – «Science in Manueline style», cit.; Francisco Contente Domingues – «Ciência e Tecnologia na Navegação Portuguesa: a ideia de Experiência no século XVI» in Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto (dir.) – *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições 70, 2010, pp. 469-488; Onésimo Teotónio de Almeida – «O moderno D. João de Castro», cit.; e para o de António Manuel Gonçalves – «A náutica no Roteiro de Lisboa a Goa (1538), de D. João de Castro: inovações e continuidade», *Oceanos*, 49, 2002, pp. 68-80. Note-se que D. João de Castro terá escrito um quarto roteiro, relativo à costa da Índia, mas que infelizmente se encontra desaparecido – cf. a forte hipótese apresentada em *OCDJC*, vol. II, pp. 7-10.

<sup>202</sup> Será assim da sua autoria o rol de navios dessa armada, existente na ANTT/CS, 4, fls. 247-250, publicado por José Virgílio Pissarra – *Portugal e o desenvolvimento das marinhas...*, cit., pp. 423-430.

<sup>203</sup> «Roteiro de Goa a Diu» in *OCDJC*, vol. II, pp. 12-13.

autoria ou pelo menos esboçados por ele, que permitiam seguir o texto e identificar o espaço aí descrito. O desfecho desastroso desta operação é conhecido, tendo até D. Estêvão criticado arduamente a acção de D. João de Castro, deixando implícito que serviria a pouco mais do que «sondar barras e debuxar»<sup>204</sup>. Entre a campanha de Diu e a do Mar Roxo, só encontramos Castro na comitiva que negociou um tratado de paz com o Samorim de Calecute, no final de 1539, desconhecendo-se se terá saído de Goa ou permanecido aí, acompanhando de perto a agonia de D. Garcia de Noronha até à morte<sup>205</sup>.

Em todo o caso, terá sido depois da expedição ao Mar Vermelho, já em Goa, que D. João de Castro escreveu o seu parecer a D. João III acerca da localização das Molucas, demonstrando que estas ilhas se encontravam do lado português do meridiano de Tordesilhas<sup>206</sup>. O documento é relevante para compreendermos que a questão ainda estava a ser debatida na corte portuguesa, apesar da assinatura do Tratado de Saragoça, em 1529, em que o monarca português comprara a Carlos V os direitos de Castela à posse destas ilhas<sup>207</sup>. Apesar de o parecer de Castro não estar datado, as informações sobre a localização do Mar Vermelho e a sua relação com Alexandria revelam que este já possuía um vasto conhecimento sobre o assunto, talvez adquirido durante a viagem ao Suez. O autor menciona ainda que estava fraco de forças, o que coincide com o facto de sabermos que terá contraído uma doença durante a expedição que o atormentaria para o resto da vida – provavelmente malária<sup>208</sup>. Notemos que os muitos autores clássicos citados no documento revelam a excelente biblioteca que possuía e que fez questão de levar consigo na sua primeira grande viagem.

---

<sup>204</sup> Carta de D. Estêvão da Gama a D. João III, de 25 de Outubro de 1541 – publicado em *As Gavetas da Torre do Tombo*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1970, vol. VIII, pp. 535-544, em especial as 540-541 e 543. Note-se que, meses antes, o mesmo tinha tecido grandes elogios a Castro, conforme notou Elaine Sanceau – cf. a carta em ANTT/CC-1-67-12, fl. 3r, e o seu artigo – «Uma narrativa da expedição Portuguesa de 1541...», cit. D. Cristóvão da Gama também lhe fizera grandes elogios, em 1540 – cf. a carta de 18 de Novembro, ANTT, CC-1-73-20 publicada em Miguel de Castanhoso – *Dos feitos de D. Chrystovam da Gama em Ethiopia*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1898, pp. 123-126.

<sup>205</sup> Cf. J.B. Aquarone – *D. João de Castro...* cit., vol. 1, pp. 210-217.

<sup>206</sup> Publicado em *OCDJC*, III, pp. 41-45. O parecer tem uma série de pistas que nos levam a seguir a datação proposta por Luís de Albuquerque.

<sup>207</sup> Veja-se que, por exemplo, no reinado de Filipe III o cosmógrafo-mor João Baptista Lavanha citava os roteiros de Castro para analisar esta mesma questão da localização das Molucas, cf. o parecer, publicado por F. P. Mendes da Luz – «Um parecer inédito do cosmógrafo João Baptista Lavanha sobre as Molucas e o Tratado de Tordesilhas», *Garcia de Orta*, Vol. III, N.º 1, 1955, pp. 63-77. Agradecemos a referência deste artigo ao Prof. António Vasconcelos de Saldanha.

<sup>208</sup> D. João de Castro diz precisamente que Pedro Nunes falaria por ele ao rei, queixando-se por «as minhas forças serem tão fracas que não posso fazer ysto por mim» – *OCDJC*, III, p. 42. O fragmento de carta (provavelmente de 1548) sobre a sua doença foi publicado em *OCDJC*, III, p. 575. Sobre esta doença e a sua morte, veja-se o que referimos infra.

Este contacto com a presença portuguesa na Ásia levou a que escrevesse também uma série de cartas a D. João III e ao infante D. Luís, partilhando aí diversas ideias sobre o “Estado da Índia”, radiografando a sua situação e lançando pistas para uma maior e melhor administração – ideias estas que viria a reavaliar enquanto governador. Concretamente, afirmava que a dispersão dos portugueses por múltiplas fortalezas era um dos motivos da ruína financeira da Coroa nestas partes, defendendo que seria mais vantajoso manter apenas as fortalezas de Cochim, Goa e Baçaim. Esta opinião coincide, em parte, com o debate da década de 1530/1540, onde alguns fidalgos se tinham pronunciado também contra a manutenção de todas as fortalezas na Ásia, preferindo a concentração em duas ou três ou até que se abandonasse definitivamente essa presença<sup>209</sup>. Contudo, Castro era de outro parecer e, mesmo impedindo qualquer tipo de territorialização do “Estado da Índia”, entendia até que o facto dos portugueses não se fixarem em terra era o que lhes permitia a boa vontade dos potentados locais<sup>210</sup>. Preconizava desta forma que o grande investimento a ser feito seria a construção de uma poderosa armada de navios de alto bordo, em detrimento da utilização de navios de vela e de remo<sup>211</sup>. Criticava o processo de “orientalização” das armadas portuguesas, isto é, o progressivo abandono do investimento dos navios de alto bordo, iniciado na década de 1510, e a preferência por navios mais pequenos e com uma maior capacidade de manobra junta à costa e nas embocaduras de rios, onde uma parte considerável dos conflitos se desenrolavam<sup>212</sup>.

No entanto, a leitura de Castro também revelava um fraco entendimento da economia do Índico. Efectivamente, condenava o envio anual de ouro e prata, justificando que tal não seria necessário tendo em conta o rico comércio existente, supostamente suficiente para auto-sustentar (em matéria de compra e venda) o “Estado da Índia”<sup>213</sup>. Como vimos, tal era impensável visto que os portugueses eram apenas mais um elemento na complexa rede económica asiática, e não possuíam uma superioridade total nessa área. Da mesma forma, alvitrava que o controlo português da exportação do enxofre, produzido no Golfo Pérsico, seria suficiente para impedir a produção de pólvora em toda a Ásia do

---

<sup>209</sup> Sobre este debate e as várias opiniões, cf. Otília Rodrigues Fontoura – *Portugal em Marrocos...*, cit., pp. 117-125.

<sup>210</sup> Carta de Outubro de 1540, *OCJDC*, III, p. 28.

<sup>211</sup> Cf. as cartas de Outubro de 1539, *OCDJC*, III, pp. 15-26.

<sup>212</sup> Sobre este processo, veja-se também Vitor Luís Gaspar Rodrigues – *A evolução da arte da guerra...*, cit., pp. 251-271, e do mesmo autor «A “orientalização” das armadas portuguesas: suas consequências» in Barata, Manuel Themudo e Teixeira, Nuno Severiano (dirs.) – *Nova História Militar de Portugal*. Vol. 2 – coord. António Manuel Hespanha. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004, pp. 205–214.

<sup>213</sup> *OCDJC*, III, pp. 19 e 23.

Sul<sup>214</sup>, demonstrando um certo desconhecimento da indústria militar do eixo do Índico-Pacífico, já que existiam outros mercados abastecedores de enxofre, suficientes para aguentar um suposto embargo àquele<sup>215</sup>.

Regressou ao Reino no início de 1542, de acordo com Diogo do Couto numa nau manobrada por fidalgos tendo em conta a falta de marinheiros em Goa para tal<sup>216</sup>. Voltou a ser convocado pelo rei, poucos meses depois, não tendo nós qualquer pista sobre o objectivo<sup>217</sup>. Em Dezembro desse ano seria nomeado «capitão mor d'armada, que ora mandey fazer pera goarda da costa destes Reinos»<sup>218</sup>, armada que, como bem sabemos e o próprio nome indica, guardava a costa do reino português de qualquer perigo, em especial, nesta época, de corsários franceses. É neste cargo de capitão que o «Forte Castro» (como lhe viria a chamar Camões) veio a ocupar os anos de 1542 a 1544.

Conseguimos localizar pelo menos quatro saídas da armada da guarda da costa neste período que nos permitem melhor compreender o tipo de experiência acumulada. Do seu primeiro serviço, iniciado em 1542, nada sabemos além do regimento atribuído<sup>219</sup>. Este documento definia as linhas gerais de actuação do cargo: o patrulhamento, num primeiro momento, da região do cabo de S. Vicente e, caso não fossem aí avistados corsários, a armada voltaria para Norte e vigiaria o mar entre o cabo Espichel e o cabo de São Chete (o cabo Raso); a necessidade de interrogar todos os navios suspeitos que fossem avistados, para além de outros procedimentos a ter durante o serviço em alto mar<sup>220</sup>. O monarca pedia também a Castro que, caso tivesse ventos favoráveis quando estivesse perto da costa Algarvia, rumasse a Ceuta para descarregar um dos galeões da frota que fora previamente carregado com mantimentos. O seu segundo serviço iniciou-se em Abril de 1543, depois de uma eventual paragem no início desse ano<sup>221</sup>. Sabemos, pela documentação preservada, que tinha ordem expressa para «[...] isperar as naaos da Índia naquella paragem da dita costa em que parcer que ellas devem de vir ter por ser

---

<sup>214</sup> *Ibidem*, p. 19-20.

<sup>215</sup> Veja-se, por exemplo, o estudo de Sun Laichen – «Saltpetre Trade and Warfare in Early Modern Asia» in Fujita Kayoko, Momoki Shiro and Anthony Reid (eds.) – *Offshore Asia: maritime interactions in Eastern Asia before steamships*. Singapore: Institute of Southeast Asian Studies, 2013, pp. 130-184.

<sup>216</sup> *Ásia (Couto)*, d. V, l. VIII, c. II, fl. 177-180.

<sup>217</sup> ANTT/Cartas-DJIII, fl. 6.

<sup>218</sup> *OCCS*, p. 197.

<sup>219</sup> *OCCS*, pp. 197-202.

<sup>220</sup> O tipo de regimento pouco difere daquele dado três décadas depois, em 1578, a Pero Correia de Lacerda para o mesmo cargo – cf. Artur Teodoro de Matos – «A Armada das Ilhas e a Armada da Costa no Século XVI (novos elementos para o seu estudo)», separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXXVI, 1991, p. 257-259.

<sup>221</sup> Cf. ANTT/Cartas-DJIII, fl. 10.



emformado que não vêm juntas»<sup>222</sup>. Depois de alguns percalços, como a quebra do mastro do galeão São João, que necessitou de ser concertado em Lisboa<sup>223</sup>, a armada acabou por entrar em confronto com corsários franceses tendo apreendido uma nau que foi levada a Cascais, onde foi feito o respectivo auto pelos desembargadores do Paço<sup>224</sup>. Após este episódio o capitão manteve-se ao largo, continuando a missão, apesar de dois navios da armada terem partido para as ilhas atlânticas para patrulhar aquelas águas e aguardar os navios da Carreira da Índia<sup>225</sup>.

Entretanto, a situação das praças do Norte de África piorava. Ceuta via-se, naquele ano de 1543, sob ameaça do soberano oatácida de Fez<sup>226</sup>. Neste contexto, e após receber múltiplos pedidos de ajuda àquela fortaleza, D. João III convocou-o, a 5 de Agosto, para jantar, «[...] porque queria falar comvosquo alguuas cousas de meu serviço»<sup>227</sup>. Poucos dias depois, dia 9, era emitido o regimento onde especificava que a armada levava «[...] em vosa companhia os navios em que vay a gente, artilharia, monições, e totalas outras cousas, que ora mando aa dita cidade, pera nela ficarem»<sup>228</sup>. Castro tinha ainda ordens para, quando chegasse a Ceuta, reunir com D. Afonso de Noronha (capitão da fortaleza), Francisco de Sousa, Simão Guedes e Miguel de Arruda, para debaterem as obras a realizar na fortaleza. Pedia-lhe até que analisasse «[...] a traça que Miguel d'Arruda leva da obra que ao diante se ha de fazer» pois, como bem sabemos, a fortaleza encontrava-se num longo processo de reformulação e adaptação ao novo estilo abaluartado, iniciado em 1541. D. João III requeria ainda ao capitão da armada que fosse visitar as fortalezas de Alcácer-Ceguer, Tânger e Arzila e avaliar os muros, o provimento dos almazéns e a gente de armas e armamento disponíveis<sup>229</sup>. Desta forma D. João de Castro serviria para analisar a situação das fortalezas e a forma de as melhorar e prover. O rei haveria de voltar a escrever, antes da partida da armada para Ceuta, dando então especial ênfase à visita a

---

<sup>222</sup> ANTT/Cartas-DJIII, fl.11.

<sup>223</sup> Cf. a carta de D. João III a Castro, de 3-VI-1543, dando conta que soubera do episódio (ANTT/Cartas-DJIII, fl. 13) e o regimento dado por Castro ao seu filho, D. Álvaro, encarregue de levar o galeão até Lisboa: *CartasDJC*, p. 84-85 e *OCDJC*, III, p. 46, sem nunca se mencionar o outro documento que explicita o problema do galeão S. João.

<sup>224</sup> A nau francesa foi certamente apreendida na primeira quinzena de Junho, pois D. João III felicita Castro pelo feito numa carta do dia 16 (*OCCS*, pp. 202-203), informando-o da ida dos desembargadores no dia 20 (ANTT/Cartas-CDJIII, fl. 16), tendo sido realizado o auto no dia 23 do mesmo mês – ANTT/CC-1-73-125.

<sup>225</sup> Cf. ANTT/Cartas-CDJIII, fl., fl. 15.

<sup>226</sup> Cf. Nuno Vila-Santa – *D. Afonso de Noronha, Vice-Rei da Índia. Perspectivas políticas do Reino e do Império em meados de Quinhentos*. Lisboa: CHAM, 2011, pp. 40-41.

<sup>227</sup> *OCCS*, p. 203.

<sup>228</sup> *Ibidem*, p. 203-206.

<sup>229</sup> *Ibidem*.

realizar a Alcácer-Ceguer<sup>230</sup>. Pedia-lhe em concreto para anotar a localização certa do porto (largura e altura), a sua profundidade, que navios conseguiam aí entrar, se havia capacidade de poder defender os que estavam fora do porto e caso não se pudesse de onde é que se poderiam defender as embarcações e se tal local merecia ser fortificado.

A armada chegou a Ceuta por volta do dia 16 ou 17 de Agosto, como nos indica o próprio capitão da cidade. É também ele que nos informa que «Dom Joam capitam-mor d'armada e Dom Álvaro seu filho e os fidalgos que com ele vêm trabalharam muito com as vygas e artelharya às costas»<sup>231</sup>. Castro reuniu o pequeno conselho para discutir o avanço das obras porém, nada sabemos de concreto<sup>232</sup>. Cremos que o capitão da armada terá também chegado a ir a Alcácer-Ceguer, mas mais uma vez, não temos fontes que o comprovem<sup>233</sup>.

No mês seguinte, em Setembro, Alcácer-Ceguer sentiu novamente a ameaça muçulmana, o que justificou o envio de uma pequena armada, comandada por D. Álvaro de Castro, filho de D. João, com um rígido regimento para desembarcar cerca de 100 soldados em Ceuta e algumas vitualhas<sup>234</sup>. Ignoramos se o capitão da armada da costa se manteve no Norte de África entre Setembro e Novembro, mas um novo regimento endereçado ao filho D. Álvaro, a 27 de Novembro, de Ceuta, envia-o para Lisboa com o título de capitão-mor da armada da guarda da costa «per mandado e ordenaçam del Rey noso senhor»<sup>235</sup>. Regressou ao Reino no final de Dezembro desse ano de 1543, tendo entrado em combate contra sete naus de corsários ao largo do cabo de S. Vicente. Uma carta de D. João III menciona este acontecimento, mas não especifica o desfecho concreto do confronto<sup>236</sup>. Nesse mesmo final do ano, a 28 de Dezembro, o monarca renovava a nomeação, atribuindo novo alvará de poderes enquanto capitão-mor da armada da costa<sup>237</sup> e pedindo, simultaneamente, a Pero Afonso d'Aguiar, provedor dos armazéns da Guiné

---

<sup>230</sup> Cf. ANTT/Cartas-CDJIII, pp. 206-207 e 207-208.

<sup>231</sup> ANTT/CC-1-74-7, fl. 1v.

<sup>232</sup> D. João III chegou a agradecer a Castro a lembrança feita sobre o cegar dos portos e calhetas da almina, não sabemos se a título individual ou como conclusão da reunião – cf. *OCCS*, p. 209.

<sup>233</sup> Em 1549 iniciou-se a construção de um pequeno forte no monte sobranceiro do Seinal, para defender os navios da cidade – cf. Nuno Vila-Santa – *D. Afonso de Noronha...*, cit., pp. 50-57. Talvez algum parecer de Castro tenha sido relevante nesta decisão.

<sup>234</sup> *CartasDJC*, pp. 85-87.

<sup>235</sup> *Ibidem*, pp. 87-89.

<sup>236</sup> *OCCS*, pp. 209-210. Veja-se uma breve descrição do episódio em Armando da Silva Saturnino Monteiro – *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1992, vol. III, pp. 69-70 baseado em Ignacio da Costa Quintella – *Annaes da Marinha Portuguesa*. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1839, tomo I, p. 433.

<sup>237</sup> *OCCS*, pp. 211-212.

e da Índia, para aprovisionar a armada para mais um mês de navegação<sup>238</sup>. Efectivamente, o rei dava conta, em Fevereiro de 1544, de ter recebido notícias da armada, recomendando que esta se desarmasse visto que não tinha notícia de corsários<sup>239</sup>. D. João de Castro voltou apenas a ser requisitado pelo monarca para um parecer acerca de quantos navios haveria de enviar na armada da costa desse ano (comandada por Rui Lourenço de Távora) e durante quanto tempo<sup>240</sup>. Depois deste episódio só voltamos a ter referências a Castro em Janeiro de 1545, mas já dizendo respeito à preparação da armada da Índia onde iria tomar posse enquanto governador.

As biografias seiscentistas de Castro mencionam ainda a sua participação, neste período, juntamente com o capitão castelheiro D. Alvaro de Bazan (o Velho), numa armada conjunta contra Barbaroxa no Estreito. mas, como já tivemos oportunidade de concluir, parece-nos mais seguro acreditar que, neste caso, a veia poética e laudatória dos seus biógrafos foi responsável por este episódio fictício<sup>241</sup>.

Como já foi dito, D. João de Castro aliou a experiência militar a uma interessante vertente científica e humanística. Além dos três roteiros das suas viagens, deixou outros escritos – um *Tratado da Esfera* e um breve texto intitulado *Da Geografia por modo de diálogo*, sem datação certa, mas escritos talvez antes da sua primeira viagem ao Índico<sup>242</sup>. Redigiu ainda, como já dissemos, um parecer analisando a localização das Molucas através do conhecimento de distâncias, graus de latitude e outros dados científicos recolhidos ao longo dos anos<sup>243</sup>. Curiosamente, sabemos que Castro tinha consigo os *Roteiros* durante o seu governo, pois emendou diversas passagens do texto referente à viagem de Lisboa a Goa, corrigindo as anotações feitas anteriormente<sup>244</sup>. Leonardo Nunes, que acompanhou D. João durante o seu governo, narra diversos episódios de sondagem de barras, mantendo esse interesse científico. Tal facto reforça a ideia de que mesmo enquanto governador do “Estado da Índia”, continuava a preocupar-se com

---

<sup>238</sup> ANTT/Cartas-CDJIII, fl. 30.

<sup>239</sup> *OCCS*, p. 212.

<sup>240</sup> *OCCS*, pp. 212-213.

<sup>241</sup> Roger Lee de Jesus - «Entre Ceuta, Tânger e o Estreito...», cit., p. 499.

<sup>242</sup> A melhor edição crítica destas obras continua a ser aquela publicada em *OCDJC*, I. Não esquecemos os fortes argumentos de Suzanne Daveau para duvidar da autoria do *Tratado* – cf. «Qui est l'auteur du *Tratado da Esfera* attribué à Dom João de Castro?», *Mare Liberum*, n° 10, 1995, pp. 33-54; veja-se também nesta linha o estudo de Walmir Thomazi Cardoso – *Conceitos e Fontes do Tratado da Esfera em Forma de Diálogo atribuído a João de Castro*. São Paulo: EDUC, 2004.

<sup>243</sup> Publicado em *OCDJC*, III, pp. 41-45.

<sup>244</sup> Cf. Roteiro de Lisboa a Goa, *OCDJC*, I, pp. 150, 206, 221, 227, 246, 248, 249, 257, 263, 264-265 e 267-268.

questões de ordem náutica, mantendo a noção de que a experiência sustentava o desenvolvimento da ciência<sup>245</sup>.

Como pudemos ver, Castro construiu a sua carreira ao serviço da Coroa, como tantos outros fidalgos da época. Destaca-se, porém, no meio destes homens de armas pela ligação entre a espada e a pena. Qualquer avaliação do seu carácter determinado e recto, enquanto característica da sua personalidade, enferma de ser lida através de textos posteriores, de carácter laudatório. Pelo seu percurso, D. João encaixava perfeitamente no perfil de Governador, estando naquele momento (em 1545) sem cargo, livre para assumir qualquer responsabilidade indicada pela Coroa. Diogo do Couto é o primeiro cronista a referir que a sua nomeação se deveu sobretudo à intercessão do infante D. Luís no Conselho Régio. O autor da *Ásia* diz-nos que o fizera porque «[...] pelas partes que tinha era muito afeiçoado»<sup>246</sup>, ou seja, realçando a ligação afectiva entre ambos, palavras que foram aproveitadas por Freire de Andrade na biografia seiscentista<sup>247</sup>. Não temos quaisquer outras fontes que nos confirmem este dado, sendo necessário lembrar que todos estes textos exacerbam largamente a relação destes dois homens, como já tivemos oportunidade de referir. Todavia, não duvidamos de que Castro estivesse bem relacionado nestas redes clientelares dos membros do Conselho Régio, cuja composição completa naquele período é incerta.

Para além destas questões, falta vermos o próprio ambiente e a oportunidade política. Pelo que se colhe das fontes, D. João III necessitou de nomear um novo governador devido à indisponibilidade de Martim Afonso de Sousa em continuar no referido cargo<sup>248</sup>. Não temos quaisquer indícios que a postura (em parte) liberal do governo de Sousa tenha levado a esta substituição, tendo em conta que o monarca nunca deixou de elogiar e mostrar confiança nas suas acções até começar a receber contínuas queixas sobre a sua actividade, a partir de 1546. D. João de Castro surge então como um candidato que reunia todas as qualidades para ser nomeado Governador do “Estado da Índia”: um percurso que seguia o exemplo dos seus antepassados, sempre ao serviço da Coroa, um conhecimento do espaço, depois da uma primeira viagem à Índia num período turbulento, e a boa relação tida com o monarca e com os seus conselheiros.

---

<sup>245</sup> Sobre esta a ideia da experiência no panorama científico da época, veja-se o estudo de Francisco Contente Domingues – «Ciência e Tecnologia na Navegação Portuguesa...», cit., e o de Onésimo Teotónio de Almeida – *O Século dos Prodígios...*, cit., pp. 129-207.

<sup>246</sup> *Ásia (Couto)*, d. VI, l. VI, c. I, p. 2.

<sup>247</sup> *VDJC*, l. I, parágrafos 32 e 33, pp. 29-31.

<sup>248</sup> Sobre a substituição de Martim Afonso veja-se Alexandra Pelúcia – *Martim Afonso de Sousa...*, cit., pp. 237-238.



## CAPÍTULO 4

### O GOVERNO DO “ESTADO DA ÍNDIA”

#### 4.1. De Lisboa a Goa

D. João III terá convocado Castro para Évora no final de 1544, dando-lhe conta da sua decisão, já que o início dos preparativos da armada data, pelo menos, de 5 de Janeiro do ano seguinte. Este processo, repetido anualmente nos primeiros meses do ano, procurava aparelhar os navios, assegurar o abastecimento da frota para aproximadamente seis meses de viagem e confirmar o rol de pessoas a embarcar. O novo governador estava incumbido de estimar, com Pero Afonso d’Aguiar, provedor dos Armazéns da Guiné e Índia, os mantimentos a serem carregados. O rei previa enviar entre oitocentos e mil homens, contando com alguns que haveriam de embarcar sem ordem ou autorização expressa, prática que já se considerava habitual<sup>249</sup>. Destacamos uma das particularidades desta frota: a autorização concedida para o embarque de mulheres casadas com homens que partiam para a Ásia, ou filhas destes ou ainda simplesmente mulheres solteiras e também de órfãs, reforçando uma política que visava contribuir para o aumento da natalidade do “Estado da Índia” que sempre sofreu da constante falta de gentes<sup>250</sup>. Para

---

<sup>249</sup> Cartas de D. João III a DJC, de 5 de Fevereiro de 1545, publicadas em *OCDJC*, III, pp. 52-53.

<sup>250</sup> Vejam-se as missivas de D. João III a D. João de Castro, datadas de 16-I-1545 e 4-II-1545 (*OCDJC*, III, pp. 51-52), onde menciona a autorização da ida de mulheres e do envio de órfãs; no ano seguinte, a Confraria da Paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo enviava 4 órfãs para a Ásia, a pedido do rei – carta ao Governador, de 30-III-1546 (apenas resumida em *OCDJC*, III, p. 151); há ainda outras referências, na correspondência que subsiste, da atenção dada por Castro a este assunto – por exemplo, a carta do Bispo de Goa a este, de 28-XII-1546 (*DHMPPPO*, III, p. 420) e a carta de Maria Ferreira ao mesmo, de Baçaim, a 11-IV-1547, ANTT/Cartas-Diu, fl. 36 (resumida em *OCDJC*, III, p. 394). Note-se também que Castro recompensou seis homens por terem casado com órfãs – cf. os registos no *LMercês*: Belchior Nunes (fl. 27r), Duarte Velho (fl. 49r), António Correia (fl. 100v), Cristóvão de Matos (fl. 125v), Manuel Garcês (fls. 164r, 171r e 178v) e Jam Fernandes (fl. 182r). Sobre este assunto veja-se Timothy J. Coates – *Degredados e orfãs: colonização dirigida pela Coroa no Império Português, 1550-1755*. Lisboa: CNCDP, 1998, p. 194.

lá disso, o monarca requeria a Castro que impedisse qualquer cristão-novo de integrar a armada, «[...] porque mynha temção nam he yrem elles ha Ymdia»<sup>251</sup>. A Coroa tentava desta forma impedir a crescente emigração cristã-nova para essa parte do Império Português (desde a década de 1530), vista como escápula à gradual intolerância religiosa<sup>252</sup>.

D. João de Castro foi nomeado «[...] capitão-mor e governador das ditas partes da Índia» a 28 de Fevereiro, com todos os poderes inerentes e habituais ao cargo: poder e alçada sobre todos os capitães das fortalezas e portuguesas na Ásia; alçada judicial em casos cíveis e crimes; controlo da Fazenda Régia, para compra, venda e carga das naus; e ainda autoridade para declarar guerra e paz, e assentar tratados como se fosse o próprio rei<sup>253</sup>. Poucas semanas depois, a 19 de Março, Castro assinou o seu testamento, caso algo lhe acontecesse na viagem ou durante a sua estadia no “Estado da Índia”<sup>254</sup>. A armada partiu a 28 de Março e era composta por 6 naus, um número espectável de navios e que seguia a média dos anos anteriores<sup>255</sup>. Ao comando da capitânia *S. Tomé* ia o recém-nomeado governador, acompanhado dos seus dois filhos, D. Álvaro, com cerca de 20 anos de idade, e D. Fernando, de aproximadamente 16-17 anos<sup>256</sup>. Ignoramos o número total de pessoas embarcadas, mas ultrapassava o estimado, porque assim o confirma o Capitão-mor ao queixar-se em carta de Moçambique ao monarca que, após a frota partir de Belém, logo começou a aparecer muita gente que entrara ilegalmente nos navios. Chegou até a equacionar parar nas ilhas de Cabo Verde para as deixar lá, mas desistiu da

---

<sup>251</sup> Carta de 31 de Janeiro de 1545, em *OCCS*, pp. 218-219.

<sup>252</sup> Sobre a presença de cristãos-novos na Índia veja-se o estudo de Maria José Pimenta Ferro Tavares – «Judeus, Cristãos-Novos e o Oriente», *Estudos Orientais*, III, 1992, pp. 49-63, e o primeiro capítulo de Ana Cannas da Cunha – *A Inquisição no Estado da Índia. Origens (1539-1560)*. Lisboa: ANTT, 1995.

<sup>253</sup> Veja-se o alvará de nomeação em *OCDJC*, III, pp. 55-57.

<sup>254</sup> Como já dissemos o documento original encontra-se na Biblioteca e Arquivo do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança (Vila Viçosa) e foi publicado por Magalhães Sepúlveda em 1901.

<sup>255</sup> Veja-se a lista dos navios da armada e dos respectivos capitães, bem como do número de embarcações das armadas anteriores em Paulo Guinote, Eduardo Frutuoso e António Lopes – *As Armadas da Índia 1497-1835*. Lisboa: CNCDP, 2002, pp. 68-69 e 116.

<sup>256</sup> Tomámos em consideração que D. Álvaro nasceu por volta de 1525, tendo em conta que morreu em 1575 com idade de 50 anos, conforme inscrição no seu túmulo, em S. Domingos de Benfica; a idade de D. Fernando é mais difícil de avaliar, pois os cronistas não são consensuais. Os testemunhos da época diferem entre si: Leonardo Nunes atribui-lhe 16 ou 17 numa crónica (*Hist. Quinhentista*, 1927, p. 62) e 17 ou 18 anos noutra (*CDJC*, p. 91), Gaspar Correia 18 ou 20 (*Lendas*, IV, 462) e a pequena biografia anónima coeva 17 ou 18 (Biblioteca Nacional, *Cartório Almada e Lencastre Basto, Av. De Roma*, pacote 106, n.º 165, cap. 2, fl. 9r; o documento foi publicado, com algumas divergências dos critérios de transcrição, por Alice Borges Gago – «O Arquivo Almada e Lencastre Bastos: um arquivo de família(s)», *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, 32-1, pp. 86); já os cronistas posteriores dão-lhe 19 anos de idade: Diogo do Couto (*Ásia (Couto)*, d. VI, l. II, c. IX, p. 160), D. Fernando de Castro (*CVRDJC*, p. 239) e Jacinto Freire de Andrade (*VDJC*, l. II, parágrafo 115, p. 200). Tenhamos em conta que maior parte destes escritos lhe dão a idade quando da sua morte, em Agosto de 1546, o que poderá explicar a discrepância e alguma confusão.

ideia por piedade, temendo que a maior parte acabasse por perecer devido ao clima<sup>257</sup>. Das *Ementas* da Casa da Índia que subsistem, contamos aproximadamente seis dezenas de fidalgos moradores da Casa Real, comprovando que o “Estado da Índia” continuava a atrair nobres neste período, quer com interesses militares quer com proveito comercial<sup>258</sup>.

A viagem decorreu na normalidade prevista, tendo a armada chegado à ilha de Moçambique no final de Julho<sup>259</sup>. Escreveu aí um interessante parecer a D. João III sobre a fortaleza aí existente. Preconizou a construção de uma nova, seguindo o modelo abaluartado que então emergia da Península Itálica, decorrente do impacto das Guerras de Itália, e que observara já em Ceuta. Defendia que a artilharia não fosse colocada nas muralhas, mas nas plataformas angulares, «[...] que serya as bombardas que jugassem de cima dele cruzariam com humas per outras e nam deixaryão algum lugar da ilha omde não varejasem». Chegou mesmo a enviar uma «pymtura em que se contem todas estas cousas»<sup>260</sup>. Sabemos que as sugestões foram aceites pela Coroa que, logo no ano seguinte, deu ordens para se iniciarem as obras, as quais se arrastariam durante anos, ainda que apenas tenham começado em 1558, pela armada que levava o recém-nomeado vice-rei D. Constantino de Bragança<sup>261</sup>. Depois de alguns dias em Moçambique, a frota retomou o seu rumo e chegou à barra de Goa nos últimos dias de Agosto<sup>262</sup>.

A 2 de Setembro, D. João de Castro foi recebido com grande pompa por Martim Afonso de Sousa, que o acolheu e orientou, acabando por lhe entregar o cargo, no dia 5<sup>263</sup>. Este primeiro momento foi pacífico, sem qualquer tipo de dissensão, bem contrário aos meses seguintes, quando o novo governador viria a avaliar o pesado legado.

---

<sup>257</sup> Carta de data desconhecida, escrita de Moçambique – *OCDJC*, III, p. 65.

<sup>258</sup> Cf. A. Braamcamp Freire – *Emmenta da Casa da India*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 1907, pp. 48-49 – c. de 60 nomes; e Carlos Alberto da Encarnação Gomes – *Ementa da Casa da Índia. Manuscrito da Biblioteca Central da Marinha*. Lisboa: Edições Culturais da Marinha, 2010, pp. 43 e 183–c. 45 registos.

<sup>259</sup> *OCDJC*, III, p. 66.

<sup>260</sup> *Ibidem*, p. 68.

<sup>261</sup> Sobre este assunto veja-se a nossa entrada, em co-autoria com Sidh Mendiratta – «Fortaleza de São Sebastião, Moçambique», in *Portal Online Heritage of Portuguese Influence/ Património de Influência Portuguesa*, Fundação Calouste Gulbenkian, disponível online em: <http://www.hpip.org/>; e a dissertação de Nuno Simão Gonçalves – *O projecto para a fortaleza de Moçambique atribuído a Miguel de Arruda*. Coimbra, dissertação de mestrado apresentada à FCTUC, 2012.

<sup>262</sup> A breve descrição anónima do governo de D. João de Castro até à reconstrução da fortaleza de Diu indica precisamente que «chegou de Portugal a estas partes da India per governador dellas por el rey noso senhor don João de Castro en Agosto de 1545»: Alice Borges Gago – «O Arquivo Almada e Lencastre Bastos...», cit., pp. 86.

<sup>263</sup> A data da chegada é confirmada por uma certidão pedida por D. Álvaro de Castro, após a morte de D. João, ao vedor dos contos, sobre os gastos da Fazenda, «[...] des o dia que meu pay que Deos aja chegou à Imdia que foy a dous de Setembro» – ANTT/CSL, 5, fl. 8. Já a data de tomada de posse é referida pelo próprio João de Barros, numa documento referente ao dinheiro que Martim Afonso tinha a receber, em Lisboa: «[...] ate cinco de Setembro de 545 que entregou [a governança] a dom Joam de Castro», CSL,



Infelizmente desconhecemos o regimento que Castro recebeu de D. João III. O documento existiu, mas perdeu-se no decorrer dos séculos. Conseguimos apenas vislumbrar algumas directrizes, mais gerais, espalhadas por várias fontes. Em primeiro lugar, estamos certos de que o monarca pretendia que este governo mantivesse a estabilidade política alcançada, evitando guerras desnecessárias. Assim, em carta ao rei, de final de 1546, o Capitão-mor afirmava que «[...] Vossa Alteza não me elegera para vir a levantar e fazer guerra à Índia, mas para a governar e manter em paz e justiça, não para a vir encher de roubos e mortes de homens, senam para a alimpar de vícios e máos costumes; nem me mandava em seu Regimento que conquistasse de novo Reynos e terras estranhas, mas que lhe guardase as que de longo tempo já tinha ganhado, e lhe ficarão por própria e verdadeira herança de seu Pay»<sup>264</sup>. Sabemos também, por exemplo, que tinha ordens para analisar o trato das drogas para Ormuz, bem como averiguar a viabilidade da liberalização do comércio da pimenta, assuntos que vieram a ser discutidos em sucessivos conselhos alargados, como em Novembro de 1545, sobre os quais nos debruçaremos adiante<sup>265</sup>. À imagem do que acontecia com os seus antecessores, o documento expressaria ainda a necessidade do Governador informar anualmente o monarca do estado da armada e dos seus armazéns, para a Coroa providenciar o necessário desde Lisboa.<sup>266</sup>

Apesar de dificuldade de tentar captar outras directrizes presentes no regimento, sabemos que dois outros assuntos estariam aí contemplados: as reformas da Vedoria da Fazenda e do sistema de *mesas*. Quanto ao primeiro, lembremos que o primeiro vedor da Fazenda foi nomeado em 1517, procurando desmultiplicar o poder detido pela figura do Governador e entregar a gestão económico-financeira do “Estado da Índia” a um oficial nomeado para o efeito. Esta estrutura veio a alterar-se substancialmente em 1545, com a divisão deste cargo em três: um vedor da fazenda do governo (responsável pela carga das naus e por acompanhar o Governador); um vedor da Casa dos Contos, em Goa; e um vedor da fazenda das fortalezas (com o intuito de vistoriar as fortalezas e prover o necessário) Tal reforma administrativa pretendia, nas palavras de Susana Münch Miranda, «consolidar o empreendimento português do Oriente, dotando os organismos de governo central, sediados em Goa, de novos meios de articulação com os

---

1, p. 166. Note-se que Castro terá imediatamente começado a resolver questões governativas, já que o primeiro registo de mercês data de 4 de Setembro – uma viagem a Bengala dada a Francisco de Sá: *LMercês*, fl. 29r.

<sup>264</sup> *OCDJC*, III, p. 281.

<sup>265</sup> Cf. o estudo sobre este debate de Luís Filipe F.R. Tomaz – *A questão da pimenta...*, cit.

<sup>266</sup> Castro explicita que «[...] V. A. me manda em hum capitulo de meu regimento que todos os annos lhe escreva o estado em que fica a armada» – *OCDJC*, III, p. 317.

estabelecimentos espalhados pelo Índico e pelo Sueste Asiático», consequência natural da expansão portuguesa na Ásia e da sua necessária adaptação a um presença descontínua<sup>267</sup>. D. João III determinava a nomeação destes três novos oficiais: Simão Botelho, já na Ásia, como vedor das fortalezas, Brás de Araújo, para acompanhar o governador e prover as naus do Reino, e Francisco de Mariz para vedor dos contos<sup>268</sup>. Destes, apenas Mariz não pôde cumprir o cargo pois faleceu durante a ida para Goa, quando a armada passava a costa da Guiné<sup>269</sup> – foi substituído provisoriamente por Sebastião Luís, provedor-mor dos contos, até Manuel Mergulhão chegar, em 1547, com nova nomeação para ocupar o cargo de Mariz<sup>270</sup>.

Quanto ao outro assunto, Gaspar Correia esclarece-nos que D. João III procurava abolir a prática de recompensar os fidalgos que dessem *mesa*, questão que avaliaremos em mais pormenor no capítulo seguinte, quando nos debruçarmos sobre as questões militares deste governo.

O desconhecimento do regimento do novo Governador impede-nos de reconstituir, com um maior grau de fiabilidade, o vasto conjunto de ordens que terá recebido. Contudo, a leitura do seu governo permite-nos vislumbrar a estratégia que D. João III pretendia implantar no “Estado da Índia”: uma presença mais forte, centralizada e menos informal, diminuindo a dispersão dos homens e o conseqüente impacto negativo na estrutura económica, financeira e militar.

#### 4.2. A situação do “Estado da Índia”

O primeiro problema que Castro herdou do governo de Martim Afonso de Sousa estava relacionado com a política monetária do “Estado da Índia”: a desvalorização do

---

<sup>267</sup> Susana Münch Miranda – *A Administração da Fazenda Real...*, cit., pp. 234-236. A afirmação de Diogo do Couto, de que D. João III ordenara esta reforma por desconfiar de D. João de Castro e da sua capacidade na área financeira, não tem sustento a não ser como opinião pessoal do próprio cronista, sabendo das dificuldades pelo qual passou este governo – apesar de o próprio Governador afirmar, ao rei, de que era fraco oficial da Fazenda – cf. *Ásia (Couto)*, d. VI, l. I, c. I, p. 5; afirmação de Castro em *OCDJC*, III, p. 319.

<sup>268</sup> Vejam-se as nomeações dos respectivos cargos nos registos de Chancelaria de D. João III, publicados por José Manuel Correia – *Os Portugueses no Malabar (1498-1580)*. Lisboa, INCM/CNCDP, 1997, docs. LVII a LVIX, pp. 357-359. A informação é também confirmada na carta que o monarca escreveu a Aleixo de Sousa, a 15 de Março de 1545 – incluída no auto levantado a este antigo vedor da fazenda, ANTT/CSL, 4, fls. 262v-264r.

<sup>269</sup> *OCDJC*, III, p. 66.

<sup>270</sup> Sebastião Luís é referido como «provedor mor dos comtos com poderes de vedor da fazenda» num documento de Setembro de 1546 (*OCDJC*, III, 233-234) e Mergulhão é nomeado em Março de 1547, chegando a Goa nesse Verão (registo de Chancelaria de D. João III, publicado por José Manuel Correia – *Os Portugueses no Malabar...*, cit., p. 367). O caso é também comentado por Susana Münch Miranda – *A Administração da Fazenda...*, cit., p. 301.

bazaruco de cobre, de Goa<sup>271</sup>. Antes de mais, é necessário relembrar que o funcionamento financeiro desta parte do Império Português estava profundamente dependente do sistema económico do espaço asiático. Concretamente, D. Manuel I viu-se obrigado a aceitar as moedas já existentes e a cunhar numerário do mesmo metal, peso e valor, mas sob a autoridade portuguesa, abrindo Casas da Moeda à imagem da de Lisboa (a principal do Reino). Assim aconteceu no governo de Afonso de Albuquerque (1509-1515), com a cunhagem de moedas em Goa, alargando esta prática a outras fortalezas nas décadas seguintes<sup>272</sup>. Os primeiros anos de contacto com as economias asiáticas permitiram a adaptação dos portugueses a um sistema em que as conversões entre moedas de diferente valor, metal e proveniência era imprescindíveis. Tal deve-se ao facto de que era impossível introduzir só numerário cunhado na metrópole para abastecer o mercado – uma verdadeira “economia-mundo” asiática, para retomar a ideia de Fernand Braudel<sup>273</sup>. Partia então para a Ásia, anualmente através da Carreira da Índia, ouro e prata, amoedado ou não, para saciar a fome a um sistema monetário sempre em défice – veja-se a constante necessidade de prata para os potentados que emergiram da desagregação do Sultanato de Deli, nos finais do século XIV, no Norte do Hindustão, e do ouro no Sul, sobretudo a partir do importante pólo de desenvolvimento que constituiu o Império hindu de Vijayanagar<sup>274</sup>. Já o cobre era um dos metais mais comuns na Índia para as pequenas transacções. Afonso de Albuquerque será o próprio a confirmar que o sultanato do Guzerate, no Norte da actual Índia, consumia cerca de 40 mil quintais de cobre (cerca de 2050 toneladas)<sup>275</sup>. Do Reino partiam várias toneladas de cobre, para a cunhagem de moeda ou para fundição de artilharia. Estima-se, por exemplo, que de 1502 a 1521 foram

---

<sup>271</sup> Seguimos aquilo que já tivemos oportunidade de escrever e desenvolver em «A desvalorização do bazaruco de Goa em 1542-1545» in Bruno Lopes e Roger Lee de Jesus (orgs.) – *Finanças, Economia e Instituições no Portugal Moderno (séculos XVI-XVIII)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019, pp. 89-129.

<sup>272</sup> Cf. Teotónio R. de Sousa – «Portuguese Fiscal Administration and Monetary System», in *Goa through the Ages*, vol. II – *An Economic History*, New Delhi, Concept Publishing Company, 1990, pp. 219-221.

<sup>273</sup> João Marinho dos Santos – «As economias do Índico aquando da chegada dos Portugueses», *Revista Portuguesa de História*, 27, 1992, pp. 203-214.

<sup>274</sup> Cf. Sanjay Subrahmanyam – «Precious Metal Flows and Prices in Western and Southern Asia, 1500-1750: Some Comparative and Conjunctural Aspects», *Studies in History*, 7-1, 1991, p. 84 e Najaf Haider – «Fractional Pieces and Non-Metallic Monies in Medieval India (1200-1750)», in Leonard, Jane Kate e Theobald, Ulrich (dir.), *Money in Asia (1200-1900): Small Currencies in Social and Political Contexts*, Leiden/Boston, Brill, 2015, p. 94.

<sup>275</sup> Tomámos o quintal velho referido por Albuquerque por c. de 51 kg; cf. os dados também por Luís Filipe F.R. Thomaz – *O Tesouro do Bom-Jesus*. Lisboa: Academia de Marinha, 2019, p. 37. Sobre a equivalência do quintal (o chamado peso “velho” e “novo”) veja-se igualmente Vitorino Magalhães Godinho, *Les finances de l'état portugais des Indes Orientales: (1517-1635): matériaux pour une étude structurale et conjoncturelle*. Paris: FCG-Centro Cultural Português, 1982, p. 364. Cf. também Sanjay Subrahmanyam – «Precious Metal Flows...», cit., pp. 86-87.

enviados 75 mil quintais deste metal para o Malabar (c. 4 mil toneladas)<sup>276</sup> e a quantia de moedas e metais amoeáveis, enviada anualmente pela Carreira da Índia, oscilava, aproximadamente, entre os 80 mil e 150 mil cruzados<sup>277</sup>. Este transporte manteve-se ao longo das décadas, como se comprova nas cerca de 30 toneladas de cobre (em lingotes) encontradas nos destroços da nau “Bom Jesus”, naufragada em 1533 ao largo da actual Namíbia<sup>278</sup>.

Regressando ao caso concreto de 1545, poucos dias depois da sua chegada e da tomada de posse, D. João de Castro foi logo assolado pelos vereadores, juizes, oficiais da Câmara e os representantes dos mesteres, queixando-se que «[...] Martim Afonso e o vedor da fazenda Aleixos de Sousa mandaram e asemtaram que hos bazarucos que sempre costumaram fazer e corer nesta cydade e suas teras [...] nam coresem e mandaram fazer outros muito pequenos» e que «[...] ho povo perecia e padecia grande perda e detrimento e moria a fome por rezam do corerem os ditos bazarucos pequenos que ninguem queria tomar»<sup>279</sup>. O que estava em causa era a cunhagem de um bazaruco (de cobre) de menor valor, responsável pela inflação dos preços e respectiva perda de poder de compra dos moradores locais. Após nova insistência da população e de reunião na Sé de Goa, Castro abriu auto para tomar nota da ocorrência, ordenando ao ouvidor-geral, o doutor Simão Martins, que averiguasse o sucedido.

O procedimento tido é muito claro graças à preservação do referido auto: o pedido da população é registado (transparecendo o clima de crise)<sup>280</sup>, seguido do parecer do Bispo (D. Juan de Albuquerque) e do Cabido da Sé, do Custódio e restantes frades do convento de S. Francisco<sup>281</sup>, dum grupo de representantes da cidade, da Misericórdia<sup>282</sup>, e de cópias dos pedidos efectuados em Maio desse ano, por parte dos vereadores e dos procuradores dos mesteres a Martim Afonso. O manuscrito contém ainda um parecer de António Rodrigues de Gamboa, procurador dos feitos del-rei, e, finalmente, 30 testemunhos acerca da reforma monetária e dos seus efeitos na economia local – desde

---

<sup>276</sup> Manuel Nunes Dias – *O Capitalismo Monárquico Português (1415-1549)*. Coimbra: FLUC/ Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1964, vol. 2, p. 343.

<sup>277</sup> Vitorino Magalhães Godinho – «A Economia Monetária e o Comércio a Longa Distância» in *Mito e Mercadoria, utopia e prática de navegar: séculos XIII-XVIII*. Lisboa: Difel, 1990, p. 442.

<sup>278</sup> Cf. Luís Filipe F.R. Thomaz – *O tesouro do Bom-Jesus...*, cit., p. 36.

<sup>279</sup> BA, Cod. 51-VII-22, fl. 2r-2v.

<sup>280</sup> *OCDJC*, III, pp. 78-79; veja-se também um dos pedidos feitos pela população (p. 77).

<sup>281</sup> *DHMPP*, III, pp. 279-281.

<sup>282</sup> *Ibidem*, pp. 282-283

vereadores, a fidalgos, a mercadores, tanadares<sup>283</sup> e outros oficiais. Encontramos também, no final desta documentação, um pedido de informação aos Contos sobre a quantia de moeda cunhada e de cobre gasto neste processo. Tudo isto se desenrola entre dia 17 e 21 de Setembro, data última em que o Governador manda reverter a situação, passando a cunhar-se bazarucos de maior peso e menor valor facial.

Todavia, o caso é mais complexo do que parece à primeira vista. A reforma monetária de Martim Afonso de Sousa não é uma, como transparece das queixas da população, mas sim uma sucessão de várias medidas tomadas ao longo dos anos<sup>284</sup>. Concretamente, o preço do quintal<sup>285</sup> de cobre estava fixado em 17 pardaus de tanga<sup>286</sup> desde o vice-reinado de D. Garcia de Noronha (1538-1540), chegando a lavrar-se, por ano, entre 1500 a 1600 quintais de cobre e a vender-se, em bruto, na feitoria, entre 9 a 14 pardaus o quintal vindo do Reino. Vendo que o cobre cunhado se esfumava rapidamente Martim Afonso compreendeu que era levado da ilha de Goa como mercadoria e não pelo seu valor facial, e que tal se devia ao facto do cobre ser usado para fundir localmente peças de artilharia (em bronze) nos diversos potentados que circundavam Goa, como no sultanato de Bijapur. Decidiu aumentar o preço real do quintal de cobre amoedado de 17 pardaus para 20 e posteriormente para 25. Quanto ao bazaruco em si, em que 50 valiam 1 tanga (de prata) e pesavam 3 oitavas e meia (c. 12.53g), passou a valer 60, equivalendo ao preço do real (moeda portuguesa de prata) – para facilitar as conversões de moeda – e diminuindo o peso para 1 oitava e meia, (c. 5.37g). O preço do quintal aumentou a pique para c. 36 pardaus. Sabendo que, no Reino, o valor do ceitel (de cobre) era de 3 oitavas (10.74g), parecia aos oficiais locais que o Governador, e a Coroa em última instância, acabavam por lucrar mais de metade do valor real desta moeda. Após reclamação do povo, em Maio de 1545, Martim Afonso terá voltado a baixar o valor nominal do bazaruco na proporção de 50 para 1 tanga e subindo ligeiramente o seu peso para 2 oitavas (c. 7.16g). Por sua vez, o preço do quintal baixou para 32 pardaus, o que não deixa de representar um aumento de quase 50% do valor do quintal de cobre amoedado em 1542.

---

<sup>283</sup> Termo utilizado para identificar o responsável pela tanadaria, isto é, a pequena circunscrição administrativa e financeira existente nos antigos territórios de Goa e da Província do Norte do “Estado da Índia”.

<sup>284</sup> Cf. Vitorino Magalhães Godinho – *Os descobrimentos e a economia mundial*. Lisboa: Editorial Presença, 1985, vol. II, p. 41.

<sup>285</sup> O quintal (neste caso, o chamado “peso novo”, medida diferente da usada para nas especiarias) equivaleria então a c. de 58,758 kg – para a conversão cf. Vitorino Magalhães Godinho – *Les Finances...*, cit., p. 364.

<sup>286</sup> O pardau de tanga era uma moeda de prata (c. 22 gramas), equivalente a cerca de 5 tangas. Não deve ser confundido com o pardau de ouro, moeda também muito comum à época, mas de diferente valia e uso.

Assim, compreende-se que o Governador e o Vedor da Fazenda decidiram desvalorizar o bazaruco através da alteração do valor real da peça, diminuindo a quantidade de cobre, e mantendo o seu valor facial – uma das várias formas de desvalorização monetária que existe<sup>287</sup>. Os mentores desta desvalorização acreditavam que a cidade pouco sofreria porque grande parte dos mantimentos não se compravam em bazarucos, mas em ouro e prata e que a moeda de cobre era amoedada pelos mercadores de Goa durante a monção, servindo depois de moeda de troca por metais preciosos noutras paragens. Destes dois argumentos, apenas o primeiro nos parece, em parte, correcto, visto que a revolta de população se fez sentir a partir de Setembro, ou seja, depois de se gastar uma primeira leva deste novo numerário e dos bazarucos se dispersarem depois da monção. Não sabemos, porém, até que ponto é que as moedas de cobre eram pouco usadas nas compras de mantimentos diários, visto que alguns estudos apontam para o sentido contrário<sup>288</sup>.

O verdadeiro problema era precisamente este desfasamento entre o valor real e facial do bazaruco e a sua ligação ao abastecimento da cidade de Goa, visto que esta estava dependente das Terras Firmes e da sua região circundante para se suster.<sup>289</sup> O novo bazaruco não era tomado pelo seu valor facial, como se pretendia, mas a peso – os mercadores locais só aceitavam dois bazarucos pelo valor de um visto que a moeda diminuía quase para metade. Nas palavras de João Fernandes, mercador, morador na Rua Direita de Goa, «[...] foy de maneira que se pos cerquo aos mantimentos»<sup>290</sup>.

Acima de tudo, Martim Afonso de Sousa e Aleixo de Sousa ignoraram que o abastecimento da cidade não estava sob alçada da Coroa Portuguesa e que esta não tinha autoridade suficiente para impor uma política monetária desta envergadura, visto que não interessava aos mercadores que estes bazarucos corressem num sistema fechado na

---

<sup>287</sup> Todos os dados até aqui registados são fornecidos sobretudo pelo antigo vedor da fazenda em carta a D. João de Castro, tentando justificar a reforma monetária encetada e atacando os pareceres que o Governador tinha recebido; é de notar que os diversos valores do cobre dados por Aleixo de Sousa na sua carta são confirmados num documento posterior, de 1569, que resume a evolução do preço deste metal em Goa, desde o governo de Nuno da Cunha (1528-1538) – carta de 16-VI-1569 publicada em *APO-CR*, f. 2, doc. 54, pp. 174-187 e reeditado por A.C. Teixeira de Aragão – *Descrição geral e historica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1880, vol. 3, pp. 459-464.

<sup>288</sup> Não nos esqueçamos que Aleixo de Sousa, na sua carta ao Governador, tentava justificar os seus actos, distorcendo certamente alguns factos conforme a necessidade.

<sup>289</sup> BA, cod. 51-VII-22, fl. 23v. Sobre a construção de Goa e a sua crónica necessidade de abastecimento veja-se o artigo de João Teles e Cunha – «Goa: a construção, ascensão e declínio de um empório português na Ásia», in Santos, João Marinho dos; Silva José Manuel Azevedo e (coord.), *Goa. Portugal e o Oriente: História e Memória*. Coimbra, Palimage, 2011, p. 81-144.

<sup>290</sup> B.A., cod. 51-VII-22, fl. 41r.

capital do “Estado da Índia”, tendo em conta que acabavam por negociar noutras paragens onde a moeda de cobre nunca seria aceite àquele peso e valor. Além de travar o abastecimento de cobre aos sultanatos vizinhos e de aumentar o lucro do processo de cunhagem, a reforma monetária encetada não apresentava outra vantagem imediata.

Vistos os argumentos apresentados por ambas as partes, D. João de Castro estabeleceu o preço do quintal para 25 pardaus, apesar das dificuldades da população – um compromisso entre o valor que Martim Afonso herdara e o preço máximo que chegou a convencionar (36 pardaus). O problema dos bazarucos ficou resolvido, sendo a resolução elogiada por todos, inclusive pelo próprio monarca<sup>291</sup>. A questão monetária não voltaria a ser assunto durante o seu governo, sendo, no entanto, debatida alguns governos depois, já na década de 1550.

A acção de Castro veio a criar um outro problema: um conflito directo com Aleixo de Sousa, antigo vedor da fazenda. A troca de correspondência entre ambos levou a uma acalorada troca de insultos: se Sousa o criticou por seguir as opiniões de religiosos, D. João de Castro comparou-o com o próprio Diabo<sup>292</sup>; em retaliação, o antigo vedor escrevia que «[...] sou de melhor relée que vós, e que a minha geração (des que ha reis em Portugal) foi sempre das mais honradas do Reyno, e ouve sempre nella muitos honrados homens, e na vossa houve muitos tredo[re]s e muitos judeus»<sup>293</sup>.

Castro aproveitou a sua posição privilegiada para abrir uma série de processos: a 26 de Outubro ordenou-o a regressar a Goa (estando ele em Cochim) para justificar presencialmente a reforma do bazaruco; não tendo este aceite, e sendo encarcerado numa torre da fortaleza, acabou por entrar em segredo numa nau e regressar ao Reino antes de ser apanhado pelos oficiais da Coroa. Paralelamente, o Governador iniciou duas devassas: uma sobre a actividade do antigo vedor da fazenda (auto iniciado a 19 de Outubro de 1545), recolhendo testemunhos sobre a sua ligação ao tráfico ilegal de pimenta do Malabar para a China, autorizado por Martim Afonso de Sousa (quebrando o monopólio régio); outra enquanto capitão de Sofala e Moçambique, entre 1538 a 1542 (auto iniciado a 25 de Outubro de 1545)<sup>294</sup>. Os autos vêm assim confirmar muitas das críticas que

---

<sup>291</sup> Veja-se a referência do envio da carta na cópia existente em *CVRDJC*, p. 400. Posteriormente, em carta para a Câmara de Goa, de 25 de Março de 1547, D. João III chegou a afirmar que «Dom Joam de Castro me escreveo o assento que nisso tem tomado, e eu o ouve por bem, e lhe mamdo que assy o cumpra e guarde» – pub. em *APO-CR*, f. 1, parte 1, doc. 13, p. 29.

<sup>292</sup> BA, Cod. 51-VI-22, fl. 273v.

<sup>293</sup> Carta de Outubro de 1545; só conhecemos uma cópia existente na BNP (cod. 1598, fl. 65), publicada em *OCDJC*, IV, p. 5.

<sup>294</sup> Estes autos também se encontram na B.A., cod. 51-VII-20, c. 70fls.

encontramos na *Verdadeira Enfformaçam*, libelo anónimo que condena o governo de Martim Afonso<sup>295</sup>. Aleixo de Sousa era acusado, para além do trato da pimenta, de desviar fundos e mantimentos na costa Oriental Africana, e de utilizar a cunhagem de cobre para retirar algum dividendo próprio, em prejuízo da Fazenda Régia.

Apesar de alguns investigadores terem mostrado que o antigo vedor da fazenda não teria experiência suficiente que justificasse a sua nomeação (fugindo ao tipo de oficial escolhido por regra<sup>296</sup>), acreditamos que Sousa possuía uma apurada percepção da estrutura económico-financeira do “Estado da Índia”, tendo em conta os conhecimentos demonstrados no caso dos bazarucos e os vários pareceres dados ao longo da sua presença na Ásia, como um de 1532, onde propunha já algumas reformas às estruturas administrativas e financeiras do “Estado da Índia<sup>297</sup>. Aleixo voltaria ao Índico em 1558, desta vez nomeado vedor da fazenda pela Coroa e reimpondo nova reforma monetária<sup>298</sup>.

Os primeiros meses de governação foram agravados pelo desentendimento entre D. João de Castro e o seu antecessor. O episódio terminou com a partida de Martim Afonso para o Reino, em meados de Dezembro de 1545, com «[...] o dinheyro que em Guoa avia»<sup>299</sup>, isto é, uma soma avultada que, de acordo com algumas fontes, o antigo governador prometera deixara a Castro para a carga das naus de 1546<sup>300</sup>. Conforme explicámos, este dinheiro advinha do legado de Yusuf Lari Asad Khan, nobre de Bijapur que propusera que o “Estado da Índia” apoiasse as pretensões de Ali bin Yusuf Adil Khan para sultão desse potentado<sup>301</sup>. A quantia estava sob alçada de Khwaja Shams-ud-din Gilani<sup>302</sup>, tesoureiro de Asad Khan, e acabaria por ser entregue, inicialmente de forma

---

<sup>295</sup> *As Gavetas da Torre do Tombo*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1963, vol. III, pp. 208-209.

<sup>296</sup> Cf. Alexandra Pelúcia – *Martim Afonso de Sousa...*, cit., pp. 214-216.

<sup>297</sup> Cf. cópia da carta no auto já mencionado onde D. João III elogia Aleixo de Sousa pelas suas competências – ANTT/CSL, 4, fls. 263-264; e uma carta de Sousa para o rei, em 1532 – ANTT/CC-1-50-43, fl. 1r – veja-se o restante conteúdo da carta visto radiografa o estado de Goa e das restantes fortalezas do “Estado da Índia”.

<sup>298</sup> Veja-se as nossas considerações em Roger Lee de Jesus – «A desvalorização do bazaruco de Goa...», cit., pp. 116-117.

<sup>299</sup> *CDJC*, p. 7.

<sup>300</sup> Cf. a carta para o monarca, posterior a Setembro de 1545, na *CVRDJC*, pp. 396-402, em particular a p. 397. Tenha-se em consideração que esta fonte distorce com frequência os documentos originais, não podendo ser tomada por base totalmente fiável. Veja-se também *Ásia (Couto)*, d. VI, l. I, c. I, pp. 8-10.

<sup>301</sup> A questão do tesouro de Asad Khan é esmiuçada, confrontando praticamente todas as fontes existentes, por Georg Schurhammer – *Francis Xavier...*, cit., vol. III, pp. 390-404; cf. também o artigo do mesmo autor «O tesouro de Asad Khan» in *Gesammelte Studien. Vol. IV – Varia*. Roma/Lisboa: Institutum Historicum S.I./Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1965, pp. 31-45.

<sup>302</sup> Sobre o percurso deste mercador persa, cf. os estudos de Luís de Albuquerque e Inácio Guerreiro «Khoja Shams-ud-Dîn, comerciante de Cananor na primeira metade do século XVI» in Luís de Albuquerque and Inácio Guerreiro (eds.) – *II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*. Lisbon: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1985, pp. 227-239 e Luís Filipe F.R. Thomaz – «Iranian Diaspora in



voluntária e depois por coacção, ao governador – é ele que confirma num auto datado de Outubro-Novembro de 1545, quando pretendia ver-se livre de suspeitas de desvio deste mesmo dinheiro<sup>303</sup>. Consequentemente, D. João de Castro viu as contas da Fazenda desequilibradas, conseguindo adquirir a pimenta (e outras especiarias) da armada de 1546 com grande dificuldade. O boato do desvio de verbas por Martim Afonso eclodiu quando do seu regresso ao Reino e acabou por minar, em certa medida, a relação deste fidalgo com a Coroa<sup>304</sup>.

Entretanto, chegado Novembro, o novo Governador começou a cumprir a ordem do rei, abrindo o debate sobre o comércio da pimenta e das drogas para Ormuz e da possível liberalização da pimenta no Índico<sup>305</sup>. O caso é interessante na medida em que demonstra uma tentativa de reestruturação da política comercial Joanina, já iniciada. Veja-se que o monopólio régio do cravo tinha sido abolido em 1539 e que estavam em debate os interesses da Coroa, dos portugueses que actuavam na espera comercial do “Estado da Índia” e até dos mercadores locais de quem dependia também o sucesso de algumas rotas e das taxas aduaneiras cobradas nas fortalezas. A questão do monopólio da pimenta é, em parte, mais importante do que a do trato de Ormuz, pois diz respeito à especiaria por excelência, aquela que podemos considerar mais apetecível, apesar do considerável lucro do cravo e da noz-moscada (e respectiva maçã). Note-se também que o abastecimento anual das naus da Carreira da Índia, em Cochim, estava dependente do próprio sucesso de auto-financiamento do “Estado da Índia”, como por exemplo através dos réditos conseguidos nas alfândegas. Desde o reinado de D. Manuel que o objectivo último era evitar o envio de cabedal do Reino para financiar as compras dos produtos remetidos posteriormente pela Rota do Cabo<sup>306</sup>. Tal revelava-se impossível, mas o

---

Maritime Asia: A Study of Sixteenth Century Portuguese Sources», *Studies in History*, 31(1), 2015, pp. 53-55.

<sup>303</sup> *OCDJC*, IV, pp. 11-18. Veja-se também, por exemplo, a carta do próprio Khwaja Shams-ud-din para Castro, que pelo conteúdo datamos de finais de 1545, explicando os seus problemas com Martim Afonso de Sousa – *CSL*, 3, pp. 314-318.

<sup>304</sup> Veja-se este boato na colectânea de histórias da corte publicados por José Hermano Saraiva (ed.) – *Ditos portugueses...*, cit., pp. 303-304, 448-449 remetemos novamente para o estudo basilar de Alexandra Pelúcia – *Martim Afonso de Sousa...*, cit., pp. 243-244. Note-se que na carta de Martim Afonso para o Conde da Castanheira, do final de 1544, o então governador explicava como ficara com 30 mil pardaus dos 300 que enviaria a D. João III, identificando-o como «dízimo que lá mando a minha mulher» e elogiando-se com o facto de ter decidido apenas retirar esta quantia para si – cf. José Miguel Martínez Torrejón (ed.) – *Miscelânea Pereira de Foles*, cit., pp. 519-520. Curiosamente, viria ainda a tentar defender a sua acção na autobiografia, escrita já após a morte de D. João III – cf. Luís de Albuquerque (ed.) – «Autobiografia de Martim Afonso de Sousa» in *Martim Afonso de Sousa*. Lisboa: Alfa, 1989, p. 79.

<sup>305</sup> Reencaminhamos para o estudo de Luís Filipe F.R. Thomaz que contém uma das mais completas sínteses sobre a história do comércio das especiarias do “Estado da Índia”: *A Questão da Pimenta...*, cit; veja-se também Sanjay Subrahmanyam – *O Império Asiático Português...*, cit., pp. 136-141.

<sup>306</sup> Vitorino Magalhães Godinho – *Os descobrimentos e a economia mundial...*, cit., vol. III, pp. 15-16.

financiamento da compra de especiarias por parte da Coroa era já reduzido em meados do século XVI: nas cargas de 1547 e 1548, o investimento do Reino rondava apenas os 31% e 24% respectivamente, sendo o resto obtido no lucro do próprio “Estado da Índia”<sup>307</sup>. Desta forma, compreende-se a necessidade de estabilidade e a criação de condições favoráveis e atraentes aos mercadores locais<sup>308</sup>.

Ambos as propostas debatidas no final de 1545 foram recusadas pela maioria dos fidalgos a quem foram pedidos pareceres<sup>309</sup>. Os documentos emanados por estes homens demonstram uma considerável variedade de opiniões. A decisão final pendeu para a manutenção do monopólio régio, com a ressalva de que o “Estado da Índia” só conseguia ter um maior controlo na pimenta do Malabar, maioritariamente destinado à Rota do Cabo. O trato para lá da ilha de Ceilão mantinha-se numa área cinzenta, entregue aos mercadores privados, livres para abastecer todo o Índico oriental, Insulíndia e China<sup>310</sup>. A questão relacionava-se também com o grave problema do tráfico ilegal de especiarias, que D. João de Castro repudiava e que identificava como um dos piores problemas da máquina administrativa portuguesa, assunto sobre o qual nos voltaremos a debruçar.

Enquanto isso, o Governador iniciava o seu mandato com uma profunda avaliação do estado da Ribeira das Naus e do Armazém das Armas de Goa, apresentando um resultado desolador. A armada fora mantida na água durante grande parte dos anos anteriores, sem ser varada nem recebendo qualquer reforço do tabuado dos navios. Nas palavras de Castro, «[...] foi um triste espectáculo para todo o povo da India verem a maneira de que estava podre e comida do buzano»<sup>311</sup>. O momento foi aproveitado para recuperar todos os navios e, no caso dos galeões, de os reforçar através de uma nova técnica – a colocação de duas camadas de galagala (um tipo de betume produzido localmente para a calafetagem), intervalado por um ferro, dificultando assim o desgaste da madeira<sup>312</sup>. Leonardo Nunes diz-nos que Castro esteve «[...] metido na vasa, apalpando com os dedos os costados dos navios, sendo presente hàs obras»<sup>313</sup> – descrição que corresponde também à de Miguel Rodrigues, que em carta ao rei narra que «[...]

---

<sup>307</sup> Os dados foram obtidos através das certidões da época, publicadas por Luís de Albuquerque – «Carga e custo de duas armadas da Índia em meados do século XVI» in *Estudos de História*. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1977, vol. V, pp. 346-350. Sobre a questão destes financiamentos, veja-se também Vitorino Magalhães Godinho – *Ob. cit.*, pp. 29-33.

<sup>308</sup> Luís Filipe F.R. Thomaz – *A Questão da Pimenta...*, cit., pp. 78-88.

<sup>309</sup> *Ibidem*, p. 96.

<sup>310</sup> *Ibidem*, p. 88.

<sup>311</sup> *OCDJC*, III, p. 317.

<sup>312</sup> *Ibidem*. Cremos que a receita de galagala utilizada é aquela apresentada no *Livro que trata das cousas da India e do Japão*, que referiremos adiante.

<sup>313</sup> *CDJC*, p. 8.

muitos dias hera duas horas da noyte e elle estava na Ribeyra e com tochas varava hos navios por aver muito que fazer neles e o tempo ser pouco»<sup>314</sup>. Martim Afonso de Sousa justificou a decisão de não varar a armada «[...] para poder pelejar com a dos Turcos, porque por muitos avisos e inteligências que tinha sempre me parecia que me podiam mentir, e nunca me descuidava»<sup>315</sup>. Coincidentemente, a *Verdadeira Enfformaçam* condena apenas o facto de não ter optado por ir reforçando os navios através de galagala e não a própria decisão de manter a frota na barra de Goa<sup>316</sup>.

Para além do problema estrutural das embarcações, a Ribeira estava desprovida do material para as reparações necessárias, notando-se a falta de «[...] tavoado de nenhũa sorte, nem vyradores de linho nem de cayro, nem nenhũas vigas de ha varar armada, nem escoras de escorar, nem picadeyros, nem madeira de nenhũa sorte pera se della fazer cousa algũa e que bem asy nam achara nenhuns cabrestantes e alguns poucos que achara e avia eram quebrados»<sup>317</sup>. Após a devassa à Ribeira, efectuada entre 31 de Dezembro de 1545 e 11 de Janeiro do ano seguinte, o Governador lançou-se a reorganizar o armazém das armas, iniciando um novo processo no final de Fevereiro, que se prolongaria até final de Abril e que descrevemos de seguida para observarmos o tipo de armamento existente em Goa<sup>318</sup>.

Das diversas peças de artilharia existentes o auto menciona exclusivamente a presença de falcões, berços e meios berços no Armazém, ou seja, aquelas mais comuns no parque de artilharia português da época, de pequeno e médio calibre com sistema de retrocarga<sup>319</sup>. A maioria destas encontravam-se abandonadas, enferrujadas, sem rabos nem piães (parte da estrutura onde era encaixada a peça), e com grande parte das respectivas câmaras sem asas, ou seja, inoperantes. Destas, somavam-se 330 câmaras de berços e 50 câmaras de falcões perdidas<sup>320</sup>. Consertaram-se 125 falcões pedreiros, 284 berços, 270 meios berços, 1040 câmaras de falcão, 1500 câmaras de berço e 750 câmaras

---

<sup>314</sup> Carta de 24-XI-1546, publicado por Luís de Albuquerque e José Pereira da Costa – «Cartas de «Serviços» da Índia (1500–1550)», *Mare Liberum*, N° 1, Dezembro de 1990, p. 369.

<sup>315</sup> Luís de Albuquerque (ed.) – «Autobiografia de Martim Afonso de Sousa», cit., p. 77.

<sup>316</sup> *As Gavetas...*, cit., vol. III, pp. 207-208

<sup>317</sup> ANTT/CSL, 4, fl. 120r.

<sup>318</sup> Sobre este auto veja-se o artigo onde analisamos com maior profundidade a questão do armazém de Goa e publicamos o respectivo documento na íntegra: Roger Lee de Jesus – «Abastecer a Guerra noutro Oceano: o Armazém das Armas de Goa em 1545-1546» in *Actas do XXIV Colóquio de História Militar – Nos 600 Anos da Conquista de Ceuta – Portugal e a Criação do Primeiro Sistema Mundial*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2016, pp. 169-220.

<sup>319</sup> Sobre a artilharia naval portuguesa veja-se o recente estudo de José Virgílio Pissarra – «Armamento Naval» in Francisco Contento Domingues (coord.) – *História da Marinha Portuguesa. Navios, marinheiros e arte de navegar, 1500-1668*. Lisboa: Academia de Marinha, 2012, pp. 152-177.

<sup>320</sup> BA, Cod. 51-VII-21, fl. 10r.

de meios berços<sup>321</sup>. Lembremos que as 679 peças de artilharia aqui referidas eram parte do armazém de Goa, e não entram no total das bocas-de-fogo dispostas no terreno para protecção da cidade. O número não deixa de ser considerável quando comparado com as quase duzentas que protegiam a capital do “Estado da Índia” em 1525, e próximo do número existente em 1552-1553: pouco mais de 1000<sup>322</sup>.

O armamento defensivo encontrava-se também em péssimo estado: cossletes, capacetes, cervilheiras, barbotes, piastrões e gorjões encontravam-se lançados pelo chão e enferrujados. Mais de duas mil destas peças individuais de armadura estavam irremediavelmente perdidas, tendo aproveitado pouco mais de 1300. De igual modo se aproveitaram quase 500 lanças e piques e se descartaram cerca de 1500. Ainda se salvou algum velame, mas outro material foi deitado fora, como corpos de couraças, cobertas de cavalos ou espingardas<sup>323</sup>.

Perante um cenário tão desolador, D. João de Castro passou a supervisionar presencialmente a profunda reestruturação do armazém, ordenando a reparação das peças, e a reorganização da própria estrutura interna, colocando-o ao nível do de Lisboa. Este rigoroso zelo permitiu-lhe avaliar o potencial bélico português, ponto fulcral para a preparação das actividades militares que começaram pouco depois da sua chegada<sup>324</sup>.

O problema político entre o “Estado da Índia” e o sultanato de Bijapur que Castro herdou, baseado no possível apoio português às pretensões do Meale que já explicámos, foi responsável pela primeira ameaça militar do seu governo. Em concreto, Ibrahim Adil Shah esperou pela mudança de governador para exigir a entrega do seu tio, conforme acordado com Martim Afonso. O sucessor manifestou a sua incapacidade para resolver uma questão desta dimensão, argumentando que apenas D. João III poderia autorizar a entrega do referido opositor político<sup>325</sup>. Todavia, o sultão estava disposto a recuperar Bardez e Salcete pelas armas, afrontando o passo de Benasterim com um contingente de cavaleiros e peões na outra margem do rio Zuari<sup>326</sup>. Ordenou então o bloqueio terrestre da ilha de Goa, impedindo a entrada de mantimentos através das Terras Firmes. A

---

<sup>321</sup> *Ibidem*, fl. 13r.

<sup>322</sup> Cf. o alardo de 1525: «Lembranças das cousas da India em 1525» in Rodrigo José de Lima Felner – *Subsídios para a História da Índia Portuguesa*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1868, pp. 19-20; e Roger Lee de Jesus e Tiago Machado de Castro – «Certidão da artilharia das fortalezas do Estado da Índia, c. 1550-1554», *Fragmenta Historica – Historia, Paleografia e Diplomática*, 2, 2014, pp. 136-137.

<sup>323</sup> Para os números cf. Roger Lee de Jesus – «Abastecer a Guerra noutra Oceano...», cit., pp. 177-179.

<sup>324</sup> Leonardo Nunes diz-nos até que «o negoçoio militar e do mor peso da governança guardou pera sy» – *CDJC*, p. 9.

<sup>325</sup> *Lendas*, IV, p. 441.

<sup>326</sup> Veja-se o Mapa 3, em Anexo, para a localização destes locais.

resposta não se fez esperar: Castro preparou 400 cavalos «mui luzidos e bem armados»<sup>327</sup>, organizando treinos frequentes, com «[...] batalhas, escaramussas, siladas e outras artes de guerra»<sup>328</sup>. Neste caso, denotamos que o Governador pretendeu estabelecer um novo dinamismo na estrutura militar através da reimposição de *ordenanças*, isto é, da organização de corpos apeados mistos de espingardeiros e lanceiros, com treino regular, fruto do renascimento das falanges da Antiguidade, em voga a partir das guerras suíças e dos primeiros anos das guerras de Itália<sup>329</sup>. D. João de Castro restaurava assim o modelo que já Afonso de Albuquerque impusera, dissolvido pelo seu sucessor e reaproveitado, em breves períodos, nos governos seguintes. Para tal terá ordenado «exercícios de guerra e soícias» para «trazer os soldados deçiplinados e fazer castelos de madeira e combatellos, pera que se fizessem destros e soltos»<sup>330</sup>. Leonardo Nunes informa-nos até que o filho mais novo, D. Fernando, estaria incluído nestes grupos de soldados, não mencionando o irmão mais velho, talvez pela experiência que este já acumulara anteriormente<sup>331</sup>. Por regra, todos estes ajuntamentos e exercícios eram realizados no chamado Campo de S. Lázaro, um terreiro existente fora do núcleo centro da cidade, a caminho passo de Benasterim, a Sul da cidade, passível de ser observável desde o outro lado do rio<sup>332</sup>.

Paralelamente, uma armada de fustas e catures, capitaneada por Nuno Pereira, partiu de Goa com o objectivo de bloquear o porto de Dabul, um dos principais

---

<sup>327</sup> *OCDJC*, III, p. 282.

<sup>328</sup> *Ibidem*.

<sup>329</sup> Sobre a introdução das *ordenanças* em Portugal, o estudo de base continua a ser o de Jean Aubin – «Le Capitaine Leitão. Un sujet insatisfait de D. João III» in *Le Latin et l’Astrolabe. Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales*, Lisbon/Paris: CNCDP/CCCG, 1996, vol. I, pp. 309-69. Para o caso do espaço além-mar, vejam-se os estudos de Vitor Luís Gaspar Rodrigues – «As Companhias de Ordenança no Oriente durante o século XVI: ensaios de criação, razões do insucesso (1510-1580)», *Oceanos*, nº 19-20, 1994, pp. 212-219 e «As Companhias de Ordenanças em Marrocos nos reinados de D. Manuel e D. João III» in Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos (dir.) – *D. João III e o Império*. Lisboa: CHAM/CEPCEP, 2004, pp. 185-195. Sobre a evolução das tácticas militares europeias nos finais do século XV e inícios do XVI, recomendamos a síntese de Christer Jorgensen, Michael F. Pavkovic, Rob S. Rice, Frederick C. Schneid, Chris L. Scott – *Fighting Techniques of the Early Modern World (AD 1500-AD 1763). Equipment, Combat Skills, and Tactics*. New York: St. Martin Press, 2006, pp. 7-25 e o muito completo artigo de Clifford J. Rogers – «Tactics and the face of battle» in Frank Tallet e D.J.B. Trim (eds.) – *European Warfare, 1350-1750*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, pp. 203-235.

<sup>330</sup> *CDJC*, p. 9.

<sup>331</sup> A *CVRDJC* indica que D. Fernando foi nomeado «capitão destas ordenanças» (p. 33), cargo que não podemos confirmar e que nos parece ser uma provável interpretação abusiva, iniciando assim a construção da imagem deste jovem como fervoroso guerreiro que viria a perder a vida em Diu, enquanto mártir.

<sup>332</sup> O dito Campo era já usado para este tipo de exercícios, advindo-lhe o nome pela proximidade do Hospital de S. Lázaro aí existente, fundado por volta de 1526; décadas depois, a Coroa veio a doar à Câmara de Goa quer o Campo quer os respectivos terrenos envolventes para assegurar esta função militar, então dificultada pelos *gancares* (conselho de aldeia que geria e controlava as terras, composto pela oligarquia local) de Carambolim e Corlim terem ocupado estes espaços: alvará de 27-III-1564, APO-CR, fasc. 2, doc. 47, pp. 151-153; veja-se a informação arrolada por Georg Schurhammer – *Francis Xavier...*, cit., vol. II, pp. 190 e 211.

entrepósitos comerciais do sultanato de Bijapur, bloqueio este que terá tido um impacto considerável ao impossibilitar a saída dos seus navios já carregados<sup>333</sup>. A utilização da capacidade naval portuguesa e do seu potencial militar era uma tática a que o “Estado da Índia” recorria frequentemente para pressionar os potentados indianos, conforme já notou P.M. Joshi há décadas<sup>334</sup>. O Governador ordenou ainda que qualquer navio português impedisse a entrada de mantimentos para qualquer porto de Bijapur, enquanto ele próprio negociava alianças com Ahmadnagar e Vijayanagar contra este sultanato. Ibrahim Adil Shah viu-se constrangido a assinar um novo acordo com o Capitão-mor português. Efectivamente, tendo já alguma animosidade com os potenciais aliados portugueses, Bijapur via-se desta forma cercado por forças antagónicas e desprovido de abastecimento por via marítima, como por exemplo de enxofre, proveniente do Golfo Pérsico. O bloqueio a Goa foi levantado e uma embaixada chegou à cidade a 2 de Fevereiro de 1546, sendo assinado um novo tratado a 26 desse mesmo mês. Nesse documento (que conhecemos através da cópia do *Tombo* de Simão Botelho), ambas as partes cessavam toda e qualquer actividade de guerra; o Adil Shah confirmava a entrega de Bardez e Salcete e Castro garantia que Meale se mantinha em Goa, não permitindo qualquer apoio à sua pretensão ao sultanato; o “Estado da Índia” autorizava ainda a entrada de enxofre e chumbo, a quitação dos direitos de doze cavalos árabes por ano e da entrada de diversos bens até ao valor de dois mil pardaus, garantindo a estabilidade política e militar de Goa<sup>335</sup>.

Apesar de o conflito com Bijapur ter monopolizado os primeiros meses de acção governativa de D. João de Castro, tal não significa que outras questões diplomáticas não tivessem sido tratadas enquanto tal ocorria. Uma delas é a complexa relação com os diversos reinos da ilha de Ceilão<sup>336</sup>. A estratégia portuguesa, encabeçada pelo franciscano Mestre Diogo e por André de Sousa, previa uma bem-sucedida conversão do reino de Cota através do baptismo de um herdeiro do rei Bhuvanekabahu VII. D. João de Castro enviou, no final de Setembro de 1545, Duarte Barbudo a este reino, exigindo a conversão

---

<sup>333</sup> Cf. *CDJC*, p. 36, *OCDJC*, III, p. 282. De acordo com Gaspar Correia, a armada era composta por 12 navios – *Lendas*, IV; p. 444; veja-se também a informação dada por Miguel Rodrigues ao rei – carta de 24 de Novembro de 1546, Luís de Albuquerque e José Pereira da Costa – «Cartas de «Serviços»...», cit., p. 369. Para a localização de Dabul, em relação com Goa, veja-se o Mapa 1, em Anexo.

<sup>334</sup> P.M. Joshi – «Relations between the Adilshahi kingdom of Bijapur and the Portuguese at Goa during the Sixteenth Century», *New Indian Antiquary*, II, 1939-1940, p. 365.

<sup>335</sup> *Tombo do “Estado da Índia”*, pp. 39-41. As cláusulas são confirmadas por aquelas que Castro enumera na carta a D. João III – *OCDJC*, III, p. 283.

<sup>336</sup> As referências à questão do Ceilão são, em larga medida, apoiadas na tese de Zóltan Biedermann – *A Aprendizagem de Ceilão...*, cit., e na obra de Georg Schurhammer – *Francis Xavier...*, cit., vol. III, pp. 316-331.

do monarca<sup>337</sup>. No entanto, o apelo não vingou e apesar dos muitos planos conjecturados, o projecto da conquista espiritual da ilha abrandou consideravelmente com a morte do referido herdeiro, baptizado com o nome de D. João, e do seu irmão, que adoptara o nome D. Luís (à imagem do monarca português e do príncipe), a 14 de Janeiro de 1546, em Goa<sup>338</sup>. Tal momento coincidiu com o início de relacionamentos com o reino montanhoso de Cândia, situado no centro de Ceilão. Atente-se, por exemplo, no envio de uma prenda diplomática por parte do rei Javayira, endereçada a D. Álvaro de Castro, em Dezembro de 1545 e constituída por «hũa arelhana<sup>339</sup> d'ouro com tres olhos de gato, dous pequenos e hum grande com muitos rubis pequenos e rois»<sup>340</sup>. Aberta a possibilidade de conversão deste outro reino, Castro enviava, no início de 1546, uma expedição capitaneada por André de Sousa, tentando ampliar a rede diplomática na referida ilha. A viagem penosa encetada não haveria de ter os frutos pretendidos, levando a uma nova embaixada, no ano seguinte, liderada por António Moniz Barreto – assunto que retomaremos mais adiante.

Outra questão diplomática surgia relativamente ao reino de Ternate, nas Molucas. O caso estava relacionado com o direito de sucessão deste reino: ao rei Hairun (Aeiro nas fontes portuguesas), monarca desde 1534, opunha-se o seu irmão mais velho, Tabarija, convertido ao cristianismo e que adoptara o nome de D. Manuel<sup>341</sup>. Este obtivera o apoio do governador Nuno da Cunha, em 1537, e preparava o seu regresso à ilha desde então, ganhando o favor de Jordão de Freitas, nomeado capitão da fortaleza de Ternate a partir de 1545. À ida para as Molucas, Tabarija ficou em Malaca, aguardando os preparativos para a sua aclamação, planeada por Freitas, acabando este por prender Hairun e por remetê-lo para Goa, acusado de conluio com as forças castelhanas que ressurgiam timidamente em Tidore, ilha vizinha e rival. Todavia, a chegada do rei deposto a Malaca coincidiu com a morte do pretendente, tendo este feito testamento em favor de D. João III, doando o seu reino a este monarca. Instalado o impasse sucessivo, Aeiro resolveu continuar a sua viagem até Goa, procurando legitimar o seu estatuto junto do Governador.

---

<sup>337</sup> Cf. Zóltan Biedermman – *A Aprendizagem de Ceilão...*, pp. 255-256

<sup>338</sup> *Ibidem*, pp. 235-245.

<sup>339</sup> O termo arelhana designa, à época e neste contexto, um cinto cerimonial utilizado por cima da roupa – cf. Hugo Crespo – *Jóias da Carreira da Índia. Lisboa: Fundação Oriente, 2014*, p. 22.

<sup>340</sup> Veja-se a certidão desta oferta em BA, cod. 51-VII-19, fls. 137, publicada por Georg Schurhammer – *Ceylon zur Zeit des Königs Bhuvaneka Bāhu und Franz Xavers, 1539-1552*. Leipzig: Verlag der Asia major, 1928, vol. I, p. 268.

<sup>341</sup> O caso é analisado por Maria Augusta Lima Cruz – «O assassínio do rei de Maluco. Reabertura de um processo» in Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe F.R. Thomaz (dir.) – *As relações entre a Índia Portuguesa, a Ásia do Sueste e o Extremo Oriente*. Macau/Lisboa: CNCDP, 1993, pp. 511-529. Manuel Lobato analisou mais detalhadamente a questão da presença portuguesa nas Molucas – *Comércio, conflito e religião*, cit.

O rei Hairun chegou a Goa a 3 de Março, sendo recebido com altas honras, apesar da sua situação prisional. As devassas e outros documentos enviados por Jordão de Freitas foram analisados pelos desembargadores e pelo Governador, sendo provada a sua inocência, não tendo feito «nenhum desserviço» à Coroa Portuguesa, «nem incorrido em outra culpa alguma»<sup>342</sup>. A restituição oficial do seu estatuto foi feita através de uma verdadeira cerimónia de coroamento que analisaremos na última parte desta tese.

Regressando à questão das Molucas, vemo-la assim resolvida. Bernardim de Sousa era enviado a Ternate para colocar no poder Hairun e para pôr a ferros Jordão de Freitas, substituindo-o no cargo de capitão da fortaleza, e remetendo-o a Goa, para ser julgado e «dar razão de si»<sup>343</sup>. Castro indica-nos o envio de um auto a D. João III sobre este assunto, mas não conhecemos qualquer cópia existente. Com esta questão sucessória aflorava outra tão importante, mas que se estenderia para lá deste governo: a presença castelhana em Tidore.

Nos primeiros meses de 1546 chegaram vários outros pedidos de pequenos potentados para o estabelecimento de relações de diferente teor com os portugueses. É o caso dos reinos de Tanor (actualmente Tanur) e Repelim (vizinho de Cochim), na costa do Malabar, e do senhor de Arração (hoje Myo-Haung, Myanmar), no Golfo de Bengala. As propostas de Repelim e Arração foram bem recebidas – no caso desta última, Castro respondia pomposamente (e certamente com exagero) ao emissário que «[...] a carta que me trouxeram de vossa alteza, estimei tanto, que determinei deixa-la em património e por herança a meus filhos»<sup>344</sup>. Justificava esta aliança ao rei português pelo grande número de navios que se perdiam naquela costa, «[...] pelo que parece que desta paz se recebe proveito, e estar certo não poder haver nenhuma perda»<sup>345</sup>.

O caso do rei de Tanor era mais complexo. Este escrevera ao Governador através do capitão de Chale (fortaleza vizinha a Calecute), António Coelho, requerendo a sua presença, a do Bispo de Goa e de parte da fidalguia para testemunharem o seu baptismo, convertendo-se à fé cristã. Castro enviara Mestre Diogo de Borba, dominicano, para averiguar da suposta fé do rei, acabando este por escrever uma entusiasmada carta, dando conta de «[...] nam poder explicar com palavras a fé e fervor que neste bom rey e seus irmaos achey»<sup>346</sup>. Impulsionado pelo testemunho do frade, mas ainda a meio das

---

<sup>342</sup> *OCDJC*, III, p. 286.

<sup>343</sup> *Ibidem*, p. 287.

<sup>344</sup> *Ibidem*, p. 134.

<sup>345</sup> *Ibidem*, p. 289-290.

<sup>346</sup> BA, 51-VII-22, fl. 171r.



negociações com Bijapur, o Governador convocou fidalgos, nobres e entidades religiosas para debater a possível ida a Tanor<sup>347</sup>. Analisada a situação, o conselho reunido entendeu que era melhor adiar a viagem para Setembro – permitia-se assim a segurança da situação de Goa face a Ibrahim Adil Shah e uma análise mais aprofundada sobre os verdadeiros motivos da conversão. Efectivamente, parte das informações existentes levavam a crer que o rei de Tanor apenas pretendia o apoio militar português contra o seu vizinho, o Samorim de Calecute. Caso a cristianização se desse, o “Estado da Índia” tinha obrigação de ajudar este reino irmão na fé. Para além do conflito latente entre Tanor e Calecute, o pedido do rei, de se converter “secretamente”<sup>348</sup> para evitar uma revolta das suas tropas locais, demonstrava uma fraca conversão interna, mais escudada na estratégia política local do que na verdadeira aceitação do cristianismo. Esta questão arrastou-se, sempre protelada pela atenção que o Governador necessitou de dar à guerra em Goa e, posteriormente, em Diu. A conversão do rei de Tanor não ficou resolvida durante o governo de Castro e transitou para os seus sucessores, como a documentação nos mostra<sup>349</sup>.

D. João de Castro iniciou, nos dias imediatos à sua chegada a Goa, um registo sistemático de todas as mercês dadas a fidalgos e oficiais do “Estado da Índia” – códice que se encontra na Biblioteca da Ajuda e conhecido como “Livro das Mercês”<sup>350</sup>. O registo mais antigo é de uma “viagem” a Bengala concedida a Francisco de Sá, datada de 4 de Setembro, seguindo-se o provimento do cargo de juiz da alfândega de Malaca, a Bernaldo da Fonseca, no dia 7, e a entrega da capitania do mar de Ormuz a Rafael Lobo, no dia 8<sup>351</sup>. Castro demonstrou uma preocupação em registar logo, e de maneira oficial, a sua actividade, certamente com o fim de poder documentá-la perante o rei, depois de regressar ao Reino.

Nesta linha, acreditamos que D. João de Castro começou também a reunir um conjunto de informações sobre o “Estado da Índia” que viriam a ser compiladas num códice hoje à guarda da Biblioteca Municipal de Elvas e intitulado ficticiamente “Livro

---

<sup>347</sup> O episódio é narrado por Gaspar Correia (*Lendas*, IV, p. 448-449) e a documentação original do acto, reunindo cartas e pareceres encontra-se na BA, cod. 51-VII-22, fls. 165-228v. Os pareceres recolhidos têm um elevado interesse por abordarem questões de teologia e missão, mas extravasam o âmbito deste estudo.

<sup>348</sup> BA, 51-VII-22, fl. 165v.

<sup>349</sup> Cf. por exemplo *Lendas*, IV, pp. 684 e 688 e outra documentação inédita existente no ARSI, Goa-38.

<sup>350</sup> BA, cod. 51-VII-8, fl. 10r

<sup>351</sup> *LMercês*, fls. 29r, 25v e 33r respectivamente.

que trata das cousas da Índia e do Japão”<sup>352</sup>. Almeida Calado, editor do manuscrito, atribuiu a compilação a Garcia de Sá, sucessor de Castro na governação, em 1548. Porém, uma série de indícios levam-nos a discordar desta leitura. Os estudos de Rui Loureiro<sup>353</sup> e Teresa Nobre de Carvalho<sup>354</sup> argumentam que Garcia da Orta teve acesso posterior aos referidos textos coligidos, o que não invalida totalmente a nossa interpretação visto que acreditamos que a maioria deles estão directamente interligados com questões da sua governação.

A título de exemplo, o Governador reuniu documentos essenciais sobre os rendimentos de Goa e os mantimentos que aí chegam (textos VIII, XVI e XXII), informando-se das necessidades da capital do “Estado da Índia” e da sua sustentabilidade. Tal denota uma preocupação a nível do abastecimento logístico da cidade, imprescindível para a preparação em caso de guerra, situação à qual Goa esteve exposta diversas vezes naqueles anos. Quanto às Terras Firmes (Bardez e Salcete), Castro recolhia informação para avaliar a sua venda, conforme preconizado pelo próprio D. João III, em 1547. Efectivamente, numa carta de 14 de Março desse ano (que só terá chegado a Goa em Setembro<sup>355</sup>), o monarca português reflectia sobre a posse destes territórios circundantes, «[...] porque avendo-as de soster, me custarião muyto, como por ser cousa difficil o poderem-se elas bem defender»<sup>356</sup>. Pedia ao Governador que reflectisse sobre o assunto, vendo vantagens e problemas decorrentes da exploração destas terras, propondo que se vendessem a algum potentado local, e não excluindo a hipótese de serem compradas pelo próprio sultão de Bijapur. Ora, a guerra movida desde 1545 por Castro, e as sucessivas campanhas em Salcete (que veremos adiante), levam a crer que este terá defendido a manutenção das Terras Firmes, talvez realizando que os quarenta e dois mil pardaus de renda desse território valessem o investimento na sua defesa<sup>357</sup>.

---

<sup>352</sup> Adelino de Almeida Calado – «Livro que trata das cousas da Índia e do Japão» in *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, XXIV, 1960, pp. 1-138. O códice tem sido vastamente utilizado em estudos referentes aos primeiros contactos com o Japão.

<sup>353</sup> Rui Loureiro – «Information Networks in the *Estado da Índia*, a case-study: was Garcia da Orta the organizer of the Codex Casanatense 1889», *Anais de História de Além-Mar*, vol. XIII, 2012, p. 61-65.

<sup>354</sup> Veja-se Teresa Nobre de Carvalho – *Os Desafios de Garcia da Orta*. Lisboa: Esfera do Caos Editora, 2015, pp. 227-229 e da mesma autora, «Local knowledge in Portuguese words: Oral and manuscript sources of the Colloquies on the simples by Garcia de Orta», *Journal of History of Science and Technology*, 8, 2013, pp.18-22.

<sup>355</sup> Sobre a composição da armada desse ano e o seu ritmo, cf. Paulo Guinote, Eduardo Frutuoso e António Lopes – *As Armadas da Índia...*, cit., p. 117.

<sup>356</sup> *OCDJC*, III, p. 373

<sup>357</sup> *Livro que trata das cousas da Índia e do Japão*, p. 128.

Outro exemplo pode ser dado com a reestruturação da Ribeira das Naus de Goa, já mencionada. Os diversos restauros nos navios levaram Castro a reforçar as embarcações com uma camada extra de galagala e outras técnicas locais. Daí se justifica a existência de receitas de produção de galagala e saraguste (outro betume utilizado na calafetagem dos navios<sup>358</sup>), textos IX e X, no código aqui em análise. O interesse na construção naval está também patente no texto III, escrito por Nicolau Gonçalves, patrão-mor da Ribeira de Cochim, contendo a descrição dos rios dessa região e dos locais donde era importada madeira para a Ribeira.

Outro indício encontramos para a atribuição do *Livro* ao governo de 1545-1548. Concretamente, numa carta de Sebastião Lopes Lobato, feitor de Ormuz, datada de 25 de Março de 1546, este informa que Castro lhe solicitara que escrevesse «[...] aquelas cousas que me parecer serviço del rey noso senhor e o asy farey quando as souber e entender, deixo tudo pera Setembro porque ate então poderey saber mais desta terra»<sup>359</sup>. Tais informações podem bem ser os textos XX, sobre a produção de enxofre no Golfo Pérsico (elemento imprescindível para a produção de pólvora) e escrito enquanto exercia na feitoria; e XIII, sobre o rendimento da própria fortaleza de Ormuz, documento terminado em 1548, já em Goa. Já o texto XV, sobre diversas distâncias relativas à fortaleza, cidade e baluarte do mar de Diu, não duvidamos da sua datação pois remete-nos para o segundo cerco, podendo ter sido escrito pelo capitão da fortaleza, D. João de Mascarenhas ou por Sebastião Coelho, enviado para lá e autor de várias cartas descritivas do cerco, como veremos<sup>360</sup>.

A identificação do compilador do código é um assunto que merece um estudo mais aprofundado, mas parece-nos que abonamos suficientemente para demonstrar o interesse de D. João de Castro em reunir material que lhe facilitasse a sua tarefa governativa<sup>361</sup>. A muita correspondência que subsiste para este período confirma esta constante preocupação em manter-se informado. Os primeiros meses de governança foram, sem

---

<sup>358</sup> Veja-se a breve definição em Humberto Leitão e J. Vicente Lopes – *Dicionário de Linguagem de Marinha Antiga e Actual*. Lisboa: Edições Culturais da Marinha, 1990, 3.<sup>a</sup> edição, p. 375.

<sup>359</sup> ANTT/Cartas-Ormuz, fl. 80v.

<sup>360</sup> Note-se que a medida para a ponte que os Guzerates construíram é sensivelmente a mesma que a dada pelo próprio Castro a D. João III – *Livro que trata das cousas da Índia e do Japão*, pp. 75-76 e *OCDJC*, III, pp. 306-307.

<sup>361</sup> Tal argumento parece-nos sólido, tendo em conta que Castro apenas estivera na Ásia em 1538-1542. O próprio Almeida Calado indica que Garcia de Sá já operava no “Estado da Índia” a partir de 1518 e que «não precisava esclarecer-se ou informar-se sobre as coisas do Oriente», explicando a compilação por ser «pessoa metódica» (p. 12) – justificação que nos parece ter pouco sustento documental. Optámos por aqui mencionar apenas alguns textos do *Livro*, mas possuímos outras referências documentais que nos permitem ligá-lo ao governo de D. João de Castro, assunto que esperamos desenvolver no futuro.

sombra de dúvida, de adaptação a uma estrutura pesada como era o “Estado da Índia”, com organização e manutenção de dezenas de fortes, para lá da questão comercial.

As questões que aqui levantámos parecem-nos ser aquelas que definiram os tempos iniciais do mandato. Para além destas, Castro cumpriu os restantes serviços inerentes ao cargo, como a nomeação de novos oficiais (59 nos primeiros seis meses de governação, conforme veremos), o provimento dos navios para o Reino (em conjugação com o vedor da Fazenda) ou o envio de uma armada para a embocadura do Mar Vermelho, como era já hábito, tentando impedir o comércio que por aí passava e procurando obter notícias sobre uma possível armada otomana – uma questão sempre presente nesta época.

No entanto, os problemas que o novo governador enfrentou no final de 1545 e no início de 1546 serviram apenas de prelúdio para o momento de crise que se antevia e que se concretizou num dos mais famosos cercos a uma fortaleza portuguesa na Ásia.

#### **4.3. 1546: o ano do cerco de Diu<sup>362</sup>**

Poucos foram os eventos que marcaram tão fortemente um governo ou vice-reinado como o segundo cerco de Diu. A resistência portuguesa contra os forças guzerates teve um impacto tão extraordinário na historiografia e na literatura da época que a maior parte das referências à vida e ao governo de Castro se centram unicamente neste feito de armas. No que toca à política governativa aqui em estudo, há um antes e um depois do cerco, como tentaremos mostrar.

A derrota da coligação otomana e guzerate no cerco de 1538 a Diu mostrara a dificuldade em expulsar os portugueses de um local bem apetrechado e preparado para resistir ao assédio. O falhanço demonstrava ainda que era necessário mais do que um ataque terrestre com uma força numérica superior. O planeamento logístico era central, incluindo uma estratégia de longo alcance e melhor preparação para conseguir derrotar os portugueses naquele local.

Neste sentido, Khwaja Safar, capitão do Guzerate, mercador e senhor de Surrate<sup>363</sup>, terá começado a planear a expulsão dos portugueses em Diu, logo após a

---

<sup>362</sup> Seguimos de perto, actualizando sempre que possível com novos dados, a nossa dissertação de mestrado: Roger Lee de Jesus – *O Segundo Cerco de Diu (1546)*..., cit.

<sup>363</sup> Khwaja Safar al-Salmani (nome pelo qual o passaremos a referir – mas mencionado, em alguns estudos como Hoja ou Hawga Safar Salman, não esquecendo que surge nas fontes portuguesas como Coge Sofar ou Çafar) é uma das figuras mais interessantes nas relações portuguesas com o Sultanato do Guzerate. De origem europeia (muito provavelmente albanês), Safar iniciou a sua carreira nas Guerras de Itália, tendo estabelecido uma rede comercial no Mar Vermelho; daí ligou-se ao Império Otomano, através do almirante Salman Reis, passando depois para o Guzerate por volta de 1531; destacou-se então nas campanhas contra o avanço Mogol, ao serviço do sultão Bahadur Shah, onde recebeu diversos títulos (como o de Khudawand

derrota do primeiro cerco. Leonardo Nunes, uma das mais importantes testemunhas e cronista deste cerco, informa-nos que a preparação logística durava há cerca de sete a oito anos<sup>364</sup>. As diligências de Safar são-nos confirmadas em 1540, numa carta de Vasco da Cunha a D. João III, onde menciona a construção de uma fortaleza em Surrate a mando deste capitão do Sultão, chamando a atenção para a fundição de muita artilharia, que não serviria só para a defesa desse dispositivo militar<sup>365</sup>. Para além do armamento, a logística da operação envolveu a contratação de um elevado número de tropas mercenárias, na sua maioria da Península Arábica, bem como o envolvimento de tropas guzerates, cedidas e pagas pelo Sultão, como é confirmado pela *Crónica Árabe do Guzerate*<sup>366</sup>. Por sua vez, António de Sotomaior, capitão da armada do Estreito, informava Castro do apresamento de diversos navios de Khwaja Safar, carregados de materiais para a guerra e com um número considerável de mercenários turcos<sup>367</sup>.

Entretanto, a tensão crescente em Diu era revelada pelo capitão, D. João de Mascarenhas, em carta de 29 de Novembro de 1545 ao próprio monarca, antevendo que um cerco se desse no Inverno tropical, isto é, quando ocorresse a monção<sup>368</sup>. Desconfiando de tal perigo, D. João de Castro ordenara o envio, por volta do final de Março de 1546, de uma caravela comandada por Gregório de Vasconcelos com cem *lascarins* (soldados mestiços, cuja definição explicitaremos no capítulo 5), pólvora, vigas e cairo<sup>369</sup>. Tudo isto se desenrolou enquanto o próprio Safar reunia informação sobre Diu, cidade e fortaleza, e sobre o sistema defensivo português, através quer de espões próprios, quer da colaboração de alguns portugueses<sup>370</sup>.

---

Khan) tendo estado presente no seu trágico fim, no confuso episódio da sua morte, ao largo de Diu, em 1537; esteve envolvido no primeiro cerco de Diu, donde sobreviveu e continuou a actuar em vastas redes do Índico, utilizando os seus contactos otomanos. Sobre este homem cf. K.S. Mathew – «Khwaja Safar and the Indo-Portuguese Trade» in *Portuguese and the Sultanate of Gujarat. Delhi: Mittal Publications, 1986*, pp. 41-53; Dejanirah Couto – «Rûmî networks in India: a snapshot on the second siege of Diu (1546)» in Dejanirah Couto, Feza Gunergun e Maria Pia Pedani (eds.) – *Seapower, Technology and Trade. Studies in Turkish Maritime History*. Istanbul: Piri Reis University Publications, 2014, pp. 104-108, e Giancarlo Casale – *The Ottoman Age of Exploration*. Oxford: Oxford University Press, 2010, pp. 54-55.

<sup>364</sup> *Hist. Quinhentista*, p. 7 e *CJDC*, p. 21.

<sup>365</sup> ANTT/CC-1-66-100, fl. 1r. A construção do forte de Surrate neste período é atestada por diversas crónicas árabes e persas sobre o Guzerate. Sobre este assunto veja-se o artigo de Sanjay Subrahmanyam – «The Hidden Face of Surat: Reflections on a Cosmopolitan Indian Ocean Centre, 1540-1750», *Journal of the Economic and Social History of the Orient*, 61, 2018, pp. 212-214

<sup>366</sup> *Arabic History of Gujarat*, vol. 1, p. 231-232.

<sup>367</sup> *OCDJC*, III, p. 288.

<sup>368</sup> Luís de Albuquerque – «Um documento relacionado com o segundo cerco de Dio» in *Estudos de História*, vol. V. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1977, p. 221.

<sup>369</sup> *OCDJC*, III, p. 292.

<sup>370</sup> Cf. Roger Lee de Jesus – *O Segundo Cerco de Diu...*, cit, p. 38.

A operação guzerate orientou-se ainda à volta de dois vectores fundamentais: a questão climática<sup>371</sup> e a tentativa de uma coligação de potentados indianos antiportugueses. A primeira questão é facilmente compreensível, já que a mobilidade naval dos portugueses estava dependente de factores externos, isto é, da própria navegabilidade do oceano Índico. Era, portanto, natural que a melhor altura para cercar Diu fosse no chamado Inverno tropical (de Abril-Maio a Agosto-Setembro), época em que as monções comprometiam as navegações de Sul para Norte, ao longo da costa indiana, como o próprio Leonardo Nunes testemunha<sup>372</sup>. O cerco guzerate devia projectar-se para o «rabo do Verão»<sup>373</sup>, início do Inverno, acreditando Khwaja Safar que a fortaleza podia cair antes de Setembro, mês em que os portugueses chegavam com relativa facilidade à fortaleza<sup>374</sup>. Além da questão de deslocação de efectivos portugueses, este tempo dificultaria a utilização de armamento pirobalístico, pois o regime de monções, influenciava consideravelmente os combates. Não apenas dificultava ou facilitava a defesa portuguesa pelo sentido do vento, soprando, por exemplo, de Oeste para Este e empurrando os fumos e as explosões a favor dos guzerates, mas determinava o uso de armas de fogo, sobretudo no que concerne à pólvora quanto à humidade e à pluviosidade, como é referido nalgumas descrições da época<sup>375</sup>.

O segundo ponto tem de ser analisado numa política mais vasta para o subcontinente indiano. As forças guzerates entenderam que era necessário enfraquecer os portugueses através de diversas frentes de combate ao “Estado da Índia”, evitando a concentração de todos os recursos militares portugueses em Diu. Notemos que esta era uma estratégia já utilizada pelo “Estado da Índia” para fomentar estas guerras internas, de forma a enfraquecer um inimigo comum. A documentação da época dá-nos conta do envio de um conjunto alargado de embaixadas a diversos potentados vizinhos, incitando à revolta contra os portugueses e ao ataque às diversas fortalezas da costa indiana<sup>376</sup>. É o

---

<sup>371</sup> John Keegan chamava a isto um factor de operacionalidade permanente – *Uma história da guerra*. Lisboa: Tinta da China, 2009, pp. 95 e 108.

<sup>372</sup> *CJDC*, pp. 31-32.

<sup>373</sup> *Ibidem*.

<sup>374</sup> *Ibidem*. O próprio Mascarenhas apercebera-se, como vimos, deste plano, e confirmava-o posteriormente, no seu relato do cerco publicado por José Manuel Garcia e Maria João Quintans – «O segundo cerco de Diu visto por D. João Mascarenhas: uma carta e seu contexto historiográfico», *Mare Liberum*, nº 5, Julho de 1993, p. 142, «[...] deyxavão passar o verão pera no cabo dele porem ho cerco a tempo que me não podesse vyr socorro».

<sup>375</sup> Quanto ao problema do vento, veja-se *Hist. Quinhentista*, p. 44, pp. 44, 55; sobre a chuva – *Ibidem*, p. 71 e *Lendas*, IV, p. 505.

<sup>376</sup> Veja-se as páginas dedicadas a esta estratégia no estudo de João Marinho dos Santos – *A Guerra e as Guerras...*, pp. 289-292.

caso das notícias que o Governador recebera de locais como Cananor, Chaul, Baçaim e até de Goa. Em carta a D. João III, Castro salientava que estas movimentações «[...] fizeram grande aballo em todos estes Reis e Senhores, e estiveram muito perto de desfechar»<sup>377</sup>. Chegou-nos até hoje uma dessas cartas, a destinada ao Samorim de Calecute, através da rede de informadores do capitão de Cananor, Manuel de Vasconcelos<sup>378</sup>. Salienta-se o discurso apologético, demonstrando a justeza da guerra movida pelo Guzerate, tendo em conta a implantação portuguesa contra o anterior sistema comercial dominado pelos mercadores locais e, posteriormente, apresentando a força do sultanato e a movimentação dos seus efectivos militares. Exagerava ainda a sua posição, dando a crer que tinha o apoio já garantido dos outros senhores do Decão, e que o “Estado da Índia” se viria atacado também em Chaul e Goa<sup>379</sup>. Ora, as fontes indiciam que nesse momento as outras embaixadas a essas terras ainda se encontravam a tentar convencer os senhores locais. Rematava a carta, pedindo que entrasse em guerra com os portugueses porque «de todas partes lhe demos trabalho e lhe alevantemos a guerra e espero por tempo que os reis de todas partes lhe dem guerra e faremos polos botar fora e isto ponho logu em obra»<sup>380</sup>.

Apesar deste investimento diplomático, o plano falhou, não tendo nenhum potentado local seguido o pedido do Sultão do Guzerate, preferindo aguardar para ver o desfecho do cerco de Diu<sup>381</sup>. Efectivamente, a correspondência dos capitães de Chaul e Baçaim apresenta, sobretudo a partir de Abril de 1546, um clima de tensão e de pressão por parte das forças locais, que apresentavam já um certo grau de preparação para a guerra, mas que nunca chegou a passar disso<sup>382</sup>.

Por seu lado, D. João de Castro utilizou também a diplomacia para tentar aliviar a pressão em Diu. Durante o cerco, acalentou uma aliança com o “rei dos Patanes”, isto é, Islam Shah Suri, sultão do efémero Império Sur que derrotou os Mogóis em 1540 e que se instalou em Delhi até 1555. D. João de Castro enviou mensageiros secretos a Shah

---

<sup>377</sup> *OCDJC*, III, p. 294.

<sup>378</sup> *CSL*, 3, pp. 122-124. Não temos motivos para pôr em causa a sua veracidade, tendo em conta que os canais portugueses de informadores funcionavam relativamente bem. Leonardo Nunes teve acesso a esta carta, que copiou fielmente nas suas crónicas: *Hist. Quinhentista*, pp. 98,99 e *CDJC*, pp. 24-25.

<sup>379</sup> *CDJC*, p. 123.

<sup>380</sup> *Ibidem*, p. 124.

<sup>381</sup> *CDJC*, p. 26. O ataque a Goa pelas forças do Sultão de Bijapur, em Outubro, não deve ser entendido como parte deste plano, mas apenas como simples aproveitamento da partida do Governador da capital do “Estado da Índia”

<sup>382</sup> Cf. por exemplo, a carta de António de Sousa (capitão de Chaul) para D. João de Castro, de 19-VII-1546, *CSL*, 3, pp. 250-252, e de D. Jerónimo de Noronha (capitão de Baçaim) para D. Álvaro de Castro de 15 de Abril do mesmo ano, *CSL*, 3, pp. 121,122.

Suri, incentivando-o a atacar o Guzerate, para cortar o abastecimento às forças sitiadas. O sultão acolheu a proposta portuguesa, mas nunca chegou a firmar um tratado contra Mahmud Shah do Guzerate. Depois de várias correspondências, a aliança não se concretizou e o “Estado da Índia” atacou repetidamente, mas sem aliados, a costa de Cambaia<sup>383</sup>.

Antes de entrar em Diu, em Abril de 1546, Safar enviou algumas centenas de homens para iniciarem, discretamente, os preparativos para o cerco<sup>384</sup>. As tropas iam sendo reforçadas de forma gradual, entrando várias centenas por dia. A chegada do capitão do Guzerate deu-se a 18 desse mês, acompanhado de cerca de cinco mil homens<sup>385</sup>. Neste tempo, segundo Nunes, já estavam cerca de vinte mil soldados na cidade, aguardando o início do cerco, número certamente exagerado<sup>386</sup>. Junto com os homens de armas, encontramos um conjunto considerável de trabalhadores, avaliado pelo mesmo cronista em trinta a quarenta mil homens<sup>387</sup>. Descontando o exagero natural dos registos desta natureza, acreditamos que o número de trabalhadores seria realmente superior ao dos soldados, tendo em conta a forte necessidade de entulhar a cava, erguer uma muralha frente à fortaleza portuguesa e até para abrir as minas.

As forças aí reunidas são dificilmente contabilizadas. A análise deste tema passa pela crivagem de diversas informações, lidando com fontes que ampliaram os factos para engrandecer a importância e a dimensão do feito. Tal distorção das fontes surge quer nas portuguesas, quer nas crónicas árabes e indianas. Os números aqui apresentados não podem ser totalmente credíveis. Servirão, na melhor das hipóteses, para se compreender a desproporção das forças existentes.

O interesse guzerate no cerco era sobretudo económico, ao procurar eliminar a tentativa de controlo do comércio daquela região por parte dos portugueses<sup>388</sup>. Assim se

---

<sup>383</sup> O caso (incluindo as cartas) é narrado em C.D.J.C., pp. 58-79 e detalhadamente analisado por Jorge Flores – *Nas Margens do Hindustão. O Estado da Índia e a expansão mogol ca. 1570-1640*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015, pp. 68-77. Aproveitamos aqui para corrigir o erro existente na nossa tese de mestrado, onde identificámos erradamente o potentado aqui em causa.

<sup>384</sup> Cf. *Hist. Quinhentista*, p. 13 e José Manuel Garcia e Maria João Quintans – «*O segundo cerco de Diu...*», cit., p. 143.

<sup>385</sup> *CDJC*, p. 39. Mascarenhas coloca a sua entrada com apenas 500 homens (José Manuel Garcia e Maria João Quintans – «*O segundo cerco de Diu...*», cit., p. 143), tal como Nunes na sua primeira crónica (*Hist. Quinhentista*, p. 13). Parece-nos, no entanto, que terão confundido com a entrada anterior de um seu capitão pois este número que apresenta coincide aproximadamente com o número de homens que a *Crónica Árabe do Guzerate* indica terem cercado Diu – *Arabic History of Gujarat*, vol. 1, p. 232.

<sup>386</sup> Cf. *CDJC*, p. 39.

<sup>387</sup> Números dados no *Hist. Quinhentista*, p. 13, e *CDJC*, p. 39-40.

<sup>388</sup> Motivos também dados na *Arabic History of Gujarat*, vol. 1, pp. 231-232. Sobre uma breve leitura do cerco e da sua relação com o avanço otomano para o Índico, cf. Giancarlo Casale – *The Ottoman Age of Exploration*, cit., pp. 75-77.



compreendem as reivindicações feitas por Khwaja Safar (que representam também, em parte, os interesses da comunidade rûmî ou turca do Guzerate<sup>389</sup>), quando da sua chegada: para além da construção imediata da parede (muralha) prevista no contrato de 1539, que delimitaria a fortaleza da própria cidade de Diu, exigia que as embarcações locais não fossem obrigadas a pagar os direitos aduaneiros ou os *cartazes*<sup>390</sup>.

Negadas todas estas condições por Mascarenhas, o cerco iniciava-se com a instalação de um arraial frente à principal muralha da fortaleza, virada para a própria cidade de Diu. Como já tivemos oportunidade de referir, vastos contingentes de mercenários foram contratados por Safar<sup>391</sup>, juntando veteranos de outras guerras, uma prática comum para a época e para diversos sultanatos e reinos locais<sup>392</sup>. É o caso de homens que participaram no cerco otomano de Rodes de 1522<sup>393</sup>, e de cinco engenheiros recrutados por Khwaja Safar em Constantinopla, pagos avultadamente<sup>394</sup>. A preparação desta operação militar, bem como o número de efectivos presentes, revela-nos bem a importância dada pelo sultanato do Guzerate à reconquista de Diu.

Iniciado o cerco, os reforços de efectivos nas forças sitiadas foram uma constante (tal como no lado português). Não apenas de mercenários, contratados para chegarem em tempos específicos, como também de forças enviadas pelo próprio sultão. A título de exemplo, veja-se o caso de quatro mil homens remetidos pelo sultão, após a morte de Khwaja Safar, em finais de Junho<sup>395</sup>, ou o de doze mil guzerates, comandados por Mojarecão, um dos principais capitães do Guzerate<sup>396</sup>, recebidos em Diu nos inícios de Julho<sup>397</sup>.

Parece-nos que o grosso das forças sitiadas poderia ser composto por cerca de dez a vinte mil homens, espalhados pelo arraial Guzerate e pela cidade. Esta última distinção é fundamental, pois avaliamos que na frente da acção (ou seja, no arraial propriamente dito) mantiveram-se sensivelmente, durante todo o cerco, entre três a seis

---

<sup>389</sup> Cf. Dejanirah Couto – «Rûmî networks...», cit., pp. 104, 108 e 114.

<sup>390</sup> José Manuel Garcia e Maria João Quintans – «O segundo cerco de Diu...», cit., p. 144.

<sup>391</sup> *Arabic History of Gujarat*, vol. 1, p. 231-232.

<sup>392</sup> Cf. Jagadish Narayan Sarkar – *The Art of War in Medieval India*. New Delhi: Munshiram Manoharlal, 1984. p. 142.

<sup>393</sup> Carta de Miguel Rodrigues a D. João III, de 24 de Novembro de 1546 em *Hist. Quinhentista*, p. 233.

<sup>394</sup> Trezentos cruzados por mês a cada um, cf. *OCDJC*, III, p. 303.

<sup>395</sup> *Lendas*, IV, p. 482.

<sup>396</sup> Trata-se certamente de Mujahid Khan, emir de Saltanat, mencionado na *Arabic History of Gujarat*, vol. 1, p. 232 e vol. II, p. 1005.

<sup>397</sup> José Manuel Garcia e Maria João Quintans – «O segundo cerco de Diu...», cit., p. 147.

mil homens<sup>398</sup>. Retenhamos que uma operação desta natureza requeria uma linha de comando bem desenvolvida, impossível de manter com um número de soldados muito elevado; por sua vez, a própria geografia da cidade impedia a presença e a participação de um número superior de soldados e de trabalhadores: a frente da fortaleza de Diu não chega aos 400 metros, configurando um estreito campo de acção. A necessidade de reforçar e revezar os homens de armas explica a existência de um número superior de homens na cidade, prontos a serem dispostos no terreno.

Os números portugueses ao longo de todo o cerco são consideravelmente mais baixos que os dos sitiados. O assédio inicia-se com cerca de duzentos homens comandados por Mascarenhas<sup>399</sup>, subindo, com a chegada de D. Fernando de Castro, filho mais novo do Governador, no final de Abril, trazendo cerca de trezentos reforços (na maioria espingardeiros), incluindo os homens da armada de Gregório de Vasconcelos, enviada anteriormente<sup>400</sup>. Contavam-se cerca de 450 homens no forte<sup>401</sup>. O escasso número era compensado por esta variabilidade entre a crescente mortandade e a chegada de novos indivíduos (de Goa, Chaul e Baçaim), pautando assim os longos meses de cerco.

Uma nova armada foi enviada a partir de Goa, em finais de Julho, comandada por D. Álvaro de Castro, chegando apenas em fins de Agosto devido ao clima adverso. A crer nas palavras do capitão de Diu, este não tinha mais que oitenta soldados sob o seu comando quando o filho mais velho de Castro chegou<sup>402</sup>. A chegada desta armada veio reforçar a guarnição com cerca de quatrocentos novos homens<sup>403</sup>. Com este novo contingente e a consequente estabilização do número de soldados, denotamos a entrada na fase final do cerco, só possível graças ao fim da época de monções.

Outra frota seria enviada já em Setembro, composta por sete caravelas, antes da grande armada capitaneada pelo próprio Governador, com cerca de 25 fustas e catures e 3 galeões, reforçada ao longo da jornada, acumulando cerca de 1400 a 1500 soldados.

---

<sup>398</sup> Veja-se o debate sobre os números na nossa tese de mestrado *O Segundo Cerco de Diu...*, cit., pp. 44-45.

<sup>399</sup> Carta ao Governador de 8 de Abril, *Hist. Quinhentista*, p. 145; D. João de Mascarenhas repetia esta mesma informação em carta mais curta a D. Álvaro, datada do mesmo dia – *Ibidem*, p. 143. Os diversos relatos confirmam estes números – veja-se as cartas anteriores a D. Álvaro, ao Governador, e ao infante D. Luís, (José Manuel Garcia e Maria João Quintans – «*O segundo cerco de Diu...*», cit., p. 143). Leonardo Nunes fala-nos em 170 homens de armas – *Hist. Quinhentista*, p. 12 e *CDJC.*, p. 32

<sup>400</sup> Veja-se o número apontado por Castro na sua *OCDJC*, III, p. 292.

<sup>401</sup> *CDJC*, pp. 45-46.

<sup>402</sup> Carta ao Governador de 28 de Agosto, *Hist. Quinhentista*, p. 161.

<sup>403</sup> *Ibidem*.

Quanto à presença dos sitiante no local, estes construíram o seu arraial a aproximadamente duzentos metros da fortaleza portuguesa<sup>404</sup>, cobrindo os quase 300 metros de comprimento da muralha portuguesa virada para a cidade de Diu. A muralha guzerate, construída a partir do arraial, servia de dispositivo de defesa contra algum contra-ataque português e iniciava uma série de ruelas cobertas e de trincheiras labirínticas em direcção ao fosso<sup>405</sup>. Este sistema poderá ter sido aplicado pelos engenheiros otomanos contratados, já referidos, demonstrando bem a importância destes estrangeiros na arte militar asiática. Veja-se, por exemplo, que tal técnica fora usada nos dois cercos de Rodes (1480 e 1522)<sup>406</sup>. Sebastião Coelho afirmava ao Governador que o avanço desta parede até ao fosso (operação que durou dois meses) tinha sido feito «[...] tão em ordem e tão guardado ate serem junto da nosa cava que nunca franceses nem ytaleanos tal ordem trouxeram»<sup>407</sup>. O próprio Mascarenhas afirmava que «eu fazia-lhe comta a gusarates e eles cercarão me como françeces»<sup>408</sup>.

Apesar do seu carácter provisório, o arraial sitiante possuía todas as condições, albergando não apenas os soldados e trabalhadores, mas também todo o armamento e material necessário para o assédio. Esta última informação é-nos confirmada pela existência de instrumentos adequados ao fabrico da pólvora, como uma «sertã d'emxugar salitre», uma colher «descumar salitre» e tachos de cobre para fazer «crivos para a polvora»<sup>409</sup>.

Do lado português, a defesa da fortaleza centrou-se à volta da distribuição de soldados para cada baluarte, sendo cada um destes entregues a um capitão. Mascarenhas terá seguido um conjunto de indicações que Castro lhe enviara, denominadas «Lembranças que faço a Vosa Merçe, as quoaes se pratuão o dia doje em Italya, França que são as partes do mundo homde ha arte de guerra estaa mais apurada»<sup>410</sup>, versando os

---

<sup>404</sup> Diogo do Couto indica-nos que terá sido construída a um tiro de besta – *Ásia (Couto)*, d. VI, l. I, c. IX, p. 70.

<sup>405</sup> Os testemunhos são bem expressivos quanto a esta forma: O Governador menciona «ruas cobertas e trincheiras e labirinto de paredes, que era couza estranha e muito para notar» (*OCDJC*, III, p. 302) e Diogo do Couto refere uma «fabrica de ruas, travessas, e encruzilhadas, que parecia hum labyrintho de Creta» (*Ásia (Couto)*, d. VI, l. I, c. IX, p. 70).

<sup>406</sup> Robert Douglas Smith e Kelly DeVries – *Rhodes Besieged. A New History*. Stroud: The History Press, 2011, pp. 58 e 114.

<sup>407</sup> Carta de 1 de Julho, *Hist. Quinhentista*, p. 187.

<sup>408</sup> Carta de 2 de Julho, *Ibidem*, p. 155

<sup>409</sup> Estes dados podem ser encontrados no documento de assento da artilharia tomada pelos portugueses após a derrota das forças guzerates (datado de Abril de 1547) arquivado na Biblioteca da Ajuda e publicado parcialmente por António Baião e sobre o qual nos voltaremos a debruçar adiante: *Hist. Quinhentista*, pp. 334-336

<sup>410</sup> Original no ANTT/CSL, 4, fl. 243-246v, publicado nas *OCDJC*, III, pp. 159-162.

mais diversos assuntos respeitantes à poliorcética, como a organização dos soldados, a disposição da artilharia e o uso adequado da pólvora. Revela assim um conhecimento actualizado quanto às novas formas que a guerra assumia neste tempo<sup>411</sup>.

Seja-nos agora permitido reconstituir as diversas fases do cerco na generalidade, permitindo compreender o crescente perigo da operação guzerate e a delicada posição portuguesa do “Estado da Índia”.

O primeiro movimento guzerate, depois do início dos trabalhos de construção da sua muralha frente à fortaleza portuguesa, foi o de tentar conquistar o baluarte do mar, dispositivo central no controlo do canal de Diu. Este fora construído nos finais do século XV/ inícios do XVI para controlar o tráfico comercial que entrava e saía da cidade. A obra foi da responsabilidade do famoso Malik Ayaz, governador guzerate da cidade que tratou com D. Francisco de Almeida e Afonso de Albuquerque. Localizado a norte da fortaleza, o seu espaço de actuação era considerável pois controlava toda a cidade e a própria fortaleza. Com a manutenção de um pequeno contingente português, impedia a entrada de quaisquer forças navais pelo canal, vigiava a movimentação das forças sitiadas e defendia o próprio forte através das peças de artilharia.

Ora, a opção de Khwaja Safar não era só inspirada por simples necessidade estratégica, mas sobretudo pela sua própria experiência adquirida no primeiro cerco de 1538<sup>412</sup>. Oito anos antes os otomanos tentaram tomar a Vila dos Rumes (localidade onde estava um pequeno forte português, do outro lado do rio, em terra firme), com o incêndio de um navio colocado perto do edifício e com o objectivo de desalojar os portugueses pelo fumo causado. Já em 1546, Sofar tratou de robustecer uma nau de Meca<sup>413</sup> presente na cidade, reforçando a sua estrutura, aumentando os seus castelos e enchendo-a de bombas e outro material explosivo<sup>414</sup>. Pretendia encostar a embarcação ao baluarte e rebentá-lo para aumentar a intensidade do assédio e bombardear a fortaleza que se encontraria debilitada pela falta desta estrutura de apoio<sup>415</sup>.

---

<sup>411</sup> Veja-se a nossa análise em *O Segundo Cerco de Diu...*, cit., pp. 76-80. Voltaremos a este documento adiante.

<sup>412</sup> *Ásia (Couto)*, d. VI, l. I, c. VIII, p. 64.

<sup>413</sup> Como assinalou José Virgílio Pissarra, as fontes portuguesas denominam de “nau de meca” qualquer veleiro oceânico que protagonizava as rotas de longa distância no Índico, incluindo as das especiarias – «Navios Orientais», in Domingues, Francisco Contente (ed.) – *História da Marinha Portuguesa. Navios, marinheiros e arte de navegar, 1500–1668*. Lisbon, Academia de Marinha, 2012, pp. 132-133.

<sup>414</sup> *Hist. Quinhentista*, p. 18.

<sup>415</sup> O caso é narrado por praticamente todas as fontes. Veja-se, por exemplo: José Manuel Garcia e Maria João Quintans – *O segundo cerco de Diu...*, cit., p. 144 e *Lendas*, IV, pp. 469-470.

A tática aqui utilizada também necessita de ser relacionada com a presença de veteranos otomanos e os já mencionados engenheiros contratados. A escolha por atacar um primeiro ponto fora da muralha principal é uma decisão que pode ser detectado desde o cerco de Constantinopla de 1453 aos dois cercos de Rodas<sup>416</sup>. Neste último caso, o ataque à torre de baluarte de São Nicolau, elemento essencial para a protecção da cidade dos Hospitalários e para o controlo da entrada de navios na barra, traz semelhanças com o caso de Diu. Todavia, o plano guzerate falhou na totalidade. Informado deste estratagem por um *língua* capturado<sup>417</sup>, D. João Mascarenhas conseguiu obter informação prévia sobre a manobra e enviou dois catures que, sob intenso fogo inimigo, conseguiram cortar as amarras da embarcação, colocar a nau entre o forte e o baluarte do mar e incendiá-la, dando por terminado o artifício planeado. Gorado este projecto, em nenhum outro momento do cerco os sitiantes procuraram conquistar aquele forte do mar, talvez desanimados pelo falhanço, mas certamente concentrados em atacar a muralha da fortaleza portuguesa<sup>418</sup>.

O avanço guzerate em direcção à fortaleza viu-se atrasado pela existência de um fosso seco. Após as múltiplas obras que permitiram aos sitiantes chegar perto deste sistema defensivo, apenas em Junho<sup>419</sup>, iniciou-se então o enchimento do fosso com todo o tipo de entulho, recorrendo a caniros de madeira cobertos de vigas e ramos verdes (de forma a não serem incendiados por flechas de fogo ou artilharia), virados para a cava, despejando dia e noite terra, pedras e ramagem<sup>420</sup>. Seria durante este processo, a 24 de Julho, que Khwaja Safar acabaria por perder a vida através de um tiro perdido de um camelete, disparado de uma das torres portuguesas, que lhe terá levado a cabeça e a mão direita<sup>421</sup>. Note-se que este episódio surge nas fontes portuguesas e em múltiplas crónicas locais, mostrando bem o impacto que esta morte provocou e a imagem que se fixou<sup>422</sup>. O comando passou para o seu filho Muharram, intitulado Rûmî Khân (Rumecão nas fontes

---

<sup>416</sup> Veja-se as referências e a análise em Robert Douglas Smith e Kelly DeVries – *Rhodes Besieged...*, cit., p. 124.

<sup>417</sup> Carta de Mascarenhas a Castro, *Hist. Quinhentista*, p. 152.

<sup>418</sup> *Hist. Quinhentista*, p. 18.

<sup>419</sup> 59 dias, segundo o próprio Mascarenhas – José Manuel Garcia e Maria João Quintans – «*O segundo cerco de Diu...*», cit., p. 145 e *Hist. Quinhentista*, p. 30.

<sup>420</sup> Cf. José Manuel Garcia e Maria João Quintans – *Ob. cit.*, pp. 145-146; *Hist. Quinhentista*, p. 31.

<sup>421</sup> José Manuel Garcia e Maria João Quintans – *Ob. cit.*, p. 146 e *Hist. Quinhentista*, p. 32-33.

<sup>422</sup> *Arabic History of Gujarat*, vol. 1, p. 233 e R.B. Serjeant – *The Portuguese off...*, cit., p. 106.

portuguesas), e a operação continuou depois de alguns dias de luto e de indecisão quanto à manutenção do cerco e à sua chefia<sup>423</sup>.

O enchimento da cava durou menos de um mês e pode ser melhor entendido se olharmos actualmente para a fortaleza de Diu. Uma análise ao local, como tivemos oportunidade de fazer em Fevereiro de 2013, permite-nos afirmar que o actual fosso interno, entre a frente abaluartada construída em 1546-1547 e a muralha original, corresponde aproximadamente àquele que foi cheio. Tal só é possível porque o actual fosso é escavado na própria rocha (como se vê na fotografia seguinte), não deixando margem de dúvida para o facto de que o anterior não poderia ter uma dimensão maior do que aquele, excepto em profundidade. Assim, concluímos que este teria uma largura, em alguns locais, de cerca de 3 metros e noutros de apenas 1 metro<sup>424</sup>. Estas dimensões não devem ser entendidas como uma desvalorização deste sistema defensivo, comparado com outras estruturas maiores, mas sim com a possibilidade de um maior entendimento actual do cerco e da sua real dimensão.

### Fotografia 1 Fosso interno da fortaleza de Diu



<sup>423</sup> Carta de Gaspar de Sequeira a D. João de Castro, de 13 de Julho de 1546, *CSL*, 3, p. 151-152, *Hist. Quinhentista*, p. 34, C.D.J.C., p. 55-56 e a confirmação destes dados na *Arabic History of Gujarat*, vol. 1, p. 233.

<sup>424</sup> Os dados então recolhidos foram amplamente confirmados com os levantamentos de Nuno Lopes – *As estruturas fortificadas de Diu*. Évora: dissertação de mestrado apresentada ao Dep. de Arquitectura da Universidade de Évora, 2010, desenho 9, p. 48.

Para além do enchimento, os milhares de trabalhadores guzerates necessitaram de criar uma plataforma estável para permitir o avanço das tropas, construindo rampas de passagem com tábuas pregadas em mastros lançados para cima do entulho. Ao mesmo tempo, eram construídos muros cobertos, impedindo que o tabuado fosse incendiado a partir das muralhas da fortaleza. Estes eram chamados localmente de *sabats*, uma técnica muito utilizada nos cercos de Akbar e até representados em diversas ilustrações do famoso *Akbarnama*<sup>425</sup>. Todos estes momentos eram desafiados pelos portugueses que, através de artilharia, engenhos explosivos e incendiários, espingardaria ou outro método improvisado na hora, atrasavam o avanço e adiavam o inadiável<sup>426</sup>.

A chegada directa ao cimo das muralhas foi feita através de rampas de aproximação. Como as fontes atestam, o uso de escadas para chegar ao cimo das muralhas mostrou ser muito pontual; já o uso de torres de assalto não se verificou, apesar destas serem usadas na Ásia<sup>427</sup>. Os guzerates recorreram aos *pasheb*, montes de terra e pedra edificadas na base das muralhas, subindo em direcção ao topo destas, criando assim rampas de aproximação perpendiculares<sup>428</sup>. Esta técnica era já conhecida dos romanos com o nome de *agger*<sup>429</sup>, e mostrava ser uma solução prática e viável para assegurar a chegada rápida ao topo da muralha, evitando o uso de outro material de assalto que atrasasse a velocidade dos ataques.

A leitura das fontes portuguesas permite-nos identificar o primeiro combate a 19 de Julho. Este ter-se-ia iniciado ao final do dia, para dificultar a defesa tendo em conta que, pela orientação da fortaleza, o sol cegaria directamente os portugueses nesse momento. Este ataque foi rechaçado com relativa rapidez, surpreendendo os sitiados pois «acharam muita mais gente do que cuidavam»<sup>430</sup>. Um segundo ataque, de maior envergadura, ocorreu no dia 25. Além de visar um maior número de baluartes, conjugou também um ataque inesperado pelo lado do mar, isto é, escalando a muralha rochosa existente a Sul, fruto da própria configuração do terreno. Aproveitando a maré baixa, na

---

<sup>425</sup> Veja-se a descrição, seguinte as diversas fontes, de Pratyay Nath – *Mughal Warfare, 1495-1612: Modalities, Logistics and Geography*. New Delhi: Jawaharlal Nehru University, M.A. diss., 2010, p. 122 e o estudo mais antigo de Jagadish Sarkar – *The Art of War in Medieval India*, cit., p. 169.

<sup>426</sup> Veja-se uma descrição mais desenvolvida desta fase no nosso estudo *O Segundo Cerco de Diu...*, cit., pp. 58-60.

<sup>427</sup> Cf. Jagadish Sarkar – *The Art of War in Medieval India*, cit., p. 167-168.

<sup>428</sup> Veja-se as vívidas descrições de Gaspar Correia (*Lendas*, IV, p. 483) e de Leonardo Nunes (*Hist. Quinhentista*, p. 36).

<sup>429</sup> Descrita por Vegécio no seu compêndio: João Gouveia Monteiro e José Eduardo Braga (trad.) – *Vegécio. Compêndio da Arte Militar*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, p. 466. Agradecemos ao Prof. Doutor João Gouveia Monteiro esta referência comparativa.

<sup>430</sup> *Hist. Quinhentista*, p. 40.

madrugada desse dia um contingente de quase uma centena de homens conseguiu utilizar escadas para se infiltrar na fortaleza, acabando por ser detectado por uma mulher portuguesa e, depois de avisado Mascarenhas, rechaçado. Este ataque particular é referido em diversas crónicas locais, demonstrando que os sitiantes conseguiram entrar na fortaleza, mas por pouco tempo<sup>431</sup>. Nos dias seguintes, novos ataques se fizeram sentir, mas sem qualquer desfecho esperado para o lado guzerate. Os portugueses aproveitaram sempre a posição favorável de defensor para conseguir repelir continuamente as sucessivas vagas de combate.

Tal ineficácia levou ao início de profundas minagens a vários baluartes portugueses. O objectivo era o de aproveitar o poder destrutivo da pólvora para reduzir estes bastiões a ruínas, permitindo a abertura de uma brecha que fosse utilizada para a entrada de um maior número de forças sitiantes. Apesar de várias operações ao longo da muralha, apenas a do baluarte S. João se revelou eficiente. A 10 de Agosto, a mina veio a rebentar, destruindo completamente este bastião<sup>432</sup>. Cerca de 60 soldados portugueses perderam aí a vida, incluindo D. Fernando de Castro, filho mais novo do Governador. A *Crónica Árabe do Guzerate* fala-nos desta explosão e dá conta de, supostamente, 700 mortes portuguesas<sup>433</sup> – número que sabemos ser superior ao total de efectivos portugueses da fortaleza naquele momento. A mesma fonte transmite também a informação que, apesar deste sucesso, as forças sitiantes não conseguiram aproveitar a brecha aberta, pela falta de coragem do capitão guzerate ou até pela sua misericórdia para com os portugueses (o que poderá ser uma simples forma do cronista para justificar a oportunidade perdida)<sup>434</sup>. As fontes portuguesas falam-nos de uma feroz resistência, motivada pelo discurso miraculista e proselitista de um clérigo, acompanhado pela imediata construção de uma tranqueira provisória para reparar o dano feito à muralha.

A situação dos sitiados agravou-se ao longo desse mês de Agosto, sem qualquer tipo de reforço material ou humano e aguentando sucessivas minagens. O ponto de viragem dar-se-ia no final do mês, com a já mencionada chegada de D. Álvaro de Castro e algumas centenas de homens. No entanto, essa armada trouxe outro problema – a insubordinação dos soldados e a perda de poder do comando. Explicitemos: a entrada de novos homens de armas na fortaleza, sem qualquer ideia da dimensão real deste cerco,

---

<sup>431</sup> O estratagema é narrado nas seguintes fontes: *Arabic History of Gujarat*, vol. 1, pp. 233-234 e R.B. Serjeant – *The Portuguese off...*, cit., pp. 106-107.

<sup>432</sup> Veja-se a descrição deste episódio no nosso estudo: *O Segundo Cerco de Diu...*, cit., p. 65-67.

<sup>433</sup> *Arabic History of Gujarat*, vol. 1, p. 233.

<sup>434</sup> *Ibidem*.



levou-os a pressionar D. João de Mascarenhas para um ataque fora da fortaleza. Recusada a proposta, várias dezenas de soldados começaram a vociferar contra esta proibição, apoiados pelo vigário da fortaleza que não compreendia a questão militar, mas apenas a suposta superioridade religiosa portuguesa, ideologicamente suficiente para derrotar um inimigo muçulmano. Depois de uma série de manifestações, o capitão acabou por consentir a saída, realizada a 2 de Setembro, mas com efeitos desastrosos – morreu uma dezena de homens, incluindo os capitães D. Francisco de Menezes (irmão do capitão de Baçaim) e D. João de Almeida, somando-se mais de setenta feridos, nomeadamente o próprio D. Álvaro de Castro, atingido por uma pedra que lhe rachou o capacete e o deixou a convalescer<sup>435</sup>.

Depois desta ofensiva falhada, os sitiados mantiveram a sua posição, começando a receber mais reforços, já que a monção se encontrava no seu fim. A derradeira armada de socorro, capitaneada pelo próprio governador do “Estado da Índia”, partia de Goa a 20 de Setembro, com as já mencionadas 25 fustas e catures, 3 galeões e c. 1500 homens de armas. Parou em Baçaim, aguardando a chegada de mais navios e rumou a Diu já no final de Outubro, com 65 navios de remo e 12 naus e galeões, mantendo o número médio de homens. A frota fundeou frente a Diu no dia 7 de Novembro. Impedido de entrar directamente na fortaleza, devido à artilharia guzerate, Castro encetou uma manobra de diversão que passou por simular interesse por um desembarque na zona do chamado baluarte Diogo Lopes de Sequeira, um dispositivo militar existente no lado do mar, para defender um pequeno local de desembarque<sup>436</sup>. Três caravelas bombardearam o dito baluarte durante todo o dia 9, acompanhado de fortes tiros do fortim do mar para o arraial, distraíndo os guzerates para não se aperceberem da entrada dos reforços na fortaleza, durante a noite. Estavam dentro da fortaleza pouco mais de 2000 homens<sup>437</sup>.

Foi então decidido preparar um ataque surpresa na manhã seguinte. D. João de Castro justifica esta decisão com o facto de que a reputação da figura do Governador ficava manchada por ter estado numa situação de cerco mais do que um dia<sup>438</sup>. Porém, uma simples visita à fortaleza de Diu permite compreender a exiguidade do espaço e a impossibilidade de mais de dois mil homens ficarem confinados àquela área (que pouco

---

<sup>435</sup> José Manuel Garcia e Maria João Quintans – «*O segundo cerco de Diu...*», cit., p. 149. Este episódio foi tão marcante que até constava de algumas histórias contadas na corte: cf. José Hermano Saraiva (ed.) – *Ditos portugueses...*, cit., p. 262-263.

<sup>436</sup> cremos que se trata da actual pequena praia protegida pelo chamado *Baluarte dos Excomungados*.

<sup>437</sup> Sobre esta armada de socorro e a preparação da batalha, veja a descrição e respectivas fontes em Roger Lee de Jesus – *O Segundo Cerco de Diu...*, cit., pp. 127-129.

<sup>438</sup> *OCDJC*, III, p. 303.

ultrapassa os 20 mil metros quadrados, sem contar com as estruturas edificadas), quer por questões de abastecimento quer por questões de salubridade. Nova manobra de diversão foi organizada: um conjunto de 50 fustas desmastreadas simularia o desembarque no baluarte de Diogo Lopes, enquanto os diversos corpos portugueses sairiam pela fortaleza. Ludibriado já pelos bombardeamentos do dia anterior, Rûmî Khan deslocou a maioria das suas forças para essa zona, aliviando os contingentes colocados frente à muralha da fortaleza.

Ao raiar de dia 10 de Novembro, a iniciativa do combate partiu do lado português, após missa rezada e o sinal dado pelo rebentamento de três foguetes<sup>439</sup>. A tática portuguesa funcionou e apanhou os soldados guzerates desprevenidos pela retaguarda. A tentativa de reorganizar as forças do guzerate falhou e iniciou-se uma retirada desordenada pontuada por uma elevada mortandade e pelo domínio português da cidade<sup>440</sup>.

As crónicas árabes, tal como as portuguesas, exageram enormemente os números envolvidos. Uma delas chega a falar em trinta mil *firangis* – número impossível até de arregimentar no Reino<sup>441</sup>. Também não serão credíveis os supostos vinte mil sitiantes envolvidos na contenda. Sem outras fontes para confirmar estes dados, apontamos para um número mais baixo (talvez cinco mil) tendo parte dele fugido, sem entrar em combate. É caso de compararmos com Aljubarrota, em 1385, onde a maior parte das tropas castelhano-francesas não entrou sequer em combate<sup>442</sup>.

A vitória de D. João de Castro em Diu valeu-lhe imensas honras. No imediato, reforçou-lhe o prestígio face aos seus homens e fortaleceu a imagem do “Estado da Índia” enquanto potência militar. O longo relato do cerco aqui encetado visou proporcionar uma visão geral deste conturbado período, permitindo assim aferir agora a acção do Governador.

Uma das questões prementes é o plano esboçado por Castro ao saber do cerco. Recebendo a notícia do início da operação em Abril, e enviando logo uma armada de reforço comandada pelo seu filho mais novo, o Governador delineou um plano de ataque ao Guzerate como retaliação directa pelo cerco. A proposta era arrojada pois previa a

---

<sup>439</sup> Para a sua reconstituição da batalha cf o nosso estudo *O Segundo Cerco de Diu...*, cit., pp. 129-132.

<sup>440</sup> Confirmado nas diversas descrições portuguesas e em *Arabic History of Gujarat*, vol. 1, p. 237.

<sup>441</sup> *Ibidem*, p. 234 e 237.

<sup>442</sup> Entre vários estudos de João Gouveia Monteiro sobre Aljubarrota, remetemos apenas para «A Batalha de Aljubarrota. Novas Interpretações», *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 6, 2006, pp. 112-113.

conjugação de uma força naval e terrestre, isto é, a capitania de uma armada de fustas e de catures seria entregue ao filho mais velho, D. Álvaro de Castro, e ele próprio ficava responsável por reunir uma força de cavalaria em Baçaim<sup>443</sup>. Abrir-se-ia uma guerra em duas frentes, aliviando a pressão exercida em Diu e reequilibrando o balanço das forças em acção. Tal sugere-nos que o Governador avaliou erradamente o cerco e a própria capacidade militar do “Estado da Índia”, prevendo que a operação fosse curta e que não atingisse a dimensão que então teve. As notícias vindas da fortaleza depois da partida do filho mais velho, já em Agosto, explicitando a delicada situação vivida e a dificuldade em congregar homens de armas, tê-lo-ão levado a abandonar o plano – era necessário garantir que Diu não caísse nas mãos dos Guzerates.

Analisando hoje a situação, acreditamos que o plano inicial não era exequível. Concretamente, qualquer ataque desta envergadura não poderia ser mais do que uma simples destruição de vários lugares da costa; a logística portuguesa nunca proporcionaria um ataque forte ao Guzerate, tendo em conta a sua dimensão geográfica e o seu potencial demográfico e militar. Além disso, Castro encontrava-se dependente das embarcações existentes e, sobretudo, da participação dos portugueses presentes nas diversas fortalezas do “Estado da Índia”, apesar do entusiasmo de alguns, como o prova uma carta da Câmara de Chaul, ao afirmar que «[...] estamos muito prestes como leaes portugueses com os pés nas estribeiras como se ho ja visemos ir e muito allvoroçados pera o seguirmos com nosas pesoas»<sup>444</sup>.

Este problema logístico, no que diz respeito à necessidade de efectivos militares, colocou graves entraves a D. João de Castro. Pela constante e estrutural falta de gentes no “Estado da Índia”, o Governador debatia-se com a ausência de soldados para os sucessivos envios de reforços. Com o envio dos dois filhos procurou motivar os portugueses a embarcar, estratégia que funcionou, permitindo despachar um conjunto alargado de soldados, prontos a acompanharem os seus filhos. Com o avançar do cerco e a crescente dificuldade em arregimentar homens para esta situação de perigo, D. João de Mascarenhas e D. João de Castro chegaram a censurar informações sobre o verdadeiro estado da fortaleza. Efectivamente, como nos conta Gaspar Correia, D. João de Castro ocultou as notícias da chegada da armada de D. Fernando de Castro, despachando a

---

<sup>443</sup> O plano encontra-se explicitado numa carta à Câmara de Chaul, de 3 de Maio de 1546 – *OCDJC*, III, p. 166. Várias cartas de gentes de Baçaim e Chaul confirmam o conhecimento deste plano.

<sup>444</sup> Carta da Câmara para a Castro, *CSL*, 3, p. 204.

preparação da frota comandada pelo seu filho D. Álvaro em apenas cinco dias e evitando que a chegada de novas por Chaul revelasse a apertada situação vivida em Diu<sup>445</sup>.

Entenda-se que o interesse económico individual, isto é, a procura do proveito, se sobrepunha frequentemente ao interesse “social” proporcionado pelos serviços prestados ao rei e materializados na *honra* e na *fama*. Para atrair o interesse dos soldados e da fidalguia, Castro ofereceu escala franca em todas as embarcações Guzerates tomadas durante o cerco. Acabou depois por limitar esta prerrogativa, o que desencadeou uns desentendimento entre os soldados; alguns recusaram entrar na fortaleza sitiada, optando por tomar navios que passassem ao largo<sup>446</sup>.

Juntamente com o recrutamento de muitos *casados* de Goa, assunto que retomaremos adiante, estas diversas soluções encontradas por D. João de Castro para contornar a dificuldade de arregimentar soldados resolveram de forma provisória este problema logístico. Como teremos oportunidade de mostrar, D. João de Castro equacionou outras respostas que procuravam resolver a longo prazo este problema estrutural do “Estado da Índia”.

#### **4.4. A estadia em Diu**

Apesar da vitória de 10 de Novembro de 1546 ter confirmado o domínio português de Diu, tal não significou que a guerra com o Guzerate estava terminada. Recuperada a autoridade na ilha, o Governador deparou-se com um cenário desolador: «[...] os mouros tinham entulhado as cavas de maneira que nam havia sinal [*delas*], nem poder se saber onde forão, e os muros derribados até o fundamento, e os baluartes tomados, e elles postos em cima com muitas estancias de artilharia com que atiravão as cazas da fortaleza»<sup>447</sup>. Na realidade, «[...] o proprio capitam e moradores della me não sabiam dizer aonde estavam os baluartes e por onde corrião os muros e o lugar onde fazia a cava, tamanhas montanhas de pedra e terra tinham lançado em todas estas partes, de maneira que parecia impossível e hum trabalho insuportável poder tirar esta pedra e tornar a erguer a fortaleza polo lugar por onde primeiro estava»<sup>448</sup>. A pressa em iniciar as obras deveu-se sobretudo à necessidade em proteger Diu de um possível ataque rápido ordenado pelo Sultão, uma

---

<sup>445</sup> *Lendas*, IV, pp. 482, 492-493 e Roger Lee de Jesus – *O Segundo Cerco de Diu...*, cit., pp. 106.

<sup>446</sup> Narrámos este episódio em *O Segundo Cerco de Diu...*, cit., 107-108.

<sup>447</sup> *OCDJC*, III, p. 302.

<sup>448</sup> *Ibidem*, p. 307.

ameaça real pela proximidade de alguns contingentes guzerates, destacados na cidade de Una, perto de Diu, e pela terra fora<sup>449</sup>.

As obras começaram ainda no mês de Novembro, sendo coordenadas por Mestre Francisco Pires, homem que fora enviado do Reino nesse mesmo ano para superintender a construção da fortaleza de Moçambique<sup>450</sup>. Segundo o próprio Governador, a nova muralha seguia os recentes princípios da arquitectura abaluartada, já ensaiada em Ceuta e em Mazagão, alguns anos antes<sup>451</sup>. A nova frente contaria com três baluartes maciços, de forma triangular e com os seus respectivos orelhões, procurando que cada um defendesse o próximo<sup>452</sup>. D. João de Castro afirmava ainda que a construção se destacaria pela abertura de um novo fosso, frente à muralha «[...] porque entam ficara Dio com duas cavas e duas muralhas, remendiandose os muros velhos de maneira que fiquem em terraplano sobre a cava antiga», assegurando uma dupla defesa e evitando que a fortaleza ficasse novamente numa situação tão precária em caso de cerco<sup>453</sup>.

As obras terminariam, em parte, em Abril de 1547, e conforme os registos de pagamentos da obra e a documentação coeva comprova, o valor delas subiu para os 9450 pardaus de tangas, equivalente a 2.835.000 reais, um valor relativamente baixo quando comparado com, por exemplo, o custo de uma nau da Carreira da Índia aquando da partida de Lisboa (c. de 34%)<sup>454</sup>. Neste processo, a feitoria de Diu arcou com a maior parte dos gastos, exceptuando os trabalhadores e materiais enviados das restantes fortalezas (como Goa, Chaul e Baçaim). Enfim, devemos admitir que as despesas de reconstrução não pesaram no sistema financeiro do “Estado da Índia”, pelo que não afectou a carga dos navios para o Reino.

Do ponto de vista financeiro, a reconstrução da fortaleza de Diu veio revelar a fragilidade das finanças do “Estado da Índia”. Explicitemos: paralelamente ao início das obras, o Governador compreendeu que não tinha meios para cobrir as despesas que se

---

<sup>449</sup> Fragmento de carta de D. João de Castro a D. João III, sem data, ARSI, Goa 38, fl. 343v; *Lendas da Índia*, IV, p. 579. Veja-se a reacção do Sultão, em *Arabic History of Gujarat*, vol. 1, p. 238.

<sup>450</sup> Sousa Viterbo adianta alguns elementos sobre este especialista na arquitectura militar em *Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses*. Lisboa: INCM, 1988, vol. II – H/R, pp. 299-303.

<sup>451</sup> Sobre a reconstrução da fortaleza seguimos o que já tivemos oportunidade de escrever em «As despesas da reconstrução da fortaleza de Diu em 1546-1547», *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 12, 2012, pp. 217-243 e a entrada «Fortaleza de São Tomé, Diu», no Portal Online *Heritage of Portuguese Influence/ Património de Influência Portuguesa*, Fundação Calouste Gulbenkian, disponível online em <https://www.hpip.org/pt/Heritage/Details/430>.

<sup>452</sup> Veja-se a descrição de Leonardo Nunes: *CDJC*, p. 138.

<sup>453</sup> *OCDJC*, III, p. 307.

<sup>454</sup> Sobre as despesas realizadas e uma escala de comparação, cf. Roger Lee de Jesus – «As despesas da reconstrução...», cit., p. 228.

anteviam. Decidiu então pedir um empréstimo à cidade de Goa, no valor de vinte mil pardaus de tanga, alegando a necessidade de reconstruir a fortaleza e de pagar aos soldados que ameaçavam revolta pela falta de pagamentos<sup>455</sup>. Para se comprometer, D. João de Castro enviava como penhor alguns pêlos da sua própria barba, símbolo da sua honra e pelo qual ficaria famoso até aos dias de hoje<sup>456</sup>. Em garantia deste empréstimo entregava à Câmara de Goa os rendimentos do comércio dos cavalos até que a dívida estivesse saldada. O valor foi angariado com rapidez, tendo até existido um registo de todas as pessoas que contribuíram para o empréstimo<sup>457</sup>. Por sua vez, a Câmara recusou o honrado penhor e devolveu as barbas, cujo destino falaremos mais adiante, mas que acabou por marcar indelevelmente a história e o imaginário do “Estado da Índia”. A título de exemplo, veja-se que quase trinta anos depois, em 1575, o governador António Moniz Barreto solicitava um empréstimo à Câmara de Goa para socorrer Malaca, lembrando o solicitado por Castro em 1546, «[...] sobre huma guedelha de suas barbas»<sup>458</sup>.

Apesar de o montante ter chegado a Diu, este não foi utilizado graças à apreensão de uma *nau de Meca* do Sultão do Guzerate, identificado por alguns como sendo dum camareiro do Sultão<sup>459</sup>, capturada ao largo de Diu, durante a primeira quinzena de Dezembro, por António Moniz e com um valor de 20.000 pardaus<sup>460</sup>, dinheiro utilizado pelo Governador para as necessidades das obras. O empréstimo goês foi reenviado para a capital do “Estado da Índia” e o respectivo valor oferecido devolvido a cada contribuinte visto já não ser necessário<sup>461</sup>. Quanto à nau capturada, foi enviada para Goa e o seu espólio (entre tâmaras, cavalos, seda, sal e couros, por exemplo) foi sendo descarregado ao longo de dias ao largo da cidade, pois a sua dimensão impossibilitava que fundeasse no cais<sup>462</sup>. A propósito, o vedor da fazenda admitia que a nau «é tamanha e tão desforme que não sey de que a de prestar pera serviço del rey»<sup>463</sup>. Caminha informava também que todo os

---

<sup>455</sup> *VDJC*, I, III, entre os parágrafos 29-30, p. 308.

<sup>456</sup> Veja-se a descrição do episódio por Leonardo Nunes: *CJDC*, p. 136.

<sup>457</sup> Roger Lee de Jesus – «As despesas da reconstrução...», cit., p. 229.

<sup>458</sup> Pedro Pinto (transcrição) – «Treslado do contrato que o Governador da Índia fez com a cidade de Goa para acudir Malaca (1575), *Fragmenta Historica*, 6, 2018, p. 442.

<sup>459</sup> Cf. a carta de Miguel Rodrigues a D. Álvaro de Castro, ANTT/Cartas-Diu, fl. 4 e carta de Pêro da Ataíde ao mesmo, *CSL*, 2, p. 23.

<sup>460</sup> *CDJC*, p. 142-143. Gaspar Correia refere que o montante seria de 50 mil xerafins de ouro – *Lendas*, IV, 585. Em carta de Castro a D. Álvaro, de 18 de Dezembro, este dá conta da apreensão da embarcação guzerate: *OCJDC*, III, p. 322.

<sup>461</sup> Tal é confirmado numa carta da Câmara de Goa para D. João de Castro, datada de 7 de Janeiro de 1547: ANTT/Cartas-Goa, fl. 47r.

<sup>462</sup> Veja-se o testemunho de Rui Gonçalves de Caminha, vedor da fazenda, em diversas cartas – *CartasRGC*, p. 17, 24 e 32.

<sup>463</sup> *OCDJC*, III, p. 364. Caminha confirma também que todo o conteúdo da nau foi vendido,

bens descarregados foram vendidos nas semanas seguintes, permitindo contribuir para a Fazenda Régia.

Enquanto as obras decorriam, D. Álvaro de Castro já se encontrava em Goa. Fora enviado para lá logo depois do final do cerco (chegando nos últimos dias de Novembro), tendo em conta que se encontrava doente (de “grandes febres”) e que nem participara na batalha de 10 de Novembro<sup>464</sup>. Apesar dos vários pedidos do pai para permanecer na capital do “Estado da Índia”<sup>465</sup>, D. Álvaro terá partido para Diu no início de Janeiro, como nos conta Rui Gonçalves de Caminha<sup>466</sup>. Em todo o caso, durante a sua permanência em Goa, o filho do Governador passou a receber diversas missivas do pai e de outros fidalgos, dando conta do andamento das obras. É numa destas cartas, datada de 7 de Dezembro, que Castro dá notícia de que acabara de chegar um embaixador do Guzerate, certamente para negociar um novo tratado, temendo mais represálias às populações da costa e ao comércio da região<sup>467</sup>. No entanto, o Governador não o recebeu. Dava assim início ao corte oficial de relações diplomáticas e à guerra de Cambaia que se prolongaria pelos anos seguintes

O Capitão-mor do “Estado da Índia” ocupou os meses seguintes a supervisionar as obras. Nas palavras de Leonardo Nunes, testemunha ocular que temos vindo a seguir, Castro

«[...] abitava no mar, e laa dormia sempre, e comia as mais das vezes; e em rompendo a alva se vinha a por nos muros, onde estava até o meo dia, escorando ora nũa perna ora na outra, e do meo dia té noyte da propiá maneyra vestido nũ pellote de chamalote preto, e cõ hũ sombreiro de Purtugual na cabeça, e hũas botas pretas calçadas, e sua spada cimgida, todo cheo de cal»<sup>468</sup>.

Como seria de esperar, apesar desta morosa tarefa, continuava a receber correspondência de muitos capitães e a resolver outras questões inerentes ao cargo; dizia-se, aliás, enfadado de lá estar<sup>469</sup>. Uma delas prendeu-se com a nomeação de um novo vedor da fazenda quando da morte de Brás de Araújo, nos primeiros dias de Janeiro de 1547, acabando por nomear Rui Gonçalves de Caminha, como analisaremos mais adiante.

---

<sup>464</sup> *Ibidem*, p. 304.

<sup>465</sup> Vejam-se, por exemplo, *CartasDJC*, p. 199, 314.

<sup>466</sup> Carta de 8-I-1547, *CartasRGC*, p. 18.

<sup>467</sup> *OCDJC*, III, p. 272.

<sup>468</sup> *CDJC*, p. 139.

<sup>469</sup> Cf. carta a D. Álvaro de Castro, de 14 de Dezembro de 1546, *CartasDJC*, p. 206.

Neste período em especial, D. João de Castro aumentou consideravelmente o número de mercês dadas aos homens que se destacaram no serviço do cerco. Do momento em que o cerco é iniciado, em Abril de 1546, até 1548, grande parte das entradas registadas no *Livro das Mercês* referem explicitamente a participação na defesa do forte português ou o apoio dado durante esta operação. Neste caso, encontramos dois tipos de mercês: aquelas atribuídas aos fidalgos que constituíram *mesas* em Diu, sustentando soldados; e as outorgadas aos homens que partiram das diversas fortalezas da costa ocidental indiana com destino a Diu. Luís Figueira, António Pereira e Pero de Ataíde são exemplos de pequenos fidalgos que receberam, cada um, 300 pardaus de tanga por terem estado no cerco «[...] servymdo sua Alteza e dar[em] mesa»<sup>470</sup>. Já Miguel Rodrigues recebeu o cargo de almoxarife do armazém da cidade de Goa por ter partido na armada comandada por D. Álvaro de Castro, «[...] omde deu de comer a muytos homens e pelejou muytas vezes e foy ferydo e asy se achar na batalha que dey aos mouros omde asy mesmo o feryrão e pelejou como valemte homem»<sup>471</sup>. Quanto a homens de armas que combateram, lembramos os casos de Vicente Carneiro, agraciado com 40 pardaus de tanga<sup>472</sup>, e de Francisco Gonçalves, recompensado com 20 pardaus<sup>473</sup>, por terem participado na defesa de Diu. Veja-se ainda o exemplo de Diogo Lopes de Aguião, cuja pena por capar dois escravos seus foi perdoada «[...] avendo respeyto de servyr el rey noso senhor no cerquo de Dio com hũa fusta e duas galvetas armadas à sua custa e nas obras de Dio e fazer muyto serviço a sua Alteza»<sup>474</sup>. Desta maneira, D. João de Castro criava ou reforçava laços com os homens que serviam a Coroa. Ultrapassando o simples objectivo de recompensar os serviços prestados, o mais alto oficial do “Estado da Índia” reproduzia, em certa medida, o próprio sistema clientelar empregue pelo rei, fortalecendo a sua imagem de poder e os laços que o ligavam aos homens beneficiados.

Para além da longa lista de homens que o Governador recomendava ao rei, pelos serviços prestados durante o cerco<sup>475</sup>, em carta do ano seguinte voltava a insistir na ideia de que a própria Coroa devia recompensar aqueles que se destacaram durante o assédio, com cargos e ofícios, evitando enviar novos homens do Reino providos para esses lugares. Argumentava que, caso o rei continuasse a nomear reinóis recém-chegados, quão

---

<sup>470</sup> *LMercês*, fl. 116v.

<sup>471</sup> *Ibidem*, fl. 104r.

<sup>472</sup> *Ibidem*, fl. 90r.

<sup>473</sup> *Ibidem*, fl. 97r.

<sup>474</sup> *Ibidem*, fl. 90v.

<sup>475</sup> Cf. A carta de 16-XII-1546, *OCDJC*, III, pp. 308-313 e 320.



estranho seria «verem vir homens de Portugal com cargos, officios e capitancias e os fidalgos, lascarins, e seus criados que andão na India huns sem braços, outros sem pernas, outros desemealhados dos rostos de feridas, polvora e bombas de fogo por seu serviço, pedindo esmola pelas misericordias e espritaes da India»<sup>476</sup>.

É também no *Livro das Mercês* que encontramos a referência directa de que o Governador ordenou que os mestiços que participaram na batalha de 10 de Novembro recebessem soldo, como os soldados reinóis<sup>477</sup>. A importância deste acto reconhecia a vitalidade e dependência dos *casados* e seus descendentes, como veremos mais à frente. Mandava também que todos os homens feridos durante o cerco recebessem terras em Baçaim<sup>478</sup>. Este é o momento em que o Governador dá força à política de territorialização iniciada pelos seus antecessores, aproveitando a ocasião para entregar terras em jeito de retribuição e de compensação pelo serviço prestado à Coroa durante o assédio à fortaleza portuguesa. Como poderemos aprofundar noutro capítulo, esta política manter-se-ia durante o seu governo, sendo responsável pela doação de cerca de duas centenas de parcelas de terra, apoiando uma fixação mais definitiva dos portugueses e servindo como incentivo à conversão dos gentios.

A presença do Governador em Diu serviu também para tentar colocar alguma ordem nalgumas questões ambíguas decorrentes durante o cerco, como seja o comportamento dos clérigos que estavam presentes na fortaleza. Queixava-se então ao rei que «[...] me derão tantas queixas dos clérigos que foi necessario devasar deles»<sup>479</sup>. Esta averiguação resultou numa devassa, iniciada a 23 de Dezembro de 1546 e baseada em dezasseis testemunhos recolhidos em Diu, entre 30 desse mesmo mês e 3 de Janeiro, mostrando que o comportamento dos membros do clero ultrapassava qualquer referência de caridade e bondade cristã<sup>480</sup>. Castro pretendia remeter o auto ao Bispo de Goa, o único

---

<sup>476</sup> Fragmento de carta não datada, ARSI, *Goa* 38, fl. 340v.

<sup>477</sup> *LMercês*, fl. 99v.

<sup>478</sup> *LMercês*, fl. 99v.

<sup>479</sup> *OCDJC*, III, p. 570. Não é claro se se trata apenas de uma devassa aos clérigos e outra ao comportamento do vigário, o Pe. João Coelho.

<sup>480</sup> Já tivemos oportunidade de nos debruçar sobre este documento em *O Segundo Cerco de Diu...*, cit., pp. 90-94. A cópia da dita devassa que aqui utilizamos encontra-se no ANTT/CSL, 5, fls. 53-76, tendo sido publicada por Silva Rego em *DHMPPPO*, III, pp. 455-489. Existe outra cópia autêntica, em mau estado de conservação, no mesmo arquivo, *Desembargo do Paço, Repartição das Justiças e Despacho da Mesa*, Maio 1637, Caixa 1641. Este caso foi alvo de análise por Luís de Albuquerque num pequeno opúsculo que, infelizmente, contém diversos erros de interpretação e de análise da documentação existente; apesar destes problemas, o artigo (no seu ponto 3) sumaria bem os múltiplos testemunhos recolhidos – «O inquérito aos clérigos de Diu» in *Alguns casos da Índia Portuguesa no tempo de D. João de Castro – I*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989, pp. 105-149.

com poder para proceder a algum tipo de reprimenda, tendo em conta o foro próprio da Igreja.

Vários assuntos foram abordados na referida devassa, dentre eles a castidade dos clérigos, visto que várias pessoas se queixavam de que viviam «sem nenhum temor de Deus»<sup>481</sup>, alguns amancebados e até com filhas casadas. Tendo em conta esta situação, Castro apelidava o “Estado da Índia” de «terra dos pecados» onde existia «todo o genero de mau viver»<sup>482</sup>. Todavia, os pontos referentes ao cerco eram os mais graves. O primeiro mencionado é o dos enterros dos soldados. Ao que consta, os clérigos apenas autorizavam o enterro em solo sagrado mediante o pagamento da cova, qualquer que fosse o estatuto do homem caído em combate<sup>483</sup>. O Pe. João Coelho, vigário da fortaleza chegava a recomendar lançar os corpos ao mar porque este era sagrado<sup>484</sup>. Era mesmo acusado por vários fidalgos de receber pagamentos pelos serviços fúnebres sem os realizar, de tomar as esmolas deixadas pelos próprios defuntos e até de estar metido no próprio comércio para o Guzerate<sup>485</sup>.

Contudo, a devassa veio a centrar-se na operação de ataque ao arraial guzerate, fora da fortaleza, levado a cabo nos primeiros dias de Setembro, o aspecto mais controverso do cerco. Como já tivemos oportunidade de explicar, a chegada dos reforços da armada de D. Álvaro de Castro, nos últimos dias do mês de Agosto, veio aliviar a pressão guzerate na fortaleza portuguesa. A entrada destes novos homens de armas, sedentos de mostrar o seu valor em feitos de armas destabilizou a autoridade de D. João de Mascarenhas e impulsionou uma proposta de saída fora da fortaleza. O próprio capitão da fortaleza recebera indicações do Governador para não tentar um contra-ataque desta natureza. Nas suas *Lembranças*, enviadas em Abril, este diz explicitamente que «das taes escaramuças naçe perderem se muytas vezes as fortalezas», visto que, em bom rigor, «a nenhum capitão se da comysão nem lhe mamdão que peleje cos imígos no campo, mas que gouarde sua fortaleza»<sup>486</sup>. Assim, Mascarenhas e outros capitães insurgiram-se imediatamente contra tal proposta<sup>487</sup>.

---

<sup>481</sup> *DHMPPPO*, III, p. 457.

<sup>482</sup> *OCDJC*, III, p. 570.

<sup>483</sup> Cf. *DHMPPPO*, III, p. 456.

<sup>484</sup> Testemunho de Miguel Rodrigues, *DHMPPPO*, III, p. 464.

<sup>485</sup> Testemunho de Vasco Pires, *Ibidem*, pp. 471 e 456-457.

<sup>486</sup> *OCDJC*, III, p. 159.

<sup>487</sup> O caso é narrado pelo próprio D. João de Mascarenhas em carta ao infante D. Luís, *José Manuel Garcia e Maria João Quintans – «O segundo cerco de Diu...»*, cit., p. 149.

Se, inicialmente, a opinião do capitão da fortaleza foi o suficiente para abrandar o ímpeto dos soldados, tal veio a mostrar-se ineficaz. O que transparece das várias crónicas e até do relato de Mascarenhas não corresponde à informação recolhida nos testemunhos da devassa. O que surge aí é a intervenção directa do Vigário da fortaleza<sup>488</sup>. A pressão exercida sobre o capitão foi tanta que este acabou por ceder, sob pena de todos os soldados se revoltarem. Como vimos, a pequena operação teve o efeito oposto. Perderam-se vários fidalgos e homens de armas, e várias dezenas ficaram feridos. D. João de Castro culpava o vigário pela revolta, afirmando ao rei que a fortaleza quase se perdera por causa dele<sup>489</sup>. Não podemos desvalorizar o papel deste religioso e da sua provável motivação ideológica, isto é, de que tenha actuado imbuído na crença da superioridade do credo cristão e do miraculismo como componente ideológico da expansão portuguesa, factores insuficientes para travar o contra-ataque guzerate.

Os resultados da inquirição criaram uma certa fricção entre o Governador e o Bispo de Goa. Para compreender este episódio, é necessário ter em conta a cronologia dos documentos e o tempo de comunicação entre Diu e Goa. Efectivamente, em carta de 16 de Dezembro de 1546 a D. João III, narrando todos os acontecimentos desse ano, D. João de Castro descrevia D. Juan Albuquerque como um homem «mui discreto e sizudo e virtuoso»; dizia mais que nunca estivera na Índia «prelado nem homem de melhor vida e doutrina»<sup>490</sup>. Apenas após a escrita desta carta é que este começou a receber múltiplas queixas sobre os religiosos de Diu, que nunca são mencionadas nesta longa missiva. A imagem do vigário da fortaleza caiu logo na consideração de Castro que, em carta a D. Álvaro, no dia de Natal, o referia como «o velhaquo»<sup>491</sup>. Notemos que Castro recebera muito mal, em Goa, a notícia do contra-ataque fora da fortaleza. Segundo Gaspar Correia, previa castigar fortemente Mascarenhas, culpando-o de tal erro e queixando-se de ter poucos poderes para o punir como queria<sup>492</sup>; ao encontrar o verdadeiro culpado para esta operação falhada – o Pe. João Coelho<sup>493</sup> – o Governador redireccionou a sua fúria, encontrando assim novo bode expiatório.

---

<sup>488</sup> Veja-se o testemunho assertivo de Sebastião Coelho: *DHMPPPO*, III, pp. 486-488.

<sup>489</sup> Fragmento de Carta a D. João III, 1547, *OCDJC*, III, p. 570.

<sup>490</sup> *Ibidem*, p. 319.

<sup>491</sup> *CartasDJC*, p. 317.

<sup>492</sup> *Lendas*, IV, p. 527.

<sup>493</sup> Veja-se também que o vigário da fortaleza era tido como pessoa idónea, tendo até sido responsável por, durante o cerco, levar notícias e pedidos de ajuda a Goa e Baçaim: Roger Lee de Jesus – *O Segundo Cerco de Diu...*, cit., p. 89.

Na mesma carta ao filho, Castro criticava a opção do Bispo de ter reenviado o vigário para Diu, como se lhe encobrisse e ignorasse as culpas. Após os testemunhos recolhidos, a devassa foi enviada para Goa na primeira quinzena de Janeiro. Juntamente com o auto, seguia a opinião do Governador, criticando com ferocidade Albuquerque por dar crédito a quem não devia. A reacção do Bispo não se fez esperar: em carta de 12 de Janeiro assumia inteira culpa. Porém, mostrava, através de cópias de cartas, que fora mal-aconselhado, mas só reenviou o vigário porque este fora recomendado por D. João de Mascarenhas, Vasco da Cunha e por frei Paulo de Santarém<sup>494</sup>. Cartas do chanceler Francisco Toscano e de Rui Gonçalves de Caminha, a D. João de Castro, mostram que o Bispo ficara abalado pela opinião que o Governador fizera dele. Por exemplo, Toscano assegurara que o encontrara «[...] tão contornado asy do espirito como da carne e ossos que as mãos lhe tremião e as lagrimas lhe sayam pellos olhos»<sup>495</sup> - testemunho semelhante ao de Caminha que nos diz que «[...] é lástima ouvi-lo e vê-lo»<sup>496</sup>.

O vigário foi então reencaminhado para Goa, entregando-se a D. Juan de Albuquerque no início de Fevereiro. Certamente incentivado por toda esta animosidade do Governador, o Bispo repreendeu-o severamente, prendendo-o e mandando-o para o tronco da cidade, dizendo ao carcereiro que «si era necessário echalle mas hierros, que se los lançasse»<sup>497</sup>; afirmará a Castro, em diversas cartas, que «el sera castigado, como cumpre»<sup>498</sup> e que «elle da cadea pagara todo o dinheiro que tem levado»<sup>499</sup>. Nesse momento, a correspondência entre ambos demonstra que a confiança já fora restabelecida e que o Governador aprovara o exemplar castigo.

O caso aqui apresentado exemplifica uma certa aversão que D. João de Castro tinha perante alguns religiosos, em particular jesuítas, cuja origem não podemos determinar ao certo. Esta desconfiança poderá ter advindo das instruções dadas por D. João III ao vigário Miguel Vaz, quando do seu regresso à Ásia, em 1547<sup>500</sup>. O extenso documento aborda diversas questões da cristandade da Índia e pode ter sido considerado

---

<sup>494</sup> *DHMPPPO*, III, pp. 437-441.

<sup>495</sup> *Ibidem*, III, p. 432. Nesta mesma carta, Toscano confirma que viu as referidas cartas de abonação do Vigário com que o Bispo justificaria a sua decisão.

<sup>496</sup> *CartasRGC*, p. 18.

<sup>497</sup> *DHMPPPO*, III, p. 453.

<sup>498</sup> *Ibidem*.

<sup>499</sup> *Ibidem*, p. 494. Luís de Albuquerque ignorou estas referências, apesar de estarem publicadas ou resumidas nas *Obras Completas* que coordenou, afirmando que o vigário escapou a qualquer condenação e castigo – «O inquérito dos clérigos...», cit., p. 107.

<sup>500</sup> As instruções estão datadas de 5-III-1547, *DHMPPPO*, III, pp. 258-266.

como uma intromissão da Igreja em alguns poderes do Governador<sup>501</sup>. Outras interferências e reclamações de alguns membros da Companhia poderão ter aumentado essa animosidade<sup>502</sup>, motivo de que Castro se queixa em diversas cartas privadas para o filho e que não visavam, obviamente, ser divulgadas. É o caso duma violenta crítica, feita durante o cerco:

«E merda pera mestre Dioguo [*de Borba, fundador do Seminário de S. Paulo de Goa*] e pera quomtos apóstollos vem de Purtugal porque syrvo muyto bem elrey nosso sōr e eles são grandes ipocritas que querem aver bispados pera darem remda a seus filhos e terem mancebas gordas»<sup>503</sup>

Noutro documento, quando D. Álvaro já se encontrava em Goa, Castro escrevia, em tom sarcástico, que recebera nova de que «[...] vos emportunão lá muyto os relygiosos; não he maravyilha porque seu oficyo he esse»<sup>504</sup>. Dava ainda conta, no mês seguinte, que as cartas destes missionários para o rei poderiam ser o suficiente para o fazerem cair em desgraça quando regressasse e, caso tal acontecesse, propunha ainda que ambos se fossem colocar ao serviço de Carlos V<sup>505</sup>. Apesar destes problemas, encontramos, ao longo da documentação compulsada, outras referências lisonjeiras para com alguns homens de clero, inclusive no período final do seu governo com Francisco Xavier.

D. João de Castro aproveitou também a sua permanência em Diu para dar seguimento às questões de Ceilão. Como dissemos, o Governador decidira enviar uma comitiva, liderada por André de Sousa, ao reino montanhoso de Cândia, partindo esta em Janeiro de 1546. Depois de uma longa viagem – onde «[...] pasamos muita fome e muita mais sede, dous dias nos mantivemos em fruytas dos matos»<sup>506</sup> –, o pequeno grupo chegou ao centro da ilha nos finais de Abril, dando conta que o rei, Javayira, se convertera secretamente<sup>507</sup>. No entanto, a permanência neste reino não correu como o esperado. A cooperação deu lugar a vários desentendimentos, vindo André de Sousa a reclamar uma

---

<sup>501</sup> É o que relata Sebastião Gonçalves na sua *Primeira Parte da Historia dos Religiosos da Companhia de Jesus na Índia...*, ed. José Wicki. Coimbra: Atlântida, 1957, p. 276.

<sup>502</sup> Veja-se a carta de Cosme Anes para D. João III, de 30-XI-1547, onde critica a actuação de alguns religiosos junto de D. João de Castro – Josephus Wicki (ed.) – *Documenta Indica*. Roma: Roma: Institutum Historicum S.I, 1948, vol. I, p. 216; cf. também o enquadramento dado por Georg Schurhammer – *Franciscus Xavier...*, cit., vol. III, p. 394.

<sup>503</sup> Carta de 14 de Outubro de 1546, *CartasDJC*, p. 171.

<sup>504</sup> Carta de 25 de Dezembro de 1546, *Ibidem*, p. 316.

<sup>505</sup> Carta de 18 de Janeiro de 1547, *Ibidem*, pp. 326-327.

<sup>506</sup> Cf. o relato de André de Sousa, de 27-V-1546, *CSL*, 3, p. 46.

<sup>507</sup> *Ibidem*, p. 42 e carta de Frei António do Padrão, 7-VI-1547, *Ibidem*, p. 57.

autoridade que, na realidade, não possuía e os soldados a pedirem uma maior compensação pela expedição<sup>508</sup>. O rei não ficou satisfeito com a situação e outros problemas internos levaram a que os objectivos da expedição (a conversão do reino e a sua ligação ao “Estado da Índia”) não se dessem por cumpridos.

Apesar destes problemas, a esperança pela conversão do Ceilão continuava. Castro alimentava esta ideia, analisando a possibilidade do envio de D. Álvaro a Cândia<sup>509</sup>. O Bispo de Goa e outros religiosos insistiam neste projecto, enviando várias cartas a pressionar o Governador<sup>510</sup>. No que diz respeito ao reino de Cota, semelhantes andanças de missionários e de correspondência trocada levaram Castro a recomendar a D. João III que «[...] nam devia mais de apertar com este Rei [*de Cota*], porque esta obra parece que ha de vir por Deus, quando disso for servido, e não por força e emportunações dos frades que com elle estão»<sup>511</sup>.

O descerco de Diu e a saúde precária de D. Álvaro impediram-no de comandar a expedição a Cândia em Março de 1547, sendo o comando delegado em António Moniz Barreto<sup>512</sup>. Depois de uma viagem mais atribulada do que a de André de Sousa, a comitiva acabou por ter um desfecho ainda mais desanimador. Apesar da boa recepção inicial, Barreto tentou pressionar o rei Javayira a converter o filho herdeiro, tendo recebido como resposta um redondo não: dizia mais o rei que «[...] elle não avya de deccrarar ser crystão aos seus nem menos aviã de fazer seu fylho nem comsymtyr fazer se o povo senão depoyos que lhe desem o reyno [*rival*] do Madune e toda esta ylha ate Jafanapatão querya»<sup>513</sup>. Em resumo, esperava o apoio militar incondicional dos portugueses, aproveitando o emprego das armas de fogo e do seu conhecimento tecnológico. Efectivamente, Moniz Barreto dá-nos conta que, mediante a promessa de conversão feita, os portugueses tinham vindo a ensinar localmente a técnica de produção de espingardas para serem usadas contra os reinos vizinhos, algo que despoletou uma fabricação em massa deste armamento, contando-se já cerca de duas mil espingardas feitas ali<sup>514</sup>. A partir desse momento, o capitão português começou a precaver a segurança dos portugueses em Cândia. Para

---

<sup>508</sup> Cf. Zóltan Biedermann – *A aprendizagem de Ceilão...*, cit., pp. 264-266.

<sup>509</sup> Cf. *OCDJC*, III, p. 316.

<sup>510</sup> Vejam-se, por exemplo, as cartas do bispo de Goa a Castro, de 28-XII-1546 (*DHMPPO*, III, pp. 421) e de 22-I-1547 (*CSL*, 2, pp. 76-77) e ainda a de Frei Simão de Coimbra ao mesmo, criticando a acção de André de Sousa em Cândia, de 18-XII-1546 (*DHMPPO*, III, pp. 416-417).

<sup>511</sup> *OCDJC*, III, p. 315.

<sup>512</sup> Este dava conta de estar já em Ceilão, pronto a começar a jornada para Cândia, em 22-IV-1547 – *CSL*, 2, pp. 339-342.

<sup>513</sup> Carta de António Moniz Barreto a Castro, descrevendo as suas andanças em Ceilão, de 11-XI-1547, *CSL*, 3, p. 87.

<sup>514</sup> *Ibidem*, pp. 88-89.

piorar a situação, o rei aproximara-se diplomaticamente de Cota<sup>515</sup>. Assim, o capitão optou por abandonar a região – incendiou todo o material que levava, e partiu com a sua companhia de homens (incluindo frei João de Vila do Conde, religioso que fazia parte do grupo que partira de Cochim) apenas trazendo o mínimo necessário<sup>516</sup>. À chegada a Colombo, o grupo encontrava-se esgotado e desiludido pela situação<sup>517</sup>.

A expedição teve uma viragem inesperada com o início do relacionamento com o reino de Sitavaka. Ao debandar de Cândia, o grupo de Barreto passou por terras do rei Mayadunne, inimigo do reino de Cota e que tinha até colocado entrave à passagem da comitiva de André de Sousa no ano anterior. Como narra o próprio capitão, «[...] esperávamos menos comprimento e mays affromtas [...] e nelle achamos mays amyzades do que o comtrayro esperavamos»<sup>518</sup>. O monarca local chegou a solicitar um encontro com o capitão português, entregando-lhe uma carta dirigida ao Governador do “Estado da Índia”, sugerindo que ambos encetassem conversações<sup>519</sup>. No final desse ano, e para reforçar a sua vontade, Mayadunne enviava a Castro, como prenda diplomática, «dous aneys gramdes de olhos de gato»<sup>520</sup>, avaliados por lapidários em 560 pardaus de ouro (cerca de 200.000 reais), e ainda «hum cofre de marfim lavrado todo ao redor de feugas com ha fechadura e chave d'ouro e a guoarnição de prata», avaliado em 600 pardaus de tanga (aproximadamente 180.000 reais)<sup>521</sup>. A proposta foi acolhida e alimentada, mais uma vez, por vários religiosos que, como analisou Zoltán Biedermann, clamavam «em uníssonos por mais sangue em Ceilão»<sup>522</sup>, dando conta que através das armas e da fé se conquistaria a ilha. As conversações com Sitavaka manter-se-iam à distância, com uma nova oferta, já em Março de 1548, de «hũa temda de campo grande toda lavrada pelas bordas de palha pymtada com vymta seys bastõees de pao ferados e tres varas sem ferros sobre que se arma aquela temda»<sup>523</sup>. Porém, o Governador já não despacharia nenhuma comitiva nem resolveria qualquer assunto relativo aos reinos de Ceilão, perdendo algum

---

<sup>515</sup> Cf. Zoltán Biedermann – *A Aprendizagem de Ceilão...*, cit., pp. 274-275

<sup>516</sup> *CSL*, 3, p. 89.

<sup>517</sup> *Ibidem*, p. 90. A expedição de Moniz Barreto é também narrada por Gaspar Correia – cf. *Lendas*, IV, pp. 674-678.

<sup>518</sup> *CSL*, 3, p. 90.

<sup>519</sup> *Ibidem*; veja-se a própria carta de Mayadunne, de 26-X-1547, *Ibidem*, pp. 92-94.

<sup>520</sup> Os olhos-de-gato são uma variedade de crisoberilo, chamada assim pelo efeito provocada pelo arranjo em feixe dos cristais, dando esta sensação de “olho de gato” ou chatoyancy. Agradecemos os diversos esclarecimentos dados por Hugo Miguel Crespo sobre as jóias e respectivas gemas existentes.

<sup>521</sup> Certidão de 27-XII-1547, BA cod. 51-VII-19 fls. 204r-v, publicado por Schurhammer em *Ceylon...*, cit, vol. II, p. 498.

<sup>522</sup> Zoltán Biedermann – *A aprendizagem de Ceilão...*, cit., p. 278.

<sup>523</sup> Certidão de 31-III-1548, BA cod. 51-VII-19 fls. 215, publicado por Georg Schurhammer – *Ob. cit.*, p. 513.

fôlego as primeiras iniciativas e planos embrionários para a conquista e missionação da ilha. A doença já começava a debilitá-lo e a preocupação com a guerra levá-lo-ia a concentrar a sua atenção noutras paragens.

Quando a construção da nova muralha abaluartada de Diu chegou a um avançado estado de conclusão, em Abril de 1547, o Governador começou a preparar o seu regresso a Goa, provendo a fortaleza de todo o material necessário para subsistir nos meses seguintes. As muitas certidões passadas dão-nos uma imagem precisa de armamento, munições e víveres deixados lá<sup>524</sup>. Deixou ainda D. João de Mascarenhas na capitania de Diu, apesar de este se encontrar muito endividado e de querer ser substituído. Apesar de procurar algum interessado, oferecendo o cargo a várias personalidades, Castro deparou-se com sucessivas respostas negativas – a situação da fortaleza continuava delicada (sujeita, apesar de tudo, a um novo cerco) e não inspirava qualquer lucro para quem sucedesse a Mascarenhas<sup>525</sup>. O episódio deu-se no final de Dezembro, pois em carta ao monarca, no dia 16, o Governador ainda manifestava a decisão de o substituir. A necessidade de manter a guerra no Norte levou a que o capitão vitorioso de Diu regressaria ao Reino apenas no final do ano seguinte, mantendo o cargo por mais uma época. Por seu lado, D. João de Castro embarcava finalmente para regressar à capital do “Estado da Índia”.

#### **4.5. O regresso a Goa e a guerra de Bijapur**

É neste regresso que se dá a famosa entrada triunfal na cidade, uma das imagens mais icónicas do seu governo e que tem sido amplamente utilizada para comprovar a ideia de um governador renascentista, com um forte conhecimento da cultura clássica. Não nos iremos deter sobre este episódio, que analisaremos adiante, pelo que o descreveremos apenas sumariamente. O Governador triunfante chegou a Goa a 22 de Abril, sendo recebido em grande festa pela cidade, com direito a cortejo pelas ruas, sendo este coroadado com uma capela de palma e todos os soldados recebendo uma coroa de ervas, ao estilo romano, pelo grande feito de armas. Paralelamente, D. João de Castro deu início à chamada *Galeria dos Governadores e Vice-Reis*, testemunho dos seus antecessores e da imagem de poder.

Enquanto isso, as relações com o sultanato de Bijapur tomavam um rumo contrário ao esperado. Ainda estava o Governador em Baçaim, em Outubro de 1546,

---

<sup>524</sup> Publicados parcialmente por António Baião em *História Quinhentista...*, pp. 242-248.

<sup>525</sup> O episódio é narrado por Nunes, *CDJC*, p. 147 e Gaspar Correia, *Lendas*, IV, p. 586-588.



preparando a armada para Diu, quando os procuradores de Goa lhe escreviam dando conta que «os mouros heram entrados em Salsete»<sup>526</sup>. D. Diogo de Almeida, capitão de Goa, preparava uma resposta armada, mas a situação acalmou pouco depois. Leonardo Nunes transcreveu uma carta que Castro terá enviada a Ibrahim Adil Shah, datada de Janeiro de 1547, pedindo-lhe para respeitar o tratado estabelecido no ano anterior e que terá sido o suficiente para o sultão retirar os seus homens, culpando “ladrões e alevantados do regno”<sup>527</sup>. Desde Bijapur, Crisna, hindu ao serviço do “Estado da Índia”, queixava-se a D. João III que ele próprio e Galvão Viegas estavam lá presos e temiam lá morrer, por terem ido como embaixadores ao tempo de Martim Afonso de Sousa, tendo o sultão tomado «grande nojo e desprazer» por a entrega do Meale não ter sido cumprida<sup>528</sup>. O ataque a Salcete, no final de 1546, visava retaliar porque, nas palavras do Adil Shah, «ele não tinha dadas [*as Terras Firmes*] se não pera o terem preso Myalle em Maluqua [*sic*]». As crónicas acrescentam que fora também motivado por falsas notícias da queda de Diu, aproveitando o facto de o Governador não se encontrar na capital<sup>529</sup>.

Após a campanha de Diu e o regresso a Goa, Castro mandou o capitão da cidade retomar a posse das terras, o qual fez sem grande resistência, provavelmente durante o mês de Maio<sup>530</sup>. Estes momentos eram sempre acompanhados de exercícios de guerra e treino de *ordenanças* no Campo de S. Lázaro<sup>531</sup>, para que tudo fosse observado a partir de Salcete e das terras de Bijapur, demonstrando desta forma o poder militar português. Os meses seguintes foram de relativa acalmia. Ibrahim Adil Shah encontrava-se em guerra com o sultanato de Ahmadnagar e outros potentados vizinhos e estes problemas internos eram perceptíveis dos portugueses<sup>532</sup>. Várias cartas escritas em Fevereiro, de

---

<sup>526</sup> ANTT/Cartas-Goa, fl. 7v.

<sup>527</sup> CDJC, p. 141. Rui Gonçalves de Caminha refere explicitamente, em carta de 4-II-1547, o envio desta carta ao Adil Shah, traduzida para persa em Goa – *OCDJC*, III, p. 358.

<sup>528</sup> Carta de Crisna a D. João III, escrita de Bijapur a 5-XII-1546, in Panduronga S.S. Pissurlencar – *Agentes da Diplomacia Portuguesa na Índia*. Goa: Tipografia Rangel, 1952, pp. 19-21.

<sup>529</sup> CDJC, p. 155.

<sup>530</sup> Nunes e Correia convergem na descrição desta operação – *CDJC*, p. 156; *Lendas*, IV, p. 593.

<sup>531</sup> Veja-se a localização no Mapa 3, em Anexo.

<sup>532</sup> Acerca das guerras do sultanato de Ahmadnagar neste período veja-se Radhey Shyam – *The Kingdom of Ahmadnagar*. Delhi/Patna/Varanasi: Motilal Banarsidass, 1966, pp. 87-90; sobre o reinado deste Adil Shah de Bijapur e os problemas com os potentados vizinhos, cf. H.K. Sherwani (ed.) – *History of Medieval Deccan (1295-1724)*. Hyderabad: Government of Andhra Pradesh, 1973, vol. 1, pp. 320-322; Burton Stein – *Vijayanagara*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989, pp. 117-118; Richard Eaton – *A social history of the Deccan, 1300–1761: eight Indian lives*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, pp. 92-96 e ainda M. A. Nayeem – *External Relations of the Bijapur Kingdoms (1489-1686 A.D.) (A study in Diplomatic History)*. Hyderabad: Sayeedia Research Institute / Bright Publishers, 1974, pp. 77-131 e do mesmo autor, sobre a governação de Ibrahim Adil Shah: *The heritage of the Adil Shahis of Bijapur*. Hyderabad: Hyderabad Publishers, 2008, pp. 28-30.

Vasco da Cunha e Rui Gonçalves Caminha, falam-nos precisamente destas questões, demonstrando existir uma vasta rede de informação espalhada no Decão<sup>533</sup>.

Depois destas curtas investidas militares, o Governador terá delegado a D. Álvaro o reforço das Terras Firmes, visitando os locais e ajudando na construção de tranqueiras que pudessem albergar pequenos contingentes de soldados, distribuindo a capitania destes postos a alguns fidalgos, podendo-se referir que o dispositivo de Bardez ficou a cargo de Miguel Rodrigues e o de Salcete a Francisco de Melo<sup>534</sup>. Tais operações terão decorrido durante o mês de Julho e Agosto. Subsiste um relato interessante sobre a construção da tranqueira de Salcete, localizada no pagode de Mardor, perto de Verna<sup>535</sup>. Esta fortificação pode assim ser considerado o primeiro equipamento defensivo português permanente deste território, tendo em conta que alguma correspondência entre Castro e D. Álvaro, datada aproximadamente de meados de Agosto de 1547, apresenta a constante preocupação pela segurança das Terras Firmes, designadamente a construção de um forte em Rachol que se concretizaria por este período, mas em data incerta<sup>536</sup>.

---

<sup>533</sup> Carta de Vasco da Cunha a D. João de Castro, 9-II-1547, ANTT/CSL, 4, fl. 302 (resumida em *OCDJC*, III, p. 364); Carta de Rui Gonçalves de Caminha ao mesmo, no mesmo dia, *OCDJC*, III, p. 364; Carta de teor semelhante de 25-II-1547, *Ibidem*, p. 369-370.

<sup>534</sup> Cf. *CDJC*, p.158 e *Lendas*, IV, p. 593

<sup>535</sup> A descrição específica que se trata de Mardor (ou Mardol)-Salcete, o que não poderá ser confundido com o ainda existente pagode de Mardol, actual Pondá – confusão do próprio Visconde Lagoa no seu *Glossário Toponímico*. Para um mapa da região veja-se o Mapa 3, em Anexo. A localização certa da tranqueira é actualmente desconhecida; porém, é possível juntar alguns dados sobre esta questão através das crónicas jesuíticas da época. O texto de Sebastião Gonçalves (terminada em 1614) indica-nos que a Igreja de Verna (da Santa Cruz) estava localizada onde «[...] esteve o pagode chamado Malsadevy, no lugar Mardor, que servio aos portugueses de fortaleza antes que a fizessem em Rachol – *Primeira Parte da Historia dos Religiosos...*, cit., vol. 3, p. 92; já a crónica de Francisco de Sousa (cuja escrita do segundo volume data de 1698-1699), especifica as vicissitudes desta igreja, construída depois da destruição do pagode, em 1567, por acção do Pe. Luís de Góis e a sua mudança de localização passado alguns anos – *Oriente Conquistado a Jesu Christo...* Lisboa: na oficina de Valentim da Costa Deslandes, 1710, vol. 2, pp. 25-26 e 32-33. Veja-se o próprio testemunho da destruição do templo, por Góis, na carta de Fr. Gomes Vaz – Joseph Wicki (ed.) – *Documenta Indica*, cit., vol. 7, pp. 389-390. Todavia, o pagode já fora utilizado como estrutura militar antes deste período, conforme nos diz Gaspar Correia que o descreve como sendo «abobadada de pedra muy forte» (*Lendas*, III, 646) e João de Barros di-lo «[...] feito a modo de hũa fortaleza» (João de Barros – *Ásia – Terceira Década*, cit., l. VII, c. X, fl. 303 e ainda *Ásia – Quarta Década*. Lisboa: INCM, 2001, l. VII, c. XII, p. 451); Diogo do Couto dá-nos conta de obras tidas aí durante o governo de Nuno da Cunha (*Década Quarta da Ásia*. Ed. M. Augusta Lima Cruz. Lisboa: INCM, 1999, vol. 1, l. VII, c. VI, p. 374) e o desmantelamento da tranqueira por volta de 1536, por ordem de D. Gonçalo Coutinho, capitão de Goa [cuja entrada na capitania nesse ano é comprovada em carta da Câmara de Goa a D. João III – ANTT/CC-1-58-8] – (*Década Quarta da Ásia*, cit., l. X, c. V, pp. 564-565). Sobre as mencionadas crónicas jesuítas, cf. José Manuel Garcia – *A Historiografia Portuguesa...*, cit., vol. I, pp. 204-206 e 370-372.

<sup>536</sup> Cf. *CartasDJC*, p. 339 e a menção directa a essa vontade na carta de 14-VIII-1547, p. 340. Note-se que no final desse ano o Governador menciona o envio do condestável-mor da armada e de oito bombardeiros para Rachol (*Ibidem*, p. 347, datada por nós de Dezembro), o que supõe já a existência de uma estrutura a defender e em carta de 7-XII-1549, Cristóvão de Sá menciona que ficara destacado na fortaleza de Rachol – ANTT/CC-1-83-46. Sobre o sistema defensivo de Rachol veja-se a recente tese de doutoramento de Nuno Lopes – *O sistema defensivo de Goa*. Coimbra: tese de doutoramento apresentada à FCT-UC, 2017, vol. 1, pp. 79-91.

Esta preocupação teve justificação quando um contingente de quinhentos homens, comandados por um capitão do sultão, atacou a tranqueira de Miguel Rodrigues em Bardez. O destacamento aí presente resistiu ao combate e conseguiu afugentar o inimigo. Numa atitude de clara guerra psicológica, Rodrigues enviou as cabeças do capitão de Bijapur e de uma vintena dos seus soldados para Goa, sendo aí expostas no pelourinho<sup>537</sup>. Durante este período, o Governador reparava a armada de fustas e preparava uma nova campanha militar na costa do Guzerate<sup>538</sup>. Gaspar Correia diz-nos que mandara apelar à guerra contra Cambaia, prometendo escala franca durante a campanha, facto que fora desprezado por muitos pelo comportamento tido quando da armada de D. Álvaro para Diu<sup>539</sup>.

A chegada das naus do Reino nos primeiros dias de Setembro reforçou, como sempre acontecia, o número de homens de armas portugueses em Goa. Infelizmente não dispomos do número de homens desembarcados, apenas a informação de que a frota, constituída por seis naus e capitaneada por D. Francisco de Lima, partira de Lisboa em finais de Março e que quatro chegaram a Goa<sup>540</sup>. Este momento terá coincidido, aproximadamente, com a chegada de cinco capitães de Bijapur a Pondá, tratando logo de atacar Salcete e reclamar a posse daquela terra. Motivado pela circunstância e pelo novo capital humano disponível, D. João de Castro preparou uma expedição punitiva a Pondá, visando a destruição do forte aí existente<sup>541</sup>. Em carta a D. João III, o Governador menciona que, após muita dificuldade em arregimentar gente, conseguira juntar cerca de 3000 homens, número estimado pelo próprio, à vista desarmada<sup>542</sup>. Conhecendo nós o potencial regular militar português, cremos que, na realidade, os efectivos reunidos não deveriam divergir muito dos presentes em Diu, isto é, à volta de de 2000 homens de armas (incluindo portugueses, *casados* e “gente da terra”) e cerca de 200 homens a cavalo<sup>543</sup>. Os cronistas portugueses exageram o número de homens que se conseguiu juntar. Gaspar

---

<sup>537</sup> CDJC, pp. 159-160 e *Lendas*, IV, p. 595.

<sup>538</sup> *CartasDJC*, p. 344.

<sup>539</sup> *Lendas*, IV, p. 595.

<sup>540</sup> Cf. a *Relação das Nãos e Armadas da Índia*. Ed. Maria Hermínia Maldonado. Coimbra: BGUC, 1985, p. 59 e a lista apresentada por Paulo Guinote, Eduardo Frutuoso e António Lopes – *As Armadas da Índia...*, cit., p. 117.

<sup>541</sup> CDJC, p. 161-162 e *Lendas*, IV, 601-602. Note-se que a fortificação de Pondá é sempre mencionada como “castelo” o que nos leva a supor que se tratava de um simples dispositivo defensivo, sem plataforma para artilharia ou preparada para resistir a este tipo de armamento. Para a sua localização veja-se o Mapa 3, em Anexo.

<sup>542</sup> ARSI, *Goa* 38, fl. 339.

<sup>543</sup> *Lendas*, IV, p. 601 e R.O.W. Goertz – *Relação dos governadores da Índia (1571)*, cit., p. 7. Os dados aqui apresentados, bem como a descrição encetada de seguida, são o resultado da análise cuidada das diversas fontes que temos vindo a citar.

Correia chega-nos a falar em 6000 soldados, elevando o número aos dez mil com o restante pessoal anexo<sup>544</sup>; Leonardo Nunes menciona 4000, sugerindo ainda 2000 escravos, fora outros soldados locais contratados<sup>545</sup>.

A passagem das tropas deu-se através do Passo de Benasterim, entrando directamente em terra sob o controlo do Adil Shah. Tendo em conta a dependência da navegabilidade do Zuari, a travessia do rio deverá ter demorado uma grande parte do dia, justificando que fosse montado um acampamento a pouca distância de Benasterim. Passaram aí a noite, sobressaltados por um pequeno ataque nocturno por forças do sultão, consistindo no lançamento de algumas bombas de fogo, e prepararam a jornada do dia seguinte. O trajecto até Pondá é de cerca de 12 km e o actual traçado da estrada terá seguido, provavelmente, o caminho então existente. O terreno acidentado e a estreiteza de alguns locais de passagem leva-nos a crer que a marcha da hoste terá sido penosa, mas rápida, motivada pela necessidade em chegar naquele dia a Pondá, sob pena de anoitecer num terreno hostil e densamente verdejante pela monção estar no seu fim. A coluna da marcha seguia organizada com rigor: gente da terra a abrir caminho através da vegetação e removendo os obstáculos improvisados colocados para dificultar a passagem dos portugueses; um grupo de espingardeiros na dianteira, seguida dos restantes homens de armas, organizados em dois ou três esquadrões; o Governador ia na retaguarda com a cavalaria.

A chegada a Pondá fez-se através dum caminho estreito que impediu a tomada de uma posição organizada com todos os membros da hoste portuguesa. Ao chegar aos campos de Pondá, e vendo o pequeno exército de Bijapur já disposto, D. Álvaro de Castro tomou a iniciativa e avançou sobre o inimigo. Este era constituído, maioritariamente, por corpos de cavalaria, organizado em três esquadrões, separados por grupos de frecheiros e espingardeiros. De acordo com as crónicas portuguesas, o confronto terá sido rápido. Os soldados portugueses conseguiram repelir as investidas muçulmanas através do uso de lanças e de armas de fogo. Correia afiança que «[...] o estrondo das espingardas fazia muyto medo aos cavallos»<sup>546</sup>; note-se que não terão sido transportadas peças de artilharia pela intrínseca dificuldade de movimentar este tipo de armamento num terreno desta natureza. Quando a cavalaria chegou por fim ao campo de batalha, a vitória portuguesa

---

<sup>544</sup> *Lendas*, IV, p. 602.

<sup>545</sup> *CDJC*, p. 163. O cronista afirma que a estimativa dos números é dada «[...] segundo me pareço», ou seja, pela experiência pessoal ao participar na campanha, o que poderá explicar a distorção dos números. Não temos informação que nos permita confirmar se Gaspar Correia participou nesta campanha

<sup>546</sup> *Lendas*, IV, p. 603.

já estava assegurada. Parece-nos ser este um caso de clara superioridade de infantaria apeada face a um contingente de cavalaria. Lembremos que a cavalaria ainda era, neste período, a principal força militar no sub-continente indiano<sup>547</sup>.

Bastou a D. João de Castro ordenar a perseguição das forças locais, que se dispersaram numa fuga desenfreada pela terra adentro. Tomado o castelo, procedeu-se ao seu incêndio e à pilhagem da pequena povoação. A noite foi passada no campo de batalha, em parte para assegurar o local da vitória, mas também por ser necessário dar descanso aos homens e ser impossível regressar ainda naquele dia a Goa. O retorno deu-se na manhã seguinte, alcançando Benasterim no próprio dia. Os vencedores aí se mantiveram durante dois a três dias. Correia justifica a espera com a preparação de uma nova entrada triunfal que terá acontecido (mas com menor dimensão que a da vitória de Diu)<sup>548</sup>. Parece-nos que se deverá ao facto de confirmar que Salcete se mantinha em paz, garantindo que, caso novo ataque se desse, pudesse dispor com rapidez dos homens de armas.

A campanha vitoriosa de Pondá permitiu ao Governador a consolidação das relações com o sultanato de Ahmadnagar e com o Império hindu de Vijayanagar. Concretamente, e como vimos, iniciou um longo processo de aproximação a estes potentados ainda em 1546. Prova disso são as ofertas diplomáticas enviadas a Goa em Dezembro desse ano, enviados pelo imperador Rama Raya: um anel de ouro e um diamante de c. 41 ct<sup>549</sup>. Seja-nos permitido relevar que o interesse por Vijayanagar advinha também do importante mercado de diamantes e outras pedras preciosas aí existentes, como documenta a «emformação de Françysco Pereyra e mestre Pedro, lapidayros, sobre as mynas de diamantes que há no regno de Bisnaguá», texto existente no *Livro que trata das cousas*<sup>550</sup>.

---

<sup>547</sup> Como sabemos, uma parte considerável do lucro da alfândega de Goa advinha da importação de cavalos do Golfo Pérsico para alimentar as guerras intestinas dos sultanatos e outros potentados locais. Sobre este assunto cf. Rui Loureiro – «Os Portugueses e o tráfico de cavalos no Mar da Arábia» in João Paulo Oliveira e Costa e Vitor Luis Gaspar Rodrigues (eds.) – *O Estado da Índia e os Desafios Europeus. Actas do XII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*. Lisboa: CHAM/CEPCEP, 2010, pp. 503-513; e também Chandra R. de Silva – «Empire, Horses and Trade: an examination of Sixteenth Century Portuguese efforts to control trade in Arab and Persian Horses across the Arabian Sea» in *The Portuguese in the Orient*. Kandy: ICES, 2010, pp. 49-76.

<sup>548</sup> *Lendas*, IV, 603 e *CDJC*, p. 170.

<sup>549</sup> BA, cod. 51-VII-19, Certidão de 29-XII-1546 – fl. 139.

<sup>550</sup> *Livro que trata das cousas da Índia e do Japão*, pp. 69-71. Veja-se que, por exemplo, a rainha D. Catarina enviara um seu ourives à Ásia em 1545, Diogo Vaz, o qual fora a Ceilão, pelo menos duas vezes, e a Vijayanagar. Cf. a missiva da rainha a Castro, recomendando-o, a 14-III-1545, *OCDJC*, III, p. 60; a referência da sua passagem por Vijayanagar e da sua nova partida para Ceilão, em carta de Pero de Sequeira ao Governador, de 20-XII-1547, *CSL*, 2, p. 211; e carta da rainha, de 18-III-1547, a agradecer o provimento deste para o Ceilão – *DHMPPPO*, vol. III, p. 500. Para a questão das pedras preciosas e o seu movimento no “Estado da Índia” e para o Reino, cf. o estudo de Hugo Miguel Crespo – *Jóias da Carreira da Índia*, cit., pp. 17-59.

Assim, foram assinados tratados de paz e cooperação entre o “Estado da Índia” e estes dois reinos, a 19 de Setembro com Vijayanagar e a 6 de Outubro com Ahmadnagar<sup>551</sup>. As fontes dão-nos conta de um verdadeiro espectáculo organizado pelo Governador para receber estes embaixadores, incluindo o disparo de doze peças de artilharia quando da chegada dos emissários, sufocando-os com o fumo da pólvora e música tocada excessivamente alta aquando do encontro, obrigando os embaixadores a discutirem os assuntos de Estado ao ouvido do Governador<sup>552</sup>. As condições dos tratados são, na generalidade, similares. Ambas as partes se comprometeram a serem “amigos de amigos e inimigos de inimigos”, formando uma aliança contra Bijapur; é também mencionado que não poderiam coligar-se de alguma forma com o Império Otomano, nem receber ou apoiar qualquer turco. No caso de Burhan Nizam Shah de Ahmanagar, as cláusulas eram já o resultado de uma discussão iniciada no ano anterior, conforme se pode ver por uns apontamentos enviados ao capitão de Chaul, datados de Junho de 1546<sup>553</sup>. Era-lhe salvaguardado o envio de alguns navios a Meca, Ormuz e autorização para navegar livremente até Malaca, disponibilizando-se para ceder madeira, mantimentos e marinheiros ao “Estado da Índia”, em caso de necessidade<sup>554</sup>.

O caso de Vijayanagar é mais relevante pela questão da logística. Em caso de conquista territorial do sultanato de Bijapur, Aliya Rama Raya, soberano do império hindu, assegurava a divisão das terras tomadas, ficando o “Estado da Índia” com todo o território dos Gates até ao Índico, desde o porto de Banda até Cintacora. Tal expansão alargaria consideravelmente o espaço de actuação dos portugueses na região de Goa. Além disso, o “Estado da Índia” comprometia-se a vender todos os cavalos árabes e persas a Vijayanagar, cortando o abastecimento deste importante recurso a Ibrahim Adil Shah. Por seu lado, os portos de Onor e Ancola abrir-se-iam ao comércio português, garantindo a venda privilegiada de salitre e ferro, dois elementos essenciais para o armazém de Goa (em especial para a manufactura da pólvora, fundição de peças de artilharia e produção de espingardas). Chamamos também a atenção para o facto do salitre escassear em Goa, como no-lo indica o vedor da fazenda em Fevereiro e Abril desse ano<sup>555</sup>. Assim, esta via diplomática aberta por Castro em direcção a Vijayanagar, retomando velhos projectos

---

<sup>551</sup> Cf. o traslado destes tratados no *Tombo* de Simão Botelho: *Tombo do “Estado da Índia”*, pp. 120-123 (Ahmadnagar) e 255-257 (Vijayanagar).

<sup>552</sup> *CJDC*, pp. 172-173

<sup>553</sup> *CSL*, 3, pp. 235-236.

<sup>554</sup> *Tombo do “Estado da Índia”*, pp. 121-122.

<sup>555</sup> Cf as cartas de Rui Gonçalves de Caminha, de 4-II – *OCDJC*, III, p. 360, e de 12-IV, p. 396.

abandonados décadas atrás<sup>556</sup>, permitiu assegurar o abastecimento de Goa e das restantes fortalezas portuguesas através de outros pontos que não a terra firme de Bijapur, diminuindo a dependência económica então existente.

Pouco depois, o Governador escrevia a D. João III dando conta destes avanços e prevendo que através deste tratado «[...] nenhuma necessidade temos do Balagate e terras do Idalcão»<sup>557</sup>, concluindo que tal contribuiria para a queda do sultanato. Este impacto poderá ser exagerado, mas não descuremos que o sultão necessitava de importar constantemente cavalos, enxofre (do Golfo Pérsico), sal e de contratar mercenários. A avaliação deste prejuízo foi também assunto analisado em Goa, como comprova um dos textos do *Livro que trata das cousas*, intitulado «[...] Perdas que recebe ho Idallquão tendo guerra com os purtugueses»<sup>558</sup>. O documento, talvez compilado por Rui Gonçalves de Caminha (tendo em conta a sua vasta rede de informadores), informa-nos que o Adil Shah perderia todo o rendimento das suas terras, dos Gates até ao Índico, somando cerca de 400 mil pardaus (cerca de 120.000.000 reais). Além da perda do valor destas rendas, o texto menciona ainda o certo «[...] desbarate dos seus mercadores e a gemte das suas terras», concluindo que «[...] ele sustenta a paz mays de necesydade que de vomtade».

Estes tratados não apenas surgem na documentação portuguesa como são confirmados pelas crónicas locais que temos vindo a utilizar<sup>559</sup>. No centro destas negociações continuavam a estar as já referidas pretensões de Ali bin Yusuf Adil Khan ao trono do sobrinho. Envolvidos em lutas internas, estes potentados viam os portugueses não como simples peões, mas como jogadores que, apesar da sua reduzida implantação no litoral, poderiam ser utilizados para os seus próprios fins na política interna do Hindustão.

Para consolidar estas alianças, D. João de Castro preparou novas embaixadas que foram despachadas nos meses seguintes. Só voltamos a encontrar referência a estes enviados em 1548. Após receber, em Dezembro de 1547, um conjunto de ofertas

---

<sup>556</sup> Sobre a evolução das relações com Vijayanagar veja-se o artigo de Maria Augusta Lima Cruz – «Notes on Portuguese Relations with Vijayanagara, 1500-1565», *Santa Barbara Portuguese Studies*, 2, 1995, pp. 13-39.

<sup>557</sup> Carta de final de 1547, *OCDJC*, III, p. 571.

<sup>558</sup> *Livro que trata das cousas da India e do Japão*, pp. 48-50. D. João de Castro também confirma esta dependência, em carta ao monarca, também sem data – *OCDJC3*, p. 563.

<sup>559</sup> Mahomed Kasim Ferishta – *History of the rise of the Mahomedan power in India till the year A.D. 1612*. London: Longman, 1826, vol. III, pp. 98-99 e 232.

diplomáticas de Vijayanagar<sup>560</sup>, o Governador enviou, nos inícios de Janeiro<sup>561</sup>, Tristão de Paiva à capital deste potentado, chegando a 1 de Fevereiro e levando 56 bois carregados de enxofre, armas, celas, adargas e lanças como ofertas ao Imperador<sup>562</sup>. As conversações encetadas discutiram a melhor forma para atacar Bijapur, ficando Castro responsável por avançar através das Terras Firmes<sup>563</sup>. Nova confirmação era também aí dada do abastecimento de trigo, grão, salitre e outros mantimentos por via portuária<sup>564</sup>. De Ahmadnagar temos notícias no mês seguinte, em Março, de que Duarte Barbudo, embaixador junto de Burhan Nizam Shah, mantinha a sua parte do acordo e recebia também enviados de Vijayanagar para delinear um plano contra Bijapur<sup>565</sup>. Barbudo regressou a Goa nos inícios de Abril, acompanhado de novo emissário do Nizam Shah, como conta Gaspar Correia<sup>566</sup>.

#### 4.6. A presença portuguesa no Golfo Pérsico e a questão de Baçorá

Neste período de permanência em Goa, D. João de Castro necessitou de equacionar outro assunto alarmante para o “Estado da Índia”: o avanço otomano no Golfo Pérsico. Como sabemos, a expansão dos turcos-otomanos pelo Médio Oriente tivera, até então, o seu ponto alto em 1534, com a conquista de Bagdade<sup>567</sup>. A expedição de 1538, que conquistara o Iémen e a cidade portuária de Adem, demonstrou o real perigo da armada do Suez, daí a jornada de D. Estêvão da Gama, em 1541, ao Mar Vermelho, enquanto expedição com vários ataques preventivos. A ameaça continuava presente e desde a sua chegada a Goa que o Governador recebia frequentes informações sobre este assunto. A Armada do Estreito, enviada anualmente para a embocadura do Mar Vermelho e do Mar Arábico, tentava obter notícias sobre uma possível nova armada otomana, além de outros dados que eram recolhidos através de outras redes de informações, como por

---

<sup>560</sup> A certidão, datada de 28-XII-1547, menciona «hũa pateca com hum rubi gramde no meyo, bem corado e com dezaseys diamantes de roqua velha e com duas esmeraldas gramdes e quatro pequenas e quatro mays pequenas e seys perolas gramdes emguastadas na mesma pateca e dous olhos de guato muyto boons em cada ponta seu e no cabo d'arelhana omde fecha hum rubi pequeno» e mais «dous barçetes feitas ao modo de Bysnagua, cada hũa deles com dez rosas de diamantes e no meyo de cada rosa hum ruby e asy mais dez esmeraldas que stão repartidas amtre rosa e rosa cada hũa e asy tem mais vymte rubis pequenos» – BA, cod. 51-VII-19, fls., 205-205v.

<sup>561</sup> Conforme a informação dada por Cristóvão Dória, a 16-I-1548, *CSL*, 3, p. 417.

<sup>562</sup> Cf. carta de 11-II-1548, *CSL*, 3, p. 432. A descrição da recepção da embaixada em Goa e do envio de Paiva é dada por Nunes em *CDJC*, pp. 218-220.

<sup>563</sup> Veja-se a carta escrita a 16 do mesmo mês, *CSL*, 3, pp. 436-437.

<sup>564</sup> *Ibidem*, p. 438.

<sup>565</sup> Carta de 10-III-1548, *Ibidem*, pp. 472-475.

<sup>566</sup> *Lendas*, IV, p. 639.

<sup>567</sup> Sobre a expansão otomana neste período veja-se Robert Mantran (dir.) – *Histoire de l'Empire Ottoman*. Paris: Fayard, 1989, pp. 150-152.



exemplo as do mercador de Cananaor, Khwaja Shams-ud-din. É o caso de uma carta deste a Castro, em Maio de 1546, dando conta que nesse ano não haveria qualquer ameaça dessa ordem<sup>568</sup>. No ano seguinte, a mesma personalidade continuava a utilizar as suas fontes no Mar Vermelho, para confirmar que os otomanos não avançavam pelo Suez<sup>569</sup>.

A presença portuguesa em Ormuz era o palco deste contacto próximo com a expansão otomana. A longa correspondência de Luís Falcão, capitão da fortaleza, entre 1545 e 1546 menciona o avanço destas forças em direcção ao Golfo Pérsico. Esta ameaça e os problemas com o sultanato do Guzerate, que se materializaram com o cerco de Diu, foram responsáveis por uma conjuntura negativa para a alfândega de Ormuz. O capitão, em carta de Janeiro de 1546 ao Governador, queixava-se de que muitas cáfilas se teriam desviado da rota normalmente seguida devido a estes factores<sup>570</sup>. Reclamava também constantemente, em extensas missivas, da falta de mantimentos e de dinheiro na fortaleza<sup>571</sup>. Tal motivara algumas expedições militares, procurando forçar o pagamento de pãreas e a submissão ao controlo mercantil português. Foi o caso da efémera tomada de Catifa<sup>572</sup>, ainda em 1545<sup>573</sup>. Falcão ambicionara outras operações, como a conquista do Omã e até um ataque a Barém<sup>574</sup>, mas estas não foram aprovadas por Castro, que apenas via nelas motivo para a dispersão dos portugueses no Golfo e temia que estas iniciativas despertassem o interesse otomano nesta região<sup>575</sup>. Lembremos que, ao sair de Lisboa, em Março de 1545, o novo Governador levava um conjunto de apontamentos de D. João III para tentar reduzir a intervenção portuguesa no Golfo Pérsico, evitando um conflito com os interesses económicos do rei de Ormuz que se queixava de tal<sup>576</sup>.

---

<sup>568</sup> Carta de 23-V-1546, *CSL*, 3, pp. 339-340. Outra carta, de 17-VIII volta a confirmar estas notícias – *Ibidem*, pp. 354-355

<sup>569</sup> Carta de 13-V-1547, *Ibidem*, pp. 374-375.

<sup>570</sup> Carta de 1-I-1546, ANTT/Cartas-Ormuz, fl. 30-35.

<sup>571</sup> Por exemplo, em carta de 21-IX-1545, ANTT/Cartas-Ormuz, fls. 7-9.

<sup>572</sup> Qatif, porto na actual Arábia Saudita.

<sup>573</sup> Veja-se a descrição da operação por Bernardim de Sousa, em carta a D. João III de 20 de Novembro de 1545, *As Gavetas da Torre...*, cit., vol. I, pp. 915-918. O Guazil de Ormuz dava também conta dela numa carta de 24-VIII-1545 a Castro – ANTT/Cartas-Ormuz, fl. 1r-v. Sobre o episódio, cf. Willem Floor – *The Persian Gulf. A political and economic history of five port cities, 1500-1730*. Washington: Mage Publishers, 2006, p. 159.

<sup>574</sup> Omã, surgindo identificado, na documentação, como Amão ou Hamão – Carta de 4-IX-1545 a D. João de Castro, ANTT/Cartas-Ormuz, fl. 3-4v. Acerca deste plano de Falcão, veja-se Willem Floor – *The Persian Gulf...*, cit., p. 160.

<sup>575</sup> Carta não datada, sem original, copiada na *CVRDJC*, p. 402.

<sup>576</sup> Veja-se os apontamentos em *OCCS*, pp. 220-222.

O controlo total da alfândega de Ormuz, a partir de 1543<sup>577</sup>, não veio incrementar substancialmente os proveitos pois os rendimentos dessa década, analisados já por diversos investigadores, mostram uma considerável flutuação que não contribuiu para a estabilização da Fazenda<sup>578</sup>. Sebastião Lopes Lobato, feitor a partir de 1545, que estivera presente na cidade com Afonso de Albuquerque (em 1515), escrevia a Castro que a cidade decaíra desde a sua conquista: «A mym mesmo pergunto se he este Oromuz que heu vy ha trimta e hum anos tão proporo [sic] como Veneza»<sup>579</sup>. A conjuntura económica da época, caracterizada por uma retracção financeira generalizada, fazia-se sentir ali como mostram estes testemunhos. Enquanto placa giratória do comércio do Golfo, Ormuz abastecia o Índico de, entre outros produtos, cavalos árabes e persas e enxofre<sup>580</sup>. O enxofre, em particular, mostrava preocupar consideravelmente D. João de Castro que, devido ao cerco de Diu e às suas múltiplas campanhas militares, necessitava dele para a produção de pólvora. Em muitas cartas de Lopes Lobato são mencionadas as várias tentativas de desbloquear este trato, paralisado por ordem do rei de Lara, e procurar até vias alternativas de o adquirir, como recorrendo a mercadores arménios da região<sup>581</sup>. Uma “enformação do enxofre que vem de dentro do estreito d’Ormuz”, escrita pela mesma personagem, comprova o interesse por compreender a proveniência do referido elemento e pelas suas redes de distribuição e aquisição<sup>582</sup>.

O constante contrabando português na região afectava directamente os interesses da Fazenda Régia. A passagem de mercadorias defesas, como as especiarias, era algo impossível e até desaconselhável de controlar na totalidade. Os pareceres reunidos em Goa, no final de 1545, sobre o trato de pimenta e drogas para Ormuz, concluía que caso tal acontecesse, as redes comerciais retractar-se-iam fortemente e «seria causa de se a Índia perder e não poder sustentar»<sup>583</sup>. Um dos documentos reunidos no *Livro que trata das cousas*, provavelmente redigido para ajudar a compreender este assunto, diz respeito

---

<sup>577</sup> João Teles e Cunha – *Olha da grande Pérsia o império nobre. Relações entre Portugal e a Pérsia na Idade Moderna (1507-1750)*. Lisboa: Governo de Portugal, FCG, Embaixada da República Islâmica do Irão, 2014, p. 66.

<sup>578</sup> Cf. Sanjay Subrahmanyam – *O Império Asiático Português...*, cit., pp. 131-133.

<sup>579</sup> Carta de 18-XII-1545, ANTT/Cartas-Ormuz, fl. 25.

<sup>580</sup> Sobre o papel de Ormuz veja-se o artigo de Dejanirah Couto – «Ormuz under the Portuguese Protectorate: some notes on the Maritime Economic nets to India (Early 16th Century)» in Ralph Kauz (ed.) – *Aspects of the Maritime Silk Road: from the Persian Gulf to the East China Sea*. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2010, pp. 45-46.

<sup>581</sup> Vejam-se, por exemplo, as cartas de 15-I-1546, ANTT/Cartas-Ormuz, fls. 41-42; 3-II-1546, *OCDJC*, IV, pp. 22-26 e 31-X-1546, *OCDJC*, III, p. 255.

<sup>582</sup> *Livro que trata das cousas da Índia e do Japão*, pp. 117-120.

<sup>583</sup> Acta da reunião de 10-XI-1545, publicada por Luís Filipe F.R. Thomaz – *A Questão da Pimenta...*, cit., p. 92.

ao caminho que as «especiarias e drogas da Índia» faziam entre Baçorá e Trípoli (actual Líbano), uma viagem que demorava pouco mais de quinze dias<sup>584</sup>. Exigia-se um maior rigor no controlo dos produtos que passavam por Ormuz, não obstante os fidalgos reunidos saberem que, em última análise, estes poderiam acabar por chegar a Alexandria e a Veneza. Com o envio de um novo guazil para Ormuz (Sharaf al-Din, surgindo na documentação portuguesa como Rex Xarafa<sup>585</sup>), no final de 1546, o Governador, ainda em Diu, procurava repor alguma ordem nas múltiplas queixas que recebera relativas ao contrabando e à própria administração da alfândega, parte delas advindo de Simão Botelho, vedor das fortalezas, que posteriormente confessava ter encontrado muitas irregularidades por parte do guazil e do capitão Luís Falcão<sup>586</sup>. A provisão que Sharaf al-Din levava tocava em dezasseis pontos que visavam estabilizar a presença de mercadores na cidade e procurava atrair novos investidores neste comércio<sup>587</sup>.

Paralelamente a estes problemas financeiros e de abastecimento, a ameaça otomana continuava a pairar. Como dissemos, através do controlo de Adem os otomanos representavam uma constante presença no horizonte português no Índico. Tal problema ressurgiu, por exemplo, em Outubro de 1546, quando cinco fustas “rumes” (provavelmente provenientes de Caxem, na costa do Hadramaute, recentemente tomado pelos otomanos) atacaram o porto de Calaiate, na costa omanita. O desembarque em Mascate foi impedido graças à construção de uma tranqueira pelos portugueses, com ajuda do guazil local, saldando-se por alguns feridos e pela destruição mínima da cidade, apesar do profícuo uso de artilharia nestas embarcações. Em Ormuz, o capitão Luís Falcão preparou uma pequena armada de cinco fustas, capitaneada por Rafael Lobo, para perseguir estes navios otomanos, mas, devido ao mau estado dos navios, só conseguiu

---

<sup>584</sup> Cf. o texto XIV do *Livro que trata das cousas da Índia e do Japão*, p. 74. Poderá ter sido escrito por Hwaje Pir Qoli (Coja Percolim), que redigiu uma informação sobre a Pérsia, ou por Lopes Lobato, através de informação acumulada enquanto feitor de Ormuz. Sobre estas rotas terrestres veja-se o estudo de João Marinho dos Santos – *Os Portugueses em Viagem pelo Mundo. Representações Quinhentistas de Cidades e Vilas*. Lisboa: GTMECDP, 1996, pp. 148-172.

<sup>585</sup> Este guazil estivera exilado em Lisboa entre 1530 e 1545, tentando-se assim diminuir a influência persa sobre o rei e a administração de Ormuz; D. João III autorizou o seu regresso a Ormuz caso um filho dele ocupasse o seu lugar, na capital do reino português, o que veio a acontecer em 1547-1548. Todo este episódio é narrado por Willem Floor – *The Persian Gulf...*, cit., pp. 122-137.

<sup>586</sup> Carta de Simão Botelho a D. João III, 24-XII-1548, publicada em «Cartas de Simão Botelho» in Rodrigo José de Lima Felner – *Subsídios para a História da Índia Portuguesa*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1868, p. 18 e 20.

<sup>587</sup> O documento, datado de 30-XI-1546, foi publicado em *APO-CR*, f. 5, parte I, n.º 84, pp. 188-194.

partir no final desse mês. Nessa altura, as embarcações “rumes” já tinham zarpado da costa, sem tentar qualquer outra operação militar<sup>588</sup>.

Na carta-relatório escrita a 16 de Dezembro de 1546, D. João de Castro dava crédito às notícias que chegavam a Ormuz e notificava D. João III de que a conquista de Baçorá podia acontecer nos próximos tempos, antevendo um plano otomano para atacar os portos portugueses<sup>589</sup>. Há muito que o comércio de Ormuz se ligava ao de Baçorá, principal cidade de exportação para o Médio-Oriente. A boa relação com Goa é atestada, por exemplo, pela oferta de um cavalo ao Governador, por parte do rei local, em Janeiro de 1546<sup>590</sup>. Castro recompensou inclusivamente, no início do seu mandato, alguns fidalgos com direitos de “viagem” a esta cidade<sup>591</sup>, e sabemos que Luís Falcão, entre outros, tratava muitas vezes para lá e nem sempre dentro da legalidade<sup>592</sup>.

Apesar deste tipo de discurso (mencionando o perigo iminente do avanço otomano) ser frequente na documentação portuguesa, sabemos que esta ameaça não existiu realmente, pois estes espaços sempre foram vistos e entendidos como periféricos face aos interesses centrais do Império Otomano<sup>593</sup>. A conquista de Baçorá deu-se a 26 de Dezembro de 1546 e veio a abrir a este potentado islâmico uma nova janela para o Índico, complementando aquela aberta com a conquista de Adem, em 1538. Todavia, as fontes turcas mostram que não se previu construir nenhum estaleiro naval aí, como o do Suez, o que demonstra que não se planeava qualquer conquista na região<sup>594</sup>. Outro facto

---

<sup>588</sup> Este caso é descrito detalhadamente por Sebastião Lopes Lobato, em carta ao Governador, de 31-X-1546, *OCDJC*, III, pp. 252-254. Os outros testemunhos são de Luís Falcão (carta de 4-XI-1546, *CSL*, 2, pp. 123-124) e de Rafael Lobo (cartas de 11-XI-1546, uma a D. João, mais extensa (ANTT/CSL, 4, fls. 485r-v) e outra a D. Álvaro (*CSL*, 2, pp. 127-128)). Willem Floor também descreve este episódio – *The Persian Gulf...*, cit., pp. 172-173.

<sup>589</sup> *OCDJC*, III, p. 286.

<sup>590</sup> A certidão de 15-I-1546 encontra-se na BA, cod. 51-VII-19, fl. 141. O cavalo foi, no próprio dia, oferecido a D. João de Ataíde, que o vendeu por 200 cruzados – *LMercês*, fl. 32v.

<sup>591</sup> Vejam-se os registos de mercês de D. João de Mascarenhas, D. Diogo de Almeida e D. Jerónimo de Noronha no *LMercês*, fls. 2r, 5r e 7r. Mascarenhas agradeceu a concessão da viagem, em carta de 23-XI-1545, mas não a iria utilizar pois não tinha fazenda para tal – ANTT/CSL, 5, fl. 135r.

<sup>592</sup> Encontramos a denúncia de todos os crimes de Luís Falcão na carta de Manuel de Boim, de 20-X-1547, para D. João III, em Luís de Albuquerque e José Pereira da Costa – «*Cartas de «Serviços»...*», cit., n.º XLIII. Depois de entrar na capitania de Ormuz, substituindo Falcão, D. Manuel de Lima também dava conta que aquele tinha autorizado a ida de navios a Baçorá, já depois da sua conquista pelos otomanos – carta de 23-VI-1547, *OCDJC*, III, 413-417.

<sup>593</sup> Cf. Willem Floor – *The Persian Gulf...*, cit., p. 157.

<sup>594</sup> João Teles e Cunha – «The Portuguese presence in the Persian Gulf» in Lawrence G. Potter (ed.) – *The Persian Gulf in History*. New York: Palgrave Macmillan, 2009, p. 211; e Svat Soucek – «The Portuguese and the Turks in the Persian Gulf» in Dejanirah Couto e Rui Manuel Loureiro (eds.) – *Revisiting Hormuz. Portuguese Interactions in the Persian Gulf Region in the Early Modern Period*. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2009, p. 34. Note-se que, nos anos seguintes, as expedições militares otomanas continuaram a sair do Suez, e nunca de Baçorá. Assim, a proposta de análise de Giancarlo Casale, de uma expansão otomana premeditada para o Índico não nos parece adequar-se aos dados aqui arrolados – *The Ottoman Age of Exploration*, cit., pp. 76-83; veja-se as recensões desta obra, criticando a proposta de leitura de Casale, por

que comprova esta ideia é a quase imediata tentativa de relacionamento comercial com os portugueses. A recém-criada rota terrestre otomana procurava assim uma nova abordagem que não a militar<sup>595</sup>.

Neste sentido, o capitão de Ormuz, D. Manuel de Lima, recebeu, nos primeiros dias de Junho de 1547, um embaixador do governador de Baçorá, pedindo que fosse enviado um feitor português para a cidade<sup>596</sup>. Tal se compreende pela inaptidão dos otomanos em conseguir retomar o comércio, tendo este declinado consideravelmente a partir do momento da ocupação<sup>597</sup>. O capitão reuniu um pequeno conselho para sondar as opiniões dos presentes, optando por enviar Domingos Barbudo para servir essa função. A decisão fora tomada para conseguir manter o fluxo comercial e para obter notícias sobre o desenvolvimento da cidade e dos planos otomanos<sup>598</sup>. Este último ponto foi conseguido, como nos comprova uma carta de Barbudo, escrita de Baçorá, em Setembro de 1547<sup>599</sup>. Neste documento, o português narra a sua chegada à cidade e o seu relacionamento com o representante otomano, descrevendo as defesas existentes e o potencial militar reunido.

A notícia da conquista de Baçorá terá chegado ao Governador quando este ainda se encontrava em Diu<sup>600</sup>. No entanto, apenas depois da campanha de Pondá e da chegada das notícias do enviado de Baçorá é que D. João de Castro se debruçou sobre o assunto<sup>601</sup>. Procedeu então da mesma forma que fizera quanto à questão da pimenta, dos bazarucos

---

A.M. Celal Sengor – «Was there ever an Ottoman Age of Exploration?», *Zeitschrift für geschichte der arabisch-islamischen wissenschaften*, 19, 2010-2011, pp. 353-375 e Svat Soucek – «About the Ottoman Age of Exploration», *Archivum Ottomanicum*, 27, 2010, pp. 313-342

<sup>595</sup> Cf. Salih Özbaran – *The Ottoman Expansion towards the Indian Ocean in the 16th century*. Istanbul: Istanbul Bilgi University Press, 2009, pp. 99-100.

<sup>596</sup> Bastião Lopes Lobato, em carta de 3-II-1547, dava conta de que os otomanos tinham entrado em contacto com Luís Falcão, capitão, e do boato de que preparavam o envio de um embaixador a Ormuz – ANTT/Cartas-Ormuz, fl. 86v.

<sup>597</sup> Veja-se Dejanirah Couto – «The commercial relations between Basrah and Goa in the Sixteenth century», *Studia*, 48, 1989, pp. 152-153.

<sup>598</sup> O caso é narrado pelo próprio Lima, em carta a Castro de 23-VI-1547, Luís de Albuquerque – «O domínio português do Índico e a resposta turca» in *Estudos de História*. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1977, vol. V, pp. 235-246.

<sup>599</sup> A carta é dirigida a D. Manuel de Lima, publicada por Luís de Albuquerque – «Alguns aspectos da ameaça turca sobre a Índia por meados do século XVI» in *Estudos de História*, cit., pp. 388-395.

<sup>600</sup> Leonardo Nunes confirma-nos esta suposição – *CDJC*, pp. 143-144. É digno de notar que D. João III recebeu a notícia da tomada de Baçorá em Março de 1547, através de agentes seus em Veneza – carta a D. João de Castro, de 29-III-1547, *OCDJC*, III, p. 392. Sobre a divulgação desta notícia no meio europeu cf. Dejanirah Couto – *Le Portugal et l'Empire Ottoman à l'époque de D. João III et de Soliman le Magnifique – La rivalité pour l'hégémonie dans le golfe Persique (1538-1552): La campagne contre Qatif et l'expédition à Bassorah*. Paris: trabalho apresentado para obtenção da *habilitation à diriger des recherches* – Université de Paris X, 2006, pp. 76-82.

<sup>601</sup> Gaspar Correia mistura estas duas notícias – a conquista de Baçorá e a chegada de um embaixador a Ormuz – à chegada destas novas em Agosto de 1547 (*Lendas*, III, pp. 524-525). É praticamente impossível que Castro não tivesse recebido a notícia de Baçorá em Diu, visto que recebeu correspondência do Golfo Pérsico durante a sua estadia lá.

e da conversão do rei de Tanor: solicitou pareceres a vinte e três fidalgos, estando estes documentos datados entre 25 de Setembro e 2 de Dezembro de 1547<sup>602</sup>. As várias opiniões reunidas são essenciais para compreendermos os pontos de vista desta fidalguia, demonstrando que nem todos possuíam os mesmos conhecimentos sobre a realidade económica e comercial do Golfo Pérsico<sup>603</sup>.

Efectivamente, cinco dos inquiridos pugnavam pelo estabelecimento de uma feitoria em Baçorá e pela manutenção de relações comerciais. Manuel de Sousa de Sepúlveda era um destes homens, e justificava a sua opção dizendo que «não avemdo a dita navegação, receberá el Rey noso senhor muita perda asy n'alfamdega d'Ormuz como nas outras da Imdia porque não temdo sayda as fazemdas de Maluquo e Malaqa pola vya de Baçora não as yrão busqar os merqadores e as alfamdegas remderão muyto menos»<sup>604</sup>. Luís Falcão, antigo capitão de Ormuz, apontava as mesmas razões, enumerando ainda uma série de produtos cujo comércio se viria bloqueado com a decisão de suspender as relações com os otomanos<sup>605</sup>. Do outro lado, os argumentos seguiam todos o mesmo raciocínio: seria impensável tratar com os otomanos, pelo que só reforçaria o seu poder económico e posteriormente o desenvolvimento militar, permitindo desta forma novas campanhas contra os portugueses. Para além do mais, parecia haver um total desconhecimento sobre o abastecimento logístico de Baçorá, já que grande parte dos testemunhos concluía que o fim das relações com os portugueses empobreceria a cidade porque esta era abastecida pelo Golfo; ora, o parecer de Falcão e o que sabemos hoje sobre esta província otomana levam-nos a concluir que a ligação com os portugueses não era tão fulcral como estes pareceres fazem crer. Deverá datar desta altura o documento XII do *Livro que trata das cousas*, que reúne dados sobre a madeira existente na região de Baçorá e da sua chegada a esta cidade. O texto revela uma preocupação militar, visando compreender a viabilidade logística e o potencial da construção naval otomana<sup>606</sup>.

Seguindo a maioria das opiniões, a decisão não se fez esperar e D. João de Castro ordenou o corte de relações com Baçorá. Esperava então que a cidade acabasse por empobrecer, vindo a ser abandonada pelos otomanos. Este é o panorama que expõe numa

---

<sup>602</sup> Os pareceres encontram-se na BA, cod. 51-VII-19, fls. 293-331. Agradecemos à Prof. Doutora Dejanirah Couto a partilha da transcrição destes documentos.

<sup>603</sup> A análise mais detalhada destes pareceres pode ser vista no artigo de Dejanirah Couto – «The commercial relations between Basrah and Goa...», cit., pp. 154-155 e da mesma autora *Le Portugal et l'Empire Ottoman à l'époque de D. João III...*, cit., pp. 59-76. Veja-se também o que escreveu Willem Floor – *The Persian Gulf...*, cit., pp. 166-167.

<sup>604</sup> BA, cod. 51-VII-19, fl. 298r.

<sup>605</sup> *Ibidem*, fl. 309.

<sup>606</sup> *Livro que trata das cousas da India e do Japão*, pp. 72-73.

carta a D. João III de final de 1547<sup>607</sup>. Mostrava, na mesma carta, que compreendia esse risco, pois afirmava que «avendo trato em Baçora as rendas de Vossa Alteza serão maiores»<sup>608</sup>. Em suma, esta dualidade de opinião mostra o quão complexa era a questão. No fundo, o que estava em causa era autorizar a relação comercial oficial entre o “Estado da Índia” e o Império Otomano, algo inimaginável à época, tendo em conta o histórico de relações na Ásia – não obstante as várias tentativas directas de D. João III negociar com a Sublime Porta. Lembremos, por exemplo, os efeitos nefastos do primeiro cerco de Diu, de 1538. O imaginário da ameaça turca-otomana mantinha-se assim enraizada, levando até que a Câmara de Chaul, em Fevereiro de 1548, escrevesse ao Governador a dar conta que ainda aguardava a oportunidade de o acompanhar na conquista de Baçorá<sup>609</sup>.

Apesar da medida tomada, o comércio do Golfo Pérsico não abrandou. O contrabando continuou a alimentar parte das rotas que por lá passavam e, através de Barém, Catifa e Rexel (Reyshahr), os portugueses mantinham o acesso ao mercado de Baçorá<sup>610</sup>. D. Manuel de Lima deu conta, por diversas vezes, de navios apreendidos que se dirigiam lá, levando, entre outros bens, pimenta, gengibre e enxofre<sup>611</sup>. Tendo em conta a situação política da região, o capitão de Ormuz equacionou uma nova aliança com o Shah Thamasp da Pérsia. As relações com a Pérsia Safávida encontravam-se, neste momento, numa fase estável<sup>612</sup>. Os únicos atritos existentes giravam à volta dos direitos cobrados na alfândega de Ormuz relativamente a cavalos e outras mercadorias que os representantes do Shah tratavam. Sebastião Lopes Lobato e o próprio Castro dão-nos conta destas questões<sup>613</sup>. Em todo o caso, em carta de Janeiro de 1548, Lima propunha a convergência de forças contra o perigo da instalação otomana no Golfo, e que tudo fosse liderado pelos portugueses, que atacariam de surpresa Baçorá com uma armada<sup>614</sup>. Talvez tenha sido nesta conjuntura que Hwaje Pir Qoli (Coje Percolim nas fontes portuguesas) escreveu a sua breve descrição da Pérsia, dando conta da dimensão do Império

---

<sup>607</sup> Carta não datada, *OCDJC*, III, p. 570.

<sup>608</sup> *Ibidem*.

<sup>609</sup> Carta de 13-II-1548, *CSL*, 3, p. 307.

<sup>610</sup> Veja-se Willem Floor – *The Persian Gulf...*, cit., p. 168.

<sup>611</sup> Carta de 23-VII-1547, *OCDJC*, III, p. 424 e de 20-X-1547, *Ibidem*, p. 463.

<sup>612</sup> Sobre o assunto cf. Rudi Matthee – «Distant allies: diplomatic contacts between Portugal and Iran in the reign of Shah Tahmasb, 1524-1576» in Rudi Matthee e Jorge Flores (eds.) – *Portugal, the Persian Gulf and Safavid Persia*. Lovain: Peeters, 2011, p. 231.

<sup>613</sup> Por exemplo a carta de Lopes Lobato ao Governador, de 25-II-1546, ANTT/Cartas-Ormuz, fl. 61-62, resumida em *OCDJC*, III, pp. 128-129; e a carta de D. João de Castro ao rei, de 16-XII do mesmo ano, *Ibidem*, p. 286.

<sup>614</sup> Carta de 25-I-1548, ANTT/Cartas-Ormuz, fl. 140r-v, parcialmente publicada em *OCDJC*, III, 506.

Safávida<sup>615</sup>. Porém, o plano do capitão português nunca se concretizou e nem sequer foi seriamente equacionado pelas autoridades do “Estado da Índia” ou pela Coroa<sup>616</sup>.

#### 4.7. A Guerra de Cambaia

Além de ter dado continuidade ao conflito com Bijapur, a questão da guerra no Norte continuava em aberto para D. João de Castro. De acordo com Leonardo Nunes, o Governador planeou regressar a Baçaim ainda em 1547 para iniciar uma nova campanha na costa Guzerate. Quase à imagem de D. Francisco de Almeida, que pretendeu vingar a morte do filho na célebre batalha de Diu (em 1509), Castro queria então vingar a morte do seu filho mais novo, D. Fernando, durante o cerco àquela mesma fortaleza<sup>617</sup>. Para tal, necessitou de preparar uma armada, versátil o suficiente para as operações anfíbias tão comuns dos portugueses, caracterizadas por desembarques rápidos na costa, apoiados pela artilharia dos navios e seguidos de ataques às povoações costeiras e ribeirinhas, saldando-se por violentas destruições e razias das populações locais<sup>618</sup>. Estamos a falar de navios de remos, como fustas, catures e ainda algumas galés.

À imagem do que fizera quando do cerco, solicitou apoio às diversas fortalezas portuguesas na costa ocidental do Hindustão e ainda a alguns reis locais com quem o “Estado da Índia” estabelecera relações diplomáticas. Em Julho de 1547, a Câmara de Chaul respondia ao pedido, solicitando mais algum tempo para juntar os homens e os navios solicitados; já a de Cochim queixava-se da sua falta de meios apesar da boa vontade de vários *casados*, encontrando três homens que partiriam com os navios e mais dois que pagariam tudo o que fosse necessário<sup>619</sup>; Manuel de Vasconcelos, capitão de Cananor, conseguira juntar 17 navios; o rei de Cananor cerca de 60 a 70 navios<sup>620</sup> e, entre outros reforços de diversos locais, o Rei da Pimenta, isto é, do reino de Vadakkumpur, em Travancor (na costa do Malabar), enviou 500 naires, soldados locais, comandados por Vasco Nunes, cristão convertido.

---

<sup>615</sup> Texto XXV, o último do *Livro que trata das cousas da Índia e do Japão*, pp. 132-133. Sobre esta personagem veja-se o estudo de Luís Filipe F.R. Thomaz – «Hwaje Pir Qoli et sa brève relation de la Perse», *Eurasian Studies*, V, 1–2, 2006, 357–69, e do mesmo autor «Iranian Diaspora in Maritime Asia...», cit., pp. 57-58.

<sup>616</sup> Cf. João Teles e Cunha – *Olha da grande Pérsia...*, cit., p. 68.

<sup>617</sup> *CDJC*, p. 174.

<sup>618</sup> Sobre este tipo de operações, veja-se o artigo de Malyn Newitt – «Portuguese amphibious warfare in the East in the sixteenth century (1500-1520)» in D.J.B. Trim e Mark Charles Fissel (eds.) – *Amphibious Warfare 1000-1700. Commerce, State Formation and European Expansion*. Leiden/Boston: Brill, 2011, pp. 103-121.

<sup>619</sup> Carta de 24-IX-1547, *CSL*, 2, p. 382.

<sup>620</sup> Carta de 11-IX-1547, *CSL*, 3, p. 377.



A armada, capitaneada pelo próprio Governador do “Estado da Índia”, saiu no final de Outubro, em direcção a Baçaim. A sua preparação esteve condicionada à monção, pelo que apenas podia zarpar, em segurança, a partir de Setembro – tendo sido, obviamente, adiada por causa da guerra com Bijapur. A frota era constituída por aproximadamente 80 velas, com mais de 1000 soldados. Mais uma vez, é difícil precisar o número de efectivos presentes, tendo em conta que as crónicas utilizadas são as únicas fontes que nos dão estes dados, divergindo entre si. O certo é que a armada chegou à capital da Província do Norte e, com os reforços locais, somou cerca de 1800 homens de armas, em cerca de 120 navios de remos e 2 a 4 galeões<sup>621</sup>. D. João de Castro encontrou aí a pequena frota comandada por D. Jorge de Meneses, que enviara em Abril de 1547 a patrulhar a costa do Guzerate e a semear o terror nas populações locais<sup>622</sup>. Estas viagens estendiam-se entre Chaul e Diu, do outro lado do Golfo de Cambaia, locais que chegou a visitar durante esse período de vigilância<sup>623</sup>. Destacou-se num ataque à cidade de Baroche (actual Broach), uma das mais importantes cidades da costa do Guzerate, como já referia Tomé Pires na sua *Suma Oriental*<sup>624</sup>. O episódio é narrado em todas as crónicas, em que é mencionado o facto de ter conseguido furtar umas cinquenta peças de artilharia, tendo rebentado com aquelas que não conseguiu embarcar<sup>625</sup>. Estas chegaram a Baçaim e foram posteriormente, por ordem de D. João de Castro, enviadas para Goa, onde foram recebidas com grande pompa e colocadas à vista de todos, nos armazéns da Ribeira, como nos confirma Rui Gonçalves de Caminha numa carta ao Governador<sup>626</sup>. Note-se que cinco

---

<sup>621</sup> D. João de Castro indica que teria 1800 homens – ARSI, *Goa* 38, fl. 83. Os números aqui apresentados também provêm de uma leitura crítica da crónica de Leonardo Nunes (*CDJC*, pp. 174-175) e Gaspar Correia (*Lendas*, IV, p. 606), que confirmam, grosso modo, os dados de Castro. Os dados fornecidos por estes autores divergem quanto ao número de embarcações da armada quando da saída de Goa, mas convergem se os lermos como o total, depois da chegada a Baçaim. Em cartas a Castro e ao filho, Sebastião Coelho (carta de 8-VIII-1547, *CSL*, 3, p. 533) e D. João de Abranches (carta do mesmo dia, *CSL*, 2, p. 202), respectivamente, mencionam os treinos de *ordenança* tidos nessa fortaleza, juntando cerca de 300 a 400 homens, fora aqueles que já se encontravam, como veremos, com D. Jorge de Meneses em Agaçaim. Simão Botelho menciona, numa carta ao monarca (de 24-XII-1548), que ajudara a juntar 130 navios de remo para esta armada, o que também confirma estes números, tidos como aproximados – «Cartas de Simão Botelho» in Rodrigo José de Lima Felner – *Subsídios para a História da Índia...*, cit., p. 24.

<sup>622</sup> Cf. a carta que D. Jorge escreve a D. Álvaro de Castro, em 18-IV-1547, *CSL*, 2, p. 166.

<sup>623</sup> Veja-se a carta de Pero de Ataíde, dando conta da visita de D. Jorge em Diu – carta a D. Álvaro de Castro, de 5-IX-1547, *CSL*, 2, p. 25, e uma do próprio capitão da frota ao mesmo, de 24-IX-1547, *Ibidem*, p. 167.

<sup>624</sup> Cf. Tomé Pires – *Suma Oriental*. Ed. Rui Loureiro. Lisboa: CCCM, 2018, p. 83.

<sup>625</sup> *CDJC*, pp. 175-176 e *Lendas*, IV, pp. 607-608.

<sup>626</sup> Carta de 31-X-1547, *CartasRGC*, p. 68. Note-se que a data da carta confirma que a saída de Castro se deve ter dado em meados do mês, dando assim tempo para chegar a Baçaim e enviar as peças para Goa, verificado estas no dia 29. A Câmara de Goa, em carta de 18-XII, refere brevemente a chegada da artilharia – *OCCS*, p. 283. D. Jerónimo de Noronha em carta de serviço apresentada ao rei, por volta de 1549-1550, mencionou também o furto de 53 peças de artilharia em Baroche – Luís de Albuquerque e José Pereira da Costa – «Cartas de «Serviços»...», cit., p. 395.

anos depois, a maior parte destas peças ainda se encontravam ao serviço, visto que surgem no rol de artilharia de Goa, de 1552/1553<sup>627</sup>. O feito ressoou de tal forma que o fidalgo ganhou a própria alcunha de “o Baroche”.

Esta iniciativa de D. Jorge de Meneses foi bem acolhida por D. João de Castro que o voltou a enviar para lá, para causar mais destruição. Por sua vez, a D. Álvaro de Castro foi dado o comando de outra pequena armada, com cerca de 60 a 70 fustas (às quais se juntariam as de D. Jorge depois de falhar novo ataque em Baroche), para atacar Surrate, certamente com o objectivo de destruir o forte aí construído uns anos antes por Khwaja Safar<sup>628</sup>. Contudo, a cidade já se encontrava preparada para o confronto e respondeu prontamente à chegada da armada, denotando um profícuo uso de artilharia e espingardaria. Gorado esse objectivo, D. Álvaro regressou a Baçaim, juntando-se ao pai que, pouco depois, levantou ferros em direcção a Baroche.

Um dos elementos essenciais para compreender esta campanha de D. João de Castro diz respeito às próprias movimentações do Sultão Mahmud III do Guzerate. Efectivamente, sabemos que este terá começado a preparar as suas forças para rechaçar os portugueses na região. Em carta de 27 de Agosto de 1547, desde Chaul, Diogo Lopes de Aguião dava conta que soubera, através de vários informadores, que o Sultão iniciara a construção de uma armada em diversos portos, como Surrate e Cambaia, informação que é confirmado pela *Crónica Árabe do Guzerate*<sup>629</sup>. Assim, a jornada de 1547 deve ser lida como um ataque preventivo, tentando voltar a impor, pelas armas, a superioridade naval dos portugueses e destruir qualquer frota em construção. Coincidência ou não, a presença do Sultão na região, talvez para procurar acompanhar estes preparativos, precipitou uma batalha campal entre os portugueses e as suas forças, já depois do Governador estar a caminho de Baçaim<sup>630</sup>.

O confronto aconteceu a 7 de Novembro<sup>631</sup>. A chegada da frota portuguesa fez-se sentir fortemente, tendo em conta as constantes razias provocadas pelo caminho. O

---

<sup>627</sup> Estamos em crer que se tratam das mesmas, visto que surgem identificadas como «Quarenta e dous cães mais que vierão de Baroche em q entrão algũas bombardas roqueiras» – cf. Roger Lee de Jesus e Tiago Machado de Castro – «Certidão da artilharia das fortalezas do Estado da Índia...», cit., p. 136.

<sup>628</sup> *CDJC*, p. 178; *Lendas*, IV, p. 609.

<sup>629</sup> Carta de Aguião em *CSL*, 3, pp. 285-286; *Arabic History of Gujarat*, vol. 1, p. 238. Repare-se que ainda a 15 de Janeiro de 1548 Luís Falcão dava notícia ao Governador que enviara navios pela costa do Guzerate para saber se a construção naval continuava – *OCCS*, p. 295; carta com teor parecido no dia 23-I-1548 – ANTT/Cartas-Diu, fl. 8v.

<sup>630</sup> *Lendas*, IV, p. 610.

<sup>631</sup> É o próprio D. João de Castro que data o confronto, numa carta de que apenas conhecemos um fragmento, preservado no ARSI, *Goa 38*, fls. 83-85. Note-se que o relato de Leonardo Nunes segue de perto esta descrição feita pelo Governador.

desembarque coincidiu com o surgimento das tropas do Sultão. Com a cidade como pano de fundo, em local identificado pela *Crónica Árabe do Guzerate* como Bhadbhut<sup>632</sup> (uma pequena povoação no rio que passa ao largo de Baroche), D. João de Castro enviou um contingente comandado por D. Jerónimo de Noronha, capitão de Baçaim, para atacar um povoado ali existente, sempre seguindo o modelo de *ordenanças*, isto é, fazendo uso da conjugação de espingardeiros e de lanceiros, rigidamente organizados e marchando sob as bandeiras, ao toque de pífaros e tambores<sup>633</sup>. Depois desta curta operação e da aproximação de soldados guzerates, o Governador terá organizado os seus homens em vários corpos para fazer frente às forças locais que aparentavam organizar-se em semicírculo («em forma de luneta», segundo o próprio Castro<sup>634</sup>), tática utilizada com frequência para facilitar o flanqueamento das forças e levar ao envolvimento do inimigo<sup>635</sup>. Nesta situação, a utilização de corpos de espingardeiros foi eficaz para conseguir evitar este avanço em que se vislumbrava o uso de elefantes de guerras (com pequenas peças de artilharia no seu dorso), ladeados por várias bocas-de-fogo no campo<sup>636</sup>. O Governador e Leonardo Nunes mencionam cerca de 5 a 6 mil cavaleiros guzerates, não contando peões e espingardeiros<sup>637</sup>.

Quanto ao desfecho do combate, a *Crónica Árabe do Guzerate* menciona apenas que, atemorizados pelo poderio do Sultão, os portugueses acabaram por recuar e embarcar<sup>638</sup>. Já os textos escritos em Goa dão-nos conta que os soldados guzerates começaram uma retirada organizada, passando por um milharal, o que poderá ser entendido como tática para atrair os homens de armas portuguesas para terreno desconhecido e afastado dos navios<sup>639</sup>. Avançando pelo campo com os seus homens, D. João de Castro compreendeu a estratégia encetada e temendo que as suas forças fossem esmagadas pela superioridade numérica, longe dos navios, mandou então recuar. Acrescentava ainda o facto da temperatura já ir alta (aguentando-se mal a «inconportável quentura do sol», como diz Castro) e dos portugueses estarem pesadamente carregados com o seu armamento defensivo. Desta forma, evitou que os soldados fossem apanhados

---

<sup>632</sup> *Arabic History of Gujarat*, vol. 1, p. 240.

<sup>633</sup> ARSI, *Goa 38*, fl. 84: Castro utiliza o termo «esquadrões» para identificar os diversos corpos do seu exército. Cf. também *Lendas*, IV, p. 611.

<sup>634</sup> ARSI, *Goa 38*, fl. 84.

<sup>635</sup> *CDJC*, pp. 183-184.

<sup>636</sup> ARSI, *Goa 38*, fl. 84. *CDJC*, p. 184.

<sup>637</sup> ARSI, *Goa 38*, fl. 83v e *CDJC*, p. 183.

<sup>638</sup> *Arabic History of Gujarat*, vol. 1, p. 240.

<sup>639</sup> ARSI, *Goa 38*, fl. 84v. e *CDJC*, p. 185.

numa cilada<sup>640</sup>. O Governador terá dado a ideia de que esta movimentação guzerate podia ser tida como desistência deles do campo de batalha. É no seguimento desta imagem que o Governador terá enviado uma carta a Mahmud III, por um cativo tomado aí, num tom quase paternalista, afirmando que saía dali «asas magoado ainda que com algumas esperanças de algum dia alcançar» uma batalha com ele. Lamentava ainda que «[a]os Reis não lhe está bem fugirem»<sup>641</sup>.

A armada seguiu directamente do rio de Baroche para o outro lado do Golfo de Cambaia. Atacou as cidades de Patane e Pate, vizinhas de Diu, localizadas a quase 70 quilómetros a ocidente<sup>642</sup>. Estas localidades foram arrasadas e pilhadas pelos soldados portugueses, dando origem a várias páginas de descrição nas crónicas que temos vindo a citar. No caso de Pate, o Governador refere ainda que pôs fogo a duas naus (certamente de Meca), um galeão e duas fustas, todos bem munidos de armamento, o que também aqui demonstra preocupação face a algum poder naval guzerate. Após tais operações, Castro passou por Diu, mas não desembarcou<sup>643</sup>. Gaspar Correia diz-nos que tal aconteceu porque não tinha, naquela altura, verbas para proceder ao pagamento dos soldos dos soldados aí estacionados, evitando ser confrontado com esta situação<sup>644</sup>. Partiu daí para Baçaim, continuando pelo caminho várias acções de desembarque e ataque à costa, os quais haveriam de se manter pela iniciativa de D. António de Noronha, capitão de uma pequena armada de doze navios de remos, com duzentos homens de armas, incumbido desta tarefa<sup>645</sup>.

Na cidade mais setentrional da Província do Norte, o Governador do “Estado da Índia” aproveitou para dar descanso aos seus homens e, de acordo com o autor das *Lendas da Índia*, para reflectir sobre os efeitos da guerra<sup>646</sup>. Diz-nos Correia que este conflito armado com o Guzerate prejudicava gravemente as receitas das alfândegas das fortalezas portuguesas de Baçaim, Goa, Ormuz e Malaca. Também de Cananor se queixava o guazil de que o comércio decaíra de forma notória, responsabilizando o cerco de Diu e a pobreza

---

<sup>640</sup> Veja-se o relato do Governador – ARSI, *Goa* 38, fl. 84-84v. A ideia é também dada por Nunes (*CDJC*, pp. 185-186) e por Correia (*Lendas*, IV, p. 612).

<sup>641</sup> *OCDJC*, III, p. 468; a mesma foi vista e copiada por Leonardo Nunes na sua *CDJC*, p. 187-188.

<sup>642</sup> Supomos, que pelo menos um destes locais corresponda ao actual Prabhas (ou Somnath) Patan. O Visconde de Lagoa somente identifica Pate e Patão como cidades do distrito de Junagadh, situadas em 20°53’N, 70°26’E.

<sup>643</sup> ARSI, *Goa* 38, fl. 85-85v. D. João de Castro menciona a sua ida a Diu apenas depois da destruição de Patane e Pate; porém, os cronistas referem que este terá ido de Baroche directamente para lá, só depois partindo para aquelas outras operações.

<sup>644</sup> *Lendas*, IV, p. 614.

<sup>645</sup> *CDJC*, p. 199.

<sup>646</sup> *CDJC*, p. 199 e *Lendas*, IV, pp. 614-615.

generalizada da cidade<sup>647</sup>. Neste final de 1547, D. João de Castro sentia já estas consequências, pois não dispunha de rendimentos para pagar soldos, questão que, como veremos, se agravaria<sup>648</sup>. Provavelmente, o que ele contava era que o impacto económico negativo escalasse mais rapidamente na própria economia do Guzerate do que na Fazenda Régia. Terá, talvez, sido influenciado por pareceres como o de Jam de Magalhães, compilado no *Livro que trata das Cousas*, num capítulo denominado “Cousas de Cambaya e das perdas que recebe tendo guerra c’os portugueses”<sup>649</sup>. Neste pequeno texto, este antigo feitor de Baçaim dava conta das informações obtidas numa viagem a esse Sultanato, evidenciando as vastas redes comerciais estabelecidas e concluindo que «[...] se não pode soster Cambaya sem navegar». Porém, o potentado era grande e com uma estrutura de produção suficientemente desenvolvida e capaz de amortizar estas repercussões. Mais uma vez, um elemento externo viria a colidir com o Sultão e a alterar a sua política face aos portugueses, assunto que adiante abordaremos.

#### 4.8. A reconquista de Salcete

Apesar do confronto directo entre as forças portuguesas e as do Guzerate, em Baroche, não ter tido nenhum desfecho decisivo, a notícia da campanha foi acolhida com entusiasmo nas diversas fortalezas. D. João de Castro recebeu, pouco depois, enquanto estacionava em Baçaim, múltiplas cartas congratulando-o pelo feito, como temos registo através da correspondência dos mestres<sup>650</sup>, da Misericórdia<sup>651</sup> e da Câmara de Goa<sup>652</sup>, ou ainda do Bispo, em Cochim – onde terá interrompido a missa a meio para abrir e ler as notícias que lhe chegavam<sup>653</sup> – entre outros<sup>654</sup>.

Entretanto, Goa sofria um novo ataque de Bijapur. A 20 ou 21 de Novembro, um pequeno contingente comandado por cinco capitães do Sultão entrara em Salcete e tomara posse das terras, atacando a tranqueira de Mardor. O capitão deste dispositivo defensivo,

---

<sup>647</sup> Carta de 22-V-1547, *CSL*, 3, p. 371.

<sup>648</sup> Já em carta a D. João III, o Governador justificava o seu regresso a Baçaim depois desta campanha «por caso da grande despesa que fazia com a gente e marinheiros e mantimentos» – ARSI, *Goa* 38, fl. 82v.

<sup>649</sup> *Livro que trata das cousas...*, pp. 57-60. O texto poderá ter sido escrito entre 1545 e 1546, antes do segundo cerco de Diu, o que explicará a sua menção a «quoamdo tínhamos guerra com Cambaya», podendo estar a referir-se ao período decorrente do primeiro cerco.

<sup>650</sup> Carta de 15-XI-1547, *OCCS*, pp. 281-282.

<sup>651</sup> Carta de 16-XI-1547, *Ibidem*, pp. 284-285.

<sup>652</sup> Carta de 18-XI-1547, *Ibidem*, pp. 282-284.

<sup>653</sup> Carta de 28-XI-1547, *CSL*, 2, pp. 393-394.

<sup>654</sup> Veja-se, por exemplo, as cartas da Câmara de Chaul (de 25-XI-1547, *CSL*, 3, pp. 293-295), Cochim (de 5-XII-1547, *CSL*, 2, p. 399) e de diversas personalidades como D. Diogo de Almeida, capitão de Goa (de 17-XI-1547, *OCCS*, pp. 289-291) e António Cardoso, antigo secretário da Índia (de 28-XI-1547, *CSL*, 2, pp. 402-403).

Álvaro de Caminha, dava conta ao capitão de Goa de uma missão de reconhecimento ao arraial inimigo, conseguindo identificar entre 200 a 250 cavaleiros, e à volta de 3000 soldados<sup>655</sup>. Outros informadores dão-nos conta que também Bardez teria sido atacada, mas não com a mesma dimensão<sup>656</sup>. Com esta informação, D. Diogo de Almeida convocou uma reunião de emergência com a Câmara da Cidade, para decidir se se prepararia alguma expedição punitiva. Tendo a proposta sido aprovada por todos os presentes, iniciou-se o recrutamento dos homens da cidade e a junção de forças no Passo de Agaçaim, nas margens do Zuari<sup>657</sup>. Apesar desta deliberação, no dia seguinte à reunião, a 25 de Novembro, e durante uma procissão realizada para louvar os feitos de Castro no Norte, vários membros da Câmara começaram a duvidar da decisão tomada e forçaram o capitão da cidade a cancelar os preparativos iniciados. Optavam por enviar uma carta a D. João de Castro para o informar e tomar parecer sobre o que fazer<sup>658</sup>.

O Governador recebeu estas notícias e, descontente pela falta de acção da Câmara<sup>659</sup>, iniciou o regresso a Goa com o intuito de repor a ordem nas Terras Firmes. A viagem ter-se-á iniciado nos primeiros dias de Dezembro, visto que uma certidão de Chaul do dia 8 localiza o Capitão-mor nessa fortaleza<sup>660</sup>. Para punir a ousadia do Sultanato em voltar a atacar o território de Goa, D. João de Castro ordenou a destruição de vários lugares da costa até chegar à capital do “Estado da Índia”, de forma que Leonardo Nunes afirmou que este território «ardia todo em vivas chamas»<sup>661</sup>. Destacamos o forte ataque à cidade de Dabul, onde, apesar da resistência local, os portugueses conseguiram semear o pânico e incendiar a localidade que tinha uma importância central para as importações de todo o tipo de produtos. O próprio Castro, no seu *Roteiro de Goa a Diu* (em 1538-1539), registou que havia aí «grandíssima comcorrença de mercadorias de todo o Oceano Indico», sendo frequentada «quasi de todas as gentes do Universo»<sup>662</sup>.

Gaspar Correia conta que Castro enviou antecipadamente o filho para Goa, depois do ataque a Dabul, para começar a preparar os homens da cidade, enquanto ele continuava

---

<sup>655</sup> Álvaro de Caminha escreveu duas cartas, muito provavelmente a 23 e 24 de Novembro – ANTT/Cartas-Goa, fls. 126 e 132.

<sup>656</sup> Cf. a carta de Jorge Cabral, de 25-XI-1547, *OCCS*, p. 291.

<sup>657</sup> Veja-se a localização deste Passo no Mapa 3, em Anexo.

<sup>658</sup> Este caso é explicitado por Gaspar Correia (*Lendas*, IV, p. 615) e mencionado por uma dezena de cartas dirigidas ao Governador, todas escritas no dia 25. Salientamos apenas a de D. Diogo de Almeida por ter sido aquele que mais directamente foi confrontado com a oposição da Câmara – *OCCS*, pp. 289-291.

<sup>659</sup> *Lendas*, IV, p. 616.

<sup>660</sup> BA, cod. 51-VII-19, fl. 206.

<sup>661</sup> *CDJC*, p. 208.

<sup>662</sup> *OCDJC*, IV, p. 45.

a viagem para Sul, mantendo diversos ataques a pequenas povoações costeiras<sup>663</sup>. Nunes não menciona tal facto mas talvez se possa ligar estes dados com a carta que o Governador escreveu a D. Álvaro, sem data, onde lhe pede para se juntarem na Aguada (onde, décadas depois, se construiria a mais importante fortaleza de protecção da barra Norte de Goa) e levar os naires malabares, capitaneados por Francisco de Sequeira e Vasco Nunes<sup>664</sup>. Em outra carta, também sem data mas escrita pouco tempo depois, recomenda que passasse já para Salcete, enviando o condestável da armada e oito bombardeiros para a defesa de Rachol<sup>665</sup>. Assim, o relato das *Lendas* é corroborado por esta correspondência, já que os naires apenas estiveram presentes nesta campanha ao Norte e na que se seguiu em Salcete.

O Governador chegou a Goa a 20 de Dezembro, tendo ido para o Zuari, em direcção ao Passo de Agaçaim e desembarcado directamente em Salcete. O capitão de Goa esperava-o aí pelo menos desde dia 15, quando escrevera a D. João III dando conta de todos os problemas tidos com Bijapur<sup>666</sup>. A passagem dos homens de armas pelo rio fez-se através do recurso de barcas, jangadas e outros pequenos navios, e ocupou as primeiras horas desse dia, já que o caudal nesse local alarga consideravelmente a embocadura do rio consideravelmente, impedindo uma travessia mais célere<sup>667</sup>. De acordo com a própria descrição da campanha por Castro, estavam aí 2000 portugueses, 180 cavaleiros, 2000 soldados canarins, comandados por Dadagi, filho de Crisná, e tanadar-mor de Goa, e os 300 naires malabares, que decidiram continuar sob o comando português nesta jornada<sup>668</sup>. A hoste seguiu para Sul e terá assentado arraial em Verna.

No dia seguinte, dia de S. Tomé, o contingente retomou caminho e encontrou o pequeno grupo de Álvaro de Caminha, dando a notícia de que as forças de Bijapur tinham abandonado o seu arraial e que recuavam por Salcete adentro, talvez procurando regressar a Pondá, do outro lado do Zuari<sup>669</sup>. Chegavam também informações de que os cinco capitães estavam rodeados de 700 cavaleiros, 8000 soldados de pé, frecheiros e espingardeiros<sup>670</sup>, número que cremos ser, mais uma vez, exagerado. O objectivo tornou-se claro: perseguir o inimigo e forçá-lo a combater. Este foi encontrado a descansar depois

---

<sup>663</sup> *Lendas*, IV, p. 617.

<sup>664</sup> ANTT/CSL, 4, fl. 159, *CartasDJC*, p. 352.

<sup>665</sup> *CartasDJC*, pp. 346-348. Elaine Sanceau sugere que a carta seja de Agosto ou Setembro de 1547, quando da campanha de Pondá, mas pela referência de que Castro se encontrava fora da ilha de Goa parece-nos que terá sido escrita quando do seu regresso de Dabul.

<sup>666</sup> Carta de 15-XII-1547, ANTT/CC-1-79-139, fl. 1r.

<sup>667</sup> *CDJC*, p. 209, *Lendas*, IV, p. 617

<sup>668</sup> *OCDJC*, III, pp. 566-567. Notemos que a descrição desta campanha dada por Leonardo Nunes aproxima-se, em muitos pontos, com a do próprio D. João de Castro.

<sup>669</sup> *CDJC*, p. 210.

<sup>670</sup> *OCDJC*, III, p. 567.

de atravessar um pequeno rio, actualmente de difícil localização, mas talvez nos arredores da cidade de Margão<sup>671</sup>. D. João de Castro necessitou de refrear o impulso dos seus homens que estavam prestes a atravessar o pequeno afluente e a iniciar combate<sup>672</sup>. Ao invés, mandou primeiro um pequeno grupo de 40-50 espingardeiros atravessar e disparar para criar uma certa confusão. Entretanto os soldados apeados começaram a chegar ao acampamento de Bijapur, iniciando um violento encontro. Por fim, o Governador encabeçou um pequeno grupo de 30 a 40 cavaleiros que reequilibraram as forças e, ao fim de algum tempo, conseguiu pôr o exército inimigo em debandada<sup>673</sup>. É ele que nos conta que, pela primeira vez no “Estado da Índia”, se chamava por S. Tomé num combate, seguindo assim a instrução dada pelo monarca no ano anterior e coincidindo com o dia dedicado a este santo<sup>674</sup>. Pelo feito, o Capitão-mor mandou construir um pequeno retábulo ao Apóstolo das Índias, na Porta da Serra de Goa<sup>675</sup>. Neste sentido, e complementarmente à referência dada pelo próprio Governador da ordem do monarca, as primeiras moedas de ouro cunhadas com a imagem de S. Tomé, e com desenho da autoria de António e Francisco de Holanda, terão chegado à capital do “Estado da Índia” na armada de 1545<sup>676</sup>, sendo depois batidas em Goa e Cochim, dando destaque a uma política definida pela Coroa para enfatizar a ideia miraculista e a vertente religiosa da expansão portuguesa na Ásia. Notemos que, o longo processo de identificação do túmulo de S. Tomé, em Meliapor, na costa Leste da Península Indiana, detinha um simbolismo considerável para os *casados* e restantes súbditos da Coroa nestas partes, bem como no Reino e na própria Europa Católica de então<sup>677</sup>.

Vitoriosos desta escaramuça<sup>678</sup>, Castro mandou a hoste retirar desse improvisado campo de batalha, indo ocupar o arraial inicial de Bijapur, a pouca distância, dando descanso aos soldados e repousando ele próprio numa cadeira, não despindo a sua couraça

---

<sup>671</sup> Veja-se a localização no Mapa 3, em Anexo.

<sup>672</sup> *OCDJC*, III, p. 568. e *CDJC*, p. 211.

<sup>673</sup> Cf. *OCDJC*, III, pp. 568-569, *CDJC*, pp. 213-214 e *Lendas*, IV, p. 617.

<sup>674</sup> *OCDJC*, III, p. 568. Note-se que já Gaspar Correia menciona que se chamava por S. Tomé em combate, num relato da tomada de Socotorá, em 1507 – *Lendas*, I, p. 682.

<sup>675</sup> *CDJC*, p. 217.

<sup>676</sup> Tal é narrado por Gaspar Correia – *Lendas*, IV, p. 434. Sobre a cunhagem destas moedas no “Estado da Índia”, veja-se Alberto Gomes e António Miguel Trigueiros – *Moedas Portuguesas na Época dos Descobrimentos*, 1385-1580. Lisboa: ed. de autor, 1992, pp. 156, 166-168.

<sup>677</sup> Acerca da descoberta, identificação e importância do túmulo de S. Tomé, remetemos para os estudos de Luís Filipe F.R. Thomaz – «A lenda de S. Tomé Apóstolo e a Expansão Portuguesa», *Lusitana Sacra*, 2ª série, 3, 1991, especialmente as pp. 399-408 e Ines G. Zupanov – *Missionary tropics: the Catholic frontier in India (16th-17th centuries)*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2005, pp. 87-110

<sup>678</sup> Pela desorganização presente e pelo improvisado do momento, entre ambas as forças, não consideramos este embate como uma batalha, propriamente dita.



– como nos conta Leonardo Nunes<sup>679</sup>. Os homens puderam dormir aí nessa noite, deslocando-se na manhã seguinte para a tranqueira de Mardor, donde regressaram para Goa, chegando na véspera do Natal de 1547. Tendo em conta que o sucesso desta campanha voltava a afirmar o controlo português de Salcete, a hoste foi mais uma vez recebida com uma entrada triunfal – a terceira e última do governo de D. João de Castro<sup>680</sup>.

#### 4.9. A última viagem ao Norte

Após o regresso vitorioso a Goa, D. João de Castro recebeu uma nova embaixada de Vijayanagar, enviando Tristão de Paiva com um vasto conjunto de ofertas, como já tivemos oportunidade de referir<sup>681</sup>. Proveu rapidamente a Ribeira e o Armazém da cidade, bem como as tranqueiras das Terras Firmes<sup>682</sup> e, depois de poucos dias de descanso, iniciou nova jornada a Baçaim nos últimos dias de 1547<sup>683</sup>. Optou por realizar breves expedições punitivas na costa de Bijapur, arrasando e incendiando as cidades de Chapelom (actual Chiplun), uma pequena povoação situada a cerca de 40 km a Leste de Dabul, entrando pelo rio que banha este porto e de Anjurula (talvez Janjira, cidade portuária, capital de um antigo principado a Sul de Bombaim)<sup>684</sup>.

A chegada à capital da Província do Norte deu-se em meados do mês de Janeiro de 1548. A partir daí, o Governador despachou duas armadas para a costa, procurando travar o comércio do Guzerate. Esta viagem ao Norte pretendia não apenas prover as fortalezas de Diu e Baçaim, mas sobretudo forçar o Sultão Mahmud III a pedir um tratado de paz. Com este fim movimentara, meses antes, vários mercadores para que influenciassem o monarca a tomar esta decisão. As dificuldades financeiras aumentavam semanalmente para as fortalezas daquela região. Para conter os problemas em Diu, Castro nomeara Luís Falcão para novo capitão do forte, substituindo D. João de Mascarenhas que, arruinado financeiramente (segundo as próprias queixas), abandonava o cargo no

---

<sup>679</sup> *OCDJC*, III, p. 569 e *CDJC*, p. 216.

<sup>680</sup> *CDJC*, p. 218 e *Lendas*, IV, pp. 617-618

<sup>681</sup> Para além do que já escrevemos, veja-se *CDJC*, pp. 218-219 e *Lendas*, IV, p. 621.

<sup>682</sup> *CDJC*, p. 220.

<sup>683</sup> Leonardo Nunes indica a partida dele a 1 de Janeiro de 1548, mas em carta do dia 2, Rui Gonçalves de Caminha já felicita o Governador pelos vários ataques à costa, pelo que invalida que tal tenha acontecido apenas num dia – *CSL*, 3, p. 397.

<sup>684</sup> Cf. a descrição destes ataques em *CDJC*, pp. 221-223, dando-os como ocorridos a 8 e 11 de Janeiro, o que, como vimos, poderá não corresponder, visto que o vedor da fazenda já o felicitava por tal no início do mês. Veja-se também a carta de Mestre Pero Fernandes que felicita Castro por estes dois combates – carta de 1-II-1548, *CSL*, 3, p. 512. Gaspar Correia é omissivo quanto a estes ataques.

final de 1547, partindo para o Reino em Dezembro desse ano<sup>685</sup>. A escolha de Falcão deu-se pela falta de outra alternativa para substituir Mascarenhas e como forma de punição pelos crimes de tráfico ilegal cometidos por este enquanto capitão de Ormuz. D. João de Castro lamentar-se-á a D. João III que «a este estado he chegado esta terra», tendo o novo nomeado aceite o cargo para evitar ser preso e remetido para o Reino<sup>686</sup>.

As diversas cartas escritas por Luís Falcão em Diu dão conta da falta de dinheiro para o pagamento dos soldos e das movimentações dos embaixadores do Sultão na região. Efectivamente, em meados de Janeiro este capitão informava que um enviado do Guzerate chegara a Diu para iniciar as conversações de paz. Castro encarregou António Mendes de Castro para as negociações que se prolongaram durante vários meses, levando até à deslocação deste à cidade de Una, a poucos quilómetros a Norte de Diu<sup>687</sup>. O Sultão culpava os portugueses pelo cerco de Diu e pela consequente guerra, exigindo que a paz fosse restabelecida segundo o tratado assinado pelo vice-rei D. Garcia de Noronha, em 1539<sup>688</sup>. Neste caso, a receita da alfândega seria dividida em três partes, revertendo duas para o Guzerate e apenas uma para os portugueses<sup>689</sup>. Lembremos que, quando do início do cerco, em Abril de 1546, metade da alfândega revertia para os portugueses, em virtude de um novo acordo estabelecido pelo Governador D. Estêvão da Gama<sup>690</sup>. Tal proposta era inaceitável para D. João de Castro, já que, vitorioso do cerco e responsável por ter colocado a ferro e fogo a costa de Cambaia em sucessivas campanhas, submeter-se a esta exigência era dar-se por vencido, desvalorizando todo o esforço anterior. O mínimo

---

<sup>685</sup> A substituição deu-se, muito provavelmente, no início de 1548, quando do regresso de Castro ao Norte, visto que D. Manuel de Lima assegurou temporariamente a capitania da fortaleza na vagante de Mascarenhas; é o próprio que o afirma, a D. Álvaro de Castro, em carta de 23-XII-1547 – *CSL*, 2, pp. 134-135. Entretanto António Fernandes confirmou a Castro a chegada de Mascarenhas a Goa em 25 de Novembro (carta de 25-XI-1547 a Castro, *OCCS*, p. 293); já Rui Gonçalves de Caminha diz-nos que terá partido para o Reino a 22 de Dezembro (carta de 2-I-1548, *CSL*, 3, p. 397) – apesar de António Cardoso informar que essa partida teria ocorrido no dia 16 (carta de 8-I-1548, *CSL*, 3, p. 508). Assim, parece não ter fundamento a leitura de Gaspar Correia, de que Castro se teria cruzado com Mascarenhas ao ir para Baçaim, durante esta última viagem ao Norte – *Lendas*, IV, p. 623.

<sup>686</sup> Carta do final de 1547 ao rei, *OCDJC*, III, p. 494. Apesar de criticar tantas vezes a actuação dos portugueses na Ásia, especialmente nas questões ditas de corrupção, Gaspar Correia elogia consideravelmente Luís Falcão, ignorando as suas culpas no tráfico do Golfo Pérsico – *Lendas*, III, p. 622.

<sup>687</sup> Cf. as diversas cartas de Mendes de Castro ao Governador, dando conta do desenrolar da situação – carta de 31-I-1548, *OCCS*, pp. 295-296; carta de 13-III-1548, *OCCS*, pp. 299-304; carta de 9-IV-1548, *OCCS*, pp. 304-306.

<sup>688</sup> As exigências estão presentes nas cartas de Mendes de Castro, assinaladas anteriormente. Veja-se também a Crónica Árabe, que dá conta da resistência do Sultão em assinar um tratado – *Arabic History of Gujarat*, vol. 1, p. 241.

<sup>689</sup> O tratado de 1539 pode ser lido em Artur Teodoro de Matos (dir.) – *O Tombo de Diu 1592*. Lisboa: CNCDP, 1999, pp. 73-77.

<sup>690</sup> *Ibidem*, p. 77.

aceitável, e mesmo assim em posição desvantajosa pelo impacto do cerco e consequente constrição financeira, só podia ser o regresso à posse de metade da alfândega.

A pressão económica que o “Estado da Índia” vivia, em especial no comércio das fortalezas do Hindustão ocidental, impelia o Governador a assinar a paz, mas também o Sultão Mahmud III se via forçado a tentar a via diplomática já que, pressionado pela expansão do efémero Império Sur contra o Guzerate, não podia despender forças contra os portugueses<sup>691</sup>. Mediante as condições exigidas, D. João de Castro não cedeu à vontade do Sultão e nenhum tratado de paz foi assinado durante a sua estadia em Baçaim e nos meses seguintes. Por esse motivo viria ser alvo de duras críticas por alguns fidalgos e oficiais da Coroa, como por exemplo Simão Botelho<sup>692</sup>. A situação só seria resolvida pelo sucessor de Castro, Garcia de Sá, ainda nesse ano de 1548.

Pelo desenrolar das relações diplomáticas com o Guzerate, o Governador não iniciou qualquer outra campanha pela costa como fizera anteriormente. Além disso, o agravamento do seu estado de saúde, debilitado por doença antiga, impedia-o de prosseguir de forma activa essas andanças.

#### **4.10. A entrega de Adem e a viagem de D. Álvaro de Castro**

Esta presença do Governador do “Estado da Índia” em Baçaim, no início de 1548, ficou marcada por um assunto que pouco dizia respeito à guerra de Cambaia, mas sim à questão otomana. Concretamente, na segunda metade de Janeiro chegou à fortaleza um enviado do novo senhor de Adem, Shaykh Ali b. Suleyman<sup>693</sup>, pedindo auxílio imediato aos portugueses e dando conta que D. Paio de Noronha já tinha tomado posse da cidade uns meses antes<sup>694</sup>.

Tal episódio explica-se pela revolta de vários senhores locais, árabes, contra o domínio otomano no Iémen, imposto a partir de 1538 quando da expedição de Suleimão Pasha. Como já tivemos oportunidade de referir, para além de visar conquistar Diu, a expedição turca pretendeu também apaziguar a região que entrara na esfera do Sultão de Istambul em 1517, com a conquista do Egipto Mameluco. A submissão do território envolvente de Adem começou a partir de c. 1540. Em Junho de 1547, durante o cerco à

---

<sup>691</sup> Cf. *Arabic History of Gujarat*, vol. 1, p. 241 e a correspondência de D. Jerónimo de Noronha a Castro dando conta destes problemas internos do sultanato – carta de 8-IV-1548, *CSL*, 3, pp. 492-493

<sup>692</sup> Carta de 24-XII-1548, a D. João III, «Cartas de Simão Botelho» in Rodrigo José de Lima Felner – *Subsídios para a História da Índia*, cit., p. 16.

<sup>693</sup> Trata-se daquele que Leonardo Nunes trata por Ali Bem Çoleimão – *CDJC*, p. 224.

<sup>694</sup> Cf. *CDJC*, p. 224-225 e *Lendas*, IV, pp. 624 e 631.

cidade montanhosa de Sana'a<sup>695</sup>, Uveys Pasha (governador otomano da província do Iémen) foi atraído e assassinado por alguns dos seus homens<sup>696</sup>. Tal levou à rebelião de diversas cidades, como a de Adem. O contingente de soldados otomanos aí presente foi insuficiente para lidar com o clima de insubordinação, tendo Ali b. Suleyman, senhor de Khanfar<sup>697</sup>, aproveitado para retomar este importante entreposto comercial das mãos dos turcos. Repare-se que esta operação só foi possível pelo tamanho do contingente otomano, reduzido devido às necessidades de canalizar um maior número de soldados para outras operações de pacificação na região, e pelo descontentamento destes pela falta de pagamentos com o aumento dos soldos<sup>698</sup>. A conquista da cidade deu-se muito possivelmente em Julho de 1547 e as notícias chegaram com rapidez até às fortalezas portuguesas: o ex-guazil de Ormuz dava conta desta revolta em Setembro<sup>699</sup> e, a crer em Leonardo Nunes, o próprio Castro recebeu notícia, nesse Verão, através da rede de informação de Khwaja Shams-ud-din, em Cananor, organizando grandes festejos em Goa pela derrota otomana<sup>700</sup>.

Nos meses seguintes, o novo senhor de Adem solicitou ajuda aos portugueses, endereçando o pedido a Ormuz pela proximidade. O capitão D. Manuel de Lima não demorou em despachar D. Paio de Noronha para lá, com duas fustas e cerca de 30 homens<sup>701</sup>. Noronha dava conta da sua partida em Outubro, escrevendo uma carta a D. João de Castro a partir de Mascate, solicitando o envio de mais homens e queixando-se que ele próprio pagara o aparelhamento dos navios<sup>702</sup>. A pequena frota chegou a Adem

---

<sup>695</sup> Localizada a c. de 150km da costa do Mar Vermelho.

<sup>696</sup> Sobre este episódio de revolta no Iémen veja-se R.B. Serjeant – «The Post-Medieval and Modern History of San'a and the Yemen, ca. 953-1382/1515-1962» in R. B. Serjeant and Ronald Lewcock (eds) – *San'a: An Arabian Islamic City*. London: World of Islam Festival Trust, 1983 pp. 69-70; Giancarlo Casale – *The Ottoman Age of Exploration*, cit., pp. 89-93 e Salih Özbaran – «Ottoman expansion in the Red Sea» in Suraiya N. Faroqhi e Kate Fleet (eds.) – *The Cambridge History of Turkey. Vol. 2 – The Ottoman Empire as a World Power, 1453-1603*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013, pp. 181-182.

<sup>697</sup> Pequena região montanhosa a aproximadamente 500 km a Este de Adem, na chamada costa do Hadramaute, no Golfo de Adem. Note-se que o próprio Leonardo Nunes refere este homem como «senhor das serras d'Arzeina e de Canfar» – *CJDC*, p. 224. Para a identificação desta personagem veja-se também J.R. Blackburn – «The Ottoman Penetration of Yemen. An annotated translation of Özdemiş Bey's Fethnâme for the Conquest of San'a in Rajab, 954/August, 1547», *Archivum Ottomanicum*, vol. VI, 1980, p. 74.

<sup>698</sup> Blackburn insiste nestes dois elementos para demonstrar a razão da perda de Adem durante este curto período – *Ibidem*, p. 74-75.

<sup>699</sup> Carta de 26-IX-1547 ao Governador, ANTT/Cartas-Ormuz, fl. 114 – *OCDJC*, III, p. 449 com data e cota errada.

<sup>700</sup> *CDJC*, p. 157.

<sup>701</sup> *CDJC*, p. 224 e *Lendas*, IV, p. 627.

<sup>702</sup> Carta de 5-X-1547, *Diário*, pp. 59-60.

no mês seguinte, a 15 de Outubro, tendo sido recebida com grande festa pelo alívio que representava na resistência contra a resposta otomana que se antevia<sup>703</sup>.

Confrontado com esta proposta de entrada de Adem na esfera do domínio português, D. João de Castro não hesitou e iniciou os preparativos de uma armada que viria a ser comandado pelo próprio filho. Todavia, apesar da conquista de Adem estar nos interesses portugueses pelo menos desde o governo de Afonso de Albuquerque, a preparação da frota sofreu um fracturante contratempo. Tendo em conta a precária situação da Fazenda Régia do “Estado da Índia”, enfraquecida pela guerra no Norte e em Goa, os *lascarins* que acompanhavam o Governador recusaram alistar-se enquanto não recebessem pagamento dos soldos em atraso. O problema apenas foi resolvido através da intervenção de vários fidalgos que, a pedido do próprio Castro, deram *mesa* a todos os soldados interessados, conseguindo convencê-los em participar nesta arriscada operação<sup>704</sup>. Tendo em conta esta dificuldade, o Governador concedeu também um alvará ao filho dando seguro a todos os homiziados que quisessem entrar na armada<sup>705</sup>.

Para evitar mais atrasos, despachou uma primeira armada comandada por D. João de Ataíde e composta por 3 fustas e c. 100 homens<sup>706</sup>. Para além de necessitar de concertar urgentemente as fustas que estavam em Baçaim, preparando-as para uma viagem desta natureza, foram requisitados navios e mantimentos nas fortalezas mais próximas, como é o caso de Chaul que enviou 10 embarcações<sup>707</sup>. Enquanto isso, D. João de Castro preparou um tratado de paz e cooperação com o senhor de Adem que visava o costumado apoio militar contra qualquer inimigo comum, especialmente otomanos, proibindo a entrada destes na cidade. Quanto à questão comercial, os portugueses ficavam isentos de qualquer pagamento na alfândega, sendo o “Estado da Índia” obrigado a dar *cartazes* a quem quisesse ir mercanciar a Adem. Previa-se ainda a construção de uma fortaleza em qualquer lugar escolhido pelos portugueses, factor que consolidaria a presença na entrada do Mar Vermelho<sup>708</sup>. Tendo certamente tomado conselho com alguns fidalgos, Castro

---

<sup>703</sup> Sobre a data da chegada de D. Paio de Noronha, veja-se a acta do conselho reunido por D. Álvaro a 19-III-1548, *Ibidem*, p. 71.

<sup>704</sup> *Lendas*, IV, pp. 631-634.

<sup>705</sup> Alvará de 23-II-1548, *CartasDJC*, pp. 375-376.

<sup>706</sup> *CJDC*, p. 225 e *Lendas*, IV, p. 635.

<sup>707</sup> Carta da Câmara de Chaul a D. João de Castro, de 13-II-1548, *CSL*, 3, p. 306. Veja-se o alvará para os feitores de Chaul, Diu e Baçaim, pedindo que enviassem tudo o que fosse solicitado para a armada de D. Álvaro, datado de 23-II-1548, *CartasDJC*, p. 372.

<sup>708</sup> Documento datado de 12-II-1548, existindo três cópias, com ligeiras diferenças, na ANTT/CSL, 5 – cf. *CartasDJC*, pp. 385-389.

solicitou também o parecer de algumas câmaras das fortalezas mais próximas, ainda que subsistam apenas as cartas de Chaul que opinam sobre estas matérias<sup>709</sup>.

No final de Fevereiro, D. Álvaro de Castro recebia um alvará de poderes para comandar a frota<sup>710</sup>, bem como um regimento sobre como actuar durante a viagem<sup>711</sup>. Tinha ordens para seguir direito à ilha de Socotorá e prosseguir daí com cuidado até Adem, enviando primeiro navios para confirmar a posse da ilha por D. Paio de Noronha. Em caso afirmativo, desembarcaria na cidade com a gente da armada em *ordenança*, «com suas armas pyques e arquabuzes [...] com vosas bamdeyras, pyfros e atambores». No entanto todos os seus homens dormiriam nos navios e nunca em terra, como medida de segurança. Na eventualidade da cidade ter sido retomada pelos otomanos, D. Álvaro tinha como missão prosseguir para a cidade portuária de Caxem<sup>712</sup> e ajudar o rei local a retomar a cidade das mãos turcas. D. João de Castro recebera notícia deste avanço otomano em direcção a Caxem em Maio de 1546, através de uma carta de Khwaja Shams-ud-din<sup>713</sup>, e o próprio rei o procurara quando da reconstrução de Diu<sup>714</sup>. Ocupado com a obra e posteriormente com o cenário de guerra em Goa, o Governador adiará a tomada de uma posição até esta altura, quando a perspectiva de o envio de uma frota para a região poderia ajudar este rei que acolhera anteriormente os portugueses<sup>715</sup>. Relembramos que os otomanos que atacaram Mascate, em Outubro de 1546, teriam partido de Caxem, como supos Luís Falcão<sup>716</sup> (então capitão de Ormuz), o que configurava também a resolução de um eventual problema futuro para o controlo do estreito de Ormuz.

Para colmatar os problemas da Fazenda, foi despachada um navio com produtos vários para serem vendidos em Adem, cuja receita seria utilizada para pagar os soldos dos soldados que aí ficariam estanciados. A falta de liquidez da Fazenda Régia estava num estado tal que o Governador pediu ao vedor da fazenda Rui Gonçalves de Caminha, em Goa, para preparar um navio que levasse um lote alargado de drogas e especiarias (cravo, noz moscada e maça) para serem vendidos em Adem, para financiar durante um ano o pagamento dos soldos dos homens de armas aí presentes. O capitão português que

---

<sup>709</sup> Cf. as cartas de 20-III-1548 e de 7-IV-1548, *CSL*, 3, respectivamente pp. 309-310 e 311.

<sup>710</sup> Alvará de 23-II-1548, *CartasDJC*, pp. 373-374.

<sup>711</sup> Regimento de 26-II-1548, *Ibidem*, pp. 374-384.

<sup>712</sup> Por vezes também grafado Caixem; trata-se da actual cidade de Qishn, localizada a cerca de 770km a Nordeste de Adem, na costa do Hadramaute.

<sup>713</sup> Carta de 23-V-1546, *CSL*, 3, pp. 339-340.

<sup>714</sup> *CDJC*, p. 144.

<sup>715</sup> Encontramos diversas referências, ao longo da crónica portuguesa da época, da relação com entre os portugueses e Caxem, nomeadamente quando do envio da armada do Estreito.

<sup>716</sup> Carta de 4-XI-1546, *CSL*, 2, pp. 124-125.

ficaria lá destacado era responsável por estas vendas, já que não era nomeado nenhum feitor<sup>717</sup>. Caminha preparou uma caravela, que descrevia como sendo «a melhor que el rey tem e a mais veleira e muito estamque e muito boa», comandada por André de Aguiar e que terá saído depois do grosso da armada, talvez directamente de Goa<sup>718</sup>.

Depois de resolvidas todas estas questões, a armada zarpu de Baçaim a 29 de Fevereiro, com 26 fustas, incluindo uma de mantimentos. A rota tomada e o desenrolar da expedição conhecem-se pela crónística da época e pelo próprio diário de navegação de D. Álvaro, e outros documentos por ele guardados, referentes a actas de conselhos de capitães convocados<sup>719</sup>. Sabe-se que a frota chegou a Socotorá no dia 12 de Março, partindo a 16 em direcção aos ilhéus de Canacanim<sup>720</sup>, seguindo o que o Governador estipulara no regimento dado ao filho. A partida para a costa da Arábia coincidiu com a chegada da caravela de André de Aguiar, com as já mencionadas drogas, «bem artylhada» e com 12 bombardeiros<sup>721</sup>. Ao fundear em Canacanim, encontraram aí D. Paio de Noronha com duas fustas (acompanhado de Aleixos Carvalho que o capitão de Ormuz enviara para lá, com dois navios para reforçar as forças de D. Paio), recolhendo delas notícias que não agradaram aos portugueses<sup>722</sup>.

Através de crónicas otomanas e iemenitas, sabemos que, após a tomada de Adem pelos árabes, o capitão otomano Ozdemir assumiu o comando das operações e reimpôs a ordem entre os seus homens<sup>723</sup>. Preferiu concentrar-se na conquista de Sana'a, que tomou

---

<sup>717</sup> Veja-se a referência feita a esta questão no regimento dado a D. Álvaro, *CartasDJC*, p. 383 e o regimento destinado ao capitão da cidade (não nomeando quem fosse), redigido por Simão Botelho e instruindo-o a como proceder ao pagamento dos soldos – sem data, *Diário*, pp. 68-70. Note-se que o regimento dado a D. Álvaro menciona D. Paio como sendo o escolhido para capitão da cidade; no entanto, D. Francisco de Lima dá conta do debate tido em Baçaim, e de ter opinado junto do Governador, de que D. Paio não possuía perfil para este cargo – partilhando da mesma opinião D. Jerónimo de Noronha (capitão de Baçaim), Vasco da Cunha e Simão Botelho; a mesma carta de Lima menciona ainda este envio da caravela das drogas com este propósito – ANTT/CC-2-241-88, fl. 1v. Assim, a 27 de Fevereiro, Castro escrevia ao filho afirmando que confiava em qualquer homem que este nomeasse lá para capitão de Adem – *CartasDJC*, pp. 392-393.

<sup>718</sup> Carta de 19-II-1548 a Castro, *CSL*, 3, pp. 459-461. O vedor menciona a quantidade de mantimentos e de drogas da armada. A embarcação terá saído de Goa visto que D. Álvaro menciona explicitamente a chegada deste navio a meio da viagem (como veremos) e Gaspar Correia refere a sua proveniência durante o ataque a Caxem – *Lendas*, IV, p. 648. Tendo em consideração que na referida carta de Caminha de dia 19-II é referido que a caravela estava quase pronta, não excluimos a hipótese desta ter ido a Baçaim e seguido então o rasto da armada.

<sup>719</sup> Quer o diário como estes documentos foram publicados por Luís de Albuquerque – *Diário*, pp. 35-84.

<sup>720</sup> Trata-se dos ilhéus de Husn al Ghurab, distando cerca de 380km de Adem, na costa árabe, conforme a identificação feita por Luís de Albuquerque – *Ibidem*, p. 6. A crónica árabe publicada por Serjeant menciona que a frota teria ancorado perto de Burum localidade que se situa nas imediações destes ilhéus e que D. Álvaro assinala no seu diário – R.B. Serjeant – *The Portuguese off...*, cit., p. 108 e *Diário*, p. 47.

<sup>721</sup> *Diário*, p. 46 e Carta de Rui Gonçalves de Caminha a D. João de Castro, de 19-II-1548, *CSL*, 3, p. 460.

<sup>722</sup> *Diário*, pp. 48 e 71.

<sup>723</sup> Cf. Frédéricque Soudan – *Le Yémen Ottoman d'après la chronique d'al-Mawza'i*. Cairo: Institut Français d'Archéologie Orientale, 1999, pp. 60-61 para a crónica e p. 252 para a brevíssima referência a este episódio; Giancarlo Casale – *The Ottoman Age of Exploration*, cit., pp. 89-92; J.R. Blackburn – «The

no espaço de apenas uma semana, e no conseqüente apaziguamento da região, do que organizar uma campanha para retomar Adem, acreditando que tal fragilizaria a sua situação. Assim, Ozdemir enviou rapidamente um pedido de ajuda ao governador da província otomana do Egipto o qual preparou uma frota no Suez, comandada pelo recém-nomeado governador do Iémen, Solak Ferhad, e auxiliado pelo famoso comandante Piri Reis. A armada de 60 navios de remo, com cerca de 600 soldados janízaros, terá saído dos estaleiros otomanos em Outubro-Novembro de 1547, tendo Ferhad chegado a Adem, com cinco embarcações, nos últimos dias desse ano<sup>724</sup>. Entretanto, Ali b. Suleyman fora morto num combate fora da cidade, contra um pequeno contingente que Ozdemir despachara para tentar destabilizar os revoltosos, ficando a governar o seu filho Muhammad<sup>725</sup>. Pressionado pela chegada da frota de Piri Reis nos últimos dias de Janeiro e por um cerco imposto a Adem, D. Paio de Noronha acabou por abandonar a cidade na noite de 5 de Fevereiro, tendo sido criticado pelos habitantes e até pelos *lascarins* que o acompanhavam, como conta Gaspar Correia<sup>726</sup>. A cidade acabaria por cair novamente no jugo otomano a 23 de Fevereiro<sup>727</sup>.

Em suma, a chegada das sucessivas armadas portuguesas (a de D. Paio, em Novembro; a de D. João de Ataíde, em Fevereiro; e a de D. Álvaro, em Março) não passou despercebida às crónicas locais, que mencionaram a chegada destas<sup>728</sup>. Referem nomeadamente o episódio da chegada da armada de Ataíde, desencontrando-se com a de D. Paio que abandonara o local poucos dias antes. D. João logo compreendeu que a cidade já fora retomada e viu-se obrigado a combater para conseguir rechaçar os navios otomanos. Uma das embarcações não resistiu e foi incendiada e afundada. Salvaram-se

---

Ottoman Penetration of Yemen...», cit., p. 76; veja-se também o trabalho de maior fôlego deste último autor: *Turkish-Yemenite Political Relations, 1538-1568*. Toronto: tese de doutoramento apresentada à Universidade de Toronto, 1971, pp. 156-162.

<sup>724</sup> J.R. Blackburn – «The Ottoman Penetration of Yemen...», cit., p. 77 e Giancarlo Casale – *The Ottoman Age of Exploration*, cit., pp. 91-92. Todavia, Blackburn especifica, na sua tese, que provavelmente Piri Reis terá partido do Suez apenas em Novembro, tendo em conta toda a logística envolvida na preparação desta operação.

<sup>725</sup> J.R. Blackburn – «The Ottoman Penetration of Yemen...», cit., p. 77; dado este confirmado também por Leonardo Nunes – *CDJC*, p. 225

<sup>726</sup> *Lendas*, IV, p. 645. Veja-se a descrição da situação pelo próprio Noronha na acta do conselho tido em Canacarim – *Diário*, p. 71-72.

<sup>727</sup> R.B. Serjeant – *The Portuguese off...*, cit., p. 108 e J.R. Blackburn – «The Ottoman Penetration of Yemen...», cit., p. 77. Este episódio é brevemente narrado na crónica seiscentista otomana de Kâtip Çelebi: James Mitchell (ed.) – *The History of the Maritime Wars of the Turks*. London: Oriental Translation Fund, 1831, p. 71; veja-se a mesma referência na reedição, expandida e anotada por Svatopluk (Svet) Soucek da mesma obra, com título semelhante – Princeton: Markus Wienes Publishers, 2012, p. 100.

<sup>728</sup> R.B. Serjeant – *The Portuguese off...*, cit., p. 108.



alguns portugueses a nado que conseguiram refugiar-se nas imediações, protegidos pelos revoltosos árabes.

Ao chegar aos ilhéus de Canacarim, D. Álvaro de Castro reuniu um conselho de capitães para decidir se avançavam ou não. Mediante a situação exposta por Noronha, qualquer avanço foi suspenso, optando-se por enviar um navio para averiguar melhor a situação local<sup>729</sup>. A armada manteve-se aí durante uma semana, tendo, entretanto, chegado os navios de D. João de Ataíde, com mais informações sobre o caso. Tendo a certeza de que Adem já não estava sob protecção portuguesa, D. Álvaro despachou a caravela das drogas no dia 23, ordenando ao seu capitão ir a Caxem e esperar pela chegada da armada até dia 15 de Abril. Caso não aparecesse, então poderia seguir para Ormuz onde venderia as drogas e regressaria a Goa, entregando o lucro directamente ao vedor da fazenda<sup>730</sup>. A 27 de Março era finalmente abandonada a ideia de tomar Adem, mudando o rumo para Caxem<sup>731</sup>. Ataíde ficava responsável por se manter ali até ao início de Abril, para tentar recuperar os portugueses que se encontravam espalhados pela costa após a destruição da sua fusta<sup>732</sup>, missão que, de acordo com Leonardo Nunes e Gaspar Correia, cumpriu o seu objectivo ao resgatar vários homens<sup>733</sup>.

A viagem para Caxem durou aproximadamente uma semana, tendo a frota chegado por volta do dia 4 de Abril como nos diz o próprio D. Álvaro de Castro<sup>734</sup>. A notícia da presença de uma armada portuguesa na região espalhará-se com rapidez e a cidade já se encontrava preparada para a possível chegada dos navios<sup>735</sup>. O ataque à pequena fortaleza deu-se no dia seguinte, mas com efeitos desastrosos. A improvisação de escadas a partir de alguns mastros e vergas dos navios foi insuficiente para alcançar o topo das muralhas, visto serem curtas, além da existência de um fosso que dificultara ainda mais o acesso directo à fortaleza. Por sua vez, os navios não possuíam peças de artilharia de calibre e poderio suficientes para bater e abrir uma brecha na muralha, já que as bocas de fogo presentes deviam apenas ser de pequeno e médio calibre (berços e falcões, segundo Gaspar Correia<sup>736</sup>), desadequadas, portanto, para uma operação desta

---

<sup>729</sup> Cf. a acta de 19-III-1548, *Diário*, pp. 71-75

<sup>730</sup> Regimento de D. Álvaro a André de Aguiar, 23-III-1548, *Ibidem*, pp. 78-79.

<sup>731</sup> Acta de 27-III-1548, *Ibidem*, pp. 81-82.

<sup>732</sup> Cf. o regimento dado a D. João de Ataíde, a 27-III-1548, *Ibidem*, pp. 80-81.

<sup>733</sup> *CJDC*, p. 230 e *Lendas*, IV, pp. 646-647.

<sup>734</sup> *Diário*, p. 51.

<sup>735</sup> D. Francisco de Lima narra a D. João III (carta de 12-XII-1548) de que «esperavam por nosa armada porque a todos parecia que ho viso rei mandaria socorer Adem e hel rei de Xaer [*responsável por apoiar os otomanos na tomada de Caxem*] tanto noso imigo estava prestes pera entregar todos os turcos que tinha e pagar grandes parias a vosa Alteza e fazer se seu vassalo» – ANTT/CC-2-241-88, fl. 1r.

<sup>736</sup> *Lendas*, IV, p. 648.

natureza<sup>737</sup>. A resistência fez-se sentir fortemente, sobretudo graças a um profícuo uso de espingardas<sup>738</sup>. Logo ali, frente à fortaleza, foi decidido que não valia a pena gastar recursos na operação e o conselho de capitães decidiu abandonar a cidade e regressar a Goa<sup>739</sup>.

Apesar da decisão tomada, sabemos que D. Álvaro acabou por permanecer ao largo de Caxem, organizando outro ataque, nos dias seguintes<sup>740</sup>. Tal mudança de opinião poderá ter advindo da chegada da caravela das drogas que, seguindo as instruções dadas, fora para ali e terá permanecido numa «enseada que é abriguada dos levãotes»<sup>741</sup>. O reforço da armada com este navio bem artilhado terá provavelmente reavivado a vontade dos capitães e aumentado a superioridade portuguesa<sup>742</sup>. Assim, D. António de Noronha conseguiu derrubar um pequeno lanço de muralha, abrindo uma brecha que foi aproveitada para a entrada dos sitiados<sup>743</sup>. No dia 8 de Abril, Domingo de Pascoela<sup>744</sup>, depois de um árduo combate que terá durado três horas, com pesadas baixas para ambos os lados (cerca de 30-40 perdas portuguesas<sup>745</sup>), a resistência otomana caiu e a cidade foi entregue ao seu antigo senhor local, aliado do “Estado da Índia”. D. Álvaro terá deixado algumas peças de artilharia na cidade e recomendado ao rei como construir uma fortaleza de melhor qualidade, certamente do ponto de vista da defesa contra armamento pirobalístico e assegurando que a cidade não voltasse a cair com tanta facilidade em mãos otomanas<sup>746</sup>.

---

<sup>737</sup> Estes elementos são arrolados por D. Álvaro e pelos restantes capitães para justificar o falhanço deste ataque – Acta de 5-IV-1548, *Diário*, pp. 83-84. Veja-se também a descrição de Nunes – *CDJC*, p. 231.

<sup>738</sup> É a informação dada por uma crónica do Iémen (R.B. Serjeant – *The Portuguese off...*, cit., p. 109) e o que Nunes certamente refere na sua crónica (*CDJC*, pp. 231-232).

<sup>739</sup> Acta de 5-IV-1548, *Diário*, p. 83.

<sup>740</sup> Esta é a nossa interpretação, através da leitura das fontes, apesar de Nunes e Correia apenas mencionarem um único ataque. Infelizmente, o diário de navegação de D. Álvaro é aqui omissivo, dando ideia de que saltou algum fólio, apesar de o manuscrito ser contínuo, conforme já notou Luís de Albuquerque – *Diário*, p. 51.

<sup>741</sup> *Ibidem*, p. 78.

<sup>742</sup> Gaspar Correia dá como certo ter sido este factor que possibilitou um bombardeamento eficiente do pequeno forte – *Lendas*, IV, p. 648; a crónica árabe até aqui utilizada também menciona a chegada de dois navios bem artilhados que terão bombardeado a cidade – R.B. Serjeant – *The Portuguese off...*, cit., p. 109.

<sup>743</sup> *CDJC*, pp. 231-233.

<sup>744</sup> A identificação do dia é dada por D. Álvaro (*Diário*, p. 51; a nota de Luís de Albuquerque, calculando a Pascoela para dia 7, revelou estar errada mediante os calendários perpétuos por nós consultados). A data coincide ainda com aquela dada na crónica árabe: Domingo, dia 29 de Safar do ano 955 – R.B. Serjeant – *The Portuguese off...*, cit., p. 109.

<sup>745</sup> A crónica local refere 40 mortes portugueses durante o primeiro ataque, mas parece-nos que tal poderá ser o número de mortes quando do ataque final, tal foi a violência do combate, como narra Nunes – R.B. Serjeant – *The Portuguese off...*, cit., p. 109 e *CDJC*, p. 234; D. Francisco de Lima menciona, em carta ao rei as elevadas perdas vítimas de tiros de espingardas visto que «ja todo mundo he cheo d'espimgardas» (expressão que voltaremos a usar adiante) – ANTT/CC-2-241-88, fl. 1.

<sup>746</sup> *Lendas*, IV, p. 649. Leonardo Nunes copiou uma carta escrita pelo rei de Caxem a D. João de Castro da qual não existe original; porém, como temos visto, as cópias de documentos que este menciona ao longo da crónica são suficientemente fidedignas para tomarmos esta como autêntica – *CDJC*, pp. 234-235.

Depois de alguns dias de descanso, a armada iniciou a sua viagem de regresso a 11 de Abril<sup>747</sup>. Dirigiu-se a Baçaim, onde chegou a 26 e, após breve paragem de dois dias, retomou a rota até Goa, onde surgiu na barra no último dia desse mês<sup>748</sup>.

Sobre o projecto falhado de ocupação de Adem que acabámos de analisar, denotemos que apesar do recorrente discurso da ameaça otomana das fontes deste período ter sido, em certa medida, exagerado por não ter existido um perigo contínuo e ininterrupto durante o século XVI (como já mostrou Subrahmanyam<sup>749</sup>), o potencial militar logístico turco permitia uma rápida mobilização de forças para o Índico, justificando a preocupação portuguesa desse período. A veloz resposta otomana a esta insurreição, preparando pouco mais de meia centena de navios em escassos meses, revelava o poder de resposta deste potentado, mesmo a uma distância considerável e com as dificuldades inerentes à existência de um estaleiro no Suez, longe dos centros mediterrânicos de construção naval. Refira-se também que a frota comandada por Piri Reis terá permanecido activa no Mar Vermelho, facilitando as suas expedições na década de 1550, no Golfo Pérsico

#### 4.11. Os últimos dias

Os problemas de pagamento de soldos tidos durante a preparação da armada de D. Álvaro de Castro a Adem agravaram-se depois do seu despacho. Efectivamente, revoltados por não receberem, os *lascarins* aumentaram as suas reivindicações e chegaram a protestar junto da casa onde estava alojado o Governador, ainda em Baçaim. Postos em *ordenança*, ao som de tambores e pífaros, dispararam as espingardas para demonstrar a seriedade da questão. O motim também se deu pelo facto de D. João de Castro já pouco aparecer em público, debilitado por doença, e os soldados acreditarem que ele apenas não os queria encarar, tal como fizeram em Diu, na breve passagem pela fortaleza, em final de 1547. O Governador conseguiu, através de Manuel de Sousa de Sepúlveda, acalmar os revoltosos e despachar uma centena para Diu, com soldo pago, graças à habilidade de Simão Botelho em reordenar as fazendas das fortalezas do Norte, como o próprio contará a D. João III<sup>750</sup>. No entanto, descontente por aquilo que tinha ouvido contra si e para reimpor a ordem através da força, mandou prender os soldados

---

<sup>747</sup> *Diário*, p. 51.

<sup>748</sup> *Ibidem*, p. 58.

<sup>749</sup> Sanjay Subrahmanyam – «O mundo comercial do oceano Índico ocidental...», cit., pp. 161-168.

<sup>750</sup> Carta de 12-XII-1548, «Cartas de Simão Botelho» in Rodrigo José de Lima Felner – *Subsídios para a História da Índia*, cit., p. 4.

que tocaram pífaro e que levavam a respectiva bandeira da *ordenança*, e cortar a mão direita do caixeiro<sup>751</sup>.

Com um estado de saúde muito precário, D. João de Castro regressou a Goa no final de Março<sup>752</sup>. Foi durante esta estadia em Baçaim que conheceu pela primeira vez Mestre Francisco Xavier, ouvindo-o avidamente a pregar<sup>753</sup>. O religioso viera de Goa, depois de regressar da sua missão às Molucas, onde recebera notícia do cerco de Diu e das consequentes campanhas militares empreendidas<sup>754</sup>. Não há qualquer registo deste primeiro contacto, nem das respectivas primeiras impressões trocadas. Só sabemos que o Governador terá solicitado que Mestre Francisco o acompanhasse até à capital do “Estado da Índia”, adiando o seu regresso ao Malabar e à Costa da Pescaria<sup>755</sup>. Como veremos, as crónicas escritas posteriormente, sobretudo as do século XVII, tenderam a amplificar significativamente a situação, forçando leituras de engrandecimento da espiritualidade de Castro e da sua relação com Xavier.

Poderá ter sido durante este período, em Baçaim ou já em Goa, que o Governador tenha solicitado os já muito citados primeiros textos sobre o Japão, reunidos no *Livro que trata das cousas*<sup>756</sup>. A chegada de três japoneses a Malaca, em 1547, e a posterior viagem deles até Goa, no início de Março de 1548, terão despertado a curiosidade do Governador<sup>757</sup>. Os três textos, da autoria de Francisco Xavier, Jorge Álvares e Nicolau Lancilotto expressam interesses e preocupações diferentes. Salientamos o último, tendo em conta que revela um especial interesse pela organização militar do Japão e até pelo comércio da ilha. As informações arroladas não apenas se aproximam do tipo de dados que D. João de Castro recolheu nos seus roteiros, nas múltiplas descrições de reinos e

---

<sup>751</sup> O episódio é unicamente narrado por Gaspar Correia – *Lendas*, IV, pp. 636-637.

<sup>752</sup> Simão Botelho dá conta deste regresso numa carta a D. João III, de 24-XII-1548 – «Cartas de Simão Botelho» in *Ibidem*, p. 5.

<sup>753</sup> Cf. Georg Schurhammer – *Francis Xavier...*, cit., vol. III, pp. 407-408.

<sup>754</sup> *Ibidem*, p. 289. Sobre o seu percurso das Molucas até Baçaim, veja-se os extensos capítulos II e III da mesma obra.

<sup>755</sup> Francisco Xavier dá-nos esta informação, em carta dirigida a Diogo Pereira, de 2-IV-1548 – *DHMPPPO*, IV, p. 50.

<sup>756</sup> *Livro que trata das cousas da Índia e do Japão*, textos XVII, XVIII e XXI, pp. 88-112, 121-125. Seguimos de perto a análise destes textos feita por João Paulo Oliveira e Costa – *A descoberta da civilização Japonesa pelos Portugueses*. Lisboa: Instituto Cultural de Macau e Instituto de História de Além-Mar, 1995, pp. 183-197. Note-se que nenhum destes textos menciona a data da sua composição enquadrando-se perfeitamente no derradeiro período do governo de D. João de Castro. O título do texto XVII poderá ter sido acrescentado posteriormente, tendo em conta que menciona que a informação adveio de Anjiro, «hum japão que se tornou crystão nesta cydade de Goa» e que sabemos que o baptismo se deu no dia 20 de Maio (Georg Schurhammer – *Francis Xavier...*, cit., vol. III, p. 440).

<sup>757</sup> João Paulo Oliveira e Costa – *A descoberta da civilização japonesa...*, cit., p. 126. Cf. Georg Schurhammer – *Ob. cit.*, p. 384 para a chegada destes a Goa.

idades<sup>758</sup>, mas poderão também indicar o interesse em abrir novas rotas mercantis, considerando as graves dificuldades que o “Estado de Índia” atravessava, e em compreender que práticas de guerra possuíam os japoneses.

O peso do governo e da administração em todos os assuntos inerentes ao cargo de governador era tal que, naquele estado de saúde, D. João de Castro decidiu repartir as suas responsabilidades: ocupou-se das questões da guerra e da diplomacia, e delegou todas as outras funções a uma mesa que era composta por D. Diogo de Almeida (capitão de Goa), D. Juan de Albuquerque (bispo), Rui Gonçalves de Caminha (vedor da fazenda), Francisco Toscano (chanceler) e António Pessoa (secretário da Índia)<sup>759</sup>, reunindo-se de três em três dias para dar despacho<sup>760</sup>. Mais uma vez, Simão Botelho terá auxiliado Castro, substituindo provisoriamente o secretário por motivo de doença deste, além de tratar também da reforma dos forais de Goa e das questões tributárias das suas terras<sup>761</sup>.

Entretanto, o Governador recebia ainda presentes diplomáticos, como o comprovam as certidões de 9, 18 e 26 de Abril ao darem conta da chegada a Goa de ofertas de Bengala, de Vijayanagar (no seguimento do sucesso da embaixada de Tristão de Paiva, como já referimos) e de Ahmadnagar<sup>762</sup>. Neste último caso, o regresso de Duarte Barbudo com um enviado de Burhan Nizam Shah I terá sido, talvez, o último acto público de D. João de Castro, tendo-o recebido com aparatosa cerimónia, iniciada pelo disparo de artilharia<sup>763</sup>.

A chegada de D. Álvaro de Castro a Goa sustentou a organização de uma nova faustosa recepção. Apesar do falhanço de Adem, a vitória em Caxem era lida como um primeiro momento de travagem do avanço otomano no Índico após a tomada de Baçorá e, por isso, motivo de festejos. O Governador escreveu uma carta ao filho, a 28 de Abril, pedindo-lhe para não ir directamente para a cidade, mas sim para aguardar em Pangim até o “recebimento”<sup>764</sup> estar preparado. No dia 1 de Maio, Castro detalhava-lhe o procedimento a ter ao desembarcar em Goa, no dia seguinte, estabelecendo sobretudo o

---

<sup>758</sup> Veja-se, por exemplo, o tipo de informação e de dados que Castro demonstra ter nas descrições dos sultanatos dos Bahmânidas (dito do “Decão”, *OCDJC*, II, pp.20) e do Guzerate (*Ibidem*, pp. 89-91).

<sup>759</sup> *Lendas*, IV pp. 638-639.

<sup>760</sup> Cf. Carta do Bispo de Goa a D. João III, de 5-XI-1548, *DHMPPPO*, IV, p. 114.

<sup>761</sup> Carta de Botelho citada anteriormente. D. Francisco de Lima confirma que Botelho secretariava o Governador já durante a sua estadia em Baçaim – carta a D. João III, de 12-XII-1548, ANTT/CC-2-241-88, fl. 1v.

<sup>762</sup> B.A., Cod. 51-VII-19, fls. 224-226.

<sup>763</sup> *Lendas*, IV, p. 639.

<sup>764</sup> Este é o termo que D. João de Castro e Gaspar Correia utilizam para identificar esta recepção, não voltando a ser utilizado o termo “entrada” ou “triumfo” em qualquer fonte coeva, como foram utilizados nas outras homenagens.

protocolo a seguir e não tanto os festejos ou a homenagem que lhe seria feita<sup>765</sup>. O modelo replicava, na generalidade, o anterior: a armada seria recebida no cais pelos vereadores e demais representantes, donde todos os participantes sairiam em procissão, com os homens engalanados, em *ordenança*, com todas as bandeiras alteadas, sendo o cortejo encabeçado pelo crucifixo que estivera presente na tomada de Caxem. Percorridas todas as ruas, pararia na Misericórdia, na Sé, em S. Francisco e, finalmente, nos aposentos do Governador, onde seria recebido. D. Álvaro seguiu as directrizes estabelecidas e pôde ser recebido pelo pai, que se levantou da cama com grande esforço para homenagear a expedição comandada pelo filho<sup>766</sup>.

D. João de Castro entrava no seu último mês de vida. Naquela que poderá ter sido a sua derradeira carta a D. João III, queixava-se que «me acho muy fraco e gastado e me vou entrevando das pernas de huma grande doença que ouve no mar Rouxo em seu serviço», mostrando que a doença já o atormentava há muito<sup>767</sup>. Recomendava ao monarca as filhas solteiras que deixava, pedindo que tivesse o casamento delas em consideração. As febres e os calafrios que sentia esporadicamente, pontuados por momentos de aparente melhoria, deixavam-no debilitado durante longos períodos, obrigando-o a recuperar na cama<sup>768</sup>. Nos primeiros meses de 1548, Luís Falcão chegava a mandar-lhe, de Diu, meia dúzia de melões para o ajudar a convalescer<sup>769</sup>, enquanto a Câmara de Chaul lhe desejava as melhoras<sup>770</sup> e a de Cochim organizava uma procissão, para que a sua saúde recuperasse por intercessão divina<sup>771</sup>. Já durante a campanha de Salcete, no final de 1547, Leonardo Nunes o descrevia como muito magro, suportando mal todos os trabalhos<sup>772</sup>. Tendo em conta os sintomas que conseguimos arrolar nas

---

<sup>765</sup> Cf. *CartasDJC*, pp. 396-397. O documento não deixa margem para dúvidas quanto à data da entrada de D. Álvaro em Goa; saliente-se que Gaspar Correia indica que a entrada se terá dado no Domingo dia 6 de Maio (*Lendas*, IV, p. 650) e D. Francisco de Lima menciona o dia 8 (carta já mencionada).

<sup>766</sup> Vejam-se as breves descrições de Correia e de Nunes – *Lendas*, IV, pp. 650-651 e *CDJC*, pp. 236-237.

<sup>767</sup> Fragmento de carta não datada, *OCDJC*, III, p. 575. Na longa carta que escreveu a D. João III, a 16-XII-1546, queixava-se que «os trabalhos da Índia me tem gastado as carnes e os cuidados e sobresaltos de tantas e tão desvairadas couzas moido os ossos e o máo viver dos homens danado a alma», no que poderá ser uma queixa mais retórica do que real, enfatizando as dificuldades que o “Estado da Índia” viera naquele ano – *OCDJC*, III, p. 314; note-se que, nesse momento, durante a reconstrução de Diu, se achara adoentado acabando por desvalorizar os sintomas em carta ao filho – a 15-I-1547, *CartasDJC*, p. 324.

<sup>768</sup> Luís Falcão, em carta escrita talvez em Março, dava conta da aparente melhoria de saúde do Governador – *OCDJC*, IV, p. 71; Francisco da Silva, a 15-IV-1548, manifestava ter conhecimento de que este tivera um pico de febre que durara cerca de 20 dias – *CSL*, 3, p. 498.

<sup>769</sup> Carta não datada, *OCDJC*, 3, p. 536.

<sup>770</sup> Carta de 20-III-1548, *CSL*, 3, p. 306.

<sup>771</sup> Correspondência de 22-III-1548, *CSL*, 3, p. 481.

<sup>772</sup> *CJDC*, p. 217.

fontes, podemos supor que talvez se tratasse de malária, como já sugeriu Domingos Maurício<sup>773</sup>.

Assim, terá ficado acamado após a recepção dada ao embaixador de Ahmadnagar, em final de Abril, estando os médicos certos da sua morte<sup>774</sup>, o que justifica a sua ausência no baptismo dos três japoneses, a 20 de Maio<sup>775</sup>. Diogo do Couto transcreve, na sua obra, uma declaração de D. João de Castro (registada nos livros da Câmara de Goa, entretanto desaparecidos), dando a sua palavra que não possuía nenhuma dívida à Fazenda Real e que terminava a vida arruinado financeiramente, tendo gastado grande parte dos seus bens durante os anos que governara. Jurava ainda que não beneficiara da Fazenda, salientando apenas a existência de um capacete e de uma espada que mandara fazer especialmente para D. Álvaro<sup>776</sup>.

Porém, algo inesperado estava ainda reservado: a 20 de Maio entrava na barra de Goa uma nau do Reino, capitaneada por Cristóvão de Sá, a primeira de três, que partira de Lisboa a 31 de Outubro de 1547, fora do ritmo anual da Carreira da Índia<sup>777</sup>. O motivo deste envio extraordinário justificava-se pelo conteúdo de uma carta que chegaria numa segunda nau, poucos dias depois: a nomeação de D. João de Castro para o cargo de vice-rei, prorrogando o seu mandato por mais três anos, apesar deste ter manifestado forte vontade em regressar ao Reino no final do seu governo<sup>778</sup>. Paralelamente, D. Álvaro de Castro era nomeado Capitão-mor do Mar da Índia, cargo que já ocupara por designação

---

<sup>773</sup> Domingos Maurício – «Governadores e Vice-Reis Xaverianos. D. João de Castro: as Molucas e depois de Diu», *Brotéria*, 56, 1953, p. 364.

<sup>774</sup> *CDJC*, p. 238.

<sup>775</sup> Georg Schurhammer – *Francis Xavier...*, cit., vol. III, p. 440.

<sup>776</sup> *Ásia (Couto)*, d. VI, l. VI, c. IX, pp. 64-67. Encontramos outra referência na correspondência entre Rui Gonçalves de Caminha e Castro a estas peças mandadas fazer localmente, para D. Álvaro – carta de 12-III-1548, *CSL*, 3, p. 479.

<sup>777</sup> A chegada de Cristóvão de Sá neste dia é atestada pelo próprio, em carta ao rei, de 7-XII-1549, ANTT/CC-1-83-46. Nunes dá a chegada da nau a 15 de Maio (*CDJC*, p. 237), e Correia precisa a chegada a 22, tendo chegada a carta de nomeação na nau de Martim Correia a 28 (*Lendas*, IV, pp. 651-652). Sobre os navios enviados, veja-se a lista desse ano em Paulo Guinote, Eduardo Frutuoso e António Lopes – *Armadas da Índia...*, cit., p. 117.

<sup>778</sup> A carta de nomeação está publicada em *OCDJC*, III, p. 463. Sobre a vontade de regressar ao Reino veja-se, por exemplo, a carta escrita a 16-XII-1546, depois do cerco de Diu, onde D. João de Castro manifesta este desejo, considerando-se já gasto para o que o cargo exigia – *OCDJC*, III, p. 314; esta vontade pode ainda ser encontrada em Agosto de 1547, quando Castro escrevia a D. Álvaro, «doudo de prazer» porque suspeitava que chegaria nesse ano um novo Governador – Carta de 18-VIII-1547, *CartasDJC*, p. 345. Repare-se também no curioso fragmento de carta, não datada, de Castro ao rei, onde dizia que «Mando a minha mulher que em pessoa vá pedir a Vossa Alteza esta [...] minha ida desta terra, portanto se lhe não souber falar ou gardar mal o decoro nos termos na lingoaje e venereçam não lhe ponha Vosa Alteza culpa porque não foi criada em Valença nem Barcelona mas em quintas muy remotas e gente cortesãs onde somente aprendeo a coser e fiar o que me veo aproveitar tanto que muitas vezes vestirão meus filhos de dia o pano que ela fiava de noite» – ARSI, *Goa* 38, fl. 99.

do pai, mas que agora ganhava relevo pela nomeação régia<sup>779</sup>. A população de Goa recebeu bem as notícias e preparou grandes festejos para comemorar a recondução do Governador e a sua promoção a Vice-Rei.

O registo da Casa da Índia (de 24 de Setembro de 1547) e a carta de nomeação de D. João de Castro enquanto «vice-rei das ditas partes da Índia», datada de 13 de Outubro de 1547, justificam a promoção pelos serviços prestados na governação do “Estado da Índia” e «muyto principallmente aos que agora fes a Noso Senhor e a mym na batalha que per sua pessoa deu aos capitães e eixercitos del Rey de Cambaya que sobre a minha forteleza de Dío avia sete meses que estavam e a tinham cerquada»<sup>780</sup>. Como já frisámos, esta nomeação poderá ser entendida no contexto do desenvolvimento do próprio Império Português e da estratégia imperial Joanina, isto é, a indicação de um novo vice-rei para a Ásia pode estar relacionada com o crescente interesse na alteração da estrutura administrativa do Brasil.

Efectivamente, pouco mais de um ano depois da promoção de Castro, D. João III entregava um regimento a Tomé de Sousa e nomeava-o «governador geral da dita capitania [da Baía de Todos os Santos] e das outras capitanias e terras da costa do dito Brasil», instituindo assim o primeiro Governo Geral naquele território<sup>781</sup>. A importância que o “Estado da Índia” detinha ainda neste período poderá explicar que, a partir dessa altura, se passasse a nomear sempre vice-reis para a vertente asiática do Império numa clara atitude de distinção desse espaço perante o Brasil que passava a deter um governador. Apenas em caso de sucessão por via, isto é, por morte do vice-rei, é que o “Estado da Índia” voltaria a ter, por tempo limitado, um governador, como aconteceria na década seguinte com Garcia de Sá (1548-1549), Jorge Cabral (1549-1550) e Francisco Barreto (1558-1558). A presença portuguesa na Ásia, com o seu papel simbólico na Europa pelos feitos militares, religiosos e até económicos, obstará que o mais alto

---

<sup>779</sup> A nomeação de D. Álvaro de Castro data de 16 de Outubro de 1547. Sobre a evolução e a importância deste cargo na estrutura governativa do “Estado da Índia”, veja-se a tese de Carla Lima Pereira – *Capitania-mor do Mar da Índia...*, cit..

<sup>780</sup> Citações da carta de nomeação, pub. *OCDJC3*, p. 463; o registo pode ser visto em Luciano Ribeiro (ed.) – *Registo da Casa da Índia*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1954, vol. 1, p. 91.

<sup>781</sup> O regimento data de 17-XII-1548 e a nomeação oficial de 7-I-1549 (apesar de Tomé de Sousa já estar indicado como governador no regimento): ambos os documentos estão publicados por Joaquim Romero Magalhães e Susana Münch Miranda – «Tomé de Sousa e a Instituição do Governo Geral (1549). Documentos», *Mare Liberum*, 17, 1999, pp. 13-28.



representante da Coroa tivesse o mesmo título que o mais alto oficial do território periférico brasileiro<sup>782</sup>.

Entretanto, o ambiente de festa em Goa duraria pouco tempo. Gaspar Correia conta-nos que a saúde de Castro se agravou consideravelmente e que este perdeu a fala no primeiro dia de Junho<sup>783</sup>. Recuperou-a poucos depois, já que a última mercê data de dia 3 de Junho: trinta bares de canela a Vasco da Cunha para poder pagar as dívidas que o irmão deixara, visto que falecera durante a reconquista de Salcete, no final do ano anterior<sup>784</sup>. Por fim, rodeado só de religiosos, como Mestre Pedro Fernandes Sardinha (vigário), o seu confessor Fr. António do Casal (custódio de S. Francisco), Mestre Francisco Xavier (da Companhia de Jesus) e Fr. João de Vila do Conde (franciscano), pediu para registar as suas últimas vontades: recomendava diversos fidalgos a D. João III, pedia perdão por ter criticado alguns em várias cartas ao monarca, nomeadamente Henrique de Sousa Chichorro, capitão de Cochim, com quem se incompatibilizara por este ser irmão de Aleixo de Sousa, antigo vedor da fazenda, e por questões relacionadas com o tráfico de pimenta<sup>785</sup>.

Na quarta-feira 6 de Junho de 1548, o “Estado da Índia” perdia o novo vice-rei<sup>786</sup>. Fr. António do Casale contava ao rei que «[...] nunca confessei homem que morresse tam conforme com a vontade de Deus»<sup>787</sup>. Foi sepultado no Convento de S. Francisco, com o hábito desta ordem. Esta vontade fora manifestada, talvez nos seus últimos momentos, juntamente com o desejo do seu corpo ser trasladada para a sua Quinta da Penha Verde, em Sintra<sup>788</sup>. Duarte d’Eça, na sua *Relação dos Governadores*, resumiu a morte de D. João de Castro contando que «por o Governador ser de muito pouco comer e de muito poucas carnes e se ocupar muito no interior e exterior nas cousas da guerra; adoeceu de

---

<sup>782</sup> João Paulo Oliveira e Costa (dir.) – *História da Expansão...*, cit., p. 137. Note-se que só muito depois, no século XVIII, é que o Brasil passaria a ter vice-reis de forma sucessiva, nomeados pela Coroa, em vez de governadores.

<sup>783</sup> *Lendas*, IV p. 658.

<sup>784</sup> *LMercês*, fl. 197r.

<sup>785</sup> O documento original deste acto ainda existe, no ANTT – pub. *CartasDJC*, pp. 398-401. Apesar de o Bispo de Goa não ter estado presente na feitura deste documento, supomos que terá também estado presente nos últimos dias de vida do Governador, como narra o próprio Leonardo Nunes – *CDJC*, p. 239. Gaspar Correia especifica que Castro terá estado rodeado apenas de Francisco Xavier e dois frades de S. Francisco – o que não corresponde à realidade tendo em conta a existência desta carta. Tomé Lobo, em carta a D. João III de 13-X-1548, dava atenção à presença de Xavier, neste acto – *DHMPPO*, IV, pp. 66-67.

<sup>786</sup> A data é consensual na maioria das fontes – veja-se as crónicas habituais: *CJDC*, p. 239 e *Lendas*, IV, p. 658; ainda, por exemplo, a carta escrita por D. Álvaro a D. João III, na ilha Terceira, quando do seu regresso ao Reino – 21-VI-1549, ANTT/CC-1-82-112.

<sup>787</sup> Carta de 21-I-1549, *DHMPPO*, 4, p. 256.

<sup>788</sup> *Lendas*, IV, p. 658. *Ásia (Couto)*, d. VI, l. VI, c. IX, p. 70.

hua etica que [...] faleceu a seis ou sete de Junho do anno de 48»<sup>789</sup>. Diogo do Couto acrescentaria ainda que «andando de continuo embarcado com as armas às costas, que se afirma, que de puro trabalho morreo»<sup>790</sup>.

Abertas as vias de sucessão, foi a vez de Garcia de Sá (velho fidalgo, com uma longa carreira consolidada na Ásia) ascender ao cargo de Governador do “Estado da Índia”<sup>791</sup>. Herdou uma pesada estrutura em crise, o que o levou a diligenciar com rapidez a paz com Bijapur e o Guzerate<sup>792</sup>. Tendo ido para o Índico com o propósito de acompanhar o pai e de consolidar a sua carreira, D. Álvaro não viu motivos para permanecer em Goa, pelo que regressou ao Reino no ano seguinte, não cumprindo o seu mandato como Capitão-mor do Mar da Índia.

Nos aproximados mil dias que durou o governo de D. João de Castro – de 5 de Setembro de 1545 a 6 de Junho de 1548, perfazendo 2 anos e 9 meses – encontramos um fio condutor que pautou toda a acção deste governador: a tentativa de manter, consolidar e reforçar o poder da Coroa no “Estado da Índia”. No entanto, tal objectivo necessitou de ser moldado à situação que então se vivia. Se o legado de Martim Afonso de Sousa dificultou os primeiros tempos deste governo, na realidade o segundo cerco de Diu veio ditar aquilo pelo qual Castro orientaria a sua governança nos anos seguintes: a guerra. Não tendo nós o regimento que D. João III entregou a D. João de Castro antes da sua partida para a Ásia, podemos apenas supor que, caso o assédio guzerate não tivesse acontecido, o governo deste teria tido outros contornos. A expansão otomana no Golfo Pérsico e no Mar Vermelho trouxe novos desafios que se viriam a complexificar nos anos seguintes, levantando problemas relativos à rentabilidade da Carreira da Índia e ao próprio trato das especiarias. Apesar das críticas levantadas pelo próprio Governador sobre a fuga de gente para as franjas não fiscalizadas do “Estado da Índia”, as centenas de mercês concedidas para recompensar os serviços prestados, especialmente as “viagens” concedidas para comerciar, aumentaram a expansão da rede informal e dos próprios interesses portugueses no comércio interportuário asiático.

Condicionado a reimpor a superioridade militar portuguesa, Castro pôde apenas supervisionar assuntos directamente relacionadas com a administração da guerra, como a

---

<sup>789</sup> R.O.W. Goertz – *Relação dos governadores da India (1571)*, cit., p. 8.

<sup>790</sup> *Ásia (Couto)*, d. VI, l. VI, c. IX, p. 72.

<sup>791</sup> Cf. por exemplo *Lendas*, IV, p. 659 e a breve análise de Nuno Vila-Santa – *D. Afonso de Noronha*, cit., pp. 59-62.

<sup>792</sup> O tratado com Bijapur foi assinado a 22 de Agosto – *Tombo do “Estado da Índia”*, pp. 41-46; não possuímos o tratado assinado com o Guzerate, apenas temos a referência às condições subjacentes a este no Artur Teodoro de Matos (dir.) – *O Tombo de Diu...*, cit., pp. 78.

diplomacia e a organização da Fazenda Real. Como vimos, questões como a conversão dos reinos de Ceilão ou o maior controlo no tráfico ilegal de pimenta foram radiografadas, mas não puderam ser resolvidas durante este período, fruto do investimento nas guerras de Bijapur e do Guzerate.

Assim, os próximos capítulos serão dedicados às questões militares e ao legado de D. João de Castro, permitindo um melhor entendimento do impacto deste governo na história do “Estado da Índia” e na estratégia imperial de D. João III.

### PARTE III

## A GUERRA E AS GUERRAS NO GOVERNO DE D. JOÃO DE CASTRO

Feita a descrição (e, em parte, análise) do governo de D. João de Castro, é tempo de nos debruçarmos sobre o eixo central da sua governança: a guerra. Como tivemos oportunidade de mostrar, toda a sua política foi condicionada pelos conflitos militares que se fizeram sentir na costa ocidental da península do Hindustão. Em termos geográficos, Castro nunca saiu militarmente de um triângulo com os vértices nas regiões de Goa, Baçaim e Diu.

A manutenção de um estado de guerra quase permanente durante esta governação foi tida como a única forma de submeter os potentados com que o “Estado da Índia” se encontrava em situação de conflito. Note-se que os motivos subjacentes a estas contendas ultrapassavam a questão religiosa, isto é, a simples fundamentação que ditava que estas guerras eram *justas*, já que maior parte do inimigo era muçulmano<sup>793</sup>. Na realidade, estas eram *justas* porque também *defensivas*, pois procuravam a preservação do próprio “Estado da Índia”, da sua capital e da recente Província do Norte, pontos-chave da rede comercial assegurada pelos portugueses na primeira metade do século XVI. Veja-se, a título exemplificativo, um parecer anónimo de c. 1543, endereçado a D. João III,

---

<sup>793</sup> Sobre as motivações da guerra neste período, cf. Jeremy Black – *War and its causes*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2019, p. 33-48; sobre o conceito de “guerra justa” aplicada à expansão portuguesa, veja-se Maria Clara Junqueiro – «Afonso de Albuquerque à luz dos requisitos fundamentais da guerra justa» in Luís de Albuquerque e Inácio Guerreiro (org.) – *II Seminário internacional de história indo-portuguesa*. Lisboa: IICT, 1985, pp. 187-199, João Marinho dos Santos – *A Guerra e as Guerras...*, cit., pp. 18-19, António Vasconcelos de Saldanha – *Iustum Imperium...*, cit., pp. 535-547, Giuseppe Marcocci – *A Consciência de um Império...*, cit., pp. 312-333 e o estudo de fundo de António Domingues de Sousa Costa – «A Expansão Portuguesa à luz do Direito», *Revista da Universidade de Coimbra*, XX, 1962, em especial a parte III, pp. 150-243.

enfatizando que «o descobrimento da Índia se fes para termos o comércio o qual porque se nos impedio contra o direito natural e das gentes, foi necessário uzarmos as armas em nossa defenção offendendo aos inimigos»<sup>794</sup>. Contudo, não nos esqueçamos que, por si, a guerra também tinha um sentido unificador, permitindo reagrupar os soldados espalhados pelas diversas fortalezas e daí conferir unidade a uma certa identidade inerente à entidade política do “Estado da Índia”. Relembremos a declaração de Martim Afonso de Sousa, ao afirmar, em 1538, que

«esta terra qua e a gente que nela amda se nom pode soster sem guerra qua aver; dous anos de paaz [e] nom avera homem em toda a india com couracas nem espada tam soamente. E a gente se espalhara toda per hua banda e per outra que ser a inposyvel tornar se a juntar quando for necesaria porque os capitaes e fidalguos nom dam de comer a gemte nem na aguassalham senom quando ahy ha guerra»<sup>795</sup>.

Neste sentido, o principal investimento do governo de Castro terá sido a guerra, conjuntamente com a preocupação constante pela Fazenda Régia.

Assim, iremos abordar a questão da guerra em três níveis diferentes: a análise das campanhas militares de uma perspectiva económico-financeira, com particular destaque para a sua vertente logística; a tentativa de compreender o papel pessoal de Castro, enquanto capitão-mor do “Estado da Índia”, nestas campanhas, ou seja, o que é que este fidalgo português sabia e aplicava da prática militar da época; e, por fim, uma proposta de leitura deste período à luz da teoria da “revolução militar” moderna, debatendo a existência de uma superioridade militar dos portugueses na Ásia e em particular durante o governo de D. João de Castro.

---

<sup>794</sup> Maria Leonor Garcia da Cruz – *As controvérsias ao tempo de D. João III...*, cit., p. 156.

<sup>795</sup> Carta de 24-XII-1538 a D. João III – *CSL*, 1, p. 138. Acerca da guerra como factor de identidade, veja-se o que diz Jeremy Black – *War and its causes...*, cit., pp. 41-42.

## CAPÍTULO 5

### ALIMENTAR MARTE NO OCEANO ÍNDICO: A LOGÍSTICA MILITAR PORTUGUESA

Para o estudo de caso que iniciamos aqui, dividiremos a análise em três momentos: a logística humana, centrada no recrutamento de combatentes e no pagamento dos respectivos soldos; a logística material, incidindo principalmente sobre a questão da pólvora; e, por fim, o peso dos custos logísticos na própria Fazenda.

Seja-nos permitido, antes de mais, realçar que não existem registos específicos de despesas com campanhas militares neste período; para esta análise os dados de um período posterior, no *Tombo* de 1554 ou no *Orçamento* de 1571, dão-nos simplesmente conta das despesas correntes ordinárias, em cada fortaleza<sup>796</sup>. Para reconstituir globalmente esses dados, ou para termos uma ideia geral, somos obrigados a cruzar informações dispersas, pistas formadas por outro tipo de documentação, como crónicas ou correspondência, por exemplo, para tentar compreender como é que o “Estado da Índia” preparava este tipo de operações. Esta dificuldade é, aliás, inerente quer ao estudo da guerra na metrópole, quer nos territórios de além-mar<sup>797</sup>. Estudos como os de James Tracy ou Geoffrey Parker, sobre questões logísticas relativas a Carlos V e aos seus

---

<sup>796</sup> O estudo de Vitorino Magalhães Godinho sobre as finanças do “Estado da Índia” (*Les finances de l'état portugais des Indes Orientales...*, cit.) continua a ser um marco fundamental e um ponto de partida obrigatório para estes assuntos, tendo actualmente de ser confrontado com os trabalhos, por exemplo, de Artur Teodoro de Matos – «A situação financeira do Estado da Índia no período Filipino (1581–1635)» in *Na Rota da Índia. Estudos de História da Expansão Portuguesa*. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1994, pp. 61–81.

<sup>797</sup> Veja-se o caso do século XVII, reconstituído por António Manuel Hespanha – «As finanças da guerra» in Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (dirs.) – *Nova História Militar de Portugal*. Vol. 2 – coord. António Manuel Hespanha. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004, pp. 176-190.

sucedores, são exemplares neste campo<sup>798</sup>. Todavia, a aplicação destes modelos de leitura ao caso português tem sido ignoradas, quer pela carência de fontes, quer pela dificuldade de análise, evitando assim responder à simples (mas complexa) questão: como é que a Coroa Portuguesa alimentou continuamente o fenómeno bélico noutra oceano, sustentando um potencial de guerra quase constante, garantindo a presença portuguesa na Ásia? Esta primeira parte tenta responder, parcialmente, a esta pergunta, para o período de 1545-1548.

### 5.1. A logística humana

O primeiro ponto a ser analisado é o mais essencial para qualquer situação de guerra: de quantos homens é que o “Estado da Índia” dispunha e quantos, por norma ou regularmente, é que D. João de Castro conseguia arrematar. Conhecida a estrutural falta de gente para povoar o Império de um modo efectivo e eficiente, como resultado, em parte, do próprio carácter camponês da sociedade portuguesa<sup>799</sup>, e a falta de dados demográficos para o século XVI, baseamo-nos em alguns números arrolados na documentação. Estima-se que durante esse século tenham saído aproximadamente 3500 pessoas anualmente para os mais diversos locais além-mar, fixando-se nesses territórios um número inferior a este, visto que, por exemplo, muitos regressavam ao Reino e outros fugiam da alçada régia<sup>800</sup>. Uma estimativa do próprio Castro, aquando da sua primeira viagem à Ásia, entre 1538-1541, indica que estariam cerca de 6 a 7 mil portugueses, espalhados por todas as partes do espaço asiático, mas só se conseguiriam reunir c. 2500 soldados para uma campanha, e com muita dificuldade<sup>801</sup>. Mais tarde, já em Setembro de 1545, Simão de Melo queixava-se do mesmo ao rei, dizendo que

«[...] amda tamta jemte espalhada que não podem deyxar de fazer muytos alevantamentos e certo que ho governador Martym Afomso atemtou ysto mall que allargou tamto as lycemcas aos homens pera todas as partes que sam muytos mortos e allguas teras allevantadas e a

---

<sup>798</sup> James D. Tracy – *Emperor Charles V, Impresario of war: campaign strategy, international finance, and domestic politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010 e Geoffrey Parker – *The army of Flanders and the Spanish Road, 1567-1659*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004; veja-se também a visão mais ampla quanto ao caso espanhol de Bartolomé Yun – *Marte contra Minerva. El precio del Imperio Español, c. 1450-1600*. Barcelona: Crítica, 2004.

<sup>799</sup> Cf. João Marinho dos Santos – *A Guerra e as Guerras...*, cit., p. 97.

<sup>800</sup> Teresa Ferreira Rodrigues – *História da População Portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, 2008, p. 239. Remetemos também para o que Sanjay Subrahmanyam escreveu sobre a questão demográfica da expansão portuguesa em *O Império Asiático Português...*, cit., pp. 306-313.

<sup>801</sup> Carta de D. João de Castro ao Infante D. Luís, 30-X-1540, *OCDJC*, III, p. 30.

Indya tamto sem jemte que pera hua necesydade não podera ajuntar dous mill homens»<sup>802</sup>.

No final de 1546, a Câmara de Chaul recomendava ao rei que o Governador andasse sempre com «[...] cinco ou seis mill omens ao menos bem paguos», o que comprova que à época estes números não eram atingidos, queixando-se ainda que se devia restringir as licenças para o Coromandel, Bengala e China, por serem locais distantes e portanto donde dificilmente se acorreria ao apelo do Governador em caso de necessidade<sup>803</sup>.

Como vimos anteriormente, o governo de Martim Afonso de Sousa ficou marcado por um certo “liberalismo” dado aos portugueses, permitindo-lhes maior dispersão pelo Índico-Pacífico. Este fidalgo conhecia bem a dificuldade em manter os homens nas fortalezas e afiançava ao rei que bastariam cerca de 15 a 20 mil homens para se ter um controlo absoluto na Ásia, embora considerasse que tal não passava de um projecto utópico visto que a Coroa não tinha forma de enviar este número de efectivos<sup>804</sup>.

Como já mostrámos, esta dispersão foi responsável pela grande dificuldade em arregimentar homens de armas quando do segundo cerco de Diu, recorrendo-se ao envio dos filhos do próprio governador para motivar os fidalgos a participarem e à censura de informações sobre a real situação do cerco. O “serviço do rei” era insuficiente para aliciar os homens a participarem neste feito militar, visto que interessava mais a procura do proveito. Segundo nos conta o Governador, a elevada participação da fidalguia na armada de socorro de Abril de 1546 devia-se às vastas mercês concedidas por D. João III àqueles que assim responderam no primeiro cerco à fortaleza, em 1538<sup>805</sup>.

O Governador arrolou também muitos *casados* nas armadas preparadas, ou seja, portugueses casados localmente nas diversas praças portuguesas e seus respectivos descendentes, designados por vezes por mestiços. O termo *lascarim*, como já mostrou José Virgílio Pissarra, é também frequentemente utilizado nas fontes para designar as próprias tropas portuguesas locais<sup>806</sup>. O *Livro das Mercês* de D. João de Castro regista

---

<sup>802</sup> Carta de 8-IX-1545 ao rei: Luís de Albuquerque e José Pereira da Costa – «Cartas de «Serviços»...», cit., p. 352.

<sup>803</sup> Carta de 17-XI-1546, publicada em *Hist. Quinhentista*, pp. XLIV em diante.

<sup>804</sup> Carta de Martim Afonso de Sousa a D. João III, 18-XII-1544, ANTT/CC-1-75-116, fl. 6r.

<sup>805</sup> Cf. *OCDJC*, III, p. 292.

<sup>806</sup> José Virgílio Pissarra em «Armamento naval», cit., pp. 138-139. A ideia de que o termo *lascarim* é unicamente utilizado para os soldados locais (asiáticos) contratados (como mercenários) deriva de uma leitura rápida da respectiva entrada do *Glossário Luso-Asiático* de Sebastião Rodolfo Dalgado (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1919, vol. I, pp. 515-516), aproveitada por Vitor Luís Gaspar Rodrigues – *A organização militar do Estado Português da Índia (1500–1580)*. Lisboa: provas de acesso à categoria de



dezenas de gratificações dadas a soldados portugueses, identificados como *lascarins*, permitindo compreender o alcance da utilização deste termo à época<sup>807</sup>. Em todo o caso, os *casados* de Goa, Chaul e Baçaim tiveram um papel fulcral, constituindo o núcleo principal dos reforços portugueses enviados. Encontramos alguns homens e navios provenientes de outras fortalezas, mas em número muito pontual: de Cochim, apesar das queixas do mau tempo (tentando justificar a sua pouca cooperação), acabaram por sair alguns navios, não obstante a grande falta de remeiros<sup>808</sup>; de Cananor despacharam-se vários navios ligeiros e rápidos<sup>809</sup>; e um catur armado por um pobre com dinheiro emprestado, foi remetido de Chale<sup>810</sup>. Retenha-se ainda, por exemplo, que do Coromandel, onde uma grande comunidade de portugueses se instalara de uma forma informal<sup>811</sup>, apenas um punhado de homens acompanhou o Governador, entre os quais se destacam Miguel Ferreira, Cristóvão Doria, Brás de Gois e Luís de Melo<sup>812</sup>. A tabela seguinte sintetiza os reforços enviados à fortaleza sitiada.

---

Assistente de Investigação do IICT, 1990, p. 25, n. 3, e outros estudos do mesmo autor. As fontes que arrolámos levam-nos a crer que, na maioria dos casos, se trata de soldados portugueses *casados* ou já descendentes. Os contingentes constituídos por soldados locais eram, por vezes, identificados como «gente da terra» ou «gentios» (ou seja, não muçulmanos) – conforme se pode ver no rol de despesas feitas em Goa, na defesa dos passos: ANTT, *Cartas dos Vice-Reis e Governadores da Índia*, 35, datável entre 1522 e 1545 (visto que menciona Crisna, tanadar-mor). Outro exemplo mais concreto é a carta de Sebastião Pinheiro a D. Álvaro de Castro, oferecendo-se para o acompanhar a Adem e que poderia servir qualquer cargo, «se não com as letras de ouvidor d'armada, de lascarim», colocando-se assim, em caso de necessidade, ao mesmo nível de um qualquer soldado português local – Carta de 11-II-1548, ANTT/Cartas-Diu, fl. 78r. No entanto, o chamado Códice Casanatense, um conjunto de ilustrações produzidas no “Estado da Índia” em meados do século XVI, inclui o retrato de um casal identificado como «Lascaris do reino de Canbaya» – *Além-Mar: Códice Casanatense 1889 com o Livro do Oriente de Duarte Barbosa*, Lisboa: Bertrand, 1984, fls. 67-68. Todos estes exemplos comprovam que cada fonte deve ser analisada cuidadosamente para se compreender o próprio contexto da utilização desse termo.

<sup>807</sup> Vejam-se a título de exemplo, as mercês dadas a António Correia, *lascarim*, do cargo de escrivão da nau que for a Malaca pelo Coromandel, «avendo respeyto a ser valemte homem e a viver como boom soldado», e a Gil Álvares, *lascarim*, do cargo de porteiro da alfândega da fortaleza de Diu, «[...] avendo respeyto a me dizerem que era valemte homem e ter bem servydo nestas partes» – *LMercês*, fls. 43r e 44r.

<sup>808</sup> Cf. cartas de Henrique de Sousa Chichorro, de Cochim, de Maio – *OCDJC*, III, p. 170; do mesmo, em Julho – *Ibidem*, pp. 208-209; e ainda em Setembro – *CSL*, 2, p. 302-303.

<sup>809</sup> Carta de 14 de Agosto, *CSL*, 2, p. 351.

<sup>810</sup> Carta de António Coelho, *OCDJC*, III, p. 218.

<sup>811</sup> Seriam, segundo Miguel Ferreira, mais de mil – cf. carta ao Governador de 13 de Julho, *CSL*, 3, p. 70. Para além dos estudos já referidos anteriormente sobre a ideia de um Império Sombra/Informal, veja-se ainda o recente estudo de António Manuel Hespanha – *Filhos da Terra...*, cit., pp. 124-127.

<sup>812</sup> *OCDJC*, III, pp. 312-313.

**Quadro 1**  
**Armadas de socorro enviadas a Diu (1546)**

<b>Data de Envio</b>	<b>Embarcações</b>	<b>Capitão</b>	<b>Número médio de homens</b>
Início de Abril	2 fustas	Gregório de Vasconcelos	100 <i>lascarins</i>
Meados de Abril	9 fustas e catures	D. Fernando de Castro	200 arcabuzeiros
Final de Julho (de Baçaim)	10 catures 5 fustas	D. Francisco de Meneses	300 homens (sobretudo <i>casados</i> )
23 de Julho	26 fustas 6 catures	D. Álvaro de Castro	500 <i>lascarins</i> arcabuzeiros
Início de Setembro	7 caravelas		350 <i>lascarins</i> 200 pedreiros e cabouqueiros
20 de Setembro	25 fustas e catures 3 galeões	D. João de Castro	1400-1500 homens
			<b>TOTAL: c. 2800</b>

Fonte: Roger Lee de Jesus – *O Segundo Cerco de Diu...*, cit., pp. 82-84, 102-108, 124-127.

Depreendemos, assim, que o contingente português em Diu, durante a batalha de 10 de Novembro de 1546, ascendia a c. 2000-2500 soldados. Nas campanhas seguintes, as fontes apontam-nos também para este número médio de homens de armas portuguesas, quer para a conquista de Pondá, quer para a primeira campanha do *Norte*, bem como para a reconquista de Salcete. Os pagamentos de soldos regulares, entre Agosto de 1545 e Agosto de 1547, mostram-nos precisamente um número estável de c. 2000 *lascarins*, ao qual devemos acrescentar os fidalgos e os seus séquitos de criados e familiares<sup>813</sup>. Esporadicamente, conta-se com a presença de pequenos contingentes de potentados locais. É o caso, já mencionado, do envio de 500 soldados naires pelo Rei da Pimenta (no Malabar), para a campanha do *Norte*, de 1547. A carta deste soberano a Castro indica apenas que deu licença para o envio do pequeno grupo, sem mencionar se seriam pagos por ele ou suportados pelo “Estado da Índia” (enquanto tropa mercenária)<sup>814</sup>. O próprio monarca local afirmava que estes homens de armas já tinham sido utilizados por Nuno da Cunha, certamente durante a tentativa de conquista de Diu, em 1531<sup>815</sup>. Meses mais tarde, é a vez de um grupo de 2000 soldados canarins, comandados por Dadagi, tanadar-mor de Goa, se juntar às forças portuguesas para a reconquista de Salcete<sup>816</sup>. Há, assim, uma certa

<sup>813</sup> Estes registos de pagamentos de soldos encontram-se no *LMercês*, fls. 77r-79v.

<sup>814</sup> Carta de 28-IX-1547, *CSL*, 2, p. 411.

<sup>815</sup> *Ibidem*, p. 412. O rei especifica ainda que terá havido uma alta mortandade durante essa campanha, devido a um surto de doença, o que terá desanimado vários a juntarem-se a esta nova campanha de 1547.

<sup>816</sup> *OCDJC*, III, pp. 566-567.

estabilidade nos números apresentados que vão ao encontro às previsões feitas pelo próprio D. João de Castro quando da sua primeira viagem à Ásia.

Vários documentos levantam algumas questões sobre a dimensão dos registos da Matrícula de Goa, órgão centralizador de todo o aparelho militar e administrativo do “Estado da Índia”, donde destacamos a figura do Secretário da Matrícula, responsável por manter os registos dos pagamentos dos soldos nos livros que, infelizmente, já não existem<sup>817</sup>. O processo de actualização da Matrícula é mais ou menos conhecido. As listas deviam ser actualizadas com a chegada das naus da Carreira, e os dados eram revistos em Goa conforme o pagamento feito no local ou as certidões apresentadas pelos soldados, mostrando que tinham recebido noutra local ou a quantia que tinham a receber. Escrevendo em 1557 a sua autobiografia, Martim Afonso de Sousa lembrava que reorganizara este órgão, ordenando que apenas se pagasse a gente que andasse de facto a servir a Coroa. Alcançava-se o número de cinco mil homens, com a actualização dos números registados, em vez dos dez mil<sup>818</sup>. Numa das suas missivas dirigidas a D. João III, em 1539, D. João de Castro já apontara este problema, indicando que estariam assentados dezassete mil homens<sup>819</sup>.

Apesar de não termos dados que comprovem directamente o número total de soldados na Matrícula durante o governo de D. João de Castro, o seu sucessor, Garcia de Sá, ordenou a actualização da mesma em Dezembro de 1548, escassos meses depois da morte de Castro. Encontraram-se aí 23 mil títulos registados, de «[...] omens d'armas e do mar e todolos outros officiaes»<sup>820</sup>. Foram removidos sete mil, por se encontrarem desaparecidos, ficando c. 16 mil homens. O número é impressionante quer à escala portuguesa quer pela dimensão que apresenta da estrutura administrativa e até burocrática do “Estado da Índia”, e comprova a importância central deste órgão na gestão financeira de todos os pagamentos feitos aos súbditos da Coroa, quer portugueses, quer locais

---

<sup>817</sup> Susana Münch Miranda (*A Administração da Fazenda Real...*, cit., p. 315 e «The center and the periphery in the administration of the Royal Exchequer of the Estado da Índia (1517-1640)», *e-Journal of Portuguese History*, Vol. 7, number 2, Winter 2009, p. 6) já alertou para a importância da Matrícula enquanto órgão «a quem competia centralizar o registo de todos os soldados e oficiais ao serviço da coroa e controlar o respectivo pagamento», enfatizando assim que não se trata de uma estrutura unicamente relacionada com a guerra – vertente sobre a qual Vitor Luís Gaspar Rodrigues apenas menciona nos seus estudos – *A Organização da Militar do Estado...*, cit., pp. 40-45 e mais recentemente o mesmo autor com Miguel Dantas da Cruz – «Instituições, contingentes e culturas militares na monarquia portuguesa (século XV-XIX)» in Ângela Barreto Xavier, Federico Palomo e Roberta Stumpf (orgs) – *Monarquias Ibéricas em Perspectiva Comparada (Sécs. XVI-XVIII). Dinâmicas Imperiais e Circulação de Modelos Administrativos*. Lisboa: ICS, 2018, pp. 439-441.

<sup>818</sup> Luís de Albuquerque (ed.) – «Autobiografia de Martim Afonso de Sousa», cit., p. 77.

<sup>819</sup> Carta sem data, c. 1539, *OCDJC*, III, p. 22.

<sup>820</sup> ANTT/CC-1-81-107, fl. 1r.

contratados para os múltiplos serviços necessários. Vinte anos depois do governo de Castro, em 1569, o Arcebispo D. Jorge de Themudo dava conta de estarem c. 15 mil pessoas arroladas, «[...] onde entrão muitos moços de menor ydade, escravos, chatins, casados, officiaes, velhos que já não são pera guerra», sendo que as forças passíveis de serem arrematadas em Goa nunca chegavam aos três mil soldados, porque

«[...] huns são mortos, ficando seus titulos em aberto sem se saber por onde, outros estão recebendo, outros estão no Reyno, outros andão espalhados em suas chatinarias e, quando vem a Goa, vão-se apresentar aa Matricula dizendo que sempre aquy andarão, dando suas escuzas a não se embarcarem todo aquele tempo em nenhuma armada, que se lhe aceita facilmente, porque, como esta fazenda não hee do escrivão da Matricula nem dos contadores della, facilmente se acaba tudo»<sup>821</sup>.

Os problemas da Matrícula prolongar-se-iam pelo tempo. Disso são exemplo as duras críticas tecidas por Diogo do Couto no seu *Soldado Prático*, e por Francisco Rodrigues da Silveira, na *Reformaçãõ da Milícia do Estado da Índia*<sup>822</sup>. Qualquer que fosse a capacidade de recrutamento e a organização das gentes de armas, o “Estado da Índia” nunca se poderia comparar com o quase infinito saldo demográfico e a consequente capacidade militar logística dos diversos potentados asiáticos com os quais chegou a entrar em confronto. Em suma, os efectivos reais da Coroa eram parcos e instáveis. A natureza do próprio “Estado da Índia”, pela sua forma dilatada no espaço, comprometia a capacidade de mobilização, e o próprio carácter social dos reinóis (apegados à terra e avessos à guerra) impediam que a autoridade máxima compelsse à guerra os súbditos do monarca.

A questão que levantamos de seguida tem um grau de dificuldade e de complexidade bem maior do que o do número de efectivos: de que forma é que os soldados eram pagos. Infelizmente os dados continuam escassos para podermos criar uma chave de leitura satisfatória. Para começar, carecemos de estudos sobre o processo de recrutamento de soldados no Reino e respectivos pagamentos<sup>823</sup>. Sabemos que os homens

---

<sup>821</sup> Joseph Wicki – «Duas relações sobre a situação da Índia portuguesa nos anos 1568 e 1569», *Studia*, 8, 1961, p. 196.

<sup>822</sup> Sobre os textos críticos destes autores, para além das próprias obras, vejam-se as referências dadas por Maria Leonor García da Cruz na sua antologia: *Os «Fumos da Índia». Uma leitura crítica da expansão portuguesa*. Lisboa: Edições Cosmos, 1998, pp. 52.

<sup>823</sup> A única síntese é a de Vitor Rodrigues, a qual seguimos na generalidade – *A Organização Militar do Estado...*, cit., pp. 16-45. Veja-se também as breves referências dadas por Vitor Rodrigues e Miguel Dantas da Cruz – «Instituições, contingentes...», cit., pp. 439-441.

eram arrolados geralmente para um serviço de três anos (variando, sobretudo, conforme o posto), em regime de voluntariado, podendo prolongar a sua estadia através de uma nova comissão ou da sua fixação nos territórios de além-mar<sup>824</sup>. Recorria-se a pregões na cidade de Lisboa para tentar aliciar o embarque, como referem diversas fontes<sup>825</sup>. O pagamento do soldo era feito, regra geral, ao quartel, ou seja, quatro vezes ao ano. Por vezes recebia-se esta soma adiantada, no momento do embarque, como aconteceu quando da preparação da armada da Índia, no início de 1545, para tentar incentivar o assentamento de soldados, como o diz o próprio D. João III a Castro<sup>826</sup>. Outras vezes, os homens embarcavam sem receber soldo, só tendo direito a ele em Goa ou daí a determinado tempo<sup>827</sup>. O governador aqui em estudo recomendava ao monarca que só se enviasse para a Ásia gente que já tivesse recebido soldo, para evitar que alguma ficasse numa situação de pobreza extrema, e até sem capacidade para comprar armas, acabando por desertar para os potentados vizinhos à procura de algum meio de subsistência<sup>828</sup>. O lamento dos oficiais régios era recorrente (já desde os inícios da implantação do “Estado da Índia”), e o mesmo afirmava, por volta de 1547, que

«[...] o proprio anno que huma armada chega a Índia carregada de gente, foge a redea solta per mar e per terra, huns pera Choramandel, outros pera Ceilão, outros pera Bengala, Malaca, China, Japão e outras partes tão remotas que Plínio nem Ptolomeu tiuerão delas nenhuma notícia, e la huns matam a ferro, outros morrem de doenças, e outros se perdem no mar, de maneira de cento não se salva hum, e esta costa da índia fica tão vazia de gente»<sup>829</sup>.

Não obstante a vinculação obrigatória dos soldados ao serviço à Coroa, plasmada na existência dos livros da Matrícula, note-se que acabavam sempre por ser lançados pregões públicos para arregimentar os homens para as campanhas militares. Temos disso

---

<sup>824</sup> Cf. Vitor Rodrigues – *A Organização Militar do Estado Português da Índia*, p. 16.

<sup>825</sup> *Ibidem*, pp. 20-21.

<sup>826</sup> Carta de D. João III a D. João de Castro, de 5-II-1545, *OCDJC*, III, p. 52 (com lacunas).

<sup>827</sup> Assim se compreende a ordem dada por Castro, depois da batalha do cerco de Diu, para que se quitasse o soldo de «todo homem que veo de Purtuguall este ano com comdição de não vemcer solldo da sua chegada a huum ano» – *LMercês*, fl. 99v.

<sup>828</sup> Carta ao rei, de 16-XII-1546, *OCDJC*, III, p. 318. A título de exemplo, veja-se o caso do soldo dado, em Setembro de 1546, aos homens que tinham chegado do Reino por serem «muito proves e mal armados» – *LMercês*, fl. 79r. A obra anónima *Primor e Honra da Vida Soldadesca no Estado da Índia*, dos finais do século XVI, também dá conta destes casos: veja-se a ref. em João Marinho dos Santos – *A Guerra e as Guerras...*, cit., p. 141.

<sup>829</sup> *OCDJC*, III, p. 574. O testemunho de Castro é semelhante ao de António da Fonseca, em carta ao rei, de 18-X-1523, pub. *Documentos sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central, 1497-1840*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos/National Archives of Rhodesia and Nyasaland, 1969, vol. VI, pp. 196-198.

exemplo para o socorro enviado a Diu, em 1546, nas diversas fortalezas portuguesas da costa ocidental da Índia, onde o Governador mandava que «[...] toda a pessoa que de dezoito anos pera riba se acha se nam sendo casado se embarque loguo pera Dio»<sup>830</sup>, ou posteriormente para a protecção das Terras Firmes de Goa<sup>831</sup>.

Apesar dos esforços, a Matrícula acabava sempre por apresentar falhas no seu funcionamento, certamente devido à dificuldade em ter os registos actualizados para homens que se encontravam espalhados entre Moçambique, Ormuz e as Molucas e a própria viabilidade financeira para pagar todos os homens ao serviço da Coroa. Uma carta de D. Estêvão da Gama, enquanto Governador, em 1541, dá-nos conta da tentativa de regulamentar esta actividade ao obrigar que todos os pagamentos fossem feitos sob autoridade do único Vedor da Fazenda então existente, o que atrasava o processo e obrigava a que o secretário, com os registos completos da Matrícula, acompanhasse o superintendente da Fazenda Régia. Paralelamente, a Coroa tentou também aumentar o controlo na distribuição dos mantimentos aos soldados, obrigando a uma maior fiscalização dos livros da Matrícula para evitar que os homens recebessem a duplicar<sup>832</sup>. O regimento dado a Luís de Sousa, capitão da viagem a Banda, em 1559, demonstra bem a preocupação em manter as listas de pagamento ordenadas e actualizadas. A lista dos homens embarcados, com a respectiva ordem de pagamento, era entregue ao capitão à saída de Goa, sendo depois confirmada pelo mesmo com o apontamento de todos os soldos e mantimentos entregues e permitindo assim actualizar o registo central da Matrícula, quando do regresso da nau<sup>833</sup>.

Enfim, a satisfação dos soldos era uma questão central e considerada um dos nervos da guerra. Veja-se o caso de Carlos V e das múltiplas rebeliões que teve de enfrentar nas campanhas militares de Itália<sup>834</sup>. Martim Afonso de Sousa vangloriava-se de durante o seu governo sempre se pagar soldo e mantimento aos homens<sup>835</sup>. A documentação comprova que D. João de Castro conseguiu manter os pagamentos regulares até Dezembro de 1546, começando a atrasar as quitações a partir daí, tendo

---

<sup>830</sup> Veja-se o testemunho dado por João Teixeira, de Baçaim, em carta a D. Álvaro de Castro, de 17-IX-1546, ANTT/Cartas-Diu, fl. 32v.

<sup>831</sup> *CDJC*, p. 162 e o testemunho de Manuel Lobato, dos pregões dados em Cochim – Carta a D. João de Castro, de 25-VIII-1547, *CSL*, 2, p. 365.

<sup>832</sup> Veja-se o relatório de Brás Baião, de c. 1545, publicado por Luís Filipe F.R. Thomaz – *Os Portugueses em Malaca (1511-1580)*. Lisboa: tese de licenciatura apresentada à FLUL, 1964, vol. II, doc. 149, pp. 370-372.

<sup>833</sup> *Ibidem*, pp. 412-415.

<sup>834</sup> Cf. Idan Sherer – *Warriors for a Living. The Experience of the Spanish Infantry during the Italian Wars, 1494-1559*. Leiden/Boston: Brill, 2017, pp. 102-143.

<sup>835</sup> Luís de Albuquerque (ed.) – «Autobiografia de Martim Afonso de Sousa», cit., p. 77.

satisfeito o último quartel dos meses de Março a Maio de 1547 em Agosto desse ano<sup>836</sup>. Depois disso, só tornamos a encontrar o pagamento de um único quartel (não identificando o período a que se reporta, mas talvez a Junho-Agosto de 1547) em Abril de 1548<sup>837</sup>. Enquanto isso, várias fortalezas também careciam de meios para pagar aos seus próprios soldados. Luís Falcão, capitão de Ormuz, queixava-se largamente disso ao Governador, bem como D. João de Mascarenhas em Diu, antes do cerco<sup>838</sup>. Neste último caso, Mascarenhas dava ainda conta de que tinha 12 bombardeiros quando o assédio começou, visto os restantes terem abandonado a fortaleza por falta de pagamento<sup>839</sup>. Conforme a sua própria fazenda pessoal, alguns capitães chegavam a pagar do próprio bolso os soldos em atraso. É o caso de Manuel de Sousa de Sepúlveda que assim procedeu enquanto capitão de Diu, entre 1542-1545<sup>840</sup>. Eventuais desvios ilícitos por parte dos oficiais acabavam também por minar a eficácia da Matrícula e dos seus registos<sup>841</sup>.

Como já dissemos, para além dos portugueses arrolados no Reino, os *casados* participavam frequentemente nas campanhas militares. Gaspar Correia testemunha que foi no vice-reinado de Vasco da Gama (1524) que eles passaram a receber soldo apenas pela sua actividade em campanha militar ou em serviço de armada, sendo riscados do rol da Matrícula. Evitava que recebessem ao quartel, como se tivessem acabado de chegar do Reino<sup>842</sup>. Depois de várias décadas de casamentos mistos, é de crer que os seus filhos, considerados também portugueses, se revissem, como os seus pais, enquanto súbditos da Coroa e que estivessem assentados na Matrícula. Ora, a documentação mostra-nos que tal não acontecia, por ordem do rei, pelo que, já depois do segundo cerco de Diu, a Câmara de Chaul recomendava ao monarca que assentasse em soldo os «filhos dos portugueses nascidos nestas partes», visto que estes não combatiam por não receberem uma recompensa pecuniária<sup>843</sup>. A Câmara de Goa solicitara o mesmo, mas via o pedido negado pelo rei, em 1547, já que «[...] não ouve por bem de prover nisso por agora»<sup>844</sup>.

---

<sup>836</sup> O Governador dá conta dos pagamentos até ao cerco em carta de 16-XII-1546, *OCDJC*, III, p. 319; para o registo completo entre Setembro de 1545 e Maio de 1547, veja-se o *LMercês*, fls. 77r-79v.

<sup>837</sup> Supomos que esse último quartel poderá ser relativo aos meses de Junho a Agosto de 1547.

<sup>838</sup> Veja-se, por exemplo, a carta de Luís Falcão a Castro, de 1-I-1546, publicada parcialmente em *OCDJC*, III, p. 114; e a de D. João de Mascarenhas ao mesmo, de 23-XI-1545, ANTT/CSL, 5, fl. 135.

<sup>839</sup> *Hist. Quinhentista*, p. 142.

<sup>840</sup> Veja-se a sua carta a D. João III, de 18-X-1545, *As Gavetas da Torre...*, *cit.*, vol. I, p. 778.

<sup>841</sup> É o que nos relata D. Estêvão da Gama, em 1541, tendo acontecido tal através de dois escritvães em Ormuz – ANTT/CC-1-71-7, fl. 3r.

<sup>842</sup> *Lendas*, II, p. 822.

<sup>843</sup> *Hist. Quinhentista*, p. XLV.

<sup>844</sup> Carta de D. João III à Câmara de Goa, 25-III-1547: *APO-CR*, f. 1, p. I, N.º13, alinha VI, p. 29.

O governo de D. João de Castro é singular neste aspecto, pois após a vitória do segundo cerco de Diu mandou «asentar em soldo todollos mestiços que se nela acharão», como se prova pelo registo oficial no *Livro das Mercês*<sup>845</sup>. As crónicas de Leonardo Nunes e Gaspar Correia confirmam o facto (bem como a designação de “mestiços” aos filhos dos *casados*). O último autor acrescentava que não recebiam, porque D. João III entendia que «[...] era bem que servissem de graça, pois na terra tinham casas e suas heranças que era bem as defendessem, pois estavam em sua natureza»<sup>846</sup>.

Uma solução encontrada desde cedo pelos próprios soldados para ultrapassar a falta de soldo passava pelo trespasso deste, isto é, pela troca do seu futuro soldo, através de uma certidão assinada pelos próprios, por uma quantia (por vezes inferior) adiantada por um privado<sup>847</sup>. Esta prática generalizou-se logo a partir da primeira década do século XVI, sendo combatida pela Coroa por ser vista como um esquema paralelo lesivo para o próprio soldado. Legislação emanada em 1517, 1519 e 1520 proibia explicitamente a compra de soldo<sup>848</sup>. Estas directrizes vieram a ser reforçadas esporadicamente, como em 1535, sendo revertidas por Nuno da Cunha, alegando que havia muitas queixas e que esta era uma das únicas formas dos homens de armas se sustentarem<sup>849</sup>. Nova proibição seguiu para o “Estado da Índia” em 1540, sendo aplicada pelo governador D. Estêvão da Gama<sup>850</sup> e por D. João de Castro. Um apontamento lateral a um registo de mercê de 1545, de Fernão Gomes da Silva, sublinhava que este se incompatibilizara com Castro «[...] porque lhe não dey lycemça que pudesse comprar  $\bar{\Pi}$  pardaos de soldos contra defesa del rey noso senhor»<sup>851</sup>. Alguns anos depois, em Dezembro de 1548, era a vez de o governador Garcia de Sá alegar que as trespassações eram necessárias para a própria sobrevivência dos seus homens, autorizando que estas se realizassem e justificando-se com a «[...] muita necessidade que ha na fazemda» decorrente do governo do seu

---

<sup>845</sup> *LMercês*, fl. 99v.

<sup>846</sup> *CDJC*, pp. 136-137 e *Lendas*, IV, p. 580; sobre as políticas integração (ou falta delas) em Goa, cf. Ângela Barreto Xavier – «Reducing difference in the Portuguese empire A case study from early-modern Goa» in Sofia Aboim, Paulo Granjo, Alice Ramos (eds.) – *Changing Societies: Legacies and Challenges. vol. I – Ambiguous Inclusions: Inside Out, Outside In*. Lisboa: ICS, 2018, pp. 241-261.

<sup>847</sup> Vitor Luís Gaspar Rodrigues foi dos únicos a dar alguma atenção a este assunto – *A Organização Militar do Estado...*, cit., pp. 37-40.

<sup>848</sup> Cf. os alvarás de 17-VIII-1517 e 19-XI-1519, nas Ordenações da Índia, publicados por Luís Carvalho Dias – «As Ordenações da Índia», *Garcia da Orta*, 1956, pp. 245, 245 e 236.

<sup>849</sup> Alvará de Nuno da Cunha, de 31-I-1536, pub. *Regimentos das Fortalezas da Índia*. Ed. Panduronga S.S. Pissurlencar. S.S. Bastorá: Tipografia Rangel, 1951, pp. 522-523.

<sup>850</sup> Regimento dado ao vice-rei D. Garcia de Noronha em 1540, pub. *Regimentos das Fortalezas da Índia*, cit., pp.524-525. O seu sucessor dava conta do respeito pela decisão régia em carta de 15-XI-1541 – ANTT/CC-1-71-7, fl. 2r.

<sup>851</sup> *LMercês*, fl. 17v.



antecessor<sup>852</sup>, comprovando que estas não estariam autorizadas ou não eram praticadas durante o governo do seu antecessor.

Efectivamente, o desenrolar das múltiplas campanhas de D. João de Castro debilitou de forma progressiva a capacidade da Fazenda para o pagamento dos soldos. Como mostrámos, o Governador conseguiu manter a regularidade dos pagamentos até aproximadamente Agosto de 1547. A situação era complexa e Rui Gonçalves de Caminha, vedor da fazenda, confessava a intrincada teia de cadernos desorganizados na Matrícula que atrasavam, ou até impediam, o pagamento dos soldos e o bom funcionamento deste órgão<sup>853</sup>. A mudança do Vedor da Fazenda dos Contos, entre Agosto e Setembro desse ano, pode também ter dificultado a própria organização do aparelho financeiro português sediado em Goa. O testemunho de Garcia Caminha dá-nos conta de uma gestão algo caótica pela falta de preparação do novo Vedor<sup>854</sup>, e uma certidão de Dezembro comprova a ausência de livros de registos que permitissem um maior controlo sobre rendas e direitos a arrecadar pelo “Estado da Índia”<sup>855</sup>.

Apesar da falta de referências documentais, é de supor que o Governador tenha aproveitado alguns espólios obtidos durante as suas campanhas para reembolsar os soldados, à imagem dos bens confiscados à nau guzerate, tomada durante as obras de reconstrução da fortaleza de Diu e que serviu para pagar os custos dessa mesma obra<sup>856</sup>. Assim se compreende o clima em que, no início de 1548, os *lascarins* se recusaram a embarcar com o seu filho D. Álvaro para a entrega de Adem<sup>857</sup>. Mesmo depois da partida dessa armada, outros se revoltaram, chegando mesmo a protestar, organizados em companhia de *ordenança*, sob bandeira e toque de caixa e pífaro, frente à casa onde repousava o Governador, em Baçaim. Como já referimos, a ousadia do acto foi castigada com prisão para os soldados que tocaram os instrumentos (sendo cortada a mão direita do caixeiro) e para aquele que levou a bandeira<sup>858</sup>.

Foi para esta referida campanha a Adem que Simão Botelho, vedor das fortalezas, elaborou um regimento para o futuro capitão português de Adem, de que salientamos

---

<sup>852</sup> ANTT/CC-1-81-129.

<sup>853</sup> Vejam-se as cartas dirigidas a D. João de Castro, de 31-X-1547 e de 7-XI-1547, ambas publicadas em *CartasRGC*, pp. 68 e 75.

<sup>854</sup> A carta de Caminha foi publicada por Virgínia Rau – «Regimento da Casa dos Contos de Goa de 1589», *Revista do Centro de Estudos Económicos*, 9, 1949, pp. 110-115. Veja-se a análise mais detalhada deste episódio por Susana Münch Miranda – *A Administração da Fazenda Real...*, cit., pp. 301-303.

<sup>855</sup> Certidão de António Afonso, escrivão da Casa dos Contos, de 1-XII-1547 – ANTT/CC-2-241-49.

<sup>856</sup> Já tivemos oportunidade de nos debruçar sobre este episódio na segunda parte desta tese e em Roger Lee de Jesus – «*As despesas da reconstrução...*», cit.

<sup>857</sup> *Lendas*, IV, p. 631.

<sup>858</sup> *Ibidem*, pp. 636-637.

algumas particularidades<sup>859</sup>. Tendo em conta a natureza e a importância desta operação, bem como o isolamento em que o contingente ficaria (tendo em conta a distância de Adem para qualquer outra fortaleza portuguesa), os soldos seriam pagos mensalmente, evitando que os soldados passassem necessidades ou causassem “escândalo na terra”, com eventuais revoltas por falta de pagamento. A situação permitia até que o soldo-base dos homens fosse quase duplicado, visto que se encontrariam em situação de elevado risco. Por exemplo, um soldado que recebesse, usualmente, 500 reais, passaria a receber 900. Todas as despesas seriam registadas num caderno que serviria, posteriormente, para actualizar as respectivas listagens da Matrícula de Goa. Relembramos que este soldo seria custeado pela venda de diversas mercadorias remetidas da capital do “Estado da Índia”, tal era o aperto da sua estrutura financeira.

Uma forma complementar de suprir as necessidades da Fazenda era a decisão de dar escala franca durante as campanhas militares, opção nem sempre preferível por resultar frequentemente em desorganização da soldadesca, mas que permitia que os homens ficassem com o que conseguissem tomar durante a pilhagem de uma cidade ou o espólio de um navio adversário<sup>860</sup>. Tal aconteceu, por exemplo, quando D. João de Castro apelou à guerra contra o Sultanato do Guzerate, no início do cerco de Diu, incluindo todas as naus inimigas tomadas por portugueses<sup>861</sup>. No caso da referida armada de socorro a Diu, lançada em Julho de 1546 e capitaneada por D. Álvaro de Castro, o direito foi restringido: apenas incluía as naus que viessem da própria costa indiana. As naus que viessem «de fora da costa da Índia»<sup>862</sup> (isto é, as mais apetecíveis, vindas do Golfo Pérsico ou do Mar Vermelho) deviam ser reencaminhadas para Goa, não entrando nos bens tomados. Tal decisão terá sido responsável por desentendimentos entre os soldados, que esperavam lucrar facilmente, levando a que uns se sentissem enganados e recusassem entrar em Diu, preferindo ficar ao largo para tomarem navios que por aí passassem<sup>863</sup>. Posteriormente, ao preparar a segunda campanha ao *Norte*, no final de 1547, o

---

<sup>859</sup> O regimento de Simão Botelho para o não nomeado capitão, sem data, foi publicado em *Diário*, pp. 68-70.

<sup>860</sup> Sobre os saques ocorridos em ambiente militar, veja-se a entrada de John A. Lynn – «Looting/Plunder/Booty» in Robert Cowley e Geoffrey Parker (eds.) – *The Reader's Companion to Military History*. Boston/New York: Houghton Mifflin Company, 1996, pp. 270-271 e para o estudo de caso das Guerras de Itália: Idan Sherer – *Warriors for a Living...*, cit., pp. 144-175; para o caso português remetemos também para o estudo de Malyn Newitt – «Plunder and the Rewards of Office in the Portuguese Empire» in Michael Duffy (ed.) – *The Military Revolution and the State, 1500-1800*. Exeter: University of Exeter, 1980, pp. 10-28.

<sup>861</sup> Conforme a provisão copiada na *CVRDJC*, p. 192.

<sup>862</sup> Regimento dado a D. Álvaro de Castro, *OCDJC*, III, p. 207.

<sup>863</sup> Narramos este episódio em *O Segundo Cerco de Diu...*, cit., 107-108.

Governador voltou a prometer escala franca, mas tal acabou por não aliciar os soldados pela limitação imposta durante a armada de D. Álvaro, no ano anterior<sup>864</sup>.

Todavia, o que mais garantia a efectiva permanência de homens de armas durante as campanhas e até nas fortalezas era a existência de *mesas*. “Dar mesa”, expressão que tantas vezes surge na documentação quinhentista, não é mais do que a “obrigação” social e económica da fidalguia constituir o seu próprio séquito de homens de armas e responsabilizar-se pela sua alimentação<sup>865</sup>. O termo advém simplesmente do acto de dar aos combatentes um lugar à mesa, proporcionando-lhes o básico da sobrevivência. Tal medida pretendia suprir a impossibilidade da Coroa de conseguir sustentar económica e logisticamente os seus próprios homens de armas inscritos na Matrícula de Goa. A integração de um soldado na valia de um fidalgo conferia-lhe uma imediata protecção, já que o protector se responsabilizava pela sua permanência, viabilizando até a capacidade de servir a Coroa. A criação destas clientelas desembocava, por vezes, na constituição de grupos de soldados que sobrepunham a sua lealdade a estes fidalgos face à que deviam ao serviço ao rei, minando deste modo a própria autoridade detida pelo “Estado da Índia”<sup>866</sup>. Os fidalgos que acolhiam estes homens faziam-no também enquanto investimento, isto é, procurando contrair dívida real e simbólica perante o rei, ao aguardarem uma posterior recompensa pelo gasto e pelo próprio serviço realizado<sup>867</sup>. O acto de *dar mesa* era valorizado na procura da *honra* (conferida pelo poder central) e do *proveito* (reconhecimento material), dois dos valores centrais pelos quais se pautava a nobreza, sendo os dois outros a *fama* e a *glória*<sup>868</sup>. Ora, D. João de Castro chegara a Goa com ordem de D. João III para proibir a compensação dos fidalgos que dessem *mesa* apenas por esperarem algum tipo de retribuição. Gaspar Correia diz-nos que o monarca pretendia que, quanto às *mesas*, «[...] quem as quisesse dar fossem de seu dinheiro e

---

<sup>864</sup> *Lendas*, IV, p. 595.

<sup>865</sup> Note-se, por exemplo, que algumas dezenas de mercês registadas nos títulos das capitais, mencionam especificamente a autorização para o respectivo capitão poder pagar o vencimento aos seus criados e parentes; é o caso, por exemplo, de Henrique de Sousa, capitão de Cochim, que obteve licença para pagar «trymta criados e a quatro parentes seus» que com ele estivessem na fortaleza – *LMercês*, fl. 4r.

<sup>866</sup> Veja-se a crítica de António da Fonseca, a dar conta deste problema, em carta a D. João III, 18-X-1523, pub. *Documentos sobre os Portugueses em Moçambique...*, cit., pp.214-218.

<sup>867</sup> Cf. Vitor Luís Gaspar Rodrigues – *A organização militar do Estado...*, cit., pp. 57-59; José Virgílio Pissarra – «Armamento Naval», cit., pp. 139-141.

<sup>868</sup> Sobre a conceptualização dos valores centrais cf. – «A ideologia dos Descobrimentos e da Expansão e o sistema de “Valores Centrais”» in João Marinho dos Santos e José Manuel Azevedo e Silva – *Vasco da Gama. A honra, o proveito, a fama e a glória*, Porto: Editora Ausência, 1999, pp. 43-86.

propria custa, e que então sem aver esta duvida lhes faria as mercês que lhe merecessem»<sup>869</sup>.

Apesar desta tentativa de reduzir os custos da Fazenda, procurando motivar os fidalgos a *dar mesa* enquanto obrigação inerente ao seu estatuto, a Coroa e, no terreno, o Governador, rapidamente perceberam que tal era impossível de aplicar. Este procedimento estava centrado no facto dos fidalgos serem recompensados pelo próprio Governador, no curto prazo, ou pelo monarca, depois de regressarem ao Reino<sup>870</sup>. O desenrolar de diversos conflitos militares no governo de D. João de Castro impediu que tal fosse aplicado, obrigando-o a recorrer a este processo para arregimentar homens de armas para as diversas campanhas empreendidas. Entenda-se que esta proibição por parte da Coroa acabava por afectar o assentamento de homens para as campanhas militares em curso. Mais uma vez, Gaspar Correia dá-nos conta que, por exemplo, no Outono de 1547 os fidalgos partiam de Goa para Baçaim embarcando em simples fustas (navios de vela e remo de pequena dimensão) e evitando navios de maior capacidade, visto que não lhes compensava dar *mesa* a soldados, como até aí tinham feito<sup>871</sup>. O próprio Governador dava *mesa* a quantos necessitassem e afirmava até que de Setembro a Abril (os oito meses depois da sua chegada) gastara 8500 pardaus de tanga com tal, o que equivaleria a praticamente 2 contos e 500 mil reais – uma parte considerável do seu ordenado, fixado em 8000 cruzados anuais (equivalente a 3 contos e 200 mil reais)<sup>872</sup>.

Todas as dificuldades inerentes à existência da Matrícula Geral advinham da sua própria função, ao tratar-se de um órgão central que administrava os pagamentos dos soldados que cumpriam uma comissão temporária; homens estes que regressariam ao Reino depois da sua actividade no “Estado da Índia”. No entanto, sabemos que muitos acabavam por se fixar localmente, quer em fortalezas oficiais, quer naquilo que a historiografia convencionou chamar de “Império-Sombra”, conforme já explicado. Ora, as dificuldades de recrutamento sentidas por D. João de Castro durante o cerco de Diu levaram-no a repensar a própria presença portuguesa na Ásia e a mudar de opinião.

---

<sup>869</sup> *Lendas*, IV, p. 434.

<sup>870</sup> Veja-se, a título de exemplo, o rol de fidalgos que deram *mesa* durante o governo de Martim Afonso de Sousa, dado pelo próprio em carta ao rei, de 18-XII-1544 – ANTT/CC-1-75-116, fls. 6v-7r.

<sup>871</sup> *Lendas*, IV, p. 606.

<sup>872</sup> O gasto do Governador é dado pelo próprio, em carta de 16-XII-1546, p. 319. A referência ao seu ordenado poder ser visto em Luciano Ribeiro (ed.) – *Registo da Casa da Índia*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1954, vol. 1, p.85, e no *Tombo do “Estado da Índia”*, p. 57. A conversão foi feita com base nos dados provenientes do «Lyvro dos Pesos da Yndia, e assy Medidas e Mohedas escripto em 1554 por Antonio Nunez» in Rodrigo José de Lima Felner – *Subsídios para a História da Índia Portuguesa*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1868.

Concretamente, na sua primeira experiência asiática, em 1540, Castro defendia o abandono de maior parte das fortalezas portuguesas, tentando concentrar esta presença em alguns pontos fulcrais, como Cochim, Goa e Baçaim<sup>873</sup>. Já em 1547, o mesmo fidalgo afirmava que:

«não acho nenhum remedio [...] salvo tomar pé em alguma parte e fazer huma colonia de quatro mil homens, damdo so lhe terra e fazendas com que largamente se posão sustentar, porque doutra maneira não abastara à Índia mandar Vossa Alteza a ela quanta gente tem em Portugal».

Na mesma carta, mais adiante, torna a afirmar «[...] que se Vossa Alteza quer sustentar esta terra deve ordenar que se faça esta colonia e povoação»<sup>874</sup>, recomendando as terras de Baçaim ou de Goa. Preconizava assim a criação de um contingente permanente de homens portugueses que estivessem preparados para combater pelo “Estado da Índia”, sem estarem directamente dependentes da Matrícula e, logo, que não onerassem ainda mais a Fazenda Régia. Tal pode ser visto como o consolidar da estratégia demográfico-militar iniciada por Albuquerque com a sua política de casamentos mistos<sup>875</sup>.

Para concretizar este plano, Castro mandou «[...] apregoar que todo homem que ho aleyjarão no cerquo de Dio ou na batalha se fose escrever em hum lyvro a casa do ouvidor jeral pera lhes dar terras e come[n]das em Baçaym de que vivessem»<sup>876</sup>. Esta informação encontra-se no *Livro das Mercês* e, cruzando estes dados com os do *Tombo Geral da Índia*, terminado em 1554, obtemos uma visão relativamente completa das terras concedidas por D. João de Castro.

É necessário também reter que não é o primeiro governador a distribuir terras e que o próprio processo tem antecedentes. Em 1518, D. Manuel concedia aos moradores de Goa, desde que cristãos (portugueses ou não), o direito às terras desaproveitadas da ilha de Goa (então único território sob alçada régia), em regime de sesmaria<sup>877</sup>. Posteriormente, alguns registos do *Tombo* de 1554 permitem situar algumas aldeias (em número residual) dadas pelo governador Martim Afonso de Sousa. Sabemos também que, ainda antes de doar terras em Goa e Baçaim, o Governador concedera a Miguel Ferreira

---

<sup>873</sup> *OCDJC*, III, p. 28.

<sup>874</sup> *Ibidem*, p. 573-574.

<sup>875</sup> Para além dos outros estudos referidos na nota 92, veja-se ainda João Marinho dos Santos – *A Guerra e as Guerras...*, pp. 107-108.

<sup>876</sup> *LMercês*, fl. 99v.

<sup>877</sup> Alvará de 15-III-1518: *APO-CR*, f. 5, p. I, n.º 9, pp. 12-16; outros documentos voltam a confirmar este tipo de doações: alvará de 14-XII-1519, *Ibidem*, n.º 26, pp. 41-43.

«[...] hũa ilha [...] que esta alem dos baixos de Ceilão, pegada com a terra de Ceilão, a qual ilha é despovoada»<sup>878</sup>, caso único e isolado, tendo em conta que se tratava de um território longe de estar sob o domínio da Coroa Portuguesa, mas talvez apetecível para aumentar o controlo na região. No Norte, estas doações de terra eram feitas num regime que cruzava o enfitêutico (trazido do Reino e relembrando, em parte, o regime de sesmarias tão presente na colonização das ilhas Atlânticas e do Brasil no mesmo período) e as estruturas de posse e exploração da terra de raiz indo-muçulmana<sup>879</sup>.

Os extensos dados que possuímos sobre as doações feitas em Baçaim e Goa revelam que o Governador foi responsável por distribuir aproximadamente 210 terras: 124 em Baçaim, cerca de 85 em Goa e 1 simples chão em Cochim. Em Baçaim foram aforadas aldeias inteiras, mantendo parte do sistema de taxação e de obrigações já preexistentes, como a obrigatoriedade de prestar auxílio militar, de viver em Baçaim e de cultivar os terrenos próprios para isso<sup>880</sup>. Em bom rigor, os foreiros detinham funções de natureza militar e fiscal, enquanto a exploração directa da terra continuava a estar a cargo das comunidades locais<sup>881</sup>. Esta centena de aldeias estava distribuída por todas as “praganas” e “cassabés”<sup>882</sup> à volta de Baçaim, constituindo cerca de 90% das aldeias da região – um número elevadíssimo comparado com os aforamentos feitos pelo seu antecessor, Martim Afonso de Sousa, com 4%, e com os seus sucessores, Garcia de Sá e D. Afonso de Noronha, com 4% no total<sup>883</sup>. Não nos esqueçamos que estas eram terras consideravelmente férteis em arroz, uma das bases da alimentação da soldadesca. Já em Goa foram dados 64 palmares, 10 várzeas de arroz, 4 arecais, 3 marinhas de sal e outros terrenos, o que demonstra um investimento nos próprios rendimentos da terra e na sua ocupação económica, e não tanto na fixação directa de homens, como no caso anterior. Retenha-se, a propósito, a importância das palmeiras na economia local, apreciadas pela grande variedade de produtos delas derivadas, o que poderá ser confirmado por Fr. João

---

<sup>878</sup> *LMercês*, fl. 26r.

<sup>879</sup> Sobre estas estruturas de exploração das terras na Província do Norte, veja-se Luís Filipe F.R. Thomaz – «Estrutura política e administrativa do Estado da Índia...», cit., pp. 235-239; André Teixeira – *Baçaim e o seu território...*, cit., vol. 1, pp. 245-259 e Susana Münch Miranda – «Property rights and social uses of land in Portuguese India: the Province of the North (1534-1739)» in José Vicente Serrão, Bárbara Direito, Eugénia Rodrigues, Susana Münch Miranda (eds.) – *Property Rights, Land and Territory in the European Overseas Empires*. Lisboa: CEHC-IUL, 2014, pp. 169-180.

<sup>880</sup> Cf. André Teixeira – *Baçaim e o seu território...*, p. 59.

<sup>881</sup> Susana Münch Miranda – *A Administração da Fazenda Real...*, cit., p. 135.

<sup>882</sup> Termos de origem local, utilizados para designar respectivamente «aglomerados populacionais de alguma dimensão» e «províncias rurais»; para uma definição mais aprofundada relacionada com o território da Província do Norte, veja-se a tese de André Teixeira – *Baçaim e o seu território...*, cit., p. 38.

<sup>883</sup> Cf. *Ibidem*, p. 256.

dos Santos, na sua *Etiópia Oriental* (obra da viragem do século XVI para o seguinte), onde afirma que «[...] destas palmeiras se colhe mantimento, como são cocos, maçãs, palmitos, e cardos, quatro castas de vinho, e três de vinagre, mel, e açúcar, azeite, água, madeira, carvão, cordas, velas [*e tabuado*] pera embarcações, cobertura pera casas, e lenha para queimar»<sup>884</sup>.

Dos registos de palmares distribuídos, cerca de 57 permitem-nos ainda aferir da dimensão do terreno, visto que nos informa do número de árvores então existentes em cada um. Este varia entre uma simples dezena até terras com mais de mil palmeiras. Num simples exercício aritmético, e cujo objectivo é apenas tentar visualizar o espaço, estipulámos que o compasso de distância entre cada palmeira rondaria os 9 metros, baseado nas normas do *Foral da ilha de Goa*, de 1526, que estabelece cerca de 12 passos entre cada árvore<sup>885</sup>. Tal leva-nos a supor que um talhão de 12 palmeiras (o caso mais pequeno) teria c. 240 m<sup>2</sup> e um de aproximadamente 1000 palmeiras ocuparia cerca de 20 mil metros quadrados, ou seja, 2 hectares<sup>886</sup>. Assim, estabelecidos os cálculos, os 57 palmares somariam quase 20 mil palmeiras, podendo ocupar, hipoteticamente, c. 390 km<sup>2</sup>, uma área considerável das Terras Firmes que, por si, representavam uma média de 619 km<sup>2</sup><sup>887</sup>. Não esqueçamos de que tudo isto não passa de hipótese, pois a aplicação da norma nem sempre se cumpria<sup>888</sup>.

---

<sup>884</sup> Cf. Fr. João dos Santos – *Etiópia Oriental e vária história das cousas notáveis do Oriente*. Lisboa: CNCDP, 1999, p. 277 e Teotónio R. de Souza – *Goa Medieval. A cidade e o interior no século XVII*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 52.

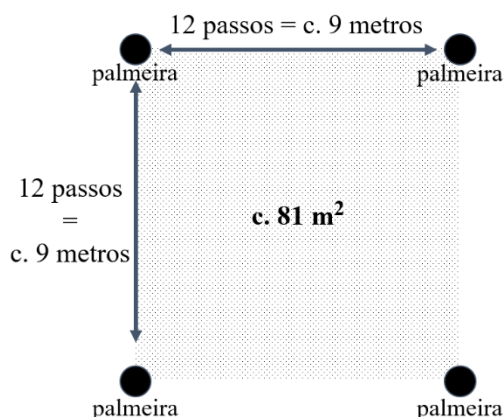
<sup>885</sup> Valentino Viegas – *As políticas portuguesas na Índia e o Foral de Goa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005, p. 87, alinha IX do foral. Também referido em Teotónio R. de Souza – *Goa Medieval...*, cit., p. 74.

<sup>886</sup> Tivemos em consideração que 1 passo (menor) é equivalente a 0,75m, logo um simples talhão de quatro palmeiras tem cerca de 81 m<sup>2</sup>. Daí 1000 palmeiras / 4 (ie, 1 talhão) x 81 = 20.250. Para as medidas cf. A.H. de Oliveira Marques – «Pesos e Medidas» in Joel Serrão (dir.) – *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 2002, vol. V, p. 68. Outros dados seriam obtidos se se tomasse em conta 1,5 m para o tamanho de um passo.

<sup>887</sup> Para a dimensão de Goa, veja-se Teotónio R. de Souza – *Goa Medieval...*, cit., p. 51.

<sup>888</sup> Fr. João dos Santos afirma que, na Etiópia, as palmeiras distavam quatro braças entre si, o que corresponde, aproximadamente, a 7 metros (1 braça equivale a 1,82m), tendo assim, um talhão de quatro palmeiras, cerca de 50m<sup>2</sup> – cf. Fr. João dos Santos – *Etiópia Oriental...*, cit., p. 276.

**Figura 1**  
**Esquema de reconstituição da organização de um palmar**



Em termos sociais, a maior parte dos beneficiados eram homens pertencentes aos estratos mais baixos da aristocracia ou até desprovidos de qualquer nobreza, alguns *casados*, mas que se haviam destacado nos feitos de armas. Tendo em conta a forte ligação simbólica entre o estatuto de nobre e a posse de terra, não temos dúvida em afirmar, como outros investigadores também já fizeram, que esta política criou a primeira nobreza fundiária do Império Português na Ásia<sup>889</sup>. Procurava-se também, desta forma, territorializar, a um ritmo acelerado, o “Estado da Índia”, permitindo a fixação de mais população e o crescimento dos rendimentos da Fazenda régia. Aliás, em cenário de guerra, tradicionalmente a apropriação de terrenos que se encontravam sob alçada do inimigo era frequente. É o caso da fazenda do muçulmano Abedallcayde, em Bardez, cujas terras (um palmar e uma várzea de arroz) foram repartidas por quatro beneficiários (Pêro de Chanes, Afonso Martins (Castelhano), Mateus Fernandes e Henrique de Souro), ficando cada um com parte da várzea e 250 palmeiras. Notemos também que, paralelamente a esta motivação financeira e militar, Ângela Barreto Xavier mostrou que os benefícios concedidos aos foreiros cristãos em Goa funcionavam como «convites à conversão» dos gentios (contrariando os constrangimentos e o estigma imposto pelas castas hindus aos novos cristãos), acumulando esta iniciativa uma motivação de ordem religiosa que viria a obter resultados visíveis nas décadas seguintes<sup>890</sup>.

É necessário também realçar que esta processo é análogo ao do povoamento no Brasil, impulsionado com os capitães-donatários que tinham poder para distribuir terras em regime de sesmaria. Esta política de Castro vem assim enquadrar-se na estratégia

<sup>889</sup> André Teixeira – *Baçaim e o seu território...*, cit., pp. 302-303.

<sup>890</sup> Ângela Barreto Xavier – *A Invenção de Goa...*, cit., pp. 120-125.



imperial Joanina de reforço e consolidação do poder régio, permitindo uma estabilização dos territórios sob alçada da Coroa portuguesa.

O certo é que, movido sobretudo pela necessidade de recompensar os fidalgos e homens de armas que lutaram a seu lado em Diu e nas sucessivas campanhas militares, e sobretudo pela falta de alternativas<sup>891</sup>, D. João de Castro promoveu centenas de distribuições. Porém, é necessário não esquecer o papel fulcral do vedor da fazenda, Simão Botelho, neste processo e na administração posterior, responsabilizando-se pela organização de todo o sistema tributário destas terras.

## 5.2. A logística material

Avaliada a questão do potencial demográfico e dos seus inerentes problemas, é tempo de analisar a logística material. No que diz respeito ao mantimento para os soldados, podia ser adquirido pelos próprios, através da verba dada para isso (que complementava o soldo), ou ser distribuído durante a campanha, sendo o seu valor descontado, ou ainda fornecido no contexto de uma *mesa*.

Já o armamento também seguia estes trâmites: podia ser adquirido pelos próprios soldados ou entregue pela Coroa, sendo descontado o seu valor no soldo. Esclareça-se que os armazéns régios estavam (ou deviam estar) apetrechados de todo o material bélico necessário. O de Goa, em 1545-1546, após intensa reestruturação, contava com armamento defensivo e ofensivo de diversas ordens (cossoletes, capacetes, cervilheiras, barbotes, piques, lanças, etc)<sup>892</sup>. A artilharia era prerrogativa exclusiva da Coroa. Também a construção naval se encontrava na alçada régia, pelo que, para além da (já mencionada) grande reforma da Ribeira das Naus de Goa, empreendida em Janeiro de 1547<sup>893</sup>, D. João de Castro dedicou uma particular atenção à questão naval, como esclareceremos adiante.

Tendo em conta que a produção industrial militar portuguesa no Reino era insuficiente para colmatar as necessidades de um Império em crescimento, tornava-se necessário recorrer à importação do mais diverso material, desde espingardas a bocas de fogo, sobretudo a partir da Flandres e da Alemanha e reencaminhadas para o “Estado da

---

<sup>891</sup> O próprio Simão Botelho afirma ao rei que o Governador justificar a distribuição de terras pela falta de alternativas para recompensar os homens – «Cartas de Simão Botelho» in Rodrigo José de Lima Felner – *Subsídios para a História da Índia*, cit., p. 3.

<sup>892</sup> Veja-se o estudo já citado que publicámos: «Abastecer a Guerra noutra Oceano...», cit.

<sup>893</sup> Conforme o auto registado no ANTT/CSL, 4, fls. 119r-135v.

Índia<sup>894</sup>. Contudo, a produção deste tipo de material iniciou-se também em fortalezas portuguesas na Ásia logo nos primeiros anos da centúria de Quinhentos, designadamente em Cananor, expandindo-se depois a Cochim e Goa.

A produção local de pólvora era uma actividade obrigatória tendo em conta que a utilização do armamento pirobalístico dependia deste material. Uma das primeiras Casas da Pólvora a ser criada foi a de Cananor, em 1505, por mandado do vice-rei D. Francisco de Almeida, dada a boa qualidade da água para refinar o salitre<sup>895</sup>. Com a conquista de Goa, em 1510, os portugueses tomaram conta do armazém e casa da pólvora aí existente, o que revela já o poder de fogo do sultanato de Bijapur. Pequenas Casas da Pólvora passaram a fazer parte das mais variadas fortalezas portuguesas, como por exemplo de Malaca, Ormuz, Calecute e Diu, o que demonstra a relativa facilidade em obter pólvora através da junção do carvão, do salitre e do enxofre. Saliente-se que esta pólvora deveria ser pólvora *negra*, dita de *serpentina*, ou seja, obtida através da simples mistura destes três elementos, em oposto à pólvora granulada, que requeria um processo mais demorado de mistura e humedecimento, criando grânulos que permitiam uma combustão mais rápida, e uma explosão muito mais estrondosa e de efeito mais destrutivo<sup>896</sup>. No caso da pólvora granulada, eram necessárias instalações de maior dimensão, como um moinho, conforme sucedeu em Goa, Chaul e Baçaim.

Apesar de Fernão Mendes Pinto, reportando-se ao seu percurso aventuroso de meados do século XVI, nos referir nesse tempo ainda haver um «segredo da pólvora»<sup>897</sup>, a facilidade com que a pólvora *negra* era criada detectava-se em múltiplos casos, como por exemplo na campanha da Etiópia, liderada por D. Cristóvão da Gama em 1541<sup>898</sup> ou, no período aqui em análise, durante o segundo cerco de Diu<sup>899</sup>. Notemos que a pólvora negra, produzida com rapidez, continuava a ser muito utilizada, sobretudo quando era

---

<sup>894</sup> Cf. José Virgílio Pissarra – «A indústria Portuguesa de artilharia nas primeiras décadas do século XVI. Um estudo introdutório» in Joaquim Romero Magalhães e Jorge Flores (coords.) – *Vasco da Gama. Homens, viagens e culturas*. Lisboa: CNCDP, 2001, vol. 1, pp. 347-395.

<sup>895</sup> *Lendas*, I, p. 719.

<sup>896</sup> Sobre o desenvolvimento e utilização da pólvora granulada vejam-se os estudos de Bert S. Hall – *Weapons and warfare in renaissance Europe: gunpowder, technology, and tactics*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1997, e «The coming of gunpowder and the development of firearms in the Renaissance» in Brenda J. Buchanan (ed.) – *Gunpowder: the history of an international technology*. Bath: Bath University Press, 1996, pp. 87-120; e ainda Kelly DeVries and Robert Douglas Smith, *Medieval Military Technolog*. Toronto: University of Toronto Press, 2012, cit., pp. 152-153 e o estudo de Robert Douglas Smith – *Rewriting the history of gunpowder*. Nykøbing Falster: Medieval Centre, 2010.

<sup>897</sup> Jorge Santos Alves (ed.) – *Fernão Mendes Pinto and the Peregrinação: studies, restored portuguese text, notes and indexes*. Portugal: Fundação Oriente, 2010, vol. II, p. 440.

<sup>898</sup> *Lendas*, IV, p. 384 e Miguel de Castanhoso – *Dos feitos de D. Christovam da Gama...*, cit., p. 56.

<sup>899</sup> *Hist. Quinhentista*, p. 57.

necessário fabricá-la a bordo das embarcações ou em caso de operações militares que não dispunham de muito tempo ou material para o processo de granulação. Ora, apesar de ainda subsistirem algumas dúvidas<sup>900</sup>, cremos que em meados de Quinhentos os portugueses utilizavam preferencialmente a pólvora granulada. Veja-se o interessante caso de Ormuz, quando o capitão D. Manuel de Lima se queixava a D. João de Castro, em Setembro de 1547, de que as altas temperaturas eram responsáveis por secar a pólvora, armazenada em pipas, ficando apenas com metade do acervo disponível. O calor sentido na fortaleza do Golfo Pérsico demonstra que a pólvora aí guardada era o resultado de um processo de mistura dos três elementos com um elemento líquido (muito provavelmente vinagre, então solicitado ao Governador), o qual acabava por evaporar com as condições atmosféricas, o que encaixa com o que sabemos de produção de pólvora granulada<sup>901</sup>.

Neste âmbito, a documentação portuguesa só menciona a existência de pólvora de bombarda e de espingarda, uma distinção simples de entender quanto à sua utilização, mas não quanto à sua real diferença material<sup>902</sup>. Esta devia residir no tamanho do grânulo, conforme podemos inferir do testemunho de Gaspar Correia, que fala em pólvora “grossa” e “delgada”<sup>903</sup>. A eficácia era também discutível, pois em 1595, Filipe II ordenava ao vice-rei Matias de Albuquerque que se passasse a usar pólvora de espingarda na artilharia, «[...] por se ter por experiencia nestes reynos» que esta tinha um maior efeito<sup>904</sup>.

Distante da metrópole, o “Estado da Índia” necessitava de criar as suas próprias redes de abastecimento dos componentes da pólvora. O carvão era, claro, o elemento mais fácil de obter, ainda que houvesse lenha própria para este efeito, sobretudo na costa do Canará<sup>905</sup>. Já o enxofre provinha quase exclusivamente do Golfo Pérsico, sendo adquirido em Ormuz e reencaminhado para Goa para posterior distribuição. Quanto ao salitre,

---

<sup>900</sup> Vejam-se as questões pertinentes levantadas por José Virgílio Pissarra – «Armamento Naval», cit., pp. 157-158.

<sup>901</sup> Carta de 27-IX-1547, publicada em *OCDJC*, III, p. 455. Nuno Varela Rubim menciona o caso da pólvora negra enviada de Portugal à Ásia, que necessitava de ser mexida antes da sua utilização; alvitra ainda que esta era transportada em barris forrados a chumbo e hermeticamente selados; no entanto, não menciona qualquer fonte concreta para sustentar estas ideias (que foram, entretanto, replicadas por outros autores) – veja-se Nuno Varela Rubim – «A artilharia portuguesa nas tapeçarias de Pastrana. A tomada de Arzila em 1471», *Revista de Artilharia*, 1987, separata, p. 28.

<sup>902</sup> Note-se, que estes termos já nos surgem desde o século XV e até em outros contextos europeus, como é o caso do Condado de Borgonha – cf. Robert Douglas Smith and Kelly DeVries – *The artillery of the Dukes of Burgundy, 1367-1477*. Rochester: Boydell Press, 2005, pp. 45-46.

<sup>903</sup> *Lendas*, III, pp. 391 e 687.

<sup>904</sup> Carta de 24-II-1595, publicada em *APO-CR*, f. 3, n.º 165, p. 495.

<sup>905</sup> Rui Gonçalves de Caminha dá conta destes circuitos num dos textos compulsados no *Livro que trata das cousas da India e do Japão*, pp. 66-67.

resultante de um longo processo de extracção e refinação, era adquirido na própria península do Hindustão, principalmente no reino de Vijayanagar, visto que as condições climáticas permitiam uma eficiente produção<sup>906</sup>. Era novamente refinado nas fortalezas portuguesas, como nas de Goa<sup>907</sup>, Cananor<sup>908</sup>, Chaul<sup>909</sup>, Ancola<sup>910</sup> e Tavanapatão<sup>911</sup>. Não esqueçamos que existiam outros mercados produtores/exportadores destes componentes da pólvora, que não analisaremos a fundo por não revelarem grande importância na governação de Castro: são os casos do Sião e da China na produção de salitre, responsáveis por grandes reservas que se disseminavam por todo o Sudeste Asiático; e das ilhas de origem vulcânica de Samatra, Java, Sunda e também do Japão<sup>912</sup>.

A questão da produção de pólvora tem um interesse particular para o nosso estudo pois está relacionada com a obtenção dos seus componentes, obrigando a um complexo jogo diplomático durante o governo de D. João de Castro. Explicitemos. A guerra aberta com o sultanato de Bijapur e as próprias guerras internas entre os potentados locais afectavam directamente a importação de salitre de Vijayanagar<sup>913</sup>. Assim se compreende que o Governador tenha assinado, como já referimos, um acordo de cooperação militar com esse império hindu, em 1547, definindo o Adil Shah como inimigo comum de ambos e permitindo a troca de diversas mercadorias, como o salitre<sup>914</sup>. As múltiplas queixas do vedor da fazenda, Rui Gonçalves de Caminha, ilustram bem o estado de desespero pela chegada desse produto, que passou a entrar na esfera portuguesa através do porto de Ancola, a partir de Fevereiro de 1548<sup>915</sup>.

---

<sup>906</sup> *Ibidem*, pp. 63 e 65.

<sup>907</sup> O regimento do almazém de Goa, de Afonso Mexia, de 1524, menciona caldeiras para «coser o salitre» – publicado em *APO-CR*, f. 5, p. I, n.º 56, p. 108.

<sup>908</sup> Cf. a carta do feitor e oficiais de Cananor ao rei, de 12-I-1527, publicada por Geneviève Bouchon – *Mamale de Cananor...*, cit., p. 209.

<sup>909</sup> Veja-se a carta de António de Sousa para D. Álvaro de Castro, de 7-XII-1546 – *CSL*, 2, p. 152.

<sup>910</sup> O capitão e feitor de Ancola recebia uma tença anual de 40 mil reais por ter o cargo de refinar o salitre e o remeter aos armazéns da Coroa – Artur Teodoro de Matos (dir.) – *O Orçamento do Estado da Índia 1571*. Lisbon: CNCDP, 1999, p. 74.

<sup>911</sup> Assim nos leva a crer a iconografia desta fortaleza, que identifica uma «casa d'onde se faz salitre», presente no *Lyvro de plantaforma das fortalezas da Índia da Biblioteca da Fortaleza de São Julião da Barra*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional / Edições Inapa, 1999.

<sup>912</sup> Veja-se o já mencionado estudo de Sun Laichen – «Saltpetre Trade and Warfare in Early Modern Asia», cit.

<sup>913</sup> Rui Gonçalves de Caminha identificava a falta de salitre pelas «[...] guerras e levamtamentos que hay em Bisnagua» – carta de 3-II-1547, *CSL*, 2, p. 81.

<sup>914</sup> Um treslado do tratado pode ser encontrado, conforme referido, no *Tombo do “Estado da Índia”*, p. 255.

<sup>915</sup> Cf as cartas de Rui Gonçalves de Caminha, de 4-II-1547 – *OCDJC*, III, p. 360, e de 12-IV-1547, p. 396, e a de Manuel Mergulhão, que dá conta da chegada a Goa de 35 candis de salitre – carta ao Governador, de 18-II-1548, *CSL*, 3, p. 458.

Note-se que mesmo na Europa o salitre não abundava, contrastando com o carvão e com o enxofre, este último adquirido sobretudo nas ilhas de origens vulcânicas do Mediterrâneo, como a Sicília. Desde (pelo menos) a década de 1520, que toneladas de salitre passam a ser remetidas para o Reino. Exemplificando: em 1526 são 20 barris (c. 8 toneladas), em 1544 c. de 30 (12t.) e em 1545, 40 barris (16t)<sup>916</sup>. A importação foi aumentando gradualmente, e nos finais do século XVI, Filipe II requereu desesperadamente o envio deste produto, tendo em conta os vastos teatros de guerra da Monarquia Hispânica, pedindo que se desse tanta importância a este assunto como ao próprio comércio da pimenta<sup>917</sup>. As companhias comerciais inglesas e holandesas haveriam também de recorrer à importação no século XVII, tornando-se a Índia o principal produtor e exportador de salitre a nível mundial<sup>918</sup>.

Quanto ao enxofre, este era adquirido pelos portugueses e revendido aos potentados indianos que necessitavam dele para as suas guerras internas, operando da mesma forma com os cavalos árabes e persas. Como já referimos, Castro defendera, em carta ao infante D. Luís, em 1539, o plano irreal de bloqueio de exportação de enxofre para o Hindustão como forma de prevenir a produção de pólvora pelos diversos sultanatos<sup>919</sup>. Passados alguns anos, já o problema era inverso e o “Estado da Índia” não conseguia adquirir este produto no Golfo Pérsico. Efectivamente, em muitas cartas de Sebastião Lopes Lobato, feitor de Ormuz entre 1545-1547, são mencionadas as várias tentativas para desbloquear o trato do enxofre<sup>920</sup>. A *Enformação do enxofre que vem de dentro do estreito d’Ormuz*, escrita pelo mesmo feitor, que datamos de c. 1546-1547, talvez em resposta a um pedido de informação do próprio D. João de Castro, esclarece-nos com algum pormenor a proveniência deste elemento<sup>921</sup>. De acordo com o texto de Lopes Lobato, o enxofre de qualidade superior provinha de uma serra situada a três léguas

---

<sup>916</sup> Para cada caso veja-se: carta de Petit Luis ao rei, 14-IX-1526, publicado por Tiago Machado de Castro – *Bombardeiros na Índia...*, cit., p. 167; Carta de João Luís ao mesmo, 29-XI-1545 publicado por Luís de Albuquerque e José Pereira da Costa – «Cartas de «Serviços»...» ..., cit., p. 366; Carta de Martim Afonso de Sousa ao mesmo, 18-XII-1544, ANTT/CC-1-75-116, fl. 5r.

<sup>917</sup> Filipe II pedia ao vice-rei D. Duarte de Menezes que «[...] de novo vos torno a emcomendar que trabalheis todo o possível para que em todas as armadas venha o mais que puder ser, e trateis disto como de pimenta porque com o mesmo emparecimento vos emcomendo salitre» – Carta de 6-II-1589, publicada em APO-CR, f. 3, n.º 59, p. 202. Entre outros exemplos da época, veja-se a carta escrita pelo mesmo monarca ao vice-rei Matias de Albuquerque, a 15-II-1593 – APO-CR, f. 3, n.º 117, p. 374.

<sup>918</sup> Veja-se, entre outros, James W. Frey – «The Indian Saltpeter Trade, the Military Revolution, and the Rise of Britain as a Global Superpower», *The Historian*, Vol. 71, No. 3 (Outono 2009), pp. 507-554.

<sup>919</sup> Carta de 29-X-1539, *OCDJC*, III, pp. 19-20.

<sup>920</sup> Vejam-se, por exemplo, as cartas de 15-I-1546, ANTT/Cartas-Ormuz, fls. 41-42, 3-II-1546 em *OCDJC*, III, pp. 22-26 e 31-X-1546 em *Ibidem*, p. 255.

<sup>921</sup> *Livro que trata das cousas da Índia e do Japão*, pp. 117-120.

da cidade persa de Lara, sendo exportado dessa cidade até Ormuz através de um contrato com um judeu radicado aí desde c. 1531-1534, que o adquiria graças à sua rede de familiares. No final de 1545 e início do ano seguinte, o feitor dava conta de que o enxofre começava a escassear devido ao arrendamento do seu trato por um arménio, que o revendia para todo o lado e não apenas para Ormuz<sup>922</sup>. Para agravar a situação, o rei de Lara proibira a exportação deste componente da pólvora para a fortaleza portuguesa, tentando que o seu preço inflacionasse pela escassez<sup>923</sup>. O estratagema terá resultado, levando a que o valor do enxofre subisse<sup>924</sup>.

Apesar das flutuações periódicas do preço, o enxofre terá tido um papel decisivo para pressionar o sultanato do Bijapur a assinar os sucessivos tratados de 1546 e 1548 com o “Estado da Índia”. Numa perspectiva macro, o estado de guerra vigente impedia que este chegasse aos portos do sultanato, visto que os navios portugueses cortavam o abastecimento e estavam autorizados a tomar todas as embarcações que para aí se dirigissem. Submerso em campanhas militares contra os portugueses e contra os potentados locais, o Adil Shah via o potencial do seu armamento pirobalístico drasticamente reduzido. Um bom exemplo deste estrangulamento é dado por Brito Chanoca, feitor português em Dabul, em carta de Novembro de 1546, onde dá conta que o Adil Shah tentara forçá-lo a entregar enxofre «como se ca fosse mouro e vassalo seu»<sup>925</sup>.

Por sua vez, o enxofre também teve importância nas relações com Vijayanagar. Apesar de o tratado assinado em Setembro de 1547 não prever a entrada deste produto nos portos deste império hindu por intermédio dos portugueses, um pedido formal (através de um embaixador) de compra de enxofre chegou a Goa no final desse ano<sup>926</sup>. Assim se compreende que a comitiva encabeçada por Tristão de Paiva, que chegou à capital daquele potentado no início de Fevereiro de 1548, levasse 56 bois carregados de enxofre e outro material bélico<sup>927</sup>. A capacidade de controlar (parcialmente) e de distribuir este material deu aos portugueses uma vantagem estratégica nas suas relações diplomáticas, especialmente na costa ocidental da Índia. Tal vantagem manter-se-ia

---

<sup>922</sup> Cf. as cartas de Lopes Lobato ao Governador, de 18-XII-1545, ANTT/Cartas-Ormuz, fl. 25 e de 15-I-1546, no mesmo fundo e código, fl. 42. Ambas as cartas apenas se encontram sumariamente resumidas no terceiro volume das *OCDJC*.

<sup>923</sup> Cartas do mesmo feitor para Castro, de 18-VIII-1546, ANTT/CSL, 4, fls. 478r/v e de 1-X-1546, publicada em *OCDJC*, III, p. 255.

<sup>924</sup> Willem Floor dedica também um breve parágrafo a este caso – *The Persian Gulf...*, cit., p. 163.

<sup>925</sup> Carto de Brito Chanoca a D. Álvaro de Castro, de Dabul, a 21-XI-1546 – ANTT/Cartas-Diu, fl. 43r. O oficial diz até ter sido já ameaçado de morte pelos vassallos do sultão, pedindo desesperadamente que D. Álvaro interviesse junto do pai para ser substituído no cargo.

<sup>926</sup> *CDJC*, p. 219.

<sup>927</sup> Cf. a descrição de Paiva a Castro, de 11-II-1548, publicado em *CSL*, 3, p. 432.

durante algumas décadas, como vemos nos tratados de paz assinados com Bijapur, em 1571 e 1576, que previam novamente a autorização de entrada deste produto sulfuroso através dos portugueses ou seus intermediários<sup>928</sup>.

Tendo em conta a importância deste elemento no desenrolar das operações militares, o tráfico ilegal foi um dos principais adversários à sua distribuição centralizada. Sebastião Lopes Lobato e D. Manuel de Lima (capitão de Ormuz a partir de 1547) queixavam-se com frequência ao Governador de que os próprios portugueses eram responsáveis por contrabandear o enxofre (de qualidade inferior) para o Guzerate ou para o Bijapur. Na sua *emformação do enxofre*, Lobato resignava-se, dizendo que «[...] muytos portugueses o fazem mais largamente e mais sem temor de Deos que os propios mouros»<sup>929</sup>, chegando algumas embarcações ligeiras a ser apanhadas antes de zarparem ilegalmente ou a serem capturadas já em Goa<sup>930</sup>. Em carta a D. João III, D. João de Castro voltava, em parte, ao argumento já defendido, ao idealizar o controlo total da produção persa e chegando a afirmar que «se os mouros nao tevessem enxofre com que fazem pólvora, crea Vossa Alteza que não somente os teriamos mansos e quietos mas que totalmente se faria deles tudo aquilo que o governador da India ordenasse e os teriamos de todo sojeitos». E rematava, quase poeticamente, que «[...] sou hum homem so ao servir e cinco mil ao deservir»<sup>931</sup>. Na mesma missiva, o Governador equiparava o contrabando de enxofre ao de pimenta, comparação que a Câmara de Chaul também chegou a fazer, alvitando até que era necessário reforçar o controlo sobre este componente da pólvora, visto que «[...] a pimenta nom mata ninguem»<sup>932</sup>. Castro sugeria que se concedesse mais poderes ao governador, permitindo assim «castigar sem mais ordem nem figura de juízo» quem tratasse nestes dois produtos<sup>933</sup>. Não temos qualquer documentação que nos permita avançar se D. João III seguiu o conselho recebido ou se actuou nesse sentido. Supomos que quaisquer medidas tomadas foram dificilmente aplicadas ou tiveram uma fraca eficácia neste combate inglório: em 1561, o vice-rei D. Constantino proibia que qualquer pessoa da ilha de Goa tivesse em casa enxofre, salitre ou até pólvora, procurando

---

<sup>928</sup> Os tratados encontram-se publicados em *APO-CR*, f. 5, p. II, n.º 742, pp. 825-831 e n.º 786, pp. 921-930.

<sup>929</sup> *Livro que trata das cousas da India e do Japão*, p. 119.

<sup>930</sup> Veja-se a carta de Sebastião Lopes Lobato a Castro, de 24-XII-1546, onde recomendava que se vistoriasse todos os navios portugueses na região de Dabul, abrindo todas as vasilhas e até sugerindo que se inspecionasse debaixo do próprio lastro das embarcações – ANTT/CSL, 4, fls. 509r-v; já Jerónimo Rodrigues dava conta, a 25-XI-1547, da descoberta de uma fusta na alfândega de Goa que se preparava para partir com enxofre – *OCDJC*, III, pp. 474-475.

<sup>931</sup> Fragmentos de cartas não datadas, mas provavelmente de finais de 1547: ARSI, *Goa* 38, fls. 343v e 344.

<sup>932</sup> Carta da Câmara de Chaul ao rei, de 17-XII-1546, *Hist. Quinhentista*, p. XLVII.

<sup>933</sup> ARSI, *Goa* 38, fl. 344v.

combater o muito tráfico ilegal que se realizava a partir da capital portuguesa do “Estado da Índia”<sup>934</sup>. Do mesmo modo, a Igreja Católica, no seu primeiro Concílio Provincial de Goa, em 1567, reforçava a proibição, com séculos de existência, de se negociar nestas matérias com os “infieis”<sup>935</sup>.

As fontes compulsadas não nos permitem obter os valores referentes à dimensão dos tráficos ordinário e do ilegal de enxofre, ou sequer as quantidades de salitre importadas de Vijayanagar. Apesar da escassez dos dados, os exemplos que arrolamos permitem-nos compreender, mais uma vez, a importância e a capacidade de adaptação dos portugueses na complexa rede económica que ligava vários pontos do Índico.

### 5.3. Os custos da guerra

Falta-nos tentar analisar e compreender o impacto das campanhas militares de D. João de Castro na estrutura económica e militar do “Estado da Índia”. No entanto, avançamos desde já que, de uma perspectiva financeira, é impossível conseguirmos calcular com rigor esses gastos, tendo em conta que nos faltam os registos completos de receitas e despesas desses anos<sup>936</sup>. À semelhança do que fizemos anteriormente, socorremo-nos de fontes secundárias para compreender financeiramente os efeitos da guerra no normal funcionamento da administração portuguesa na Ásia.

Começamos por destacar que o próprio Governador confessava ter pouca perícia na arte financeira. Em carta a D. João III, dizia explicitamente:

«[...] Eu sou muito fraco official da fazenda; e não he para me porem culpa, pois me não criei nas aulas de Garcia Homem e de Pero da Motta. Verdade he que não sou ladrão, nem consinto ser a ninguém. Faça-me V. A. tamanha merce que me tire todo o mando da fazenda e o passe a seus officiaes, pois são taes homes que com muita razão se deve confiar delles, e o sabem tão bem fazer [...]; a mim deixe o cuidado da guerra e de prover suas fortalezas e reparar as armadas»<sup>937</sup>.

---

<sup>934</sup> Provisão de 3-VI-1561 publicada em *APO-CR*, f. 5, p. II, n.º 377, pp. 476-478.

<sup>935</sup> Decreto 35 da «Reformação das Cousas da Igreja – Acção Terceira», publicado em *APO-CR*, f. 4, p. 48. Sobre estas proibições, veja-se João Marinho dos Santos – *A Guerra e as Guerras...*, cit., p. 256 e o artigo de Giuseppe Marcocci – «Trading with the Muslim World. Religious Limits and Proscriptions in the Portuguese Empire (ca. 1480–1570)» in Francesca Trivellato, Leor Halevi e Catia Antunes (eds.) – *Religion and Trade: Cross-Cultural Exchanges in World History, 1000-1900*. Oxford: Oxford University Press, 2014, pp. 91-107.

<sup>936</sup> Note-se, por exemplo, que de 1500 a 1587 apenas subsistem 17 relações de cargas das naus para o Reino e que estas despesas configuram apenas parte do intrincado sistema financeiro do “Estado da Índia” – cf. Luís Filipe F.R. Thomaz – «O sistema das viagens...», cit., pp. 55-56.

<sup>937</sup> *OCDJC*, III, p. 319.



Discurso retórico à parte, quer Castro quer os seus antecessores destacavam-se sobretudo pelos seus percursos militares, já que o último que tivera efectiva experiência administrativa antes da nomeação fora Nuno da Cunha (1528-1538), vedor da Fazenda do reinado de D. João III<sup>938</sup>. Tal facto não impediu que o Governador velasse por uma governação consideravelmente organizada, sendo o *Livro das Mercês* exemplo disso.

Como explicámos, este *Livro* contém outros registos para além das mercês dadas, como seja o pagamento dos soldos, aos quartéis, aos *lascarins* entre Agosto de 1545 e Agosto de 1547<sup>939</sup>. Com estes dados, podemos afirmar que, feitas as contas, a Fazenda Real pagou cerca de 170 mil pardaus (equivalentes a 52.000.000 reais) pelos cerca de 2000 soldados que auxiliaram Castro nas suas campanhas. Apesar do número total ser alto, o soldo mensal era bastante modesto, ou seja, à volta de 1000 reais<sup>940</sup>. Uma rápida comparação com os salários dos oficiais da Ribeira de Goa, registo também preservado na mesma fonte, permite-nos apurar que se tratava de um valor que se aproximava do soldo daqueles trabalhadores mecânicos<sup>941</sup>. Já sobre o gasto anual (1545-1546 e 1546-1547) com os soldos, que rondaria entre os 80 a 90 mil pardaus de tanga, tal ficava aquém de, por exemplo, o custo das cargas anuais das naus para o Reino, avaliadas, em 1546 e 1547, à volta de 110 mil pardaus<sup>942</sup>, ou até do rendimento da alfândega e das rendas das terras de Goa (cerca de 230 mil pardaus)<sup>943</sup>. Assim, os valores aqui apresentados parecem ser suportáveis pelo orçamento do “Estado da Índia”, mas é fundamental não esquecer que se reportam apenas ao valor do soldo, devendo acrescentar-se os custos do mantimento, do armamento e de outras despesas inerentes ao recrutamento, treino e movimentação dos soldados.

Do ponto de vista militar, os já mencionados atrasos nos pagamentos dos soldos, provavelmente a partir da Primavera de 1547 (visto que o registo de pagamento de soldos termina nessa altura), constituíram um obstáculo considerável para o decorrer das

---

<sup>938</sup> Sobre o percurso de Nuno da Cunha veja-se Andreia Martins de Carvalho – *Nuno da Cunha e os capitães da Índia...*, cit., pp. 50-53.

<sup>939</sup> *LMercês*, fls. 77r-79v.

<sup>940</sup> Note-se que no regimento que preparou para o hipotético capitão de Adem, Simão Botelho mencionava aí soldos mensais na ordem dos 500 e 600 reais – *Diário*, p. 69.

<sup>941</sup> O registo dos «oficyaes macanyquos que servem na ribeyra a que o feytor paga cada mes seus soldos e mantimentos» encontra-se em *LMercês*, fls. 80r-85r, identificando os carpinteiros, tanoeiros, calafates portugueses e da terra, bombardeiros que servem na Casa da Fundação e os ferreiros portugueses.

<sup>942</sup> O valor das cargas está em documento emanado pela vedoria da fazenda, publicado por *Diário*, pp. 348-349.

<sup>943</sup> Rui Gonçalves de Caminha cifra o rendimento da alfândega em 186.400 pardaus de tanga e as Terras Firmes em 42 mil pardaus de ouro; o valor apresentado advém da soma e respectiva conversão para a moeda referida – *Livro que trata das cousas da India e do Japão*, pp. 125-128.

operações. Já o gigantesco esforço de abastecimento dos contingentes chegou a um ponto tal que, durante o último mês do cerco de Diu, encontramos na correspondência entre Castro e o filho vários pedidos, por parte do pai, do reenvio de material já remetido para a fortaleza, como caixões de pólvora, armas e lanças, demonstrando que apesar da grande preparação da armada em Goa e Baçaim, tal fora insuficiente para prover a frota de todo o material necessário<sup>944</sup>.

A outra vertente passível de ser contabilizada diz respeito às centenas de mercês dadas por D. João de Castro aos fidalgos e soldados que se destacaram nas suas campanhas. Essas mercês (as quais analisaremos no capítulo 8), dadas em nome do rei e pagas pela Fazenda Régia, podiam ser de vários tipos, como por exemplo, a concessão de “viagens” e respectiva autorização de tratar em mercadorias; uma soma de dinheiro entregue ao beneficiado; ou de aldeia/terra em Baçaim ou Goa para posterior exploração e rentabilização. O valor das concessões de “viagens” é praticamente incalculável, devendo cada caso ser analisado em particular, considerando a rentabilidade da respectiva rota e os produtos que o seu beneficiado poderia, hipoteticamente, comprar e vender<sup>945</sup>. As terras em si fazem parte do mencionado processo de territorialização que, para além do seu real valor, procuraram fixar o povoamento e, sobretudo em Goa, incentivar à conversão das populações locais através dos benefícios concedidos aos foreiros cristãos. Já as mercês em dinheiro podiam ser resultantes de ajudas de gasto pela participação nas campanhas ou recompensa pelo apoio dado nas mesmas e, sendo contabilizadas, dão-nos o retrato de parte da despesa extraordinária da Fazenda.

Analisadas as cerca de 170 mercês monetárias concedidas por Castro a homens ligados às campanhas militares (num total de 282), alcançamos o valor de 22.583 pardaus de tanga, ou seja, 6.775.000 reais. O valor de cada recompensa varia conforme a personalidade do beneficiado e o próprio serviço que pretendia reconhecer. Meros soldados, como Lançarote Gonçalves, morador em Cananor, recebiam pequenas avenças de 20 pardaus por «vir à fortaleza de Dio com muyta delygemcya» e grandes fidalgos auferiam de uma verba consideravelmente superior, como o caso de Lourenço Pires de Távora, beneficiado com 2000 pardaus por também ter ido à fortaleza sitiada<sup>946</sup>. Se somarmos o total destas mercês (22.583 pardaus) com os soldos pagos, obtemos 196.482

---

<sup>944</sup> Cf. as cartas de 27 de Outubro, *OCDJC*, III, pp. 251-252 e outra não datada, mas do mesmo mês, p. 256.

<sup>945</sup> Sobre os valores destas “viagens” inter-asiáticas, veja-se o estudo de Luís Filipe F.R. Thomaz – «O sistema das viagens...», cit., pp. 67-80.

<sup>946</sup> Ambos registos no *LMercês*, fl. 89r-v.

pardaus de tanga, equivalendo a 58.944.700 reais, configurando o montante quantificável das despesas militares extraordinárias do governo de D. João de Castro. A mesma comparação, por exemplo, com os rendimentos de Goa (atrás mencionados), permite vislumbrar parcialmente o esforço que estas campanhas representaram.

Depois da morte do Governador, em Junho de 1548, a situação financeira era de tal ordem que Jorge Cabral, também com grande experiência na Índia e próximo do próprio Castro, desabafava a D. João III que «segundo o mao modo que tinha em guovernar esta tera temos que fez noso senhor a Vosa Alteza muy grande mercê em o levar pera sy, por que se vivera não fora muito acomtecerem-lhe muytos desastres segundo era aparelhado pera iso»<sup>947</sup>. Face a este tipo de testemunhos subsistem duas questões essenciais: por que é que D. João de Castro, um fidalgo com vasto conhecimento na arte da guerra e com tacto na governança, consentiu e incentivou que os confrontos militares no Norte e em Goa se prolongassem e qual o verdadeiro impacto financeiro destas campanhas na Fazenda Régia.

Quanto à primeira questão, aduzimos razões de ordem económica e política. A guerra em Goa, contra o Adil Shah de Bijapur, visava assegurar o domínio de Bardez e Salcete, terras que rendiam anualmente c. 42 mil pardaus de ouro, cerca de 15.120.000 reais<sup>948</sup>. Não obstante D. João III ter ponderado e recomendado uma análise à possível venda destes territórios<sup>949</sup>, o Governador entendeu que a manutenção e exploração deste novo capital serviria para colmatar as constantes necessidades da Fazenda. O caso da guerra no Norte é mais complexo, pois, além de proteger a própria Província, era o desenrolar natural do segundo cerco à fortaleza de Diu. Não eliminamos totalmente a ideia (já exposta antes) de que se tratava de uma vingança pessoal do próprio Governador, que perdera o seu filho mais novo durante o assédio. A principal diferença com o caso de Goa é que, como mostrámos, o sultão do Guzerate tentou em diversas vezes encetar negociações para a assinatura de um tratado de paz, também ele pressionado por campanhas a Norte contra a própria expansão do Império Sur<sup>950</sup>. O cerne da questão é que as condições exigidas pelo sultão (a exigência de dois terços do rendimento da alfândega de Diu) eram inaceitáveis para o Governador. D. João de Castro forçara as

---

<sup>947</sup> Carta de 27 de Dezembro de 1548 – a mesma está erradamente assinada de 1549, seguindo provavelmente a ideia de que o novo ano começava depois do Natal: ANTT/CC-1-83-54, fl. 1r. Referência já dada por Nuno Vila-Santa – *D. Afonso de Noronha...*, p. 61.

<sup>948</sup> *Livro que trata das cousas da India e do Japão*, p. 125-128.

<sup>949</sup> Veja-se o que dissemos sobre esta questão, no capítulo anterior.

<sup>950</sup> Mais uma vez remetemos para a Crónica Árabe: *Arabic History of Gujarat*, vol. 1, p. 241.

campanhas, espalhando a violência na costa do Guzerate para procurar vencer o inimigo por desgaste. A aceitação dos termos seria entendida como o vergar simbólico da posição do “Estado da Índia” face a um potentado muçulmano que saíra derrotado de um cerco a uma fortaleza portuguesa.

Quanto à questão financeira propriamente dita, Gaspar Correia, testemunha presencial da época, explica-nos que os efeitos da guerra se disseminavam pelas próprias redes comerciais da costa ocidental da Índia, dando conta que «[...] nom correndo mercadarias pera Cambaya, nem de Cambaya corrião pera fora, as rendas de Baçaim, Goa, Ormuz, Malaca, todas se perdião, e os rendeiros lhas encampauão, com que lhe faltava o dinheiro que avia mester pera muytas despezas que recreião»<sup>951</sup>. Apesar de o cronista dar conta deste cenário calamitoso, haverá legitimidade em duvidar da verdadeira dimensão deste impacto nos réditos aduaneiros. Tal é comprovado pelo próprio facto de D. João de Castro ter concedido cinco “viagens” a Cambaia, todas depois do cerco, o que demonstra ainda a vitalidade desta rota e a importância do principal porto comercial do Guzerate, apesar do clima de guerra<sup>952</sup>. Ora, apenas temos dados parciais para tentar reconstituir a realidade económico-financeira e os rendimentos das alfândegas durante este período. O rigor de Simão Botelho no Tombo de 1554 possibilita reconstituir o rendimento da alfândega de Ormuz neste período e que é o seguinte:

**Quadro 2**  
**Rendimento da alfândega de Ormuz**

	<b>1544</b>	<b>1545</b>	<b>1546</b>	<b>1547</b>	<b>1548</b>	<b>1549</b>
Em xerafins	93603	70280	79881	62269	61646	90782
Em reais	28.080.900	21.084.000	23.964.300	18.680.700	18.493.800	27.234.600

Fonte: Tombo do “Estado da Índia”, pp. 90-91;  
conversão de xerafins para reais baseada nos dados do «*Lyvro dos Pesos da Yndia...*», cit.

Como se deduz, o período de governo de D. João de Castro coincide com o decréscimo acentuado de receitas da alfândega. Tal explica-se não apenas pela própria retracção da economia desta década, o momento de “viragem estrutural” analisado por Magalhães Godinho<sup>953</sup>, mas também pelos próprios efeitos das campanhas militares

<sup>951</sup> *Lendas*, IV, pp. 614-615.

<sup>952</sup> Ironicamente, as licenças concedidas a Cide de Sousa e Pero Preto são como forma de agradecimento pelo serviço prestado em Diu durante o assédio – *LMercês*, fls. 93v e 95r. Voltaremos, adiante, a debruçar-nos sobre estas “viagens”.

<sup>953</sup> Veja-se o artigo já mencionado: Vitorino Magalhães Godinho – «Flutuações económicas e devir estrutural...», cit., p. 328, 331-337.

empreendidas pelo Governador. O Guazil de Ormuz queixava-se, em Dezembro de 1545, do fraco rendimento aduaneiro, explicitando, em Maio de 1547, que «a terra esta muito pobre [...] por caso de não aver [de] Cambaia nem trato»<sup>954</sup>. Já em Goa, Botelho anotava que o arrendamento da alfândega registara perdas entre 1545 e 1548 por causa das guerras, dando assim razão ao testemunho de Gaspar Correia<sup>955</sup>.

Paralelamente, outras questões afectavam também a Fazenda Régia, como o tráfico ilegal de pimenta, cuja liberalização foi tema de debate, no final de 1545<sup>956</sup>. Manuel de Sousa de Sepúlveda, capitão de Diu entre 1542-1545, queixava-se do decréscimo dos rendimentos da alfândega por causa do contrabando de pimenta<sup>957</sup>. Os depoimentos da época, em queixas desde Cochim a Ormuz, dão conta da participação portuguesa no trato ilegal desta especiaria (à época monopólio régio) que, de acordo com D. João de Castro, deveria ser fortemente combatido<sup>958</sup>. Este crime era cometido por oficiais de baixo estatuto ou fidalgos com cargos relevantes, como os casos de Aleixo de Sousa, enquanto vedor da fazenda, e Luís Falcão, capitão de Ormuz<sup>959</sup>. O Governador identificava a origem destes problemas com as «[...] muitas licenças que se ca derão a toda pessoa pera tratar em pimenta, drogas e verem que o mesmo fazião o vedor da fazenda da India, com titulo de ser muito serviço de Vosa Alteza»<sup>960</sup>, criticando o seu antecessor no cargo, responsável pelas liberdades concedidas e denunciadas na *Verdadeira enfformaçam das cousas da india*<sup>961</sup>. Este problema ficou bem patente no registo das mercês deste governador, no título de Francisco de Sá, onde Castro anotava que este ia agravado com ele por não lhe ter autorizado a tirar do Malabar 80 quintais, «contra defesa del rey noso senhor e bem de seu serviço», visto que «não temdo sua Alteza outro premyo desta terra salvo esta pimenta que aguora lhe querem tomar por força

---

<sup>954</sup> Carta a D. João de Castro, de 11-XII-1545, resumida em *OCDJC*, III, pp. 100-101; citação de carta ao mesmo, de 22-V-1547, pub. *CSL*, 3, p. 371.

<sup>955</sup> O vedor da fazenda cifra o arrendamento de 1545-1547 em 70.500 pardaus de tanga por ano, e em 68.000 em 1548, destacando também o alto valor do arrendamento como motivo pelas perdas – *Tombo do “Estado da Índia*, p. 48.

<sup>956</sup> Luís Filipe F.R. Thomaz – *A Questão da Pimenta...*, cit., pp. 80-88.

<sup>957</sup> Carta a D. João III, de 18-X-1545, em *As Gavetas da Torre...*, cit., vol. I, pp. 776-777.

<sup>958</sup> Vejam-se as suspeitas de tráfico, por exemplo, narradas por Henrique de Sousa Chichorro, de Cochim, em sucessivas cartas ao Governador, a 8-I-1546 (resumo pub. em *OCDJC*, IV, pp. 20-21) e 30-III-1546 (pub. *CSL*, 2, p. 229); ou de Bastião Lopes Lobato, em Ormuz, a 18-VIII-1546 (resumo pub. *OCDJC*, IV, p. 35). A opinião de Castro é expressa em missiva ao rei, no final de 1547 – carta s.d., *OCDJC*, III, pp. 572-573 e *ARSI*, *Goa* 38, fl. 344.

<sup>959</sup> Já referimos anteriormente a devassa que D. João de Castro levantou a Aleixo de Sousa sobre a sua participação no tráfico de pimenta, documento preservado na BA, Cod. 51-VII-20; sobre Luís Falcão, leia-se a descrição das suas operações na carta de Manuel de Boim, de 20-X-1547, para D. João III, em Luís de Albuquerque e José Pereira da Costa – «Cartas de «Serviços»...», cit., n.º XLIII.

<sup>960</sup> *ARSI*, *Goa* 38, fl. 345.

<sup>961</sup> *As Gavetas da Torre...*, cit., vol. III, pp. 202-203 e 212.

seus cryados e vassalos»<sup>962</sup>. Os desvios eram de tal forma que o próprio Simão Botelho enviara uma carta a Castro, desde Ormuz, através de um primo e com ordem para a entregar em mão ao Governador, desconfiando dos canais oficiais de comunicação<sup>963</sup>.

Voltando à questão financeira e administrativa, um dos únicos documentos deste período que subsiste é uma certidão solicitada por D. Álvaro de Castro ao Vedor da Fazenda dos Contos (Manuel Mergulhão) depois da morte do seu pai, pedindo que lhe fosse dado o cômputo da «[...] comtia do dinheiro que os feytores, tesoureyros e mais ofiçiaes pagarão de resto de suas comtas» durante o governo<sup>964</sup>, somando cerca de 19 contos de reais do “dinheiro dos restos”, ou seja, proveniente dos «saldos superavitários das diversas recebedorias do Estado da Índia [...] obtido quer por intermédio de entrega directa feita nos Contos pelos recebedores ou tesoureiros no final da sua comissão de serviço, quer pela execução de bens dos oficiais de recebimento que, terminada a sua inspecção de contas, fossem considerados devedores à fazenda real»<sup>965</sup>. Tal valor, recuperado pela Casa dos Contos, demonstra uma apurada eficiência nas suas tarefas, comprovando o rigor registado nas contas desse período.

As fontes que reunimos permitem-nos reconstituir parcialmente, mas com algum grau de fiabilidade, as receitas e as despesas do ano de 1547:

---

<sup>962</sup> *LMercês*, fl. 29r.

<sup>963</sup> Carta de 17-XII-1546, ANTT, *Família Saldanha e Castro e Falcão Trigoso*, mç. 7, n.º 12.

<sup>964</sup> ANTT/CSL, 5, fls. 8r-10v.

<sup>965</sup> Susana Münch Miranda – *A administração da Fazenda Real...*, cit., pp. 406-407. Agradecemos a Susana Münch Miranda a proveitosa troca de impressões e de ideias acerca da vedoria da fazenda do “Estado da Índia”, permitindo uma maior e mais profunda compreensão do seu aparelho administrativo.

**Quadro 3**  
**Receitas e Despesas do “Estado da Índia” em 1547**

<b>Receitas</b>	<b>Em reais</b>
Rendas e Alfândega de Goa	55.920.000
Rendas de Baçaim	31.298.550
Alfândega de Ormuz	18.680.700
Terras firmes de Goa	15.120.000
Alfândega de Malaca	4.860.000
Nau de Meca apreendida em Diu	4.200.000
Páreas de Chaul	2.520.000
Rendas de Chaul	1.116.000
<b>TOTAL</b>	<b>133.715.250</b>

<b>Despesas</b>	<b>Em reais</b>
Despesas ordinárias	50.778.283
Carga das Naus de 1547	27.015.600
Soldos de 1547	20.987.100
Mercês de 1547	3.307.500
<b>TOTAL</b>	<b>102.088.483</b>

Fontes:

Para Goa: *Livro que trata das cousas da Índia e do Japão*, pp. 128-129; Ormuz e Chaul: *Tombo do “Estado da Índia”*, pp. 91 e 123-124; Malaca: Vitorino Magalhães Godinho – *Les finances...*, cit., p. 115; Baçaim: André Teixeira – *Baçaim e o seu território...*, cit., vol. 2, anexo II; Nau de Meca: *CartasRCG*, p. 32.

As conversões monetárias foram baseadas no «*Lyvro dos Pesos da Ymdia...*», cit.

Despesas ordinárias obtidas através da soma de todas aquelas arroladas por Simão Botelho no seu Tombo<sup>966</sup>; carga das naus: Luís de Albuquerque – «Carga e custo de duas armadas...», cit., p. 348 (note-se foram gastos 131.318 pardaus, mas foram enviados 12.380.086 reais de Lisboa para ajuda da carga); soldos e mercês calculados através do *LMercês*.

Os dados que aqui apresentamos são, frisamos, incompletos<sup>967</sup>. Apesar de estarem contempladas as mais importantes rendas (como as de Goa, Ormuz e Malaca), faltam-nos as receitas da maior parte das fortalezas, bem como outras despesas extraordinárias<sup>968</sup>, para além dos soldos e mercês (como o aparelhamento de navios para as campanhas ou o custo de cada concessão de “viagens”). Não obstante esta questão, os números arrolados são suficientes para nos dar uma ordem de grandeza dos valores que a Fazenda Real geria. Caso estas fossem as únicas receitas e despesas existentes, o “Estado da Índia” ainda encaixava c. 31 contos de reais, o que revela que, mesmo com os restantes gastos, a Fazenda ainda tinha *superavit* neste período.

<sup>966</sup> Apesar de o *Tombo de Simão Botelho* datar de 1554, usámo-lo conscientes da diferença temporal, mas certos de que os dados aí apresentados não devem diferir muito da realidade da década anterior, visto que precede a incorporação de Damão e da maior exploração das rendas da Província do Norte.

<sup>967</sup> Não colmatámos os valores em falta com aqueles dos orçamentos do “Estado da Índia” de 1571 e 1574 por considerar que a taxa de inflação já seria considerável, distorcendo os dados apresentados, e que o cálculo desta taxa ultrapassava o âmbito deste estudo

<sup>968</sup> Note-se, a título de exemplo, que o orçamento do “Estado da Índia” de 1581 não contabilizava as despesas extraordinárias tidas durante os cercos de Goa, Chaul, Malaca e Ceilão por não se poder fazer «conta de cousa certa», bem como uma série de outras despesas aí mencionadas – cf. Artur Teodoro de Matos – *O Estado da Índia nos anos de 1581-1588*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1982, pp. 189-190. Agradecemos a Susana Münch Miranda a partilha desta referência.

O problema da Fazenda, à época, parece ser sobretudo fruto da sua própria estrutura e organização. A “atomização contabilística” inerente à dispersão do espaço do “Estado da Índia”, isto é, a descentralização das feitorias face aos órgãos centrais em Goa, criava uma forte barreira para uma rápida e eficiente gestão dos recursos<sup>969</sup>. As próprias receitas e despesas «pulverizavam-se em múltiplos saldos locais» de difícil centralização, o que não será sempre sinónimo de incompetência ou desorganização<sup>970</sup>. Vitorino Magalhães Godinho imputava parte destes problemas à «defeituosa organização comercial», dando como exemplo a falta de dinheiro para a compra de especiarias para as cargas anuais<sup>971</sup>. Efectivamente, o vedor da fazenda Brás de Araújo dava conta, em carta ao Governador, de que faltava financiamento para a carga de 1547, tendo pedido dinheiro ao rei de Cranganor<sup>972</sup>. O seu sucessor, Rui Gonçalves de Caminha, criticava esta prática («[...] porque pedyr dinheiro emprestado a reys gentyos é descobryr as nesecidades del rey»<sup>973</sup>), mas acabou por recorrer ao mesmo estratagema para conseguir prover a carga do ano seguinte<sup>974</sup>. O mesmo aconteceria em 1549, informando Garcia de Sá, então governador, que pedira empréstimo ao rei de Cranganor e à Câmara de Cochim por não ter «[...] dinheyro de Vosa Alteza em seu tesouro nem domde se pudese aver may que isto porque como já tenho escryto as remdas de Vosa Alteza não remdem por ser no cabo do ano e os homens estarem em tanta necesydade por caso das guerras de que se não pode tirar nenhum dinheyro»<sup>975</sup>.

Este testemunho de Garcia de Sá leva-nos ao cerne desta questão financeira: o “Estado da Índia” possuía receitas suficientes para cobrir as despesas, mas tal não representava a existência regular de liquidez. Concretamente, o carácter sazonal de algumas rendas, cobradas através da rede portuguesa na Ásia não desembocavam em Goa em tempo útil; e essa mesma dispersão, consequência nata da dimensão e do espaço do

---

<sup>969</sup> Sobre o conceito de “atomização contabilística” e a sua aplicação ao caso português, cf. Susana Münch Miranda – *A administração da Fazenda Régia...*, cit., pp. 20-21.

<sup>970</sup> Seguimos de perto a recente síntese de Susana Münch Miranda (e Roberta Stumpf) – «O governo da Fazenda no império português», in Ângela Barreto Xavier, Federico Palomo e Roberta Stumpf (orgs) – *Monarquias Ibéricas em Perspectiva Comparada (Sécs. XVI-XVIII). Dinâmicas Imperiais e Circulação de Modelos Administrativos*. Lisboa: ICS, 2018, pp. 326-335.

<sup>971</sup> Vitorino Magalhães Godinho – *Os Descobrimentos e a Economia Mundial...*, cit., vol. III., p. 30.

<sup>972</sup> Carta de 12-XII-1546, pub. parcialmente em *OCDJC*, III, p. 275.

<sup>973</sup> Carta a D. João de Castro, de 6-XII-1547, pub. *CSL*, 2, p. 100.

<sup>974</sup> Carta ao mesmo, de 21-XII-1547, pub. *Ibidem*, p. 101. António Correia confirma o empréstimo pedido, em carta ao rei, de 6-I-1548, pub. Luís de Albuquerque e José Pereira da Costa – «Cartas de «Serviços»...», cit., p. 382 (e em *As Gavetas da Torre do Tombo*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1965, vol. V, p. 131).

<sup>975</sup> Carta a D. João III, de 3-I-1549, ANTT/CC-1-82-2, fl. 1v.



“Estado da Índia” (*inimigo número um*, para lembrar a expressão de Braudel<sup>976</sup>), aliada à referida “atomização contabilística” não concedia autonomia financeira aos vedores da fazenda e aos governadores. No caso de D. João de Castro, isto reflectiu-se, por exemplo, durante o início da construção da nova muralha abaluartada de Diu, no final de 1546. Como já referimos, o Governador pediu um empréstimo à cidade de Goa, empenhando, simbolicamente, uns pêlos da sua barba e dando em troca a renda dos cavalos, até que o valor do empréstimo fosse pago<sup>977</sup>. Apesar da dívida não ter sido contraída, a sua consignação a uma renda fixa revela a utilização de um instrumento financeiro que a própria Coroa usava largamente no Reino<sup>978</sup>. Isto revela-nos que D. João de Castro não tinha à disposição liquidez para as suas operações, em parte por estar refém das formas de procedimento da Fazenda Régia. A sua estruturação não permitia uma alocação rápida ou eficiente dos dinheiros, particularmente para a guerra e sobretudo para campanhas militares prolongadas que representassem gastos avultados extraordinários.

Assim, é de crer que a própria estrutura financeira do “Estado da Índia” constringiu logisticamente o prosseguimento da guerra, pondo em causa a própria capacidade militar portuguesa na Ásia. Longe da metrópole, o Governador não tinha a mesma facilidade em recorrer a receitas extraordinárias (à semelhança das formas de financiamento no Reino e nos outros cenários de guerra europeus<sup>979</sup>), como o levantamento de impostos.

Todavia, o recurso ao crédito era uma prática usada pelos oficiais da Coroa desde as primeiras décadas de presença portuguesa na Ásia<sup>980</sup>, sendo procurado, em desespero de causa, junto das Câmaras portuguesas (como é o caso do pedido para a reconstrução de Diu), de alguns reis locais (veja-se a mencionada questão da carga das naus) ou ainda de algumas personalidades endinheiradas (de que é exemplo Khwaja Shams-ud-din Gilani, o mercador persa sediado em Cananor e já referido<sup>981</sup>). A nomeação de Rui Gonçalves de Caminha para Vedor da Fazenda, em 1547, teve em conta a sua ligação a este mercador, crendo o Governador que «[...] por esta via podia aver dinheiro de Coja

---

<sup>976</sup> Fernand Braudel – *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na época de Filipe II*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995, vol. 1, p. 401.

<sup>977</sup> *VDJC*, I. III, entre os parágrafos 29-30, pp. 309-310.

<sup>978</sup> Joaquim Romero Magalhães – «Padrões de juro, património e vínculos no século XVI», in *No Portugal Moderno. Espaços, tratos e dinheiros. Miunças 3*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012, pp. 87-100.

<sup>979</sup> Veja-se, por exemplo, o caso inglês de financiamento extraordinário das campanhas militares: Jonathon Riley – «Logistics and Supply in Renaissance Armies», *Arms & Armour*, Vol. 8 No. 2, Autumn, 2011, pp. 140-141.

<sup>980</sup> Cf. Susana Münch Miranda – *A administração da Fazenda Real...*, cit., pp. 261-264.

<sup>981</sup> Sobre o seu percurso, veja-se a bibliografia referida na nota 303.

Çameçadim, porque Rui Gomçalues he o seu freo e conselheiro»<sup>982</sup>. Apesar de o saldo positivo dos Orçamentos do “Estado da Índia”<sup>983</sup> até às primeiras décadas do século XVII, estes pedidos de empréstimo viriam a aumentar nas décadas seguintes ao governo de D. João de Castro<sup>984</sup>. Os empréstimos solicitados e a acumulação de *dívidas velhas*, que passam a representar uma fracção considerável dos gastos anuais, são mais um exemplo da falta de liquidez da Fazenda Régia, fruto dos naturais constrangimentos de um órgão desta natureza e dimensão, num período que não diferia das dificuldades sentidas nas restantes monarquias<sup>985</sup>.

Identificados os problemas, apura-se que a falta de verba disponível para as campanhas de 1546-1548 é bem visível nas nossas fontes. Relembremos, por exemplo, o envio da armada de D. Álvaro de Castro a Adem, levando especiarias e drogas para serem vendidas como forma de arranjar liquidez para os soldos. Nessa altura, estando o Governador em Baçaim com o grosso dos soldados, a solução já passava por dar «[...] grandes mesas hà custa d’el Rey» para evitar motins e compensar a falta de pagamento de soldos<sup>986</sup>. O clima de insatisfação fazia-se sentir quer entre os homens de armas quer entre os fidalgos<sup>987</sup>, e a tentativa falhada de submeter o Guzerate (e até Bijapur) à sua vontade apenas aumentou as vozes de discórdia.

Ambas as situações de guerra só seriam resolvidas pelo sucessor de Castro, Garcia de Sá, ainda nesse ano de 1548. Uma carta enviada para o Reino nesse período dava até conta da recusa dos *lascarins* em continuarem arrolados pela falta de soldo e de mantimento, acabando por desertarem para os exércitos dos reinos “mourous” vizinhos<sup>988</sup>.

---

<sup>982</sup> Carta de final de 1547 ao rei, *OCDJC*, III, p. 493. Em 1552, uma carta dos mesteres de Goa dá conta de novo empréstimo dado pelo mercador persa – Carta dos mesteres de Goa a D. João III, de 25-XI-1552, pub. *DHMPPPO*, V, p. 220. Sobre a situação financeira desse período, veja-se Nuno Vila-Santa – *D. Afonso de Noronha...*, cit., pp. 124-125.

<sup>983</sup> Veja-se o estudo citado de Artur Teodoro de Matos – «A situação financeira do Estado da Índia...», cit., pp. 61-81.

<sup>984</sup> Sobre o papel da Câmara de Goa nos financiamentos extraordinários, veja-se Vitor Luís Gaspar Rodrigues – «O município de Goa, peça fundamental para a afirmação e sobrevivência do “Estado da Índia” (1510-1625)» in Avelino de Freitas de Meneses e João Paulo Oliveira e Costa (coords.) – *O Reino, as Ilhas e o Mar Oceano. Estudos em homenagem a Artur Teodoro de Matos*, Lisboa, CHAM, 2007, vol. 2, pp. 677-679.

<sup>985</sup> Susana Münch Miranda – *A administração da Fazenda Real...*, cit., pp. 263 e 523-524. Note-se, que, apesar das várias bancarrotas durante o século XVI, a Coroa Espanhola aliava a maestria burocrática à competência militar – sobre esta ideia, veja-se John F. Guilmartin Jr – «The Logistics of Warfare at Sea in the Sixteenth Century: The Spanish perspective» in John A. Lynn (ed.) – *Feeding Mars. Logistics in Western Warfare from the Middle Ages to the Present*. Boulder, San Francisco & Oxford: Westview Press, 1993, p. 118.

<sup>986</sup> *CDJC*, p. 223.

<sup>987</sup> Entre outros, Simão Botelho fazia chegar o seu desagrado ao rei, em carta de 24-XII-1548 – «Cartas de Simão Botelho» in Rodrigo José de Lima Felner – *Subsídios para a História da Índia*, cit., p. 16.

<sup>988</sup> Carta de Francisco de Sequeira a D. João III, a 6-II-1549, pub. *DHMPPPO*, IV, p. 226.

Como vimos, vendo a situação da Fazenda e a estrutura militar num estado de quase ruptura, o novo Governador iniciou imediatamente conversações com os dois sultanatos com quem o “Estado da Índia” estavam em guerra, assegurando novos tratados no imediato.

A ausência de estudos aprofundados sobre as questões da organização da guerra em Portugal e no Império no século XVI, limitam parcialmente as nossas conclusões. A falta de termo de comparação demonstra que há ainda um longo caminho a trilhar para compreender, por exemplo, como foram pagas as guerras neste período, em todas as suas vertentes. As campanhas empreendidas durante o governo de D. João de Castro são o reflexo da procura de estabilidade política no “Estado da Índia”. Como vimos, estavam em causa questões de viabilidade económica e da manutenção do controlo de rotas e alfândegas.

O processo de recrutamento e de pagamento dos soldos que aqui apresentámos é exemplificativo das dificuldades inerentes à presença descontínua dos portugueses na Ásia. A dispersão das fortalezas e dos homens de armas por uma vasta rede, espalhada de Moçambique às Molucas, contribuía para uma demorada (ou impraticável) resposta face a um pedido urgente de Goa. As necessidades materiais da guerra obrigavam a um outro esforço para que todas as fortalezas se encontrassem providas de armamento e mantimento. A produção de pólvora, em concreto, forçava uma ginástica financeira que levava à compra dos seus ingredientes em vários mercados, redistribuindo-os posteriormente ou enviando já o produto final, combatendo, entretanto, os muitos desvios que os próprios oficiais, soldados e *casados* portugueses cometiam, contrabandeando este produto.

Os valores que fomos arrolando e a breve análise que empreendemos à própria estrutura financeira portuguesa, levam-nos a crer que a sua organização influenciou fortemente a presença e a actividade militar do “Estado da Índia”. O caso de estudo aqui empreendido levantou o véu sobre o potencial desta proposta de leitura que poderá, no futuro, ser analisada na longa duração, tentando avaliar e compreender o financiamento português da guerra durante o século XVI.

Todos os problemas que apontámos nestes processos tenderam a crescer ao mesmo ritmo que os portugueses se enraizavam na Ásia. Assim se explica tantos alvitre e obras dedicadas à crítica e à reforma do “Estado da Índia” (como as já mencionadas de Diogo do Couto e de Francisco Rodrigues da Silveira), estando inerente a esse tipo de

discurso uma imagem de decadência. Este “Estado” continha ainda uma vitalidade considerável, sabendo adaptar-se aos tempos e reformulando dinâmicas comerciais. A guerra, fenómeno universal de afirmação por meio da violência, é naturalmente parte integrante do processo expansionista português, e só foi possível realizá-la e mantê-la através de uma estrutura administrativa que, apesar dos seus problemas, conseguia ter um controlo razoável sobre os seus rendimentos e sobre os súbditos do rei.



## CAPÍTULO 6

### D. JOÃO DE CASTRO E A ARTE DA GUERRA

A parte que nos ocupará de seguida remete-nos para a própria personalidade de D. João de Castro e para aquilo que conseguimos aferir dos seus saberes militares e da sua aplicação enquanto capitão-mor e governador do “Estado da Índia”. Relembremos que a titulação de capitão-mor, sempre a par da de governador, reforça bem o carácter militar do cargo e as funções desta ordem que teriam de ser exercidas. Uma das principais delegações do poder do rei no seu mais alto oficial era precisamente o de declarar a guerra, conduzir as respectivas operações e negociar a paz.

Apesar das várias obras da autoria de Castro e da sua abundante correspondência, desconhecemos a biblioteca deste homem, ou seja, os livros que possuía e leu<sup>989</sup>. Os seus *Roteiros* e restante obra científica abundam de referências dos Clássicos<sup>990</sup>, mas pouco sabemos das suas leituras sobre assuntos militares. Rafael Moreira demonstrou, há vários anos, que este capitão-mor do “Estado da Índia” conhecia bem a obra de Vitruvius, por esta gozar de grande divulgação na época e nos meios cultos da Corte portuguesa<sup>991</sup>. Por sua vez, R. Hooykaas via nele influência dos trabalhos de Erasmo<sup>992</sup>. A sua veia

---

<sup>989</sup> Rui Loureiro publicou diversos estudos exemplares sobre estes assuntos, nomeadamente: *A Biblioteca de Diogo do Couto. Macau: Instituto Cultural de Macau*, 1994; «Como seria a biblioteca de Matteo Ricci?» in Charles J. Borges & Michael N. Pearson (orgs.) – *Metahistória. História questionando História. Homenagem ao Professor Doutor Teotónio R. de Souza*. Lisboa: Nova Vega, 2007, pp. 521-535; *A Biblioteca do Embaixador. Os livros de D. García de Silva y Figueroa*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2014; *Em demanda da biblioteca de Fernão de Magalhães*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2019.

<sup>990</sup> As notas à edição das suas obras, de Albuquerque e Cortesão, fazem o cotejo das fontes, dando indicações sobre as obras lidas e referidas nesses contextos – cf. *OCDJC*, I e II.

<sup>991</sup> Rafael Moreira – «D. João de Castro e Vitruvius» in Francisco Faria Paulino (coord.) – *Tapeçarias de D. João de Castro*, cit., pp. 51-61.

<sup>992</sup> R. Hooykaas – «*The Erasmian influence on D. João de Castro*», cit.

experimentalista levou-o até a levar os seus *Roteiros* e a emendá-los durante a sua segunda ida à Ásia, como referimos.

Encontramos assim, em D. João de Castro, o modelo de cortesia que se afirmava neste período, aliando o carácter viril ao de homem da corte e humanista, que coligia diversos saberes e práticas<sup>993</sup>. Ainda vigorava, em certa medida, o ideal clássico do cavaleiro nobre, presente nos romances de cavalaria e nas crónicas publicadas à época<sup>994</sup>, e o do grande capitão de guerra, presente directo na frente do campo de batalha. Exemplo disso é a figura e a imagem de Carlos V enquanto comandante pessoal das suas tropas<sup>995</sup>. O carisma de Castro também se fazia sentir neste campo, ao estar presente em todas as grandes operações militares, além de acompanhar as obras de melhoria do Armazém e da Ribeira de Goa (já citadas) ou ainda a reconstrução da fortaleza de Diu. Neste último caso, para além do retrato vivo dado por Leonardo Nunes (mencionando anteriormente), um testemunho anónimo deixou uma descrição ainda mais detalhada, afirmando que:

«Estava a todo aquele frio e calma e fedor sen nenhuns defensivos a elles nem com hum lenço que lhe tapase os narizes se lhe fosse necesario mas com hũas calças e botas de bezero e hum pelote de chamalote preto ou de pano e hum sombreiro na cabeça e a todo trabalho todo o mais do dia andava en pee esforçando ora nãa perna ora noutra afugentando de si todo o descanso por se não ver jente cansaço»<sup>996</sup>.

Gaspar Correia relata que chegava a ser criticado pelos fidalgos por se colocar em tais posições, andando «[...] em catures a passarinhar», arriscando a sua pessoa e o seu alto cargo de chefia<sup>997</sup>. Para além duma vertente eminentemente prática, a prossecução

---

<sup>993</sup> Sobre o papel da virilidade neste período cf. Georges Vigarello – «A virilidade moderna: convicções e problematizações» in Georges Vigarello (coord) – *História da Virilidade I. A invenção da Virilidade. Da Antuquidade às Luzes*. Lisboa: Orfeu Negro, 2018, pp. 201-209. Veja-se ainda Peter Burke – «O Cortesão» in Eugenio Garin (dir.) – *O Homem Renascentista*. Lisboa: Editorial Presença, 1991, pp. 101-119

<sup>994</sup> Cf. o interessante estudo de Aurelio Vargas Dias-Toledo, que demonstra a considerável vitalidade e interesse destes tipos de obras, impressas e manuscritas, em Portugal: *Os livros de cavalarias portuguesas dos séculos XVI-XVIII*. Lisboa: Pearlbooks, 2012. Sobre o imaginário da época, seguimos a síntese de Rui Bebião – «Os imaginários, os valores e os ideais da guerra» in Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (dirs.) – *Nova História Militar de Portugal*. Vol. 2 – coord. António Manuel Hespanha. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004, pp. 36-62; sobre a visão das crónicas sobre a importância dos feitos de arma, veja-se o caso do reinado de D. Manuel e da distorção historiográfica produzida pela obra de Damião de Góis: João Paulo Oliveira e Costa – *D. Manuel I...*, cit., pp. 23-24.

<sup>995</sup> Outros exemplos de monarcas que lideraram exércitos em Simon Pepper – «Aspects of operational art: communications, cannon, and small war» in Frank Tallett e D.J.B. Trim (eds.) – *European Warfare, 1350-1750*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, p. 186. Sobre o carisma de Carlos V, leia-se a nova biografia por Geoffrey Parker – *Emperor. A New Life of Charles V*. New Haven/London: Yale University Press, 2019, em particular as pp. 521-524.

<sup>996</sup> Breve descrição do governo de D. João de Castro até à reconstrução da fortaleza de Diu, de autor anónimo: Alice Borges Gago – «O Arquivo Almada e Lencastre Bastos...», cit., pp. 86-88.

<sup>997</sup> *Lendas*, IV, p. 614.

da guerra e o papel do capitão e comandante pressupunha um trabalho quase burocrático de recolha de informações e de tratamento de dados para melhor analisar as situações, ou seja, aquilo que viria a chamar-se nos séculos seguintes de “guerra de gabinete”<sup>998</sup>. Relembramos que encontramos esta mesma preocupação, de colecta de informações, durante o governo de D. João de Castro, com os textos reunidos no *Livro que trata das cousas da Índia e do Japão*, como já foi aludido<sup>999</sup>. É, por exemplo, o caso dos documentos referentes ao circuito da madeira para Cochim (texto III), às perdas do Adil Shah das campanhas em Goa (texto IV) e do Sultão do Guzerate quanto às campanhas na sua costa (texto VI) ou sobre o comércio do enxofre no Golfo Pérsico (texto XX).

É, efectivamente, uma personalidade em que convergem estas dinâmicas de soldado-governador, capitão-cortesão e “cientista”-humanista e que sempre cultivou durante o seu governo. De Ormuz foi-lhe remetido uma cópia de um livro em persa, sobre os feitos de Alexandre Magno e «doutros varões ilustres»<sup>1000</sup>. Uma comparação sua, em carta a D. João III, sobre as obras feitas pelos guzerates durante o segundo cerco de Diu remete para a obra de Heródoto, comprovando o seu interesse pela literatura histórica clássica<sup>1001</sup>. Como se observa pela biblioteca de D. Teodósio, duque de Bragança, contemporâneo de Castro, este tipo de obras era acessível a uma nobreza interessada e endinheirada<sup>1002</sup>. Tal leva-nos a supor que o dito livro «dos feytos d’Alixandre» pudesse ser uma tradução do volume das *Vidas Paralelas*, de Plutarco, que compilava também a vida de Júlio César<sup>1003</sup>. Desconhecemos até que ponto este tipo de leituras o poderá ter influenciado, mas poderíamos ver algumas semelhanças entre o estratagema táctico usado na batalha do segundo cerco de Diu (a diversão para conseguir desviar parte do exército para o lado do mar, saindo directamente da fortaleza, atacando como se do flanco do

---

<sup>998</sup> Cf. Simon Pepper – «Aspects of operational art...», cit., pp. 186-187. Sobre a própria prática dos portugueses de recolha de informações, veja-se o que diz Rui Loureiro – «“The arms and the heroes”: bellic aspects of the Portuguese presence in the East/ “As armas e os barões”: aspectos bélicos da presença portuguesa no Oriente» in Joaquim Caetano, Fátima Pimenta Macedo e Jorge Caravana (coords.) – *Rites of Power, Oriental Weapons – Collection of Jorge Caravana/ Rituais de Poder, Armas Orientais – Coleção de Jorge Caravana*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2010, pp. 14-15.

<sup>999</sup> *Livro que trata das cousas da Índia e do Japão*.

<sup>1000</sup> As referências a esta obra são várias, e já foram referidas por outros autores (como Rui Loureiro – *A Biblioteca de Diogo do Couto...*, cit., p. 42): Luís Falcão menciona tal, em carta de 1-II-1546, parcialmente publicado em OCCS, p. 309, sendo confirmado por Bastião Lopes Lobato, em missiva de 3-II-1546, pub. *OCDJC*, IV, p. 25, e finalmente por Garcia de Penha, responsável pela oferta, em carta de 5-II-1546, pub. *OCCS*, pp. 309-310.

<sup>1001</sup> Sobre as ligações construídas entre a ilha de Diu e o continente, diz que «[...] estas pontes eram huma obra tão espantosa que parecia escurecer as que Xerxes fez sobre o Helesponto para passar á Europa» – Carta de 12-XII-1546, *OCDJC*, III, p. 306.

<sup>1002</sup> Ana Isabel Buescu – *A livraria renascentista de D. Teodósio I, duque de Bragança*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2016, pp. 125-126, 121 (n. 463), 137 e 200.

<sup>1003</sup> Sobre o destaque das obras de Plutarco neste período: *Ibidem*, pp. 125-126.



exército se tratasse) e aquele utilizado por Alexandra Magno na batalha de Gaugamela, em 331 a.C., onde derrotou o exército persa de Dario III com uma manobra de diversão<sup>1004</sup>.

Para além da obra sobre Alexandre em persa, temos referência que recebeu mais dois livros persas, iluminados, e que teria alguns conhecimentos de árabe<sup>1005</sup>, por interesse nessas matérias e também pela própria cultura da península do Hindustão, conforme se prova pelas estelas hindus que remeteu para a sua Quinta da Penha Verde, quando da sua primeira viagem, em 1538<sup>1006</sup>.

Quanto aos textos de carácter militar, não temos qualquer referência que nos leve a afirmar que conhecesse os principais tratados militares da primeira metade do século XVI, como os italianos de Maquiavel (*Dell'arte della guerra*) e Giovanni Battista Della Valle (*Il Vallo. Libro continente appartinente à Capitaniij, retener e tfortificare una Città con bastioni, con novi artificij de fuoco aggiunti*), ambos de 1521, ou os espanhóis de Diego de Salazar (*Tratado de Re Militari*, 1536) e Diego Montes (*Instrucción y regimiento de guerra*, 1537)<sup>1007</sup>. Estas obras chegaram a Portugal, como se comprova pela existência de alguns exemplares deste período nos fundos actuais das bibliotecas nacionais, e até pela referência do livro de Maquiavel na biblioteca de D. Teodósio, em Vila Viçosa, o qual, apesar de nunca ter estado num campo de batalha, colhia natural interesse pela temática<sup>1008</sup>.

No entanto, pelo percurso de D. João de Castro ao serviço da Coroa e pelas suas prováveis afinidades na Corte, não duvidamos de que este tivesse conhecimento deste tipo de obras e da própria prática da arte militar desenvolvida especialmente nas Guerras de Itália (1494-1559), responsáveis pela rápida evolução dos meios tácticos e logísticos

---

<sup>1004</sup> Veja-se a explicação desta batalha na síntese de João Gouveia Monteiro – *Grande conflitos da História da Europa*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012, pp. 53-72. Note-se que as manobras ou tácticas de diversão eram frequentemente utilizadas, fazendo parte dum conhecimento geral da arte da guerra.

<sup>1005</sup> Carta de Rui Gonçalves de Caminha ao Governador, de 22-I-1547, pub. parcialmente em *OCCS*, p. 310 e em *OCDJC*, III, p. 349; veja-se também o estudo de Eugenio Asensio – «Un relato árabe recogido por D. João de Castro» in *Estudios Portugueses*. Paris: FCG-Centro Cultural Português, 1974, pp. 325-347 e, mais actualizado, a referência que lhe confere Vasco Resende – *L'Orient islamique...*, cit., pp. 103-106.

<sup>1006</sup> Mariana Cândida Caixeiro – «Estela indiana com inscrição em sânscrito e a Lenda de Elefanta» in Francisco Faria Paulino (coord.) – *Tapeçarias de D. João de Castro*, cit., pp. 57-61.

<sup>1007</sup> Sobre a tratadística da época e a sua relação com o caso português, veja-se Luís Costa e Sousa – *Construir e Desconstruir a Guerra em Portugal...*, cit., pp. 183-245. Sobre o caso espanhol remetemos para Enrique García Hernán – «Tratadística militar» in Luis Ribot (coord.) – *Historia Militar de España. Edad Moderna II. Escenario Europeo*. Madrid: Ministerio de Defensa, 2013, pp. 401-418.

<sup>1008</sup> Ana Isabel Buescu – *A livraria renascentista...*, cit., pp. 201.

da guerra<sup>1009</sup>. Por um lado, recordemos que este fidalgo serviu no Norte de África, num primeiro momento em Tânger, sob o comando do então capitão da fortaleza, D. Duarte de Menezes (governador do “Estado da Índia” entre 1521-1541). Não temos, contudo, qualquer referência da sua acção durante esta sua primeira experiência militar, e apenas podemos supor que terá praticado os elementos básicos de combate e de direcção de «guerra guerreada», ou seja, de «guerrilha»<sup>1010</sup>. Faltando fontes, não conjecturamos demasiado sobre o impacto deste período da sua aprendizagem bélica, visto que o próprio modelo de guerra no Norte de África era diferente do aplicado na Ásia, apesar de algumas similitudes genéricas<sup>1011</sup>.

Por outro lado, o impacto do conflito da Península Itálica sentiu-se bem em Portugal, onde D. Manuel e D. João III aproveitaram veteranos portugueses destas guerras (que serviram sob bandeira francesa ou castelhana) para tentar reestruturar a própria prática no Reino<sup>1012</sup>. Alguns destes veteranos encontravam-se no “Estado da Índia” quando do governo de D. João de Castro. É o caso de Bastião Coelho, a que o Governador enviou para Diu durante o cerco e que o descrevia a D. João III como «[...] homem abil e experimentado, assim na guerra do mar como da terra» e por ter «[...] visto muitos cercos e combates, e saber bem todas as maneiras com que se ha de combater e defender huma fortaleza»<sup>1013</sup>. Pouco sabemos do percurso de Coelho, mas supomos que, para além de ter capitaneado algumas armadas da guarda da costa e do estreito, entre o Algarve e as praças

---

<sup>1009</sup> Sobre as guerras de Itália, a actual obra de referência é a de Michael Mallett e Christine Shaw – *The Italian Wars 1494-1559. War, state and society in Early Modern Europe*. Harlow: Pearson, 2012.

<sup>1010</sup> Acerca do termo «guerra guerreada» e da sua aplicação na Península Ibérica, veja-se João Gouveia Monteiro – *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*. Lisboa: Notícias Editorial, 1998, pp. 373-378; algumas considerações acerca deste tipo de guerra no Norte de África, pode ser visto no estudo de João Marinho dos Santos – *Ceuta não foi conquista mas começo dela*. Coimbra: IUC, 2017, pp. 18-20 e 53-54.

<sup>1011</sup> Concordamos com Vasco Resende, que não vê um cenário militar comparável entre o Norte de África e o “Estado da Índia”, tendo em conta os meios e as condições em que os combates eram aí conduzidos mas tão somente uma prática de guerra generalizada e reproduzindo elementos básicos de combate, contrariando a leitura de George D. Winius e mais recentemente de Vitor Luís Gaspar Rodrigues – cf. Vasco Resende – *A sociedade da Expansão na época de D. Manuel I*. Lagos: Câmara Municipal de Lagos, 2006, pp. 149-181 (em especial pp. 162-169) e Vitor Luís Gaspar Rodrigues – «Organização militar e práticas de guerra dos Portugueses em Marrocos no século XV, princípios do século XVI: sua importância como modelo referencial para a expansão portuguesa no Oriente», *Anais de História de Além-Mar*, II, 2001, pp. 157-168.

<sup>1012</sup> O estudo de Jean Aubin («*Le capitaine Leitão...*», cit.) continua a ser de referência sobre esta questão; veja-se também o estudo de Pedro de Brito – «Knights, Squires and Foot Soldiers in Portugal during the Sixteenth-Century Military Revolution», *Mediterranean Studies*, Vol. 17 (2008), pp. 129-132; todavia, ambos estudos deixam várias questões em aberto sobre a influência destes veteranos, que já tivemos oportunidade de abordar, numa comunicação conjunta com Helder Carvalho («Globalising War in the 16th century: from the Italian Wars to Portuguese Empire», no congresso *Moveable Types: People, Ideas, and Objects. Cultural exchanges in early modern Europe*, University of Kent (U.K), 2014) e cujo artigo se encontra em preparação.

<sup>1013</sup> *OCDJC*, III, p. 292.

africanas, nas décadas de 1520-1530<sup>1014</sup>, e de ter sido alcaide mor de Ceuta<sup>1015</sup>, poderá ter passado por algumas campanhas em Itália, compreendendo-se melhor a sua perícia neste campo, comprovada pelas cartas e pelas descrições detalhadas com que ia informando o Capitão-mor e Governador do estado do cerco<sup>1016</sup>.

Em todo o caso, a participação de Castro na conquista de Tunes, em 1535, uma das mais emblemáticas campanhas militares de Carlos V, agrupando um contingente de diversas nacionalidades, pô-lo em contacto com outros protagonistas e experiências que poderão ter sido responsáveis pela sua formação nessa área. Vejamos, por exemplo, que numa carta escrita a D. João III, em 1539, o futuro Governador mencionava os elevados gastos das galés, «como as de Andre Doria», remetendo para o famoso capitão genovês das galés do Imperador, que conheceu durante a referida expedição ao Norte de África<sup>1017</sup>.

O testemunho mais completo do apurado conhecimento militar de D. João de Castro encontra-se no regimento que enviou a D. João de Mascarenhas, capitão de Diu (que o recebeu no início de Maio, prometendo cumpri-lo<sup>1018</sup>), sobre as formas de proceder durante o cerco e com o sugestivo título «Lembranças que faço a Vosa Merçe, as quoaes se pratuão o dia doje em Italya, França que são as partes do mundo homde ha arte de guerra estaa mais apurada»<sup>1019</sup>. Deduzimos que o documento é da autoria de Castro, mas não colocamos de parte a hipótese de ter tido algumas recomendações de outros fidalgos, como do próprio Bastião Coelho, responsável por levar o manuscrito e o entregar a Mascarenhas. A leitura do texto permite-nos notar influência da obra de Vegécio (*Epitoma Rei Militaris*)<sup>1020</sup>, sobretudo das suas «Regras Gerais da Guerra (XXVI ponto do Livro III), lista bem conhecida e que foi sendo adaptada por Maquiavel<sup>1021</sup> ou até posteriormente por Fernão de Oliveira<sup>1022</sup>. A importância deste documento é tanto maior

---

<sup>1014</sup> Entre vários documentos espalhados no Corpo Cronológico, cf. a nomeação, a 8-X-1528 para capitão da caravela Andorinha, para «guarda das caravelas do pão que se leva pera os meus lugares d'alem» – ANTT/CC-1-41-72; a confrontação da assinatura das cartas de Coelho, durante a governação de Castro, e a de alguns documentos assinados enquanto capitão na década anterior (como por exemplo, ANTT, CC-2-154-100), permitem concluir que se trata da mesma pessoa, e não de um homónimo.

<sup>1015</sup> Aparece identificado com este cargo nas ementas da Casa da Índia referentes à sua ida para a Índia, em 1545 – cf. Braamcamp Freire – *Emmenta da Casa da Índia...*, cit, p. 48.

<sup>1016</sup> Vejam-se as duas cartas que escreveu, de Diu, a 4-V-1546, pub. parcialmente por António Baião – *Hist. Quinhentista*, pp. 182-187, e a 1-VII-1546, pub. *Hist. Quinhentista*, pp. 187-193.

<sup>1017</sup> Carta sem data, *OCDJC*, III, p. 22.

<sup>1018</sup> Carta de 5-V-1546, *Hist. Quinhentista*, p. 153.

<sup>1019</sup> Publicado em *OCDJC*, III, pp. 159-162 – todas as citações feitas de seguida são retiradas destas páginas, evitando a repetição de citações.

<sup>1020</sup> João Gouveia Monteiro e José Eduardo Braga (trad.) – *Vegécio...*, cit., pp. 325-329.

<sup>1021</sup> Nicolau Maquiavel – *A Arte da Guerra*, trad. de David Martelo, Lisboa: Edições Sílabo, 2010, pp. 210-212

<sup>1022</sup> Fernando Oliveira – *Arte da Guerra no Mar. Estratégia e guerra naval no tempo dos Descobrimentos*. Lisboa: Edições 70, 2008, pp. 133-134.

que não conhecemos qualquer equivalente para outras operações de assédio ou defesa de praça durante esta centúria.

Estas «Lembranças» assumem a forma de ordens concretas sobre a maneira de organizar a defesa de Diu, distribuir os soldados e preparar os combates. Um dos primeiros pontos chamava a atenção para o perigo das saídas fora da fortaleza durante o cerco. A configuração do próprio forte, sem revelins, impedia que os portugueses tivessem algum ponto de apoio para recuar e evitar que o eventual ataque corresse mal, como efectivamente aconteceu na desastrosa saída de Setembro, onde vários fidalgos perderam a vida e D. Álvaro de Castro ficou ferido com gravidade devido a uma pedrada que levou no capacete. Para evitar problemas, Castro recomendava retirar da fortaleza todos os que não fossem soldados ou que não lhes dessem apoio directo, ironizando que «[...] os menynos chorão e as mulheres carpem se e os velhos dão maos conselhos». Note-se aqui a provável influência de Vegécio, que defendia que «[...] aqueles que, devido à sua idade ou sexo, são inaptos para combater, são frequentemente deixados fora de portas por causa das necessidades de alimentação para que a escassez não aflija os homens armados por meio dos quais as muralhas são defendidas»<sup>1023</sup>. No caso do assédio a Diu, o capitão não teve capacidade ou sequer oportunidade para esvaziar a fortaleza dos elementos inactivos, visto que a rapidez com que o cerco começou, e em tempo de monção, impediu tal. Paralelamente, Castro dava grande atenção à disposição dos homens nos baluartes e à organização dos turnos, procurando que ficassem defendidos durante todo o tempo e que não fossem apanhados em ataques de surpresa, chegando até a indicar que os soldados deveriam apenas vestir «calças, jubão e sua coura» e dormindo com a arma pronta. O Capitão-mor dava também grande destaque às armas de fogo portáteis (ditos *arcabuzes*, enquanto sinónimo de espingarda), decidindo que todos os soldados «que estão em gornycão» as deveriam usar.

Para lá destas alusões, o documento tem valor pelas múltiplas referências que contém sobre o uso da artilharia, o seu posicionamento e utilização. De uma forma prática, Castro identificava as bocas de fogo mais aptas, ou seja, pedreiros, camelos e falcões encarretados, para serem utilizadas «por través», e peças “grossas”, como leões, serpes e esperas, por poderem usar cargas maiores ou menores de pólvora, conforme o objectivo. Para ampliar o efeito destas peças, recomendava-se o uso de lanternas ou rocas, isto é, projecteis constituídos por metralha de toda a sorte, com especial destaque para pedras,

---

<sup>1023</sup> João Gouveia Monteiro e José Eduardo Braga (trad.) – *Vegécio...*, cit., p. 343.

pois «[...] mays ofemde lamterna destas, que se tira comtra gemte, que ho desparar de çem arquabuzes».

A dúvida causada pelo tipo de peças que o Governador refere, pela falta de padronização à época, é pouco relevante, pois o que interessa é a forma como Castro pretendia que o tiro fosse utilizado (*por través*), ou seja, de lado, visando a defesa da muralha. Mais adiante é bem explícito nesta ideia: a artilharia «[...] que estaa nas cortinas ofemde de rostro e não defemde a muralha, e esta tal ofemsa o dia d’oje não se ouserva, porque não tras nenhum proveyto comsyguo»; o que se procurava era que «a hum baluarte respomda ao outro». D. João de Castro referia ao tiro cruzado, prática emergente com as novas fortalezas abaluartadas (*alla moderna*) que surgiam sobretudo em Itália. O desenvolvimento das peças pirolísticas levava a que se trocasse os altos panos de muralha medieval por muralhas mais baixas do que estes, e que as torres quadradas ou redondas fossem substituídas por bastiões angulares, que permitiam sustentar verdadeiras plataformas de artilharia que defendessem as muralhas e impedissem a aproximação do inimigo.

Esta é a parte surpreendente das «Lembranças» e inovadora na prática portuguesa para a Ásia. Entendamos que Castro procurava aqui adotar um modelo de matriz de transição, já que a fortaleza de Diu, construída em 1535 e com vastas obras depois do primeiro cerco de 1538, não possuía uma estrutura apta para tal utilização, sendo sim uma das obras de arquitectura militar de transição entre as feitorias-fortalezas de raiz medieval, primeiramente construídas pelos portugueses, e os fortes com baluartes redondos e espaços previamente preparados para as bocas de fogo. Recorde-se que D. João de Castro tinha estado já em Ceuta, quando das reformas arquitectónicas que lhe viriam a conferir uma forma abaluartada, em 1543, tendo levado regimento régio para discutir a *traça* que Miguel de Arruda fizera para a cidade, o que revela que o futuro Capitão-mor do “Estado da Índia” já possuía conhecimentos (e fama de os ter) nesta área<sup>1024</sup>. Posteriormente, aquando da sua paragem em Moçambique a caminho de Goa, em 1545, as recomendações que fez para a construção de uma nova fortaleza vão ao encontro do modelo abaluartado, como referimos<sup>1025</sup>.

Já durante o período de guerra com Bijapur, no Verão de 1547, o Governador ordenara a construção de uma tranqueira fortificada, em Mardor, nas Terras Firmes de Goa, e que já mencionámos. O documento que refere este dispositivo defensivo é uma

---

<sup>1024</sup> Veja-se o nosso artigo «Entre Ceuta, Tânger e o Estreito...», cit., p. 497.

<sup>1025</sup> Cf. o que dissemos sobre isso na descrição da viagem de Castro, de Lisboa a Goa, em 1545.

certidão assinada por Francisco Pires, mestre de obras, que estivera envolvido na construção da frente abaluartada de Diu, e por António de Moraes, escrivão da tanadaria de Salcete (e futuro escrivão da feitoria de Goa), em que são descritas exaustivamente as obras realizadas<sup>1026</sup>. Uma das características da estrutura é que tinha «[...] nos cantos hũas pomtas saydas com seu emtulho em tryangulo que faz reveses que cada hum deles deffemde o pano do muro damba las partes tee os outros cantos com ameas metidas a vies hũas por outras muy seguras pera deffemder e proveitosas pera hoffemder». Tal remete-nos para o desenho da muralha abaluartada de Diu e para as mencionadas «Lembranças». O Capitão-mor voltava a insistir na aplicação do tiro cruzado, permitindo uma defesa mais eficiente através de uma construção que rentabilizasse o uso das armas de fogo. Tão ou mais relevante é o facto do próprio D. João de Castro ter dado «[...] a forma e ordem dela»<sup>1027</sup>, demonstrando novamente um vasto conhecimento na área militar. O filho não lhe ficaria atrás nesta área, pois o pai elogiava-o numa carta onde menciona estas obras, dizendo que «follguy muyto com o debuxo que me mandastes e muyto mais com o[s] termos de jumetrya com que o decraraes»<sup>1028</sup>. Pires diz-nos ainda que a obra se fez em apenas quinze dias, um feito considerável, tendo em conta que os efeitos da monção ainda se faziam severamente sentir nesse mês.

Assim, o que encontramos expresso no percurso de Castro, desde o conhecimento demonstrado (por suposição) em Ceuta e (explicitamente referido) em Moçambique, até às recomendações feitas a Mascarenhas durante o cerco de Diu e à estrutura da tranqueira fortificada em Salcete, é a influência directa dos novos avanços da arte militar desenvolvidos nas primeiras décadas do século XVI.

Outra prova deste mesmo “modernismo” militar é dado pela reinstauração das *ordenanças* enquanto estrutura organizativa de combate dos portugueses, ou seja, dos corpos mistos de espingardeiros e lanceiros, replicando o modelo em voga na Europa<sup>1029</sup>. A simbiose táctica, que o pique e as armas de fogo portáteis representavam, adequava-se às necessidades militares de Castro. O Governador voltava à tentativa de imposição deste modelo, que tivera algum sucesso com Albuquerque na segunda década de Quinhentos,

---

<sup>1026</sup> Certidão de Agosto de 1547: Biblioteca da Ajuda, 51-VII-19, fls. 232r-v, publicado por Sousa Viterbo – *Dicionário histórico...*, cit., vol. II, pp. 301-302.

<sup>1027</sup> *Ibidem*, p. 301.

<sup>1028</sup> Carta de 13 de Agosto de 1547, *CartasDJC*, p. 336. Note-se que no mesmo dia, Castro mandava outra carta ao filho, com mais recomendações sobre a construção da cava da tranqueira, mostrando, mais uma vez, a sua preocupação com o traçado do dispositivo defensivo – pub. *OCDJC*, III, p. 435.

<sup>1029</sup> Sobre a evolução das tácticas militares europeias nos finais do século XV e inícios do XVI, recomendamos o artigo de Clifford J. Rogers – «Tactics and the face of battle», cit., pp. 203-235.

mas que fora logo abandonado pelo seu sucessor, Logo Soares de Albergaria. Leonardo Nunes e Gaspar Correia, cronistas coevos, dão-nos largas descrições dos exercícios feitos em Goa<sup>1030</sup>, e Bastião Coelho fez o mesmo em Baçaim, em meados de 1547, afirmando «[...] que Vosa Senhoria mandou a gente [realizar]»<sup>1031</sup>. O recém-empossado tanadar-mor da região informava ainda que treinava os homens para que estes estivessem aptos a fazer formaturas em caracol e, posteriormente, em esquadrão fechado<sup>1032</sup> – modelos advindos, mais uma vez, das Guerras de Itália.

Estas influências também se descortinam na designação de «coronel», que o Capitão-mor deu a D. Álvaro de Castro enquanto capitão de infantaria<sup>1033</sup>, um termo raramente usado então em Portugal, e que reforça a tendência *italianizante* da guerra<sup>1034</sup>. O autor das *Lendas da Índia* ainda nos dá outra pista para esta mesma tendência: de acordo com o seu relato, D. João de Castro ficara exaltado ao saber da saída fora da fortaleza de Diu durante o cerco, chegando a lamentar não ter os poderes que os capitães de Itália possuíam, caso contrário mandaria decapitar D. João de Mascarenhas por não respeitar o que preconizara nas «Lembranças»<sup>1035</sup>. Mesmo duvidando da veracidade deste episódio, tal revela as notícias da brutalidade e da violência deste conflito europeu que chegavam ao “Estado da Índia”.

Apesar das referências arroladas, falta-nos analisar se a restauração das *ordenanças* foi obra directa de D. João de Castro, enquanto estratégia da sua governança ou se cumpriu ordens régias. Como dissemos, desconhecemos o regimento entregue por D. João III a este governador, e poucas são as pistas que nos permitem reconstituir o seu conteúdo. Na questão militar, não temos qualquer documento que nos permita supor quais as medidas concretas que o monarca lhe pedia no seu regimento, excepção feita à tentativa de abolição das *mesas* e que já analisámos. Por exemplo, Gaspar Correia menciona frequentemente as directivas mandadas de Lisboa, mas apenas alude à questão das *ordenanças* por ordem do Capitão-mor, o que se verifica também na crónica de Leonardo

---

<sup>1030</sup> Por exemplo, *CJDC*, pp. 156 e 160 e *Lendas*, IV, p. 595 para as *ordenanças* organizadas no Verão de 1547.

<sup>1031</sup> Carta a Castro, de 8-VIII-1547, pub. *CSL*, 3, p. 533.

<sup>1032</sup> *Ibidem*.

<sup>1033</sup> Encontramos esta referência em duas em cartas não datadas, mas referentes às campanhas de Goa, em 1547-1547: *OCDJC*, III, p. 567 e *ARSI*, *Goa* 38, fl. 339r-339v («Declarey dom Alvaro por coronel da Infantaria»).

<sup>1034</sup> Sobre este cargo, veja-se a descrição de Luís Costa e Sousa – *Construir e desconstruir a Guerra...*, cit., p. 431. Cristóvão Leitão e Bartolomeu Ferraz de Andrade foram dos únicos capitães a receberem este cargo, e estiveram ambos ligados à imposição de *ordenanças* no Reino, na década de 1520, sendo veteranos das Guerras de Itália – veja-se Jean Aubin – «Le capitaine Leitão...», cit., pp. 322, 325, 368

<sup>1035</sup> *Lendas*, IV, p. 527.

Nunes. Miguel Rodrigues escrevera ao rei que Castro exercitava os homens em muitos batalhões de homens de cavalo por lhe parecer que assim preparava a guerra contra Bijapur e que os *lascarins* andavam entusiasmados ao verem que «[...] ho governador tanto folgava com enxerçitar e renovar as cousas da gerra que tam esquecidas estavam»<sup>1036</sup>. Nas poucas cartas que subsistem da autoria do Capitão-mor do “Estado da Índia” ao rei, nunca é mencionada explicitamente a reinstauração das *ordenanças*, mas que orientou os cavaleiros, «[...] exercitando os em batalhas, escaramussas, siladas e outras artes de guerra»<sup>1037</sup>. Nas posteriores campanhas empreendidas, Castro descrevera a organização dos homens no terreno, em «esquadrões», termo que, ao longo do século XVI, passara a ser dominante por influência da prática militar da vizinha Castela<sup>1038</sup>.

Neste sentido, tal como a primeira experiência das *ordenanças* na Ásia adveio da iniciativa e do dinamismo pessoal de Afonso de Albuquerque<sup>1039</sup>, cremos também que a tentativa levada a cabo por D. João de Castro terá tido um cunho pessoal, como já foi proposto por Vitor Luís Gaspar Rodrigues<sup>1040</sup>. O seu conhecimento nas matérias bélicas levou-o a replicar o modelo da combinação do pique e da espingarda, como forma de reorganizar a estrutura militar portuguesa, combatendo a dispersão dos homens através do seu enquadramento numa disposição rígida de combate. Contrariamente ao que aconteceu no período de Albuquerque, não detectamos uma oposição interna que justificasse a dissolução destes corpos de *ordenança* após a morte do Capitão-mor e Governador. Na realidade, as prolongadas campanhas e a conseqüente falta de liquidez financeira para pagar os soldos e mantimentos terão sido os factores que mais minaram a reforma, motivando que os sucessores de Castro não retomassem as *ordenanças*. Somente algumas décadas depois é que a Coroa viria a enviar o vice-rei D. Luís de Ataíde com ordens para impor sistematicamente esta medida<sup>1041</sup>.

O (parcial) sucesso das *ordenanças* no “Estado da Índia” durante o governo de D. João de Castro leva-nos naturalmente a olhar com novos olhos a lei das *ordenanças* sobre

---

<sup>1036</sup> Carta de 24-XI-1546, pub. *Hist. Quinhentista*, p. 232 (republicada por Luís de Albuquerque e José Pereira da Costa – «Cartas de «Serviços»...», cit., p. 369).

<sup>1037</sup> *OCJDC*, III, p. 282.

<sup>1038</sup> Cf. Luís Costa e Sousa – *A arte na guerra. A arquitectura dos campos de batalha no Portugal de Quinhentos*. Lisboa: Tribuna da História, 2008, pp. 127-129. Exemplos do uso do termo por D. João de Castro em cartas ao rei de 16-XII-1546, *OCDJC*, III, p. 308 e de c. 1547 – ARSI, *Goa* 38, fl. 84.

<sup>1039</sup> Não temos qualquer indício de que a Coroa tenha tomado esta iniciativa; bem pelo contrário: os vários apelos de Albuquerque para o envio de veteranos que sabiam organizar companhias à Suíça parece demonstrar a sua própria vontade e sugestão em aplicar-se este modelo. Sobre estas primeiras *ordenanças* veja-se Vitor Luís Gaspar Rodrigues – *A evolução da arte da guerra...*, cit., pp. 177-187;

<sup>1040</sup> *Ibidem*, p. 245.

<sup>1041</sup> Cf. Nuno Vila-Santa – *Entre o Reino e o Império...*, cit., pp. 135-136.



os cavalos e armas, promulgada no Reino, em Agosto de 1549. Concretizemos: D. João III determinará, a partir desse ano, «obrigações militares gerais, declarando recrutáveis todos os homens entre os 20 e os 65 anos de idade»<sup>1042</sup>. A obrigatoriedade da posse de cavalo e armamento condizendo com o respectivo estatuto (avaliado pelo valor da sua fazenda) procurava originar um recrutamento generalizado que, por si, dava forma a uma força militar a caminho do exército profissional. A aplicação desta lei, permitiria estruturar os corpos de *ordenanças*, ultrapassando a tentativa falhada da década de 1520<sup>1043</sup>. O momento temporal escolhido pelo rei para promulgar esta lei não nos parece mera coincidência. O facto dele ter, muito provavelmente, apoiado a decisão de D. João de Castro, de instaurar as *ordenanças* no “Estado da Índia”, dando conta à Câmara de Goa que aprovava e folgava muito «[...] do bom costume que dizeis que o Guovernador tem posto de mandar exercitar os cavaleiros nos actos e cousas da guerra»<sup>1044</sup>, leva-nos a propor que o desenrolar das campanhas de 1545-1548 possa ter influenciado, com algum grau de relevância, a opção de publicar esta legislação. Repare-se que, pelo ritmo anual da Carreira da Índia, D. João III só obteve notícias da morte de Castro e do fecho das suas campanhas no Verão de 1549, ou seja, pouco tempo antes da promulgação da dita lei das *ordenanças*, o que poderá levar a crer numa correlação inter-factual.

Esta relativa independência e iniciativa governamental remete-nos para outra questão militar: o incremento da construção naval<sup>1045</sup>. Recordemos que, ao chegar a Goa, em Setembro de 1545, o novo Capitão-mor procedeu a uma vasta reestruturação do Armazém e da Ribeira das Naus, concertando e recuperando os navios apodrecidos que aí se encontravam por varar<sup>1046</sup>. Do ponto de vista da política naval, e conforme alguns investigadores já notaram, D. João de Castro preconizava o investimento na construção de navios de alto bordo<sup>1047</sup>. Defendera esta ideia durante a sua primeira experiência no

---

<sup>1042</sup> Seguimos Joaquim Romero Magalhães, um dos únicos autores que chamou a atenção e que se debruçou sobre esta legislação: «A guerra: os homens e as armas» in José Mattoso (ed.) – *História de Portugal*. Vol. 3: *No alvorecer da modernidade* – coord. Joaquim Romero Magalhães. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, pp. 104-105. A lei está publicada por Christovam Ayres de Magalhães Sepulveda – *História Orgânica e Política do Exército Português. Provas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1906, vol. III, pp. 169-174.

<sup>1043</sup> Relembremos que esta medida não teve os efeitos pretendidos e que as *ordenanças* só viriam a impor-se definitivamente no reinado de D. Sebastião.

<sup>1044</sup> Carta de D. João III à Câmara de Goa, de 16-XI-1547, pub. *APO-CR*, faz. 1, p. 1, n.º 13, p. 26.

<sup>1045</sup> Sobre este tema, veja-se o que diz José Alberto Leitão Barata – *Os Senhores da Navegação. O domínio português dos Mares da Ásia por meados do século XVI*. Cascais: Câmara Municipal, 2003, pp. 113-138 e S. Jeyaseela Stephen – «Portuguese Nau: a study of the cargo ship in the Indian Ocean region during the sixteenth century» in K.S. Mathew (ed.) – *Ship-building and Navigation in the Indian Ocean Region AD 1400-1800*. New Delhi: Munshiram Manoharlal Publishers, 1997, pp. 66-70.

<sup>1046</sup> Remetemos para o que escrevemos sobre isso na segunda parte e, por todos, a carta de Castro ao rei, de 16-XII-1546, *OCDJC*, III, pp. 317-318.

<sup>1047</sup> Veja-se Vitor Luís Gaspar Rodrigues – «A “reformação” das estruturas militares...», cit., pp. 140-141.

“Estado da Índia”<sup>1048</sup>, e tomou medidas quando lá chegou como Governador. Em carta ao rei, o Capitão-mor informava que mandara construir 10 caravelas: duas em Baçaim, Chaul e Goa e quatro em Cochim<sup>1049</sup>. Voltava então a reforçar o parecer de que se deveria evitar a construção de galés, pelo elevado custo e por requererem muita gente para a sua operacionalidade, dispondo ele de poucos homens para este fim<sup>1050</sup>. Tal sucedeu durante o socorro de Diu, quando Castro não levou galés na armada de Setembro, justificando-se, de acordo com o testemunho de Miguel Rodrigues, com os «[...] gastos dos muitos marinheiros que pera elas são necessários»<sup>1051</sup>.

Seja-nos permitido duvidar se esta medida terá advindo apenas da própria iniciativa de D. João de Castro ou se era já opinião corrente em Goa. Pero de Faria, em carta a D. João III, menciona explicitamente que o novo Capitão-mor «[...] ouve conselho dos navyos que faria pera defendimento dos jmyguos», revelando que optara pelas caravelas por serem navios que levavam «pouqua jemte» e custavam menos<sup>1052</sup>. Por sua vez, na missiva que enviava ao monarca, Castro referia que reformara a armada em Goa, depois de ter determinado tal «[...] com parecer de muitos fidalgos, capitães, oficiais de Vossa Alteza»<sup>1053</sup>. Assim, parece que estas ideias eram partilhadas por várias outras personalidades com destaque na administração do “Estado da Índia”, conscientes do problema da falta de homens e das necessidades criadas pelo uso das galés.

Encontramos referências sobre a construção das caravelas de Cochim pela mão de Rui Gonçalves de Caminha, em Fevereiro de 1547, dando conta de que mandava apertar os contratadores para que acabassem as que se tinham começado aí<sup>1054</sup>. Tal menção comprova, como já fora mostrado por outros investigadores, a existência de contratos de

---

<sup>1048</sup> Carta sem data, de final de 1539, a D. João III, pub. *OCDJC*, III, p. 22.

<sup>1049</sup> Apenas possuímos a cópia da carta, de Setembro de 1545, na *CVRDJC*, p. 401.

<sup>1050</sup> *Ibidem*, p. 402. José Virgílio Pissarra fala mesmo numa antipatia que D. João de Castro tinha para com as galés, justificando o seu desprezo por estas embarcações; não pomos de lado a existência desta animosidade por parte de Castro – «Navios de remo» in Francisco Contente Domingues (coord.) – *História da Marinha Portuguesa. Navios, marinheiros e arte de navegar, 1500-1668*. Lisboa: Academia de Marinha, 2012, p. 86. Veja-se que o uso das galés já era criticado desde os primeiros tempos da presença portuguesa na Ásia, como se comprova na carta de António Real a D. Manuel, de 15-XII-1512: Raymundo António de Bulhão Pato (ed.) – *Cartas de Affonso de Albuquerque seguidas de documentos que as elucidam*. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1903, vol. III, pp. 349-350.

<sup>1051</sup> Carta a D. João III, de 24-XI-1546, Luís de Albuquerque e José Pereira da Costa – «Cartas de «Serviços»...», cit., p. 370.

<sup>1052</sup> Carta de 8-X-1545, *Ibidem*, p. 355.

<sup>1053</sup> *CVRDJC*, p. 401.

<sup>1054</sup> Em Maio de 1546, Henrique de Sousa Chichorro escrevia a Castro, de Cochim, que estavam prontas duas caravelas (carta de 10-V-1546, *CSL*, 2, pp. 241-242), referindo uma terceira, passado umas semanas (carta de 15-V-1546, *CSL*, 2, p. 268); Gaspar Luís da Veiga também informava o Governador que duas caravelas estavam prontas e que faltavam calafates para terminar uma terceira (carta de 7-VIII-1546, *CSL*, 2, p. 294); a carta de Rui Gonçalves de Caminha é de 25-II-1547, *OCDJC*, III, p. 370.

empreitada para a construção naval no “Estado da Índia”, neste período. Para além da Coroa possuir o monopólio na organização do serviço naval, reconhecemos aqui uma prática que viria a ser cada vez mais comum na segunda metade do século XVI, procurando desmultiplicar o esforço de construção dos navios e até talvez baixar os custos de tal operação<sup>1055</sup>. Desconhecemos quem eram os privados responsáveis por estes contratos ou os termos das adjudicações, sendo certo que trabalhariam nos estaleiros régios ou nas suas proximidades.

As mercês concedidas por D. João de Castro registam também várias licenças (cerca de 40) para construir ou comprar navios para uso pessoal. O Capitão-mor autorizou a construção de 20 fustas, 18 navios de alto bordo, 2 navios pregadiços<sup>1056</sup> e 2 juncos a vários portugueses que, pelos nomes, nos parecem ser, na sua maioria, *casados*<sup>1057</sup>. A maioria destas embarcações (28) deveria ser construídas no Malabar, «fora dos limites [defesos]», ou seja, em local autorizado para tal<sup>1058</sup>. Três delas seriam feitas em Ceilão (incluindo uma nau, o que revela a capacidade da ribeira de Colombo) e duas (uma fusta e um «navio de alto bordo») na «Costa da Índia», abrindo o leque até, supomos, à Província do Norte. Uma das mercês refere explicitamente que, em caso de compra da fusta, a aquisição deveria ser realizada «se não for de mouro ou gentio», respeitando-se a transacção de material defeso a gente não cristã<sup>1059</sup>. Tais concessões são compreensíveis como forma de retribuição de serviços prestados (21 homens viam reconhecidos os feitos realizados durante o segundo cerco de Diu), mas também como meio de assegurar que estes navios pudessem ser utilizados pela Coroa em caso de necessidade. Confirma-se, pois, que a construção de navios para fins particulares estava dependente de autorização oficial, ou seja, de delegação do poder régio. Por exemplo, foi concedida licença a Francisco de Sequeira para a construção de uma fusta, ainda que já tivesse adquirido a madeira, visto que careceria da respectiva autorização<sup>1060</sup>. A acção deste Capitão-mor pode ter aumentando o controlo sobre esta construção naval, visto que no final de 1545 o vigário Miguel Vaz se queixava ao rei de que durante a sua estadia em Goa (entre 1533-

---

<sup>1055</sup> Sobre os contractos de construção e reparação de navios, assunto largamente ignorado pela historiografia, veja-se José Virgílio Pissara – *O Galeão Português...*, cit, pp. 336 e seguintes.

<sup>1056</sup> É o termo utilizado na documentação da época, referente a um navio construído com recurso a material de ferro para o sustentar, como pregos, em oposição aos navios construídos sem esta técnica, comum no Oceano Índico.

<sup>1057</sup> Estas mercês encontram-se espalhadas pelo *Livro das Mercês*; note-se que seis licenças são emitidas para a construção de «navios de alto bordo» e outras seis para «navios», sem especificar o tipo de embarcação, tendo este último caso sido interpretado como navio de alto bordo.

<sup>1058</sup> Veja-se a mero título de exemplo, a licença dada a Gaspar Moreira, *LMercês*, fl. 119r.

<sup>1059</sup> Licença dada a Francisco Mendes, *Ibidem*, fl. 135r.

<sup>1060</sup> *Ibidem*, fl. 122r.

1545) as embarcações eram levantadas mesmo se «na Imdea se defemdeo aos homens [que] nam fizesem navios»<sup>1061</sup>.

Apesar dos registos nos indicarem o uso pessoal dos navios, como no caso de Fernão Peres de Andrade, autorizado a fazer ou comprar uma fusta no Malabar, e ir nela a Bengala em 1548<sup>1062</sup>, este tipo de concessões reforçavam o poder do Governador, e em última instância, do monarca. Os vários pedidos de homens e de navios durante o socorro a Diu, e a dependência destes meios para o envio do socorro, demonstravam uma das fragilidades do “Estado da Índia”. A presença portuguesa continuaria a depender destes meios particulares, cedidos temporariamente para operações e campanhas específicas. Por exemplo, na armada de socorro do primeiro cerco de Diu, em 1538, participaram mais de uma centena de navios, incluindo quase 50 fustas e catures, certamente de privados<sup>1063</sup>. Mas vejamos, no quadro seguinte, outros exemplos para as campanhas de D. João de Castro:

**Quadro 4**  
**Embarcações mobilizadas para a guerra (1546-1548)<sup>1064</sup>**

<b>Campanha</b>	<b>Composição da armada</b>
Bloqueio de Dabul (início 1546)	12 fustas e catures
Cerco de Diu (Abril-Novembro 1546)	83 fustas e catures, 7 caravelas, 3 galeões
Primeira ida ao Norte (final 1547)	120 navios de remo, 2-4 galeões
Segunda ida ao Norte (início 1548)	50 fustas
Expedição a Adem (Fevereiro 1548)	29 fustas, 1 caravela

Fontes: ARSI, *Goa 38*, fl. 83; Roger Lee de Jesus – *O Segundo Cerco de Diu...*, cit., pp. 82-84, 102-108, 124-127; *CDJC*, pp. 174-175, 221; *Lendas*, IV, pp. 444, 606; *Diário*, p. 35.

Como se pode facilmente observar, a tentativa de reforçar a construção de caravelas não teve um resultado imediato e nem revelou ter um papel central durante as campanhas organizadas, excepto para o caso do socorro enviado em Setembro de 1546 a Diu. O seu sucessor, Garcia de Sá, investiu até na construção de galeões (tendo mandado

<sup>1061</sup> *DHMPPPO*, III, p. 232.

<sup>1062</sup> *LMercês*, fl. 120v.

<sup>1063</sup> Rol publicado por José Virgílio Pissarra – *Portugal e o Desenvolvimento das Marinhas Oceânicas...*, cit., pp. 423-430.

<sup>1064</sup> Anote-se que a escassez de referências não nos permite identificar quantas embarcações é que foram cedidas por particulares ou pertenciam ao “Estado da Índia”.

executar 8 a 10), e um rol da armada desse período conta apenas 7 caravelas nos 30 navios aí enunciados<sup>1065</sup>.

O profícuo uso de navios de vela e remo durante o governo de D. João de Castro reforça a ideia de uma «[...] recuperação extemporânea dos navios de remo em Portugal»<sup>1066</sup> e do que se convencionou chamar de processo de “orientalização” das armadas da Índia<sup>1067</sup>, isto é, do já referido gradual abandono dos navios de alto bordo, preferindo os navios de remo por apresentarem nítidas vantagens nas zonas costeiras e nas operações que implicavam uma maior capacidade de manobra e de movimentação em locais de baixo calado<sup>1068</sup>.

Do que fomos mostrando nestas páginas podemos afirmar que D. João de Castro imprimiu um cunho pessoal ao seu governo do “Estado da Índia”. Desempenhou o seu papel de Capitão-mor e Governador aplicando muito da sua experiência pessoal militar, a par dos conhecimentos da época, em mais de vinte anos ao serviço da Coroa. No entanto, até que ponto é que Castro possui um percurso singular, diferente do dos seus antecessores? Dos três vice-reis e nove governadores que antecederam D. João de Castro, todos tinham experiência militar adquirida, antes do exercício do cargo máximo do “Estado da Índia”, quer na própria Ásia, quer no Norte de África ou até nas guerras contra Castela<sup>1069</sup>.

Martim Afonso de Sousa é a personalidade cujo percurso, em parte, mais coincide com o caso aqui em estudo. Efectivamente, para além duma educação feita à sombra do Paço Ducal de Vila Viçosa<sup>1070</sup>, este foi o único governador da primeira metade do século XVI, que, tal como o próprio D. João de Castro, combateu num exército doutra nacionalidade em contexto europeu<sup>1071</sup>. Como sabemos, Martim Afonso esteve integrado nas forças de Carlos V, em 1524, quando da sua expedição à Provença, no Sul de França<sup>1072</sup>. Apesar de o Imperador estar ainda nos primeiros anos do seu longo reinado, e

---

<sup>1065</sup> *Ibidem*, pp. 441-444.

<sup>1066</sup> José Virgílio Pissarra – «Navios de remo», cit., p. 93.

<sup>1067</sup> Veja-se também Vitor Luís Gaspar Rodrigues – *A evolução da arte da guerra...*, pp. 251-271, e do mesmo autor «A “orientalização” das armadas...», cit., pp. 205-214.

<sup>1068</sup> José Virgílio Pissarra – «Navios de remo», cit., p. 90.

<sup>1069</sup> Veja-se a análise do perfil no estudo de Mafalda Soares da Cunha e Nuno Gonçalo Monteiro – «Vice-reis, governadores e conselheiros...», cit., pp. 98 e 101.

<sup>1070</sup> Alexandra Pelúcia – *Martim Afonso de Sousa e a sua linhagem...*, cit., pp. 80-81.

<sup>1071</sup> Para além de Castro e de Martim Afonso, denotamos apenas D. Luís de Ataíde com experiência europeia, tendo participado, junto de Carlos V, na batalha de Muhlberg, em 1548 – veja-se Nuno Vila-Santa – *Entre o Reino e o Império...*, cit., pp. 94-99.

<sup>1072</sup> Alexandra Pelúcia – *Martim Afonso de Sousa e a sua linhagem...*, cit., pp. 114-116.

com pouca experiência militar à época<sup>1073</sup>, o futuro Governador do “Estado da Índia” pôde acompanhar e participar numa campanha com uma certa dimensão que, para além de o ter ligado ao próprio Imperador, o colocou na presença de grandes militares, como, por exemplo, o herdeiro do Duque de Alba. O mesmo aconteceria uma década depois, com a participação de Castro na expedição de Tunes, em 1535. Note-se que, ao longo da sua carreira no “Estado da Índia”, Martim Afonso de Sousa também demonstrou ter um avançado conhecimento militar. A título exemplificativo, relembre-se a sua ida, com quarenta homens de cavalo, em apoio do sultão do Guzerate, Bahadur Shah, em 1535. Segundo Gaspar Correia tratou-se dum exercício de guerra que relembra uma estrutura de *ordenança*, mas que Martim Afonso de Sousa nunca chegou a aplicar enquanto capitão-mor e governador<sup>1074</sup>. A fama que acumulou neste campo até lhe valeu comparações com o próprio Deus romano Marte, tais foram os sucessos acumulados enquanto Capitão-mor do Mar da Índia<sup>1075</sup>.

Apesar das muitas cartas que deixou, onde demonstra um apurado olhar crítico e radiográfico da situação do “Estado da Índia”, Martim Afonso, assim como qualquer um dos seus antecessores, não deixou nenhum registo documental com valia semelhante às «Lembranças» de D. João de Castro durante o segundo cerco de Diu. A conjugação deste conhecimento à restauração das *ordenanças*, é demonstrativo daquilo que este Capitão-mor sabia e do que procurava aplicar em Goa e noutras fortalezas, como em Baçaim e Diu, pontos-chave da presença militar e económica dos portugueses. A governança de D. João de Castro visou sobretudo reforçar o controlo sobre os homens de armas, enquadrando-os numa estrutura militar que rentabilizasse a sua efectiva presença nas fileiras do “Estado da Índia” e, juntamente com a tentativa de redinamizar a construção de navios de alto bordo, garantir um potencial de superioridade militar que, como veremos de seguida, os portugueses tinham vindo a perder paulatinamente.

---

<sup>1073</sup> Veja-se o testemunho do próprio, dado na biografia de Geoffrey Parker – *Emperor...*, cit., pp. 145-146.

<sup>1074</sup> Alexandra Pelúcia – *Ob. cit.*, pp. 164-165 e *Lendas*, III, p. 654

<sup>1075</sup> Alexandra Pelúcia – *Ob. cit.*, p. 174.



## CAPÍTULO 7

### A “REVOLUÇÃO MILITAR” E O “ESTADO DA ÍNDIA”

O presente capítulo procura debater o conceito de “revolução militar” no contexto militar europeu e compreender se pode ser aplicado à realidade portuguesa na Ásia Quinhentista. Na primeira parte pretendemos sumariar o debate tido nas últimas décadas sobre este conceito operativo e compreender até que ponto a história militar “Estado da Índia” pode ser entendida à luz desta interpretação historiográfica. De seguida, discutiremos a existência de uma superioridade militar portuguesa, especialmente do ponto de vista terrestre. Por fim, voltaremos a analisar o governo de D. João de Castro, enquanto caso de estudo, para avaliar se esta superioridade militar subsistia e se poderá ser entendida como parte de uma “revolução militar” do período moderno.

#### **7.1. O conceito e a sua aplicabilidade ao caso português**

O debate, já antigo, sobre a existência de uma “revolução militar” no Ocidente Europeu, com início no século XVI, ganhou dimensão através da célebre obra de Geoffrey Parker, publicado em 1988: *The Military Revolution: military innovation and the rise of the West, 1500-1800*<sup>1076</sup>. Parker revia aí a tese proposta inicialmente por Michael Roberts, na década de 1950, segundo a qual teria existido uma “revolução militar” entre meados

---

<sup>1076</sup> Cambridge: Cambridge University Press, 1996, 2ª edição. Sobre o debate em torno da “revolução militar” apontamos a recente síntese de Stephen Morillo e Michael F. Pavkovic – *What is Military History?* Malden: Polity Press, 2013, 2ª ed., pp. 77-86 e Wayne E. Lee – *War: Conflict, Culture, and Innovation in World History*. Oxford/New York: Oxford University Press, 2016, pp.244-247 e 286-288, e ainda os amplos estudos em Clifford J. Rogers (ed.) – *The Military Revolution Debate. Readings on the Military Transformation of Early Modern Europe*. Boulder: Westview Press, 1995; foi recentemente publicado um pequeno livro que tenta rebater a teoria de Parker, pondo em causa a cronologia e a falta de uma visão mais global, mas que acaba por dar eco a críticas já antigas da tese: Frank Jacob and Gilmar Visoni-Alonzo – *The Military Revolution in Early Modern Europe. A Revision*. London: Palgrave Macmillan, 2016.



do século XVI e XVII considerando o século XVI como o período em que teriam ocorrido as principais inovações militares e invocando três eixos fundamentais: o surgimento de navios fortemente artilhados, a evolução do armamento de fogo com capacidade destrutiva e a evolução das fortalezas para as suas formas abaluartadas<sup>1077</sup>. A tese era desenvolvida com recurso a uma longa série de factores de causa-efeito, numa cadeia organizada que explicava e justificava a ascendência do Ocidente no Mundo.

Concretamente, o desenvolvimento da artilharia no século XV e a sua considerável melhoria (em termos qualitativos e quantitativos) fora responsável pela resposta arquitectónica das fortalezas abaluartadas; tal trouxera também o eclipse da cavalaria e o aparecimento de novas tácticas de combate, com especial destaque para o tiro sincronizado (*volley fire*), reproduzido com particular fulgor nos tercios espanhóis, onde a linha de combate que disparava o arcabuz ou mosquete era substituída pela segunda linha, que avançava e disparava, e assim sucessivamente; estas novas tácticas e as novas fortalezas exigiam guarnições maiores, justificando o crescimento exponencial dos efectivos militares a partir da centúria de Quinhentos. Tudo isto decorria do surgimento de uma forte estrutura estatal que, devido à necessidade de organizar e dispor uma força militar com estas dimensões, dava origem ao Estado fiscal e, de certa maneira, ao Estado Moderno<sup>1078</sup>. O coração de todas estas novidades era a Europa Ocidental, verificando-se estas alterações sobretudo em Espanha, Itália, França e nos Países Baixos<sup>1079</sup>.

A tese então apresentada foi imediatamente esmiuçada, desenvolvida ou rebatida por investigadores que aplicavam, por vezes, o termo *revolução militar* sem reflectir no próprio conceito e sem atender à variedade do processo<sup>1080</sup>. Geoffrey Parker aventurava-se também, no mesmo livro, numa reflexão global que ajudava a explicar o sucesso expansionista europeu, invocando sobretudo o poder destrutivo das armadas e a replicação parcial do modelo europeu de guerra pelo Mundo, como por exemplo, com a utilização da fortaleza abaluartada. O desenvolvimento naval era entendido como um

---

<sup>1077</sup> Geoffrey Parker – *The Military Revolution...*, cit., p. 159. Tenha-se em conta que entre a segunda metade do século XVI e até ao século XVIII as inovações militares são marginais – cf. Bert S. Hall – *Weapons and warfare...*, cit., p. 216.

<sup>1078</sup> Geoffrey Parker – *The Military Revolution...*, cit., p. 24.

<sup>1079</sup> *Ibidem*.

<sup>1080</sup> Veja-se a crítica de Jeremy Black – *Guerra. Uma breve história*. Lisboa: Dom Quixote, 2013, p. 98.

vector importante que permitira, conforme a formulação de Parker, uma superioridade tecnológica e militar que, por sua vez, garantira a hegemonia europeia<sup>1081</sup>.

Todavia, qualquer que seja a perspectiva e o espaço de análise, a existência de uma “revolução militar”, quer enquanto realidade histórica, quer como teoria historiográfica, enferma sempre de um leitura centrada num determinismo tecnológico. Efectivamente, pressupõe que o novo poder de fogo advindo da pólvora seria responsável pelas grandes transformações militares e até políticas da Época Moderna. Para além dos próprios problemas epistemológicos trazidos por uma leitura desta natureza, a tese de Parker falhava por se configurar numa análise globalizante, mas com uma visão eurocêntrica, abrangendo efeitos na longa duração (cerca de trezentos anos) que acabavam por mostrar uma grande variedade de desenvolvimentos passíveis de ser explicados por uma cadeia demasiado coesa de acontecimentos, isto é, um leitura de eventos encadeados que eram compreendidos numa lógica de continuidade cujos respectivos motivos e causas nem sempre podem ser interligados e compreendidos de uma só forma.

No caso português, a história da sua expansão enquadrava-se nesta tese de uma maneira prática. Os portugueses seriam agentes da disseminação das novidades militares para o seu Império Marítimo, dando a conhecer o poder da pólvora, quer nos navios artilhados, quer nas peças de artilharia de estância dispostas nas fortalezas abaluartadas construídas em distantes paragens. Focava-se no poder naval português: por um lado, devido às grandes vitórias portuguesas na Ásia serem marítimas, e, por outro, atendendo a que os poucos recursos do Reino impediam que o “Estado da Índia” entrasse em grandes confrontos com forças terrestres. Encerrados nas suas fortalezas costeiras, que William R. Thompson apelida de “modelo veneziano”, os portugueses apostavam no domínio comercial e no controlo das redes mercantis, utilizando vastas vezes aliados locais para desencadear animosidades e para ganhar vantagens sobre outros potentados<sup>1082</sup>. A

---

<sup>1081</sup> Para além de Parker, veja-se também o artigo de George Raudzens, onde defende que este mesmo desenvolvimento naval foi mais importante do que qualquer “revolução militar” para explicar a conquista do hemisfério ocidental: «Military Revolution or maritime evolution? Military superiorities or transportation advantages as main causes of European colonial conquests to 1788», *Journal of Military History*, 63, July 1999, pp. 631-642.

<sup>1082</sup> William R. Thompson – «The Military Superiority Thesis and the Ascendancy of Western Eurasia in the World System», *Journal of World History*, 10-1, Spring, 1999, pp. 153-159, veja-se nas pp. 154-155 a sua interessante leitura da expansão veneziana e da sua aplicabilidade ao caso português, não esquecendo que os portugueses replicam inicialmente (e de forma parcial) o próprio modelo das fortalezas-feitorias ensaiado na costa ocidental africana que, por si, poderá já ser entendido como “veneziano”; sobre a utilização das guerras intestinas pelos portugueses, veja-se também João Marinho dos Santos – *A Guerra e as Guerras...*, cit., pp. 289-292.

introdução da violência e da guerra (que, em parte já existia) no comércio asiático pelos portugueses conferiu-lhes um papel de destaque enquanto novos peões num complexo jogo de tabuleiro que se estendia entre a Costa Oriental de África e o Extremo-Oriente<sup>1083</sup>. Contudo, tal não desvaloriza o pioneirismo naval português cujo poder de fogo aliado à sua capacidade de manobra lhe conferiu uma superioridade sem igual no Índico Ocidental e facilitou a sua intromissão nas redes comerciais<sup>1084</sup>. A artilharia embarcada (de qualidade superior e com um sistema consideravelmente padronizado para o período), usada com destaque nas descargas de flanco ou bordadas (ditas à época *surriadas*, em inglês *broadside*<sup>1085</sup>), com os navios em linha, explica a supremacia marítima portuguesa à época<sup>1086</sup>, estabelecendo assim o reino português como um dos primeiros poderes navais do período moderno<sup>1087</sup>. Foi, aliás, este mesmo domínio da pólvora que terá justificado a aproximação de aliados e facilitado as negociações, como sejam os casos de Cochim e Cananor, que viam com bons olhos o apoio dado pelo novo interveniente<sup>1088</sup>.

Paralelamente à ideia de Parker, P.J. Marshall defendeu que ao longo do século XVI a presença portuguesa se foi diluindo, sendo absorvida pela própria Ásia e passando os portugueses a participar no comércio e na política local, e não na tentativa de dominar a cena política numa perspectiva mais ampla<sup>1089</sup>. Esta interpretação foi, de certa forma, reaproveitada por outros investigadores. Explicitemos. A tese, já muitas vezes referida, da “orientalização” das armadas portuguesas, via neste processo o motivo para a estagnação das estruturas militares, justificando desta forma as sucessivas vitórias

---

<sup>1083</sup> Sobre esta mesma ideia da introdução portuguesa da guerra nas redes comerciais, cf. Ashan Jan Qaisa – *Indian Response to European Technology and Culture, AD 1498-1700*. New Delhi: Oxford University Press, 1988, pp. 14-17; mais recentemente Philippe Beaujard mostrou uma visão mais ponderada sobre esta questão: *Les mondes de l’océan Indien*. Paris: Armand Colin, 2012, vol. 2 – *L’océan Indien, au coeur des globalisations de l’ancien monde (7<sup>e</sup>-15<sup>e</sup> siècles)*, pp. 515-516.

<sup>1084</sup> Entre outros, veja-se o que diz Philip T. Hoffman – *Why did Europe conquer the world?*. Princeton/Oxford: Princeton University Press, 2015, p. 103 e Sanjay Subrahmanyam e Geoffrey Parker – «Arms and the Asian. Revisiting European firearms and their place in Early Modern Asia», *Review of Culture – Macau*, 26, 2009, pp. 12-42.

<sup>1085</sup> Sobre o conceito, o termo português e a sua utilização nos navios portugueses, veja-se José Virgílio Pissarra – *Portugal e o Desenvolvimento das Marinhas Oceânicas...*, cit., pp. 260-261.

<sup>1086</sup> John F. Guilmartin, Jr. – «The military revolution: origins and first tests abroad» in Clifford J. Rogers (ed.) – *The Military Revolution Debate...*, cit., pp. 315-318, Daniel R. Headrick – *Power over Peoples. Technology, Environments, and Western Imperialism, 1400 to the Present*. Princeton/Oxford: Princeton University Press, 2010, pp. 66-67 e José Virgílio Pissarra – *Portugal e o Desenvolvimento das Marinhas Oceânicas...*, cit., pp. 239-240.

<sup>1087</sup> Sobre o conceito de “poder naval” e a sua aplicação ao caso português, veja-se o artigo basilar de Francisco Contente Domingues – «O poder naval português: um conceito em discussão», *Revista de História das Ideias*, 30, 2009, pp. 275-292.

<sup>1088</sup> Philip T. Hoffman – *Why did Europe...*, cit., p. 96.

<sup>1089</sup> O artigo de P.J. Marshall ainda hoje contém uma proveitosa leitura da expansão militar europeia: «Western Arms in Maritime Asia in the Early Phases of Expansion», *Modern Asian Studies*, 14-1, February 1980, pp. 13-28.

neerlandesas na Ásia. André Murteira mostrou que este processo não explica na totalidade as razões da derrota, revendo aquilo que se dizia sobre uma “revolução militar” no contexto português asiático, no primeiro quartel do século XVII. Na realidade, a insuficiência da própria Carreira da Índia em reforçar militarmente o “Estado da Índia” foi paralelo às próprias derrotas portuguesas no Atlântico, assunto que necessita de ser analisado de forma comparada, isto é, observando as várias áreas de conflito entre portugueses e neerlandeses<sup>1090</sup>.

Apesar deste esforço recente, o conceito da “revolução militar” e a sua aplicabilidade no caso português, durante o século XVI, foram raramente discutidos ou debatidos em profundidade, sendo sobretudo usados como chavão para explicar o rápido sucesso do “Estado da Índia” nas primeiras décadas de Quinhentos<sup>1091</sup>.

Neste debate conceptual, a intensidade das campanhas entre 1545-1548, o investimento nas estruturas militares durante o mesmo período e a massa documental que subsiste tornam o governo de D. João de Castro num estudo de caso singular. A primeira questão que iremos analisar diz respeito à pretensa superioridade militar portuguesa na Ásia neste período face ao potencial dos potentados indianos com que o “Estado da Índia” se confrontava.

## **7.2. Uma questão de superioridade militar?**

Como dissemos, a superioridade militar é principalmente associada ao poder naval português e à acção destrutiva das armadas que patrulhavam algumas zonas do Índico e que defendiam as fortalezas. Tal noção coaduna-se paralelamente com aquilo que alguns investigadores têm visto como a manutenção de um desnível tecnológico por parte dos portugueses, isto é, com a tentativa de conservarem um conhecimento técnico militar superior e exclusivo, em especial no que toca ao armamento pirobalístico<sup>1092</sup>.

Contudo, algumas obras, e até uma certa opinião pública, continuam a pressupor que a prática militar na Ásia, do ponto de vista material e tático, era inferior à Europeia, desvalorizando ou ignorando qualquer outro potencial militar, conforme mostraram, por

---

<sup>1090</sup> André Murteira – *A navegação portuguesa na Ásia e na rota do Cabo e o curso neerlandês, 1595-1625*. Lisboa: tese de doutoramento apresentada à FCSH-UNL, 2016 e André Murteira – «A guerra naval luso-neerlandesa na Ásia no século XVII e a revolução militar», *Análise Social*, LIV-1, 2019 (n.º 230), pp. 58-80.

<sup>1091</sup> O único investigador que se debruçou de forma crítica sobre o assunto foi António Manuel Hespanha, na introdução ao volume da Nova História Militar que coordenou: Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (dirs.) – *Nova História Militar de Portugal*, cit., pp. 9-17.

<sup>1092</sup> João Marinho dos Santos – *A Guerra e as Guerras...*, cit., p. 255-258.

exemplo, Jeremy Black e recentemente J.C. Sharman<sup>1093</sup>. Esta ideia assenta numa quase homogeneização do eixo do Índico-Pacífico, ignorando que não se trata de um bloco uno e que, por exemplo, os sultanatos indianos não possuíam uma máquina administrativa coesa quanto a da China.

A velha concepção de que a chegada dos portugueses desencadeou uma revolução militar entendida como a introdução da artilharia europeia está largamente ultrapassada: não só já eram conhecidas a pólvora e os seus diversos usos em bocas-de-fogo, como a introdução dos novos modelos de canhões e de armas de fogo portáteis não alterou a ordem política e militar vigente<sup>1094</sup>. Do ponto de vista material, a artilharia portuguesa teve grande sucesso no Hindustão por ser feita, na sua maioria, em ferro forjado (não obstante a qualidade superior das peças em bronze), tendo a técnica sido transmitida e replicada com rapidez; já na China, o interesse era motivado pela forma de carregar pela culatra e pelo tamanho das peças (mais compridas do que aquelas aí usadas)<sup>1095</sup>. Estudos recentes têm vindo a comprovar que a distância tecnológico-militar entre a Europa e a Ásia não era tão grande como aquela que por vezes se fez crer<sup>1096</sup>. Em 1510, Afonso de Albuquerque elogiava as espingardas fabricadas em Goa antes da sua tomada<sup>1097</sup>, e também Tomé Pires anotava na sua *Suma Oriental* já a disseminação destas em sítios como Cananor, Cochinchina e Java<sup>1098</sup>.

---

<sup>1093</sup> Jeremy Black – *Rethinking Military History*. London/New York: Routledge, 2004, pp. 66-103; veja-se que o enfoque da própria historiografia é o espaço europeu, publicando-se mais estudos sobre a Europa Moderna do que sobre qualquer outra parte do mundo: dados recolhidos e analisados por J. C. Sharman – *Empires of the Weak. The Real Story of European Expansion and the Creation of the New World Order*. Princeton/Oxford: Princeton University Press, 2019, pp. 124-129; também Sanjay Subrahmanyam chamou a atenção, na senda dos estudos pioneiros de Geneviève Bouchon, Jean Aubin e Luís Filipe F.R. Thomaz, para a importância das realidades locais e da sua ligação e interferência com a expansão portuguesa na Ásia.

<sup>1094</sup> Sobre a artilharia na Ásia antes da presença portuguesa, remetemos para os seguintes estudos: Charles R. Boxer – «Asian Potentates and European Artillery in the 16th-18th Centuries: A Footnote to Gibson-Hill», *Journal of the Malaysian Branch of the Royal Asiatic Society*, Vol. 38, No. 2 (208), 1965, pp. 157-158; Iqtidar Alam Khan – *Gunpowder and Firearms. Warfare in Medieval India*. New Delhi: Oxford University Press, 2004; R. Balasubramaniam – *The Saga of Indian Cannons*. New Delhi: Aryan Books International, 2008, pp. 17-44 e sobretudo o debate de Peter Lorge – *The Asian Military Revolution...*, cit., pp. 112-114.

<sup>1095</sup> Para estes casos, cf. Iqtidar Alam Khan, *Gunpowder and Firearms...*, cit., pp. 59-61 e Tonio Andrade – *The Gunpowder Age...*, cit., pp. 128-131 e 135-142.

<sup>1096</sup> Note-se que os estudos referidos confirmam ainda a existência desta ideia nos tempos actuais cf. ainda J. C. Sharman – *Empires of the Weak*, cit., p. 63.

<sup>1097</sup> Carta de Albuquerque a D. Manuel, de 22-XII-1510: Raymundo António de Bulhão Pato (ed.) – *Cartas de Afonso de Albuquerque...* Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1884, vol. I, p. 26; já na carta 1-XII-1513 refere que as espingardas feitas em Goa igualavam aquelas produzidas na Boémia, mas é incerto se se refere àquelas já produzidas pelos portugueses ou ainda por algum oficial local – *Ibidem*, p. 174.

<sup>1098</sup> Tomé Pires – *Suma Oriental...*, cit., pp. 117, 148 e 197.

Já no século XVI algumas fontes enfatizavam o suposto desnível tecnológico entre portugueses e forças locais, desprezando sobretudo os potentados indianos. Afonso de Albuquerque era criticado por António Real por obter grandes vitórias contra «negrinhos nus e sem arma»<sup>1099</sup>. Gaspar Correia (e outros cronistas deste período) utiliza várias vezes este *topos* literário na sua crónica, quer enquanto narrador («negrinhos nus que fogem como cabras»<sup>1100</sup>), quer pela boca de personagens da época, como um rume que afirmava que os portugueses só tinham tomado a Índia porque pelejavam com ferro «com gentios nus» ou como o capitão D. Luís de Meneses que zombava que «[...] os cavalleiros da Índia são de palha» pois lutavam contra «negros nus»<sup>1101</sup>. Já durante o segundo cerco de Diu, o filho mais novo do Governador, D. Fernando de Castro, escrevia ao seu irmão D. Álvaro referindo várias vezes os «negrinhos» que os cercavam<sup>1102</sup>. O preconceito e a respectiva discriminação pela cor da pele revia-se assim genericamente na questão militar num tom trocista e de desprezo<sup>1103</sup>. Os comentários da época baseiam-se sobretudo na falta de armamento defensivo eficiente usado sobretudo pelos diversos reinos do Sul do Hindustão, com quem os portugueses mais ferozmente contactaram nos primeiros anos do século XVI. Contrariamente às pesadas armaduras europeias, compostas por várias peças de ferro, os soldados locais preferiam casacos ou jaquetas de algodão acolchoadas, mais leves, mas mais vulneráveis às armas de fogo<sup>1104</sup>.

---

<sup>1099</sup> ANTT, *Feitos da Coroa*, Inquirições Particular – 3, Inquirição – 489, fl. 5r; este documento foi utilizado quase na íntegra por Fernão Lopes de Castanheda, na sua Crónica: *História do Descobrimento...*, cit., vol. I, p. 794.

<sup>1100</sup> *Lendas*, II, p. 16.

<sup>1101</sup> *Lendas*, III, p. 407 e II, p. 734. Vasco Resende também menciona esta diferença de mentalidade entre a guerra no Norte de África, considerada nobre, e aquela realizada na Ásia, de inferior qualidade – *A sociedade da Expansão...*, cit., p. 167.

<sup>1102</sup> Veja-se a carta de 5-V-1546 em Roger Lee de Jesus – *O Segundo Cerco de Diu...*, cit., pp. 144-146 e a de 1-VII-1546, *OCDJC*, III, p. 196.

<sup>1103</sup> Sobre esta questão, veja-se a abordagem de Vasco Resende quanto à imagem do elemento islâmico neste assunto: *L'Orient islamique...* cit., pp. 358-368 e o estudo de Rui Loureiro – «O encontro de Portugal com a Ásia no século XVI» in António Luís Ferronha (coord.) – *O confronto do olhar. O encontro dos povos na época das navegações portuguesas, séculos XV e XVI: Portugal, África, Ásia, América*. Lisboa: Caminho, 1991, p. 207; Francisco Bethencourt analisa a discriminação das populações asiáticas neste período, sem entrar na questão militar: *Racismo. Das Cruzadas ao Século XX*. Lisboa: Círculo de Leitores/Temas e Debates, 2015, pp. 161-168.

<sup>1104</sup> Cf. Jagadish Narayan Sarkar – *The Art of War in Medieval India*, cit., p. 125; Vitor Luís Gaspar Rodrigues – «Armas e equipamentos de guerra...», cit., pp. 50-51. Este tipo de armamento, defensivo ou ofensivo, pode ser facilmente identificado na iconografia presente no chamado *Códice Casanatense*,

Por sua vez, os diversos sultanatos e reinos asiáticos não possuíam (com raras exceções, como a China<sup>1105</sup>) uma marinha de guerra como era entendida na Europa<sup>1106</sup>. Os oponentes dos portugueses no mar eram, regra geral, os próprios mercadores que artilhavam os seus próprios navios e procuravam opor-se directamente ou resistir à intromissão dos portugueses no comércio asiático. Note-se que os navios de vela utilizados no Índico possuíam um sistema de construção diferente, por vezes sem utilizarem pregos, isto é, com as tábuas do forro cosidas com cabo de cairo, sendo impróprios para o uso da artilharia ou para resistir aos tiros<sup>1107</sup>.

Do ponto de vista político, Michael Pearson argumentou que, no caso do Guzerate, os próprios sultões e respectivos nobres não estavam interessados nos assuntos comerciais e marítimos, pois os seus valores centrais e a própria concepção do poder estavam ligados à posse de terra e ao domínio do meio terrestre<sup>1108</sup>. Já para o Sul da Índia, Geneviève Bouchon mostrou a relevada importância das comunidades mercantis na prosperidade da região e não tanto da interferência dos poderes locais<sup>1109</sup>. As ortodoxias confucianas e bramânicas podiam também justificar parcialmente este suposto desinteresse, pois tais concepções religiosas viam o soberano “justo” como isento de se imiscuir no comércio e na mercancia<sup>1110</sup>. Sanjay Subrahmanyam mostrou que estas razões são demasiado simplistas para explicar a complexidade dos estados asiáticos no século XVI, mesclados pelas migrações das elites de diversas proveniências, criando uma extensa rede de interpenetração cultural e política<sup>1111</sup>; também Samira Sheikh demonstrou a intrincada relação entre o poder central no Guzerate e as boas relações estabelecidas e criadas para

---

<sup>1105</sup> Veja-se, por exemplo, o estudo do armamento da famosa armada do almirante Zeng He no Índico: Elke Papeitzky – «Weapons Used Aboard Ming Chinese Ships and Some Thoughts on the Armament of Zheng He’s Fleet», *China and Asia. A Journal in Historical Studies*, 1, 2019, pp. 192-224.

<sup>1106</sup> Kaushik Roy – *Military Transition in Early Modern Asia, 1400-1750*. London: Bloomsbury, 2014, p. 128 e J. C. Sharman – *Empires of the Weak*, cit., p. 60.

<sup>1107</sup> José Virgílio Pissarra – «Navios orientais», cit., pp. 133-134. Daniel R. Headrick já realçou esta diferença tecnológica na construção naval: Daniel R. Headrick – *Power over Peoples...*, cit., p. 65. Sobre a não utilização de pregos nesses navios veja-se ainda K. S. Mathew – *Shipbuilding, Navigation and the Portuguese in Pre-modern India*. London: Routledge, 2018, pp. 113-116 e a descrição das embarcações asiáticas por Vitorino Magalhães Godinho – «O Oceano Índico até ao século XVI» in *Mito e Mercadoria, utopia e prática de navegar: séculos XIII–XVIII*. Lisboa: Difel, 1990, pp. 307-311.

<sup>1108</sup> M. N. Pearson – *Merchants and Rulers in Gujarat: the response to the Portuguese in the Sixteenth Century*. New Delhi: Nunshiram Manoharlal, 1976, pp. 90-91, 132 e 153-154. Acerca da visão portuguesa sobre os reinos e as economias locais, cf. João Marinho dos Santos – *Os Portugueses em Viagem...*, cit., pp. 99-118.

<sup>1109</sup> Veja-se, entre outros estudos da autora, Geneviève Bouchon – «Les Musulmans du Kerala à l’époque de la Découverte Portugaise» in *Inde Découverte, Inde Retrouvée, 1498-1630. Études d’histoire indo-portugaise*. Lisboa/Paris: CCCG/CNCDP, 1999, pp. 56-75.

<sup>1110</sup> Kaushik Roy – *Military Transition...*, cit. p. 128.

<sup>1111</sup> Sanjay Subrahmanyam – *O Império Asiático Português...*, cit., pp. 26-27.

os mercadores que aí se fixarem e desenvolverem a sua actividade, desafiando a ideia difundida previamente por Pearson<sup>1112</sup>.

Estas situações não impediram resistências à tentativa de controlo comercial dos portugueses<sup>1113</sup>. Recordemos três casos já mencionados. O primeiro é o da oposição dos Mappillas (muçulmanos conversos) de Cananor, nas décadas de 1520-1530, onde a guerra de enseada, com pequenos navios de vela e remo, colocou o “Estado da Índia” sob grande pressão, desde o Malabar até à ilha de Ceilão<sup>1114</sup>. O segundo, está relacionado com os primeiros contactos com a China, e com a derrota da armada de Martim Afonso de Melo, em 1522, à mão de uma frota do Império Celeste composta por robustos juncos em que, nas palavras de João de Barros, o «costado parece muro»<sup>1115</sup>. O último remete-nos para o prolongado conflito entre o sultanato de Achém (Samatra) contra os portugueses de Malaca; o potentado local estabeleceu, a partir da década de 1530, uma forte e bem-sucedida ligação com os otomanos, que permitiu reavivar o comércio da pimenta aí produzida (directamente para o Mar Vermelho) e receber armamento de ponta para combater os portugueses<sup>1116</sup>.

Para além desta capacidade em resistir à expansão portuguesa, grande parte dos potentados asiáticos demonstraram também competência em aprender e replicar as técnicas e tecnologias trazidas pelos portugueses. A transmissão destes conhecimentos poderia ser formal ou informal. No primeiro tipo destacamos, por exemplo, a construção naval. Fruto da própria necessidade do “Estado da Índia”, a falta de mão-de-obra portuguesa levava à reiterada contratação de carpinteiros locais, obrigando a partilhar as técnicas utilizadas na construção de qualquer tipo de navio e até na armação dos mesmos,

---

<sup>1112</sup> Samira Sheikh – *Forging a Region: Sultans, Traders, and Pilgrims in Gujarat, 1200-1500*. Oxford: Oxford University Press, 2009, pp. 89-94.

<sup>1113</sup> Sobre esta resistência, veja-se o que diz Jeremy Black – *European Warfare, 1494-1660*. London/New York: Routledge, 2002, p. 61.

<sup>1114</sup> Vejam-se o estudo clássico de Geneviève Bouchon – *Mamale de Cananor...*, cit., pp. 169-182; para a guerra de Ceilão: Jorge Flores – *Os Portugueses e o Mar de Ceilão...*, cit., pp. 159-183; Sanjay Subrahmanyam resume bem o ambiente de crise durante esse período em: *O Império Asiático Português...*, cit., pp. 128-129.

<sup>1115</sup> Citação de João de Barros – *Ásia – Terceira Década*, cit., l. II, c. VIII, fl. 52r; Tonio Andrade abordou o conflito com base em fontes portuguesas (apesar de, em termos cronísticos, apenas usar João de Barros) e chinesas: *The Gunpowder Age...*, cit., pp.124-131. Sobre os juncos, veja-se a descrição ainda útil de Magalhães Godinho – «O Oceano Índico...», cit., pp. 310-311.

<sup>1116</sup> O artigo de Charles R. Boxer é ainda um estudo de referência sobre este assunto: «A Note on Portuguese Reactions...», cit.; veja-se também o estudo clássico de Anthony Reid – «Sixteenth Century Turkish Influence...», cit., em especial as pp. 401-411 e o que escreveu Amirul Hadi – *Aceh and the Portuguese. A study of the struggle of Islam in Southeast Asia*. Montreal: tese de mestrado apresentada à McGill University, 1992, pp. 55-63, Jorge dos Santos Alves – *O domínio do Norte de Samatra*. Lisboa: SHIP, 1999, pp. 160-169 e mais recentemente, actualizando o assunto, Dejanirah Couto – «Entre confrontations et aliances: Aceh, Malacca et les Ottomans (1520-1568)», *Turcica*, 46, 2015, p. 13-61.



tendo em conta que também se arrolavam homens do mar. Disso dava conta um fidalgo em carta a D. João III, em 1527, criticando que os inimigos sabiam «[...] agora e cada dya das cousas da guera o que nam sabyam e nos lhas ymsynamos»<sup>1117</sup>. Não esqueçamos também os diversos episódios de apoio português aos senhores locais, onde se dispuseram soldados portugueses a combater ao lado de soldados locais, permitindo assim que se visse melhor o *modus operandi* – como são os famosos casos do contingente de Cristóvão da Gama na Etiópia, em 1541-1542, ou do apoio de Martim Afonso de Sousa a Bahadur Shah do Guzerate, em 1535<sup>1118</sup>. Já quanto ao armamento, relembramos o episódio já contado de 1547, quando a comitiva de António Moniz Barreto deu conta da elevada produção de espingardas no reino de Cândia, no Ceilão, cuja técnica fora ensinada pelos portugueses (para lutarem contra os reinos gentios locais e com a promessa da conversão ao cristianismo) e aprendida – contava-se cerca de 2000 espingardas feitas localmente<sup>1119</sup>. Neste último caso, a produção destas armas haveria de ser aproveitada, já no século XVII, para abastecer o próprio “Estado da Índia”<sup>1120</sup>.

De forma sobretudo informal e ilícita (como seja por mercenários ou através do contrabando de armamento), a tecnologia portuguesa também se disseminou pelo eixo do Índico-Pacífico<sup>1121</sup>. Veja-se o caso da China, que capturou várias peças de artilharia portuguesas e que as reproduziu com algum sucesso, utilizando-as no confronto de 1522<sup>1122</sup>; ou o exemplo mais citado, da presença de mercenários portugueses, contratados por potentados asiáticos<sup>1123</sup>. Em 1546, o feitor de Cochim queixava-se a D. João de Castro de que muitas peças de artilharia eram traficadas para os reinos locais. Contabilizava então que o rei da Pimenta possuía 82 peças, o de Diamper 25, o de Cranganor 17 e o de Tequancate 15, sendo todas reconhecidas por possuírem «as armas del rey noso

---

<sup>1117</sup> Luís Martins a D. João III, 7-XII-1537, *As Gavetas da Torre...*, cit., vol. V, p. 100, citado por José Virgílio Pissarra – «Navios orientais», cit., p. 129.

<sup>1118</sup> Cf. Luís Costa e Sousa – *Campanha de Etiópia...*, cit., e Alexandra Pelúcia – *Martim Afonso de Sousa...*, cit., pp. 164-165.

<sup>1119</sup> *CSL*, 3, pp. 88-89. O autor anónimo de *Primor e Honra* criticou severamente esta transmissão de conhecimento militar para o Ceilão, argumentando que a população era pouco belicosa antes dos portugueses lá chegarem: *Primor e Honra da Vida Soldadesca no Estado da Índia*, ed. Laura Monteiro Pereira. Ericeira: Mar de Letras Editora, 2003, p. 170 – ref. também citada por Charles R. Boxer – «Asian Potentates and European Artillery...», cit., p. 161.

<sup>1120</sup> Cenani Pirani – *The Military Economy of Seventeenth Century Sri Lanka: Rhetoric and Authority in a Time of Conquest*. Los Angeles: tese de doutoramento apresentada à University of California, 2016, pp. 42 e 81-87.

<sup>1121</sup> Cf. o estudo de Sanjay Subrahmanyam – «The Kagemusha effect. The Portuguese, firearms and the state in early modern south India», *Moyent Orient & Océan Indien*, IV, 1987, pp. 97-123.

<sup>1122</sup> Tonio Andrade – *The Gunpowder Age...*, cit., pp. 135-143.

<sup>1123</sup> Maria Augusta Lima Cruz – «Degredados e arrenegados portugueses no espaço Índico, nos primórdios do século XVI», *Povos e Culturas*, 5, 1996, pp. 41-61 e António Manuel Hespanha – *Filhos da Terra...*, cit., pp. 233-235

senhor»<sup>1124</sup>. O caso da batalha de Raichur, em 1520, é paradigmático por envolver vinte espingardeiros portugueses contratados e pelo próprio contexto militar<sup>1125</sup>. Concretamente, as guerras intestinas do planalto do Decão, na Índia, opondo os sultanatos de Bijapur e Ahmadnagar ao império hindu de Vijayanagar, são um interessante caso de estudo sobre a recepção e o desenvolvimento do novo poder de fogo trazido por portugueses e outros agentes externos, como seja a própria presença otomana<sup>1126</sup>. Após a vitória de Vijayanagar em 1520, os sultanatos rivais conseguiram fortalecer os seus equipamentos militares com peças de artilharia. Já o potentado hindu não investiu neste sector, o que o levou a uma profunda derrota, em 1565, na batalha de Talikota, impotente contra o armamento pirobalístico dos inimigos, tendo levado à desagregação desta unidade política. No domínio da arquitectura militar, o Hindustão adaptou-se aos desafios da pólvora de uma forma bastante diferente da Europa, preferindo apostar num sistema defensivo dos próprios fortes, o que impedia ou dificultava a aproximação da artilharia ao erguer muralhas mais robustas para aguentar os tiros<sup>1127</sup>.

Do que foi dito, realçamos a ideia central de que a superioridade militar portuguesa se foi esfumando rapidamente à medida que os portugueses se espraavam pelo espaço asiático. Porém, não negamos que as primeiras décadas de Quinhentos foram assinaladas por alguma superioridade militar portuguesa, sobretudo traduzida na imposição da força por via marítima e pelo estabelecido de um poder naval. Como já referimos, taticamente (e tecnicamente) a grande inovação portuguesa verificava-se no combate naval, com os navios construídos com uma estrutura que aguentava bordadas de artilharia em ataques em coluna<sup>1128</sup>. Um dos exemplos máximos, neste período, pode ser dado com a batalha naval de Diu, em 1509, onde a frota portuguesa comandada pelo vice-rei D. Francisco de Almeida conseguiu uma estrondosa vitória obtida pelo uso eficaz da artilharia, donde destacamos o afundamento de uma das galés com uma surriada

---

<sup>1124</sup> Carta de Gaspar Luís de Veiga ao Governador, de 5-IX-1546, *CSL*, 2, p. 309.

<sup>1125</sup> Richard M. Eaton e Phillip B. Wagoner – *Power, Memory, Architecture. Contested sites on India's Deccan Plateau, 1300-1600*. New Delhi: Oxford University Press, 2014, pp. 241-287.

<sup>1126</sup> Sobre o papel dos otomanos na disseminação das armas de fogo no Índico: Salih Özbaran – *Ottoman Expansion towards the Indian Ocean...*, cit., pp. 273-282; esta é a versão revista do artigo do mesmo autor «The Ottomans' role in the diffusion of fire-arms and military technology in Asia and Africa in the Sixteenth century» in *The Ottoman response to European expansion. Studies on Ottoman-Portuguese relations in the Indian Ocean and Ottoman administration in the Arab lands during the Sixteenth century*. Istanbul: The Isis Press, 1994, pp. 64-66.

<sup>1127</sup> Vejam-se os estudos de Jean Deloche sobre este assunto: *Studies in fortification in India*, Pondicherry: Institut Français de Pondichéry, 2007 e o resumo por si na p. 235.

<sup>1128</sup> Para além das referências dos estudos de José Virgílio Pissarra, veja-se também Vitor Luís Gaspar Rodrigues – «Armas e equipamentos de guerra portugueses no Oriente nas primeiras décadas de Quinhentos», *Revista de Cultura (Macau)*, 26, 2008, p. 45.

preparada previamente, seguida de uma abordagem que fulminaria o resto dos oponentes<sup>1129</sup>. No entanto, a resistência e os revezes sentidos a partir da década de 1520 mostram que os múltiplos adversários do “Estado da Índia”, em vários pólos da Ásia, desenvolveram e apropriaram o poder de fogo à sua maneira. Testemunhando esta proliferação das armas de fogo, D. Francisco de Lima dava conta ao rei, em 1548, que «todo mundo he cheo d'espimgardas»<sup>1130</sup>.

### 7.3. O caso do governo de D. João de Castro

Regressando ao governo de 1545-1548, as duas frentes de guerra permitem-nos avaliar melhor a existência de uma vantagem bélica no Índico Ocidental, região na qual o governo de Castro se centrou. O conflito latente com Bijapur está centrado, como vimos, na posse das Terras Firmes de Goa. As diversas campanhas empreendidas pelo Adil Shah procuraram destabilizar Bardez e Salcete e forçar a sua reintegração no sultanato. Conforme a nossa análise, os combates na destruição de Pondá e na batalha campal em Salcete opuseram forças de tamanho relativamente reduzido, sem intervenção directa do próprio Sultão. Neste caso, o “Estado da Índia” recorreu com frequência a bloqueios marítimos ao porto de Dabul (como no início de 1546) ou à destruição de várias cidades portuárias para pressionar Bijapur a terminar as hostilidades<sup>1131</sup>. Lembremos que D. João de Castro estava ciente de que este sultanato estava dependente da importação de enxofre e cavalos e debilitado devido às próprias guerras internas com os reinos vizinhos<sup>1132</sup>. A estratégia de Ibrahim Adil Shah de ocupação das terras durante as ausências do Capitão-mor, então empenhado nas campanhas no Guzerate com o grosso dos efectivos portugueses (quer no final de 1546, quer no mesmo período do ano seguinte), pretendeu prevenir uma resposta rápida dos portugueses. Apesar do sucesso imediato, Castro conseguiu em ambas as ocasiões responder eficientemente aos desafios aí apresentados e reafirmar o domínio português na região.

O sucedido no Guzerate é aqui de maior valor para o nosso estudo, pois demonstra que este sultanato detinha uma efectiva capacidade militar proporcional à dimensão do

---

<sup>1129</sup> Veja-se a descrição da batalha por José Virgílio Pissarra – *Chaul e Diu...*, cit., pp. 80-92; o mesmo autor dá conta que é a primeira vez que um tiro de canhão afunda um navio de traça europeia – *O Galeão Português...*, cit., p. 239.

<sup>1130</sup> Carta de 12-XI-1548, ANTT/CC-2-241-88, fl. 1r.

<sup>1131</sup> Conforme já citámos, P.M. Joshi reconhecia, há décadas, esta forma de pressionar o sultanato: «Relations between the Adilshahi...», cit., p. 365.

<sup>1132</sup> Para os problemas internas do reinado deste Adil Shah, veja-se o estudo já citado: M. A. Nayeem – *The heritage of the Adil Shahis...*, cit, pp. 28-30.

seu território e do seu potencial económico. Relembremos que, como disse Geneviève Bouchon, este sultanato era, à época, uma das maiores potências económicas do Índico<sup>1133</sup>. A sua estrutura militar era consideravelmente bem organizada<sup>1134</sup> e os diversos confrontos tidos com os portugueses ao longo do século XVI são disso prova. Apesar da preparação do segundo cerco de Diu ter estado sob alçada de Khwaja Safar, este terá tido ao seu dispor total liberdade das instituições guzerates, permitindo-nos avaliar o alcance desta campanha. Ora, para além dos próprios efectivos mobilizados, sabemos do potencial das armas usadas durante o cerco, distinguindo-se algumas bocas-de-fogo e até alguma pólvora aí produzida<sup>1135</sup>. Leonardo Nunes fala-nos em 36 peças de artilharia (de bronze) tomadas, um número considerável, e as certidões realizadas no final do cerco, com listagem do material bélico guzerate apreendido mencionam peças de bronze e de ferro, para além de pólvora, salitre e enxofre<sup>1136</sup>. A existência destes últimos elementos comprova que a pólvora produzida aí só poderia ser a *negra* (ou dita “serpentina”) por ser a única forma de a obter de uma forma rápida como aquela operação militar o requeria, excluindo a hipótese de produção de pólvora granulada no local pela sua complexidade e demora<sup>1137</sup>.

A rápida batalha de Baroche, em Novembro de 1547, opondo D. João de Castro ao sultão Mahmud III do Guzerate, é mais um indicador do poder militar deste sultanato. Como já explicámos, a campanha que levou o Capitão-mor do “Estado da Índia” ao Norte, no final de 1547, procurou impedir a construção de uma frota guzerate nos portos que se estendiam de Surrate a Cambaia. A existência desta ameaça foi suficiente para justificar a preparação da armada portuguesa e para pressionar Castro a propor uma batalha campal,

---

<sup>1133</sup> Geneviève Bouchon – «Un monde qui change» in Claude Markovitz (dir.) – *Histoire de l’Inde Moderne, 1480-1950*. Paris: Fayard, 1994, p. 26. De mesmo modo, Marinho dos Santos afirmou que «a região do Guzerate será o verdadeiro motor das economias do Índico» – *Os Portugueses em Viagem...*, cit., p. 108. Sobre a dimensão comercial do Guzerate, veja-se o estudo de Lotika Varadarajan – «Positioning Gujarat as a Medieval Mercantile Centre. Contours and Context» in Sara Keller e Michael Pearson (eds.) – *Port Towns of Gujarat*. New Delhi: Primus Books, 2015, pp. 9-17.

<sup>1134</sup> Samira Sheikh – *Forging a Region...*, cit., pp. 186-190.

<sup>1135</sup> Veja-se o que já escrevemos em *O Segundo Cerco de Diu...*, cit., pp. 54-55.

<sup>1136</sup> *CDJC*, p. 131 e *Hist. Quinhentista*, p. 91; António Baião transcreveu as certidões referentes à artilharia guzerate tomada e ao material supostamente proveniente do arraial; no entanto, a transcrição é parcial e omite a primeira parte, contendo as peças e material deixados em Diu quando do regresso de D. João de Castro a Goa, deixando fortes dúvidas se a listagem refere os bens guzerates ou aqueles providenciados por ele e deixados na fortaleza; as únicas referências concretas do equipamento sitiante é referido na documentação como sendo “de mouro”; as certidões encontram-se na BA, cod. 51-VII-19, fls. 278r-284v e a edição truncada em *Hist. Quinhentista*, pp. 334-339. Note-se que as peças tomadas aí poderão ser as mesmas existente em Goa, em 1552-1553, e referidas no rol de artilharia desses anos como “de Cambaia”, à semelhança das peças tomadas em Baroche em 1547, já mencionadas; cf. Roger Lee de Jesus e Tiago Machado de Castro – «Certidão da artilharia das fortalezas do Estado da Índia...», cit., pp. 136-137.

<sup>1137</sup> Não colocamos de lado a hipótese de que alguma a pólvora granulada tivesse sido utilizada, desde que remetida de outros centros de produção guzerate para o arraial sitiante.

onde, na realidade, o eficiente poder naval português pouco se faria notar. Apesar do desembarque e da preparação os soldados, as manobras encetadas pelo inimigo no terreno levaram-no a recuar e a abandonar o campo de batalha, ciente da sua fragilidade táctica e da dependência do poder de fogo embarcado. Note-se que já anteriormente o Governador se apercebera do potencial militar deste sultanato: o abandono do seu plano inicial de ataque ao próprio Guzerate através de uma frente marítima e outra terrestre, já mencionado, é fruto da tomada de consciência de Castro da proporção do cerco e da incapacidade em levar a cabo tal projecto, tendo em conta os motivos que já conhecemos – a falta de recursos materiais e humanos do “Estado da Índia”.

A Guerra de Cambaia de 1546-1548, que inclui o segundo cerco de Diu e as campanhas seguintes ao Norte, são exemplo de que o “Estado da Índia” combatia focos de resistência à sua presença com elevado potencial militar. As dificuldades sentidas para socorrer a fortaleza portuguesa e para preparar as diversas armadas revelam que os portugueses lutavam contra um adversário que rivalizava fortemente no domínio da guerra terrestre e com quem o desnível tecnológico e até táctico era praticamente inexistente. O Capitão-mor compreendeu que o perigo era real e que o “Estado da Índia” se encontrava numa delicada situação, o que suscitou as múltiplas operações anfíbias que procuravam espalhar o terror e devastar as povoações costeiras, mantendo assim a imagem de um poder destrutivo que poderia atingir qualquer local com relativa facilidade e rapidez.

Rodeado de inimigos, D. João de Castro recorreu a meios alternativos, já utilizados e comprovadamente eficazes, para ultrapassar estes problemas: determinou linhas de diplomacia estratégica, aliando-se a inimigos comuns (Ahmadnagar e Vijayanagar contra Bijapur e o Império Sur contra o Guzerate), fomentando guerras internas, e procurou tirar proveito da superioridade naval portuguesa para controlar o abastecimento logístico. No caso do cerco de Diu, foi esta capacidade de manter a fortaleza aprovisionada (já comprovada noutras operações do mesmo tipo) que assegurou a sua manutenção ao longo dos meses de assédio.

Numa perspectiva de média e longa duração, a conjugação dos factores mencionados (como seja, por exemplo, o poder naval, o recurso a operações anfíbias para impor um clima de terror nas populações costeiras, o recurso à diplomacia e o conhecimento do espaço físico) é que garantiram, ao longo do século XVI, uma superioridade militar aos portugueses nas diversas campanhas ou batalhas terrestres.

A leitura e interpretação que aqui fazemos pode ser também compreendida se olharmos para vários casos de estudo da primeira metade do século XVI. A famosa defesa de Cochim por Duarte Pacheco Pereira, em 1504, contra o Samorim de Calecute, só pode ser entendida se observarmos o espaço envolvente, isto é, para um território alagadiço, entrecortado por pequenas ribeiras e cujo avanço de qualquer força armada só poderia ser feito de forma morosa. A utilização de algumas armas de fogo aliadas sobretudo ao entrincheiramento neste terreno de difícil acesso, aguardando a chegada das forças de Calecute, é que explica a vitória portuguesa que foi empolada pelas crónicas, como era apanágio deste tipo de literatura<sup>1138</sup>. As próprias campanhas de Afonso de Albuquerque basearam-se quase sempre em operações anfíbias, acompanhados do poder de fogo embarcado. As conquistas de Goa (1510/1512), Malaca (1511) e Ormuz (1507/1515) destacam-se pela proeza dos feitos e pela estratégia subjacente, mas não pelos grandes dispositivos tácticos aplicados porquanto não requereram batalhas campais<sup>1139</sup>. Aliás, a derrota de Albuquerque em Adem, em 1513, é exemplo da falhada superioridade militar portuguesa quando desprovida do poder naval e de uma organização eficiente<sup>1140</sup>. No caso dos assédios, já vimos que em 1546 a fortaleza de Diu foi socorrida pontualmente e conseguiu resistir ao avanço guzerate, não diferindo do que sucedera uns anos antes, no primeiro cerco (1538), mesmo contra a presença de uma armada otomana. Mais de vinte anos depois do último feito de Diu, em 1570-1571, o vice-rei D. Luís de Ataíde teve entre mãos uma coligação de vários potentados que cercaram simultaneamente as fortalezas de Goa, Chaul, Onor e Chale. O cerco de Chaul é o mais conhecido pela sua dimensão e pelo próprio sultão de Ahmadnagar, Murtaza Nizam Shah I, ter liderado um gigantesco exército. Novamente, a capacidade de abastecer logisticamente o forte durante a operação com a tentativa de perturbar internamente o sultanato, com alianças diplomáticas locais contra Ahmadnagar e ainda o recurso a outras estratégias obscuras, como o pagamento de subornos aos capitães do sultão, permitiram a resistência e a sobrevivência dos portugueses nesta fortaleza<sup>1141</sup>.

---

<sup>1138</sup> Veja-se o estudo de Jean Aubin que analisa com rigor a defesa de Cochim – «L'apprentissage de l'Inde...», cit., pp. 84-100 e a leitura sintética do feito por André Murteira – «A carreira de Duarte Pacheco Pereira» in João Paulo Oliveira e Costa (coord.) – *Descobridores do Brasil. Exploradores do Atlântico e Construtores do Estado da Índia*. Lisboa: SHIP, 2000, pp. 313-316.

<sup>1139</sup> Como referimos, o contexto político das campanhas de Albuquerque foram estudadas ultimamente por Alexandra Pelúcia – *Afonso de Albuquerque...*, cit., pp. 203-258 e José Manuel Garcia – *O Terrível...*, cit., pp. 185-544.

<sup>1140</sup> Sobre o caso da campanha de Adem, veja-se o nosso estudo: Roger Lee de Jesus – «Afonso de Albuquerque e a primeira expedição...», cit.

<sup>1141</sup> Para o conturbado vice-reinado de D. Luís de Ataíde, cf. Nuno Vila-Santa – *Entre o Reino e o Império...*, cit., pp. 142-194; sobre o cerco de Chaul veja-se o mesmo, pp. 165-172 e o estudo clássico de

As operações anfíbias, que combinavam o potencial naval aos rápidos desembarques e ataques<sup>1142</sup>, foram usados desde os primórdios da presença portuguesa da Ásia e replicavam uma prática centenária, usada em toda a Europa desde tempos antigos e já comum nas operações portuguesas na costa Ocidental de África. Espalhava-se o terror enquanto ataque preventivo e estratégia de intimidação: é o caso, por exemplo, do ataque a Dabul, em 1509, quando D. Francisco de Almeida se dirigia para Diu e destruiu parcialmente aquela cidade de Bijapur<sup>1143</sup>; das campanhas de Afonso de Albuquerque nas costas da Arábia, em 1507<sup>1144</sup>; ou dos múltiplos ataques promovidos pelas armadas portuguesas à costa do Guzerate durante e depois do segundo cerco de Diu<sup>1145</sup>.

Assim, daquilo que explanámos, e do que o caso concreto do governo de D. João de Castro nos mostra, reafirmamos a ideia de que não existiu continuamente uma superioridade militar traduzida num acentuado desnível tecnológico ou tático (apesar de procurado) que justifique ou explique as vitórias portuguesas na Ásia (especialmente as terrestres), mas sim a conjugação de vários factores que permitiram a afirmação do “Estado da Índia” enquanto um interveniente externo (de origem europeia), mas, em certa medida, com dimensão e impacto semelhante àquele que tinha um potentado local<sup>1146</sup>.

As duas primeiras décadas de Quinhentos poderão configurar, até certo ponto, o momento de maior inovação e aprendizagem mútua, sendo sucedido por um rápido desenvolvimento dos estados asiáticos que chegaram a rivalizar com o “Estado da Índia” como se vê nos vários focos de resistência existentes a partir da década de 1520<sup>1147</sup>. Como

---

R. O. W. Goertz – «Attack and defense techniques in the siege of Chaul, 1570-1571» in Luís de Albuquerque and Inácio Guerreiro (eds.) – *II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa. Actas*. Lisbon: IICT, 1985, pp. 265-292; note-se que este assédio carece ainda de um estudo aprofundado que permita compreender a real dimensão dos efectivos e o próprio desenrolar das operações, com recurso às fontes portuguesas e às crónicas locais.

<sup>1142</sup> Veja-se o já referido estudo de de Malyn Newitt – «Portuguese amphibious warfare...», cit.

<sup>1143</sup> José Virgílio Pissarra – *Chaul e Diu...*, cit., pp. 71-74.

<sup>1144</sup> Entre outros, José Manuel Garcia – *O Terrível...*, cit., pp. 135-143.

<sup>1145</sup> Sobre a batalha do segundo cerco remetemos para o nosso estudo – *O Segundo Cerco de Diu...*, cit., p. 131.

<sup>1146</sup> Note-se que já Vitor Luis Gaspar Rodrigues chamara a atenção para a conjugação de vários factores na criação de um poder naval, destacando a progressiva “orientalização” das armadas, a utilização de tropas locais e a sua conjugação com a criação de uma sociedade luso-asiática e à renovação arquitectónica das das fortalezas e desta rede de entrepostos portugueses – *A evolução da arte da guerra...* cit., vol. 2, pp. 419-422.

<sup>1147</sup> J.C. Sharman (*Empire of the Weak*, cit., p.63) menciona que os potentados asiáticos conseguiram fechar rapidamente o desnível tecnológico existente entre a Europa e a Ásia; paralelamente, as conclusões de Philip T. Hoffman (*Why did Europe...*, cit., p. 99) vão no sentido contrário, defendendo que o desnível se acentuou na longa duração, o que demonstra uma certa visão eurocêntrica do fenómeno por parte deste último autor.

escreveu John Darwin, «não houve qualquer “fosso” técnico que criasse uma verdadeira disparidade entre a capacidade militar dos Estados europeus e a do resto da Eurásia»<sup>1148</sup>.

Tal não invalida que tenha existido, pontualmente, alguma superioridade a nível técnico e tático. É o caso, por exemplo, da reconquista de Goa, em 1512, com a tomada do Passo de Benasterim, feita com recurso aos corpos de *ordenanças* impostas por Afonso de Albuquerque, usadas em conjugação com alguma cavalaria ligeira<sup>1149</sup>. Neste caso, a utilização das *ordenanças*, fruto dos novos avanços táticos europeus já referidos, mostrou uma superioridade no terreno. Contudo, esses casos não constituíram a grande maioria das operações conduzidas pelos portugueses no eixo do Índico-Pacífico e não podem ser extrapolados enquanto exemplos da complexa presença militar portuguesa na Ásia. Como afirmou Jeremy Black, apesar da guerra ter sido planeada e conduzida de forma eficaz, não se notou na expansão militar europeia o recurso expressivo a métodos, tecnologia ou política “Ocidentais” em detrimento de próprio desenvolvimento militar das outras partes do globo.<sup>1150</sup>

Para encerrar este capítulo, somos levados a concluir que a ideia de uma “revolução militar”, conforme vista por Geoffrey Parker e explicada no início, não se aplica ao caso português. Apesar de o desenvolvimento da artilharia e da construção naval ter permitido dotar o reino português de um poder de fogo embarcado sem precedentes e o estabelecimento do seu poder naval (como o definiu Francisco Contente Domingues), os outros argumentos contidos nesta teoria não têm total aplicabilidade quer no Reino, quer na própria construção e consolidação do “Estado da Índia”. De notar ainda que a arquitectura militar portuguesa no Índico integrou paulatinamente as inovações desenvolvidas na Europa e aplicada no Norte de África em Ceuta (com início em 1541) e em Mazagão (1541-1542): apenas em 1546-1547 é que foi construída a primeira frente abaluartada na Ásia (em Diu), seguida do traçado abaluartado da fortaleza de São Sebastião de Moçambique. Relembre-se, aliás, os elevados custos de adopção deste modelo que justificou, em parte, o abandono de algumas fortalezas do Norte de África, nessa mesma década, pela falta de capacidade financeira para custear a respectiva

---

<sup>1148</sup> John Darwin – *Ascensão e Queda dos Impérios Globais: 1400-2000*. Lisboa: Edições 70, 2015, p. 128.

<sup>1149</sup> A descrição da reconquista de Goa pode ser lida em João Paulo Oliveira Costa e Vitor Luís Gaspar Rodrigues – *Conquista de Goa...*, cit., 77-87.

<sup>1150</sup> Jeremy Black – «Patterns of Warfare, 1400–1800» in Jerry H. Bentley, Sanjay Subrahmanyam e Merry E. Wiesner-Hanks (eds.) – *The Cambridge World History*. Vol. VI: *The construction of a Global World, 1400-1800 CE*, Part 2: *Patterns of Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015, p. 47



adaptação ao dispendioso modelo abaluartado. O número de efectivos portugueses cresceu parcamente ao longo do século XVI, não se podendo contabilizar ou sequer assinalar um crescimento do número de homens de armas enviados ou mobilizados nas campanhas. Por sua vez, não se verifica uma correlação directa entre o crescimento do aparelho administrativo português e o desenvolvimento da própria estrutura militar, sendo certo que a Coroa não conseguiu controlar a mobilidade dos seus súbditos, tendo em conta que parte destes assumiam uma presença informal, fora de uma acção colonizadora regulada pela alçada régia<sup>1151</sup>.

No entanto, o governo de Castro é exemplo da aplicação da tática europeia de combate através da reimposição do sistema de *ordenanças*, contrariando, de forma parcial, a ideia de J.C. Sharman, de que a forma de combater nos territórios além-mar era completamente diferente daquela existente na Europa<sup>1152</sup>. Como já referido, o uso pontuado das *ordenanças*, com Afonso de Albuquerque, D. João de Castro e posteriormente D. Luís de Ataíde, nas diversas campanhas militares, demonstra a preocupação em aproveitar um modelo bem-sucedido para as guerras tidas noutra contexto conferindo assim destaque a esta faceta da tese de Parker.

Enfim, no debate historiográfico vigente, aproximamo-nos da visão de Jeremy Black, que chama a atenção para o potencial bélico e a respectiva capacidade de resistência dos poderes asiáticos, e para a necessidade de se analisar singularmente os conflitos militares portugueses na Ásia, conforme os oponentes e respectivos contextos, e não como um todo que poderá representar os efeitos de uma “revolução militar” europeia<sup>1153</sup>. Neste caso, uma análise comparada com a realidade espanhola nas Américas é de pouco valia, visto que o ambiente em que as campanhas dos *Conquistadores* decorreram tem pouca semelhança com o vivido na Ásia do mesmo período. Na realidade, as forças empregues e lideradas por Cortés e Pizarro, quase exclusivamente terrestres, eram sobretudo privadas, representando esforços particulares de uma expansão cujos contornos não eram geridos pela Coroa de forma tão centralizada quanto a portuguesa<sup>1154</sup>.

---

<sup>1151</sup> J.C. Sharman criticou severamente a associação de uma centralidade e fiscalização do Estado à ideia da “revolução militar”, defendendo que esta não existe neste período e que a expansão europeia é feita por pequenos grupos e baseada numa acção descentralizada – cf. «Myths of military revolution: European expansion and Eurocentrism», *European Journal of International Relations*, 24-3, 2018, pp. 499-500

<sup>1152</sup> J.C. Sharman – *The Empires of the Weak...*, cit., p. 34.

<sup>1153</sup> Jeremy Black – *European Warfare...*, cit., pp 53-54, 59-61 e 67-68.

<sup>1154</sup> J.C. Sharman – *The Empires of the Weak...*, cit., pp. 39-43; sobre as conquistas americanas durante o reinado de Carlos V, veja-se a mais recente biografia: Geoffrey Parker – *Emperor...*, cit., pp. 342-375; para uma visão comparada e geral dos impérios ibéricos, cf. Jorge Flores – «The Iberian Empires, 1400-1800» in Jerry H. Bentley, Sanjay Subrahmanyam e Merry Wiesner-Hanks (eds.) – *The Cambridge World History*.

Do ponto de vista tecnológico, o uso da espingardaria e dos canhões (completamente desconhecidos no Novo Mundo) teve pouca relevância na generalidade do processo, tendo até levado o historiador John F. Guilmartin a afirmar que a conquista do império Inca poderia ter sido realizada sem o uso de pólvora<sup>1155</sup>.

A questão da necessidade está, regra geral, sempre presente na explicação das inovações militares e até administrativas, isto é, alega-se que a necessidade em resistir e expandir o território ou respectiva influência fundamentaram as inovações bélicas e o incremento da máquina burocrática. Porém, o caso português é *sui generis*: apesar de o Reino não ter qualquer conflito militar de larga escala no seu território continental entre os finais do século XV e o a Restauração de 1640 (com excepção da conquista de Portugal por Filipe II, em 1580), o desenvolvimento das estruturas militares deu-se para fazer face aos constantes conflitos no seu território de além-mar.

O que podemos também concluir é que a tentativa de explicar a expansão militar portuguesa na Ásia invocando uma “revolução militar”, e apresentando uma leitura una e coerente do fenómeno complexo e variado (em termos de actividade e de experiência) que é a guerra, é demasiado simplista. É necessário ter sempre em conta outros factores, como o papel da diplomacia e do apoio das populações locais, do contexto político e do próprio conhecimento da realidade geográfica<sup>1156</sup>. Concordamos com a afirmação de J.C. Sharman de que os portugueses foram bem-sucedidos em manter entrepostos e fortalezas em ambientes fragmentados politicamente<sup>1157</sup>.

Apesar da sua origem europeia, o “Estado da Índia” apresentava-se como mais um jogador do complexo xadrez militar da Ásia. As semelhanças com outros Estados desta região do Mundo são visíveis, comportando-se como um potentado local que necessitou de arranjar espaço de acção e de manobra para conseguir afirmar-se e lucrar<sup>1158</sup>. Assim,

---

Vol. VI: *The construction of a Global World, 1400–1800 CE*, Part 1: *Foundations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015, pp. 271-296.

<sup>1155</sup> John F. Guilmartin, Jr. – «The military revolution...», cit., p. 312. Para uma visão comparada da expansão portuguesa e castelhana e da sua vertente militar, veja-se Bartolomé Yun-Casalilla – *Iberian World Empires and the Globalization of Europe, 1415–1668*. Singapore: Palgrave Macmillan, 2019, p. 69 e seguintes e a tese de Dario Testi – *Historia Militar del Primer Siglo de Expansión Colonial Luso-Castellana 1402-1521*. León: tese de doutoramento apresentada à Universidad de León, 2017.

<sup>1156</sup> Esta é também a ideia apresentada por Jeremy Black – «Patterns of Warfare...», cit., p. 29. Note-se que já anteriormente Luís Filipe F.R. Thomaz mostrou e enfatizou a flexibilidade e a diversidade da estrutura e da aquisição dos territórios do “Estado da Índia – «Estrutura política e administrativa do Estado da Índia...», cit., em particular as pp. 224-243

<sup>1157</sup> J.C. Sharman – *The Empires of the weak...*, cit., p. 62. Também Daniel Headrick argumentou que os portugueses acabaram por ser aceites enquanto “mal menor” face aos grandes impérios territoriais vizinhos: Daniel R. Headrick – *Power over Peoples...*, cit., pp. 75-76.

<sup>1158</sup> Veja-se esta ideia já defendida por João Paulo Oliveira e Costa – «*O Império Português em meados do século XVI*», cit., p. 184; remetemos também para o estudo de J.C. Heesterman, onde apresenta uma leitura

o seu papel não pode ser tido apenas “marginal” ou “insignificante”<sup>1159</sup>, mas como uma entidade política e militar com alguma relevância e tida em consideração pelos outros poderes locais<sup>1160</sup>. A sua dependência política face a Lisboa não lhe retirava esta configuração asiática, pois governadores e vice-reis detinham autonomia suficiente para actuar livremente, desde que estivesse acautelada a segurança da presença portuguesa.

Realcemos, por fim, que o “Estado da Índia” estava ciente das suas limitações e do seu raio de acção. Raramente vemos qualquer alto oficial a preparar uma campanha no *hinterland* ou sequer a ponderar enfrentar directamente qualquer sultanato indiano por estar ciente que o potencial militar português se encontrava sobretudo nas suas forças navais e não terrestres<sup>1161</sup>. O potencial terrestre dos grandes potentados, como o Mogol, não se comparava aos poucos recursos portugueses, visto que poderia rivalizar com qualquer potência europeia deste período<sup>1162</sup>.

O episódio de Couvão, em 1519, é sintomático desta configuração do “Estado da Índia” e até dos seus objectivos: preocupada com as intenções dos portugueses na construção de uma fortaleza, a rainha local mostrava a sua indignação ao governador Diogo Lopes de Sequeira; este respondeu-lhe que «[...] el rey de Portugal nom fazia fortalezas pera tomar as terras; que com a borda do mar se contentava pera ter seguras suas mercadarias e gente»<sup>1163</sup>. Foi esta a preocupação demonstrada por D. João de Castro durante o seu governo e que justificou as suas campanhas militares, opondo-se a sultanatos que punham em causa a existência do “Estado da Índia”, consciente de que não existia neste período um desnível tecnológico e uma superioridade militar portuguesa.

---

comparada entre a presença portuguesa e neerlandesa, traçando as semelhanças entre o “Estado da Índia” e os estados indianos: «Warriors and Merchants», *Itinerario*, 15-1, 1991, pp. 44-45; e para a leitura de George D. Winius – «Portuguese as players...», cit., pp. 195-196.

<sup>1159</sup> Termos usados por J.C. Sharman – *The Empires of the weak...*, cit., p. 35 e Jack Goldstone – *História Global da Ascensão do Ocidente...*, cit., p. 92.

<sup>1160</sup> Sharman defendeu também que as potências europeias se aperceberam da magnitude terrestre desses mesmo potentados e que, por esse motivo, acabavam sempre por se submeter às suas vontades, decorrendo também do facto dos interesses comerciais europeus dependerem mais dos produtos asiáticos do que o contrário; todavia os exemplos que já apresentamos contraria, em parte esta ideia, mostrando a importância do “Estado da Índia” nas relações diplomáticas deste período – J.C. Sharman – *The Empires of the weak...*, cit., p. 64.

<sup>1161</sup> P.J. Marshall – «Western Arms in Maritime Asia...», cit., p. 18 – onde enfatiza que todas as vitórias portuguesas são navais.

<sup>1162</sup> Veja-se a comparação de Andrew de la Garza – *The Mughal Empire at War. Babur, Akbar and the Indian military revolution, 1500–1605*. London/New York: Routledge, pp. 13-14.

<sup>1163</sup> *Lendas*, II, p. 577, citado por A. R. Disney – *História de Portugal...*, cit. p. 242.

## **PARTE IV**

### **O LEGADO DE D. JOÃO DE CASTRO**

Depois da questão militar da governação de D. João de Castro, analisaremos o seu legado político, tentando compreender o seu impacto simbólico na estruturação do “Estado da Índia. Na primeira parte deste capítulo debruçar-nos-emos sobre a sua importância na modelação de uma corte em Goa, e na segunda na construção da memória do seu governo e na criação da imagem do Capitão-mor e Governador.



## CAPÍTULO 8

### UMA CORTE IMPERIAL/VICE-REINAL?

Vários historiadores realçaram o papel de D. João de Castro na constituição de uma corte imperial ou vice-reinal, dando um destaque especial ao simbolismo das instituições que viria a ser desenvolvido nas décadas seguintes. Catarina Madeira Santo chamou especial atenção para o cerimonial desenvolvido por este governador, conferindo-lhe uma importância central na maturação da linguagem política desenvolvida por Goa enquanto capital do “Estado da Índia” e sede de uma corte imperial<sup>1164</sup>. Apesar da dificuldade inerente em definir o conceito de “corte”<sup>1165</sup>, entendemo-la nesta altura como o espaço físico de actuação directa do rei, ou neste caso, de um governador com poder delegado, e local de centralização do próprio aparelho administrativo. O que está sempre em causa é, claro, a presença directa e iminente do agente de poder, em torno do qual giram as redes clientelares e de quem emanam os ritos e as cerimónias que conferem o simbolismo necessário para a afirmação do próprio agente<sup>1166</sup>.

O crescimento natural de Goa enquanto capital do “Estado da Índia” terá concorrido para o desenvolvimento de uma corte que, na sua essência, reproduzia os órgãos palatinos de Lisboa<sup>1167</sup>. Todavia, tal foi gradual, constituindo um «[...] processo

---

<sup>1164</sup> Catarina Madeira Santos – «Goa é a chave...», cit., pp. 211-278.

<sup>1165</sup> Sobre esta dificuldade de conceptualização, veja-se Rita Costa Gomes – *A corte dos reis de Portugal no final da Idade*. Lisboa: Difel, 1995, pp. 8-11 e Catarina Madeira Santos – «Goa é a chave...», cit., p. 214.

<sup>1166</sup> Para a definição de “corte” e seu desenvolvimento da época moderna, remetemos para a recente síntese de Jeroen Duindam – «Royal Courts» in Hamish Scott (ed.) – *The Oxford Handbook of Early Modern European History, 1350-1750: Volume II: Cultures and Power*. Oxford: Oxford University Press, 2015, pp. 440-477.

<sup>1167</sup> Seguimos de perto os estudos de Catarina Madeira Santos – «Los virreys del Estado de la India...», cit., pp. 69-117 e Pedro Cardim e Susana Münch Miranda – «Virreys y gobernadores de las posesiones

recheado de hesitações, avanços e recuos»<sup>1168</sup>. Assim, discutiremos três questões centrais na criação desta corte durante o governo aqui estudado: a aplicação de uma prática governativa próxima da adoptada pelo rei; o possível desenvolvimento de uma rede clientelar de ou a partir de Castro enquanto capitão-mor e governador; e, por fim, a construção de uma imagem imperial.

### 8.1. Uma prática governativa

Tomando conta das rédeas do “Estado da Índia” em Setembro de 1545, D. João de Castro iniciou o seu mandato com várias questões herdadas do governo de Martim Afonso de Sousa, como já explanámos. Um dos problemas de maior peso dizia respeito à desvalorização do bazaruco de cobre, assunto para o qual o Governador requereu alguns pareceres para se inteirar da situação e saber da opinião de alguns elementos relevantes da cidade, como sejam os de António Rodrigues de Gamboa, procurador dos feitos del rei, dos representantes da cidade, dos mestres, de algumas entidades religiosas, como o Bispo e o Cabido da Sé, e os frades do Convento de S. Francisco<sup>1169</sup>.

Esta prática governativa – a tomada de decisão baseada no pedido de pareceres por escrito – foi repetida ao longo do seu governo em diversas situações, conhecendo-se documentação quanto a cinco grandes debates. Para além da questão dos bazarucos e cumprindo aquilo que lhe era requerido no seu regimento, Castro abriu a questão da liberalização do comércio da pimenta e do comércio das drogas para o Golfo Pérsico em Outubro e Novembro de 1545. As actas das reuniões entre o Governador e os fidalgos revelam que D. João III solicitara a Castro que «oulheis bem o que nesta matéria se deve fazer» no caso das drogas e da pimenta para Ormuz, e ainda para ter «muita lembrança de verdes bem [*a proposta de liberalização da pimenta*] [...] e os praticareis muito particularmente»<sup>1170</sup>. Os capítulos do regimento referem somente a necessidade de o monarca ser informado do resultado do debate. Porém, o Governador optou por solicitar

---

portuguesas en el Atlántico y en el Índico (siglos XVI-XVII)» in Pedro Cardim e Joan-Lluís Pablo (eds.) – *El mundo de los virreys en las monarquias de España e Portugal*. Madrid: Iberoamericana, 2012, pp.175-202.

<sup>1168</sup> Catarina Madeira Santos – «Goa é a chave...», cit., p. 216.

<sup>1169</sup> BA, Cod. 51-VII-22, fls.; voltamos a remeter para o nosso estudo: Roger Lee de Jesus – «A desvalorização do bazaruco de Goa...», cit.

<sup>1170</sup> Para ambas as citações, vejam-se os documentos transcritos por Luís Filipe F.R. Thomaz – *A Questão da Pimenta...*, cit., pp. 92 e 96.

os pareceres escritos, para os poder remeter ao Reino, conforme deixava explícito numa das actas<sup>1171</sup>.

Os debates à volta da proposta de conversão do rei de Tanor e da presença otomana em Baçorá deixaram também um valioso lastro documental que comprova que D. João de Castro recorreu a esta prática governativa como forma de reforçar a sua autoridade e comprovar a sua acção perante a Coroa<sup>1172</sup>. Note-se que a documentação referente ao rei de Tanor inclui também a acta da reunião convocada pelo Governador. Terá sido quando deste Conselho que ele «pedio a todos os que estavam no conselho jerallmente que lhe dese cada hum seu parecer por scrito», conforme testemunham os vereadores e procuradores de Goa<sup>1173</sup>. Já o chanceler Francisco Toscano especificava que os pareceres eram solicitados «por o casso ser de pesso» e «pera com elles se tomar a comcussão que fose mais serviço de Deos e del rei noso senhor e bem destas partes»<sup>1174</sup>. No outro grande debate, sobre os «Turquos que estão em Baçora», subsistem apenas os pareceres, apesar de ser provável que uma reunião tivesse também sido convocada para este assunto. Estas fontes permitem-nos compulsar os participantes nestes debates, como se observa no quadro seguinte.

**Quadro 5**  
**Participantes nos principais Conselhos do governo de D. João de Castro**

	Bazarucos (IX-1545)		Ormuz (X-1545)	Pimenta (XI-1545)		Tanor (II-1546)		Baçorá (IX-1547)
	C	P	C	C	P	C	P	P
<b>Eclesiásticos</b>								
Fr. António do Casal, Custódio de S. Francisco	X							
Mestre Diogo, pregador	X							
João Brás, vigário	X							
D. Juan de Albuquerque, Bispo de Goa	X					X	X	
Fr. Paulo de Santarém, Guardião de S. Francisco	X					X	X	
Mestre Pero Fernandes, pregador e vigário-geral	X					X	X	
Sé e Cabido		X						
Convento de S. Francisco		X						
<i>Total</i>	6	2				3	3	

<sup>1171</sup> «E depois deste caso ser muito praticado lhe dessem seus pareceres per escrito, porquanto compria mandá-los a Sua Alteza» – *Ibidem*, p. 96

<sup>1172</sup> Como dissemos, os pareceres sobre a ida do Governador a Tanor para proceder à conversão do soberano local encontram-se na BA, Cod. 51-VI-22, fls. 165-228v; aqueles relativos à questão de Baçorá, na mesma Biblioteca, Cod. 51-VII-19, fls. 293-331.

<sup>1173</sup> BA, Cod. 51-VI-22, fl. 215r.

<sup>1174</sup> *Ibidem*, fl. 209r.



<b>Oficiais e outros representantes</b>								
António Afonso, contador	X		X	X	X			
António Cardoso, secretário da Índia	X		X	X	X	X	X	
António Rodrigues de Gamboa, procurador del rei	X	X	X	X	X			
Bastião Luís, contador	X		X	X	X			
Brás de Araújo, vedor da fazenda	X							
Cosme Anes, escrivão da matrícula	X		X	X	X			X
Domingos Pires Guedes, contador			X	X	X			
Fabião da Mota, tesoureiro de Goa			X					
Dr. Francisco Toscano, chanceler	X		X	X	X	X	X	X
Julião Fernandes, contador			X	X	X			
Pascoal Florim, juiz dos feitos del rei	X		X	X	X			
Pero Lopes de Sande, feitor de Goa			X	X	X			
Simão Botelho, vedor da fazenda								X
Dr. Simão Martins, ouvidor-geral	X			X	X	X	X	
Procuradores da cidade de Goa		X						
Procuradores dos mesteres (Manuel Afonso, Martim Gomes, João Martins, Diogo Gonçalves)						X	X	
Secretários (Bastião de Borgonha, Pero Anes, Lopo d'Aguiar e João Fernandes)		X						
Vereadores (Manuel Coutinho, Rui Gonçalves de Caminha, Jerónimo Pinto)						X	X	
<i>Total</i>	9	3	11	11	11	5	5	3

<b>Fidalgos, casados e outras individualidades</b>								
D. Álvaro de Castro	X		X			X	X	X
Álvaro de Freitas				X	X			
Álvaro Vaz				X	X			
Bernaldim de Sousa			X	X	X	X		
D. Bernardo de Noronha	X		X			X	X	
Cristóvão Dória				X	X			
D. Diogo de Almeida, capitão de Goa	X			X	X	X	X	X
Diogo Álvares Teles				X	X	X	X	X
Diogo Rabel				X	X			
Diogo Rodrigues de Azevedo				X	X			
Duarte Barreto				X	X			
Duarte de Eça								X
Duarte de Miranda de Azevedo					X			
Fernão de Pina				X	X			
Fernão de Sousa								X
Francisco da Cunha						X	X	X
D. Francisco de Lima								X
Francisco da Maia, contador	X							
D. Garcia de Castro	X		X					

Garcia de Sá								X
Gaspar de Pina				X	X			
Jerónimo Ferreira				X	X			
D. Jerónimo de Noronha	X		X					
Jerónimo Rodrigues								X
João de Magalhães								X
João de Sepúlveda	X							
João Fernandes				X	X			
João Fernandes de Vasconcelos								X
Jorge Cabral	X		X	X	X	X	X	X
Luís Coutinho								X
Luís Falcão								X
Manuel Coutinho								X
Manuel Godinho				X	X			
D. Manuel da Silveira	X							
Manuel de Sousa de Sepúlveda	X		X					X
Miguel de Carvalho				X	X			
Misericórdia de Goa		X						
Pero da Silva								X
Pero de Faria	X		X	X	X	X	X	
Pero de Vilhegas				X	X			
Pero Fernandes	X							
Rafael Lobo								X
Rui Gonçalves de Caminha	X			X	X			X
Simão da Cunha				X	X			
Vasco da Cunha						X	X	X
<i>Total</i>	<i>13</i>	<i>1</i>	<i>8</i>	<i>20</i>	<i>21</i>	<i>9</i>	<i>8</i>	<i>20</i>
<i>Soma total</i>	<i>28</i>	<i>6</i>	<i>19</i>	<i>31</i>	<i>32</i>	<i>17</i>	<i>16</i>	<i>23</i>

Legenda: C – Presença no Conselho; P – Parecer escrito  
Fontes: BA, Cod. 51-VII-19/22

Conforme podemos extrair no quadro anterior, encontramos uma grande diversidade nos participantes dos grandes debates e respectivos pareceres. O motivo da escolha das individualidades convocadas recaía, como se deduz, do próprio assunto debatido. Concretamente, na questão das drogas e de Ormuz e da Pimenta, foram chamados oficiais e fidalgos que tinham «[...] muito práticas [sic] nas mercadarias e tratos destas partes, por sempre andarem nisso e o saberem muito bem, e por terem muita experiência destes tratos e negócios»<sup>1175</sup>; já, por exemplo, os pareceres de Baçorá revelam que foram pedidos a homens com igual experiência na região e no assunto, como Simão Botelho (vedor da fazenda que já passara por Ormuz) ou Luís Falcão (ex-capitão de Ormuz).

<sup>1175</sup> Luís Filipe F.R. Thomaz – *A Questão da Pimenta...*, cit., p. 96.

A recolha de pareceres escritos já tinha antecedentes na política Joanina, concretamente quando do debate sobre o abrandamento do investimento no “Estado da Índia” ou a permanência da presença portuguesa em algumas fortalezas do Norte de África, nas décadas de 1530-1540 e donde subsistem mais de quatro dezenas de opiniões emitidas por fidalgos e religiosos proeminentes da corte de D. João III<sup>1176</sup>. O próprio D. João de Castro terá sido inquirido em 1534, como referimos, mas desconhecemos se chegou a fornecer um parecer ou se este não resistiu à passagem do tempo. Um parecer de D. Álvaro, seu filho, datado de 1561 e dirigido a D. Catarina, regente na menoridade de D. Sebastião, sobre a questão da presença otomana no Golfo Pérsico, demonstra que, para além de ter participado nestes debates durante o governo do seu pai (onde assinou pareceres sobre a questão de Tanor e de Baçorá), esta prática governativa continuou a ser comum ao longo desse século<sup>1177</sup>. Realçemos que não temos registo directo de nenhum outro governador ou vice-rei durante o século XVI, antes ou depois de Castro, que tenha recorrido a pareceres por escrito para justificar as suas decisões.

Os pareceres emitidos pelos fidalgos não são mais do que a passagem para o papel da opinião dada durante as reuniões que configuravam o Conselho dos Capitães, instituição preconizada no regimento de D. Francisco de Almeida, em 1505, e que acompanhou todos os seus sucessores<sup>1178</sup>. Como o nome indica, este Conselho procurava reunir capitães, fidalgos e, por vezes, individualidades religiosas, funcionando como câmara consultiva do mais alto oficial do “Estado da Índia”, dando posteriormente origem, já nos inícios do século XVII, ao Conselho de Estado<sup>1179</sup>. Os fidalgos eram convocados para debaterem os mais variados assuntos, muitas vezes questões militares, deixando só rasto pela decisão tomada. É o caso, por exemplo, da opção de Castro de dar

---

<sup>1176</sup> Vejam-se os pareceres nos já mencionados estudos de Otilia Rodrigues Fontoura – *Portugal em Marrocos...*, cit., e Maria Leonor García da Cruz – *As controvérsias ao tempo de D. João III...*, cit.

<sup>1177</sup> Parecer de 28-VIII-1561, in Luís de Albuquerque – «Alguns aspectos da ameaça turca...», cit., pp. 396-398; o documento original encontra-se no ANTT/CSL, 4, fls. 446-447v e a primeira parte parece estar na mesma colecção, mas noutra tomo (V, fls. 91-93v), e que responde às perguntas colocadas num fólio existente no mesmo volume (fl. 89), que especifica as questões a que a Coroa procurava respostas, e cujo verso indica «Pareser sobre Baçorá que dei ha Rainha», mostrando ser do punho do próprio D. Álvaro. Sobre a questão de Baçorá no reinado de D. Sebastião, e o prolongado debate tido sobre a proposta de paz com os otomanos, veja-se o artigo, de Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata Azevedo Cruz – «A “Questão de Baçorá” na menoridade de D. Sebastião: a perspectiva das informações colhidas na Índia e as iniciativas de governo», *Revista da Faculdade de Letras* (Lisboa), 6, 1986, pp. 49-64, cujos dados devem ser actualizados com os mais recentes estudos de, entre outros, Nuno Vila-Santa – «A Coroa e o Estado da Índia nos reinados de D. Sebastião e D. Henrique: política ou políticas?», *Lusitania Sacra*, 29, Janeiro-Junho 2014, pp. 41-68.

<sup>1178</sup> A título de exemplo, vejam-se as várias actas de Conselhos reunidos por Afonso de Albuquerque quando das suas campanhas.

<sup>1179</sup> Sobre a importância e a evolução do Conselho dos Capitães, cf. Catarina Madeira Santos – «Goa é a chave...», cit., pp. 172-173.

batalha aos guzerates, em Diu: «e acabado de desembarcar pratiquei com D. João Mascarenhas, e com todos os capitães e fidalgos da Armada, a maneira que teria em minha saída»<sup>1180</sup>. As actas dos Conselhos reunidos por D. Álvaro de Castro, durante a expedição a Adem e a Caxem, subsistem como prova do cumprimento do próprio regimento emitido pelo Governador e que documenta a importância deste Conselho:

«Todollas vezes que ouverdes de fazer caminho novo ou que se ofereçer aver de pelear tomares conselho e parecer com todos los capytaes e fidalguos que na armada vão, e posto que vos pareça que a tal cousa he mais crara que o sol a meo dia, não leyxares porem de tomallo parecer de todos; e do que asy asemtarem mandares fazer huum asemto em que todos asynem»<sup>1181</sup>.

A importância que D. João de Castro conferiu a este órgão, de forma quase colegial, é relevante na sua actuação enquanto governador. A sua existência não foi, como dissemos, inovadora, mas o seu funcionamento através dos pedidos de pareceres é bem revelador do papel que Castro conferiu a um punhado de fidalgos que o rodeou durante a sua governação. O Governador não dava apenas oportunidade para estes se manifestarem, mas permitia também que as suas vozes fossem ouvidas e registadas, mimetizando o próprio poder régio. Esta prática governativa pode ser considerada como uma expressão de poder, visto que, enquanto mais alto representante da Coroa, Castro se arrogava o direito de usar as formas de actuação do próprio monarca. Mais do que o simples registo documental para ser enviado para o Reino, os pareceres configuram uma importante e relevante componente da governação do “Estado da Índia” neste período.

## 8.2. Uma rede clientelar?

O levantamento das questões do poder durante este governo leva-nos a analisar agora a hipótese de existência de uma rede clientelar criada e mantida pelo Governador. De certa maneira, a existir, esta rede replicava a da própria Coroa, no Reino, enquadrada numa *economia de mercês*, onde as ideias-chave eram, como demonstraram Ângela Barreto Xavier e António Manuel Hespanha, “amizade”, “liberalidade”, “caridade”, “magnificiência”, “gratidão” e “serviço”<sup>1182</sup>. O que está em causa é um sistema

---

<sup>1180</sup> Carta de Castro ao rei, de 16-XII-1546, *OCDJC*, III, p. 303.

<sup>1181</sup> Regimento dado a D. Álvaro de Castro, capitão-mor da armada que vai a Adem, 26-II-1548, *OCDJC*, III, p. 532; as actas foram compiladas em *Diário*, pp. 71-75, 81-84.

<sup>1182</sup> Ângela Barreto Xavier e António Manuel Hespanha – «As redes clientelares» in José Mattoso (dir.) – *História de Portugal*, vol. IV: *O Antigo Regime*, coord. António Manuel Hespanha. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 342.

redistributivo dos ganhos da Fazenda Régia por aqueles que cumpriam serviço em nome do rei. Como afirmou Fernanda Olival, «servir a Coroa, com o objectivo de pedir em troca recompensas tornara-se quase um modo de vida, para diferentes sectores do espaço social português. Era uma estratégia de sobrevivência material, mas também honorífica e de promoção»<sup>1183</sup>.

A estreita relação que se estabelecia entre o monarca e a fidalguia pendia para os dois lados, tendo em conta que não era apenas o fidalgo que servia em nome do rei, aguardando a mercê para se auto-sustentar, mas era também o próprio poder central que requeria homens para suportar a sua máquina administrativa e militar e que necessitava de gratificar para conservar o próprio “Estado da Índia”, reforçando desta forma o seu próprio poder enquanto detentor e distribuidor de privilégios. O serviço ao monarca era até entendido como «[...] uma forma de investimento, ou seja, um capital susceptível de ser convertido em doações da Coroa, num tempo posterior. E com uma vantagem: a recompensa régia tinha frequentemente fortes conotações honoríficas, além do valor económico que pudesse ter. Esta particularidade era essencial numa sociedade organizada em função do privilégio e da honra, da desigualdade de condições, que cada um devia esforçar-se, não por esconder, mas por exhibir, até de forma ostensiva»<sup>1184</sup>.

Tudo isto se liga à existência de um sistema de valores centrais à época, ou seja, um «conjunto de valores (primários/vitais) que logram obter um consenso alargado e intenso pela sua importância, quer porque participam da esfera do *sagrado* (não confundir com o religioso), quer porque são abraçados por elites (pessoas ou instituições com funções apreciadas»<sup>1185</sup>. A *honra*, a *fama*, o *proveito* e a *glória* eram entendidos como padrões ideológicos que norteavam grande parte dos actos e das estratégias de sobrevivência da nobreza e da fidalguia. Entenda-se a interligação entre eles: a concessão de *honra(s)* trazia, à partida, o *proveito* (o reconhecimento material), a *fama* (o reconhecimento social) e a *glória* (geralmente *celeste* e intemporal).

Grande parte da correspondência vinda da Ásia e dirigida ao rei procurava precisamente o reconhecimento pelos serviços prestados, aguardando alguma honra e o respectivo proveito. Este tipo de epistolário é denominado comumente como “cartas de

---

<sup>1183</sup> Fernanda Olival – *As ordens militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal: (1641-1789)*. Lisboa: Estar, 2001, p. 21.

<sup>1184</sup> *Ibidem*, p. 24.

<sup>1185</sup> Voltamos a remeter para o estudo de João Marinho dos Santos – «A ideologia dos Descobrimentos...», cit., pp. 43-86, citação da p. 50.

serviços”<sup>1186</sup> e é sobejamente conhecido da historiografia do “Estado da Índia”. Como verificamos, a mercê régia traduzia-se sob diversas formas, como por exemplo monetária, material ou sob a forma de “carreira” ou de “viagem” que, voltemos a explicitar, se traduzia na autorização de envio de um navio a certo porto, com a possibilidade de aí negociar os respectivos produtos, tudo em favor da fazenda pessoal do visado. Contudo, não é de admirar que alguns fidalgos se vissem ofendidos pela pequenez da mercê.

Sede de um poder a caminho da plena centralização, as redes clientelares e a distribuição de mercês da Coroa enquadram-se no aparelho decisório do Antigo Regime, contribuindo «[...] para forjar sistemas hierarquizados, nos quais objectivamente se inscrevia a lógica de subordinação política essencial para a prática efectiva do mando»<sup>1187</sup>. Relembremos que o monarca possuía uma corte e um grupo restrito de conselheiros, cujo modelo era replicado no território além-mar. Como afirma Catarina Madeira Santos, «en Goa, como en Lisboa, la corte funcionaba como um centro de distribución de honras y mercedes para los fidalgos que acompañaban a los gobernadores y la élite goesa que poco a poco se fue formando»<sup>1188</sup>.

A existência do registo das mercês outorgadas por D. João de Castro é o mote da questão que tentaremos aqui responder: terá o Governador usado estas mercês para estabelecer e firmar a sua própria rede clientelar no “Estado da Índia”?<sup>1189</sup>

Analisemos primeiramente, com mais atenção, o referido *Livro das Mercês*. Este manuscrito contém cerca de 960 registos de mercês que se podem dividir em dois tipos: num primeiro caso as mercês extraordinárias, concedidas pelos serviços prestados, quer a fidalgos quer a outros homens de condição inferior; no segundo deparamo-nos com as benesses regulares, destinadas a capitães de fortalezas enquanto privilégios inerentes a esse cargo. Note-se neste último tipo que a própria formulação do registo é diferente, permitindo interpretar que se se trata de uma mercê intrínseca ao cargo e não atribuída apenas por vontade do Governador. Em todo o caso, ambos os tipos de mercês poderiam ser: 1) gratificação monetária pelos serviços prestados; 2) concessão de viagem para algum porto, desde a costa oriental africana até à China; 3) autorização para comerciar certa quantidade de especiaria ou droga de um porto para outro; 4) licença para construção

---

<sup>1186</sup> Assim apelidadas num artigo já clássico de Luís de Albuquerque e José Pereira da Costa aqui citado frequentemente: «Cartas de «Serviços»...», cit..

<sup>1187</sup> José Pedro Paiva – *Os bispos de Portugal e do Império...*, cit., p. 565.

<sup>1188</sup> Catarina Madeira Santos – «Los virreyes del Estado de la Índia...», cit., p. 108.

<sup>1189</sup> Já Luís de Albuquerque tentara responder a esta pergunta e a outras de similar teor, mas com uma conclusão diferente à nossa – cf. «A propósito do “Livro das Mercês”» in *Alguns casos da Índia Portuguesa no Tempo de D. João de Castro – I*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989, pp. 41-103.

de navio; 5) concessão de terras na zona de Baçaim ou de Goa; 6) nomeação de alguns cargos na administração; ou 7) algum outro tipo de mercê que não se enquadra nas categorias anteriores, de que são exemplos, o registo de D. João de Ataíde, agraciado com um cavalo árabe que fora oferecido ao Governador pelo rei de Baçorá<sup>1190</sup>, ou ainda o perdão da pena aplicada a Diogo Lopes de Aguião por ter capado uns escravos seus<sup>1191</sup>, entre outras gratificações. Assim, o número de cada tipo de mercê pode ser sumariado no quadro seguinte.

**Quadro 6**  
**Número e tipo de mercês concedidas**

<b>Tipo</b>	<b>Concessões</b>	<b>%</b>
“Viagens”	306	32
Monetárias	282	29
Nomeações	140	14
Terras	76	8
Trato	68	7
Outras	55	6
Construção naval	42	4
<b>TOTAL</b>	<b>969</b>	<b>100</b>

Fonte: *LMercês*.

Este registo sistemático de mercês foi iniciado nos primeiros dias da governação. Como mencionámos, a mais antiga data de 4 de Setembro de 1545, testemunhando desde logo uma prática administrativa de reconhecido valor tendo em conta que procurava documentar a sua acção. O próprio título completo do manuscrito demonstra uma estratégia pensada para agradar à Coroa, envolto em retórica que procurava diminuir o valor da acção: «Livro em que estão as merces que tenho feytas aos capytães e fidalguos da Imdia dos quoaes não tenho nem esperão de ter nenhum agardecymemto»<sup>1192</sup>. Nesta linha, é ainda mais relevante uma anotação de Castro na margem do título das mercês concedidas a Luís Falcão, capitão de Ormuz: «Dá se por agravado Luys Falcão [...] porque lhe não comsemty fazer mercês em nome del rey noso senhor cousa reservada somente à pesoa dos governadores e aimda com hũa certa lymytação»<sup>1193</sup>. Esta nota destaca a prerrogativa única dos governadores de atribuir mercês em nome do rei, como ainda dá conta da limitação do poder do representante régio. Todavia, as centenas de

<sup>1190</sup> *LMercês*, fl. 32v, 15-I-1546; o registo desta oferta diplomática encontra-se na certidão da mesma data, em BA, Cod. 51-VII-19, fl. 141.

<sup>1191</sup> *LMercês*, fl. 90v, 15-XII-1546.

<sup>1192</sup> *Ibidem*, fl. 2r.

<sup>1193</sup> *Ibidem*, fl. 10r.

entradas presentes na fonte quase que apontam para o caso oposto, isto é, para um poder alargado para recompensar a fidalguia “de serviço”, mimetizando o rei no exercício da *graça régia*, autorização que não é referida no alvará de nomeação de Castro onde o monarca delega o poder de mando ao mais alto oficial do “Estado da Índia”<sup>1194</sup>, mas que já era prática desde a nomeação de D. Francisco de Almeida<sup>1195</sup>.

Sobre as várias centenas de mercês dadas, voltemos a revelar que o número de benefícios concedidos subiu consideravelmente após o início do segundo cerco de Diu, em Abril de 1546, justificando-se pela necessidade iminente de agradecer, retribuir e aliciar o apoio à operação que então findara e às futuras.

Como podemos ver no quadro anterior, a autorização de “viagens” a um determinado porto revelou ser o tipo de mercê mais comum. A concessão oficial permitia, de certa forma, ter algum controlo sobre as viagens particulares realizadas fora da alçada régia<sup>1196</sup>. É o caso de Miguel Ferreira, referido já por Luís Filipe Thomaz, agraciado com uma viagem ao Porto Grande de Bengala, carregando «prymeyro que todos [*os outros navios*] dando lhe poder e mamdo e jurdição sobre todollos navios que la fosem»<sup>1197</sup>. A integridade da Fazenda Régia mantinha-se visto que os direitos aduaneiros continuavam a ser pagos nas feitorias, como se pode ver, por exemplo, na autorização concedida a Tristão da Orta, para «ir no seu navio ou mamdar a Ormuz e dahy ir a Bemgala sendo obryguado a vyr a Guoa pagar os dereytos n'allfamdegua»<sup>1198</sup>.

Contam-se, ao longo do códice, pouco mais de 300 “viagens” concedidas nestes moldes<sup>1199</sup>. Os destinos variavam desde a Costa Oriental de África até à China, como se poderá verificar pelo quadro seguinte e observar os locais mencionados no Mapa 1, em anexo.

---

<sup>1194</sup> Alvará de 28-II-1545, *OCDJC*, III, pp. 55-57.

<sup>1195</sup> Sobre o uso desta prerrogativa, cf. Catarina Madeira Santos – «Goa é a Chave...», cit., pp. 55-57.

<sup>1196</sup> Rui Loureiro nota também que a organização destas viagens para o Sudeste Asiático, realizadas às vezes numa frota única, e não em navios que partiam sozinhos, aumentava a segurança da viagem visto que permitia uma maior capacidade de defesa em caso de ataque piratas, como seja dos Achém – cf. *Fidalgos, Missionários e Mandarins. Portugal e a China no século XVI*. Lisboa: Fundação Oriente, 2000, p. 388.

<sup>1197</sup> *LMercês*, fl. 97v; cf. também Luís Filipe F.R. Thomaz – «O sistema das viagens...», cit., p. 72.

<sup>1198</sup> *LMercês*, fl. 95v.

<sup>1199</sup> A contabilização final das viagens levou a uma discrepância face aos números apresentados por Luís de Albuquerque (somava 374 e as nossas contas somaram 306 – cf. «A propósito do “Livro das Mercês”», cit., pp. 48-49), o que nos levou a confirmar novamente os dados, mantendo esta nova contagem.



**Quadro 7**  
**Destino das “viagens” concedidas**

<b>Área geográfica</b>	<b>Local</b>	<b>Concessões</b>	<b>%</b>
Golfo de Bengala	Bengala	133	43,5
Sudeste Asiático	Malaca	54	17,6
Golfo Pérsico	Ormuz	42	13,7
China	China	7	2,3
Sudeste Asiático	Maluco	7	2,3
Golfo de Bengala	Porto Pequeno	7	2,3
Ceilão	Ceilão	6	2,0
Hindustão	Cambaia	5	1,6
Hindustão	Costa da Índia	5	1,6
Golfo Pérsico	Mascate	4	1,3
Golfo de Bengala	Arração	3	1,0
Golfo Pérsico	Baçorá	3	1,0
Golfo Pérsico	Calaiate	3	1,0
Hindustão	Maçulepatão	3	1,0
Golfo de Bengala	Martavão	3	1,0
Golfo de Bengala	Porto Grande	3	1,0
Golfo de Bengala	Tanaçarim	3	1,0
Golfo de Bengala	Pegu	2	0,7
Sudeste Asiático	Sunda	2	0,7
Mar Vermelho	Adem	1	0,3
Sudeste Asiático	Banda	1	0,3
Sudeste Asiático	Bornéu	1	0,3
Sudeste Asiático	Java	1	0,3
Costa Oriental Africana	Melinde	1	0,3
Mar Vermelho	Moca	1	0,3
Hindustão	Patane	1	0,3
Sudeste Asiático	Patani	1	0,3
Sudeste Asiático	Quedá	1	0,3
Sudeste Asiático	Sião	1	0,3
Costa Oriental Africana	Sofala	1	0,3
<b>TOTAL</b>		<b>306</b>	<b>100</b>

Fonte: *LMercês*.

O elevado número de autorizações concedidas para os portos de Bengala<sup>1200</sup>, Malaca, e Ormuz realça perfeitamente os nódulos do comércio asiático, bem como a

<sup>1200</sup> Tenhamos em atenção que a identificação de Bengala nestas mercês deverá referir-se à «cidade de Bengala», isto é, a Chatigão (Chittagong, no actual Bangladesh), também apelidada de Porto Grande, em oposição ao Porto Pequeno de Satgaon; apesar desta identificação certa, optámos por seguir a denominação utilizada no *Livro das Mercês*, evitando somar as “viagens” de Bengala àquelas atribuídas para o Porto Grande. Para a identificação deste lugar, veja-se o estudo de Armando Cortesão – «A “cidade de Bengala” do século XVI e os Portugueses» in *Esparsos*. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1974, vol. I, pp. 365-385 e Geneviève Bouchon e Luís Filipe F.R. Thomaz – *Voyage dans les deltas du Gange et de l’Irraouaddy – 1521*. Paris: FCG/CCP, 1988, pp. 176-181.

própria geografia dos produtos e das rotas mais procuradas e lucrativas<sup>1201</sup>. Prova disso são 17 concessões que incluem uma viagem a estes três locais, regra geral pela ordem apresentada. É o caso de Francisco de Aguiar, que, a 25 de Janeiro de 1548, recebeu licença para ir ou mandar um navio seu a Bengala na monção de Abril, e daí ir a Malaca e depois a Ormuz, pagando os direitos em Goa<sup>1202</sup>. Interessa também relevar que encontramos este tipo de mercê para todo o homem de qualquer condição, quer fidalgos com relevantes cargos na administração, quer simples *casados e lascarins*. Chegamos a encontrar dez nobres titulados entre os agraciados, o que testemunha a persistência da ideia clássica de Magalhães Godinho do cavaleiro-mercador. O proveito era certo: o envio de um navio permitia a compra de produtos locais e a sua venda quer na própria Ásia ou remetendo a carga para o Reino, para colher os lucros no mercado europeu.

Entre os portos para os quais foram concedidas “viagens” salientamos Baçorá, Adem e Cambaia. No primeiro caso, três capitães (D. João de Mascarenhas (capitão de Diu), D. Diogo de Almeida (capitão de Goa) e D. Jerónimo de Noronha (capitão de Baçaim) recebem a concessão de enviar navios para Baçorá, configurando, ao que nos parece, um privilégio do cargo e não tanto uma mercê extraordinária concedida por D. João de Castro<sup>1203</sup>; entenda-se que estas três capitánias eram das mais relevantes à época e que os registos dizem respeito a 1545, antes da tomada da cidade pelos otomanos. A viagem a Adem foi concedida a 25 de Janeiro de 1548, a «Babuquar arabyo», no mesmo dia em que também foi permitido o envio de um navio a Moca<sup>1204</sup> a «Jedra arabio»<sup>1205</sup>; ambas mercês se configuram praticamente como um *cartaz*, isto é, uma autorização para navegação livre entregue a mercadores locais. Por fim, as já referidas cinco concessões a Cambaia, (todas elas depois do segundo cerco de Diu) são relevantes por mencionarem que as viagens se poderiam realizar «sem embargo da guerra», demonstrando a continuação da vitalidade destas rotas mesmo num ambiente de conflito e até de proibição de comércio com os mercadores do Guzerate, conforme referimos; os registos das mercês de Cide de Sousa e Pero Preto justificam até as viagens pelo serviço prestado durante o assédio a Diu<sup>1206</sup>.

---

<sup>1201</sup> Cf. Luís Filipe F.R. Thomaz – «O sistema das viagens...», cit., pp. 76-78.

<sup>1202</sup> *LMercês*, fl. 177r.

<sup>1203</sup> *Ibidem*, respectivamente fl. 2r, 5r e 7r.

<sup>1204</sup> Cidade portuária do Mar Vermelho, localizada a 13°19'N 43°15'E.

<sup>1205</sup> *Ibidem*, fl. 175v.

<sup>1206</sup> *Ibidem*, fl. 93v e 95r. Dois registos dizem respeito a António de Sousa, capitão de Chaul, que cremos serem mercês próprias, e não privilégio do cargo – *Ibidem*, fls. 9r e 169r; o outro registo é de Xequete, regedor do rei de Melinde – *Ibidem* 172v-173r.

As sete “viagens” concedidas à China revelam que um dos principais produtos exportados para o Celeste Império era a pimenta do Sudeste Asiático, como a de Quedá, Sunda e Patani e que a paragem por Malaca era quase sempre obrigatória<sup>1207</sup>. Estas mercês não revelam um interesse notório de Castro pelo mundo sínico ou pelo seu trato, como já mostrou Rui Loureiro<sup>1208</sup>, mas denotam já uma certa preocupação em controlar estas “viagens” e em prevenir o tráfico de pimenta do Malabar num período de crescente exploração destas rotas donde se destaca a fixação espontânea de muitos mercadores e aventureiros no porto de Liampó<sup>1209</sup>.

Também ligado ao proveito próprio dos particulares, encontramos mais de meia centena de concessões de trato, isto é, de autorização para transportar (e por vezes comprar, com ou sem isenção de direitos aduaneiros) certa quantidade de droga ou especiaria de um porto para o outro, com o objectivo de ser aí revendida. A título de exemplo, veja-se o registo de António Martins, que recebeu licença para trazer na nau del rei 10 bares de cravo<sup>1210</sup> das Molucas, pagando os respectivos direitos<sup>1211</sup>; ou Bastião Dias, que via recompensada a sua participação no socorro a Diu, respectiva batalha e reconstrução da fortaleza com uma licença para comprar 10 bares de canela de Ceilão e os trazer na nau del rei, livro de fretes<sup>1212</sup>. Notemos que 34% deste tipo de mercês (23 em 68) são confirmações de concessões dadas por Martim Afonso de Sousa durante o seu governo: 10 para o trato da canela de Ceilão (especificando, em 8 registos, que poderiam remeter esta especiaria para Ormuz); 7 para o gengibre do Malabar; 2 para lacre do Pegu, 2 para o cravo das Molucas e 1, já referida, para a pimenta de Quedá/Sunda<sup>1213</sup>. Tais

---

<sup>1207</sup> Estes são os portos directamente referidos nas mercês dadas a D. Diogo de Almeida (*Ibidem*, fl. 6r), Rui de Melo Pereira (*Ibidem*, fl. 30v) e Diogo Álvaro Teles (*Ibidem*, fl. 36r-v). As outras individualidades favorecidas são D. Jerónimo de Noronha (*Ibidem*, fl. 7v), Bernardim de Sousa, com dois registos de mercê China (*Ibidem*, fls. 15r-v) e Diogo Pereira (*Ibidem*, fl. 183r-v)

<sup>1208</sup> Rui Manuel Loureiro – *Fidalgos, Missionários e Mandarins...*, cit., p. 382-391.

<sup>1209</sup> Sobre esta presença na costa chinesa, que serviria de base para a chegada ao Japão, cf. João Paulo Olivera e Costa – *A descoberta da civilização japonesa...*, cit., pp. 119-124.

<sup>1210</sup> Cerca de 1800 kg de cravo, se tomarmos a medida de bar (ou bahar) do *dachim* pequeno, equivalente a 183 kg – cf. Luís Filipe F.R. Thomaz – *A Questão da Pimenta...*, cit., p. 37, n. 127.

<sup>1211</sup> *LMercês*, fl. 100r, 31-I-1547

<sup>1212</sup> *Ibidem*, fl. 137v, 20-VIII-1547

<sup>1213</sup> São os casos de \*D. Diogo de Almeida, fls. 5r-6v; Luís Falcão, fls. 10r-v; \*Cristóvão de Sá, Fernão Gomes de Sousa e Luís Caiado, fl. 17r; D. Garcia de Castro, fls. 18r-v; \*Pero Vaz de Sequeira, fls. 19r-v; \*Francisco Lopes de Sousa, fls. 20r-v; Afonso Furtado, fl. 20v; Francisco de Sá, 29r-v; e todos os registos no «Título de confirmações que fyz», dos fls. 34r-36v, que incluem os nomes de Vigário Miguel Vaz, Vasco da Cunha, Francisco Brandão, Jorge da Silva, Luís de Sousa, Rui Dias, \*António de Sá, Pero de Ataíde Inferno, Pero Leão de Almeida, Diogo Ferraz, Jam Luís, Jorge de Sousa, e \*Diogo Álvaro Teles. Os nomes assinalados com asterisco indicam que esses homens já tinham sido favorecidos com outras mercês por Martim Afonso de Sousa, durante o seu governo – cf. Alexandra Pelúcia – *Martim Afonso de Sousa*, p. 363 – Quadro VI.

registros comprovam que Castro se limitou a replicar a prática dos seus antecessores, mas com uma dimensão consideravelmente superior.

Da centena de beneficiados por D. João de Castro, realçamos igualmente os cargos ou ofícios concedidos, como feitores, escrivães de feitoria ou de naus, provedores de obras ou dos defuntos, capitães de embarcações, entre outros. Contabilizámos 140 registros de nomeações durante este governo, 59 apenas nos primeiros seis meses de governação e 47 como recompensa pela participação no segundo cerco de Diu. A maior parte dos cargos dizem respeito à área administrativa, como escrivães (52 nomeações), havendo um certo equilíbrio entre os ofícios da Fazenda, da justiça e os provimentos para capitães, como podemos ver pela tabela seguinte.

**Quadro 8**  
**Área dos oficiais nomeados<sup>1214</sup>**

Área	Concessões	%
Administração	58	41
Fazenda	26	19
Justiça	26	19
Capitania	22	16
Militar	8	6
<b>TOTAL</b>	<b>140</b>	<b>100</b>

Fonte: *LMercês*.

Apesar destas nomeações serem uma obrigação e uma necessidade administrativa do “Estado da Índia”, tal não deixa de demonstrar o alcance do poder do Governador, além de que poderia delegar nos capitães a respectiva concessão de cargos nas fortalezas. Concretamente, encontramos em alguns registros licença para o capitão da fortaleza prover os cargos que aí ficassem vagos durante a sua capitania, permitindo que este satisfizesse a sua própria clientela. É o caso, entre outros, de D. Manuel de Lima que, quando

---

<sup>1214</sup> Para facilitarmos a leitura dos dados optámos por atribuir a cada nomeação uma única categoria, apesar de alguns cargos terem uma dupla valia, como seja o caso de Garcia Sardinha, nomeado feitor e alcaide-mor de Maluco (*LMercês*, fl. 27r), e aqui considerado pela sua função na Fazenda, visto que deveria ter preponderância face ao cargo militar de alcaide. Os vários porteiros, guardas e apontadores providos, por vezes acumulando algumas destas funções, foram tidos como administrativos, apesar de contemplarem também uma componente de fiscalidade que poderia ser observado pelo lado da Fazenda. No mesmo sentido, todos os escrivães foram também entendidos como oficiais da administração, apesar da especialização de cada um, podendo servir como escrivão da feitoria, do armazém, do ouvidor ou de um navio, por exemplo. Por fim, o cargo de tanadar (3 nomeações) foi classificado como ofício da Fazenda, apesar de conjugar uma função financeira e militar, sendo um «[...] agente de mediação entre as comunidades rurais e a administração financeira» (para uma definição deste cargo, cf. Susana Münch Miranda – *A administração da Fazenda Real...*, cit., pp. 74-75).

exercesse a capitania de Ormuz pudesse «prover todollos oficyos da dita fortaleza que estyverem vaguos ou vagarem em seu tempo»<sup>1215</sup>. Mais sintomático da possibilidade de favorecer a sua clientela é o caso, por exemplo, de D. Garcia de Castro, cujo registo indica que D. João de Castro lhe dera «certos oficyos pera seus cryados e amyguos»<sup>1216</sup>, sem especificar quantos ou quais. Salientemos que este último caso é único durante o seu governo e poderá estar ligado às suas solidariedades linhagísticas, visto que D. Garcia era seu primo coirmão, pelo lado paterno (D. Álvaro, pai de D. João, era meio-irmão de D. Francisco, pai de D. Garcia<sup>1217</sup>) e que, tal como o Governador, fora à Ásia em 1538 e participara na expedição ao Mar Vermelho, em 1541, podendo indiciar alguma relação de proximidade entre os dois homens.

Quanto à possível ligação à sua parentela, a análise do *Livro das Mercês* não confirma que Castro tenha dado um destaque particular aos seus familiares. Dos fidalgos que sabemos estarem ao serviço do “Estado da Índia” neste período apenas contamos seis membros ligados linhagisticamente ao Governador: para além do já mencionado D. Garcia de Castro, que regressou ao Reino no final de 1545, encontramos os nomes de D. Diogo de Almeida, capitão de Goa (primo coirmão pelo lado materno); D. Bernardo de Noronha, filho do vice-rei D. Garcia de Castro (sobrinho pelo lado da irmã, D. Inês de Castro/Noronha); D. Jerónimo de Noronha, capitão de Baçaim (cunhado, pelo casamento com a sua irmã D. Isabel de Castro); Jorge Cabral, com longa carreira na Ásia (sobrinho terceiro do Governador); e, claro, o seu filho D. Álvaro<sup>1218</sup>. Destes fidalgos, D. Bernardo, D. Jerónimo, Jorge Cabral e D. Álvaro acompanharam Castro em 1545 à Índia, o que demonstra que o Governador ia rodeado de homens próximos da sua estrutura familiar e da sua confiança, prática corrente na época. Ora, as mercês dadas a estes capitães não revelam qualquer preferência, pois simplesmente replicam as concedidas a outros homens da governança: receberam, respectivamente, 6 (D. Garcia), 17 (D. Diogo), 1 (D. Bernardo), 15 (D. Jerónimo), 2 (Cabral) e 3 (D. Álvaro). O elevado número de mercês atribuídas a D. Diogo e a D. Jerónimo justifica-se por serem proporcionais e inerentes à importância das suas capitánias e não por algum tipo de favoritismo. Assim, a expressão de Joaquim Romero Magalhães de que «um governador nomeado é um grupo familiar

---

<sup>1215</sup> *LMercês*, fl. 107r.

<sup>1216</sup> *Ibidem*, fl. 18v.

<sup>1217</sup> Cf. o quadro genealógico em Luís Filipe F.R. Thomaz – *A Questão da Pimenta...*, cit., entre as pp. 96-97 e Damião de Góis – *Livro de Linhagens...*, cit., pp. 270-273.

<sup>1218</sup> Voltamos a remeter para o quadro genealógico traçado por Thomaz, citado na nota anterior.

que entra na exploração de um título»<sup>1219</sup> demonstra nem sempre ser aplicado mostrando a necessidade de mais estudos de caso sobre as governações do “Estado da Índia”.

Tal não significa que estes familiares não estivessem próximos da esfera do poder, o que a leitura de outras fontes permite demonstrar. Explicitemos: a presença nos grandes debates convocados e o pedido de pareceres escritos também devem ser entendidos como exemplos da proximidade com o Governador. Como podemos ver no Quadro n.º 5, D. Diogo de Almeida, D. Bernardo de Noronha e Jorge Cabral tiveram uma participação activa em praticamente todos os Conselhos, sendo este último fidalgo o único a ter participado em todos. O conhecimento que estes nobres tinham acumulado por servirem a Coroa naquelas partes, e não tanto a ligação familiar ao Governador, poderá justificar parte dos seus protagonismos.

Enfim, a larga quantidade de mercês dadas não configura uma ligação relevante e/ou uma prova das ligações clientelares a D. João de Castro, visto que, apesar do poder e da centralidade do cargo de capitão-mor e governador, seria só por si impossível de alimentar e manter uma rede com esta dimensão: contabilizámos quase 500 personalidades no registo da Ajuda<sup>1220</sup>. Pelo contrário, encontramos alguns casos de personalidades relevantes que durante a governação detêm pouca expressão no *Livro das Mercês*. Explicitemos.

O caso mais flagrante é o de Rui Gonçalves de Caminha, nomeado vedor da fazenda em 1547 por Castro, o qual justificava a D. João III a escolha desta personalidade dizendo que era «[...] muito rico; em extremo isemto; grande homem de negócio; de muito crédito em toda a terra; zeloso de esfolar feitores e almoxarifes; grande arrecadador da fazenda de V. A.; e muito apertado em não despende» e ainda que «[...] não guarda nenhum segredo, fora mexericos; he homem de muito mais repostas, e de viva quem vemçe, e de quando em quando asaque ho que lhe vem a vontade»<sup>1221</sup>. Alegava que esta nomeação poderia beneficiar a Fazenda, facilitando empréstimos e outros dinheiros do mercador persa Khwaja Shams-ud-din, com quem tinha uma boa relação. Sabemos, por outro lado, que o próprio Caminha pediu insistentemente o cargo ao Governador. É ele que no-lo confirma numa série de cartas a Castro e ao seu filho mais

---

<sup>1219</sup> Joaquim Romero Magalhães – «A sociedade» in Mattoso, José (ed.) – *História de Portugal*. Vol. 3: *No alvorecer da modernidade* – coord. Joaquim Romero Magalhães. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p. 420.

<sup>1220</sup> O número final é de 539 indivíduos; todavia a identificação dos mesmos torna-se por vezes difícil dada a razoável quantidade de homónimos existentes no “Estado da Índia”, neste período.

<sup>1221</sup> Carta de final de 1547 – *OCDJC*, III, 493.

velho<sup>1222</sup>, em que afirma que estivera envolvido nesta área durante o vice-reinado de D. Garcia de Noronha (1538-1540) e que este o recompensara por este serviço<sup>1223</sup>.

Rui de Caminha tinha acumulado uma influência considerável ao longo dos anos, já que o encontramos como tesoureiro do comércio dos cavalos, em Goa, na década de 1520, tendo participado nas diversas campanhas dessa década e da seguinte; ganhou especial destaque pela sua ligação ao nobre de Bijapur Yusuf Lari Asad Khan e ao mercador persa referido acima<sup>1224</sup>. Além da sua participação em três dos grandes debates do governo, foi ainda testemunha no auto levantado sobre o estado do armazém de Goa e na devassa aos feitos de Aleixo de Sousa, enquanto capitão de Sofala<sup>1225</sup>. Conhecemos ainda os dois textos informativos que assinou no *Livro que trata das cousas*, sobre os mantimentos que chegavam a Goa e os rendimentos da cidade, podendo ainda ser-lhe atribuídos outros dois acerca do impacto da guerra em Bijapur e as terras tomadas nesse conflito<sup>1226</sup>. Somam-se ainda 35 cartas enviadas por Rui Gonçalves a D. João de Castro, demonstrando um conhecimento profundo da situação do “Estado da Índia” e dos próprios contextos regionais. Apesar destas referências mostrarem que é uma figura central durante este governo, anotamos a existência de um único registo de mercê – a concessão de uma viagem a Bengala, a realizar na monção de 1547<sup>1227</sup>. Ora, a ausência de qualquer outro provimento é enganadora visto que Caminha era um homem da confiança pessoal de Castro, ou seja, parte da sua clientela.

O caso de Pero de Faria pode também ser exemplo da pouca fiabilidade do *Livro das Mercês* para esta análise. Fidalgo veterano da Índia, com vastíssima experiência desde as primeiras décadas da presença portuguesa na Ásia, a sua importância denota-se por ter estado presente em todos os debates até à sua morte, durante a monção de 1546. E, entre

---

<sup>1222</sup> Ambas as cartas são de 11 de Janeiro de 1547 – carta a D. Álvaro de Castro, *CSL*, 2, pp. 73-74 e a D. João de Castro, *OCDJC*, III, p. 346. D. Diogo de Almeida também escreveu ao Governador e ao seu filho, recomendando a nomeação de Caminha para este cargo, em cartas de 14-I-1547, a primeira em *OCDJC*, IV, pp. 46-47 e a segunda em *CSL*, 2, pp. 57-58.

<sup>1223</sup> Caminha refere que «o[...] viso-rey, que samta gloria aja, me começou de honrar, e que Vossa Senhoria me acabe de todo de fazer mercê» – *OCDJC*, III, 346. Mostrou-se comovido ao receber a nomeação, reafirmando a Castro a sua posição privilegiada, tendo «[...] mais indústria e experiência e crédito que outros muitos» – pub. *CartasRGC*, p. 32.

<sup>1224</sup> Para uma breve biografia, cf. Luís Filipe F.R. Thomaz – *A Questão da Pimenta...*, cit., p. 150, n. 474; contudo, somos da mesma opinião de Jean Aubin, que não vê este Rui Gonçalves de Caminha como o mesmo que fora veterano das Guerras de Itália e capitão de *ordenanças* do tempo de Afonso de Albuquerque – cf. Jean Aubin – «Le capitaine Leitão...», cit., p. 316, n. 39.

<sup>1225</sup> Veja-se o testemunho dado no primeiro auto em Roger Lee de Jesus – «Abastecer a guerra noutra oceano...», cit., pp. 198-200 e o segundo em BA, Cod. 51-VII-20, fls. 35r-36r.

<sup>1226</sup> *Livro que trata das cousas da India e do Japão*, textos identificados VIII e XXII, e possivelmente ainda os textos IV e XVI.

<sup>1227</sup> *LMercês*, fl. 109r.

Setembro de 1545 e meados de 1546, não registamos qualquer mercê dada a este homem que serviu a Coroa fielmente, à imagem de tantos outros agraciados, e que também terá sido uma personagem relevante nos primeiros meses da governação de D. João de Castro.

O registo da Biblioteca da Ajuda permite também confirmar a preponderância de alguns servidores, como é o caso de Sebastião Lopes Lobato<sup>1228</sup>. O seu percurso é bem conhecido pois partiu para a Índia em 1514 e participou activamente nas campanhas militares das décadas seguintes. Tornou-se um homem de confiança de Castro: em Outubro de 1545 ascende a feitor de Ormuz, «[...] por conhecer dele ser bom homem e ter bem servydo el rey noso senhor»<sup>1229</sup>; o mesmo motivo era invocado em Junho de 1547, quando o Governador o nomeou alcaide-mor da cidade de Goa<sup>1230</sup>; em data incerta, mas provavelmente associado a esta promoção, recebeu, com António Fernandes, uma terra com mil palmeiras de fruto, na aldeia de Mazorda, em Goa<sup>1231</sup>. A sua ascensão não ficaria por aí, pois em Outubro desse mesmo ano, era nomeado Ouvidor-Geral da Índia, cargo que se encontrava vago pelo falecimento de Simão Martins<sup>1232</sup>. Em carta a D. João III, em finais de 1547, Castro justificava a escolha de Lobato para o cargo «[...] porque os letrados que o podiam ser não eram pera lhes encarregar nem confiar de ter este officio por suas más vidas e costumes» e especificava que tinha tido em conta as opiniões dos vedores da fazenda, do chanceler, do secretário da Índia, do vigário e de alguns fidalgos, mostrando que não se tratava de uma escolha unipessoal e arbitrária<sup>1233</sup>. Contudo, a decisão não foi consensual, chegando até a ser criticado por alguns. Gaspar Correia justificara a escolha do Governador pela amizade que ambos nutriam, apesar de Lobato «[...] não saber letras»<sup>1234</sup>, ou seja, não possuir qualquer grau académico, segundo supomos e como o próprio confirma pela carta ao monarca. Note-se que Castro recompensou Sebastião Lopes quase exclusivamente com nomeações de cargos, não havendo qualquer viagem concedida ou valor pecuniário envolvido. Paralelamente, observamos que, apesar da sua vaste experiência, Lobato não foi convocado para nenhum dos grandes conselhos, nem requerido para dar pareceres, mas assinou dois textos do

---

<sup>1228</sup> Sobre esta personalidade seguimos os estudos de Luís de Albuquerque – *Um exemplo de "cartas de serviços" da Índia*. Coimbra: Centro de Estudos de Cartografia Antiga, 1979, série "separatas verdes" n.º CXVI; e Vitor Luís Gaspar Rodrigues – «Bastião Lopes Lobato. O plebeu, «casado» da Índia, que chegou a ouvidor-geral» in João Paulo Oliveira e Costa e Vitor Luís Gaspar Rodrigues – *Construtores do Império...*, cit., pp. 245-258.

<sup>1229</sup> *Livro das Mercês*, fl. 25v.

<sup>1230</sup> *Ibidem*, fl. 130v.

<sup>1231</sup> *Ibidem*, fl. 147v.

<sup>1232</sup> *Ibidem*, fl. 167v.

<sup>1233</sup> Carta de Castro a D. João III, final de 1547, *OCDJC*, III, p. 494.

<sup>1234</sup> *Lendas*, IV, pp. 662-663.



*Livro que trata das cousas*, ambas referentes ao Golfo Pérsico. As suas quinze cartas endereçadas ao Governador e três a D. Álvaro de Castro, escritas entre 1545 e 1547, de Ormuz, revelam uma certa proximidade ao centro do poder em Goa, o que só se compreende pelo seu percurso e pelo cruzamento do *Livro das Mercês* com as restantes fontes deste período.

A análise do manuscrito da Ajuda permite-nos encontrar também múltiplas mercês concedidas a personalidades *encomendadas* por outras pessoas, isto é, cuja razão da sua gratificação radica no entrecruzar desta *economia de mercês* e das diversas redes clientelares. É o caso de Simão Francisco, que recebeu, em Dezembro de 1545, o cargo de juiz da alfândega de Gogolá, em Diu, «[...] avendo respeyto a ser cryado da raynha nossa senhora e emcomendar mo Sua Alteza muyto em hũa lembrança»<sup>1235</sup>. Estas *encomendas* não tinham apenas origem régia, como se vê pelo facto do vedor da fazenda, Brás de Araújo, ter deixado encomendado duas pessoas em seu testamento (faleceu no início de 1547), sendo uma delas Pantaleão Luís, seu criado, que recebeu o cargo de escrivão da armada que fosse de Bengala ao Porto Pequeno com autorização para trazer nessa viagem lacre, bem como enviar um navio seu a Bengala, no ano seguinte. Outro exemplo é Nicolau de Azevedo, a quem foi confiado o ofício de juiz da alfândega de Malaca por ser «[...] sobrynho do vedor da fazenda Bras d'Araujo e mo leyxar emcomemdadado»<sup>1236</sup>.

Encontramos também muitos homens distinguidos pela sua filiação senhorial, isto é, pelo facto de pertencerem a diversas Casas. Para além de cavaleiros e moços da Casa Real, deparamo-nos com alguns criados da rainha e com alguns membros das Casas dos infantes D. Luís<sup>1237</sup> e D. Henrique<sup>1238</sup>. A correspondência remetida anualmente do Reino, e que chegava por altura de Agosto/Setembro, renovava e aumentava a lista de pedidos de mercês por interposta pessoa. Vejam-se, a título de exemplo, as cartas de D. Violante de Castro, mãe de D. António de Ataíde, Conde da Castanheira e Vedor da fazenda de D. João III, encomendendo sempre um criado seu. Só na armada de 1547 seguiram quatro cartas, escritas entre 20 e 25 de Março, cada uma intercedendo por pessoas diferentes<sup>1239</sup>.

---

<sup>1235</sup> *LMercês*, fl. 37v.

<sup>1236</sup> *Ibidem*, fls. 110r e 120r respectivamente.

<sup>1237</sup> Por exemplo António Pereira, «[...] fidallguo da casa do senhor ifante dom Luys que pudese ir com hũa fusta a Bemguala e trouxesse de la vymte bares de lacre», *Ibidem*, fl. 33v.

<sup>1238</sup> Veja-se Gaspar Fernandes, «[...] escudeyro fidalguo da casa do cardeal» que recebeu autorização para mandar uma fusta a Bengala e a Malaca, *Ibidem*, fl. 181r.

<sup>1239</sup> ANTT/CSL, 4, fls. 56, 57, 58 e 35 respectivamente; encontram-se sumariadas em *OCDJC*, III, pp. 387, 388, 390 e 391.

Já no ano anterior escrevera ao Governador também pedindo intercessão por alguns indivíduos, nomeadamente Bartolomeu Álvares, «porque o criei de muito piqueno e depois ho conde [da *Castanheira*]»<sup>1240</sup>. Nesta mesma carta aproveitava para ratificar um pedido feito anteriormente (talvez quando da própria saída da armada, em 1545): solicitava que Castro desconsiderasse Pascoal Florim, «porque ho fas tam mal com sua molher que nunca lhe mandou nada e mor[r]e a coitada de fome e a mantenho qua a esmolos e se o ele fezer bem com sua molher entam o fazei tambem bem com ele e senam nam»<sup>1241</sup>. Na realidade, Florim fora indigitado por mercê, em Fevereiro de 1546, para o cargo de juiz dos feitos da Fazenda e desembargador da Mesa<sup>1242</sup>, mas o próprio Governador se queixaria dele ao rei, no final de 1547, dizendo que lhe atribuíra este ofício por «maos conselhos que me deram» e que era «causa perdida»<sup>1243</sup>, podendo um destes maus conselhos ser a encomendação feita por D. Violante. Os casos referidos demonstram suficientemente a existência de outras redes clientelares durante o governo de D. João de Castro, sustentando-se na sua própria figura.

Noutro plano paralelo, D. Álvaro de Castro era considerado elemento privilegiado nesta complexa teia de poderes e visto como um forte intermediário junto do pai. Preservam-se cerca de 100 cartas dirigidas a D. Álvaro por parte de fidalgos e oficiais do “Estado da Índia”, a maioria delas solicitando que ele interviesse junto de o Governador, para facilitar uma mercê específica uma futura nomeação. Daremos apenas dois exemplos destes pedidos. O primeiro é de Diogo de Sousa de Castro, em Novembro de 1545, dando conta que viajara até ao Pegu com muita dificuldade, e submetendo-se à boa-vontade de D. Álvaro: «[...] beijarey as mãos a Vosa Mercê ajudar me sempre la com o senhor seu pay e favorecer minhas cousas que crea verdadeiramente que são tamto seu servidor que lhe mereço ysto e muito mais»<sup>1244</sup>. No ano seguinte, pouco dias depois da vitória portuguesa em Diu, Brito Chanoca escrevia amargurado por desempenhar o cargo de feitor de Dabul e pedindo «a Vosa Mercê por amor de Deos que peça ao senhor governador seu pay que me tyre daquy de qualquer maneyra que sua senhoria for servido porque receberey nisso muitas mercê»<sup>1245</sup>. Estes dois casos são suficientes para documentar a importância de D. Álvaro de Castro como agente mediador entre o

---

<sup>1240</sup> Carta de 22-II-1546: BNP, Cod. 7370, fl. 1v.

<sup>1241</sup> *Ibidem*.

<sup>1242</sup> *LMercês*, 43r.

<sup>1243</sup> Carta de D. João de Castro a D. João III, final de 1547, *OCDJC*, III, p. 493.

<sup>1244</sup> Carta de 16-XI-1545, de Cosmim (actual cidade de Pathein, na Birmânia), ANTT/Cartas-Diu, fl. 100.

<sup>1245</sup> Carta de 21-XI-1546, de Dabul, *Ibidem*, fl. 43v-44r

Governador e os servidores da Coroa no “Estado da Índia”, à semelhança do que acontecia na própria Casa Real, com os seus múltiplos intermediários, como sejam os próprios irmãos do monarca que frequentemente correlacionavam a fidalguia e o rei. Contudo, analisados os pedidos requeridos, poucos são os casos em que conseguimos entrever alguma correlação entre a carta enviada a D. Álvaro e a mercê outorgada.

O *Livro das Mercês* e a concreta *política de gratificação* levada a cabo por D. João de Castro mostram-nos a utilização de alargado conjunto de recompensas para distinguir os fidalgos e demais homens que sobressaíram durante este período. O que estava em causa era a satisfação dos serviços prestados, e não uma remuneração ordinária, como se vê nas moradias, tenças e ordenados atribuídos pela Casa Real ou pelas Casas senhoriais<sup>1246</sup>. Apesar das mercês dadas por Castro conterem, por si, uma certa *fama* (sobretudo aquelas atribuídas pelos serviços prestados nas campanhas militares), entenda-se que elas eram sempre uma recompensa material, procurando conferir *proveito* ao visado, mas não a *honra* per se, que só poderia ser concedida pelo rei. Não esqueçamos a centralidade deste valor na sociedade da época, de tal forma que até Leonardo Nunes, narrando o segundo cerco de Diu, ironizava que «no mundo todo nam ha homens tam emvejosos e cobiçosos d'omrra com[o] os purtugueses, em tanta maneyra que mataram seu pay pollo mais pequeno quilate d'ella»<sup>1247</sup>.

A presença de homens beneficiados por mérito próprio ou por recomendação demonstra bem a dependência do “Estado da Índia” quanto a este sistema redistributivo. Tratava-se, como referimos, de um sistema circular, onde a vontade de enriquecer e de deter a *honra*, o *proveito*, a *fama* e a *glória* obrigavam o sujeito a submeter-se à Coroa e a servir para obter esse mesmo reconhecimento; por sua vez, o poder central necessitava de homens que assegurassem o funcionamento das instituições portuguesas na Ásia, sendo obrigado a satisfazer essa clientela para que a engrenagem funcionasse.

Feita a análise, falta-nos responder à pergunta colocada inicialmente, sobre a possibilidade de o *Livro das Mercês* configurar um registo da rede clientelar estabelecida por D. João de Castro. Dos dados arrolados, cremos que o manuscrito da Ajuda não comprova esta ideia. Concretizemos. A ideia, defendida anteriormente por Luís de Albuquerque, de que o Governador privilegiara os «homens da privança», configurando

---

<sup>1246</sup> Sobre as formas de remuneração da Casa dos Duques de Bragança (apesar das diferenças substanciais entre este caso e o da governação do “Estado da Índia”), cf. Mafalda Soares da Cunha – *A Casa de Bragança, 1560-1640. Práticas senhoriais e redes clientelares*. Lisboa: Editorial Estampa, 2000, pp. 125-149.

<sup>1247</sup> *CDJC*, p. 96.

um «nepotismo mais ou menos descarado»<sup>1248</sup>, não tem sustento se olharmos para o cômputo geral das mercês. Como mostrámos, as recompensas dadas aos seus familiares não se destacam (em qualidade ou quantidade), nem as conferidas aos homens mais próximos, como aqueles que o aconselharam. Mesmo se tomarmos em consideração os trinta fidalgos que Castro recomenda a D. João III, na extensa carta escrita no final do segundo cerco de Diu, não encontramos o reflexo dessa atenção nos registos de mercês<sup>1249</sup>. Assim, não nos parece que D. João de Castro tenha beneficiado a sua clientela ou sequer criado e desenvolvida uma que tivesse influenciado o seu cargo. Na realidade, parece que se distinguiu dos seus antecessores pela dissipação, até certo ponto, das ligações linhagísticas e de solidariedade familiar que pontuavam as redes clientelares estabelecidas pelos governadores passados.

No entanto, a leitura que aqui propomos é centrada na importância (simbólica e real) conferida ao próprio cargo de capitão-mor e governador. Enquanto o mais alto oficial e directo representante do rei no “Estado da Índia”, as centenas de mercês configuram o reforço da ligação da Coroa aos seus súbditos e, conseqüentemente, fortalecem a centralização do poder do próprio Governador. O que Castro procurava era dotar o cargo de uma imagem simbólica agregadora, combatendo a ideia de governos estanques (estruturados simplesmente à volta do detentor do cargo de governador/vice-rei, sem coerência simbólica entre si) e criando uma continuidade no poder, evitando a manutenção das clientelas que os seus antecessores agregavam à sua volta e que mudavam com a nova nomeação de governador ou vice-rei<sup>1250</sup>. Esta realidade está presente num discurso crítico de Martim Afonso de Sousa ao vice-rei D. Garcia de Noronha, quando este se queixava da falta de homens para socorrer Diu, em 1538, registado por Gaspar Correia e que poderá bem representar a própria voz do cronista:

«Senhor, os homens da India são já enfadados de sempre servir com muytos trabalhos, e grande pobreza [...] e quando esperão

---

<sup>1248</sup> Luís de Albuquerque – «Mais algumas notas introdutórias» in *Alguns casos da Índia Portuguesa no Tempo de D. João de Castro – I*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989, p. 31 e «A propósito do “Livro das Mercês”», cit., p. 63.

<sup>1249</sup> *OCDJC*, III, pp. 308-313 e 320. Os homens mencionados são António da Cunha, António Moniz, António Pessanha, António Pessoa, Baltazar da Cunha, Bastião de Sá, Brás de Gois, Cristóvão Dória, D. Diogo de Sotomaior, D. João de Ataíde, D. João Lobo, D. João Mascarenhas, Diogo de Aguiar, Doutor Simão Martins, Duarte Pereira, Duarte Rodrigues Mouzinho, Francisco Fernandes (Moricale), Francisco Pires, Garcia de Sá, Garcia Rodrigues de Távora, João Figueira, Luís de Melo, Martim Gones, Miguel da Cunha, Miguel Ferreira, Miguel Rodrigues, Pedro de Ataíde Inferno, Pêro Lopes de Sousa, Tristão de Paiva e Vasco Fernandes

<sup>1250</sup> Veja-se, por exemplo, a clientela favorecida por Martim Afonso de Sousa durante o seu governo: Alexandra Pelúcia – *Martim Afonso de Sousa...*, cit., pp. 221-224.

mercê de satisfação, então se vay o Governador com que servirão, e tornão a começar a servir de novo com o Governador que vem; e assy são velhos no serviço e novos no merecer»<sup>1251</sup>.

O registo sistemático das mercês e a sua abundante utilização deve ser lido como estratégia do Governador para fortalecer, e em certa medida centralizar, o poder do mais alto oficial da Coroa, independente de deter o título de governador ou vice-rei. Mais do que a sua própria rede clientelar pessoal, o *Livro das Mercês* aponta para a constituição da rede clientelar do capitão-mor/governador e não de D. João de Castro, na certeza de que as recompensas vinculavam e asseguravam a preservação de uma *economia de mercês* que retribuía o serviço prestado ao “Estado da Índia”.

### 8.3. Uma imagem imperial?

O governo de D. João de Castro tem sido muitas vezes referenciado pela aparatosa imagem que criou de si mesmo, envolto nas famosas entradas triunfais, ampliadas pela cronística e pelo conhecido conjunto de tapeçarias flamengas, hoje à guarda do Kunsthistorisches Museum de Viena de Áustria, tudo como corolário da ideia de um governador renascentista, com um forte conhecimento da cultura clássica. Analisaremos aqui a questão destas *entradas* e da criação de uma imagem do poder.

Como descrevemos em resumo anteriormente, é no regresso de Diu a Goa, em Abril de 1547, que se verifica famosa entrada triunfal na cidade. O objectivo de recriar um *triumfo* «ao modo romão» (como expôs Gaspar Correia<sup>1252</sup>) era o de celebrar o feito militar e de glorificar não só a figura central (neste caso, o Capitão-mor e Governador), como também os soldados que compartilhavam a vitória. Estas *entradas* ganharam grande destaque no século XVI, sobretudo por influência de Carlos V, reforçando um modelo inspirado na Antiguidade Clássica<sup>1253</sup>. Estas foram também adoptadas e reproduzidas no próprio reino português ao longo dessa centúria<sup>1254</sup>.

---

<sup>1251</sup> *Lendas*, IV, p. 19.

<sup>1252</sup> *Lendas*, IV, p. 586.

<sup>1253</sup> Sobre o papel das entradas triunfais, cf. Catarina Madeira Santos – «Goa é a chave...», cit., pp. 256-258; Nuno Martins – *Império e Imagem...*, cit., pp. 48-55; Edward Muir – *Ritual in Early Modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, 2ª ed., pp. 269-270; e o interessante estudo de caso das *entradas* de Henri IV de França: Margaret M. McGowan – «The Renaissance Triumph and its Classical Heritage» in J.R. Mulryne e Elizabeth Goldring (eds.) – *Court Festivals of the European Renaissance. Art, politics and performance*. New York: Routledge, 2017 [1ª ed. 2002], pp. 26-47.

<sup>1254</sup> Sobre as entradas régias em Portugal neste período cf. Ana Maria Alves – *As Entradas Régias Portuguesas. Uma visão de conjunto*. Lisboa: Livros Horizonte, 1986, pp. 29-49; Joaquim Romero Magalhães – «O rei» in José Mattoso (dir.) – *História de Portugal*, vol. III: *No alvorecer da modernidade*, coord. Joaquim Romero Magalhães. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p. 64; António Camões Gouveia –

Principiemos pela descrição desta primeira *entrada* para depois analisar o que tem sido dito sobre ela. Seguimos de perto as crónicas de Leonardo Nunes e de Gaspar Correia por serem as de maior rigor e nos apresentarem uma maior segurança nos dados recolhidos, visto terem sido testemunhas presenciais e não haver qualquer descrição na correspondência do período<sup>1255</sup>. As descrições apresentadas por Diogo do Couto, Frei Fernando de Castro e Jacinto Freire de Andrade não podem ser avaliadas da mesma forma pois oferecem-nos uma leitura posterior, com base em fontes desconhecidas e, por vezes dúbias, cumprindo já uma agenda assumida de engrandecimento da imagem de D. João de Castro<sup>1256</sup>. Por desconhecermos a história da encomenda das referidas tapeçarias, não nos deteremos na sua análise iconográfica, visto que, apesar de nos proporcionarem um complemento visual de grande valor, estes artefactos têm uma matriz de produção europeia, seguindo um modelo iconográfico europeu, baseado nalguma descrição sumária do primeiro *triunfo*.

Depois de, no seu regresso, parar muito brevemente em Baçaim e Chaul para prover as respectivas fortalezas de algumas necessidades, o Governador chegou à barra da ilha de Goa a 19 de Abril<sup>1257</sup>. A armada de fustas e catures foi recebida em Pangim, em clima de festa, pelo capitão da cidade, D. Diogo de Almeida, pelos vereadores e por parte da população. Castro pousou aí durante dois dias, enquanto a cidade terminava os preparativos para a *entrada*. Na manhã do dia 22, a pequena armada pôs-se a caminho de Goa, onde foi recebida num cais construído temporariamente para o efeito. Entrou na cidade por um lanço de muro que a Câmara mandou derrubar entre a porta de Santa Catarina e o Hospital. Nunes disse que era «custume antigo», provavelmente relembrando a entrada de Afonso de Albuquerque naquela zona, onde fora erguida uma capela em honra de Santa Catarina (pela cidade ter sido conquistado a 25 de Novembro). No alto da própria porta de Santa Catarina, contígua ao lanço derrubado, estavam colocados dois leões segurando escudos com as armas dos Castros (seis arruelas em campo de prata), homenagem ao chefe militar que trouxera tamanha vitória para o “Estado da Índia” e cuja

---

«La fiesta y el poder. El rey, la corte y los cronistas del Portugal del siglo XVI» in *La fiesta en la Europa de Carlos V*. Sevilla: Sociedad Estatal para la Commemoración de los Centenarios de Felipe II y Carlos V, 2000, especialmente as pp. 175-207; Ana Isabel Buescu – «Entradas régias em Portugal no século XVI. Uma revisita» in Ana Leal de Faria e Isabel Drumond Braga (coords.) – *Problematizar a História – Estudos de História Moderna em Homenagem a Maria do Rosário Themudo Barata*. Lisboa: Caleidoscopio, 2007, pp. 143-163; e Nuno Martins – *Império e Imagem...*, cit., pp. 26-44.

<sup>1255</sup> Para todas as descrições seguintes, cf. *CDJC* pp. 148-154 e *Lendas*, IV, pp. 588-592.

<sup>1256</sup> Rafael Moreira («D. João de Castro e Vitruvius», cit., p. 53) qualifica a descrição de Frei Fernando de Castro como a «melhor descrição deste acontecimento», ignorando o propósito encomiástico da obra e a própria distorção dos acontecimentos que apresenta, já demonstrada pelo próprio Luís de Albuquerque.

<sup>1257</sup> *Lendas*, IV, p. 588.

inspiração se deveu ao conjunto armoriado deste governador, constituído pelo referido escudo e por um leão sainte como timbre, prova da importância da iconografia heráldica à época<sup>1258</sup>.

Ao entrar na cidade, o Capitão-mor e a restante comitiva de soldados que o seguiam foram recebidos pelos vereadores, oficiais, religiosos e restante população. Aí foi entregue a chave da cidade a Castro e foi-lhe colocada na cabeça uma capela de palma. Também a todos os homens de armas que compunham o cortejo e que tinham participado no cerco foi oferecida uma coroa de ervas, «em sinal de suas honrras e trabalhos»<sup>1259</sup>. O momento incluiu um discurso laudatório e, depois, o cortejo triunfal desfilou pelas ruas de Goa, encabeçado pelos prisioneiros feitos na batalha, acompanhados das bandeiras do Guzerate, arrastadas pelo chão, e de muitas carretas carregadas de armamento e munições encontrados no arraial sitiante. Grande destaque era dado a Juzarcam, capitão do Sultão que fora feito prisioneiro, ladeado por Simão Martins, ouvidor-geral e António Cardoso, secretário da Índia. O Governador seguia debaixo dum pálio, erguido pelos vereadores, tendo por perto a bandeira real, a bandeira da cidade e o crucifixo que estivera presente em Diu. O triunfo foi total. Acompanhado dos soldados ricamente engalanados, disparando tiros de espingarda e ao som de pífaros, tambores, trombetas e charamelas, num espectáculo a que assistiram os residentes e os mercadores presentes na cidade. O impacto visual deste evento é indescritível. A crer em Diogo do Couto, a própria rainha D. Catarina ter-se-ia referido ao evento com a já largamente citada afirmação de que «Castro vencera como christão mas que triunfara como gentio»<sup>1260</sup>.

Este momento marcou indelevelmente a própria representação iconográfica de Castro, pois seria sempre apresentando coroadado (de palma, trocada posteriormente por louro), tal como o fora nesse dia de Abril de 1547, conforme se pode observar nos primeiros retratos, produzidos ainda no século XVI.

---

<sup>1258</sup> D. João de Castro deveria seguir o modelo armoriado dos Castros de seis arruelas, com o mencionado timbre, como Braamcamp Freire deduz correctamente, e que podemos ver retratado no *Livro da Nobreza e Perfeição das Armas*, armorial produzido durante o reinado de D. João III. Todavia, o seu filho D. Álvaro teria um timbre diferente – a roda de navalhas de Santa Catarina – em homenagem a ter sido armado cavaleiro no sopé do Monte Sinai, na expedição ao Suez, de 1541, passando esta diferença para os seus herdeiros (os Castros da Penha Verde); são estas armas que estão presentes na dita Sala dos Brasões do Palácio de Sintra – cf. Anselmo Braamcamp Freire – *Os Brasões da Sala de Sintra...*, cit., vol. II, p. 63.

<sup>1259</sup> *CDJC*, p. 151.

<sup>1260</sup> *Ásia (Couto)*, d. VI, l. IV, c. VI, p. 320.

**Figura 2.**  
**Primeiros retratos de D. João de Castro<sup>1261</sup>**



Fontes (da esquerda para a direita):

1. Gaspar Correia (*Lendas*, IV, pp. 430-431), meados do século XVI;
2. *Livro de Lisuarte de Abreu* (Lisboa: CNCDP, 1992, fl. 10v), c. 1560;
3. Retrato da *Galeria dos Governadores e Vice-Reis* aquando do restauro de 1954-1956<sup>1262</sup> (*Boletim Geral do Ultramar*, Abril 1957, N.º 382, p. 151), segunda metade do século XVI;
4. Jerónimo Corte-Real (*Sucesso do Segundo Cerco de Diu.*, ANTT, Casa de Cadaval, n.º 31, fl. 267r), c. 1562-1568.

Muitos autores identificaram o próprio D. João de Castro como responsável pela ideia e organização desta entrada. Um dos primeiros investigadores a propor esta leitura foi J.-B. Aquarone, afirmando que «pareille idée n'a pu gérmer que dans le cerveau d'humaniste de D. João hanté par les souvenirs de Rome»<sup>1263</sup>. Rafael Moreira viu neste triunfo «a extensão do seu apreço pela cultura romana antiga»<sup>1264</sup>. Tal ligação foi entendida como parte do processo de tradicional romanização da corte portuguesa, ideal que alguns historiadores crêem ter sido exportado para Goa por D. João de Castro<sup>1265</sup>. Nuno Gomes Martins, na sua recente tese de doutoramento, seguiu esta mesma lógica,

<sup>1261</sup> Não incluímos o retrato presente num dos panos das Tapeçarias da sua entrada triunfal pois não se encontra coroadado, visto que representa o momento antes da referida coroação.

<sup>1262</sup> Conforme notou Ana Teresa Teves Reis, o restauro do retrato de D. João de Castro, trazido de Goa para Lisboa e realizado entre 1954-1956, permitiu a remoção da repintura de Gomes da Costa (de finais do século XIX) mas levou à ocultação da coroa de louros que a pintura original continha, podendo ser visível nas fotografias tiradas a meio do processo de restauro; o retrato que daí adveio, actualmente em Goa, não apresenta quaisquer vestígios (a olha nu) deste elemento característico deste governador. Cf. Ana Teresa Teves Reis – *A Galeria dos Vice-Reis e Governadores da Índia Portuguesa: percurso para a definição de uma metodologia de intervenção*. Lisboa: tese de mestrado apresentada à UCP, 2014, pp. 65-65.

<sup>1263</sup> J.B. Aquarone – *D. João de Castro...*, cit., vol. 2, p. 595.

<sup>1264</sup> Rafael Moreira – «D. João de Castro e Vitruvius», cit., p. 53.

<sup>1265</sup> Ângela Barreto Xavier e Ines G. Zupanov – *Catholic Orientalism...*, cit., pp. 27-31, 44-45.



apoiado sobretudo na leitura de Gaspar Correia, ao defender que Castro preparou a entrada durante a sua estadia em Diu<sup>1266</sup>. Ora, outra documentação existente dá-nos outra perspectiva sobre este assunto.

A primeira referência à preparação de uma recepção oficial e festiva à chegada do Capitão-mor data de Fevereiro de 1547, numa carta de Fernão Palha dirigida a D. Álvaro de Castro. Tendo chegado a Goa nessa altura, afirma que «[...] ahey tamto alvoroço asy nos grandes como no popular com novos cuidados pera tam novo recebymento como todos esperão de faazer per vimda do senhor governador ha quem prezera hao muy alto Deos que todos hos de qua e os de laa veremos»<sup>1267</sup>. Acrescenta ainda que «ha qua tam inteiras vomtades pera iso que todos deseção de ser pedreiros pera derubar hos muros de lamço ha lamço he com isto sesemta myl envemções outras e touros e canas». Este ambiente é confirmado por uma carta de Vasco da Cunha ao mesmo, do início de Março<sup>1268</sup>. Já na correspondência de 18 desse mês, Manuel de Lima confessava ao Governador que «ha cidade tem pera Vosa Senhoria hum grandissimo recebimento e ho muro derribado por omde Vosa Senhoria a de emtrar»<sup>1269</sup>. Todas estas referências deixam transparecer um propósito da cidade e da Câmara, deixando antever que a *entrada* seria uma homenagem da própria cidade de Goa e não a aplicação de um plano traçado previamente. Leonardo Nunes menciona até que Castro não terá gostado desta cerimónia organizada à volta da sua pessoa, pois «hera muy discreto, e nam lhe escondia a fantasia estes negoçios»<sup>1270</sup>.

Para lá destes testemunhos directos, as diversas crónicas que utilizamos mencionam explicitamente que a *entrada* foi organizada pela Câmara, sem qualquer intervenção de Castro. Leonardo Nunes sublinha que «nam podendo com melhor maneyra mostrar este contentamento [pela vitória de Diu], [a cidade] fez se prestes pera o receber com triunfo»<sup>1271</sup>. Somente Gaspar Correia adiciona que o recebimento fora «ordenado pelo mesmo Guovernador que mandou que assy fosse», uma anotação que, no manuscrito original, na Torre do Tombo, se encontra riscada<sup>1272</sup>. Parece-nos que não podemos afirmar

---

<sup>1266</sup> Nuno Gomes Martins – *Império e Imagem*, cit., p. 253. Na mesma página identifica erradamente Correia como secretário de Castro.

<sup>1267</sup> Carta de Fevereiro de 1547, sem dia: ANTT, *CDJC*, Goa, fl. 7r1.

<sup>1268</sup> Carta de 3-III-1547, *CSL*, 2, p. 65.

<sup>1269</sup> Carta de 18-III-1547, *CSL*, 2, p. 137. Lima escreveu também uma carta a D. Álvaro de Castro, no mesmo dia, dando a mesma informação – *CSL*, 2, p. 139.

<sup>1270</sup> *CJDC* 152.

<sup>1271</sup> *CJDC*, pp. 148-149.

<sup>1272</sup> O próprio editor das Lendas da Índia menciona tal facto – p. 588, confirmado no original (ANTT, Cofre 43, fl. 161v (paginação anotada lápis, no canto superior direito). Note-se que nem Diogo do Couto, nem D. Francisco de Castro imputam a responsabilidade do triunfo a Castro, e Francisco de Andrade também não

que a entrada triunfal fora estritamente obra do espírito humanista do Capitão-mor e Governador, ainda que a sua personalidade tivesse interesse pelo mundo romano, como o conhecimento da obra de Vitruvius mostra. Na realidade, não duvidamos do conhecimento e do seu gosto pela cultura clássica<sup>1273</sup>, mas cremos que este ambiente “classicista” já estaria difundido em Goa, permitindo, desta forma, que o modelo triunfal fosse sugerido por algum outro agente da Câmara ou do corpo governativo. Lembremos que este tipo de entradas festivas não é único deste governo<sup>1274</sup>: a título de exemplo, já Afonso de Albuquerque entrara em Goa, em 1510, com grande pompa<sup>1275</sup>; e Nuno da Cunha fora recebido, em 1529, pelos oficiais da Câmara, «com riço páleo e solene procissão, com festas de danças, folias pelas ruas juncadas e genelas paramentadas de ricos pannos»<sup>1276</sup> – descrição esta que relembra a entrada de 1547. Assim, cremos que D. João de Castro não foi responsável pela «importação de concepções humanistas de raiz romana»<sup>1277</sup> através deste *triumfo*.

As posteriores campanhas militares de Castro levaram a que outras *entradas* fossem organizadas. Depois da sua vitória em Pondá, tomando a cidade e destruindo o castelo, o Capitão-mor foi recebido com um novo triunfo, «[...] ainda que nam tamanho como quando veo de Dio, asy por ser o negoçio nam tamanho como por terem pera o apercebimento d’elle pouco tempo»<sup>1278</sup>. O cortejo terá novamente passado pelas principais ruas, exibindo-se os soldados e o armamento apreendido em Pondá. No final desse mesmo ano, depois de derrotar as forças de Bijapur em Salcete, a hoste foi mais uma vez recebida pelos «cidadãos e povo com grandes festas e solemne triunfo»<sup>1279</sup>, até com novo coroamento de palma do Governador, além de todos os soldados «enramados»<sup>1280</sup>, configurando a terceira e última entrada triunfal de Castro.

Apesar de nos parecer que D. João de Castro não coordenou ou ordenou estas *entradas*, tal não significa que não conhecesse o modelo. Vejam-se, aliás, as instruções

---

menciona tal facto apesar de ter usado (quase plagiado, segundos padrões actuais) grande parte da obra de Gaspar Correia para a sua Crónica de D. João III.

<sup>1273</sup> Vejam-se aliás, as múltiplas referências dadas por Rafael Moreira – «D. João de Castro e Vitruvius», cit.

<sup>1274</sup> Cf. Ana Maria Alves – *As Entradas Régias Portuguesas...*, cit., pp. 44-46.

<sup>1275</sup> Catarina Madeira Santos – «*Goa é a chave...*», cit., p. 256. Sobre a entrada de Albuquerque em Goa, veja-se a recente biografia de José Manuel Garcia – *O Terrível...*, cit., pp. 217-218.

<sup>1276</sup> *Lendas*, III, p. 331. Referência mencionada no artigo de Andreia Martins de Carvalho – «The King’s agent in the East: the choice of Nuno da Cunha, governor of Portuguese India» in Fátima da Silva Gracias, Celsa Pinto e Charles Borges (ed.) – *Indo-Portuguese History: Global Trends*. Goa: s.e., 2005, pp. 126-127.

<sup>1277</sup> Catarina Madeira Santos – «*Goa é a chave...*», cit., p. 256.

<sup>1278</sup> *CDJC*, p. 170.

<sup>1279</sup> *CDJC*, p. 218

<sup>1280</sup> *Lendas*, IV, pp. 617-618.

endereçadas ao seu filho D. Álvaro, em Maio de 1548, para este ser recebido condignamente em Goa depois da campanha a Adem e a Caxem, delineando como é que ele haveria de proceder à sua chegada<sup>1281</sup>. O documento especifica o protocolo a ser adoptado e o percurso do filho, acompanhado dos vereadores e mestres da cidade, com as várias bandeiras à frente (a real, a da cidade e «o meu gyão», isto é, com as suas armas), configurando, em parte, uma última entrada triunfal<sup>1282</sup>. Note-se que já anteriormente, quando D. Álvaro estivera em Bardez, no Verão de 1547, Castro lhe escrevera a pedir que regressasse a Goa com os homens ordenados, e que avisasse com tempo para lhe serem enviadas as trombetas para entrar «com grande estrom»<sup>1283</sup>.

Terá sido após este regresso a Goa que D. João de Castro decidiu criar a famosa *Galeria dos Governadores e Vice-Reis*. O testemunho é-nos dado por Gaspar Correia, nas suas *Lendas da Índia*, onde o próprio conta que tal tarefa lhe foi requerida «por ter entendimento em debuxar»<sup>1284</sup>, recorrendo ainda à ajuda de um «pintor homem da terra»<sup>1285</sup>. Apesar de pouco sabermos sobre a inspiração directa para a sua concepção<sup>1286</sup>, a idealização desta *Galeria* visou reforçar o poder simbólico do Capitão-mor e Governador através de uma genealogia iconográfica dos seus antecessores, todos eles comandantes militares que haviam consolidado, de uma forma ou de outra, o “Estado da Índia”. Mais do que na entrada triunfal, cujo louvor era dedicado à sua pessoa enquanto grande capitão e aos soldados vitoriosos, Castro reforçava aqui a dimensão simbólica do cargo em si, dando o devido destaque a todos os governadores e vice-reis anteriores e legitimando (ainda mais) a sua função de mais alto oficial da Coroa. Por outras palavras, esta *Galeria* era um «poderoso suporte visual da história da instituição, para uma harmonização simbólica do significado do próprio cargo, não apenas num plano político-administrativo, mas também num plano simbólico»<sup>1287</sup>.

---

<sup>1281</sup> Instruções de 1-V-1548, *CartasDJC*, p. 396-398

<sup>1282</sup> Veja-se a descrição de Gaspar Correia: *Lendas*, IV, pp. 650-651. Também o regimento que Castro lhe endereçara quando fora a Adem (citado anteriormente) explicitava como desembarcar na cidade para tomar posse da mesma.

<sup>1283</sup> Carta de 13-VIII-1547, *CartasDJC*, p. 337.

<sup>1284</sup> *Lendas*, IV, p. 596.

<sup>1285</sup> Acerca da galeria veja-se a tese de Ana Teresa Braga Teves Reis – *A Galeria dos Vice-Reis e Governadores...*, cit.; Nuno Martins – *Império e Imagem. D. João de Castro e a retórica do vice-rei*, cit., pp. 275-288; José Manuel Garcia- *Cidades e Fortalezas do Estado da Índia (séculos XVI e XVII)*. Lisboa: Quidnovi, 2009, pp. 12-14; e o artigo de Annemarie Jordan-Gschwend – «Uomini illustri. A série de retratos dos vice-reis portugueses em Goa» in Francisco Faria Paulino (coord.) – *Tapeçarias de D. João de Castro*, cit., pp. 73-78.

<sup>1286</sup> Sobre as possíveis influências e inspirações de Castro, cf. Annemarie Jordan-Gschwend – «Uomini illustri...», cit., pp. 75-76 e Nuno Martins – *Império e Imagem...*, cit., pp. 280-283 e 285-286.

<sup>1287</sup> Nuno Martins – *Império e Imagem...*, cit., p. 279.

Apesar da referência directa de Gaspar Correia de que o Governador era «curioso de fazer cousas memoraves que ficassem per sua lembrança»<sup>1288</sup>, parece-nos (insistimos) que, na realidade, o que estava em causa era a centralidade do poder e não a perpetuação directa da sua memória ou a sua «auto-glorificação», como disse Annemarie Jordan-Gschwend<sup>1289</sup>. Note-se que a esta galeria somar-se-ia, uns anos mais tarde, uma outra contendo todas as armadas que partiram do Reino para a Ásia, série que se perdeu no século XVII, mas que ficou imortalizada nos *Livros das Armadas* ilustrados, hoje bem conhecidos<sup>1290</sup>.

Sobre os «elementos de inovação» dos triunfos de Castro analisados por Catarina Madeira Santos, entendidos como devedores das «aportações humanistas e, nomeadamente, das concepções romanas do triunfo»<sup>1291</sup>, como o arco triunfal, os painéis com pinturas, as estátuas dos inimigos derrotados e a substituição da palma pelo ramo de canela, notaremos que nem todos surgem nas fontes coevas que temos vindo a utilizar. Concretamente, a existência de um arco triunfal não é mencionada em qualquer fonte portuguesa. Frei Fernando de Castro utiliza o termo, mas apenas para especificar que nos ditos leões heráldicos estavam esculpidas as armas de o Governador «em um arco triunfal»<sup>1292</sup>.

O opúsculo publicado em Paris, em 1549, com o título «Nouvelles des Indes», com a descrição da *entrada* e de mais algumas campanhas de Castro, é o único testemunho que menciona todos estes elementos, tendo sido utilizado e proficuamente replicado por Frei Fernando de Castro<sup>1293</sup>. Todavia, o texto deste panfleto levanta diversas questões quanto à sua autoria e fiabilidade, visto que traduz supostamente um conjunto de cartas enviadas da Índia por um fidalgo português, descrito como «un des principaus gentilzhômes de l'Indie» e que decidira tomar o cargo de cronista para registar os feitos

---

<sup>1288</sup> *Lendas*, IV, p. 596.

<sup>1289</sup> Annemarie Jordan-Gschwend – «Uomini illustri...», cit., p. 78.

<sup>1290</sup> É o caso do *Livro* da Academia das Ciências de Lisboa, publicado em 1979, e do chamado *Livro de Lisuarte de Abreu*, publicado em 1992. Sobre estas obras veja-se Francisco Contente Domingues – «Livro das Armadas» in *Dicionário da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2016, vol. 2, pp. 650-651.

<sup>1291</sup> Catarina Madeira Santos – «Goa é a chave...», cit., p. 259 e seguintes.

<sup>1292</sup> *CVRDJC*, p. 447.

<sup>1293</sup> O texto francês foi publicado no vol. IV das *OCDJC*, em anexo: «Nouvelles des Indes» in *OCDJC*, IV, pp. 149-167; só se conhecem dois exemplares, ambas na *Hispanic Society of America* (EUA).

memoráveis de então («j'ay délibéré d'exercer, par chacun an, office de Croniqueur»)<sup>1294</sup>. A carta que descreve a entrada triunfal está datada de 18 de Novembro de 1548<sup>1295</sup>.

O estilo do texto remete-nos imediatamente para Gaspar Correia ou Leonardo Nunes como possíveis autores. Por um lado, por exemplo, Correia é o único autor a referir a inscrição colocada debaixo dos leões heráldicos, que encontramos rigorosamente traduzida no panfleto; por outro, mais adiante na narrativa francesa, o texto menciona a passagem da armada portuguesa pela cidade de Balsar, no final de 1547, que Nunes menciona, e a carta que o Governador enviou ao sultão do Guzerate depois da Batalha de Baroche, em Novembro desse ano, também copiada pelo autor anónimo, é uma cópia daquela existente na Crónica de Leonardo Nunes, e não da cópia preservada no arquivo de Castro<sup>1296</sup>.

Em todo o caso, quando o autor anónimo descreve as restantes campanhas de o Governador, transcreve uma carta do Rei da Pimenta (na costa do Malabar), que ainda hoje se preserva e que confirma que se trata de uma cópia perfeita e que o autor tenha tido acesso aos documentos originais, estando próximo do centro do poder<sup>1297</sup>.

Acerca do arco triunfal nesta entrada, e tendo em conta que nenhuma outra fonte o menciona, parece-nos certo que: a) o editor terá tido alguma dificuldade na interpretação e tradução do texto que recebeu, tendo entendido que terá existido um arco pela referência à porta de Santa Catarina, onde ao lado foi rasgado o pano de muralha para entrar o cortejo; ou b) o próprio editor deste opúsculo (Jean du Pré) poderá ter usado de alguma liberdade criativa e adicionado alguns elementos conhecidos das suas publicações. Efectivamente, sabemos que, entre 1539 e 1540, este editor de Paris publicou várias relações das entradas triunfais de Carlos V em França (algumas também baseadas em cartas descritivas), e que os arcos se distinguiram nestes *triumfos*, tendo marcado fortemente o imaginário da época, podendo-se assim explicar que tivesse replicado textualmente este modelo<sup>1298</sup>. O texto poderá até ser resultado dum misto destas duas

---

<sup>1294</sup> «Nouvelles des Indes», cit., p. 151

<sup>1295</sup> As restantes descrições do texto parecem remeter para mais do que uma carta; note-se que todas as cartas publicadas neste opúsculo datam de 1548 quando, na realidade, as duas que conhecemos datam de 1547, o que poderá também revelar o erro na datação da primeira.

<sup>1296</sup> Compare-se o material traduzido em «Nouvelles des Indes», cit., p. 165, com a cópia de Nunes: *CDJC*, pp. 187-188 e com o manuscrito: *OCDJC*, III, p. 468.

<sup>1297</sup> «Nouvelles des Indes», cit., pp. 162-163; a carta original, datada de 28-IX-1547: *CSL*, 2, pp. 411-412.

<sup>1298</sup> Sobre as publicações de Jean III du Pré, cf. *Inventaire chronologique des éditions parisiennes du XVIe siècle. V – 1536-1540*. Paris: Éditions des Musées de la Ville de Paris, 2004, pp. 379, 486-487. Sobre as *entradas* de Carlos V em França, veja-se R.J. Knecht – «Charles V's journey through France, 1539-40» in J.R. Mulryne e Elizabeth Goldring (eds.) – *Court Festivals of the European Renaissance. Art, politics and*

hipóteses, isto é, a adaptação à realidade que conhecia devido à incompreensão da carta traduzida.

Todos os restantes elementos, como os painéis com pinturas, representando cenas do cerco e da vitória portuguesa, as estátuas de protagonistas guzerates, como Khwaja Safar e Rûmî Khân, e a descrição de que D. João de Castro teria sido coroado, quando da segunda entrada, com uma capela de árvore de canela, têm origem na descrição publicada em Paris, em 1549<sup>1299</sup>. Quanto a esta última descrição, Frei Fernando de Castro traduziu e adaptou-a na íntegra, incluindo o suposto discurso laudatório que antecedeu o momento de coroamento<sup>1300</sup>. Através desta referência, Catarina Madeira Santos chega a afirmar que Castro «cria um sistema de símbolos próprios» e vende a sua imagem como sendo «um imperador na Índia»; a leitura da utilização da coroa e do ramo de canela levaria a crer que, se a palma utilizada na primeira entrada triunfal era símbolo imperial, neste caso aqueles eram «símbolo do império oriental, de que ele era, precariamente, vice-rei»<sup>1301</sup>. Apesar da interessante leitura proporcionada por esta interpretação, voltamos ao argumento já apresentado, crendo estar na presença da liberdade quase poética do editor parisiense que acrescentou estes detalhes, que não são narrados em qualquer outra fonte da época ou posterior.

O impacto visual das entradas triunfais foi, sem dúvida, considerável para a época e para o espaço geográfico em questão – a capital do “Estado da Índia”, incrustada na margem de um sultanato indiano, do outro lado do globo onde o modelo se formara originalmente. Estes *triumfos* cumpriam a função comemorativa de celebração pelos feitos militares, centrados quer na figura pessoal de D. João, enquanto capitão-mor, quer na dos soldados, que também se viam honrados, afamados e igualmente coroados.

No entanto, estamos certos de que os *triumfos* são apenas uma das peças do complexo *puzzle* que é a afirmação da soberania portuguesa na Ásia. O caso talvez mais explícito deste governo pode ser visto com a cerimónia de coroação de Hairun, rei das Molucas, em Março de 1546, enquadrado anteriormente. Como explicámos, este monarca fora deposto numa intrincada querela de política local, chegando preso a Goa, sendo o seu caso analisado e considerado inocente. O Governador decidiu restituir-lhe o lugar num rito que vale a pena citar, segundo as palavras do próprio em carta a D. João III:

---

*performance*. New York: Routledge, 2017 [1ª ed. 2002], pp. 153-170 e Geoffrey Parker – *Emperor...*, cit., pp. 265-266.

<sup>1299</sup> «Nouvelles des Indes», cit., p.161

<sup>1300</sup> *CVRDJC*, p. 469.

<sup>1301</sup> Catarina Madeira Santos – «Goa é a chave...», cit., p. 261.

«mandei fazer hum teatro grande no terreiro do Sabayo, muito bem aparamentado, aonde o mandei hir acompanhado de toda a nobreza que na India avia, e eu, acompanhado dos embaxadores que n'esta cidade estavam e dos dezembargadores, o saí a receber e o levei ao teatro de madeira aonde estavam feitos assentos pera mi e pera elle, e embaxadores a cada hum conforme a sua dignidade. E ali em presença de todos mandei ao Ouvidor geral que em Voz alta lesse a forma da sentença. E acabado de ser lida me alevantei do lugar em que estava assentado e lhe meti na mão um ceptro, e D. Alvaro, meu filho, lhe pôs a corôa na cabeça, mostrando-lhe por estas insignias que ficava outra vez rei e mais honrado que todos, pois té então a nenhum outro fora dado aquellas insignias reaes»<sup>1302</sup>.

O cerimonial é digno de nota por implicar elementos de um grande simbolismo. Ao coroar um rei, o governador português afirmava perante toda a comunidade o poder do rei de Portugal face a estes reinos, outorgando a própria autoridade e legitimidade a um reino vassalo, isto é, enquanto Imperador ou Rei de Reis. Esta cerimónia de entronização replica, em parte, a de D. João III, a 19 de Dezembro de 1521, que D. João de Castro poderá ter presenciado<sup>1303</sup>. Como sabemos, os reis portugueses eram jurados em Cortes e posteriormente levantados e aclamados, sem qualquer cerimonial litúrgico (apesar de conhecermos algumas tentativas para retomar essa forma ao longo do século XV)<sup>1304</sup>. A cerimónia organizada por D. João de Castro mimetizou alguns elementos de 1521, como a construção de um «teatro grande» – termo também utilizado nas descrições da aclamação de D. João III<sup>1305</sup> –, a solenidade do acto e a entrega do ceptro real. O elemento que destoa é a coroação propriamente dita, pois o ritual *per se* (e o uso da coroa) não acontece em Portugal pelo menos desde o século XV, apesar de o monarca ser algumas vezes representado com este símbolo, sobretudo em desenhos da *Leitura Nova*<sup>1306</sup>. Destacamos duas situações que poderão ser consideradas análogas: em 1505, o primeiro vice-rei do “Estado da Índia”, D. Francisco da Almeida, entronizou o rei Cochim

---

<sup>1302</sup> *OCDJC*, III, p. 287.

<sup>1303</sup> Não existe qualquer referência à sua presença nesse acto.

<sup>1304</sup> Sobre este assunto veja-se o estudo de José Mattoso – «A coroação dos primeiros reis de Portugal» in *Naquele tempo. Ensaios de História Medieval*. Lisboa, Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2009, pp. 487-504 e Rita Costa Gomes – *A corte dos reis...*, cit., pp. 301-303.

<sup>1305</sup> Cf. a descrição do acto (e a referência directa a este termo) dada por Ana Isabel Busco – *D. João III*. Lisboa: Temas e Debates, 2008, pp. 127-137.

<sup>1306</sup> Cf. Ana Maria Alves – *Iconologia do Poder Real no Período Manuelino*. Lisboa: INCM, 1984, pp. 57-59 e 112-113.

com uma coroa de ouro trazida do Reino, «pera que a tevesse como insígnia real que os reys devião de ter»<sup>1307</sup>, depois de ter também entronizado o novo rei de Quíloa com a mesma coroa<sup>1308</sup>; o segundo caso remonta a 1542 e à coroação, em Lisboa, da efígie do príncipe ceilonês Dharmapala, do reino de Cota, transportada num cofre de marfim (que ainda hoje existe)<sup>1309</sup>. Estes casos de investidura (incluído o do rei das Molucas) exemplificam a representatividade do poder português na Ásia, entendido como entidade superior capaz de reconhecer e legitimar o outro elemento da relação feudo-vassálica estabelecida. Nas palavras de António Vasconcelos de Saldanha, a coroa utilizada no rito não era apenas uma «[...] insígnia real, um testemunho e confirmação do título de Rei, mas o símbolo cuja entrega e aceitação significa a própria tomada de posse»<sup>1310</sup>.

As questões que acabámos de analisar contribuem para equacionar o papel de D. João de Castro na constituição de uma corte em Goa. Como vimos, a prática governativa de Castro na condução dos grandes debates, tomando os fidalgos como conselheiros e replicando a própria prática régia à qual ele próprio assistira e participara enquanto membro da Corte no Reino, visou reforçar a sua centralidade enquanto o mais alto oficial da estrutura administrativa, política e militar. A atribuição de mercês através do exercício da *graça régia*, poder delegado subjacente ao seu cargo, procurou também fomentar o papel de o governador enquanto agente central das redes de clientelas, solidariedades e fidelidades que se entrecruzavam e condicionavam a acção dos súbditos da Coroa à procura da *honra*, do *proveito*, da *fama* e da *glória* enquanto elementos intrínsecos de uma *economia de mercês*. Por fim, enquadrámos os *triumfos* com a criação da *Galeria* e o coroamento do rei das Molucas como peças de uma afirmação *Imperial* do “Estado da Índia”.

Estes elementos podem ser interpretados como parte integrante da adaptação e fixação de uma corte em Goa. Dois documentos da época comprovam que tal já era, em parte, uma realidade à época: em carta a D. Álvaro de Castro, Manuel de Sousa de

---

<sup>1307</sup> Fernão Lopes de Castanheda – *História do descobrimento...*, cit., vol. I, p. 258. O episódio é narrado na biografia do vice-rei de Joaquim Candeias Silva – *O Fundador do “Estado Português da Índia”...*, cit., p. 140. Note-se que o conhecido e muito completo regimento de D. Manuel não menciona qualquer coroa e qualquer cerimonial a ter.

<sup>1308</sup> João de Barros explicita que D. Francisco de Almeida aproveitou ter a coroa de ouro que levava para o rei de Cochim para entronizar o recém escolhido rei de Quíloa, organizando a mesmo cerimónia que planeava fazer em Cochim – *Ásia – Primeira Década*. Lisboa: INCM, 1988, l. VIII, c. VI, fl. 312.

<sup>1309</sup> Cf. Jorge Flores – *Os Portugueses e o Mar de Ceilão*, cit., pp. 189-191 e Zóltan Biedermann – *A aprendizagem de Ceilão...*, cit., pp. 187-189.

<sup>1310</sup> António Vasconcelos de Saldanha – *Iustum Imperium...*, cit., p. 584.



Sepúlveda escrevia de Cochim que ficava «muy desejoso de me tornar pera esa corte» em Goa<sup>1311</sup>; no mesmo sentido, Fernão Palha também escrevia ao filho do Governador, em Fevereiro de 1547, dando conta que todos aguardavam o regresso de Castro a Goa, e que «has novas de qua são aver muitas jemtis damas e com muitos jemtis desejos de verem vir tão nobre fidalguia como dela a de vir pera com sua vymdaa se torne esta cidade corte porque sem eles parece muito aldeia»<sup>1312</sup>. Como vemos neste último testemunho, não eram só as instituições que definiam a existência da corte, mas também a presença da fidalguia e, conseqüentemente, do próprio governador, mantendo a matriz medieval, e que ainda subsistia no Reino, da necessidade da presença do próprio monarca<sup>1313</sup>.

Recentemente, Jeroen Duindam descreveu a corte como *templo*, *gaiola* e *arena*<sup>1314</sup>. Tal conceito poderá, até certo ponto, ser aplicado ao nosso caso. Os ritos e as cerimónias emanadas pela corte, do qual o episódio de coroação de 1547 é disso exemplo, configuravam-na como *templo da glória*, onde o governador oficializava simbolicamente o momento enquanto sumo-sacerdote. O desenvolvimento de uma dinâmica governativa assente em pareceres, onde era dada voz e relevância a cada fidalgo ou oficial feito arbitrista, pode ser entendido como o surgimento desta *gaiola dourada*<sup>1315</sup>, submetendo e vergando (e, de certa forma, aprisionando) de uma forma voluntária os elementos desta corte que procuravam estar perto do centro do poder. Por último, esta mesma procura por um lugar de destaque era responsável por conflitos internos e dinâmicas de competição, como se de uma *arena de combate* se tratasse, mediada unicamente pela figura central, unidade legitimadora da corte. Disso é exemplo Henrique de Sousa Chichorro que, no conflito que opôs Castro a Aleixo de Sousa (seu meio-irmão), repudiou o seu familiar e a sua solidariedade linhagística, optando por acompanhar o próprio Governador e mostrar-se fiel ao rei.<sup>1316</sup>

Apesar de Duindam enfatizar esta leitura da corte para um período posterior, cremos estar na presença de alguns elementos que comprovam o desenvolvimento, mesmo que rudimentar, da transposição do modelo de uma corte europeia para Goa

---

<sup>1311</sup> Carta de 21-XI-1546, *CSL*, 2, p. 17.

<sup>1312</sup> Carta de II-1547, mas sem indicação de dia, ANTT/Cartas-Goa, fl. 71v.

<sup>1313</sup> Cf. por exemplo Rita Costa Gomes – «Les déplacements de la cour portugaise», *e-Spania* [Online], 8-décembre 2009, URL : <http://journals.openedition.org/e-spania/18853>; DOI : 10.4000/e-spania.18853.

<sup>1314</sup> Jeroen Duindam – *Dynasties. A Global History of Power, 1300–1800*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016, pp. 201-224

<sup>1315</sup> O termo foi cunhado por Norbert Elias (donde Duindam o retém) e baseado na centralidade de Versalhes e dos nobres franceses que se viam obrigados a escolher entre «viver na gaiola dourada da corte e participar na sua glória ou arrastar na penumbra uma existência sem brilho»; cf. Norbert Elias – *A Sociedade de Corte*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987, p. 214.

<sup>1316</sup> Veja-se a descrição do caso por Alexandra Pelúcia – *Martim Afonso de Sousa...*, cit., pp. 240-241.

durante a governação de D. João de Castro. Pelo impacto simbólico que este governador imbuiu ao seu cargo e aos seus conselheiros, os seus sucessores colheram os frutos então semeados, como no-lo diz Nuno Vila-Santa, vislumbrando os preceitos de uma corte já ao tempo do vice-rei D. Afonso de Noronha (1550-1554)<sup>1317</sup>. Do outro lado do mundo, a experiência castelhana também desenvolvia neste período um cerimonial próprio dos vice-reis do Peru, em 1551, pela mão de Dom Antonio de Mendoza<sup>1318</sup>.

Para compreender o papel conferido à corte, é necessário ter em mente que D. João de Castro era, como temos vindo a insistir, o mais alto oficial do “Estado da Índia” e directo representante do rei com o título de *governador*, e não de *vice-rei*, um equívoco demasiado corrente na historiografia<sup>1319</sup>. Somos assim forçados a discordar da recente afirmação de Nuno Martins de que Castro «ocupou o ofício de Governador à maneira de vice-rei»<sup>1320</sup>. Tal interpretação pode ser vista como anacrónica, enquanto leitura retroprojectada do tipo de governação e de corte que sabemos ter surgido em Goa depois do seu tempo e que atribui uma relação directa de causalidade (de forma quase determinista) no desenvolvimento da imagem do vice-rei. Ora, D. João de Castro não pode ter governado de uma forma que não pretendia, isto é, não cremos que este procurasse a recondução no cargo ou esperasse sequer o aumento da sua dignidade titular. Descontando alguma eventual retórica no discurso dirigido ao monarca, as cartas que o Governador endereçou ao rei são inequívocas nos pedidos para ser substituído. A chegada do título de vice-rei dias antes da sua morte não é, nem pode ser, justificação suficiente para o vermos ou lhe atribuirmos um título simbólico (visto que as suas competências e jurisdições se mantinham) que nunca chegou a exercer tendo em conta a sua precária situação de saúde.

Ligada a esta imagem do poder está o facto de que, em nosso entendimento, D. João de Castro detinha uma característica que facilitou a sua governação: o seu carisma. Efectivamente, cremos que este governador possuía esta qualidade, que Max Weber descrevia como um carácter quase sobrenatural ou sobre-humano, envolto de um certo misticismo que conferia a uma personalidade individual um reconhecimento e uma

---

<sup>1317</sup> Nuno Vila-Santa – *D. Afonso de Noronha...*, cit., pp. 125-130.

<sup>1318</sup> Cf. Manuel Rivero Rodríguez – *La edad de oro de los virreys. El virreinato en la Monarquía Hispánica durante los siglos XVI y XVII*. Madrid: Ediciones Akal, 2011, p. 180.

<sup>1319</sup> Sobre a diferença jurídica e até governativa entre os dois títulos, já explicitámos anteriormente que esta é sobretudo simbólica, estando mais ligada à procura de reforço da autoridade régia do que ao estatuto social do visado e à confiança tida no nomeado; não esqueçamos, claro, que acumulava o cargo de capitão-mor, frisando a sua importância e relevância militar.

<sup>1320</sup> Nuno Martins – *Império e Imagem...*, cit., pp. 306-307.

devoção acima do normal<sup>1321</sup>. C. Stephen Jaeger desenvolveu este conceito, esclarecendo que o carisma, adquirido por natureza, calculismo, treino ou mérito se revia numa presença extraordinária de alguns indivíduos, criando um certo encantamento à volta dessa pessoa<sup>1322</sup>. Para o período de análise, destacamos o carisma de Carlos V (que Castro conheceu pessoalmente, em Tunes), analisado por Geoffrey Parker, que lhe permitiu criar uma forte imagem do poder e de união entre os seus súbditos, desde a vizinha Castela até ao Sacro Império<sup>1323</sup>.

Os múltiplos testemunhos que arrolámos ao longo da tese, quer nos cronistas que vivenciaram o seu governo, quer nas cartas remetidas ao Reino, confirmam esta atracção pela figura deste capitão-mor e governador do “Estado da Índia”. A sua presença próxima dos soldados nos momentos de combate, a sua intervenção pessoal nas obras do armazém e da Ribeira de Goa ou na reconstrução da fortaleza de Diu conferiram-lhe uma proximidade ímpar junto dos oficiais e de qualquer servidor do rei. Entre outros momentos, as entradas triunfais reforçaram esta imagem carismática, e a sua prática governativa afirmaram-no como homem diligente e bondoso, que recompensava os serviços prestados.

Concluimos que, através da criação dos fundamentos de uma corte, a governação de D. João de Castro demonstrou estar preocupada em reforçar a centralidade do poder, plasmada na figura de o governador. O que estava em causa era que o representante da Coroa tivesse capital político e simbólico (interna e externamente) suficiente para congregar os súbditos do rei, espalhados na extensa rede em que se configurava o “Estado da Índia”. Uma das suas preocupações era, efectivamente a *honra* e o *crédito* dos portugueses e do próprio rei naquele espaço Além-Mar, como o enfatiza numa carta ao

---

<sup>1321</sup> Sobre o conceito clássico de autoridade carismática de Max Weber: «The Nature of Charismatic Authority and its Routinization» in *On charisma and institution building*. Ed. S.N. Eisenstadt. Chicago/London: University of Chicago Press, 1968, pp. 48-65, em particular as pp. 48-51. Veja-se também o estudo sociológico marcante de Charles Lindholm, onde este analisa vários casos do século XX: *Charisma*. Oxford/Cambridge: Blackwell, 1990.

<sup>1322</sup> C. Stephen Jaeger – *Enchantment – On Charisma and the Sublime in the Arts of the West*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2012. Para um balanço historiográfico do conceito, cf. a introdução da recente obra de Brigitte Miriam Bedos-Rezak e Martha Dana Rust – «Faces and Surfaces of Charisma: An Introductory Essay» in Brigitte Miriam Bedos-Rezak e Martha Dana Rust (eds.) – *Faces of Charisma. Image, Text, Object in Byzantium and the Medieval West*. Leiden: Brill, 2017.

<sup>1323</sup> Geoffrey Parker – *Emperor...*, cit., pp. 521-524. Note-se que já o seu avô, o imperador Maximiliano, tinha utilizado a seu favor os meios visuais para criar uma imagem consideravelmente carismática de si: Larry Silver – *Marketing Maximilian: the visual ideology of a Holy Roman Emperor*. New Jersey: Princeton University Press, 2008.

monarca, mostrando preocupação por causa da má imagem que a situação política do Yusuf Adil Khan em Goa poderia trazer<sup>1324</sup>.

Não é por mera coincidência que encontramos várias referências documentais, durante este governo, à designação “Estado da Índia”, que até aquele momento não tinha grande expressão no vocabulário da época<sup>1325</sup>. Apesar da maleabilidade dos termos para designar este espaço (variando entre *terra*, *província*, *estado* ou *império*, como já mostrou António Vasconcelos de Saldanha<sup>1326</sup>), vemos, por exemplo, o Bispo de Goa usar a expressão duas vezes no parecer respeitante à proposta de conversão do rei de Tanor, mostrando-se preocupado por esta situação poder pôr «em algum pryguo de engano ou treição ho Estado da Imdia»<sup>1327</sup>. O próprio Castro usou-a em carta a D. João III, quando explicou a posição delicada de Diu depois do cerco, certo de que o sultão do Guzerate poderia colocar novamente «todo o Estado da Índia a hum tombo de dado»<sup>1328</sup>. Já o pequeno folheto propagandístico impresso em Roma, em 1549, dando notícia do segundo cerco de Diu, encerra no seu título, em italiano, um dos mais antigos usos da expressão a nível europeu: *Summario delle cose successe a Don Giovan de Castro governor del Stato della India*<sup>1329</sup>.

A origem ou o uso desta expressão não pode ser atribuída a este governo, visto que surge esporadicamente na primeira metade do século XVI, nomeadamente na letra de Afonso de Albuquerque<sup>1330</sup>, mas este período pode ser entendido como um momento de consolidação deste “Estado”, ao fim de 40 anos da sua primeira estruturação, e de coesão governamental que terá permitido o desenvolvimento de uma certa ideia de unidade deste espaço que já então se estendia de Moçambique ao Japão. Este termo surgia já com forma substanciada e repetidamente na Segunda Década da *Ásia* de João de Barros, publicada em 1553<sup>1331</sup>, uma das obras que mais marcou a cronística deste período, reforçando uma

---

<sup>1324</sup> Fragmento de carta sem data, ARSI, *Goa* 38, fls. 338r-v.

<sup>1325</sup> Cf. António Vasconcelos de Saldanha – «Estado da Índia» in Francisco Contente Domingues (dir.) – *Dicionário da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2016, vol. 1, p. 369.

<sup>1326</sup> António Vasconcelos de Saldanha – *Iustum Imperium...*, cit., p. 288.

<sup>1327</sup> Parecer do Bispo de Goa, 8-II-1546, BA, Cod. 51-VII-22, fl. 179v. No parecer sobre a questão de Baçorá, Jorge Cabral afirma que se deveria evitar o comércio com os otomanos porque «he o estado da imdia que por ally se pode perder» – BA, Cod. 51-VII-52, fl. 319r.

<sup>1328</sup> Carta de 16-XII-1546, *OCDJC*, III, p. 307.

<sup>1329</sup> Publicado o fac-símile e traduzido em *Sumário das coisas sucedidas a Dom João de Castro*, cit.

<sup>1330</sup> Cf. as considerações feitas por José Manuel Garcia – *O Terrível...*, cit., pp. 611-613.

<sup>1331</sup> Note-se que Barros utiliza apenas uma vez esta expressão na Primeira Década (livro VII, capítulo XI, publicada em 1551), mas num contexto que não parece remeter para o “Estado da Índia” enquanto entidade política, mas sim à situação da Índia naquele momento; por sua vez, Fernão de Lopes de Castanheda usa mais frequentemente a expressão a partir do seu terceiro livro, também publicado em 1553.

ideia de grandeza e de unidade do “Estado da Índia”, imprescindível na criação de uma memória colectiva e identitária sobre a expansão portuguesa na Ásia<sup>1332</sup>

---

<sup>1332</sup> Sobre o papel da memória na criação de uma coesão social e identitária, cf. Fernando Catroga – *Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da história*. Coimbra: Edições Almedina, 2009, pp. 24-32; acerca da ligação entre a construção de um discurso apologético e a fixação de uma memória colectiva, veja-se o que diz Moses I. Finley – *Mythe, mémoire, histoire*. Paris: Flammarion, 1981, p. 32.

## CAPÍTULO 9

### A CONSTRUÇÃO DE UMA MEMÓRIA

Para lá do contributo directo de D. João de Castro nas estruturas administrativas, militares e simbólicas do “Estado da Índia”, este governador deixou uma memória viva da sua actuação que foi posteriormente alvo de um paulatino processo de construção visando o engrandecimento dos seus feitos.

Assim, dividiremos esta análise em três momentos. Num primeiro tentaremos ver que memória é que D. João de Castro projectou de si mesmo e planeou deixar; debruçar-nos-emos então sobre a evolução da imagem de Castro, desde a sua morte até ao século XVII; por fim, centraremos a nossa atenção nos projectos memorialistas dos seus netos, Fr. Fernando de Castro e D. Francisco de Castro, e do respectivo impacto destes até ao século XX.

#### 9.1. Em sua memória

Apesar de muito se especular sobre o papel que D. João de Castro dedicou à sua própria imagem, com base, como vimos, na errónea atribuição da autoria do *trunfo* de Goa, poucos documentos subsistem para documentar o que Nuno Martins caracteriza como «uma particular tendência para a vanglória, ou um ufano desejo de eternizar uma memória de si»<sup>1333</sup>, e que nos parece ser uma leitura abusiva da figura deste governador.

Do testamento lavrado a 19 de Março de 1545, dias antes da sua partida para a Ásia, destacam-se apenas os legados pios, em favor da Misericórdia de Lisboa, dos pobres

---

<sup>1333</sup> Nuno Martins – *Império e Imagem...*, cit., p. 227.

de África, cavaleiros e mulheres viúvas, bem como meios para casar «duas órfãs pobres e virtuosas»<sup>1334</sup>. J.-B. Aquarone veria nisso «la compassion d'un seigneur, presque pauvre lui-même, à l'égard des désemparés»<sup>1335</sup>, o que, na realidade, não diverge das próprias práticas da época, onde a bondade e a caridade se manifestavam com grande projecção nas cláusulas testamentárias. Enquanto fidalgo, Castro revelava também preocupação pelo futuro da sua Casa e da sua linhagem, explicitando as várias formas de como haveriam de ser distribuídos os bens e o morgadio da Quinta de Penha Verde, em Sintra, esclarecendo que, caso este último passasse para as suas filhas, só herdarão «se se chamarem de Castro e trouxeram as armas»<sup>1336</sup>. Já exercendo o cargo, o Governador mencionou, por diversas vezes em cartas a D. João III, a vontade em alargar a sua referida Quinta e aproveitá-la depois do seu regresso, também tema de conversa de vários seus conhecidos que lhe escreviam do Reino<sup>1337</sup>.

Em Goa, encontramos quatro referências com eventuais implicações memorialísticas ligadas ao governo de Castro. Três delas podem ser considerados memoriais às suas vitórias. A primeira está ligada à entrada triunfal de Abril de 1547. Após a reedificação da muralha da cidade, foi colocado um «memorial com hûas letras d'ouro que recontava o caso como pasou brevemente»<sup>1338</sup>, e que ainda subsiste, mas que foi deslocado para o interior da capela de S. Catarina, em Velha Goa; a lápide contém uma imagem de S. Martinho a cortar a capa (alusão à data da batalha do segundo cerco de Diu, na véspera do dia desse santo), e onde se lê «Por esta porta entrou dom João de Castro o defensor da India quando triunfou de Cambaya e todo este muro lhe foi derrubado era de 1547 anos». Foi também aí construída uma pequena capela em honra de S. Martinho que subsistiu até ao século XIX, altura em que foi extinta a procissão que se realizava anualmente, a 10 de Novembro, em memória deste feito<sup>1339</sup>. Apesar de Leonardo Nunes atribuir a origem da capela ao Governador, uma carta da Câmara de Goa, de Novembro de 1547 menciona que por acção dos vereadores foi colocado o dito retábulo invocando S. Martinho, «no mesmo muro da vytorea num lugar que pêra yso se

---

<sup>1334</sup> Cristóvão Aires de Magalhães Sepúlveda – «Testamento de D. João de Castro», cit., p. 15.

<sup>1335</sup> J.-B. Aquarone – *D. João de Castro...*, cit., vol. I, p. 317.

<sup>1336</sup> Cristóvão Aires de Magalhães Sepúlveda – «Testamento de D. João de Castro», cit., p. 13.

<sup>1337</sup> Remetemos para Georg Schurhammer, que analisou suficientemente esta questão: *Francis Xavier...*, cit., vol. III, pp. 436-440.

<sup>1338</sup> *CDJC*, p. 154.

<sup>1339</sup> *Ibidem*. A manutenção da capela e da procissão é referida por J.H. da Cunha Rivara na sua edição da *Viagem de Francisco Pyrard de Laval às Índias Orientais (1601-1611)*. Nova-Goa: Imprensa Nacional, 1858, vol. 2, nota da p. 11-13.

fez»<sup>1340</sup>, deixando em aberto se a própria pedra comemorativa não terá sido também da responsabilidade da Cidade.

O outro memorial era um arco, constituído com dois ossos de baleia, tomados quando do ataque e da pilhagem à cidade de Patane, perto de Diu, no Inverno de 1547. Castro mandou-os pôr «sobre pilares, em arco feito na entrada da porta da cidade, de Santa Maria da Serra»<sup>1341</sup>. Apesar da construção *sui generis*, erguida para evocar essa campanha do Norte, o arco terá permanecido apenas até ao governo de Francisco Barreto (1555-1558), conforme indica Diogo do Couto<sup>1342</sup>.

O terceiro e último elemento edificado terá sido um retábulo de S. Tomé, colocado na porta Sul da cidade, conhecida como Porta de Nossa Senhora da Serra por se encontrar contígua à capela aí construída na década de 1510, por promessa de Afonso de Albuquerque. De acordo com Leonardo Nunes, a única testemunha deste acto, a imagem do Apóstolo das Índias encontrava-se «da parte de fora antre hũa porta e outra» em homenagem à vitória obtida a 21 de Dezembro de 1547 (dia da sua invocação), em Salcete, contra as tropas de Bijapur<sup>1343</sup>.

A quarta referência que arrolamos é a já mencionada *Galeria dos Governadores e Vice-Reis*. Como já explanámos suficientemente, cremos estar em presença não de uma obra memorialista de carácter pessoal, mas sim legitimadora do poder destes oficiais. Note-se que, caso D. João de Castro tivesse uma *agenda* própria de engrandecimento particular, bastar-lhe-ia ter solicitado o seu próprio quadro e não a sua integração numa *Galeria*, ficando a sua acção individual subsumida no colectivo dos seus antecessores. Neste sentido, nenhuma epígrafe foi colocada indicando a autoria da *Galeria* e o único cronista que menciona tal facto é Gaspar Correia, por ter estado envolvido na sua criação. Este suposto programa de glorificação também não se revê na legenda do seu quadro, hoje preservado em Goa, onde constam os seguintes feitos: «Desbaratou em Dio todo o poder de Cambaia; presentou batalha a el rei de Baroche; destroio toda sua costa e a de Adil Xa; desbaratou seus capitães em Salsete; entrou trehunfando em Goa»<sup>1344</sup>. Apesar

---

<sup>1340</sup> Carta de 18-XI-1547 a D. João de Castro: *OCCS*, p. 283.

<sup>1341</sup> *Lendas*, IV, p. 614; cf. também *CDJC*, p. 194

<sup>1342</sup> *Ásia (Couto)*, d. VI, l. V, c. VIII, p. 400.

<sup>1343</sup> *CDJC*, p. 217.

<sup>1344</sup> Agradecemos a Ana Teresa Teves Reis a proveitosa partilha e troca de informações relativas à *Galeria*, proveniente da sua responsabilidade no projecto «Old Goa Revelations: New insights on the Viceroy's Gallery», coordenado pelos centros CIEBA – Centro de Investigação e Estudos em Belas-Artes, Faculdade de Belas Artes, Universidade de Lisboa e pelo Laboratório HERCULES (Universidade de Évora), com parceria do Laboratório José de Figueiredo (DGPC), e do seu doutoramento, em desenvolvimento na FBAUL, e dedicado à referida *Galeria*.



das dúvidas quanto à datação desta legenda, podendo não corresponder à original pelos sucessivos restauros de que a *Galeria* foi alvo<sup>1345</sup>, estes são os principais marcos da sua governação, assim entendidos para serem preservados e registados no seu quadro, representação máxima da sua acção.

Mais simbólico e revelador da natureza deste governador é o pedido que terá feito ao filho, D. Álvaro, pouco antes de falecer em Goa, em Junho de 1548: que este patrocinasse a construção de um convento de «recoletos franciscanos» na serra de Sintra, com invocação de Santa Cruz. Apesar da única referência escrita a esta promessa ser aquela narrada por Jacinto Freire de Andrade, em 1651<sup>1346</sup>, o Convento de Santa Cruz dos Capuchinhos da Serra de Sintra, cujos edifícios ainda hoje existem, foi erguido em 1560 e extinto no século XIX pelas reformas liberais. Encontramos nele uma epígrafe identificando que foi fundado por D. Álvaro de Castro «por mandado do visorey D. João de Castro»<sup>1347</sup>, acompanhada das suas armas. Apesar de o Governador não ter dado grande atenção à acção missionária dos franciscanos, cremos que comungaria do ideal de pobreza. Para além do testemunho dos cronistas e das cartas referentes ao seu carácter recto e desprovido de riquezas, registre-se que terá sido sepultado no Mosteiro de São Francisco de Goa, envergando «o habito de São Francisco em cima do manto da ordem de Christos»<sup>1348</sup>. Diogo do Couto (e posteriormente Freire de Andrade, talvez baseado na *Década Sexta*, publicada em 1614), afirmou que a vontade de Castro era ser tresladado e sepultado na sua Quinta da Penha Verda, na Capela de Nossa Senhora do Monte, que aí erguera em 1543<sup>1349</sup>, não se chegando a consumir o desejo por ter sido tresladado para o Convento de S. Domingos de Benfica, como veremos.

Efectivamente, o testamento feito em 1545, aberto e executado a partir de 1549, nada menciona quanto ao lugar de eterno descanso do seu signatário e, como sabemos e referimos, este tinha uma predilecção especial pela sua Quinta de Sintra. Veja-se, por

---

<sup>1345</sup> Sobre estes restauros, cf. Ana Teresa Moreira Braga Teves Reis – *A Galeria dos Vice-Reis...*, cit., pp. 47-68.

<sup>1346</sup> *VDJC*, I. IV, parágrafo 110, pp. 442-443.

<sup>1347</sup> Veja-se a transcrição por Braamcamp Freire – *Brasões da Sala de Sintra...*, vol. I, p. 506.

<sup>1348</sup> *Lendas*, IV, p. 568. Anote-se que dos antecessores de Castro que faleceram em serviço, Afonso de Albuquerque foi sepultado (em 1515) na Capela de Nossa Senhora da Serra (que erguera), Vasco da Gama (em 1524) em Cochim, na Igreja de São Francisco, D. Henrique de Meneses (em 1526) em Cananor, na Igreja da fortaleza, D. Garcia de Noronha (em 1540) na Sé de Goa; dos seus sucessores nas décadas seguintes Garcia de Sá (em 1549) foi inumado na Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Goa, D. Pedro Mascarenhas (em 1555) na Sé de Goa e D. Francisco Coutinho (em 1564) no convento de S. Francisco de Goa. Destes casos se deduz que a escolha do local para sepultar revela certamente uma escolha pessoal do próprio falecido.

<sup>1349</sup> *Ásia (Couto)*, d. VI, l. VI, c. IX, p. 70 e *VDJC*, Livro IV, parágrafo 103, p. 431.

exemplo, que no final do segundo cerco de Diu, dava conta ao rei que esperava regressar ao Reino para «recolher-me outra vez aos matos da Serra de Sintra para dar alguns dias a Deus de quantos annos me tem levado o mundo»<sup>1350</sup>. Apesar desta constante preocupação e referência à Quinta, não descartamos a hipótese de que a menção a este seu último desejo seja construção dos cronistas, visto que, na realidade, Castro já tinha ligação familiar aos Dominicanos de Benfica, tendo o seu pai lá sido sepultado<sup>1351</sup>.

Um outro elemento memorialista frequentemente aqui citado, e que vale a pena mencionar (mas que extravasa a nossa análise), são as já referidas *Tapeçarias de D. João de Castro*, um conjunto de dez panos, hoje à guarda do Kunsthistorisches Museum, na capital austríaca, e que representam a vitória do segundo cerco de Diu, a primeira entrada triunfal em Goa e sucessivas campanhas. Infelizmente, não existe qualquer documento referente à encomenda ou ao fabrico delas, deixando o caminho aberto para diversas propostas de leitura e hipóteses relativas à sua autoria<sup>1352</sup>. O facto certo é que se trata duma obra da segunda metade do século XVI, talvez entre finais da década de 1550 e 1560/70. Apesar de vários artigos apontarem para D. Álvaro de Castro como responsável pela encomenda, outras personalidades da corte portuguesa devem ser equacionadas, como o infante D. Luís ou, mais provavelmente, a infanta D. Maria, como demonstrou com segurança Carla Alferes Pinto<sup>1353</sup>. Do ponto de vista artístico, as representações *per*

---

<sup>1350</sup> Carta de 16-XII-1546, *OCDJC*, III, p. 314.

<sup>1351</sup> *CRVDJC*, p. 534 – é o próprio neto biógrafo, dominicano, que confirma tal facto; como desenvolveremos adiante, assim se justifica que D. Álvaro tivesse investido nesse convento para a sua última morada, prevendo trasladar para aí os restos mortais do pai, pondo de parte a hipótese da Penha Verde.

<sup>1352</sup> A análise, leitura e interpretação das representações e dados sobre a sua origem estão compulsados nos diversos estudos publicados no catálogo da exposição de 1995, que seguimos de perto: Francisco Faria Paulino (coord.) – *Tapeçarias de D. João de Castro...*, cit. Veja-se também a recente síntese, que pouco acrescenta aos textos do catálogo, de Maria Antónia Gentil Quina – «As Tapeçarias dos Sucessos de D. João de Castro» in Maria João Pacheco Ferreira et al (eds.) – *Portugal, a Europa e o Oriente: circulação de artistas, modelos e obras*. Lisboa, Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, 2015, pp. 281–291

<sup>1353</sup> Vejam-se especialmente os estudos de Rafael Moreira e Maria António Gentil Quina no catálogo referido e Carla Alferes Pinto – «Entre a Ásia e a Europa: representação e consumo artístico da infanta D. Maria (1521-1577)» in Isabel Soares de Albergaria e Duarte Nuno Chaves (coords.) – *Viagens, Produtos e Consumos Artísticos. O espaço ultramarino português, 1450-1900*. Lisboa: CHAM, 2018, pp. 21-26. Sérgio Mascarenhas tem proposto recentemente uma chave de leitura diferente das tapeçarias, quer na sua interpretação iconográfica como na recriação da sua disposição: cf. «Moving Images: The D. João de Castro Tapestries» in Anabela Mendes et al. (orgs.) – *Qual o tempo e o movimento de uma elipse? Estudos sobre Aby M. Wrburg*. Lisboa: UCE, 2012, 119-139, «Imaging movement from immobile art: the D. João de Castro tapestries» in Maria Teresa Cruz et al (orgs.) – *Tecnologias Culturais e Artes dos Media*. Lisboa: CECL/Unyleya, 2016 (sem paginação) e «As figuras cortêsas nas tapeçarias de D. João de Castro: etapa de uma viagem no tempo e na arte» in Anabela Mendes et al. (orgs.) – *Viagens de Longo Curso – Roteiros e Mapeações*. Lisboa: UCE, 2016, pp. 55-68.

se pouco nos oferecem de novo, visto que replicam o modelo europeu vigente, consubstanciando um ideal da “exótica” Índia<sup>1354</sup>.

Creemos então que o próprio D. João de Castro não esteve relacionado com as tapeçarias ou qualquer projecto embrionário comemorativo dos seus feitos. Na realidade, a única referência remotamente ligada que possuímos mantém-se obscura por não ser certo do que trata: a 25 de Novembro de 1547, António Fernandes escrevia ao Capitão-mor informando que tinha acabado «os panos de Pomda» e que seriam levados para o Reino por D. João de Mascarenhas<sup>1355</sup>. Apesar de algumas especulações se estes panos representariam algum tipo de tapeçaria sobre a vitória de Castro em Pondá uns meses antes, não temos qualquer outro documento que no-lo confirme, ou que dê conta da recepção destes em Portugal. Sobre as possíveis fontes das tapeçarias, apontamos sobretudo para a relevância do opúsculo francês publicado em Paris, em 1549 e já analisado<sup>1356</sup>. Na realidade, a comparação entre a descrição da primeira entrada triunfal e as quatro tapeçarias alusivas leva-nos a apontar esse texto como principal fonte de inspiração, explicando desta forma a existência do arco triunfal na tapeçaria que, como argumentámos, nunca existiu.

Acerca da interpretação iconográfica das tapeçarias, revemo-nos na chave de leitura de José Manuel Garcia, no seu já mencionado estudo sobre o Governador<sup>1357</sup>, exceptuando a identificação corrente de um dos panos. Concretamente, a tapeçaria N.º 7 do catálogo (T XXII 6 do Inventário do Museu de Viena) tem sido identificada como a chegada da frota portuguesa a Dabul, no final de 1547<sup>1358</sup>. A atribuição deste episódio deveu-se Luís Keil, no artigo responsável pela divulgação deste conjunto de tapeçarias, em 1928<sup>1359</sup>. Assim, propomos que este pano se reporta à campanha de Castro ao Norte, em 1547, podendo tratar-se da representação da chegada da armada a Baroche, Patane ou

---

<sup>1354</sup> Cf. Maria Antónia Gentil Quina – «A série de tapeçarias dos “Sucessos e Triunfo de D. João de Castro” na Índia» in Francisco Faria Paulino (coord.) – *Tapeçarias de D. João de Castro*, cit., p. 122 e Rotraud Bauer – «A série de tapeçarias», na mesma obra, p. 145.

<sup>1355</sup> *OCDJC*, III, p. 476 e publicado anteriormente em *OCCS*, p. 294.

<sup>1356</sup> José Manuel Garcia («D. João de Castro...», cit., p. 38, nota 144) e Maria Antónia Gentil Quina («A série de tapeçarias dos “Sucessos e Triunfo de D. João de Castro” na Índia», cit., p. 120), ambos no catálogo sobre as *Tapeçarias* anotaram esta possível ligação, mas que merece, a nosso ver, ser reforçada.

<sup>1357</sup> José Manuel Garcia – «D. João de Castro...», cit., pp. 41-45 e consequentes referências ao longo do catálogo.

<sup>1358</sup> Francisco Faria Paulino (coord.) – *Tapeçarias de D. João de Castro...*, cit., pp. 242-247.

<sup>1359</sup> Luís Keil – «As Tapeçarias de D. João de Castro», *Elucidario Nobiliarchico. Revista de História e de Arte*, 1-IX, 1928, pp. 276 e 284; posteriormente, também A. Faria de Moraes aceitou acriticamente esta identificação, no grande estudo que dedicou a estes objectos: «Les Tapisseries de D. João de Castro», *Bulletin des études portugaises et de l'Institut Français au Portugal*, nova série, t. 19, 1955-1957, pp. 125-127.

Pate. Entenda-se que as restantes tapeçarias tratam das campanhas em Goa e nenhuma outra menciona as da costa do Guzerate. Sabendo nós da centralidade destas campanhas na política governativa de Castro (que até figuram na legenda do seu respectivo quadro, na *Galeria dos Governadores*, em Goa) e que são mencionadas no panfleto parisiense, é de todo provável que o referido pano fosse escolhido para fazer parte deste conjunto. Tendo em conta que as figuras que aí surgem parecem estar em andamento (ou até em fuga), poderá tratar-se do ataque a Pate, cujo abandono da cidade é referido no texto francês<sup>1360</sup>.

Por último, mencionaremos a carta que o famoso humanista André de Resende escreveu ao Governador, em Março de 1547<sup>1361</sup>. Nela dá conta que Castro o quisera «levar consigo» para a Ásia, em 1545, reforçando no mesmo ano o convite, através do irmão de Resende, João Rodrigues, morador em Goa. Ora, o primeiro convite foi efectuado quando da preparação da armada da ida do Governador e o segundo terá sido realizado poucos meses depois da sua chegada à capital do “Estado da Índia”, antes de antever as dificuldades militares que se avizinhavam e do seu papel no conflito<sup>1362</sup>. Para além do convite poder ser simplesmente retórico, o que poderá estar em causa é o interesse humanístico pela Ásia, enquanto campo privilegiado de encontro com *o outro*. Em todo o caso, a epístola não contém qualquer referência directa ao convite prever a descrição dos feitos do Capitão-mor, mas tão somente à possibilidade, aventada por Resende, de aproveitar a estadia de Castro para «investigar e reconhecer» aquelas partes, para dar a conhecer «ho que, sendo tam digno de memoria, stava tam coberto de squeecimento e negligencia dos tempos»<sup>1363</sup>. Mais uma vez a centralidade estava atribuída ao “Estado da Índia” e, neste caso, à história da sua construção visto que até aquele momento nenhuma crónica cobria este período.

Como mostrámos, este governador não concebeu ou deixou particulares atenções para que a sua memória se perpetuasse de uma forma glorificada: o Convento dos Capuchos de Sintra é uma obra piedosa e não de triunfo do seu instituidor. Em Goa, destacamos sobretudo o retábulo a S. Martinho (da responsabilidade da Câmara ou de Castro), que também se configurava como uma acção religiosa, mas que visava o feito de

---

<sup>1360</sup> «Nouvelles des Indes», cit., p. 166.

<sup>1361</sup> Carta de 16-XII-1547, *OCDJC*, III, pp. 380-382.

<sup>1362</sup> Estamos certos de que o segundo convite só pode ter sido feito através de uma carta que João Rodrigues enviou para o Reino, no final de 1545 (cuja armada partiu a 13-XII-1545), chegando a Lisboa no Verão do ano seguinte, permitindo enviar a resposta na armada de 1547, quando ainda não havia qualquer informação relativamente ao segundo cerco de Diu ou à oposição a Bijapur nas terras de Goa.

<sup>1363</sup> *OCDJC*, III, p. 380.

Diu e a sua associação ideológica a um santo, enquanto parte integrante do ideal miraculista que revestia a expansão portuguesa. Assim, ao contrário de Nuno Martins, não identificamos os elementos acima descritos como «instrumentos suficientes para conceber e ampliar uma construção memorialista que ficasse inscrita na memória dos homens para os tempos futuros»<sup>1364</sup>. Tal papel caberia ao que foi escrito após a sua morte, como veremos de seguida.

## 9.2. O herói glorificado

O óbito deste governador, em Junho de 1548, privou o “Estado da Índia” de mais três anos da sua governação com o título de vice-rei, visto que recebera tal promoção escassas semanas antes. A sua morte prematura, depois de diversas vitórias contra os sultanatos do Guzerate e Bijapur, e logo após a recepção do novo título, ampliou largamente a sua memória como o herói *honrado* que atinge a *fama* e a *glória* terrena e celeste. Historiograficamente, D. João de Castro é uma das primeiras figuras a ser “canonizada” na constelação de “heróis” da expansão portuguesa logo no século XVI, a seguir a Vasco da Gama e Afonso de Albuquerque

Notemos, aliás, que a *Crónica de D. João de Castro*, de Leonardo Nunes, datada de 1550, é o primeiro texto biográfico laudatório de uma figura do “Estado da Índia”<sup>1365</sup>. Os *Comentários* de Albuquerque, da autoria do seu filho Brás Afonso, só seriam publicados em 1557 e Vasco da Gama, apesar da fama imediata adquirida pelo feito de 1497-1499 e pelo poema épico de Camões (publicado em 1572), só seria devidamente biografado por Diogo do Couto, em 1599, num *Tratado* em que também narraria os feitos dos herdeiros<sup>1366</sup>. Antes ainda da obra de Couto, também António Pinto Pereira seguiria o percurso de D. Luís de Ataíde, compondo a *Historia* do seu governo entre 1572-1576 (apenas publicada na íntegra em 1616). As biografias de personalidades marcantes não régias não eram novas no panorama cultural português, visto que, no século XV, Gomes Eanes de Zurara escrevera as crónicas de D. Pedro de Meneses, capitão de Ceuta e do seu

---

<sup>1364</sup> Nuno Martins – *Império e Imagem...*, cit., p. 277.

<sup>1365</sup> Excluímos desta análise as obras de cronistas como João de Barros e Fernão Lopes de Castanheda (entre outros), por serem dedicadas aos feitos dos portugueses em si (e do Reino) e não de uma única personalidade.

<sup>1366</sup> Diogo do Couto – *Tratado dos feitos de Vasco da Gama e de seus filhos na Índia*, ed. José Manuel Azevedo e Silva e João Marinho dos Santos. Lisboa: Cosmos, 1998.

filho D. Duarte, capitão de Alcácer Ceguer<sup>1367</sup> e que a *Crónica do Condestável*, narrando a vida de Nuno Álvares Pereira, alcançara algum sucesso<sup>1368</sup>.

Para além de dedicar a *Crónica* ao Conde da Castanheira, Leonardo Nunes justificava a escrita deste texto «vendo o cuidado que todos tinham antes da guerra que de fazer memoria dos grandes acontecimentos d'ella»<sup>1369</sup>. No *Tratado* que dedicara anteriormente ao segundo cerco de Diu, o mesmo autor justificava-se também pelo «[...] grande descuido, fraqueza e pouquo [zelo] que ha nossa nação portugues tem de suas façanhas pera delas fazer escrituras»<sup>1370</sup>. Por sua vez, no final da obra sobre o Governador, rematava que procurava também dar conta dos acontecimentos que presenciou para que o seu governo pudesse ser bem julgado<sup>1371</sup>. O texto de Nunes é encomiástico, baseando-se na sua experiência e no testemunho dos acontecimentos, como se comprova em diversas passagens<sup>1372</sup>, além de recolher de terceiros informação, como por exemplo sobre a ida de D. Álvaro de Castro a Diu, durante o cerco, que ele tinha ouvido de «[...] pesoas muyto de credito que naquela viagem se acharam, per cuja emformaçam escprevo»<sup>1373</sup>. Caracterizará D. João de Castro como «tam ilustre per suas virtudes e grandezas do animo quanto dino de muyto mayor fortuna e perpetuo senhorio»<sup>1374</sup>, considerando-o um fidalgo sofredor e que se sacrificava pelo serviço do rei<sup>1375</sup>. Esta é a primeira imagem que inicia o longo processo de fixação da memória de Castro e, consequentemente, do seu governo.

Não nos esqueçamos de que esta crónica apenas foi publicada no século XX, à semelhança das *Lendas* de Gaspar Correia, editada no século anterior. Tal não significa que os textos não fossem conhecidos, visto que circularam nos meios cultos da época: Nunes foi lido e citado por Diogo de Teive (na sua *Relação* do segundo cerco de Diu) e Frei Fernando de Castro; e Correia, cuja crónica foi trazida para o Reino na década de

---

<sup>1367</sup> Sobre as obras de Zurara cf. José Manuel Garcia – *A Historiografia Portuguesa ...*, cit., vol. II, pp. 504-508.

<sup>1368</sup> Acerca desta *Crónica* anónima e do seu impacto, veja-se João Gouveia Monteiro – *Nuno Álvares Pereira: guerreiro, senhor feudal, santo. Os três rostos do Condestável*. Barcarena: Manuscrito, 2017, pp. 38-51.

<sup>1369</sup> *CDJC*, pp. 3-4.

<sup>1370</sup> *Hist. Quinhentista*, p. 1.

<sup>1371</sup> *CDJC*, p. 240.

<sup>1372</sup> Veja-se, por exemplo, quando o autor descreve a dificuldade da chegada da armada de D. Fernando de Castro a Diu, no final de Abril de 1546, «porque me achei naquelle trabalho e socorro», revelando que já experienciara outras situações de risco, como a ida da armada de D. Garcia de Noronha a Diu, no final de 1538, a expedição ao Suez, em 1541, ou a viagem ao Pagode de Martim Afonso de Sousa, em 1543 – *CDJC*, p. 44.

<sup>1373</sup> *Ibidem*, p. 81.

<sup>1374</sup> *Ibidem*, p. 6.

<sup>1375</sup> *Ibidem*, pp. 9-10.

1580, foi usado por Francisco de Andrade (na *Crónica de D. João III*) e também pelo mesmo Fr. Fernando.

A grande difusão europeia do feito do segundo cerco de Diu pouca importância atribuiu a D. João de Castro. São exemplos dessa divulgação os textos em latim de Diogo de Teive (1548) e Damião de Góis (1549), os opúsculos já mencionados publicados em Roma e Paris (ambos de 1549), a relação espanhola (preservada em Sevilha) e até as notícias que circulavam a título pessoal, como a registada por Raffaello Gualteri, secretário do Núncio Apostólico em Lisboa<sup>1376</sup>. O centro de todos estes textos era o feito de armas português, enquanto símbolo máximo da vitória cristã contra o inimigo muçulmano, no outro lado do Mundo. Veja-se que mesmo Mestre Pero Fernandes, vigário-geral, dava conta a D. Álvaro de Castro, em Novembro de 1546, da vontade em escrever a história do cerco, pelo que, tendo tempo, «tornarei tudo em latim porque nos reinos estranhos se saiba quanto devem de ser istimados hos portugueses e temidas suas forças»<sup>1377</sup>.

Assim, cremos que a década de 1570 terá sido o momento fulcral para a empolgação da imagem de D. João de Castro, tendo como cerne a publicação das obras de Jerónimo Corte-Real e Luís Vaz de Camões. Corte-Real compôs o seu poema épico, *Sucesso do Segundo Cerco de Diu*, entre 1562 e 1568<sup>1378</sup>, tendo sido publicado em 1574, dois anos depois da edição de *Os Lusíadas*<sup>1379</sup>. Ambas as obras são dedicadas a D. Sebastião e contêm uma visão triunfante da expansão portuguesa na Ásia, nomeadamente do carácter heróico (de matriz *Clássica*) de D. João de Castro e do segundo cerco de Diu. A obra de Corte-Real é mais prolixa nesta caracterização, oferecendo a Castro uma visão de conjunto da expansão portuguesa (nos cantos XX e XXI), e dando-lhe um lugar de

---

<sup>1376</sup> Sobre esta difusão, cf. José Manuel Garcia – «A Historiografia Quinhentista do Segundo Cerco de Diu», *Mare Liberum*, nº 9, Março de 1995, pp. 133-137; o texto de Gualtieri foi publicado por Manuel Cadafaz de Matos – «Uma relação inédita de Raffaello Gualtieri sobre o Segundo Cerco de Diu (1546) existente na Biblioteca Pública de Sienna» in *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua época*. Porto: UP/CNDCM, 1989, vol. V, pp. 617-660.

<sup>1377</sup> Carta de 20-XI-1546, *CSL*, 2, p. 107.

<sup>1378</sup> Aude Plagnard – *Une Épopée Ibérique. Alonse de Ercilla et Jerónimo Corte-Real (1569-1589)*. Madrid: Casa de Velásquez, 2019, p. 18; o poema foi editado por M. Lopes de Almeida (*Obras Completas de Jerónimo Corte Real*. Porto: Lello & Irmão – Editores, 1979, pp. 1-477 e as iluminuras foram publicadas, a cores e à parte, por Martim de Albuquerque: Jerónimo Corte-Real – *Sucesso do Segundo Cerco de Diu. Códice Cadaval 31 – ANTT*. Lisboa: Edições Inapa, 1991.

<sup>1379</sup> Vejam-se em particular o uso de «Castro forte» no Canto I, 14-7; e cinco estrofes dedicadas aos feitos deste no Canto X, 68 a 72.

destaque, em parte semelhante àquela que a ninfa oferece a Vasco da Gama no poema épico de Camões, no último canto<sup>1380</sup>.

Paralelamente, António Pinto Pereira preparava, entre 1572 e 1576, uma crónica dedicada ao governo da Índia de D. Luís de Ataíde (publicada parcialmente em 1586 e na totalidade em 1616<sup>1381</sup>), mencionando (talvez já imbuído do espírito dos poemas atrás referidos) D. João de Castro e aludindo à sua:

«[...] gloriosa memoria e desacostumados merecimentos [que] não sofrem ser (em historia da India) nomeado singelamente. Pois juntas a tanta grandeza de animo, e a hum tam raro valor das armas, se virá ressurgir neste capitão as mais esquecidas virtudes da continência e desentereçada pureza da antiguidade Romana, com spirito temperado mais manso que severo, em que se achou sempre hum puro e verdadeiro concerto de vida virtuosa»<sup>1382</sup>.

Não esqueçamos que, neste período, D. Álvaro de Castro era um dos conselheiros mais próximos de D. Sebastião, que o tinha em alta consideração precisamente pela sua ascendência<sup>1383</sup>. Uma fonte da época regista até a extrema tristeza do monarca pela morte de D. Álvaro, a 10 de Setembro de 1575, em Sagres, dando conta que ele saíra do «lugar da sepultura com os olhos moles que se chorava»<sup>1384</sup>. Este interesse régio poderá também justificar o incremento da produção literária sobre D. João de Castro. A trasladação dos ossos do Capitão-mor e Governador, de Goa para Lisboa, verificou-se também nesta década, em 1576<sup>1385</sup>, talvez como corolário de todo o movimento memorialista à volta

---

<sup>1380</sup> Cf. Aude Plagnard – *Une Épopée Ibérique...*, cit., pp. 345-347. Anote-se também que é nesta década (1576) que é reeditada, numa versão revista e ampliada, a biografia de Albuquerque pelo seu filho, dez anos depois do traslado do corpo de Albuquerque de Goa para Lisboa (em 1565-1566).

<sup>1381</sup> Sobre a questão editorial veja-se José Manuel Garcia – *A Historiografia Portuguesa ...*, cit., vol. I, p. 286.

<sup>1382</sup> António Pinto Pereira – *História da Índia no tempo em que a governou o visorrei D. Luís de Ataíde*. Lisboa: INCM, 1987, livro II, c. VII, fls. 20v-21r; sobre este autor veja-se a introdução presente nesta edição, da autoria de Manuel Marques Duarte, e José Manuel Garcia – *A Historiografia Portuguesa...*, cit., vol. I, pp. 285-287.

<sup>1383</sup> Vejam-se os testemunhos colhidos por Carlos José Margaca Veiga – *Poder e Poderes na Crise Sucessória Portuguesa (1578-1581)*. Lisboa: tese de doutoramento apresentada à FLUL, 1999, p. 120 e Maria Augusta Lima Cruz – *D. Sebastião*. Rio de Mouro: Temas e Debates, 2009, pp. 166-168.

<sup>1384</sup> Joaquim Veríssimo Serrão – «Documentos inéditos para a história do reinado de D. Sebastião», *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. XXIV, 1960, p. 267; seja-nos permitido corrigir aqui um erro frequente relativo ao dia da morte de D. Álvaro de Castro: o epitáfio do seu túmulo, no Convento de S. Domingos de Benfica, indica inequivocamente que este faleceu «Obiit IV. Id. Septemb.», ou seja, nos idos de Setembro e não nas calendas, como erradamente afirmaram Jacinto Freire de Andrade e Frei Luís de Sousa; tal erro levou a que maior parte dos investigadores tomassem a data errónea para apontar o falecimento de D. Álvaro a 29 de Agosto – por exemplo Joaquim Veríssimo Serrão – *Itinerários de el-rei D. Sebastião (1568-1578)*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1987, 2ª ed., pp. 363-364.

<sup>1385</sup> O único autor coevo a datar a trasladação é Simão Torresão Coelho, no seu *Elogio de 1643 – Elogio do muy valeroso e raras virtudes...*, cit., p. 97.



deste governador. Os restos mortais foram alvo de «sumptuosas exéquias» (no dizer de Jacinto Freire de Andrade<sup>1386</sup>) na igreja de S. Domingos de Lisboa, para onde foram levados por quatro netos (D. João de Castro, D. Luís e D. Manuel, filhos de D. Álvaro de Castro, e Francisco Leitão, filho de D. Joana de Castro e Pedro Leitão<sup>1387</sup>), acompanhados de grande procissão solene. Daí seguiram para S. Domingos de Benfica, onde ficaram depositados num jazigo encomendado por D. Álvaro, herdeiro do morgado da Penha Verde<sup>1388</sup>.

Assinalemos que, antes destes textos da década de 1570, as narrativas sobre Castro são muito parcas. Além de alguns elogios de contemporâneos, como o de Cristóvão da Gama (em 1540<sup>1389</sup>), Alonso de Santa Cruz, cosmógrafo de Carlos V, caracterizava-o, aquando do seu encontro em Lisboa, em 1545, como um «cabalero muy docto e muy curioso»<sup>1390</sup>, e João de Barros, cujas *Décadas* não alcançam o seu governo, menciona-o quando da descrição do Mar Vermelho (na *Segunda Década da Ásia* (1553)), remetendo para o seu *Roteiro* e dizendo que era «douto e diligente» na arte da navegação<sup>1391</sup>. Infelizmente, os livros IX e X da *História* de Fernão Lopes de Castanheda, que abordariam o período de 1538 a 1548, nunca chegaram a ser editados, ficando apenas as raras menções a Castro nos livros anteriores<sup>1392</sup>. Damião de Góis, no *Livro de Linhagens*, escrito na década de 1550, referira somente que «foi sempre muito pobre e muito lido»<sup>1393</sup>.

---

<sup>1386</sup> *VDJC*, I, IV, parágrafo 104, p. 431.

<sup>1387</sup> A identificação dos netos é fornecida por Fr. Fernando de Castro, que poderá ter sido testemunha do momento – *CVRDJC*, pp. 534-535.

<sup>1388</sup> Frei Luís de Sousa, que faleceu em 1632, menciona que os ossos se encontravam em «hum tumulo cuberto de veludo negro sobre estrado da mesma guarnição» – *História de S. Domingos*. M. Lopes de Almeida (introdução e revisão). Porto: Lello & Irmão Editores, 1977, vol. I, p. 881.

<sup>1389</sup> Cf. a carta já mencionada de 18-XI-1540, publicada em anexo ao texto de Miguel de Castanhoso – *Dos feitos de D. Chrystovam da Gama...*, cit., p. 123.

<sup>1390</sup> Testemunho transcrito por José Manuel Garcia – «D. João de Castro...», cit., p. 47. A utilização da palavra «curioso» para descrever Castro é relevante, pois insere-se num período de transição do significado deste termo, de uma conotação negativa, ligada à ideia medieval da «curiosidade» quase como pecado, à sua utilização para designar o interesse em aprofundar o conhecimento do mundo – sobre este tema, pouco tratado pela historiografia portuguesa, mas que cremos ter sido profundamente influenciado pelas consequências científicas dos expansões portuguesas, cf. o estudo pioneiro de Hans Blumenberg – «The “Trial” of Theoretical Curiosity» in *The Legitimacy of the Modern Age*. Cambridge/London: MIT Press, 1999, pp. 227-453, bem como André Labhardt – «Curiositas: Notes sur l'histoire d'un mot et d'une notion», *Museum Helveticum*, Vol. 17, No. 4 (1960), pp. 206-224 e mais recentemente (apesar de ignorar o impacto dos descobrimentos marítimos dos séculos XV-XVI na Europa) Lorraine Daston – «Curiosity in early modern science», *Word & Image: A Journal of Verbal/Visual Enquiry*, 11:4, 1995, pp. 391-404.

<sup>1391</sup> João de Barros – *Ásia – Segunda Década*. Lisboa: INCM, 1988, I, VIII, c. 1, p. 359.

<sup>1392</sup> João Manuel Garcia – *A Historiografia Portuguesa...*, cit., vol. I, pp. 95-96 – veja-se que, quando da reedição, em 1554, do primeiro livro, o título completo da obra continha a referência explícita que a crónica iria até «[...] à morte de Dom João de Castro que la foy governador e visorey».

<sup>1393</sup> Damião de Góis – *Livro de Linhagens...*, cit., p. 273.

No final do século XVI, Castro foi sendo paulatinamente referido por diversos autores<sup>1394</sup>, como o italiano Pietro Maffei, na sua *Historiarum Indicarum*, de 1588, ou Pedro de Mariz, nos *Dialogos de Varia Historia*, que afirmava ser Castro «de sua pessoa tão esforçado, como em letras insigne»<sup>1395</sup>. Entre outras obras, também obterá referências na biografia de Francisco Xavier, do Pe. João de Lucena, publicada em 1600, bem como nos *Parallellos de Principes e Varões*, de 1623, da autoria de Francisco Soares Toscano, onde era comparado a grandes figuras da Antiguidade quer por ter empenhado as barbas, quer por ter “sacrificado” o seu filho D. Fernando durante o cerco de Diu e recebido estoicamente a notícia da morte deste<sup>1396</sup>.

Todavia, o destaque deve ser dado a Diogo do Couto que narrou largamente o governo de D. João de Castro na sua *Década Sexta*, cujo texto terá sido composto por volta de 1597, em Goa, remetido para o Reino em 1599 e, finalmente, publicado em 1612/1614<sup>1397</sup>. Como mostrou Rui Loureiro, para tal apoiou-se em diversos textos que já então circulavam, como os de Leonardo Nunes, Diogo de Teive, Gaspar Correia, Jerónimo Corte-Real, nos depoimentos que ia recolhendo e nos documentos a que tinha acesso na *Torre do Tombo* de Goa. Como é do apanágio de Couto, as informações são por vezes imprecisas e até factualmente erradas (como por exemplo, o lugar de destaque que deu a D. Álvaro de Castro na batalha do segundo cerco de Diu, quando na realidade esteve acamado durante o combate), mas oferecem-nos uma perspectiva recolhida *in loco*, isto é, no próprio “Estado da Índia”. No elogio a este governador salientará a sua «muita caridade, continência, pouca cubiça, grande temor de Deos», dando também nota de que era «muito inclinado e afeiçoado à mathematica»<sup>1398</sup>. A grande divulgação das *Décadas* Coutianas reforçou assim a imagem de Castro<sup>1399</sup>, que se tornava desta forma um dos principais protagonistas da história da presença portuguesa na Ásia.

---

<sup>1394</sup> Vejam-se as referências dadas por Antonio Nunes de Carvalho (ed.) – *Roteiro em que se contem a viagem...*, cit., pp. XVII-XLIX e J.-B. Aquarone – *D. João de Castro...*, cit., vol. II, pp. 725-728.

<sup>1395</sup> Pedro de Mariz – *Dialogos de Varia Historia...*, cit., fl. 328v.

<sup>1396</sup> Francisco Soares Toscano – *Parallellos de Principes e Varões illustres antigos, a que muitos da nossa Naçam Portuguesa se assemelharão em suas obras, ditos e feitos...* Évora: Por Manoel Carvalho, 1623, fls. 53, 59v-60r e 166r.

<sup>1397</sup> Sobre a história textual desta década e as suas fontes, seguimos Rui Loureiro – *A Biblioteca de Diogo do Couto*, cit., pp. 209-235.

<sup>1398</sup> *Ásia (Couto)*, d. VI, l. VI, c. IX, pp. 70-72.

<sup>1399</sup> Repare-se que Couto praticamente não refere D. João de Castro nos seus dois *Soldados Práticos*: no primeiro, datado de c. 1570, o autor deixa uma leve crítica pelo estado da Fazenda quando da morte do Governador e não lhe dá o mesmo destaque que a Nuno da Cunha ou Martim Afonso de Sousa, por quem nutria uma especial admiração: Diogo do Couto – *O Primeiro Soldado Prático*. Introdução e Edição de António Coimbra Martins. Lisboa: CNCDP, 2001, pp. 24, 535-536 e 578; já o segundo *Soldado*, dos inícios do século XVII, não dá qualquer destaque ou referência a Castro, somente elogiando o papel do Ouvidor-

### 9.3. Os projectos memorialistas de Frei Fernando e D. Francisco de Castro

O século XVII viu surgir dois projectos paralelos de engrandecimento da memória de D. João de Castro, ambos levados a cabo por netos do Governador. O primeiro iniciou-se na última década do século XVI, pela mão de Frei Fernando de Castro, frade dominicano, filho de D. Álvaro de Castro. Sendo filho natural (e não bastardo, como erradamente se afirma) do herdeiro de Castro, terá nascido no início da década de 1550, visto que tinha um meio-irmão mais velho que nascera por volta desse ano, também filho natural, de nome D. João de Castro, célebre sebastianista e apoiante de D. António Prior do Crato<sup>1400</sup>. Ora, a ter professado em S. Domingos de Lisboa em 1563<sup>1401</sup>, como nos indicam as fontes dominicanas deste período, sê-lo-ia de tenra idade, tal como o foi o seu irmão D. João, que ingressou no Mosteiro da Penha Longa, de Sintra<sup>1402</sup>. As informações que possuímos sobre o seu percurso são respigadas das providenciadas por Frei Luís de Sousa (na sua *História de S. Domingos*) e por Diogo Barbosa Machado (na *Biblioteca Lusitana*): depois de ter professado em Lisboa, foi Prior dos conventos de Santarém, Lisboa, Coimbra, Amarante e Batalha, tendo depois disso passado por Roma, donde regressou em 1604, e sido ainda vigário do convento de Montemor-o-Novo<sup>1403</sup>.

Consultando os manuscritos da família, isto é, os documentos do seu avô D. João de Castro, preparou uma (nunca acabada) edição de alguns dos *Roteiros* (de Lisboa a Goa, e de Goa a Diu) e a *Chronica dos Valerosos e Insignes Feitos no Governo da India do Viso-Rey D. João de Castro de Gloriosa Memoria em que se refere a grande batalha da fortaleza de Diu por D. Fernando de Castro seu neto, filho natural de D. Alvaro de Castro*<sup>1404</sup>. Como não poderia deixar de ser, a obra tem um profundo carácter laudatório,

---

geral existente durante o seu período: Diogo do Couto – *O Soldado Prático*. Ed. Ana María García Martín. Coimbra: Angelus Novus, 2009, p. 210).

<sup>1400</sup> Sobre o percurso deste neto homónimo do Governador cf. João Carlos Gonçalves Serafim – *D. João de Castro, «O Sebastianista» – meandros de vida, e razões de obra*. Porto: tese de doutoramento apresentada à FLUP, 2004, vol. I, pp. 33-44.

<sup>1401</sup> O ano da sua entrada advém do registo do Livro das Profissões do dito convento: cf. Frei António do Rosário (introd.) – *Livro das profissoens do Convento de S. Domingos de Lisboa, 1516-1599*. Cartório Dominicano Português – Século XVI, f. 5. Porto: Arquivo Histórico Dominicano Português, 1974, p. 43-44; para o seu percurso, do mesmo editor – *Dominicanos em Portugal: repertório do século XVI*. Porto: Arquivo Histórico Dominicano Português, 1991, p. 158.

<sup>1402</sup> Note-se que as directrizes do Concílio de Trento, que encerra precisamente em 1563, viriam a aumentar a rigidez no acesso aos conventos e às ordens sacras – cf. Fernanda Olival – «Edad, juventud y acceso a responsabilidades sociales (Portugal, siglos XVI-XVIII)» in José Pablo Blanco Carrasco, Máximo García Fernández e Fernanda Olival (coords.) – *Jóvenes y juventud en los espácios ibéricos durante el Antiguo Régimen*. Lisboa: Edições Colibri, 2019, pp. 157-158.

<sup>1403</sup> Para além do estudo supracitado, cf. Diogo Barbosa Machado – *Bibliotheca Lusitana*. Lisboa: Na officina de Ignacio Rodrigues, 1747, t. II, p. 21 e José Manuel Garcia – *A Historiografia Portuguesa...*, cit., vol. I, p. 102.

<sup>1404</sup> Encontra-se actualmente na Biblioteca Pública de Évora, Colecção Manisola n.º 584, publicada em 1995 – *CVRDJC*.

e Fr. Fernando não evitou distorcer propositadamente os documentos originais que detinha para enobrecer ainda mais a memória do seu familiar, como tão bem mostrou Luís de Albuquerque<sup>1405</sup>.

Para além do acesso ao arquivo da família, anotando os documentos que ia utilizando na sua *Crónica*<sup>1406</sup>, o autor consultou também várias outras obras à sua disposição, como as de Jerónimo Corte-Real, Leonardo Nunes, Gaspar Correia e o opúsculo francês de 1549 (*Nouvelles des Indes*). Quanto à *Crónica* de Nunes, sabemos que a teve nas mãos e a pontuou de algumas notas marginais e de chamadas de atenção, tal como fizera com as cartas hoje preservadas na Torre do Tombo: a título de exemplo, num dos episódios durante o cerco anotou que «Pera isto servem as cartas de D. João pera meu pai»<sup>1407</sup>. Já a proximidade à obra de Correia explica-se facilmente, visto que chegou até a copiar a *Lenda de D. João de Castro* nos últimos 64 fólios do manuscrito de Évora<sup>1408</sup>.

Apesar de Teresa Cunha Matos ter datado a elaboração da *Crónica* entre 1594-1598, cremos que o texto terá chegado à sua forma final já nos primeiros anos de Seiscentos, tendo por base a informação dada por Fr. João dos Santos e o provável acesso do neto do biografado ao manuscrito da *Década Sexta* de Diogo do Couto. No primeiro caso, o autor da *Etiópia Oriental*, publicada em 1609, terminou-a entre 1607-1609 e menciona explicitamente que sobre D. João de Castro «tem composto um livro muito curioso o Padre Mestre Frei Fernando de Castro, seu neto, religioso da nossa Ordem, o qual [...] sairá cedo a lume»<sup>1409</sup>. Este Dominicano só pode ter tido acesso à referida *Crónica*, ou sequer à informação, depois do seu regresso à Ásia, em 1600, para onde partira em 1586, comprovando que a obra estaria ainda em andamento nesse período<sup>1410</sup>. Já quanto à relação com a obra de Couto, e ao contrário do proposto por Rui Loureiro, de que Couto teria utilizado a *Crónica* de Fr. Fernando<sup>1411</sup>, parece-nos mais certo que o neto do Governador terá tido acesso ao texto em preparação para publicação de Frei Adeodato

---

<sup>1405</sup> CVRDJC, pp. XVI-XXII.

<sup>1406</sup> Vejam-se os múltiplos exemplos destas anotações em CVRDJC, pp. XI-XII e XXXIII.

<sup>1407</sup> Harvard University – Houghton Library, Ms Port 4661 – *Cronica de Dom Joao de Castro*, fl. 32r.

<sup>1408</sup> Trata-se, inequivocamente, de uma cópia do manuscrito de Correia (que chegara ao Reino por volta de 1583), e não de uma outra versão da crónica de Fr. Fernando, como supuseram Teresa Cunha Matos e José Manuel Garcia nas obras citadas.

<sup>1409</sup> João dos Santos – *Etiópia Oriental...*, cit., p. 608; sobre a biografia do autor e a datação da obra, cf. as pp. 7-9 e José Manuel Garcia – *A Historiografia portuguesa...* cit., vol. I, pp. 356-358.

<sup>1410</sup> A interpretação de Teresa Cunha Matos é baseada no pressuposto errado de que Fr. João dos Santos terá partido para o Índico apenas em 1596 e de que terá aí composto a sua obra – CVRDJC, p. XXIX.

<sup>1411</sup> Rui Loureiro – *A Biblioteca de Diogo do Couto*, cit., pp. 211-214; note-se que a leitura deste autor é fruto da própria datação errada da obra de Fr. Fernando de Castro proposta por Teresa Cunha Matos.

da Trindade (cunhado de Couto), agostinho do Convento da Graça, em Lisboa, e cuja ligação religiosa poderá ter facilitado a relação entre os dois<sup>1412</sup>. A intertextualidade entre a *Crónica* e as restantes fontes, em particular a *Década* de Couto e a *Lenda* de Correia, demonstra que esta obra é, na realidade, uma manta de retalhos, recortados ao sabor da *agenda* de engrandecimento do seu autor.

Perto do fim da narração, Fr. Fernando salienta a visão heróica do seu avô e da sua importância na consolidação do “Estado da Índia”, afirmando que «só o tempo em que ele governou a Índia se pode chamar o da Idade Dourada»<sup>1413</sup>. Como afirmou José Manuel Garcia, o autor poderá ter seguido o modelo bio-histórico que despontara com os *Comentários* de Brás de Albuquerque<sup>1414</sup>, dando continuidade, como vimos, a um crescente interesse pela figura do seu antepassado. Não descartamos a hipótese de o cronista procurar o reconhecimento da sua filiação, visto que não era filho legítimo ou herdeiro do seu pai, tendo para isso especificado no título completo da obra a sua relação de filho natural de D. Álvaro. Entenda-se que o seu irmão mais velho, D. João de Castro, também filho natural e, como se disse, grande apoiante de D. António, Prior do Crato, procurou legitimar através dos seus escritos a sua posição enquanto filho de D. Álvaro<sup>1415</sup>.

Apesar dos esforços empreendidos, a sua *Crónica* nunca chegou a ser publicada, circulando apenas em alguns meios cultos e sendo citada esporadicamente por vários autores, como o já referido Frei João dos Santos, na sua *Etiópia Oriental*. No entanto, tal não significa que o seu projecto não tivesse tido impacto, visto que foi conhecido dos seus contemporâneos e que se baseou em documentação coeva da governação.

O segundo projecto memorialista, de maior amplitude e impacto, teve como impulsionador D. Francisco de Castro, terceiro filho legítimo de D. Álvaro de Castro e da sua mulher D. Ana de Ataíde (filha do Conde de Monsanto e neta do Conde da

---

<sup>1412</sup> Sobre o papel editorial de Frei Adeodato na obra de Couto, cf. Ana Dulce de Seabra – «Frei Adeodato da Trindade, editor e censor de Couto» in Rui Manuel Loureiro e Maria Augusta Lima Cruz (coords.) – *Diogo do Couto. História e intervenção política de um escritor polémico*. Vila Nova de Famalicão: Humus, 2019, pp., 117-144; ponderámos também a hipótese do próprio frade agostinho ter sido responsável por incluir as referências da *Crónica* de Fr. Fernando na dita *Década* mas, na realidade, parece-nos que tal levaria a uma reescrita considerável do texto original e a um trabalho demasiado grande para o editor, para esta *Década* (não obstante ter efectuado alterações de vulto noutras *Décadas*, conforme mostra Ana Dulce de Seabra).

<sup>1413</sup> *CVRDJC*, p. 531.

<sup>1414</sup> José Manuel Garcia – *A Historiografia Portuguesa...*, cit., vol. I, pp. 103-104.

<sup>1415</sup> Veja-se João Carlos Gonçalves Serafim – *D. João de Castro, «O Sebastianista»...*, cit., pp. 8-44; tenha-se em conta que o autor confunde várias vezes os protagonistas (como D. Fernando Álvares de Castro que ao tomar o hábito dominicano adoptou o nome de Frei Fernando da Cruz, com Fr. Fernando de Castro, seu meio-irmão, autor da crónica aqui referida).

Castanheira pelo lado materno)<sup>1416</sup>. D. Francisco nasceu em Agosto de 1574, tendo ficado órfão de pais deste cedo: a mãe faleceu logo nesse ano, conforme o seu epitáfio em S. Domingos de Benfica, e o pai (como já dito) em Setembro do ano seguinte, tendo sido criado pela sua irmã mais velha, D. Violante. A sua carreira religiosa e política foi profícua: licenciado em Teologia pela Universidade de Coimbra e posteriormente reitor da mesma instituição, deão da Sé da mesma cidade, presidente da Mesa da Consciência e Ordens, bispo da Guarda, e Inquisidor Geral do Reino de Portugal, cargo que exerceu entre 1629 e a sua morte, em 1653. Assim, este neto de D. João de Castro era uma das principais figuras do Reino no ocaso da União Dinástica e um feroz defensor das prerrogativas do Tribunal do Santo Ofício no reinado de D. João IV.

Como mostrou José Pedro Paiva, a sua ligação familiar favoreceu a sua ascensão. Veja-se o parecer do Conselho de Portugal, em 1601, justificando a sua escolha como deão da Sé de Coimbra porque «seu pai Dom Alvaro de Castro foi embaixador em Roma e vedor da fazenda e do Conselho de Estado de el rey Dom Sebastião e seu avo, Dom João de Castro foi visor rey da India, todos pessoas de muito merecimento e qualidade»<sup>1417</sup>. Neste sentido, é claro que D. Francisco estava indissociavelmente ligado aos antepassados e à memória destes. É ainda no final da década de 1630 que inicia algumas obras na Quinta da Penha Verde, que podem ser tidas como os primeiros passos do seu projecto memorialista. É em 1638 que ergue a Capela de S. Catarina do Monte Sinai, num dos montes sobranceiros da propriedade, com uma inscrição bem explícita do propósito comemorativo e do pagamento da promessa do seu pai. Aliás, note-se que a devoção a Santa Catarina se deve, como já foi mencionado, ao facto de D. Álvaro ter sido armado cavaleiro no sopé do Monte Sinai, quando da expedição do Suez, em 1541, tendo adoptado a roda de navalhas, um instrumento de martírio, como timbre das suas armas, elemento heráldico presente no templo, quer directamente numa pequena escultura que se sobrepõe ao pórtico de entrada, quer no próprio chão raiado da Capela<sup>1418</sup>. Alguns anos depois, nos primeiros meses de 1641, colocava uma lápide num penedo sobranceiro à

---

<sup>1416</sup> Sobre o seu percurso, seguimos de perto os estudos de António de Sousa e Vasconcelos C. Simão – «O Bispo Inquisidor D. Francisco de Castro e a Capela dos Castros em S. Domingos de Benfica», *Miscelânea Historica de Portugal*, 1, 1981, pp. 29-52; Teresa Leonor M. Vale – «D. Francisco de Castro (1574-1653) Reitor da Universidade de Coimbra, Bispo da Guarda e Inquisidor Geral», *Lusitania Sacra*, 2ª série, 7, 1995, pp. 339-358 e José Pedro Paiva – «Castro, Francisco de» in Adriano Prosperi (dir.) *Dizionario storico dell'Inquisizione*. Pisa: Edizioni della Normale, 2010, vol. 1, pp. 302-304.

<sup>1417</sup> Citado por José Pedro Paiva – *Os bispos de Portugal...*, cit., p. 239.

<sup>1418</sup> Cf. António de Sousa e Vasconcelos C. Simão – «O Bispo Inquisidor...», cit., p. 38 e a inscrição dada por Anselmo Braamcamp Freire – *Os Brasões...*, cit., vol. I, p. 509.

Capela, lembrando o carácter «augusto, feliz, piedoso e invicto triunfador do Oriente» do seu avô<sup>1419</sup>.

Ora, o destino de D. Francisco de Castro alterar-se-ia depois da Restauração. Apesar de ter jurado obediência a D. João IV, em Julho de 1641 veio a ser preso, acusado de estar envolvido na conjura que se descobria contra o rei<sup>1420</sup>. Em carta ao monarca, desculpava-se que não se comprometera, apesar de ter sido sondado sobre eventual participação. Ficou então encarcerado na Torre de Belém até 5 de Março de 1643, data em que foi libertado e todas as suas dignidades restituídas, sem termos qualquer esclarecimento do motivo abrupto da sentença<sup>1421</sup>. A Inquisição festejou a libertação do seu mais alto oficial quer no Reino quer nos territórios de Além-Mar. A título de exemplo, anotemos a procissão e missa organizadas em Évora, a 9 de Março<sup>1422</sup>, e as festas realizadas em Goa, quando se soube da notícia<sup>1423</sup>. Os textos decorrentes destes momentos festivos exaltam especialmente a inocência do Inquisidor Geral, a sua lealdade à Coroa Portuguesa e o facto de ter recuperado a sua *honra*.

Apesar de, formalmente, D. Francisco ter ficado livre de qualquer acusação, ter sido reintegrado nas suas funções e prosseguindo a sua acção fortalecedora do Tribunal do Santo Ofício, cremos que a sua imagem terá ficado manchada pelo sucedido. Para todos os efeitos, o Inquisidor Geral ficara preso durante quase dois anos sob o perigoso crime de traição ao rei<sup>1424</sup>. É nesta leitura que conseguimos compreender o esforço de exaltação da figura do seu avô, D. João de Castro, procurando demonstrar a sua filiação

---

<sup>1419</sup> A tradução da lápide latina é dada por António de Sousa e Vasconcelos C. Simão – «O Bispo Inquisidor...», cit., p. 38 e a sua transcrição por Braamcamp Freire na obra citada nota anterior.

<sup>1420</sup> Sobre esta conspiração, veja-se Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha – *D. João IV*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2006, pp. 114-128.

<sup>1421</sup> Cf. António Baião – «El rei D. João IV e a Inquisição», *Anais da Academia Portuguesa de História*, vol. VI – *Ciclo da Restauração de Portugal*, 1942, pp. 26-28 e sobretudo a recente síntese de Giuseppe Marcocci e José Pedro Paiva – *História da Inquisição Portuguesa (1536-1821)*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2013, pp. 182-184.

<sup>1422</sup> Frei Fernando Sueiro – *Sermão que o presente Fr. Fernando Sueiro pregou na procissão que o Tribunal do S. Offício de Évora fez ao Convento de Sam Domingos, de graças a Deos polla liberdade do Senhor Bispo Inquisidor Geral a 9 de Março de 1643*. Lisboa: por Paulo Craesbeeck, 1643

<sup>1423</sup> Conforme o longo poema de Gaspar Bocarro, preservado na BGUC, Mss. 399, *Festas celebradas na cidade de Goa a instancia do Inquizidor Antonio de Faria Machado no fim de Mayo e principio de Junho do anno de 1644 na celebração da liberdade do illustrissimo senhor Dom Francisco de Castro Bispo Inquisidor Gerla nos Reynos e Senhorios de Portugal, do Concelho d'Estado de Sua Magestade, composto por Gaspar Bocarro*, fls. 1-28.

<sup>1424</sup> Acerca do crime de traição e das suas implicações morais e sociais à época, veja-se o recente estudo de Larissa Tracy – «The Shameful Business of Betrayal and Treason» in Larissa Tracy (ed.) – *Treason. Medieval and Early Modern Adultery, Betrayal, and Shame*. Leiden/Boston: Brill, 2019, em particular as pp. 9-14 e Alicia Esteban Estríngana – «Lealtad, virtud primitiva. Su expresión, semántica y práctica» in Alicia Esteban Estríngana (ed.) – *Decidir la lealtad. Leales y desleales en contexto (siglos XVI-XVII)*. Madrid: Ediciones Doce Calles, 2017, pp. 9-16.

paterna de forma a reforçar a pureza da sua linhagem e a sua *honra*, que não poderiam ser desvirtuadas com facilidade tendo em conta os seus antepassados.

Concretamente, no Verão de 1644 lavrou um contrato com o Convento de S. Domingos de Benfica, onde se comprometia a construir uma capela consagrada ao Corpo de Deus, autónoma do corpo da igreja mas parte integrante do complexo arquitectónico do próprio convento<sup>1425</sup>, para albergar os restos mortais dos seus pais e avós, e patrocinando ainda a construção de uma casa do noviciado<sup>1426</sup>. No seu testamento, datado do final de 1652, dava conta de que iniciara tal obra porque:

«meu Avo e Pay havendo tido neste Reyno os lugares que he notorio tratarão mais de cumprir com a obrigação delles e com a pureza do serviço dos Senhores Reys a que servirão, que de ordenar jasigos e tumulos sumptuosos para sua sepultura (não os desmerecendo), e de seus descendentes; Pelo que havendo-me Eu por obrigado a acudir a esta tão pia necessidade ordenei no Convento de S. Domingos de Benfíca sepultura perpetua para elles e seus descendentes»<sup>1427</sup>

A Capela de *Corpus Christi* foi erguida nos anos seguintes, ficando pronta e consagrada em 1648, como se lê numa inscrição existente no altar do próprio templo. Quanto à sua estrutura interna, de planta rectangular, a Capela segue um modelo italiano maneirista de finais do século XVI, como descreveu Teresa Leonor M. Vale<sup>1428</sup>. Os túmulos dos antepassados do Inquisidor Geral foram colocados nos muros laterais, respectivamente em quatro arcos de volta inteira, e os seus modelos mimetizam os túmulos régios de D. Manuel e de D. João III (e respectivas esposas) da igreja do mosteiro dos Jerónimos de Santa Maria de Belém, isto é, uma essa de estrutura piramidal suportada por dois elefantes, como se pode ver na fotografia seguinte<sup>1429</sup>.

---

<sup>1425</sup> Sobre a construção da capela e a sua ligação ao convento, cf. Teresa Leonor M. Vale – *O Convento de S. Domingos de Benfica, D. João de Castro e o Instituto Militar dos Pupilos do Exército*. Lisboa: IMPE, 1996, em particular as pp. 143-153.

<sup>1426</sup> O contrato foi publicado por Teresa Leonor M. Vale – *O Convento de S. Domingos...*, cit., pp. 209-220.

<sup>1427</sup> Teresa Leonor M. Vale – *O Convento de S. Domingos...*, cit., p. 225; o testamento encontra-se transcrito entre as pp. 221-237 e foi parcialmente publicado (sem as cláusulas e adições finais) por António Baião – «Dois testamentos históricos – o do primeiro vice-rei da Índia, D. Francisco de Almeida e o do inquisidor geral D. Francisco de Castro», *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, separata, VI, 1956, pp. 7-21.

<sup>1428</sup> Seguimos de perto a descrição da Capela e dos túmulos de Teresa Leonor M. Vale – *O Convento de S. Domingos...*, cit., pp. 159-162

<sup>1429</sup> Note-se que os túmulos do transepto, dos infantes de Avis, do Cardeal-Rei D. Henrique e de D. Sebastião datam da segunda metade do século XVII, já no reinado de D. Pedro II.



**Fotografia 2**  
**Túmulo de D. Leonor Coutinho e D. João de Castro**



A escolha deste modelo não é aleatória nem desprovida de contexto e de intenções. Efectivamente, este tipo de tumulária, com o importante detalhe dos elefantes como sustento do sepulcro, alcançou bastante prestígio à época, sendo replicado por vários fidalgos, inclusive alguns que serviram a Coroa como governadores ou vice-reis<sup>1430</sup>. Para além do caso de D. João de Castro, conhecemos o túmulo (redescoberto em 2011) do vice-rei do “Estado da Índia” Fernão Teles de Meneses (1581), na igreja do Noviciado da Cotovia (Lisboa), que datará dos inícios do século XVII<sup>1431</sup>. Por sua vez, a utilização simbólica do modelo régio de Belém pode também ser interpretado como uma forma de legitimar o papel do Governador, que se via *autorizado* a usar o modelo da própria Coroa por haver tido representação directa do rei na Ásia enquanto governador e vice-rei. D. Francisco de Castro via também a sua imagem engrandecida por esta poderosa ligação familiar plasmada nos túmulos que patrocinara, afastando-o de qualquer suspeita de traição ou deslealdade para com a Coroa portuguesa restaurada. A ligação entre modelos

---

<sup>1430</sup> Sobre esta tumulária veja-se o artigo de Teresa Leonor M. Vale – «Exotismo e Poder Político. As representações de elefantes na tumulária régia de Santa Maria de Belém» in Mafalda Soares da Cunha (coord.) – *Os Construtores do Oriente Português*. Lisboa: CNCDP, 1998, pp. 97-109.

<sup>1431</sup> Cf. a notícia de João C. Rodrigues – «Vidas com um túmulo ao lado», *Correio da Manhã*, 28-VIII-2011, pp. 40-43. Agradecemos a generosa informação partilhada pelo Prof. Doutor Fernando António Batista Pereira (FBAUL) sobre este túmulo. Note-se que o formato tumular do panteão dos Duques de Bragança, na Igreja dos Agostinhos de Vila Viçosa, é semelhante a estes, mas com a pequena (contudo essencial) diferença de que estes são suportados por leões e não elefantes.

ficou bem explícita à época, como vemos no testemunho de Freire de Andrade, que especifica que D. Francisco fizera «capela e sepultura própria, na traça, na matéria e na escultura, depois das Reais a nenhũa segunda, cuja relação não desagradará em benefício da memória do avô e piedoso neto»<sup>1432</sup>, ou mesmo nas exéquias da morte do instituidor, em 1653, quando Frei Manuel Ferreira exalta no sermão proferido em S. Domingos de Lisboa, a «capella realenga, sanctuario magestoso, famoso mausoleu» erigido<sup>1433</sup>.

Para reforçar esta imagem, o Inquisidor Geral encomendou uma biografia épica do seu avô a Jacinto Freire de Andrade (1597-1657), presbítero que apoiara a subida ao trono de D. João IV e que tinha algum destaque na Corte<sup>1434</sup>. A obra, publicada em 1651, tem o título de *Vida de Dom João de Castro Quarto Viso-Rey da India*, e é dedicada ao príncipe herdeiro D. Teodósio, onde o autor afirma que «persuadiu-me o bispo Dom Francisco de Castro a escrever esta História»<sup>1435</sup>, identificando assim o autor de tal projecto. Como já tivemos oportunidade de referir, a obra tem um claro tom apologético, narrando de uma forma heróica a vida e o governo de D. João de Castro e realçando as características beneméritas deste fidalgo. Encontram-se, como seria de esperar, erros, imprecisões e, claro, deturpações com o objectivo de glorificar e enaltecer o biografado.

Esta obra surge não apenas como parte do plano memorialista de D. Francisco, mas também como remate do crescente interesse pela figura do avô. Já em 1643 se publicara um pequeno panegírico com o título *Elogio do muy valeroso e de raras virtudes dom João de Castro*, de Sebastião Torresão Coelho e com comentários de João Pinto Ribeiro, em que se descreviam os feitos do Capitão-mor e Governador num ambiente de exaltação do génio português, num período de claro choque e cisão com a Monarquia Hispânica e numa altura em que se procuravam exemplos de valentia<sup>1436</sup>. Este mesmo *Elogio* terá servido como fonte para a obra de Freire de Andrade, juntamente com os manuscritos do avô e do pai que D. Francisco possuía, e de outras obras então disponíveis, como a *Década Sexta* de Diogo do Couto e talvez a *Crónica* manuscrita de Fr. Fernando de Castro.

---

<sup>1432</sup> VDJC, I. IV, parágrafo 104, p. 432.

<sup>1433</sup> *Orações funebres nas exéquias que o Tribunal do Santo Officio fez ao Illustrissimo e Reverendissimo Senhor Bispo D. Francisco de Castro...* Lisboa: na Officina Craesbeckiana, 1654, fl. 24.

<sup>1434</sup> Cf. José Manuel Garcia – *A Historiografia Portuguesa...*, cit., vol. I, pp. 36-38.

<sup>1435</sup> VDJC, Dedicatória,

<sup>1436</sup> Simão Torresão Coelho – *Elogio do muy valeroso e de raras virtudes dom João de Castro*. Lisboa: Na Officina de Domingos Lopes Rosa, 1643. Sobre esta obra e o seu contexto, veja-se José Manuel Garcia – *A Historiografia Portuguesa...*, cit., vol. I, p. 109, e vol. II, p. 660.

A obra de Jacinto Freire de Andrade só pode ser entendida em conjunto com o panteão de S. Domingos de Benfica e ambos como parte integrante do projecto do Inquisidor Geral que incluiu também a encomenda de um relicário para a guarda das barbas que o seu avô penhorou quando da reconstrução da fortaleza de Diu, assunto sobre o qual nos deteremos. Como narrámos anteriormente, desprovido de meios financeiros para pagar as obras da fortaleza, enviou um punhado dos pêlos da barba à Câmara de Goa como penhor de um empréstimo. O simbolismo do acto reside no sinal de honra. Já José Leite de Vasconcelos relembra, no seu estudo etnográfico sobre a barba em Portugal, que «de ser barba sinal de virilidade nasce o ser sinal de honra, pois um homem, para ser perfeito, tem de ser honrado»<sup>1437</sup> e que «aos nossos heróis da Índia o que minguava em dinheiro sobrava em guedelhas, mas guedelhas gloriosas, que, ainda decorridos vai para quatrocentos anos, como que encham de orgulho o rosto dos netos!»<sup>1438</sup>.

Tendo sido o penhor devolvido, D. Álvaro de Castro trouxe as ditas barbas para o Reino em 1549, tendo-as legado aos seus filhos. No final do século, o seu herdeiro, D. Fernando Álvares de Castro, mantinha «embuelto los cabellos en un sendalito azul, en una caja de marfil, com una letra que dize: estas son las barbas que yo empeñem en la India en servicio del Rey mi señor», como testemunhou frei Antonio de San Roman, quando passou por Lisboa para recolher informações para a sua *Historia General de la Yndia Oriental*<sup>1439</sup>. Haveriam de permanecer neste estado até que D. Francisco, também na década de 1640, mandou fazer «huma peça de prata dourada, sobra a qual em hum canudo de cristal mandei recolher aquellees cabelos», vinculando-o como parte do morgado da Penha Verde<sup>1440</sup>. Freire de Andrade faria referência a tal relicário na biografia, denotando que a dita «urna ou pirâmide de cristal, assentada em ãa base de prata, na qual estão gravados em torno dísticos diferentes, [...] fazem de acção tão ilustre, engenhosa memória»<sup>1441</sup>. Encontramos uma descrição mais pormenorizada do objecto nos inícios do século XIX, na obra *Retratos e elogios dos varões e donas*<sup>1442</sup>, publicada em 1817, e a única gravura independente da peça num artigo intitulado ‘As barbas de D.

---

<sup>1437</sup> José Leite de Vasconcelos – *A barba em Portugal: estudo de etnografia comparada*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1925, p. 98.

<sup>1438</sup> *Ibidem*, p. 106.

<sup>1439</sup> Fray Antonio de San Roman – *Historia General de la Yndia Oriental...* Valladolid: por Luis Sanchez, 1603, fl. 632; sobre este autor, cf. Francisco Roque de Oliveira – *A construção do conhecimento europeu sobre a China, c. 1500 – c. 1630*. Barcelona: tese de doutoramento apresentada à Universitat Autònoma de Barcelona, 2003, pp. 1142-1147.

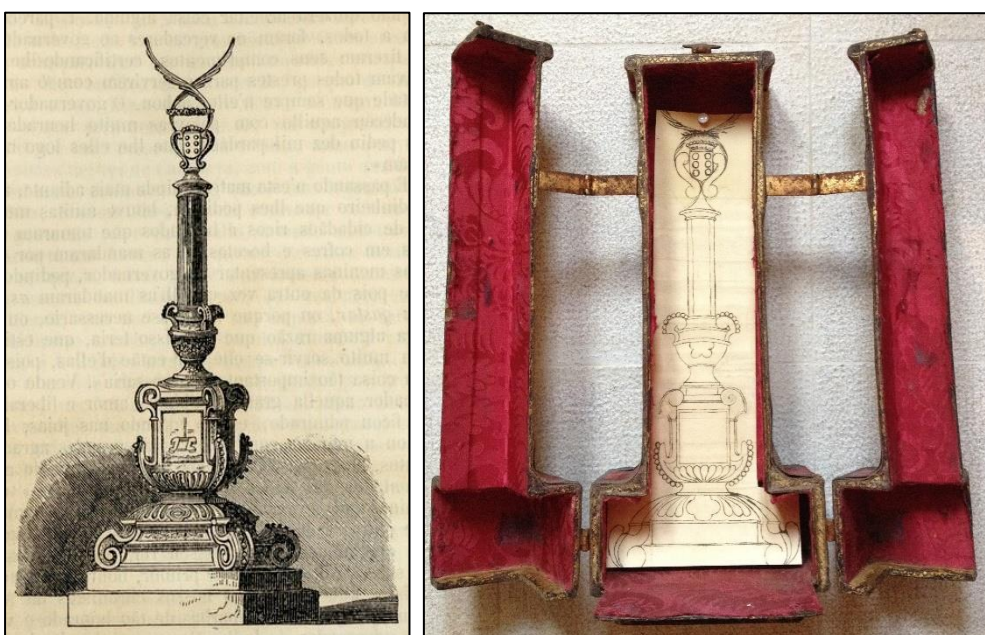
<sup>1440</sup> Cf. a referência no seu testamento: Teresa Leonor M. Vale – *O Convento de S. Domingos...*, cit., p. 228.

<sup>1441</sup> *VDJC*, I, III, parágrafo 30, p. 310.

<sup>1442</sup> *Retratos e elogios dos varões e donas que ilustraram a Nação Portuguesa...* Lisboa: na officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1817

João de Castro', no *Archivo Pittoresco*, de 1863<sup>1443</sup> (inclusa na Figura seguinte). O autor da notícia informava que o desenho não era tirado do original, mas segundo uma gravura antiga a que tivera acesso<sup>1444</sup>. No decorrer desta investigação tivemos informação de que o relicário se encontra em posse desconhecida, e que apenas subsiste (em colecção particular) a caixa onde fora guardado, correspondendo à descrição de 1817, de um pequeno «caixão de marroquim dourado, forrado de veludo carmezim» e que contém, no seu interior, um desenho muito próximo do publicado em 1863, conferindo-lhe credibilidade, como se pode ver abaixo.

**Figura 3**  
**Desenho do relicário das barbas de D. João de Castro e respectiva caixa**



A particularidade da forma deste relicário é relevante para compreendermos a simbiose, concebida por D. Francisco de Castro, entre a construção monumental, a biografia e o objecto de veneração em que se tornavam as barbas. Tal é perceptível através de uma análise do retrato de D. João de Castro, presente na obra de Jacinto Freire de Andrade e que reproduzimos de seguida (Figura 1). Como sabemos, esta representação iconográfica é da autoria do Lucas Vorsterman, famoso gravador de origem flamenga,

<sup>1443</sup> «As barbas de D. João de Castro», *Archivo Pittoresco*, t. VI, 1863, n.º 40, pp. 317-320 e uma gravura do interior da Capela de Corpus Christi encontra-se no mesmo tomo, N.º 13, p. 101; já na década de 1940 um pequeno artigo de divulgação voltava a debruçar-se sobre este relicário: «Onde estão as barbas de D. João de Castro», *Arquivo Nacional (Arquivo de História Antiga e de Crónicas Contemporâneas)*, Ano I, N.º 46, 1932, pp. 6-7.

<sup>1444</sup> Talvez se tratasse do retrato de Castro, de corpo inteiro, que descrevemos e reproduzimos adiante, existente num códice da Biblioteca Nacional de Portugal.

que esteve em Portugal entre 1645 e 1648<sup>1445</sup>, podendo ter sido encomendada e executada antes da sua partida do Reino. Note-se que este retrato é similar a um quadro a óleo, aproximadamente do mesmo período, que poderá ter servido de modelo ou ter sido pintado paralelamente ou ainda sido inspirado pela referida gravura<sup>1446</sup>.

Na obra de Freire de Andrade, D. João surge-nos em meio corpo, num pórtico rematado pelo escudo de armas dos Castros, coroado de louros, de bigodes e grandes barbas pretas, segurando com a direita uma grande palma que apoia no ombro e vestindo um tabardo de largas mangas golpeadas<sup>1447</sup>. Chamamos a atenção para o fundo da composição, onde observamos uma coluna, rematada novamente por um escudo com as armas dos Castros, e que, na realidade, não é mais do que a figuração do próprio relicário das barbas. Este detalhe, de maior importância, revela a ligação entre estas três obras. Os sumptuosos túmulos e o relicário eram referidos e descritos por Jacinto Freire de Andrade como obra do «digníssimo neto»<sup>1448</sup>, e podiam ser compreendidos se fosse lida a biografia escrita por este autor. Este era um delicado puzzle cujas peças revertiam sempre em favor do encomendador.

Juntamente com esta gravura de Vorsterman, chamamos a atenção para outra, representando D. João de Castro de corpo inteiro, que também reproduzimos adiante (Figura 2)<sup>1449</sup>. À sua esquerda observamos um pilar com as armas dos Castros, encimado por uma representação perfeita do relicário das barbas, e à sua direita a fortaleza de Diu sob cerco, inspirado nos modelos de Godinho de Erédia e Barreto de Resende<sup>1450</sup>. Tendo em conta os detalhes da imagem, supomos que a mesma foi directamente inspirada na obra de Jacinto Freire de Andrade ou poderá até ser uma versão completa da mesma, antes de ter sido recortada e ligeiramente alterada para ser editada na biografia de 1651, sendo contemporânea do quadro a óleo mencionado.

---

<sup>1445</sup> A sigla do gravador encontra-se no canto inferior esquerdo do retrato; cf. Ernesto Soares – *História da Gravura Artística em Portugal. Os artistas e as suas obras*. Lisboa: Livraria SamCarlos, 1971, vol. II, pp. 655-659.

<sup>1446</sup> Cf. o quadro encontra-se hoje na posse dos herdeiros do Governador; a reprodução do quadro e descrição do mesmo na entrada 17 do catálogo de Francisco Faria Paulino (coord.) – *Tapeçarias de D. João de Castro...*, cit., pp. 168-170.

<sup>1447</sup> A descrição é baseada na obra referida de Ernesto Soares e, do mesmo autor – *Dicionário de iconografia portuguesa*. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura, 1947, vol. I, p. 287.

<sup>1448</sup> Expressão utilizada pelo próprio Freire de Andrade: *VDJC*, l. III, parágrafo 30, p. 310.

<sup>1449</sup> O códice deve ter sido compilado entre os séculos XVII-XVIII: Biblioteca Nacional de Portugal (Lisboa), Coleção de Iconografia – E.A. 3 A., *Retratos dos Vices Reys e Governadores da Índia dispostos pela ordem de seus governos collegidos nos mezes de Abril e Maio de 1791*, sem paginação; gravura descrita por Ernesto Soares e, do mesmo autor *Dicionário de iconografia portuguesa*. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura, 1954, Suplemento A-Z, p. 101.

<sup>1450</sup> Vejam-se as representações de Diu reunidas e analisadas por José Manuel – *Cidades e Fortalezas do Estado da Índia...*, cit., pp. 92-96.



**Figura 4**

**Retrato de D. João de Castro em meio corpo**

Fonte: Jacinto Freire de Andrade – *Vida de Dom João de Castro, Quarto Viso-Rey da India*.  
Em Lisboa: Na officina Craesbeeckiana, 1651



**Figura 5**  
**Retrato de D. João de Castro em corpo inteiro**

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal (Lisboa),  
Colecção de Iconografia - E.A. 3 A.

Para além destes elementos, denotemos que D. Francisco terá sido autor de um tratado de heráldica, elaborado em 1649 (hoje desaparecido<sup>1451</sup>), e patrocinador de uma obra intitulada *Origen y progreso de la Casa y Familia de Castro*, atribuída ao abade João Salgado de Araújo, a Antonio Soares de Albergaria e a Jacinto Freire de Andrade, e datada do mesmo período<sup>1452</sup>. Podem também ser enquadradas nesta estratégia de engrandecimento dos Castros e da linhagem do mencionado Bispo Inquisidor.

A conjugação de todos estes bens não é inocente e não pode ser apenas lida com o intuito de relembrar os antepassados do Inquisidor-Geral. Na realidade, configuram um apurado sentido de memória histórica, procurando demonstrar que D. Francisco de Castro era o herdeiro de uma nobre linhagem, reconhecida pelo serviço à Coroa e pelos feitos que marcaram a presença portuguesa na Ásia. Assim sendo, era impossível vislumbrar alguma dúvida quanto à sua lealdade ao Rei e Reino, restaurando a sua *honra* e apagando a mancha da sua prisão na Torre de Belém durante quase dois anos.

O discurso historiográfico criado teve vastas repercussões, actuando eficazmente na criação desta imagem do Inquisidor Geral. A título de exemplo, um século depois, António Caetano de Sousa, na sua *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, noticiava a sua prisão e logo comprovava a sua inocência pois «não podia degenerar do alto nascimento, que o encherá das mais honradas idéas»<sup>1453</sup>. Já do ponto de vista historiográfico, a obra de Jacinto Freire de Andrade tornou-se um marco literário do século XVII, sendo uma das obras mais reeditadas nos séculos seguintes: uma única vez no século XVII, mas nove vezes no século XVIII e quatorze no XIX, e ainda traduzida para inglês em 1664 e para latim em 1727<sup>1454</sup>. Apesar do estilo elegante, mas «frio», conforme o caracterizou Joaquim Veríssimo Serrão<sup>1455</sup>, esta biografia passou a ser um modelo de referência para os séculos seguintes.

---

<sup>1451</sup> Cf. Diogo Barbosa Machado – *Bibliotheca Lusitana...* cit., vol. II, pp. 131-132 e António de Sousa e Vasconcelos C. Simão – «O Bispo Inquisidor...», cit., pp. 35-36.

<sup>1452</sup> Subsistem duas cópias na Biblioteca Nacional de Portugal: Cod. 1043, onde a autoria é identificada pelo teatino D. Tomás Caetano de Bem; e o códice da Coleção Pombalina 119, onde apenas surge o nome do primeiro autor. Sendo a obra dedicada a D. Luís de Castro, herdeiro do Marquês de Cascais (D. Álvaro Pires de Castro), esta só poderá ter sido elaborada depois da criação deste título, em 1643, e antes da morte de D. Francisco de Castro, em 1553.

<sup>1453</sup> António Caetano de Sousa – *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Lisboa: Quidnovi/Público/Academia Portuguesa de História, 2009, vol. XII, p. 548.

<sup>1454</sup> Diogo Barbosa Machado – *Bibliotheca Lusitana...* cit., vol. II, p. 465 e José Manuel Garcia – *A Historiografia Portuguesa...*, cit., vol I, p. 37 e vol. II, pp. 507-508.

<sup>1455</sup> Joaquim Veríssimo Serrão – *A Historiografia Portuguesa. Doutrina e Crítica*. Lisboa: Editorial Verbo, 1973, vol. II, p. 274.



O sucesso editorial foi proporcional à carga ideológica que D. João de Castro tomou enquanto herói glorificado da expansão portuguesa na Ásia e cujo estatuto manteria nos tempos seguintes enquanto exemplo de honradez, rectidão e sacrífico pelo serviço da Coroa. Em meados do século XVIII estes temas eram ainda animadamente debatidos nos meios cultos: disso é exemplo a *Oração academica problematica, que na Academia dos Particulares da Corte recitou Amaro Joaquim Richard Belluc [...] na conferencia que se celebrou em 31 de outubro de 1745, sendo problema qual foy mayor acção em D. João de Castro, se o arriscar tantas vezes a vida na defença da patria, e conquistas da India? se o gastar nestas acçoens todo o seu cabedal, de sorte que morreo pobre*<sup>1456</sup>. O académico defendia então que o Governador se destacara por empenhar a sua própria fazenda, e que morrera «rico de espirito e pobre de dinheiro, pois quem dispense os cabedaes com generosidade, sempre conservou o espirito com grandeza»<sup>1457</sup>.

Passado quase meio século, a Academia das Ciências de Lisboa abria novo debate, desta vez sobre a qualidade das próprias obras biográficas. Estabeleceu-se o confronto entre a vida de D. Paulo de Lima, da autoria de Diogo do Couto, e a de D. João de Castro, escrita por Jacinto Freire de Andrade<sup>1458</sup>. A de Castro viria a ganhar um prémio, visto que esta personagem era «hum colosso de merecimento cujo resplendor havia naturalmente escurecer o de D. Paulo», conforme defendera Francisco de São Luís, futuro Cardeal Saraiva<sup>1459</sup>. Nesta linha, salientava também as principais características que o Governador manifestava na obra seiscentista de Andrade: a justiça, a integridade, a prudência e a liberalidade<sup>1460</sup>. Terá sido esta primeira abordagem à figura de Castro que levou Saraiva a preparar uma edição anotada e enriquecida com documentos que adquirira, resultando na reedição da obra, em 1835, dos prelos da Academia das Ciências.

Não obstante a sua fama e popularidade, Jacinto Freire de Andrade foi criticado pontualmente, como seja por Antero de Quental, em finais de Oitocentos, que censurava a «fantasia de retórico» que a obra exaltava, juntamente com o estilo heróico de Castro

---

<sup>1456</sup> *Oração Académica Problemática...* Lisboa: Na Officina de Jozé da Silva da Natividade, 1745. Trata-se de um pequeno e raro opúsculo de somente 14 fls, vendido na dita oficina, por detrás de Santa Justa, conforme o anúncio da *Gazeta de Lisboa* de 1-II-1746, N.º 5, p. 92. Apenas lográmos localizar um exemplar na Houghton Library da Universidade de Harvard.

<sup>1457</sup> *Ibidem*, fl. 14.

<sup>1458</sup> Sobre este episódio cf. Diogo do Couto – *O Primeiro Soldado Prático*, cit., pp. 295-297.

<sup>1459</sup> «Comparação da Historia de D. João de Castro por Jacinto Freire de Andrade, e da Vida de D. Paulo de Lima por Diogo do Couto» in *Obras Completas do Cardeal Saraiva*. Ed. Antonio Correia Caldeira. Lisboa: Imprensa Nacional, 1883, tomo X, p. 14.

<sup>1460</sup> *Ibidem*, p. 28.

que impregnara a sociedade portuguesa desde a sua publicação<sup>1461</sup>. Todavia, neste período já o Capitão-mor e Governador ganhara nova fama graças à publicação dos seus *Roteiros*, em 1833 (do Mar Roxo), 1843 (de Goa a Diu) e 1882 (de Lisboa a Goa). A sua figura integrava colecções como a da *Bibliotheca de Leituras Populares*, pequenos panfletos publicados pela Livraria Portuguesa-Editora do Porto, de Joaquim Maria da Costa, onde se lia que «D. João de Castro é dos vultos gloriosos da nossa historia aquelle que mais se impõe ao respeito e admiração, pela honestidade inconcussa do seu grande e nobilíssimo character»<sup>1462</sup>. A biografia publicada em 1912, e que já referimos na introdução, da autoria de Manuel de Sousa Pinto, configura-se como o desembocar de uma vasta tradição laudatória, mas que começava a dar os passos na senda do estudo crítico das fontes. Baseado nos apontamentos publicados pelo Cardeal Saraiva e noutras informações que foi colectando, Sousa Pinto publicou uma sucinta, mas sólida, descrição da vida de D. João de Castro, que não podia fugir a um certo discurso encomiástico. No prefácio, o autor reconhecia que a biografia de Jacinto Freire de Andrade continuava a ser «uma das primarias fontes para o estudo do heroe» e que recorria a ela quando necessário<sup>1463</sup>.

Contudo, o enorme sucesso da política memorialista delineada por D. Francisco de Castro pôde ser ainda visto no século XX, quando da queda da Índia Portuguesa, em 1961. Concretamente, tendo os enclaves de Goa, Damão e Diu sido tomados no dia 17 de Dezembro desse ano, o Estado Novo organizou uma velada em Lisboa para a noite do dia 18, onde eram formalmente convidados os descendentes dos vice-reis da Índia, conforme noticiou o jornal «O Século»<sup>1464</sup>. O papel de destaque era dado à relíquia de S. Francisco Xavier, disponibilizada pelos Condes de Nova Goa, como símbolo máximo da epopeia portuguesa da Ásia, pela sua dimensão religiosa e “civilizadora”, conforme entendida na ideologia colonial da época. Ora, sabemos que também estiveram presentes nesta procissão silenciosa os descendentes de D. João de Castro, com a caixa do relicário das barbas, não apenas como símbolo dos feitos do antepassado, mas também como elemento agregador de uma memória comum da história do “Estado da Índia”<sup>1465</sup>.

---

<sup>1461</sup> Antero de Quental – *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos três últimos séculos*. Lisboa: Tinta da China, 2010, pp. 87-88.

<sup>1462</sup> Agostinho Velloso da Silva – *Vida e Feitos de D. João de Castro*. Porto: Livraria Portuguesa-Editora, 1905, *Bibliotheca de Leituras Populares*, N.º 29, p. 1.

<sup>1463</sup> Manuel de Sousa Pinto – *Dom João de Castro*, cit., p. VII.

<sup>1464</sup> *O Século*, 18 de Dezembro de 1961 e 19 de Dezembro de 1961.

<sup>1465</sup> A referência a esta velada, confirmada na imprensa, foi-nos dada pelo Prof. António Vasconcelos de Saldanha, a quem muito agradecemos.

Do que expusemos pretendemos relevar que a memória de D. João de Castro foi alvo de um longo processo de fixação, à semelhança do que acontecera com outros homens ligados à governação do “Estado da Índia”, como Vasco da Gama ou Afonso de Albuquerque. Destacamos sobretudo que a sua imagem cresceu consideravelmente na década de 1570, fruto da proximidade de D. Álvaro de Castro a D. Sebastião, da publicação de poemas épicos glorificadores, e da própria transladação do seu corpo para o Reino. Depois disso, o esforço empreendido pelos seus netos, em particular pelo Bispo Inquisidor Geral D. Francisco de Castro, deu origem a um enraizamento profundo da figura do Capitão-mor e Governador na memória colectiva da sociedade portuguesa, que venceria os séculos e que chegou em força ao século XX.

## CONCLUSÃO

Tal como D. João de Castro afirmava que a guerra é uma arte que «jamays tem firmeza, nem se acaba de saber»<sup>1466</sup>, também um trabalho de investigação desta natureza nunca se encontra definitivamente encerrado. Assim, tentaremos sintetizar as principais linhas de força que fomos apontando ao longo das páginas anteriores, cientes de que não esgotámos este tema e de que não apresentamos qualquer visão ou interpretação definitiva sobre o assunto. Estamos também conscientes do carácter narrativo de parte deste estudo, mas tal era indispensável para se procurar uma objectividade face às fontes da época, visando reconstituir e interpretar esta governação. Recordemos que, na introdução desta tese, propusemos como objectivo central compreender qual a importância e o impacto do governo de D. João de Castro na construção do “Estado da Índia” bem como na estratégia imperial de D. João III e é para tentar responder a esta pergunta que tentaremos esboçar uma conclusão deste estudo de caso.

Pensamos ter ficado claro que a governação de D. João de Castro enformou um período de intensa actividade do “Estado da Índia” do ponto de vista político e militar. Apesar da sua relativa curta duração, as campanhas militares em Goa e na Província do Norte definiram todo o período entre Setembro de 1545 e Junho de 1548. Como vimos, a pressão exercida pelos sultanatos vizinhos de Bijapur e do Guzerate condicionaram fortemente a acção governativa de Castro, levando-o a concentrar a sua atenção no espaço geográfico entre Diu e Goa e nos assuntos de guerra, não obstante um suficiente interesse por outras áreas de influência portuguesa na Ásia. Como procurámos demonstrar, o

---

<sup>1466</sup> Lembrança de D. João de Castro a D. João de Mascarenhas, Abril de 1546, *OCDJC*, III, p. 161.

objectivo primaz de D. João de Castro foi assegurar a presença portuguesa na Índia, enfraquecida pelas diversas frentes de guerra abertas.

Estando a guerra no cerne deste governo, Castro conferiu redobrada importância a aspectos práticos, como se vê no investimento logístico realizado logo aquando da sua chegada, em Setembro de 1545, com a reestruturação do armazém e da ribeira de Goa. Apesar do estrutural problema de falta de gentes (quer civil quer militar) e, em parte, de navios, a sua governação foi central na reestruturação militar do “Estado da Índia. Disso é exemplo a reinstituição das companhias de *ordenança* e o início de um efectivo processo de territorialização dos portugueses na Ásia, com a ocupação de terras nas regiões de Goa e Baçaim, redistribuindo as propriedades tomadas ou adquiridas pelos homens que se destacaram na administração e nas guerras empreendidas, incluindo os mestiços, filhos dos *casados*, a quem a estrutura administrativa se viria a fechar nas décadas seguintes. A diplomacia manteve o seu papel chave na afirmação do “Estado da Índia”, usada para colher novas alianças e reforçar outras antigas contra sultanatos inimigos.

Já a superioridade militar portuguesa, aqui debatida à luz da ideia da teoria da “revolução militar” do período moderno, só pode ter existido a partir da conjugação de múltiplos factores, concretamente, a utilização eficaz do poder naval (centrando na artilharia embarcada e no seu uso nas *surriadas*), o uso frequente de operações anfíbias, as alianças diplomáticas contra inimigos comuns e o conhecimento de uma ampla geografia do espaço asiático. No entanto, demonstrámos que logo a partir da terceira década do século XVI os potentados asiáticos conseguiram desenvolver as suas estruturas militares e otimizar o seu poder de fogo, chegando a rivalizar, em termos de poder de fogo e de meios operacionais, com o poderio português terrestre, sendo o segundo cerco de Diu exemplo desse difícil equilíbrio. Uma visão de conjunto dificilmente apreende todas as subtilidades da presença portuguesa na Ásia e, por isso, cada operação ou cada campanha deve ser analisado singularmente dentro do seu próprio contexto, evitando generalizações que empolem os feitos de armas tão característicos dos cronistas deste período.

Apesar dos seus frequentes sucessos, o “Estado da Índia” desenvolveu consideráveis problemas financeiros ao longo do século XVI, dificultando a organização e prosseguimento de campanhas militares, bem como a defesa das posições portuguesas. Ficou claro, em nossa opinião, que estes não derivaram apenas de uma má gestão ou de corrupção instalada no seio dos oficiais portuguesas, mas também da própria estrutura financeira e económica da presença portuguesa na Ásia. De forma resumida realçamos

que a própria a atomização contabilística da Fazenda Régia, assente nas várias e dispersas feitorias existentes nas fortalezas, era responsável por uma morosa e complexa afluência a Goa, sede da Casa dos Contos, das verbas para aí canalizadas, dificultando a liquidez disponível na sede do “Estado da Índia”. Este problema estruturante explica, por exemplo, já para a segunda metade do século XVI, a incongruência dos sucessivos orçamentos apresentarem *superavit* e os constantes pedidos de empréstimos à Câmara de Goa.

Contudo, o legado de D. João de Castro na construção do “Estado da Índia” deve ser sobretudo visto na óptica do reforço do poder da Coroa, quer no seu próprio tempo, quer posteriormente, a partir da aura que deixou nas instituições de Goa. O Capitão-mor e Governador terá tido um papel decisivo no reforço do poder simbólico das instituições governativas, *moldando* os fidalgos à sua volta num primeiro esboço de corte quer através do pedido de pareceres, replicando o modelo do monarca, quer pelo exercício da *graça régia* e da consolidação de uma *economia de mercês* própria do seu cargo. Os rituais públicos que marcaram este governo, como as entradas triunfais ou a coroação do rei das Molucas (numa clara imagem feudo-vassálica de subjugação de um rei local ao poder do monarca português), ou a criação da *Galeria dos Governadores e Vice-Rei* devem ser entendidas como peças do complexo e longo puzzle da centralização do poder do capitão-mor/governador e do rei na Ásia. Já por outro lado, o carisma pessoal de D. João de Castro contribuiu para que a importância atribuída ao seu governo pela cronística e pelos seus sucessores, consolidassem o seu papel na memória colectiva da história do “Estado da Índia”. Logramos também compreender como se deu esta mitificação da figura de Castro, desconstruindo a historiografia produzida desde então e mostrando que esta seguiu uma linha constante que enfatizou a ideia de um capitão-mor e governador excepcional, cumprindo também, em alguns momentos, projectos e agendas pessoais como as dos seu netos, Frei Fernando e D. Francisco de Castro.

A consolidação de uma ideia de “Estado da Índia”, manifesta na gradual utilização desta própria expressão, é também exemplo da importância deste período na história da presença portuguesa na Ásia. Paralelamente, a morte prematura do Governador deu azo à imagem de um fidalgo que se sacrificou em nome do serviço à Coroa, esgotando as suas forças nesta tarefa. O relativo rápido processo de fixação da sua memória, centrado sobretudo nos seus feitos militares, possibilitou o desenvolvimento de um discurso heróico à volta desta personalidade, e sobretudo, do “Estado da Índia” enquanto entidade cristã que se opunha ao domínio muçulmano e que procurava a propagação da fé católica no eixo do Índico-Pacífico. Neste sentido, a transmissão desta memória procurou

deliberadamente construir um discurso apologético inerente à construção de uma memória colectiva. As crónicas utilizadas são prova dessa mesma instrumentalização da memória, seleccionando factos e omitindo outros por serem supostamente pouco relevantes ou demasiado sensíveis para ficarem gravados para a posterioridade. A conjugação de todos estes factores desembocou em obras que fomentavam, de uma forma ou de outra, a coesão do próprio “Estado da Índia”, conferindo-lhe uma unidade e uma identidade própria que se reflectiu na historiografia deste período.

Numa perspectiva global, a nomeação de Castro pretendeu equilibrar a vertente asiática dum Império marítimo que se estendera por três continentes nas primeiras décadas do século XVI. A retracção económico-financeira da década de 1540 foi sentida fortemente, manifestando-se quer através do abandono de várias fortalezas no Norte de África, quer no fecho da feitoria portuguesa de Antuérpia. Do outro lado do globo, a resistência portuguesa em Diu era balançada com a conquista otomana de Baçorá. Enquanto isso, os comerciantes e aventureiros portugueses firmavam-se no Mar da China e alcançavam o Japão, abrindo novas rotas com interesse económico. O reformismo religioso que alcançou o “Estado da Índia” nessa década, pautado por uma crescente política de conversão em detrimento de uma atitude de maior integração, era também fruto deste alargado período de intolerância observado em toda a Europa. Apesar de todos estes problemas, a Coroa iniciava seriamente a exploração de um território com inúmeras potencialidades que espoletava do outro lado do Atlântico – o Brasil –, sustentando-o com as prósperas redes de tráfico negreiro e o negócio do açúcar dos arquipélagos. Destaque-se como este crescente processo de fixação no continente americano, firmado com a criação das capitánias-donatárias (na década de 1530, que previa a concessão de terras em regime de sesmaria) e com o do governo-geral (em 1548-1549), era paralelo ao referido processo de territorialização do “Estado da Índia”, levado a cabo por D. João de Castro e comprovando a existência de uma visão de largo espectro do território além-mar. O império que D. João III procurava estabilizar era, apesar de tudo, um império precário – *escrito na água*, para usar a expressão de Subrahmanyam<sup>1467</sup> –, cingido às orlas costeiras e preso às fortalezas, mas que se adaptava e resistia aos tempos.

As conclusões aqui alcançadas permitiram-nos compreender como é que a presença portuguesa se consolidou na Ásia por meados do século XVI, abrindo portas

---

<sup>1467</sup> Sanjay Subrahmanyam – «Written on water: designs and dynamics in the Portugese Estado da India» in Susan E. Alcock, Terence N. D'Altroy, Kathleen D. Morrison e Carla M. Sinopoli (eds.) – *Empires. Perspectives from Archaeology and History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, pp. 44.

para que outras sejam respondidas. Concretamente, como é que os sucessores imediatos de Castro, Garcia de Sá (1548-1549) e Jorge Cabral (1549-1550) reequilibraram as finanças e o aparelho logístico militar; ou de que forma é que a Coroa financiou as campanhas militares empreendidas na segunda metade de Quinhentos e a defesa das suas possessões, quer na Ásia, quer no Atlântico; do ponto de vista militar, fica no ar se a perda de uma superioridade militar terrestre ter-se-á também sentido no poder naval, nas restantes décadas do século XVI; e falta também verificar até que ponto é que o governo de D. João de Castro serviu de modelo de governação para os seus sucessores, no que toca às práticas governativas.

A presente tese procurou assim preencher uma lacuna no conhecimento da história do “Estado da Índia” a partir de um estudo de caso muito particular, reduzido a somente dois anos e nove meses de governo, mas fundamental na história da expansão portuguesa na Ásia e no Mundo.





# FONTES E BIBLIOGRAFIA

## 1. Fontes

### 1.1. Fontes manuscritas

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa, Portugal)

*Cartas a D. João de Castro, 4 volumes: 1 – Cartas de Ormuz, 2 – Cartas de Goa, 3 – Cartas de Diu, 4 – Cartas de D. João III a D. João de Castro;*  
*Cartas dos Vice-Reis e Governadores da Índia, 35;*  
*Cofre, 43 – Lendas da Índia de Gaspar Correia;*  
*Colecção de São Lourenço, 6 volumes;*  
*Corpo Cronológico: Parte 1, Maços 41, 50, 58, 66, 67, 71, 74, 75, 79, 81, 82, 83;*  
*Parte 2, Maços 154, 251;*  
*Família Saldanha e Castro e Falcão Trigo, mç. 7;*  
*Feitos da Coroa, Inquirições Particular – 3, Inquirição – 489;*  
*Miscelâneas Manuscritas, vol. 4.*

Biblioteca Nacional de Portugal (Lisboa, Portugal)

*Cartório Almada e Lencastre Basto, Av. De Roma, pacote 106, n.º 165, cap. 2;*  
*Colecção Pombalina, 119 – Origen y Progreso de la Caza y Familia de Castro;*  
*Cod. 1043, 1598 e 7370;*  
*Colecção de Iconografia – E.A. 3 A., Retratos dos Vices Reis e Governadores da Índia.*

Biblioteca da Ajuda (Lisboa, Portugal)

*Cod. 51-VII-8, Livro das mercês que fez o senhor D. João de Castro;*  
*Cod. 51-VII-19/20/21/22, Índia Portuguesa – Miscelânea.*

Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (Coimbra, Portugal)

*Mss. 399, Festas celebradas na cidade de Goa.*

Biblioteca Pública de Évora

*Colecção Manisola, N.º 584 - Chronica dos Valerosos e Insignes Feitos no Governo da Índia do Viso-Rey D. João de Castro.*

Biblioteca-Arquivo da Fundação Casa de Bragança (Vila Viçosa)

*BDM-II Res. 52 – Testamento de D. João de Castro, 1545;*  
*BDM-II 60 Adq (ms) – Carta de D. Fernando de Castro, 1546.*

Archivum Romanum Societatis Iesu (Roma – Itália)

*Codex Goa, 38.*

Harvard University – Houghton Library (Cambridge, Massachusetts, EUA)

*Ms Port 4661 – Cronica de Dom Joao de Castro.*

## 1.2. Fontes impressas

- ALBUQUERQUE, Luís de – «Diário da viagem de D. Álvaro de Castro ao Hadramaute, em 1548» in *Estudos de História*. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1974, vol. 2, pp. 1-105.
- – *Cartas de Rui Gonçalves de Caminha*. Lisboa: Alfa, 1989.
- ALBUQUERQUE, Luís de e Costa, José Pereira da – «Cartas de «Serviços» da Índia (1500–1550)», *Mare Liberum*, Nº 1, Dezembro de 1990, pp. 309–396.
- Além-Mar: Códice Casanatense 1889 com o Livro do Oriente de Duarte Barbosa*, Lisboa: Bertrand, 1984.
- ALVES, Jorge dos Santos (ed.) – *Fernão Mendes Pinto and the Peregrinação: studies, restored portuguese text, notes and indexes*. Portugal: Fundação Oriente, 2010, vol. 2.
- ANDRADE, Jacinto Freire de – *Vida de Dom João de Castro, Quarto Viso-Rey da India*. Lisboa: Na Oficina Craesbeeckiana, 1651.
- – *Vida de D. João de Castro, quarto viso-rei da Índia*. Notas e documentos originais e inéditos de D. Fr. Francisco de S. Luiz. Lisboa: Na Typographia da Academia Real das Sciencias, 1835.
- – *Vida de D. João de Castro, quarto vice-rei da Índia*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1940.
- – *Vida de Dom João de Castro, quarto vizo-rei da Índia*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1968.
- As Gavetas da Torre do Tombo*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960-1980, vols 1, 3, 5 e 8.
- BAIÃO, António – *História quinhentista (inédita) do Segundo Cêrco de Dio ilustrada com a correspondência original, também inédita, de D. João de Castro, D. João de Mascarenhas e outros*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925.
- BARREIROS, Gaspar – *Chorographia de alguns lugares*. Em Coimbra: por Joam Alvarez, 1561.
- BARROS, João de – *Ásia*. Lisboa: INCM, 1988-2001, *Primeira a Quarta Décadas*.
- CALADO, Adelino de Almeida – «Livro que trata das cousas da India e do Japão», *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, XXIV, 1960, pp. 1–138.
- CARVALHO, Antonio Nunes de (ed.) – *Roteiro em que se contem a viagem que fizeram os portuguezes no anno de 1541, partindo da nobre cidade de Goa atee Soez [...] por Dom Ioam de Castro*. Paris: vende-se em casa de Baudry e Theoph. Barrois, 1833.
- «Cartas de Simão Botelho» in FELNER, Rodrigo José de Lima– *Subsídios para a História da Índia Portuguesa*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1868.
- CASTANHEDA, Fernão Lopes de – *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*. Ed. ALMEIDA, Manuel Lopes de. Porto: Lello & Irmão – Editores, 1979, 2 vols.
- CASTANHOSO, Miguel de – *Dos feitos de D. Chrystovam da Gama em Ethiopia*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1898.
- CASTRO, D. João de – *Roteiros*. Prefácio e anotações de COSTA, A. Fontoura da. Lisboa Agência Geral das Colónias, 1940, vol. I - *Roteiro de Lisboa a Goa (1538)*, II - *Roteiro de Goa a Diu (1538-1539)*, III - *Roteiro de Goa a Suez ou do Mar Roxo (1541)*.
- – «Roteiro de Lisboa a Goa» in CORTESÃO, Armando e ALBUQUERQUE, Luís de – *Obras Completas de D. João de Castro*. Coimbra: Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1968, vol. I, pp. 115-296.

- «Roteiro de Goa a Diu» in CORTESÃO, Armando e ALBUQUERQUE, Luís de – *Obras Completas de D. João de Castro*. Coimbra: Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1971, vol. II, pp. 1-169.
- «Roteiro do Mar Roxo» in CORTESÃO, Armando e ALBUQUERQUE, Luís de – *Obras Completas de D. João de Castro*. Coimbra: Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1971, vol. II, pp. 171-399.
- CASTRO, D. Fernando de – *Crónica do Vice-Rei D. João de Castro*. Ed. ALBUQUERQUE, Luís de e MATOS, Teresa Cunha. Tomar: Escola Superior de Tecnologia de Tomar/CNCDP, 1995.
- COELHO, Simão Torresão – *Elogio do muy valeroso e de raras virtudes dom João de Castro*. Lisboa: Na Officina de Domingos Lopes Rosa, 1643.
- CORREIA, Gaspar – *Lendas da Índia*. Porto: Lello & Irmão, 1975, 4 vols.
- CORTE-REAL, Jerónimo – *Obras Completas de Jerónimo Corte Real*. Introdução e revisão de ALMEIDA, M. Lopes de. Porto: Lello & Irmão – Editores, 1979.
- *Sucesso do Segundo Cerco de Diu. Códice Cadaval 31 – ANTT*. Introdução de ALBUQUERQUE, Martim de. Lisboa: Edições Inapa, 1991.
- CORTESÃO, Armando e ALBUQUERQUE, Luís de – *Obras Completas de D. João de Castro*. Coimbra: Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1968-1976, 4 vols.
- COUTINHO, Lopo de Sousa – *Livro primeyro do cerco que os Turcos poseram à fortaleza de Diu*. Coimbra: Por João Alvarez, 1556.
- COUTO, Diogo do – *Década Sexta da Ásia*. Lisboa: por Pedro Craesbeeck, 1614.
- *Ásia*. Lisboa: na Regia Officina Typographica, 1778-1888, 14 vols., Décadas Quatro a Doze.
- *Tratado dos feitos de Vasco da Gama e de seus filhos na Índia*. Ed. SILVA, José Manuel Azevedo e e SANTOS, João Marinho dos. Lisboa: Cosmos, 1998.
- *Década Quarta da Ásia*. Ed. M. Augusta Lima Cruz. Lisboa: INCM, 1999, 2 vols.
- *O Primeiro Soldado Prático*. Ed. MARTINS, António Coimbra. Lisboa: CNCDP, 2001.
- *O Soldado Prático*. Ed. GARCÍA MARTÍN, Ana María. Coimbra: Angelus Novus, 2009.
- CORVO, João de Andrade (ed.) – *Roteiro de Lisboa a Goa por D. João de Castro*. Lisboa: por ordem e na Typographia da Academia Real das Sciencias
- DIAS, Luís Carvalho – «As Ordenações da Índia», *Garcia da Orta*, 1956, pp. 229-245.
- D'INTINO, Raffaella – *Enformação das Cousas da China. Textos do século XVI*. Lisboa: INCM, 1989.
- Documentos sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central, 1497-1840*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos/National Archives of Rhodesia and Nyasaland, 1969, vol. VI.
- FERISHTA, Mahomed Kasim – *History of the rise of the Mahomedan power in India till the year A.D. 1612*. London: Longman, 1826, vol. III.
- FREIRE, A. Braamcamp – *Emmenta da Casa da India*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 1907.
- GOERTZ, R.O.W. – *Relação dos governadores da India (1571): Codex Goa 38*. Calgary: University Printing Services, 1979.
- GÓIS, Damião de – *Livro de Linhagens de Portugal*. Lisboa: Instituto Português de Heráldica, 2014.
- GÓIS, Luís de – *Oriente Conquistado a Jesu Christo...* Lisboa: na oficina de Valentim da Costa Deslandes, 1710, vol. 2.
- GONÇALVES, Sebastião – *Primeira Parte da Historia dos Religiosos da Companhia de Jesus na Índia...* Ed. WICKI, José. Coimbra: Atlântida, 1957.
- KÖPKE, Diogo (ed.) – *Primeiro roteiro da costa da India desde Goa até Dio [...] por Dom João de Castro*. Porto: Typ. Commercial Portuense, 1843.

- «Lembranças das cousas da Índia em 1525» in Felner, Rodrigo José de Lima – *Subsídios para a História da Índia Portuguesa*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1868.
- Livro de Lisuarte de Abreu*. Lisboa: CNCDP, 1992.
- Lyvro de plantaforma das fortalezas da Índia da Biblioteca da Fortaleza de São Julião da Barra*. Ed. CARITA, Rui. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional / Edições Inapa, 1999.
- MACHADO, Diogo Barbosa – *Bibliotheca Lusitana*. Lisboa: Na officina de Ignacio Rodrigues, 1741-1749, 4 vols.
- MAQUIAVEL, Nicolau – *A Arte da Guerra*, trad. de David Martelo, Lisboa: Edições Sílabo, 2010.
- MARIZ, Pedro de – *Dialogos de Varia Historia...* Em Coimbra: na Officina de Antonio de Mariz, 1597.
- MARTÍNEZ TORREJÓN, José Miguel (ed.) – *Miscelânea Pereira de Foles*. Lisboa: INCM, 2017.
- MATOS, Artur Teodoro de (dir.) – *O Tombo de Diu 1592*. Lisboa: CNCDP, 1999.  
 – *O Orçamento do Estado da Índia 1571*. Lisboa: CNCDP, 1999.
- MITCHELL, James (ed.) – *The History of the Maritime Wars of the Turks*. London: Oriental Translation Fund, 1831.
- MONTEIRO, João Gouveia e BRAGA, José Eduardo (trad.) – *Vegécio. Compêndio da Arte Militar*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.
- «Nouvelles des Indes» in CORTESÃO, Armando e ALBUQUERQUE, Luís de – *Obras Completas de D. João de Castro*. Coimbra: Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1981, vol. IV, pp. 149-167.
- NUNES, Leonardo – *Crónica de Dom João de Castro*. Ed. J.D.M. Ford. Cambridge: Harvard University Press, 1936.
- OLIVEIRA, Fernando – *Arte da Guerra no Mar. Estratégia e guerra naval no tempo dos Descobrimentos*. Lisboa: Edições 70, 2008.
- Oração academica problematica, que na Academia dos Particulares da Corte recitou Amaro Joaquim Richard Belluc [...] na conferencia que se celebrou em 31 de outubro de 1745, sendo problema qual foy mayor acção em D. João de Castro, se o arriscar tantas vezes a vida na defença da patria, e conquistas da India? se o gastar nestas acçoens todo o seu cabedal, de sorte que morreo pobre*. Lisboa: Na Officina de Jozé da Silva da Natividade, 1745.
- Orações funebres nas exequias que o Tribunal do Santo Officio fez ao Illustrissimo e Reverendissimo Senhor Bispo D. Francisco de Castro...* Lisboa: na Officina Craesbeckiana, 1654.
- PEREIRA, António Pinto – *História da Índia no tempo em que a governou o visorei D. Luís de Ataíde*. Lisboa: INCM, 1987.
- PINTO, Pedro – «Treslado do contrato que o Governador da Índia fez com a cidade de Goa para acudir Malaca (1575), *Fragmenta Historica*, 6, 2018, pp. 441-444.
- PIRES, Tomé – *Suma Oriental*. Ed. LOUREIRO, Rui. Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau, 2018.
- Primor e Honra da Vida Soldadesca no Estado da Índia*, ed. PEREIRA, Laura Monteiro. Ericeira: Mar de Letras Editora, 2003.
- Regimentos das Fortalezas da Índia*. Ed. PANDURONGA, Pissurlencar, S.S. Bastorá: Tipografia Rangel, 1951.
- REGO, António da Silva – *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente. Índia*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1950, vol. 3 e 4.

- Relação das Nãos e Armadas da Índia*. Ed. MALDONADO, Maria Hermínia. Coimbra: BGUC, 1985.
- RIBEIRO, Luciano (ed.) – *Registo da Casa da Índia*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1954, 2 vols.
- RIVARA, J.H. da Cunha – *Archivo Portuguez Oriental*. Nova Goa, Imprensa Nacional, 1857-1877, 5 fascículos.
- SAN ROMAN, Fray Antonio de – *Historia General de la Yndia Oriental...* Valladolid: por Luis Sanchez, 1603.
- SANCEAU, Elaine – *Cartas de D. João de Castro*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1955.
- SANTOS, João dos – *Etiópia Oriental e vária história das cousas notáveis do Oriente*. Lisboa: CNCDP, 1999.
- SARAIVA, José Hermano (ed.) – *Ditos Portugueses dignos de memória*. Lisboa: Publicações Europa-América, s.d.
- SERJEANT, R.B. – *The Portuguese off the South Arabian Coast. Hadrami Chronicles*. Beirut; Librairie du Liban, 1974, 2ª ed., corrigida.
- SOUCEK, Svatopluk (Svat) (ed.) – *The History of the Maritime Wars of the Turks*. Princeton: Markus Wienes Publishers, 2012.
- SOUDAN, Frédérique – *Le Yémen Ottoman d'après la chronique d'al-Mawza'i*. Cairo: Institut Français d'Archéologie Orientale, 1999.
- SOUSA, Frei Luís de – *Anais de D. João III*. Prefácio e notas de M. Rodrigues Lapa. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1954, vol. II.
- *História de S. Domingos*. ALMEIDA, M. Lopes de (introdução e revisão). Porto: Lello & Irmão Editores, 1977, vol. I.
- SUEIRO, Frei Fernando – *Sermão que o presente Fr. Fernando Sueiro pregou na procissão que o Tribunal do S. Offício de Évora fez ao Convento de Sam Domingos, de graças a Deos polla liberdade do Senhor Bispo Inquisidor Geral a 9 de Março de 1643*. Lisboa: por Paulo Craesbeeck, 1643.
- Sumário das coisas sucedidas a Dom João de Castro, governador do Estado da Índia...* Lisboa: Cotovia/CNCDP, 1995.
- TEIVE, Diogo de – *Relação das proezas levadas a efeito pelos a efeito pelos portugueses na Índia, junto de Diu, no ano da nossa salvação de 1546*. Lisboa: Cotovia, 1995.
- «Tombo do “Estado da Índia» in FELNER, Rodrigo José de Lima – *Subsídios para a História da Índia Portuguesa*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1868
- TOSCANO, Francisco Soares – *Parallellos de Principes e Varões illustres antigos, a que muitos da nossa Naçam Portuguesa se assemelharão em suas obras, ditos e feitos...* Évora: Por Manoel Carvalho, 1623.
- Viagem de Francisco Pyrard de Laval às Índias Orientais (1601-1611)*. Ed. RIVARA, J.H. da Cunha. Nova-Goa: Imprensa Nacional, 1858, vol. 2.
- WICKI, Josephus (ed.) – *Documenta Indica*. Roma: Roma: Institutum Historicum S.I, 1948, vol. I.
- Zafar ul Walih bi Muzaffar wa Alhi - An Arabic History of Gujarat by Hajji ad-Dabir*, trans. M.F. LOKHANDWALA. Baroda: Oriental Institute, 1970, 2. vols.

## 2. Estudos

- «As barbas de D. João de Castro», *Archivo Pittoresco*, t. VI, 1863, n.º 40, pp. 317-320.
- «Onde estão as barbas de D. João de Castro», *Arquivo Nacional (Arquivo de História Antiga e de Crónicas Contemporâneas)*, Ano I, N.º 46, 1932, pp. 6–7.

- ALAM, Muzaffar e SUBRAHMANYAM, Sanjay – «Letters from a sinking sultan» in THOMAZ, Luís Filipe F. R. (org.) – *Aquém e além da Taprobana. Estudos Luso-Orientais à memória de Jean Aubin e Denys Lombard*. Lisboa: CHAM, 2002, pp. 239–269.
- e – «A View from Mecca: Notes on Gujarat, the Red Sea, and the Ottomans, 1517–39/923–946 H», *Modern Asian Studies*, 51–2, 2017, pp. 268–318.
- ALBUQUERQUE, Luís de – «D. João de Castro – Os Descobrimentos e o progresso científico em Portugal no século XVI», *Boletim da Academia Internacional da Cultura Portuguesa*, N.º 1, 1966, pp. 92-108.
- «Um documento relacionado com o segundo cerco de Dio» in *Estudos de História*, Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1977, vol. V, pp. 201-223.
- «O domínio português do Índico e a resposta turca» in *Estudos de História*. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1977, vol. V, pp. 235–246.
- «Carga e custo de duas armadas da Índia em meados do século XVI» in *Estudos de História*. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1977, vol. V, pp. 326-350.
- *Um exemplo de "cartas de serviços" da Índia*. Coimbra: Centro de Estudos de Cartografia Antiga, 1979, Separata Verde n.º CXVI.
- *Navegadores, viajantes e aventureiros portugueses, sécs. XV–XVI*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1987, 2 vols.
- «Notas sobre a Índia Portuguesa ao tempo de D. João de Castro», *Ibero-Americana Pragensia*, Ano XXI/XXII, 1987-1988, pp. 11-34 e 57-77.
- *Alguns casos da Índia Portuguesa no Tempo de D. João de Castro*. Lisboa: Alfa, 1989, 2 vols.
- *Martim Afonso de Sousa*. Lisboa: Alfa, 1989.
- ALBUQUERQUE, Luís de e GUERREIRO, Inácio – «Khoja Shams-ud-Dîn, comerciante de Cananor na primeira metade do século XVI» in ALBUQUERQUE, Luís de e GUERREIRO, Inácio (eds.) – *II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*. Lisbon: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1985, pp. 227–239.
- ALDEN, Dauril – *The making of an enterprise: the Society of Jesus in Portugal, its empire, and beyond, 1540–1750*. Stanford: Stanford University Press, 1996.
- ALMEIDA, Onésimo Teotónio de – *O Século dos Prodígios. A Ciência no Portugal da Expansão*. Lisboa: Quetzal, 2018.
- ALVES, Ana Maria – *Iconologia do Poder Real no Período Manuelino*. Lisboa: INCM, 1984.
- *As Entradas Régias Portuguesas. Uma visão de conjunto*. Lisboa: Livros Horizonte, 1986.
- ALVES, Jorge dos Santos – *O domínio do Norte de Samatra*. Lisboa: SHIP, 1999.
- «Samatra» in Marques, A.H. de Oliveira (dir.) – *História dos Portugueses no Extremo Oriente*. Lisboa: Fundação Oriente, 2000, vol.1, tomo II, pp. 77-124.
- *Três sultanatos malaios do Estreito de Malaca nos séculos XV e XVI (Samudera-Pasai, Aceh e Malaca/Johor). Estudo Comparativo de História Social e Política*. Lisboa: teste de doutoramento apresentada à FCSH-UNL, 2003.
- ANDRADE, Tonio – *The Gunpowder Age. China, Military Innovation, and the Rise of the West in World History*. Princeton: Princeton University Press, 2016.
- ANDRÉ, Carlos Ascenso – «Os cercos de Diu no relato de três humanistas: Góis, Teive, Diogo Pires» in *Congresso Internacional Damião de Góis na Europa do Renascimento. Actas*. Braga: Publicações da Faculdade de Filosofia, 2003, pp. 373–377.

- AQUARONE, Jean Baptiste – *D. João de Castro, gouverneur et vice-roi des Indes orientales, 1500-1548: contribution à l'histoire de la domination portugaise en Asie et à l'étude de l'aéronautique, de la géographie et de l'humanisme au XVI<sup>e</sup> siècle*. Paris: Presses Universitaires de France, 1968, 2 vols.
- «L'Humanisme de D. João de Castro», *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XI, 1977, pp. 291-327.
- ARAGÃO, A.C. Teixeira de – *Descrição geral e historica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1880, vol. 3.
- ASENSIO, Eugenio – «Un relato árabe recogido por D. João de Castro» in *Estudios Portugueses*. Paris: FCG–Centro Cultural Português, 1974, pp. 325–347.
- AUBIN, Jean – *Quelques remarques sur l'étude de l'Océan Indien au XVI<sup>e</sup> siècle*. Coimbra: Centro de Estudos de Cartografia Antiga, 1972, Separata Verde n.º LXXV.
- «L'apprentissage de l'Inde. Cochin 1503–1504» in *Le Latin et l'Astrolabe. Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales – I*. Lisboa/Paris: CNCDP/CCCG, 1996, pp. 49–110.
- «Le Capitaine Leitão. Un sujet insatisfait de D. João III» in *Le Latin et l'Astrolabe. Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales*, Lisboa/Paris: CNCDP/CCCG, 1996, vol. I, pp. 309–69.
- *Le Latin et l'Astrolabe. Études Inédites sur le règne de D. Manuel, 1495-1521*. Ed. Flores, Maria da Conceição, Thomaz, Luís Filipe F.R. e Aubin, Françoise. Paris: CCCG, 2006.
- BAIÃO, António – «El rei D. João IV e a Inquisição», *Anais da Academia Portuguesa de História*, vol. VI – *Ciclo da Restauração de Portugal*, 1942, pp. 10-70.
- «Dois testamentos históricos - o do primeiro vice-rei da Índia, D. Francisco de Almeida e o do inquisidor geral D. Francisco de Castro», *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, separata, VI, 1956, pp. 7–21.
- BALASUBRAMANIAM, R. – *The Saga of Indian Cannons*. New Delhi: Aryan Books International, 2008.
- BARATA, José Alberto Leitão – *Os Senhores da Navegação. O domínio português dos Mares da Ásia por meados do século XVI*. Cascais: Câmara Municipal, 2003.
- BARRETO, Luís Filipe – «O Tratado da Esfera de D. João de Castro» in *Caminhos do Saber no Renascimento Português. Estudos de história e teoria da cultura*. Lisboa: INCM, 1986, pp. 29-107.
- BEAUJARD, Philippe – *Les mondes de l'océan Indien*. Paris: Armand Colin, 2012, vol. 2 – *L'océan Indien, au coeur des globalisations de l'ancien monde (7<sup>e</sup>–15<sup>e</sup> siècles)*.
- BEBIANO, Rui – «Os imaginários, os valores e os ideais da guerra» in BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano (dirs.) – *Nova História Militar de Portugal*. Vol. 2 – coord. António Manuel Hespanha, Lisboa: Círculo de Leitores, 2004, pp. 36–62.
- BEDOS-REZAK, Brigitte Miriam e Rust, Martha Dana (eds.) – *Faces of Charisma. Image, Text, Object in Byzantium and the Medieval West*. Leiden: Brill, 2017.
- BELICH, James; DARWIN, John; FRENZ, Margret e WICKHAM, Chris (eds.) – *The Prospect of Global History*. Oxford: Oxford University Press, 2016.
- BETHENCOURT, Francisco – «The Political Correspondence of Albuquerque and Cortes» in BETHENCOURT, Francisco e EGMOND, Florike (eds.) – *Correspondence and Cultural Exchange in Europe, 1400-1700*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, pp. 219-273.



- «Configurações políticas e poderes locais» in BETHENCOURT, Francisco e CURTO, Diogo Ramada (dir.) – *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições 70, 2010, pp. 207-264.
- *Racismo. Das Cruzadas ao Século XX*. Lisboa: Círculo de Leitores/Temas e Debates, 2015.
- BIEDERMANN, Zoltán – *A aprendizagem de Ceilão. A presença portuguesa em Srī Lankā entre estratégia talassocrática e planos de conquista territorial (1506–1598)*. Lisboa/Paris: tese de doutoramento apresentada à FCSH–UNL e à École Pratique des Hautes Études, 2005.
- «Portuguese Diplomacy in Asia in the Sixteenth Century» in *The Portuguese in Sri Lanka and South India. Studies in the History of Diplomacy, Empire and Trade, 1500–1650*. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2014, pp. 7–32.
- «Three Ways of Locating the Global: Microhistorical Challenges in the Study of Early Transcontinental Diplomacy», *Past & Present*, 242, Supplement 14, 2019, pp. 110–141.
- BLACK, Jeremy – *European Warfare, 1494–1660*. London/New York: Routledge, 2002.
- *Rethinking Military History*. London/New York: Routledge, 2004.
- *Guerra. Uma breve história*. Lisboa: Dom Quixote, 2013.
- «Patterns of Warfare, 1400–1800» in BENTLEY, Jerry H., SUBRAHMANYAM, Sanjay e WIESNER-HANKS, Merry (eds.) – *The Cambridge World History*. Vol. VI: *The construction of a Global World, 1400–1800 CE*, Part 2: *Patterns of Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015, pp. 29-49.
- *War and its causes*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2019.
- BLACKBURN, J.R. – *Turkish–Yemenite Political Relations, 1538-1568*. Toronto: tese de doutoramento apresentada à Universidade de Toronto, 1971.
- «The Ottoman Penetration of Yemen. An annotated translation of Özdemür Bey«s Fethnâme for the Conquest of San'a in Rajab, 954/August, 1547», *Archivum Ottomanicum*, vol. VI, 1980, pp. 55-100.
- BLUMENBERG, Hans – «The “Trial” of Theoretical Curiosity» in *The Legitimacy of the Modern Age*. Cambridge/London: MIT Press, 1999, pp. 227-453.
- BOUCHON, Geneviève – *Mamale de Cananor. Un adversaire de l'Inde portugaise (1507–1528)*. Genève–Paris: Librairie Droz, 1975.
- «Un monde qui change» in Markovitz, Claude (dir.) – *Histoire de l'Inde Moderne, 1480–1950*. Paris: Fayard, 1994, pp. 15-28.
- «Les Musulmans du Kerala à l'époque de la Découverte Portugaise» in *Inde Découverte, Inde Retrouvée, 1498-1630. Études d'histoire indo-portugaise*. Lisboa/Paris: CCCG/CNCDP, 1999, pp. 56-75.
- BOUCHON, Geneviève e THOMAZ, Luís Filipe F.R. – Geneviève Bouchon e Luís Filipe F.R. Thomaz – *Voyage dans les deltas du Gange et de l'Irraouaddy – 1521*. Paris: FCG/CCP, 1988.
- BOXER, Charles R. – «Asian Potentates and European Artillery in the 16th–18th Centuries: A Footnote to Gibson–Hill», *Journal of the Malaysian Branch of the Royal Asiatic Society*, Vol. 38, No. 2 (208), 1965, pp. 156-172.
- «A Note on Portuguese Reactions to the Revival of the Red Sea Spice Trade and the Rise of Atjeh, 1540–1600», *Journal of Southeast Asian History*, 10–3, 1969, pp. 415–428.
- BRAGA, Isabel Drummond – *Um espaço, duas monarquias (interrelações na Península Ibérica no tempo de Carlos V)*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 2001.
- BRAUDEL, Fernand – *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na época de Filipe II*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995, vol. 1.

- BRITO, Pedro de – «Knights, Squires and Foot Soldiers in Portugal during the Sixteenth-Century Military Revolution», *Mediterranean Studies*, Vol. 17 (2008), pp. 129–132.
- BUESCU, Ana Isabel – «Entradas régias em Portugal no século XVI. Uma revisita» in FARIA, Ana Leal de e BRAGA, Isabel Drumond (coords.) – *Problematizar a História – Estudos de História Moderna em Homenagem a Maria do Rosário Themudo Barata*. Lisboa: Caleidoscopio, 2007, pp. 143–163.
- – *D. João III*. Lisboa: Temas e Debates, 2008.
- – *A livraria renascentista de D. Teodósio I, duque de Bragança*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2016.
- BURKE, Peter – «O Cortesão» in Eugenio Garin (dir.) – *O Homem Renascentista*. Lisboa: Editorial Presença, 1991, pp. 99-119.
- CAIXEIRO, Mariana Cândida – «Estela indiana com inscrição em sânscrito e a Lenda de Elefanta» in PAULINO, Francisco Faria (coord.) – *Tapeçarias de D. João de Castro*. Lisboa: MNAA/CNCDP, 1995, pp. 57- 61.
- CARDIM, Pedro e MIRANDA, Susana Münch – «Virreys y gobernadores de las posesiones portuguesas en el Atlántico y en el Índico (siglos XVI–XVII)» in CARDIM, Pedro e PABLO, Joan-Lluís (eds.) – *El mundo de los virreys en las monarquias de España e Portugal*. Madrid: Iberoamericana, 2012, pp.175–202.
- CARDOSO, Walmir Thomazi – *Conceitos e Fontes do Tratado da Esfera em Forma de Diálogo atribuído a João de Castro*. São Paulo: EDUC, 2004.
- CARVALHAL, Hélder e JESUS, Roger Lee de – «The Portuguese participation in the Conquest of Tunis (1535): a Social and Military Reassessment» in GARCÍA HERNÁN, Enrique e MAFFI, Davide – *Estudios sobre Guerra Y Sociedad en la Monarquía Hispánica. Guerra Marítima, estrategia, organización y cultura militar (1500–1700)*. Valencia: Albatros Ediciones, 2017, pp. 169–187.
- CARVALHO, Andreia Martins de – «The King’s agent in the East: the choice of Nuno da Cunha, governor of Portuguese India» in GRACIAS, Fátima da Silva, PINTO, Celsa e BORGES, Charles (ed.) – *Indo-Portuguese History: Global Trends*. Goa: s.e., 2005, pp. 117-127.
- – *Nuno da Cunha e os capitães da Índia (1529–1538)*. Lisboa: dissertação de mestrado apresentada à FCSH–UNL, 2006.
- CARVALHO, Teresa Nobre de – «Local knowledge in Portuguese words: Oral and manuscript sources of the Colloquies on the simples by Garcia de Orta», *Journal of History of Science and Technology*, 8, 2013, pp.18–22.
- – *Os Desafios de Garcia de Orta – Colóquios dos Simples e Drogas da Índia*. Lisboa: Esfera do Caos, 2015.
- CASALE, Giancarlo – *The Ottoman Age of Exploration*. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- CASTRO, Tiago Machado de – *Bombardeiros na Índia. Os homens e as artes da artilharia portuguesa (1498–1557)*. Lisboa: tese de mestrado apresentada à FLUL, 2011.
- CATROGA, Fernando – *Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da história*. Coimbra: Edições Almedina, 2009.
- CHASE, Kenneth – *Firearms. A Global History to 1700*. New York: Cambridge University Press, 2003.
- COATES, Timothy J. – «D. João de Castro's 1541 Red Sea Voyage in the Greater Context of Sixteenth-Century Portuguese-Ottoman Red Sea Rivalry» in FARAH, Caesar E. (ed.) – *Decision making and change in the Ottoman Empire*. Missouri: Thomas Jefferson University Press, 1993, pp. 263-285.

- *Degredados e orfãos: colonização dirigida pela Coroa no Império Português, 1550–1755*. Lisboa: CNCDP, 1998.
- COELHO, António Borges – *O vice-rei Dom João de Castro*. Lisboa: Caminho, 2003.
- CONRAD, Sebastian – *What Is Global History?* Princeton: Princeton University Press, 2016.
- CORREIA, José Manuel – *Os Portugueses no Malabar (1498-1580)*. Lisboa, INCM/CNCDP, 1997.
- CORTESÃO, Armando – «A "cidade de Bengala" do século XVI e os Portugueses» in *Esparsos*. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1974, vol. I, pp. 365–385.
- CORTESÃO, Jaime – *História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: INCM, 1993.
- COSTA, António Domingues de Sousa – «A Expansão Portuguesa à luz do Direito», *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XX, 1962, pp. 1-243.
- COSTA, João Paulo Oliveira e – *A descoberta da civilização Japonesa pelos Portugueses*. Lisboa: Instituto Cultural de Macau e Instituto de História de Além-Mar, 1995.
- «A introdução das armas de fogo no Japão pelos Portugueses à luz da *História de Japam* de Luís Fróis» in *O Japão e o Cristianismo no século XVI. Ensaio de História Luso-Nipónica*. Lisboa: SHIP, 1999, pp. 71–86.
- «A Diáspora Missionária» in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) – *História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, vol. 2, pp. 269–279.
- *D. Manuel I. Um príncipe do renascimento*. Lisboa: Temas e Debates, 2007.
- «O Império Português em Meados do século XVI» in *Mare Nostrum. Em busca de Honra e Riqueza nos séculos XV e XVI*. Lisboa: Temas e Debates, 2013, pp. 165-208.
- «Leonel Coutinho, um dos primeiros veteranos da Carreira da Índia» in *Mare Nostrum. Em busca de Honra e Riqueza nos séculos XV e XVI*. Lisboa: Temas e Debates, 2013, pp. 295-339.
- «D. Duarte de Meneses e o Governo da Índia (1521–1524)» in *Mare Nostrum. Em busca de Honra e Riqueza nos séculos XV e XVI*. Lisboa: Temas e Debates, 2013, pp. 381–402.
- COSTA, João Paulo Oliveira e (coord.) – *História da Expansão e do Império Português*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2014.
- COSTA, João Paulo Oliveira e e RODRIGUES, Vitor Luís Gaspar – *El proyecto indiano del rey Juan*. Madrid: Editorial Mapfre, 1992.
- e -- -- *Conquista de Goa - 1510–1512. Campanhas de Afonso de Albuquerque, Volume 1*. Lisboa: Tribuna da História, 2008.
- e e -- -- *Construtores do Império. Da conquista de Ceuta à criação do Governo-Geral do Brasil*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2017.
- COSTA, Leonor Freire e CUNHA, Mafalda Soares da – *D. João IV*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2006.
- COUTO, Dejanirah – «The Commercial Relations between Basrah and Goa in the Sixteenth Century», *Studia*, 48, 1989, pp. 145-162.
- «Em torno da concessão e da Fortaleza de Baçaim (1529–1546)», *Mare Liberum*, Nº 9, Julho 1995, pp. 117-132.
- «No rasto de Hadim Suleimão Pacha: alguns aspectos do comércio do Mar Vermelho nos anos de 1538–1540» in MATOS, Artur Teodoro de e THOMAZ, Luís Filipe F.R. (eds.) – *A Carreira da Índia e as Rotas dos Estreitos. Actas do VIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*. Angra do Heroísmo: s.e., 1998, pp. 483–508.

- «Réactions anti-portugaises dans le Golfe Persique (1521-1529)» in THOMAZ, Luís Filipe F. R. (org.) – *Aquém e além da Taprobana. Estudos Luso-Orientais à memória de Jean Aubin e Denys Lombard*. Lisboa: CHAM, 2002, pp. 191-221.
- *Le Portugal et l'Empire Ottoman à l'époque de D. João III et de Soliman le Magnifique – La rivalité pour l'hégémonie dans le golfe Persique (1538–1552): La campagne contre Qatif et l'expédition à Bassorah*. Paris: trabalho apresentado para obtenção da habilitação à dirigir des recherches – Université de Paris X, 2006.
- «Hormuz under the Portuguese Protectorate: some notes on the Maritime Economic nets to India (Early 16th Century)» in KAUZ, Ralph (ed.) – *Aspects of the Maritime Silk Road: from the Persian Gulf to the East China Sea*. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2010, pp. 45–46.
- «Rûmî networks in India: a snapshot on the second siege of Diu (1546)» in COUTO, Dejanirah, GUNERGUN, Feza e PEDANI, Maria Pia (eds.) – *Seapower, Technology and Trade. Studies in Turkish Maritime History*. Istanbul: Piri Reis University Publications, 2014, pp. 103-114.
- «Entre confrontations et aliances: Aceh, Malacca et les Ottomans (1520–1568)», *Turcica*, 46, 2015, p. 13–61.
- «Dom João de Castro et les routiers nautiques portugais» in VAGNON, Emmanuelle e VALLET, Éric (eds.) – *La Fabrique de l'Océan Indien. Cartes d'Orient et d'Occident (Antiquité-XVI<sup>e</sup> siècle)*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2017, pp. 231-237.
- COUTO, Dejanirah e LOUREIRO, Rui – *Ormuz - 1507 e 1622. Conquista e perda*. Lisboa: Tribuna da História, 2007.
- CRESPO, Hugo Miguel – *Jóias da Carreira da Índia*. Lisboa: Fundação Oriente, 2014.
- CRUZ, Maria Augusta Lima – «O assassinio do rei de Maluco. Reabertura de um processo» in MATOS, Artur Teodoro de e THOMAZ, Luís Filipe F.R. (eds) – *As relações entre a Índia Portuguesa, a Ásia do Sueste e o Extremo Oriente*. Macau/Lisboa: CNCDP, 1993, pp. 511-529.
- «Notes on Portuguese Relations with Vijayanagara, 1500–1565», *Santa Barbara Portuguese Studies*, 2, 1995, pp. 13-39.
- «Degradados e arrenegados portugueses no espaço Índico, nos primórdios do séc. XVI», *Povos e Culturas*, 5, 1996, pp. 41-61
- «As Viagens extraordinárias pela Rota do Cabo (1505-1570)» in MATOS, Artur Teodoro de e THOMAZ, Luís Filipe F.R. (eds.) – *A Carreira da Índia e as Rotas dos Estreitos. Actas do VIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*. Angra do Heroísmo: s.e., 1998, pp. 581-596.
- *D. Sebastião*. Rio de Mouro: Temas e Debates, 2009.
- CRUZ, Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata Azevedo – «A “Questão de Baçorá” na menoridade de D. Sebastião: a perspectiva das informações colhidas na Índia e as iniciativas de governo», *Revista da Faculdade de Letras* (Lisboa), 6, 1986, pp. 49–64.
- CRUZ, Maria Leonor Garcia da – *As controvérsias ao tempo de D. João III sobre a política portuguesa no Norte de África*. Lisboa: CNCDP, 1998.
- *Os «Fumos da Índia». Uma leitura crítica da expansão portuguesa*. Lisboa: Edições Cosmos, 1998.
- CUNHA, Ana Cannas da – *A Inquisição no Estado da Índia. Origens (1539–1560)*. Lisboa: ANTT, 1995.
- CUNHA, João Teles e – «The Portuguese presence in the Persian Gulf» in POTTER, Lawrence G. (ed.) – *The Persian Gulf in History*. New York: Palgrave Macmillan, 2009, pp. 207-234

- «Goa: a construção, ascensão e declínio de um império português na Ásia», in SANTOS, João Marinho dos; SILVA José Manuel Azevedo e (coord.) – *Portugal e o Oriente: História e Memória* – Goa. Coimbra, Palimage, 2011, p. 81–144.
- *Olha da grande Pérsia o império nobre. Relações entre Portugal e a Pérsia na Idade Moderna (1507–1750)*. Lisboa: Governo de Portugal, FCG, Embaixada da República Islâmica do Irão, 2014.
- CUNHA, Mafalda Soares da – *A Casa da Bragança, 1560–1640. Práticas senhoriais e redes clientelares*. Lisboa: Editorial Estampa, 2000.
- CUNHA, Mafalda Soares da e MONTEIRO, Nuno Gonçalo – «Vice-reis, governadores e conselheiros de governo do Estado da Índia (1505–1834). Recrutamento e caracterização social», *Penélope*, 15, 1995, pp. 91–120.
- DALGADO, Sebastião Rodolfo – *Glossário Luso-Asiático*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1919, 2 vols.
- DARWIN, John – *Ascensão e Queda dos Impérios Globais: 1400-2000*. Lisboa: Edições 70, 2015.
- DASTON, Lorraine – «Curiosity in early modern science», *Word & Image: A Journal of Verbal/Visual Enquiry*, 11:4, 1995, pp 391–404.
- DAVEAU, Suzanne – «Qui est l'auteur du Tratado da Esfera attribué à Dom João de Castro?», *Mare Liberum*, nº 10, 1995, pp. 33–54.
- DELOCHE, Jean – *Studies in fortification in India*, Pondicherry: Institut Français de Pondichéry, 2007.
- DEVRIES, Kelly e SMITH, Douglas Robert – *Medieval Military Technology*. Toronto: University of Toronto Press, 2012, 2ª edição.
- DIAS, Manuel Nunes – *O Capitalismo Monárquico Português (1415–1549)*, Coimbra, FLUC/ Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1964, 2 vols.
- DIAS-TOLEDO, Aurelio Vargas – *Os livros de cavalaria portuguesas dos séculos XVI–XVIII*. Lisboa: Pearlbooks, 2012.
- DISNEY, Anthony R. – *História de Portugal e do Império Português*. Lisboa: Guerra e Paz, 2011, vol. 2.
- «Contrasting modelos of “Empire”: The Estado da Índia in South Asia and East Asia in the Sixteenth and Early Seventeenth Centuries» in DUTRA, Francis A. e SANTOS, João Camilo dos (eds.) – *The Portuguese and the Pacific*. Santa Barbara: Center for Portuguese Studies, 1995, pp. 26–37.
- DOMINGUES, Francisco Contente – *Navios Portugueses dos séculos XV e XVI*. Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde e Museu de Vila do Conde, 2007.
- «Ciência e Tecnologia na Navegação Portuguesa: a ideia de Experiência no século XVI» in BETHENCOURT, Francisco e CURTO, Diogo Ramada (dir.) – *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400–1800*. Lisboa: Edições 70, 2010, pp. 469–488.
- «Livro das Armadas» in DOMINGUES, Francisco Contente (dir.) – *Dicionário da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2016, vol. 2, pp. 650–651.
- DUINDAM, Jeroen – «Royal Courts» in SCOTT, Hamish (ed.) – *The Oxford Handbook of Early Modern European History, 1350–1750: Volume II: Cultures and Power*. Oxford: Oxford University Press, 2015, pp. 440–477.
- *Dynasties. A Global History of Power, 1300–1800*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.
- EATON, Richard – *A social history of the Deccan, 1300–1761: eight Indian lives*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- EATON, Richard M. e WAGONER, Phillip B. – *Power, Memory, Architecture. Contested sites on India's Deccan Plateau, 1300–1600*. New Delhi: Oxford University Press, 2014.

- ELIAS, Norbert – *A Sociedade de Corte*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.
- ESTEBAN ESTRÍNGANA, Alicia – «Lealtad, virtud primitiva. Su expresión, semántica y práctica» in ESTEBAN ESTRÍNGANA, Alicia (ed.) – *Decidir la lealtad. Leales y desleales en contexto (siglos XVI–XVII)*. Madrid: Ediciones Doce Calles, 2017.
- FARIA, António Machado de – «Cavaleiros da Ordem de Cristo no Século XVI», *Arqueologia e História*, 8ª série, vol. VI, 1955, pp. 13-73.
- FERNÁNDEZ DURO, Cesáreo – «I. Centenario tercero de D. Álvaro de Bazán, marqués de Santa Cruz», *Boletín de la Real Academia de la Historia*, tomo 12, 1888, Cuadernos III, Marzo.
- *Historia de la Armada Española (desde la unión de los reinos de Castilla y Aragón). Tomo 1. Año 1476–1559*. Madrid: Museo Naval, 1973.
- FINLEY, Moses I. – *Mythe, mémoire, histoire*. Paris: Flammarion, 1981.
- FITZ, Francisco García e MONTEIRO, João Gouveia– *War in the Iberian Peninsula, 700–1600*. London/New York: Routledge, 2018.
- FLOOR, Willem – *The Persian Gulf. A political and economic history of five port cities, 1500–1730*. Washington: Mage Publishers, 2006.
- FLORES, Jorge – *Os Portugueses e o Mar de Ceilão. Trato, diplomacia e guerra (1498–1543)*. Lisboa: Edições Cosmos, 1998
- *Firangistân e Hindustân: o Estado da Índia e os confins meridionais do Império Mongol (1572-1636)*. Lisboa: tese de doutoramento apresentada à FCSH-UNL, 2004.
- «Floating Franks: The Portuguese and their empire as seen from early modern Asia» in ALDRICH, Robert e MCKENZIE, Kirsten– *The Routledge History of Western Empires*. New York: Routledge, 2014, pp. 33–45.
- *Nas Margens do Hindustão. O Estado da Índia e a expansão mogol ca. 1570-1640*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015.
- «The Iberian Empires, 1400-1800» in BENTLEY, Jerry H., SUBRAHMANYAM, Sanjay e WIESNER-HANKS, Merry (eds.) - *The Cambridge World History. Vol. VI: The construction of a Global World, 1400–1800 CE*, Part 1: *Foundations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015, pp. 271-296.
- FONTOURA, Otilia Rodrigues – *Portugal em Marrocos na época de D. João III - abandono ou permanência?* Madeira: CEHA, 1998.
- FONSECA, Luís José Torres Falcão da – *Guerra e Navegação a remos no Mar Oceano. As Galés na política naval hispânica*. Lisboa: tese de doutoramento apresentada à FLUL, 2012.
- FREIRE, Anselmo Braamcamp – *Os Brasões da Sala de Sintra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921-1930, 3 vols.
- FREY, James W. – «The Indian Saltpeter Trade, the Military Revolution, and the Rise of Britain as a Global Superpower», *The Historian*, Vol. 71, No. 3 (Outuno 2009), pp. 507–554.
- GAGO, Alice Borges – «O Arquivo Almada e Lencastre Bastos: um arquivo de família(s)», *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, 32–1, pp. 39-98.
- GARCÍA HERNÁN, Enrique – «Tratadística militar» in Ribot, Luis (coord.) – *Historia Militar de España. Edad Moderna II. Escenario Europeo*. Madrid: Ministerio de Defensa, 2013, pp. 401–418.
- GARCIA, José Manuel – «A Historiografia Quinhentista do Segundo Cerco de Diu», *Mare Liberum*, nº 9, Março de 1995, pp. 133-137.
- «D. João de Castro: um homem de guerra e ciência» in Paulino, Francisco Faria (coord.) – *Tapeçarias de D. João de Castro*, Lisboa: MNAA/CNCDP, 1995, pp. 13-48.

- *A Historiografia Portuguesa dos Descobrimentos e da Expansão (séculos XV a XVII). Autores, obras e especializações memoriais*. Porto: tese de doutoramento apresentada à FLUP, 2006, 2 vols.
- *Cidades e Fortalezas do Estado da Índia (séculos XVI e XVII)*. Lisboa: Quidnovi, 2009.
- *O Terrível. A Grande Biografia de Afonso de Albuquerque*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2017.
- GARZA, Andrew de la – *The Mughal Empire at War. Babur, Akbar and the Indian military revolution, 1500–1605*. London/New York: Routledge, 2016.
- GODINHO, Vitorino Magalhães – *Os descobrimentos e a economia mundial*. Lisboa: Editorial Presença, 1981-1987, 4 vols, 2ª ed.
- *Les finances de l'état portugais des Indes Orientales: (1517–1635): matériaux pour une étude structurale et conjoncturelle*, Paris, FCG/CCCP, 1982.
- «O Oceano Índico até ao século XVI» in *Mito e Mercadoria, utopia e prática de navegar: séculos XIII–XVIII*, Lisboa, Difel, 1990, pp. 297-331.
- «O Levante e a Rota do Cabo» in *Mito e Mercadoria, utopia e prática de navegar: séculos XIII–XVIII*. Lisboa, Difel, 1990, pp. 411-426.
- «A Economia Monetária e o Comércio a Longa Distância» in *Mito e Mercadoria, utopia e prática de navegar: séculos XIII–XVIII*, Lisboa, Difel, 1990, pp. 427-457.
- «Flutuações económicas e devir estrutural do século XV ao século XVII» in *Ensaios e Estudos. Uma maneira de pensar*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 2009, pp. 315-352.
- GOERTZ, R. O. W. – «Attack and defense techniques in the siege of Chaul, 1570–1571» in ALBUQUERQUE, Luís de e GUERREIRO, Inácio (eds.) – *II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*. Lisbon: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1985, pp. 265–292.
- GOLDSTONE, Jack – *História Global da Ascensão do Ocidente. 1500–1850*. Lisboa: Edições70, 2010.
- GOMES, Alberto e TRIGUEIROS, António Miguel – *Moedas Portuguesas na Época dos Descobrimentos, 1385–1580*. Lisboa: ed. de autor, 1992.
- GOMES, Carlos Alberto da Encarnação – *Ementa da Casa da Índia. Manuscrito da Biblioteca Central da Marinha*. Lisboa: Edições Culturais da Marinha, 2010.
- GOMES, Rita Costa – *A corte dos reis de Portugal no final da Idade*. Lisboa: Difel, 1995.
- «Les déplacements de la cour portugaise», *e-Spania*, décembre 2009, disponível em <http://journals.openedition.org/e-spania/18853>, consultado a 20-I-2020.
- GONÇALVES, António Manuel – «A náutica no Roteiro de Lisboa a Goa (1538), de D. João de Castro: inovações e continuidade», *Oceanos*, 49 (2002), pp. 68-80.
- GONÇALVES, Nuno Simão – *O projecto para a fortaleza de Moçambique atribuído a Miguel de Arruda*. Coimbra, dissertação de mestrado apresentada à FCTUC, 2012.
- GOUVEIA, António Camões – «La fiesta y el poder. El rey, la corte y los cronistas del Portugal del siglo XVI» in *La fiesta en la Europa de Carlos V*. Sevilla: Sociedad Estatal para la Commemoración de los Centenarios de Felipe II y Carlos V, 2000, pp. 175-207.
- GUERREIRO, Inácio e RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar– «O “grupo de Cochim” e a oposição a Afonso de Albuquerque», *Studia*, 51, 1992, pp. 119–144.
- GUILMARTIN Jr, John F. – «The Logistics of Warfare at Sea in the Sixteenth Century: The Spanish perspective» in LYNN, John A. (ed.) – *Feeding Mars. Logistics in Western Warfare from the Middle Ages to the Present*. Boulder, San Francisco & Oxford: Westview Press, 1993, pp. 109-136.

- «The military revolution: origins and first tests abroad» in ROGERS, Clifford J. (ed.) – *The Military Revolution Debate. Readings on the Military Transformation of Early Modern Europe*. Boulder: Westview Press, 1995, pp. 299-333.
- GUINOTE, Paulo, FRUTUOSO, Eduardo e LOPES, António – *As Armadas da Índia 1497–1835*. Lisboa: CNCDP, 2002.
- HADI, Amirul – *Aceh and the Portuguese. A study of the struggle of Islam in Southeast Asia*. Montreal: tese de mestrado apresentada à McGill University, 1992.
- HAIDER, Najaf – «Fractional Pieces and Non-Metallic Monies in Medieval India (1200–1750)», in LEONARD, Jane Kate e THEOBALD, Ulrich (dir.), *Money in Asia (1200–1900): Small Currencies in Social and Political Contexts*, Leiden/Boston, Brill, 2015, pp. 86-107.
- HALL, Bert S. – «The corning of gunpowder and the development of firearms in the Renaissance» in BUCHANAN, Brenda J. (ed.) – *Gunpowder: the history of an international technology*. Bath: Bath University Press, 1996, pp. 87–120.
- *Weapons and warfare in renaissance Europe: gunpowder, technology, and tactics*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1997.
- HEADRICK, Daniel R. – *Power over Peoples. Technology, Environments, and Western Imperialism, 1400 to the Present*. Princeton/Oxford: Princeton University Press, 2010.
- HEESTERMAN, J.C. – «Warriors and Merchants», *Itinerario*, 15–1, 1991, pp. 37-50.
- HESPANHA, António Manuel – «As finanças da guerra» in Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (dirs.) – *Nova História Militar de Portugal*. Vol. 2 – coord. António Manuel Hespanha. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004, pp. 176-190.
- *Filhos da Terra. Identidades mestiças nos confins da expansão portuguesa*. Lisboa: Tinta da China, 2019.
- HOFFMAN, Philip T. – *Why did Europe conquer the world?*. Princeton/Oxford: Princeton University Press, 2015.
- HOOPYKAAS, R. – «The Erasmian influence on D. João de Castro», *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXVII, 1979, pp. 1-29.
- «Science in Manueline style» in CORTESÃO, Armando e ALBUQUERQUE, Luís de – *Obras Completas de D. João de Castro*, Coimbra: Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1986, vol. 4, pp. 231-426.
- Inventaire chronologique des éditions parisiennes du XVIe siècle. V – 1536–1540*. Paris: Éditions des Musées de la Ville de Paris, 2004.
- JACOB, Frank and VISONI-Alonzo, Gilmar – *The Military Revolution in Early Modern Europe. A Revision*. London: Palgrave Macmillan, 2016.
- JAEGER, C. Stephen – *Enchantment - On Charisma and the Sublime in the Arts of the West*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2012.
- JESUS, Roger Lee de – *O Segundo Cerco de Diu (1546). Estudo de História Política e Militar*. Coimbra: dissertação de mestrado apresentada à FLUC, 2012.
- «As despesas da reconstrução da fortaleza de Diu em 1546-1547», *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 12, 2012, pp. 217-243.
- «Afonso de Albuquerque e a primeira expedição portuguesa ao Mar Vermelho (1513)», *Fragmenta Historica - História, Paleografia e Diplomática*, 1, 2013, pp. 121–141.
- «Abastecer a Guerra noutra Oceano: o Armazém das Armas de Goa em 1545–1546» in *Actas do XXIV Colóquio de História Militar - Nos 600 Anos da Conquista de Ceuta – Portugal e a Criação do Primeiro Sistema Mundial*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2016, pp. 169–220.



- «Entre Ceuta, Tânger e o Estreito: o percurso Norte–Africano de D. João de Castro (1518–1544)» in *Ceuta e a Expansão Portuguesa*. Lisboa: Academia de Marinha, 2016, pp. 493–511.
- «A desvalorização do bazaruco de Goa em 1542–1545» in LOPES, Bruno e JESUS, Roger Lee de (orgs.) – *Finanças, Economia e Instituições no Portugal Moderno (séculos XVI–XVIII)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019, pp. 89–129.
- entrada «Fortaleza de São Tomé, Diu», in *Portal Online Heritage of Portuguese Influence/ Património de Influência Portuguesa*, Fundação Calouste Gulbenkian, disponível online em <https://www.hpip.org/pt/Heritage/Details/430>.
- JESUS, Roger Lee de e CASTRO, Tiago Machado de – «Certidão da artilharia das fortalezas do Estado da Índia, c. 1550–1554», *Fragmenta Historica – História, Paleografia e Diplomática*, 2, 2014, pp. 136–137.
- JESUS, Roger Lee de e MENDIRATTA, Sidh – «Fortaleza de São Sebastião, Moçambique», in *Portal Online Heritage of Portuguese Influence/ Património de Influência Portuguesa*, Fundação Calouste Gulbenkian, disponível online em: <https://www.hpip.org/pt/Heritage/Details/39>.
- JOAQUIM, Ana Cláudia – *As vias de sucessão no estado português da Índia (1524-1581)*. Lisboa: dissertação de mestrado apresentada à FCSH-UNL, 2014.
- JORDAN–GSCHWEND, Annemarie – «Uomini illustri. A série de retratos dos vice-reis portugueses em Goa» in Paulino, Francisco Faria (coord.) – *Tapeçarias de D. João de Castro*. Lisboa: MNAA/CNCDP, 1995, pp. 73-87.
- JORGENSEN, Christer et al. – *Fighting Techniques of the Early Modern World (AD 1500–AD 1763). Equipment, Combat Skills, and Tactics*. New York: St. Martin Press, 2006.
- JOSHI, P.M. – «Relations between the Adilshahi kingdom of Bijapur and the Portuguese at Goa during the Sixteenth Century», *New Indian Antiquary*, II, 1939–1940, pp. 359-368.
- JUNQUEIRO, Maria Clara – «Afonso de Albuquerque à luz dos requisitos fundamentais da guerra justa» in ALBUQUERQUE, Luís de e GUERREIRO, Inácio (eds.) – *II Seminário Internacional de História Indo–Portuguesa*. Lisbon: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1985, pp. 187-199.
- KEEGAN, John – *Uma história da guerra*. Lisboa: Tinta da China, 2009.
- KEIL, Luís – «As Tapeçarias de D. João de Castro», *Elucidario Nobiliarchico. Revista de História e de Arte*, 1–IX, 1928, pp. 271-290.
- KHAN, Iqtidar Alam – *Gunpowder and Firearms. Warfare in Medieval India*. New Delhi: Oxford University Press, 2004.
- KNECHT, R.J. – «Charles V's journey through France, 1539–40» in MULRYNE, J.R. e GOLDRING, Elizabeth (eds.) – *Court Festivals of the European Renaissance. Art, politics and performance*. New York: Routledge, 2017 [1ª ed. 2002], pp. 153–170.
- LABHARDT, André – «Curiositas: Notes sur l'histoire d'un mot et d'une notion», *Museum Helveticum*, Vol. 17, No. 4 (1960), pp. 206–224.
- LACERDA, Teresa – *Os Capitães das Armadas da Índia no reinado de D. Manuel I - uma análise social*. Lisboa: dissertação de mestrado apresentada à FCSH-UNL, 2006.
- LACH, Donald F. – *Asia in the making of Europe*. Chicago/London: University of Chicago Press, 1965–1970, vols. I (livros 1 e 2) e II (livros 1 a 3).
- LAICHEN, Sun – «Saltpetre Trade and Warfare in Early Modern Asia» in KAYOKO, Fujita; SHIRO, Momoki e REID, Anthony (eds.) – *Offshore Asia: maritime interactions in Eastern Asia before steamships*. Singapore: Institute of Southeast Asian Studies, 2013, pp. 130–184.

- LEE, Wayne E. – *War: Conflict, Culture, and Innovation in World History*. Oxford/New York: Oxford University Press, 2016.
- LEITÃO, Henrique – «Para uma biografia de Pedro Nunes: o surgimento de um matemático, 1502–1542», *Caderno de Estudos Sefarditas*, 3, 2003, pp. 45-82.
- LEITÃO, Humberto e LOPES, J. Vicente – *Dicionário de Linguagem de Marinha Antiga e Actual*. Lisboa: Edições Culturais da Marinha, 1990, 3.<sup>a</sup> edição.
- LINDHOLM, Charles – *Charisma*. Oxford/Cambridge: Blackwell, 1990.
- «Lyvro dos Pesos da Ymdia, e assy Medidas e Mohedas escripto em 1554 por Amtonio Nunez» in FELNER, Rodrigo José de Lima – *Subsídios para a História da Índia Portuguesa*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1868.
- LOBATO, Manuel – «Malaca» in A.H. de Oliveira Marques (dir.) – *História dos Portugueses no Extremo Oriente*. Lisboa: Fundação Oriente, 2000, vol.1, tomo II, pp. 11-74.
- – *Comércio, conflito e religião. Portugueses e Espanhóis nas ilhas Molucas de 1512 a 1618*. Lisboa: provas de acesso à categoria de Investigador Auxiliar do IICT, 2003.
- – «‘Mulheres alvas de bom parecer’: políticas de mestiçagem nas comunidades luso–afro–asiáticas do Oceano Índico e Arquipélago Malaio (1510–1750)», *Perspectivas – Portuguese Journal of Political Science and International Relations*, 10, 2010, pp. 91–154.
- LOPES, Nuno – *As estruturas fortificadas de Diu*. Évora: dissertação de mestrado apresentada ao Dep. de Arquitectura da Universidade de Évora, 2010.
- – *O sistema defensivo de Goa*. Coimbra: tese de doutoramento apresentada à FCT-UC, 2017, 2 vols.
- LORGE, Peter A. – *The Asian Military Revolution. From gunpowder to the bomb*. New York: Cambridge University Press, 2008.
- LOUREIRO, Rui – «O encontro de Portugal com a Ásia no século XVI» in FERRONHA, António Luís (coord.) – *O confronto do olhar. O encontro dos povos na época das navegações portuguesas, séculos XV e XVI: Portugal, África, Ásia, América*. Lisboa: Caminho, 1991, pp. 155-211.
- – *A Biblioteca de Diogo do Couto. Macau: Instituto Cultural de Macau*, 1994.
- – *Fidalgos, Missionários e Mandarins. Portugal e a China no século XVI*. Lisboa: Fundação Oriente, 2000.
- – «”The arms and the heroes”: bellic aspects of the Portuguese presence in the East/ “As armas e os barões”: aspectos bélicos da presença portuguesa no Oriente» in CAETANO, Joaquim, MACEDO, Fátima Pimenta e CARAVANA, Jorge (coords.) – *Rites of Power, Oriental Weapons – Collection of Jorge Caravana/ Rituais de Poder, Armas Orientais – Coleção de Jorge Caravana*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2010, pp. 9-22.
- – «Como seria a biblioteca de Matteo Ricci?» in BORGES, Charles J. e PEARSON, Michael N. (orgs.) – *Metahistória. História questionando História. Homenagem ao Professor Doutor Teotónio R. de Souza*. Lisboa: Nova Vega, 2007, pp. 521–535.
- – «Os Portugueses e o tráfico de cavalos no Mar da Arábia» in João Paulo Oliveira e Costa e Vitor Luis Gaspar Rodrigues (eds.) – *O Estado da Índia e os Desafios Europeus. Actas do XII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*. Lisboa: CHAM/CEPCEP, 2010, pp. 503-513.
- – «Information Networks in the *Estado da Índia*, a case–study: was Garcia de Orta the organizer of the Codex Casanatense 1889», *Anais de História de Além-Mar*, vol. XIII, 2012, p. 61–65.
- – *A Biblioteca do Embaixador. Os livros de D. García de Silva y Figueroa*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2014.

- *Em demanda da biblioteca de Fernão de Magalhães*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2019.
- LUNDE, Paul – «João de Castro's survey of the West Coast of India (1538) in VARADARAJAN, Lotika (ed.) - *Gujarat and the Sea*. Vadodara: Darshak Itihas Nidhi, 2011, pp. 199-220.
- LUZ, F. P. Mendes da – «Um parecer inédito do cosmógrafo João Baptista Lavanha sobre as Molucas e o Tratado de Tordesilhas», *Garcia de Orta*, Vol. III, N.º 1, 1955, pp. 63–77.
- LYNN, John A. – «Looting/Plunder/Booty» in COWLEY, Robert e PARKER, Geoffrey (eds.) – *The Reader's Companion to Military History*. Boston/New York: Houghton Mifflin Company, 1996, pp. 270–271.
- MACHADO, Augusto Reis – *Viagens de D. João de Castro*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1942.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero – «O rei» in MATTOSO, José (ed.) – *História de Portugal*. Vol. 3: *No alvorecer da modernidade* – coord. MAGALHÃES, Joaquim Romero. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, pp. 61-71.
- «A guerra: os homens e as armas» in MATTOSO, José (ed.) – *História de Portugal*. Vol. 3: *No alvorecer da modernidade* – coord. MAGALHÃES, Joaquim Romero. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, pp. 102-109.
- «A sociedade» in Mattoso, José (ed.) – *História de Portugal*. Vol. 3: *No alvorecer da modernidade* – coord. MAGALHÃES, Joaquim Romero. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, pp. 399-433.
- «Padrões de juro, património e vínculos no século XVI», in *No Portugal Moderno. Espaços, tratos e dinheiros. Miunças 3*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012, pp. 87–100.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero e MIRANDA, Susana Münch – «Tomé de Sousa e a Instituição do Governo Geral (1549). Documentos», *Mare Liberum*, 17, 1999, pp. 7-38.
- MALLETT, Michael e SHAW, Christine – *The Italian Wars 1494–1559. War, state and society in Early Modern Europe*. Harlow: Pearson, 2012.
- MANTRAN, Robert (dir.) – *Histoire de l'Empire Ottoman*. Paris: Fayard, 1989.
- MARCOCCI, Giuseppe – *A Consciência de um Império. Portugal e o seu Mundo (sécs. XV-XVII)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.
- «Trading with the Muslim World. Religious Limits and Proscriptions in the Portuguese Empire (ca. 1480–1570)» in TRIVELLATO, Francesca, HALEVI, Leor e ANTUNES, Catia (eds.) - *Religion and Trade: Cross-Cultural Exchanges in World History, 1000-1900*. Oxford: Oxford University Press, 2014, pp. 91-107.
- MARCOCCI, Giuseppe e PAIVA, José Pedro – *História da Inquisição Portuguesa (1536–1821)*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2013.
- MARGOLIN, Jean-Louis e MARKOVITZ, Claude – *Les Indes et l'Europe. Histoire connectées XV<sup>e</sup>–XXI<sup>e</sup> siècle*. Paris: Gallimard, 2015.
- MARQUES, A.H. de Oliveira – «Pesos e Medidas» in SERRÃO, Joel (dir.) – *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, vol. V, 2002, pp. 67-72.
- MARSHALL, P.J. – «Western Arms in Maritime Asia in the Early Phases of Expansion», *Modern Asian Studies*, 14–1, February 1980, pp. 13-28.
- MARTINS, Nuno – *Império e Imagem: D. João de Castro e a retórica do Vice-Rei (1505-1548)*. Lisboa: tese de doutoramento apresentada ao ICS-UL, 2013.
- MARTINS, Rocha – *D. João de Castro*. Lisboa: edição do autor, 1928.

- MASCARENHAS, Sérgio – «Moving Images: The D. João de Castro Tapestries» in MENDES, Anabela et al. (orgs.) – *Qual o tempo e o movimento de uma elipse? Estudos sobre Aby M. Wrburg*. Lisboa: UCE, 2012, 119–139.
- – «As figuras cortesãs nas tapeçarias de D. João de Castro: etapa de uma viagem no tempo e na arte» in MENDES, Anabela et al. (orgs.) – *Viagens de Longo Curso – Roteiros e Mapeações*. Lisboa: UCE, 2016, pp. 55–68.
- – «Imaging movement from immobile art: the D. João de Castro tapestries» in CRUZ, Maria Teresa et al (orgs.) – *Tecnologias Culturais e Artes dos Media*. Lisboa: CECL/Unyleya, 2016 (sem paginação).
- MATHEW, K.S. – «Khwaja Safar and the Indo-Portuguese Trade» in *Portuguese and the Sultanate of Gujarat*. Delhi: Mittal Publications, 1986, pp. 41–53.
- – *Shipbuilding, Navigation and the Portuguese in Pre-modern India*. London: Routledge, 2018.
- MATHEW, K.S. (ed.) – *Ship-building and Navigation in the Indian Ocean Region AD 1400–1800*. New Delhi: Munshiram Manoharlal Publishers, 1997.
- MATOS, Artur Teodoro de – *O Estado da Índia nos anos de 1581–1588*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1982.
- – «A Armada das Ilhas e a Armada da Costa no Século XVI (novos elementos para o seu estudo)», *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXXVI, 1991, pp. 227–259.
- – «A situação financeira do Estado da Índia no período Filipino (1581–1635)» in *Na Rota da Índia. Estudos de História da Expansão Portuguesa*. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1994, pp. 61–81.
- MATOS, Luís de – *L'expansion portugaise dans la littérature latine de la Renaissance*. Lisboa: FCG, 1991.
- MATOS, Manuel Cadafaz de – «Uma relação inédita de Raffaello Gualtieri sobre o Segundo Cerco de Diu (1546) existente na Biblioteca Pública de Sienna» in *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua época*. Porto: UP/CNDCM, 1989, vol. V, pp. 617–660.
- MATTHEE, Rudi – «Distant allies: diplomatic contacts between Portugal and Iran in the reign of Shah Tahmasb, 1524–1576» in MATTHEE, Rudi e FLORES, Jorge (eds.) – *Portugal, the Persian Gulf and Safavid Persia*. Lovain: Peeters, 2011, pp. 219–247.
- MATTOSO, José – «A coroação dos primeiros reis de Portugal» in *Naquele tempo. Ensaios de História Medieval*. Lisboa, Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2009, pp. 487–504.
- MAURÍCIO, Domingos – «Governadores e Vice-Reis Xaverianos. D. João de Castro: as Molucas e depois de Diu», *Brotéria*, 56, 1953, pp. 342–367.
- MCGOWAN, Margaret M. – «The Renaissance Triumph and its Classical Heritage» in MULRYNE, J.R. e GOLDRING, Elizabeth (eds.) – *Court Festivals of the European Renaissance. Art, politics and performance*. New York: Routledge, 2017 [1ª ed. 2002], pp. 26–47.
- MIRANDA, Susana Münch – *A Administração da Fazenda Real no Estado da Índia (1517–1640)*. Lisboa: tese de doutoramento apresentada à FCSH–UNL, 2007.
- – «The center and the periphery in the administration of the Royal Exchequer of the Estado da Índia (1517–1640)», *e-Journal of Portuguese History*, Vol. 7, number 2, Winter 2009, disponível online em [https://www.brown.edu/Departments/Portuguese\\_Brazilian\\_Studies/ejph/html/issue14/html/smiranda.html](https://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/issue14/html/smiranda.html), consultado a 20-I-2020.
- – «Property rights and social uses of land in Portuguese India: the Province of the North (1534–1739)» in SERRÃO, José Vicente et al (eds) – *Property Rights, Land and*

- Territory in the European Overseas Empires*. Lisboa: CEHC-IUL, 2014, pp. 169-180.
- MIRANDA, Susana Münch e STUMPF, Roberta – «O governo da Fazenda no império português», in XAVIER, Ângela Barreto, PALOMO, Federico, STUMPF, Roberta (eds.) – *Monarquias Ibéricas em Perspectiva Comparada (Sécs. XVI–XVIII). Dinâmicas Imperiais e Circulação de Modelos Administrativo*. Lisboa: ICS, 2018, pp. 326–335.
- MONTEIRO, Armando da Silva Saturnino – *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1992, vol. III.
- MONTEIRO, João Gouveia – *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*. Lisboa: Notícias Editorial, 1998.
- «A Batalha de Aljubarrota. Novas Interpretações», *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 6, 2006, pp. 105-122.
- *Grandes conflitos da História da Europa*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.
- *Nuno Álvares Pereira: guerreiro, senhor feudal, santo. Os três rostos do Condestável*. Barcarena: Manuscrito, 2017.
- MORAIS, A. Faria de – «Les Tapisseries de D. João de Castro», *Bulletin des études portugaises et de l'Institut Français au Portugal*, nova série, t. 19, 1955–1957, pp. 64-138.
- MOREIRA, Rafael – «D. João de Castro e Vitruvius» in PAULINO, Francisco Faria (coord.) – *Tapeçarias de D. João de Castro*. Lisboa: MNAA/CNCDP, 1995, pp. 51-56.
- Morillo, Stephen e Pavkovic, Michael F. – *What is Military History?* Malden: Polity Press, 2013.
- MOTA, Avelino Teixeira da – «D. João de castro, navegador e hidrógrafo» in *Anais do Club Militar Naval, Maio-Junho 1948, t. LXXVIII, n.º 5-6*, pp. 301-361.
- MUIR, Edward – *Ritual in Early Modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, 2ª ed.
- MURTEIRA, André – «A carreira de Duarte Pacheco Pereira» in COSTA, João Paulo Oliveira e (coord.) – *Descobridores do Brasil. Exploradores do Atlântico e Construtores do Estado da Índia*. Lisboa: SHIP, 2000, pp. 299-329.
- *A navegação portuguesa na Ásia e na rota do Cabo e o curso neerlandês, 1595–1625*. Lisboa: tese de doutoramento apresentada à FCSH–UNL, 2016.
- «A guerra naval luso-neerlandesa na Ásia no século XVII e a revolução militar», *Análise Social*, LIV–1, 2019 (n.º 230), pp. 58–80.
- NATH, Pratyay – *Mughal Warfare, 1495–1612: Modalities, Logistics and Geography*. New Delhi: Jawaharlal Nehru University, M.A. diss., 2010.
- NAYEEM, M. A. – *External Relations of the Bijapur Kingdoms (1489–1686 A.D.) (A study in Diplomatic History)*. Hyderabad: Sayeedia Research Institute / Bright Publishers, 1974.
- *The heritage of the Adil Shahis of Bijapur*. Hyderabad: Hyderabad Publishers, 2008.
- NEWITT, Malyn – «Plunder and the Rewards of Office in the Portuguese Empire» in DUFFY, Michael (ed.) – *The Military Revolution and the State, 1500–1800*. Exeter: University of Exeter, 1980, pp. 10–28.
- «Portuguese amphibious warfare in the East in the sixteenth century (1500–1520)» in TRIM, D.J.B. e FISSEL, Mark Charles (eds.) – *Amphibious Warfare 1000–1700. Commerce, State Formation and European Expansion*. Leiden/Boston: Brill, 2011, pp. 103–121.
- OLIVAL, Fernanda – *As ordens militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal: (1641–1789)*. Lisboa: Estar, 2001.

- «Edad, juventud y acceso a responsabilidades sociales (Portugal, siglos XVI–XVIII)» in BLANCO CARRASCO, José Pablo, GÁRCIA FERNÁNDEZ, Máximo e OLIVAL, Fernanda (coords.) – *Jóvenes y juventud en los espacios ibéricos durante el Antiguo Régimen*. Lisboa: Edições Colibri, 2019, pp. 137-162.
- OLIVEIRA, Francisco Roque de – *A construção do conhecimento europeu sobre a China, c. 1500 – c. 1630*. Barcelona: tese de doutoramento apresentada à Universitat Autònoma de Barcelona, 2003.
- ÖZBARAN, Salih – *The Ottoman response to European expansion. Studies on Ottoman–Portuguese relations*. Istanbul: The Isis Press, 1994.
- *The Ottoman Expansion towards the Indian Ocean in the 16th century*. Istanbul: Istanbul Bilgi University Press, 2009.
- «Ottoman expansion in the Red Sea» in FAROQHI, Suraiya N. e FLEET, Kate (eds.) – *The Cambridge History of Turkey. Vol. 2 – The Ottoman Empire as a World Power, 1453–1603*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013, pp. 173-201.
- PAIVA, José Pedro – *Os bispos de Portugal e do Império, 1495–1777*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.
- «Castro, Francisco de» in PROSPERI, Adriano (dir.) *Dizionario storico dell’Inquisizione*. Pisa: Edizioni della Normale, 2010, vol. 1, pp. 302–304.
- PAPELITZKY, Elke – «Weapons Used Aboard Ming Chinese Ships and Some Thoughts on the Armament of Zheng He’s Fleet», *China and Asia. A Journal in Historical Studies*, 1, 2019, pp. 192-224.
- PARKER, Geoffrey – *The Military Revolution: military innovation and the rise of the West, 1500–1800*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, 2ª edição.
- *The army of Flanders and the Spanish Road, 1567–1659*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- PAULINO, Francisco Faria (coord.) – *Tapeçarias de D. João de Castro*. Lisboa: MNAA/CNCDP, 1995.
- PEARSON, M. N. – *Merchants and Rulers in Gujarat: the response to the Portuguese in the Sixteenth Century*. New Delhi: Nunshiram Manoharlal, 1976.
- PELÚCIA, Alexandra – «A baronia do Alvito e a expansão manuelina no Oriente ou a reacção organizada à política imperialista», in COSTA, João Paulo Oliveira e e RODRIGUES, Vitor Luís Gaspar (orgs.) – *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia. Actas do Colóquio Internacional*. Lisboa: CHAM/IICT, 2004, pp. 279–302.
- *Martim Afonso de Sousa e a sua Linhagem. Trajectórias de uma elite no Império de D. João III e de D. Sebastião*. Lisboa: CHAM, 2009.
- *Afonso de Albuquerque. Corte, cruzada e império*. Lisboa: Temas e Debates, 2016.
- PEPPER, Simon – «Aspects of operational art: communications, cannon, and small war» in TALLETT, Frank e TRIM, D.J.B. (eds.) – *European Warfare, 1350–1750*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, pp. 181-202.
- PEREIRA, Carla Lima – *A Capitania–mor do Mar da Índia (1502–1564)*. Lisboa: tese de mestrado apresentada à FCSH–UNL, 2016.
- PINTO, Carla Alferes – «Entre a Ásia e a Europa: representação e consumo artístico da infanta D. Maria (1521-1577)» in ALBERGARIA, Isabel Soares de e CHAVES, Duarte Nuno (coords.) – *Viagens, Produtos e Consumos Artísticos. O espaço ultramarino português, 1450–1900*. Lisboa: CHAM, 2018, pp. 9-27.
- PINTO, Manuel de Sousa – *Dom João de Castro*. Lisboa: Livraria Ferin, 1912.
- PIRANI, Cenan – *The Military Economy of Seventeenth Century Sri Lanka: Rhetoric and Authority in a Time of Conquest*. Los Angeles: tese de doutoramento apresentada à University of California, 2016.

- PISSARRA, José Virgílio – «O galeão S. João (c.1530—1551). Dados para uma monografia» in DOMINGUES, Francisco Contente e GUERREIRO, Inácio (eds.), *Fernando Oliveira and his Era. Humanism and the Art of Navigation in Renaissance Europe (1450—1650). Proceedings of the IX International Reunion for the History of Nautical Science and Hydrography*. Cascais: Patrimonia, 2000, pp. 285–224.
- «A indústria Portuguesa de artilharia nas primeiras décadas do século XVI. Um estudo introdutório» in MAGALHÃES, Joaquim Romero e FLORES, Jorge (coords.) – *Vasco da Gama. Homens, viagens e culturas*. Lisboa: CNCDP, 2001, vol. 1, pp. 347–395.
- *Chaul e Diu – 1508 e 1509 – O domínio do Índico*. Lisboa: Tribuna da História, 2002.
- «Navios Orientais», in DOMINGUES, Francisco Contente (ed.) – *História da Marinha Portuguesa. Navios, marinheiros e arte de navegar, 1500–1668*. Lisbon, Academia de Marinha, 2012, pp. 125-136.
- «Armamento Naval» in DOMINGUES, Francisco Contente (coord.), *História da Marinha Portuguesa. Navios, marinheiros e arte de navegar, 1500–1668*, Lisboa, Academia de Marinha, 2012, pp. 137–177.
- *Portugal e o Desenvolvimento das Marinhas Oceânicas. O Galeão Português. 1518–1550*. Lisboa: tese de doutoramento apresentada à FLUL, 2016.
- PISSURLENCAR, Panduronga S.S. – *Agentes da Diplomacia Portuguesa na Índia*. Goa: Tipografia Rangel, 1952.
- PLAGNARD, Aude – *Une Épopée Ibérique. Alonse de Ercilla et Jerónimo Corte-Real (1569-1589)*. Madrid: Casa de Velásquez, 2019.
- QAISA, Ashan Jan – *Indian Response to European Technology and Culture, AD 1498–1700*. New Delhi: Oxford University Press, 1988.
- QUENTAL, Antero de – *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos três últimos séculos*. Lisboa: Tinta da China, 2010.
- QUINA, Maria Antónia Gentil – «A série de tapeçarias dos “Sucessos e Triunfo de D. João de Castro” na Índia» in PAULINO, Francisco Faria– *Tapeçarias de D. João de Castro*, Lisboa: MNAA/CNCDP, 1995, pp. 113-141.
- «As Tapeçarias dos Sucessos de D. João de Castro» in FERREIRA, Maria João Pacheco et al (eds.) – *Portugal, a Europa e o Oriente: circulação de artistas, modelos e obras*. Lisboa, Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, 2015, pp. 281–291.
- QUINTELLA, Ignacio da Costa – *Annaes da Marinha Portuguesa*. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1839, tomo I.
- RAU, Virgínia – «Regimento da Casa dos Contos de Goa de 1589», *Revista do Centro de Estudos Económicos*, 9, 1949, pp. 110–115.
- RAUDZENS, George – «Military Revolution or maritime evolution? Military superiorities or transportation advantages as main causes of European colonial conquests to 1788», *Journal of Military History*, 63, July 1999, pp. 631–642.
- REID, Anthony – «Sixteenth Century Turkish Influence in Western Indonesia», *Journal of Southeast Asian History*, 10–3, 1969, pp. 395–414.
- REIS, Ana Teresa Braga Teves – *A Galeria dos Vice-Reis e Governadores da India Portuguesa: percurso para a definição de uma metodologia de intervenção*. Lisboa: tese de mestrado apresentada à UCP, 2014.
- RESENDE, Vasco – *A sociedade da Expansão na época de D. Manuel I*. Lagos: Câmara Municipal de Lagos, 2006.
- *L'Orient islamique dans la culture portugaise de l'époque moderne, du voyage de Vasco de Gama à la chute d'Ormuz (1498–1622)*. Paris: tese de doutoramento apresentada à École Pratique des Hautes Études, 2011.

- Retratos e elogios dos varões e donas que ilustraram a Nação Portuguesa...* Lisboa: na officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1817.
- RILEY, Jonathon – «Logistics and Supply in Renaissance Armies», *Arms & Armour*, Vol. 8 No. 2, Autumn, 2011, pp. 140–141.
- RIVERO Rodríguez, Manuel – *La edad de oro de los virreys. El virreinato en la Monarquía Hispánica durante los siglos XVI y XVII*. Madrid: Ediciones Akal, 2011.
- RODRIGUES, Teresa Ferreira (coord.) – *História da População Portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, 2008.
- RODRIGUES, Vitor Luís Gaspar – *A organização militar do Estado Português da Índia (1500–1580)*. Lisboa: provas de acesso à categoria de Assistente de Investigação do IICT, 1990.
- «As Companhias de Ordenança no Oriente durante o século XVI: ensaios de criação, razões do insucesso (1510–1580)», *Oceanos*, nº 19–20, 1994, pp. 212–219.
- *A evolução da arte da guerra dos portugueses no Oriente (1498–1622)*. Lisboa: provas de acesso à categoria de Investigador Auxiliar do IICT, 1998, 2 vols.
- «Organização militar e práticas de guerra dos Portugueses em Marrocos no séc. XV, princípios do séc. XVI: sua importância como modelo referencial para a expansão portuguesa no Oriente», *Anais de História de Além-Mar*, II, 2001, pp. 157–168.
- «A “orientalização” das armadas portuguesas: suas consequências» in BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano (dirs.) – *Nova História Militar de Portugal*. Vol. 2 – coord. António Manuel Hespanha. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004, pp. 205–214.
- «As Companhias de Ordenanças em Marrocos nos reinados de D. Manuel e D. João III» in CARNEIRO, Roberto e MATOS, Artur Teodoro de (dir.) – *D. João III e o Império*. Lisboa: CHAM/CEPCEP, 2004, pp. 185–195.
- «As linhagens secundárias dos Coutinhos e a construção do Império Manuelino» in COSTA, João Paulo Oliveira e e RODRIGUES, Vitor Luis Gaspar (orgs.) – *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia*. Lisboa: CHAM, 2004, pp. 175–189.
- «O município de Goa, peça fundamental para a afirmação e sobrevivência do «Estado da Índia» (1510–1625)» in MENESES, Avelino de Freitas de e COSTA, João Paulo Oliveira e (coords.) – *O Reino, as Ilhas e o Mar Oceano. Estudos em homenagem a Artur Teodoro de Matos*, Lisboa, CHAM, 2007, vol. 2, pp. 677–679.
- «O papel das tropas ‘gentias’ e dos ‘casados’ no seio da organização militar portuguesa no Oriente (séc. XVI)» in RODRIGUES, Miguel Jasmins (org.) – *Futuro e História da Lusofonia Global*. Lisboa: IICT, 2008, pp. 64–71.
- «Armas e Equipamentos de Guerra Portugueses no Oriente nas Primeiras Décadas de Quinhentos», *Revista de Cultura (Macau)*, 26, 2008, pp. 43–55.
- «A “reformação” das estruturas militares do “Estado da Índia” com D. João de Castro (1545–1548)» in *Os Mares do Oriente. A presença Portuguesa circa 1507. Actas do X Simpósio de História Marítima*. Lisboa: Academia de Marinha, 2011, pp. 137–149.
- «D. João de Castro (1500–1548). Cientista, militar e governante» in COSTA, João Paulo Oliveira e e RODRIGUES, Vitor Luís Gaspar – *Construtores do Império. Da conquista de Ceuta à criação do Governo–Geral do Brasil*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2017, pp. 259–286.
- RODRIGUES, Vitor Luis Gaspar e COSTA, João Paulo Oliveira e – *Conquista de Malaca - 1511. As campanhas de Afonso de Albuquerque, Volume II*. Lisboa: Tribuna da História, 2012.



- RODRIGUES, Vitor Luís Gaspar e CRUZ, Miguel Dantas da – «Instituições, contingentes e culturas militares na monarquia portuguesa (séc. XV–XIX)» in XAVIER, Ângela Barreto, PALOMO, Federico, STUMPF, Roberta (eds.) – *Monarquias Ibéricas em Perspectiva Comparada (Sécs. XVI–XVIII). Dinâmicas Imperiais e Circulação de Modelos Administrativo*. Lisboa: ICS, 2018, pp. 439–441.
- ROGERS, Clifford J. – «Tactics and the face of battle» in TALLETT, Frank e TRIM, D.J.B. (eds.) – *European Warfare, 1350–1750*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, pp. 203–235.
- ROGERS, Clifford J. (ed.) – *The Military Revolution Debate. Readings on the Military Transformation of Early Modern Europe*. Boulder: Westview Press, 1995.
- ROSÁRIO, Frei António do (introd.) – *Livro das profissoens do Convento de S. Domingos de Lisboa, 1516–1599*. Cartório Dominicano Português – Séc. XVI, f. 5. Porto: Arquivo Histórico Dominicano Português, 1974.
- ROSÁRIO, Frei António do (ed.) – *Dominicanos em Portugal: repertório do século XVI*. Porto: Arquivo Histórico Dominicano Português, 1991.
- ROY, Kaushik – *Military Transition in Early Modern Asia, 1400–1750*. London: Bloomsbury, 2014.
- RUBIM, Nuno Varela – «A artilharia portuguesa nas tapeçarias de Pastrana. A tomada de Arzila em 1471», *Revista de Artilharia*, 1987, separata.
- RUSSELL–WOOD, A.J.R. – «Padrões de Colonização no Império Português, 1400–1800» in BETHENCOURT, Francisco e CURTO, Diogo Ramada (dir.) – *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400–1800*. Lisboa: Edições 70, 2010, pp. 171–206.
- SALDANHA, António Vasconcelos de – *Iustum Imperium: dos tratados como fundamento do império dos portugueses no Oriente. Estudo de história do direito internacional e do direito português*. Lisboa: Fundação Oriente/Instituto Português do Oriente, 1997.
- «Estado da Índia» in DOMINGUES, Francisco Contente (dir.) – *Dicionário da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2016, vol. 1, pp. 368–372.
- SANCEAU, Elaine – *D. João de Castro*. Porto: Livraria Civilização, 1942.
- «Uma narrativa da expedição portuguesa de 1541 ao Mar Roxo», *Studia*, 9, 1962, pp. 199–234.
- SANTOS, Catarina Madeira – «Goa é a chave de toda a Índia». *Perfil político da capital do Estado da Índia (1505–1570)*. Lisboa: CNCDP, 1999.
- «Entre Velha Goa e Pangim: A Capital do Estado da Índia e as Reformulações da Política Ultramarina». Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 2001, Separata Verde n.º 243.
- «Los virreys del Estado de la India en la formación del imaginario imperial Portugués» in CARDIM, Pedro e PABLO, Joan–Lluís (eds.) – *El mundo de los virreys en las monarquias de España e Portugal*. Madrid: Iberoamericana, 2012, pp. 71–117.
- SANTOS, João Marinho dos – «As economias do Índico aquando da chegada dos Portugueses», *Revista Portuguesa de História*, 27, 1992, pp. 203–214.
- *Os Portugueses em Viagem pelo Mundo. Representações Quinhentistas de Cidades e Vilas*. Lisboa: GTMECDP, 1996.
- *A Guerra e as guerras na expansão portuguesa (séculos XV e XVI)*. Lisboa: GTMECDP, 1998.
- «Portugal e Marrocos – da confrontação à cooperação» in SANTOS, João Marinho dos, SILVA, José Manuel Azevedo e e NADIR, Mohammed - *Santa Cruz do Cabo de Gue d'Agoa de Narba – Estudo e Crónica*. Coimbra: Palimage, 2007, pp. 9–92.

- «D. Francisco de Almeida e a formação do “Estado da Índia» in *Estudos sobre os Descobrimentos e a Expansão Portuguesa, vol. II*. Coimbra: Palimage, 2010, pp. 141-149.
- «Políticas e estratégias nos primórdios do “Estado da Índia» in *Estudos sobre os Descobrimentos e a Expansão Portuguesa, vol. II*. Coimbra: Palimage, 2010, pp. 151-163.
- «As comunicações por Terra entre a Índia e Portugal (século XVI)» in *Estudos sobre os Descobrimentos e a Expansão Portuguesa, vol. II*. Coimbra: Palimage, 2010, pp. 165-178.
- «La catéchisation jésuitique dans la stratégie impériale de Jean III» in *Estudos sobre os Descobrimentos e a Expansão Portuguesa, vol. II*. Coimbra: Palimage, 2010, pp. 201-207.
- *Ceuta não foi conquista mas começo dela*. Coimbra: IUC, 2017.
- SANTOS, João Marinho dos e SILVA, José Manuel Azevedo e – *Vasco da Gama. A honra, o proveito, a fama e a glória*, Porto: Editora Ausência, 1999.
- SARAIVA, Cardeal (D. Francisco de S. Luis) – «Breves notas à Vida de D. João de Castro, escripta por Jacinto Freire de Andrade, -auctorizadas com documentos originaes e ineditos» in *Obras Completas do Cardeal Saraiva*. Ed. CALDEIRA, Antonio Correia. Lisboa: Imprensa Nacional, 1876, tomo VI, pp. 147-314.
- «Comparação da Historia de D. João de Castro por Jacinto Freire de Andrade, e da Vida de D. Paulo de Lima por Diogo do Couto» in *Obras Completas do Cardeal Saraiva*. Ed. CALDEIRA, Antonio Correia. Lisboa: Imprensa Nacional, 1883, tomo X, pp. 1-51.
- SARKAR, Jagadish Narayan – *The Art of War in Medieval India*. New Delhi: Munshiram Manoharlal, 1984.
- SCHULTE, Regina e VON TIPPELSKIRCH, Xenia (eds.) – *Reading, Interpreting and Historicizing. Letters as Historical Sources*. EUI Working Paper HEC No. 2004/2. Firenze: European University Institute, 2004.
- SCHURHAMMER, Georg – *Ceylon zur Zeit des königs Bhuvaneka Bāhu und Franz Xavers, 1539-1552. Quellen zur Geschichte der Portugiesen, sowie der Franziskaner- und Jesuitenmission auf Ceylon, im Urtext herausgegeben und erklärt*. Leipzig: Verlag der Asia major, 1928, 2 vols.
- *Die zeitgenössischen Quellen zur Geschichte Portugiesisch-Asiens und seiner Nachbarländer zur Zeit des HL. Franz Xaver (1538-1552)*. Roma: Institutum Historicum S.I, 1962, 2ª edição.
- «O tesoiro de Asad Khan» in *Gesammelte Studien. Vol. IV - Varia*. Roma/Lisboa: Institutum Historicum S.I./Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1965, pp. 31-45.
- *Francis Xavier: his life, his times*. Rome: The Jesuit Historical Institute, 1973-1982, 4 vols.
- SEABRA, Ana Dulce de – «Frei Adeodato da Trindade, editor e censor de Couto» in LOUREIRO, Rui Manuel e CRUZ, Maria Augusta Lima (coords.) – *Diogo do Couto. História e intervenção política de um escritor polémico*. Vila Nova de Famalicão: Humus, 2019, pp., 117-144.
- SELVAGEM, Carlos – *Portugal Militar. Compêndio de História Militar e Naval de Portugal*. Lisboa: INCM, 2006, 1ª ed. 1931.
- SENGOR, A.M. Celal – «Was there ever an Ottoman Age of Exploration?», *Zeitschrift für geschichte der arabisch-islamischen wissenschaften*, 19, 2010-2011, pp. 353-375.
- SEPÚLVEDA, Cristóvão Aires de Magalhães – «Testamento de D. João de Castro» in *Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Lisboa: Academia Real das

- Sciencias, 1901, 2ª classe – Ciencias Moraes e Politicas, e Bellas Lettras, t. IX, p. I pp. 1-26.
- – *História Orgânica e Política do Exército Português. Provas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1906, vol. III.
- SERAFIM, João Carlos Gonçalves – *D. João de Castro, «O Sebastianista» – meandros de vida, e razões de obra*. Porto: tese de doutoramento apresentada à FLUP, 2004, 3 vols.
- SERJEANT, R.B. – «The Post-Medieval and Modern History of San'a and the Yemen, ca. 953–1382/1515–1962» in SERJEANT, R. B. and LEWCOCK, Ronald (eds) – *San'a: An Arabian Islamic City*. London: World of Islam Festival Trust, 1983 pp. 69–70.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo – «Documentos inéditos para a história do reinado de D. Sebastião», *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. XXIV, 1960, pp. 139-272.
- – *A Historiografia Portuguesa. Doutrina e Crítica*. Lisboa: Editorial Verbo, 1973, vol. II.
- – *Itinerários de el-rei D. Sebastião (1568–1578)*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1987, 2ª ed.
- SHARMAN, J. C. – *Empires of the Weak. The Real Story of European Expansion and the Creation of the New World Order*. Princeton /Oxford: Princeton University Press, 2019.
- SHEIKH, Samira – *Forging a Region: Sultans, Traders, and Pilgrims in Gujarat, 1200-1500*. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- SHERER, Idan – *Warriors for a Living. The Experience of the Spanish Infantry during the Italian Wars, 1494–1559*. Leiden/Boston: Brill, 2017.
- SHERWANI, H.K. (ed.) – *History of Medieval Deccan (1295–1724)*. Hyderabad: Government of Andhra Pradesh, 1973, vol. 1.
- SHYAM, Radhey – *The Kingdom of Ahmadnagar*. Delhi/Patna/Varanasi: Motilal Banarsidass, 1966.
- SILVA, Agostinho Velloso da – *Vida e Feitos de D. João de Castro*. Porto: Livraria Portuguesa-Editora, 1905.
- SILVA, Chandra R. de – «Empire, Horses and Trade: an examination of Sixteenth Century Portuguese efforts to control trade in Arab and Persian Horses across the Arabian Sea» in *The Portuguese in the Orient*. Kandy: International Centre for Ethnic Studies, 2010, pp. 49–76.
- SILVA, Joaquim Candeias – *O Fundador do “Estado Português da Índia” D. Francisco de Almeida, 1457(?)–1510*. Lisboa, CNCDDP/INCM, 1996.
- SILVER, Larry – *Marketing Maximilian: the visual ideology of a Holy Roman Emperor*. New Jersey: Princeton University Press, 2008.
- SIMÃO, António de Sousa e Vasconcelos C. – «O Bispo Inquisidor D. Francisco de Castro e a Capela dos Castros em S. Domingos de Benfica», *Miscelânea Historica de Portugal*, 1, 1981, pp. 29–52.
- SMITH, Robert Douglas – *Rewriting the history of gunpowder*. Nykøbing Falster: Medieval Centre, 2010.
- SMITH, Robert Douglas e DEVRIES, Kelly – *Rhodes Besieged. A New History*. Stroud: The History Press, 2011.
- – e – – *The artillery of the Dukes of Burgundy, 1367–1477*. Rochester: Boydell Press, 2005.
- SOARES, Ernesto – *Dicionário de iconografia portuguesa*. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura, 1947-1954, vol. I e Suplemento A-Z.

- *História da Gravura Artística em Portugal. Os artistas e as suas obras*. Lisboa: Livraria SamCarlos, 1971, vol. II.
- SOUCEK, Svat -- «The Portuguese and the Turks in the Persian Gulf» in COUTO, Dejanirah e LOUREIRO, Rui Manuel (eds.) -- *Revisiting Hormuz. Portuguese Interactions in the Persian Gulf Region in the Early Modern Period*. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2009, pp. 29-56.
- «About the Ottoman Age of Exploration», *Archivum Ottomanicum*, 27, 2010, pp. 313-342.
- SOUSA, António Caetano de -- *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Lisboa: Quidnovi/Público/Academia Portuguesa de História, 2009, vol. XII.
- SOUSA, Luís Costa e -- *A arte na guerra. A arquitectura dos campos de batalha no Portugal de Quinhentos*. Lisboa: Tribuna da História, 2008.
- *Campanha de Etiópia, 1541-1543. 400 Portugueses em socorro do Preste João*. Lisboa: Tribuna da História, 2008.
- *Construir e Desconstruir a Guerra em Portugal (1568-1598)*. Lisboa: IESM, 2016.
- SOUZA, Teotonio R. de -- «Portuguese Fiscal Administration and Monetary System», in *Goa through the Ages*, vol. II -- *An Economic History*, New Delhi, Concept Publishing Company, 1990, pp. 219-221.
- *Goa Medieval. A cidade e o interior no século XVII*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.
- STEIN, Burton -- *Vijayanagara*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay -- «Precious Metal Flows and Prices in Western and Southern Asia, 1500-1750: Some Comparative and Conjunctural Aspects», *Studies in History*, 7-1, 1991, pp. 79-105.
- *Comércio e Conflito. A Presença Portuguesa no Golfo de Bengala, 1500-1700*. Lisboa: Edições70, 1994.
- *O Império Asiático Português, 1500-1700. Uma história política e económica*. Lisboa: Difel, 1995.
- *The career and legend of Vasco da Gama*. New York: Cambridge University Press, 1997.
- «Notas sobre um rei congelado: o caso de Ali bin Yusuuf Adil Khan, chamado Maleação» in LOUREIRO, Rui e GRUZINSKI, Serge (eds.) -- *Passar Fronteiras. II Colóquio Internacional sobre mediadores culturais, séculos XV-XVIII*. Lagos: Centro de Estudos Gil Eanes, 1999, pp. 265-290.
- «Written on water: designs and dynamics in the Portuguese Estado da Índia» in ALCOCK, Susan E., D'ALTROY, Terence N., MORRISON, Kathleen D. e SINOPOLI, Carla M. (eds.) -- *Empires. Perspectives from Archaeology and History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, pp. 42-69.
- «The birth-pangs of Portuguese Asia: revisiting the fateful long decade' 1498-1509», *Journal of Global History*, 2007, 2, pp. 261-280.
- *Three Ways to Be Alien: Travails and Encounters in the Early Modern World*. Waltham: Brandeis University Press/Historical Society of Israel, 2011.
- «Perspectivas indianas sobre a presença portuguesa na Ásia, 1500-1700» in *Impérios em Concorrência. Histórias conectadas nos séculos XVI e XVII*. Lisboa: ICS, 2012, pp. 33-64.
- «O mundo comercial do oceano Índico ocidental, 1546-1565: uma interpretação política» in *Impérios em Concorrência. Histórias conectadas nos séculos XVI e XVII*. Lisboa: ICS; 2012, pp. 153-176.
- *Europe's India: words, people, empires, 1500-1800*. Cambridge: Harvard University Press, 2017.

- «The Hidden Face of Surat: Reflections on a Cosmopolitan Indian Ocean Centre, 1540–1750», *Journal of the Economic and Social History of the Orient*, 61, 2018, pp. 212–214.
- *Empires Between Islam and Christianity, 1500–1800*. Albany: State University of New York Press, 2019.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay e PARKER, Geoffrey – «Arms and the Asian. Revisiting European firearms and their place in Early Modern Asia», *Review of Culture – Macau*, 26, 2009, pp. 12–42.
- TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – «Judeus, Cristãos–Novos e o Oriente», *Estudos Orientais*, III, 1992, pp. 49–63.
- TEIXEIRA, André – *Baçaim e o seu território: política e economia (1534–1665)*. Lisboa: tese de doutoramento apresentada à FCSH–UNL, 2010, 2 vols.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano (coord.) – *História Militar de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2017.
- TESTI, Dario – *Historia Militar del Primer Siglo de Expansión Colonial Luso–Castellana 1402–1521*. León: tese de doutoramento apresentada à Universidad de León, 2017.
- THOMAZ, Luís Filipe – *Os Portugueses em Malaca (1511–1580)*. Lisboa: tese de licenciatura apresentada à FLUL, 1966, 2 vols.
- «L'idée impériale manueline» in *La découverte, le Portugal et l'Europe*. Paris: FCG/CCCP, 1990, p. 35–103.
- «A lenda de S. Tomé Apóstolo e a Expansão Portuguesa», *Lusitana Sacra*, 2ª série, 3, 1991, pp. 349–418.
- «Estrutura política e administrativa do Estado da Índia no século XVI» in *De Ceuta a Timor*. Linda-a-Velha: Difel, 1994, pp. 207–243.
- *A questão da pimenta em meados do século XVI: um debate político do governo de D. João de Castro*. Lisboa: CEPCEP, 1998.
- «Hwaje Pir Qoli et sa brève relation de la Perse», *Eurasian Studies*, V, 1–2, 2006, 357–369.
- «The Portuguese control over the Indian Ocean and the Cartaz system» in *Os Mares do Oriente: a presença portuguesa circa 1507. Actas do X Simpósio de História Marítima*. Lisboa: Academia de Marinha, 2011, pp. 267–334.
- «Iranian Diaspora in Maritime Asia: A Study of Sixteenth Century Portuguese Sources», *Studies in History*, 31(1), 2015, pp. 53–55.
- «O sistema das viagens e a rede comercial portuguesa na Ásia Oriental», *Anais de História de Além-Mar*, XIX, 2018, pp. 53–85.
- *O Tesouro do Bom-Jesus*. Lisboa: Academia de Marinha, 2019.
- THOMPSON, William R. – «The Military Superiority Thesis and the Ascendancy of Western Eurasia in the World System», *Journal of World History*, 10–1, Spring, 1999, pp. 143–178.
- TORGAL, Luís Reis, MENDES, José Amado e CATROGA, Fernando – *História da História em Portugal, sécs. XIX–XX*. Lisboa: Temas e Debates, 1998, vol. 2 – *Da historiografia à memória histórica*.
- TRACY, James D. – *Emperor Charles V, Impresario of war: campaign strategy, international finance, and domestic politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- TRACY, Larissa – «The Shameful Business of Betrayal and Treason» in TRACY, Larissa (ed.) – *Treason. Medieval and Early Modern Adultery, Betrayal, and Shame*. Leiden/Boston: Brill, 2019, pp. -1–22.

- VALE, Teresa Leonor M. – «D. Francisco de Castro (1574–1653) Reitor da Universidade de Coimbra, Bispo da Guarda e Inquisidor Geral», *Lusitania Sacra*, 2ª série, 7, 1995, pp. 339–358.
- – *O Convento de S. Domingos de Benfca, D. João de Castro e o Instituto Militar dos Pupilos do Exército*. Lisboa: IMPE, 1996.
- – «Exotismo e Poder Político. As representações de elefantes na tumultuária régia de Santa Maria de Belém» in CUNHA, Mafalda Soares da (coord.) – *Os Construtores do Oriente Português*. Lisboa: CNCDP, 1998, pp. 97-109.
- VARADARAJAN, Lotika – «Positioning Gujarat as a Medieval Mercantile Centre. Contours and Context» in KELLER, Sara e PEARSON, Michael (eds.) – *Port Towns of Gujarat*. New Delhi: Primus Books, 2015, pp. 9–17.
- VASCONCELOS, José Leite de – *A barba em Portugal: estudo de etnografia comparada*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1925.
- VEIGA, Carlos José Margaça – *Poder e Poderes na Crise Sucessória Portuguesa (1578–1581)*. Lisboa: tese de doutoramento apresentada à FL-UL, 1999.
- VIEGAS, Valentino – *As políticas portuguesas na Índia e o Foral de Goa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.
- VIGARELLO, Georges (coord) – *História da Virilidade I. A invenção da Virilidade. Da Antiguidade às Luzes*. Lisboa: Orfeu Negro, 2018.
- VILA-SANTA, Nuno – *D. Afonso de Noronha, Vice-Rei da Índia. Perspectivas políticas do Reino e do Império em meados de Quinhentos*. Lisboa: CHAM, 2011.
- – *Entre o Reino e o Império. A Carreira político-militar de D. Luís de Ataíde 1516–1581*. Lisboa: ICS, 2015.
- VITERBO, Sousa – *Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses*. Lisboa: INCM, 1988, vol. II.
- WEBER, Max – *On charisma and institution building*. Ed. S.N. Eisenstadt. Chicago/London: University of Chicago Press, 1968.
- WICKI, Joseph – «Duas relações sobre a situação da Índia portuguesa nos anos 1568 e 1569», *Studia*, 8, 1961, pp. 133-220.
- WINIUS, George D.– «The “Shadow Empire” of Goa in the Bay of Bengal», *Itinerario*, 7-2, 1983, pp 83-101.
- – «Portuguese as players on a South Asian Stage» in WINIUS, George D. (ed.) – *Portugal, the Pathfinder. Journeys from the Medieval toward the Modern World 1300-ca.1600*. Madison: Hispanic Seminary of Medieval Studies, 1995, pp. 191-212.
- XAVIER, Ângela Barreto – «A Organização Religiosa do Primeiro Estado da Índia. Notas para uma Investigação», *Anais de História de Além-Mar*, V, 2004, pp. 27-59.
- – *A Invenção de Goa. Poder imperial e conversões culturais nos séculos XVI e XVII*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008.
- – «Gaspar de Leão e a recepção do Concílio de Trento no Estado da Índia» in GOUVEIA, António Camões, BARBOSA, David Sampaio e PAIVA, José Pedro (eds.) – *O Concílio de Trento em Portugal e nas Conquistas: Olhares Novos*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, 2014, pp. 133–156.
- – «Reducing difference in the Portuguese empire A case study from early-modern Goa» in ABOIM, Sofia, GRANJO, Paulo e RAMOS, Alice (eds.) - *Changing Societies: Legacies and Challenges. vol. I - Ambiguous Inclusions: Inside Out, Outside In*. Lisboa: ICS, 2018, pp. 241-261.
- XAVIER, Ângela Barreto e HESPANHA, António Manuel – «As redes clientelares» in MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*, vol. IV: *O Antigo Regime* – coord. HESPANHA, António Manuel. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, pp. 339-349.

- XAVIER, Ângela Barreto e ŽUPANOV, Ines G. – *Catholic Orientalism. Portuguese Empire, Indian Knowledge (16th–18th Centuries)*. New Delhi: Oxford University Press, 2015.
- YUN, Bartolomé – *Marte contra Minerva. El precio del Imperio Español, c. 1450-1600*. Barcelona: Crítica, 2004
- YUN-CASALILLA, Bartolomé – *Iberian World Empires and the Globalization of Europe, 1415–1668*. Singapore: Palgrave Macmillan, 2019.
- ZUPANOV, Ines G. – *Missionary tropics: the Catholic frontier in India (16th–17th centuries)*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2005, pp. 87–110.

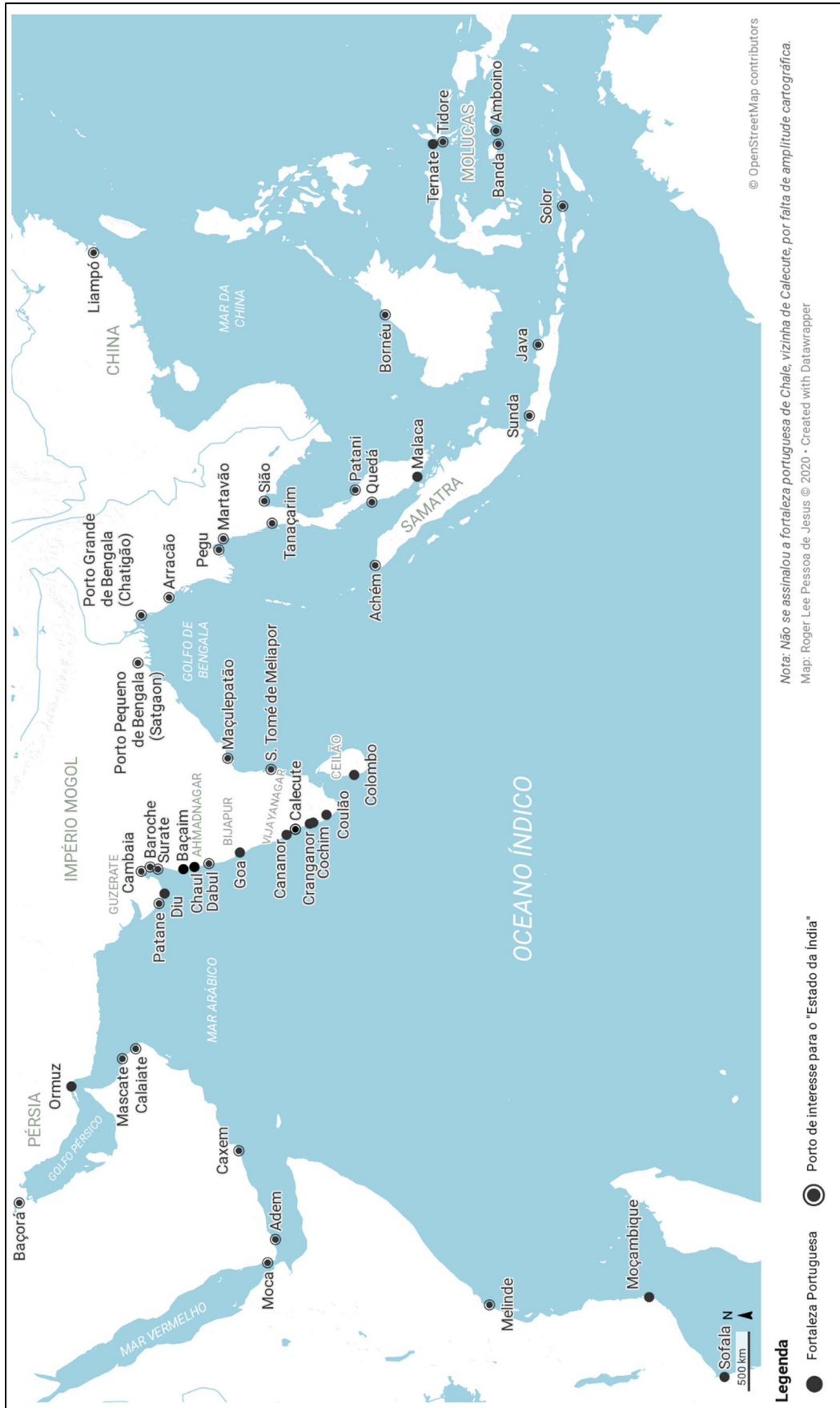
## **ANEXOS**





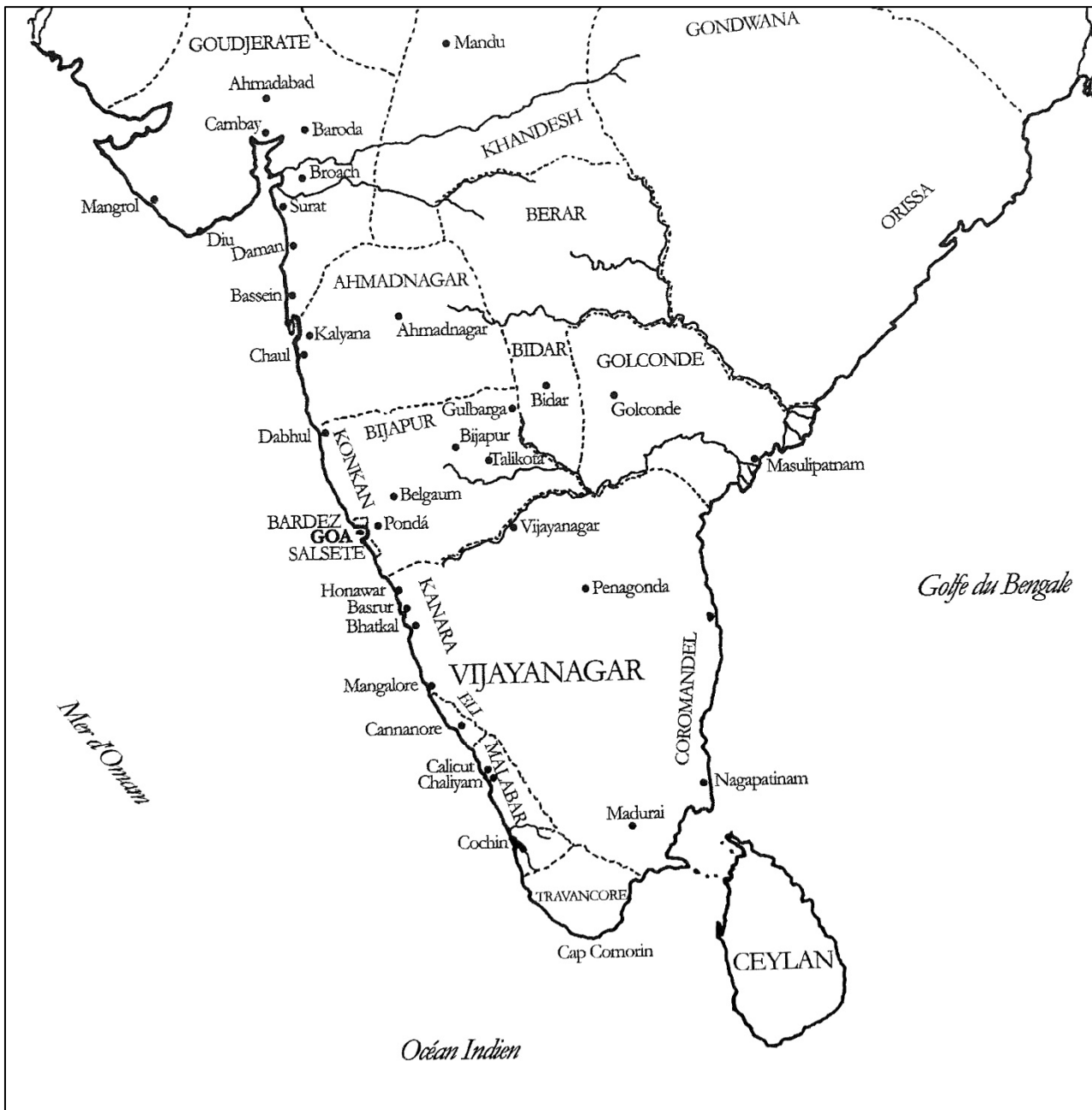
# Mapa 1

## O “Estado da Índia” durante o governo de D. João de Castro (1545-1548)





## Mapa 2 Península do Hindustão



Fonte: Jean Aubin – *Le Latin et l'Astrolabe. Études Inédites sur le règne de D. Manuel, 1495-1521.*  
Ed. Maria da Conceição Flores, Luís Filipe F.R. Thomaz e Françoise Aubin.  
Paris: CCCG, 2006, pp. 384-385.



### Mapa 3 Goa e as Terras Firmes





